Este he o marco dantre castella y portugall
História do Brasil nos velhos mapas
Jaime Cortesão

JAIME CORTESÃO

HISTÓRIA DO BRASIL NOS VELHOS MAPAS

Tomo II

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
INSTITUTO RIO-BRANCO
RIO DE JANEIRO

ÍNDICE

ESCLARECIMENTO

Há já algum tempo que foram entregues ao Instituto Rio-Branco os originais dêste livro. Agora que se vai publicar o seu segundo tomo, não seria temerário presumir que, tendo em vista o transcurso do tempo, o próprio Professor Jaime Cortesão, se vivesse, teria gostado de reler o seu trabalho e, se fôsse o caso, anotá-lo.

Privado de seu conselho pessoal, o Instituto Rio-Branco achou que estaria, porventura, correspondendo aos seus desejos se confiasse a leitura das provas do livro, como em boa hora o fêz, ao zêlo da Chefe da Mapoteca do Itamaraty, Dona Isa Adonias, cuja competência e cuja experiência nos domínios da geografia e da cartografia indicavam-na naturalmente para tarefa de tal porte.

Não é sem interêsse lembrar que Dona Isa palmilharia terreno que conhece bem, pois, conforme se lê em nota ao primeiro tomo dêste livro, coube-lhe o grave encargo de recompor, com a ajuda de elementos de sua própria repartição, muitos dos desenhos e mapas que hoje acompanham esta obra e que se haviam perdido.

As eruditas notas, que ela julgou a propósito apor a alguns tópicos dêste segundo tomo da "História do Brasil nos Velhos Mapas", relacionam-se intimamente com o texto do Professor Cortesão e guardam o respeito que nos inspira, a todos, a obra do historiador ilustre, hoje tão gratamente lembrado em Portugal e no Brasil.

I PARTE

A ECONOMIA DO AÇÚCAR E A CONQUISTA HOLANDESA

I

A CARTOGRAFIA DO AÇÚCAR NOS ATLAS PORTUGUÊSES

De há muito sustentamos que o Brasil, como Estado de economia açucareira, foi para Portugal, durante os sessenta anos de domínio filipino, uma fonte de regeneração econômica e moral, de riquezas e de estímulo, que contribuiu como fator decisivo para a Restauração, em 1640, da sua independência política.

À maneira do que sucedera nos arquipélagos atlânticos, Portugal desdobrara-se, ou melhor, multiplicara-se em novas províncias. Tendo lançado êle próprio o comércio do açúcar da Madeira em tôda a Europa, cujo gôsto educara, incrementara por tal forma a sua produção no Brasil, que êsse produto acabou por bater as demais especiarias vindas do oriente e substituí-las como "o mais importante artigo do tráfico marítimo internacional", conforme em 1648 o qualificava Barleus.

Se ao comércio do açúcar juntarmos o do pau-brasil, que até aí vinha igualmente do Oriente, logo seguido das especiarias e drogas do vale amazônico, bem podemos concluir que Portugal formou no Brasil, durante o período filipino, um substituto do tráfico oriental. Mas, neste caso, com enormes vantagens. Fabricava-se não só o produto, mas criavam-se as fontes e os organismos produtores. Construía-se desde os alicerces, em núcleos humanos, em portos marítimos, em modo específico de produção, um nôvo e imenso empório comercial. E, enquanto os portos de Malabar estavam a seis meses de viagem de Lisboa, Pernambuco ficava a um mês e os demais portos brasileiros a pouco mais. Além disso, a orientação e natureza dos portos brasileiros permitiam voltar aqui à velha cabotagem das caravelas, tão própria dos lusitanos.

Até ao fim da dinastia de Avis, em 1580, o império português fôra quase que exclusivamente oriental e índico; em 1640, com a sua derrocada e com o têrmo do domínio filipino, tornara-se, ocidental e atlântico. Deslocavam-se os pólos do comércio,

Portugal criara uma Índia portuguêsa. Uma Índia atlântica e de ao pé da porta. Uma Índia açucareira, cujo produto principal ia substituir, com enorme benefício da Europa, nas exigências e volume do tráfico, as antigas especiarias orientais.

E como a economia desta nova Índia assentava na indústria sacarina, e esta na mão-de-obra africana, o Brasil solicitara a fundação ou permanência duma série de estabelecimentos ao longo da costa da Guiné, desde o Senegal ao Gabão e daí até Benguela, incluindo os arquipélagos, escalas e estações experimentais de Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe.

A formação dêsse mundo ocidental e atlântico foi, segundo cremos, a reação mais viril e espontânea da nação contra o domínio filipino, o qual tão poderosamente concorrera para apressar a queda do império português do Oriente. E o Brasil, a maior e mais original criação da grei, porque lhe saiu das entranhas, feito com sangue e sofrimento, e à sua semelhança, para substituir o mundo oriental.

Escrevemos em tempo: "Uma das conclusões, a nosso ver, de maior alcance, feitas por Roberto Simonsen, na sua *História Econômica do Brasil*, é de que o valor das exportações do açúcar durante os séculos XVI e XVII, foi de 300 milhões de libras, ao passo que o ciclo da mineração (ouro e diamantes) atingiu apenas 170 milhões. Cotejando no pormenor os números fornecidos por aquêle historiador, pode calcular-se, sem exagêro, em 100 milhões de libras esterlinas o valor da exportação do açúcar, durante o período filipino. Sabido quanto o ciclo do ouro e dos diamantes influiu no ressurgimento pombalino, e antes disso, no esplendor do reinado de D. João V, pode avaliar-se a importância enorme que o tráfico do açúcar terá assumido no rejuvenescimento da economia portuguêsa. E, se o ciclo da mineração produziu em menos tempo mais riqueza, o do açúcar, de base mais sólida, interessava, em compensação, muito mais do que ao Estado, a uma percentagem infinitamente maior da população do reino". (1)

Nesse mesmo estudo mostramos como, com o aumento da produção do açúcar, cresceu e multiplicou-se a marinha mercante; desenvolveram-se todos os portos do reino, alguns dos quais, como Viana do Castelo, Peniche e Portimão, nasceram ou atingiram

(1) Isto escrevíamos nós em 1940, num ensaio com o título de — *A geografia e a economia da Restauração*, publicado conjuntamente com a *Teoria Geral dos Descobrimentos*, ed. da Seara Nova, Lisboa. Hoje, e após demoradas pesquisas sôbre o ciclo do ouro e dos diamantes, entendemos que o cálculo de Roberto Simonsen peca por diminuto. A nosso ver a produção daquele ciclo, durante o período colonial. deverá numerar-se, quando menos, pelos 220 milhões. Veja-se o que escrevemos no capítulo *O Rei e o reinado do ouro*, em "Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri", parte I, tomo I, Rio de Janeiro, 1952, pág. 44-67. Seja como fôr, as conclusões são as mesmas.

proporções urbanas naquela época; os estaleiros voltaram à produção de outros tempos, que nalguns casos excederam; aumentou por tôda a parte o volume e o gênero das trocas; e tôda a população costeira de Portugal e do *hinterland* mais próximo se exaltou com esperanças novas.

Mas, durante a última década do domínio filipino, o govêrno de Madri mostrou-se extremamente remisso em atender aos clamores que lhe chegavam do Brasil e de Portugal. Pouco a pouco, desde 1630, algumas das melhores capitanias brasileiras caíam em poder dos holandeses. E, desta vez, não era a Índia do Oriente, mas a Índia viva, filha do sangue e do esfôrço português, que sangrava e ameaçava cair para sempre. A iminência do desaparecimento dessa criação da grei, sua maior fonte de riqueza e poderio, não podia deixar de provocar a reação da consciência nacional e maiormente dos núcleos da população mais interessados na produção brasileira.

Foi o que sucedeu. Lisboa, Pôrto, Viana, Setúbal e os portos do Algarve, distinguiram-se na insurreição de 1640.

Vamos hoje acrescentar novos fatos em apoio destas afirmações e completá-las com as suas conseqüências, quer por obra dum desenvolvimento próprio, quer pela reação a fatôres externos.

Antecipemo-nos a enunciar as conclusões, porque elas melhor se compreendem à luz da cartografia antiga e nos servirão de guia na análise, que adiante faremos, dos atlas portuguêses e holandeses desta época:

I — A economia do Brasil, fundada na produção e no comércio do açúcar, foi, durante o domínio filipino, fonte de regeneração econômica e moral da metrópole e, como tal, fator decisivo da Restauração, em 1640.

II — A consciência dum Estado brasileiro e o pensamento da sua independência nasceram nos engenhos de açúcar.

III — Das exigências e correlações da economia do açúcar com a mão de obra escrava nasceu, nos fins de Quinhentos, o mundo luso-afro-brasileiro, mundo atlântico, de interpenetração econômica e cultural, que se prolongou até ao primeiro quartel do século XIX.

IV — As crescentes conquistas holandesas no Brasil e na África portuguêsa auxiliaram a diferenciação e definição política do nôvo Estado luso-brasileiro.

V — A cartografia portuguêsa do século XVII exprime, proclama, e ajuda a compreender, mais e melhor que nenhum outro documento, êstes fatos.

O Brasil, como vasta entidade econômica, humana e política, nas suas relações com a África, começa a surgir no reinado de D. Sebastião. Ao mesmo tempo que se lançavam os fundamentos de Angola, sob o govêrno de Paulo Dias de Novais, na base melhorada em que se haviam criado as capitanias do Brasil, o monarca olhava com particular atenção os seus domínios do Nôvo Mundo. Cêrca de 1574, como dissemos, um dos melhores cartógrafos portuguêses, Luís Teixeira, percorria demoradamente por ordem régia o litoral brasileiro para reformar a carta respectiva. Data de então o primeiro atlas de geografia, do qual resta apenas um resumo a que chamamos *Roteiro-Atlas,* já anteriormente desenhado.

Ora, êsse atlas não só inclui quase exclusivamente cartas de regiões açucareiras, mas nêle, pela primeira vez também, aparecem assinalados engenhos de açúcar, assim coletivamente, como na carta do Recife, ou isoladamente, como na carta da capitania de Pôrto Seguro, onde se assinala "o trapiche de Gonçalo Pires", ou, na dos Ilhéus, o "engenho de Lucas Giraldes".

Dissemos que o *Roteiro-Atlas* representa apenas um resumo dum Atlas de Luís Teixeira do qual se conhece uma outra carta, publicada com o "Roteiro da navegação" de Gaspar Ferreira Reimão, em 1640; e, comparando, por exemplo, a carta da capitania de Pôrto Seguro do *Roteiro-Atlas* com a descrição do litoral respectivo, no Roteiro anexo ao *Tratado descritivo do Brasil,* de Gabriel Soares de Sousa, se conclui que os dois trechos obedecem a um protótipo comum, mais amplo de informação, ìntimamente relacionado com os trabalhos do cartógrafo.

Com efeito, lendo-se com atenção o "Roteiro Geral" com que abre o *Tratado descritivo,* vê-se que, ao lado do roteiro náutico, existe o roteiro do açúcar. Êle menciona, um por um, quantos engenhos existem ao longo da costa. E chega a descrever os mais notáveis no seu "Memorial e declaração das grandezas da Bahia", igualmente parte integrante do *Tratado.*

Senhor de engenho, é na sua obra, também, que alvorece pela primeira vez a consciência da existência dum Estado brasileiro, cujos limites fluviais, como já vimos, êle buscou a Oeste.

No "Proêmio" do seu livro, acabado de escrever em 1587, queixava-se de que o Brasil "está muito desamparado depois que El-Rei D. João III passou desta vida para a eterna". E incita Filipe II a ter todo o cuidado "*dêste nôvo reino,* pois está capaz para se edificar nêle um *grande império,* o qual com pouca despesa dêstes reinos (de Portugal e Espanha), se fará tão soberano que seja *um dos Estados do mundo*". E mais adiante, na descrição

da Bahia, refere-se: "El-Rei D. João III de Portugal... estava tão afeiçoado ao Estado do Brasil... que se vivera mais alguns anos edificara nêle *um dos mais notáveis reinos do mundo*".

Ao senhor de engenho, a quem a economia do açúcar ensinara as possibilidades de riqueza e desenvolvimento do Brasil, e que sonhava restituí-lo à plenitude dos seus limites naturais, amputados pelo Tratado de Tordesilhas, acodem para assinalar-lhe a importância estas designações proféticas: "nôvo reino", "grande império", "um dos mais notáveis reinos do mundo".

Pelo zêlo, amor e angustioso alarme com que fala do Brasil e dos perigos que o ameaçam, bem se pode dizer que êle encarna já a nascente consciência da cidadania brasileira.

Entretanto, o zêlo de D. João III e, podemos acrescentar, de D. Sebastião, pelo Brasil, não foi imitado pelos monarcas castelhanos. Terminam as ordens reais que mandam aperfeiçoar a carta do Brasil. Não obstante, Luís Teixeira continua a produzir cartografia brasileira.

Perdeu-se, infelizmente, o atlas que enviou em 1592 a Abraão Ortélio, e a que já nos referimos. (*) Em compensação, conhece-se uma carta sua, de cêrca de 1600, em que pela primeira vez figura o mundo luso-afro-brasileiro. Assinada pelo cartógrafo e marcada pelo emblema da Companhia de Jesus, que então, bem pode dizer-se, partilhava com D. Francisco de Sousa do govêrno, ela é também, como já dissemos, uma das representações da Ilha Brasil, profundamente delimitada pelo Tocantins e o Paraguai. Um enorme escudo das armas portuguêsas marca essa vasta unidade territorial, em frente da qual, do outro lado do Atlântico, se vêem a "Serra Leôa", a "Mina", o "Beni", o "Congo", onde se alça uma enorme cruz e Angola com a indicação de Luanda — tudo igualmente assinalado por bandeiras e símbolos emblemáticos da soberania portuguêsa. Tão profusos são êsses emblemas que bem parece estarmos em frente duma carta de reinvindicação nacionalista.

Mas o que avulta a meio da carta é a América do Sul e nela o Brasil. Uma imensa rosa-dos-ventos marca o centro dêsse mundo atlântico. Aí figura, pela primeira vez, o "grande império do Brasil", de que falava Gabriel Soares, com tôdas as suas conexões africanas, determinadas pelas necessidades da mão-de-obra escrava.

Dessa carta, sucessivamente aumentada, em grandeza e nomenclatura, do mundo luso-afro-brasileiro, existem vários exemplares assinados, quase até aos fins do século de Seiscentos, por

(*) Ver nota no final do capítulo.

João Teixeira e João Teixeira Albernaz, respectivamente filho e bisneto de Luís Teixeira. (*) Elas correspondem às necessidades crescentes do tráfico intercontinental. Acentuam, com a sua freqüência, a importância que êsse mundo econômico e cultural vai assumindo ao longo daqueles séculos. E, como foram traçadas sob as necessidades da produção sacarina, bem poderemos chamar, ao seu conjunto, de cartografia do açúcar.

É nos começos do século XVII que os portuguêses entram a dar-se conta da importância do Brasil nascente, comparado com o Oriente em descalabro. A idéia do abandono da Índia, por extremamente ruinosa, assoma nas páginas do "Soldado prático" de Diogo do Couto. Mas, em 1608, já é claramente exposta por Luís Mendes de Vasconcelos, nos seus "Diálogos". Logo no começo, um dos interlocutores afirma: "Pois o Brasil não é estéril de prata e ouro, e eu sei de pessoas que o tem visto e atentamente considerado que lhe não faltam essas coisas, sendo a terra fertilíssima e de boníssimos ares; de modo que, se tratarmos dêle, como pedem as suas qualidades, podemos fazer nêle um *grande reino*, que a êste (de Portugal) fôra utilíssimo, estando a distância que se poderão um a outro dar as mãos, nas necessidades que ocorrerem".(1)

À idéia dum futuro "grande reino", que vinha de Gabriel Soares, soma-se a da contigüidade e unidade nacionais. Mas, logo adiante, outro dos interlocutores acrescenta: "É (o Brasil) de tanto proveito e com tão pouca despesa como todos vemos, e se verá muito mais, se nos soubermos aproveitar dêle como convém; é *terra fertilíssima de açúcar* e outras coisas e fôra muito de pão se se cultivara... e assim destas terras recebemos o benefício, que a conquista da Índia nos nega". (2).

É também no lustro, que vai desde 1608 a 1613, coincidindo, por conseqüência, com as notáveis reflexões de Luís Mendes de Vasconcelos, que aparece definitivamente formada, sob a espécie econômica, náutica e cartográfica, uma cultura luso-afro-brasileira. Até 1608, os roteiros portuguêses haviam sido quase exclusivamente orientais, ou melhor, da "carreira da Índia". Naquele ano o cosmógrafo-mor, Manuel de Figueiredo, publicava na sua "Hidrografia e Exame de Pilotos", os *Roteiros de Portugal para o Brasil, Rio da Prata, Guiné, S. Tomé e Angola*.

Por êsse livro e, desde êsse mesmo ano, começaram a ser examinados os pilotos das diferentes carreiras. Foi há alguns

(1) «Do sitio de Lisboa, sua grandeza, povoação e comércio, etc. Diálogos de Luís Mendes de Vasconcelos, reimpresso conforme a edição de 1608», Lisboa, 1786, pág. 18.

(2) *Ibidem*, pág. 68.

(*) Ver nota no final do capítulo.

anos publicada por Frazão de Vasconcelos uma "Relação de alguns pilotos examinados pelo cosmógrafo-mor Manuel de Figueiredo" e por outros mestres e pilotos. (1) O exame dessa relação, que vai desde 1608 a 1611, coincidindo, por conseqüência, com a publicação das obras de Luís Mendes de Vasconcelos e de Manuel de Figueiredo, é extremamente elucidativo. Dos 64 pilotos examinados, 62 destinam-se às carreiras das Ilhas, Guiné, S. Tomé, Angola e Brasil, a que em cinco casos se junta o Rio da Prata. Dêsses 62 pilotos, oito foram também examinados para as Índias (de Castela); e só dois, e exclusivamente, para a Índia portuguêsa. Nada poderia mostrar melhor o pujante desenvolvimento do comércio marítimo de Portugal para o Brasil e a África, em contraste com o descalabro do tráfico com o Oriente, e as excepcionais capacidades dos pilotos portuguêses, que lhes permitiam alargar o círculo da ação até ao âmbito vastíssimo dos portos da América espanhola.

É de notar-se ainda que os pilotos examinados são principalmente de Lisboa e Peniche, e depois, de Leça e Matosinhos, Mondego, Vila do Conde, Buarcos, Madeira, Cascais, Cezimbra, Atouguia, Pôrto e Aveiro. Na relação não se menciona, todavia, um só pilôto de Viana ou dos portos do Algarve; e eram êstes os que disputavam a Lisboa e ao Pôrto a primazia no comércio com o Brasil. Se pudéssemos dispor da lista dos pilotos examinados, dêsses portos, porventura o número de 62 para o Brasil e a África duplicaria, mantendo-se ou aumentando a desproporção para os da Índia.

Um dos examinadores, entre 1609 e 1611, dos pilotos do Brasil, foi Manuel Gonçalves, o "Regeieiro de Leça", patrão da Bahia de Todos os Santos que, desde 1597, servia na carreira do Brasil e nêle habitava.

Ora, com Manuel Gonçalves voltamos à tradição cartográfica de Luís Teixeira, autor do *Roteiro-Atlas*. Em 1609, como sabemos por alguns documentos, um dos quais igualmente publicado na obra referida, êle foi chamado a Lisboa por ordem régia, "para dar notícias daquela costa" (do Brasil).

Em 1609, quer dizer, em nôvo sincronismo com as obras de Mendes de Vasconcelos, do cosmógrafo-mor Manuel de Figueiredo e dos exames dos pilotos, na sua quase totalidade para a carreira do Brasil. Não lhe faltava competência para fazer parte do juri examinante. Alguns anos antes, em 1605, por ordem do governador D. Diogo de Menezes, fôra com outro pilôto, Vicente Cochado, já nosso conhecido, explorar e cartografar a costa desde

(1) «Pilotos das navegações portuguêsas dos séculos XVI e XVII», Lisboa, 1942.

a ponta do Corumbabo até ao Rio das Caravelas e, em especial, os baixios dos Abrolhos. (1)

Não será temerário ligar as "notícias", que foi chamado a prestar em Lisboa sôbre as costas brasileiras, com o desenvolvimento tomado pela cartografia no *Livro que dá razão do Estado do Brasil*, de 1613, acompanhado dum atlas de João Teixeira, sucessivamente ampliado em várias cópias nos anos seguintes.

Nestas últimas também as suas novas explorações terão sido utilizadas. Em meados de outubro de 1615, partia êle de Pernambuco como pilôto-mor da expedição comandada por Alexandre de Moura, e que ia em socorro de Jerônimo de Albuquerque, àquela data empenhado no Maranhão em luta contra os franceses de La Ravadière. No transcurso dessa emprêsa êle colheu todos os elementos de marinharia e latitudes para traçar o roteiro e seguramente o mapa da região percorrida. (2)

De S. Luís do Maranhão partiu, por sua vez, Vicente Cochado como pilôto-mor da expedição de Caldeira Castelo Branco, que se dirigiu ao delta amazônico para fundar a casa forte do Presépio, origem de Belém do Pará. Vicente Cochado traçou igualmente, durante essa viagem, o roteiro das costas e da foz do Amazonas. (3)

Na parte pròpriamente de texto do *"Livro que dá razão do Estado do Brasil"* primeiro ensaio de estatística brasileira, não só a importância da produção açucareira aparece em plena evidência, mas desde já se apontam as suas relações de interdependência com a África e, especialmente, Angola. Na parte cartográfica dessa obra esta evidência não é menor. Pela primeira vez, como se vê na carta dos Ilhéus, os engenhos são indicados por letras remissivas e designados em cartela à parte.

Mas a primazia do Brasil açucareiro dêsse mundo luso-afro-brasileiro, em relação à Índia portuguêsa, só aparece clara e eloqüentemente afirmada nos *Diálogos das grandezas do Brasil*, escritos poucos anos depois, em 1618. Seu autor, Ambrósio Fernandes Brandão, senhor de engenho e antigo recebedor dos dízimos do açúcar, vai mais longe. Êle proclama: "com se não tirar do Brasil senão açúcar, é mais rico e dá mais rendimento para a fazenda de Sua Majestade de que tôdas essas Índias orientais". E quando um dos interlocutores dos *Diálogos* pergunta se no Brasil há mais comércio para o reino, responde o outro: "Sim, há, porque se faz muito grande para Angola e para o Rio da Prata.

(1) Visc. de Pôrto Seguro, *História Geral do Brasil*, t. II, pág. 139.

(2) «Documentos para a história da conquista e da colonização da costa leste-oeste do Brasil», Rio de Janeiro, 1905, págs. 91-98, onde se publica êsse roteiro.

(3) *Ibidem*, págs. 99-103.

A Angola se mandam naus com muitas fazendas, que de lá tornam carregadas de escravos, porque se comutam, deixando grande proveito aos que nisto negociam; e ainda as naus que do Reino para lá navegam, aportam na capitania do Rio de Janeiro, aonde carregam de farinhas (de mandioca), mantimento da terra, por ali se achar mais barato, o qual levam a vender a Angola a trôco de escravos e de marfim, que de lá trazem em muita quantidade". E depois disto chega a aventar a hipótese das vantagens de proclamar a independência do Brasil ou dalgumas das suas capitanias, "quanto fôssem tôdas de um senhor livre e isento na jurisdição e vassalagem"! (1)

À sombra e dentro do conhecimento perfeito da economia do açúcar, "nervo e principalmente substância da terra", nexo duma nova sociedade, por êle descrita, com um sabor de economista e sociólogo moderno, Ambrósio Fernandes Brandão eleva-se ao conceito duma nova entidade política, capaz da independência.

De súbito, e com os assaltos dos holandeses à Bahia e Pernambuco, coincide uma grande atividade na cartografia do Brasil. De 1627 a 1631, datam dois atlas do Brasil por João Teixeira Albernaz; e cêrca de 1630, um atlas do Estado do Maranhão, por seu avô João Teixeira. De 1640, datam cinco atlas do Brasil de João Teixeira; de 1642, mais dois, ao que supomos um do avô e outro do neto (*).

O segundo dos atlas do Brasil de João Teixeira Albernaz, (1631) tem por título "Estado do Brasil", ao que se acrescenta "coligido das mais sertas noticias que poude aiuntar D. Ieronimo de Ataide". Esta indicação não é sem interêsse histórico. D. Jerônimo era então donatário dos Ilhéus, em cuja carta figuram representados quatro engenhos. Numa das legendas dessa carta diz-se: "... terra fertilissima de tão formosas canas de assucar que se achão hoje plantadas de 30, 40, 50 annos; tem muitas aguas para engenho... dos demais frutos da terra, he abundante, e asi de gados, animaes, farinhas, Pau Brasil e zimbo..." (2)

Em outra das legendas acrescenta-se: "... todos confessam ser esta a melhor e mais fertil terra de todo o Estado, de modo q. he proverbio comum que o Brasil he hũ ovo e os Ilheus a gema. E se se meter cabedal nesta capitania será de grandissimo tracto e importancia".

D. Jerônimo de Ataíde tinha, pois, a consciência do valor econômico da sua capitania, com fundamento na produção do

(1) V. *Diálogos das grandezas do Brasil*, com numerosas notas de Rodolfo Garcia e introdução de Jaime Cortesão, Rio de Janeiro, 1943, *Diálogo III*.

(2) Por *zimbo* designavam-se as pequenas conchas marítimas que na costa da Guiné e da Angola serviam de moeda para as trocas comerciais com os negros. A indicação sugere mais uma vantagem do comércio marítimo entre a capitania e as costas da África.

(*) Conhecem-se hoje outros atlas elaborados pelos Teixeiras. Ver nota pág. 42-43.

açúcar, e estava interessado em atrair estranhos para poder desenvolvê-la. Ora, o Atlas foi coligido em 1631, no ano seguinte ao da entrada dos holandeses em Pernambuco, e quando a invasão alastrava.

Constatados êstes fatos, compreende-se melhor que D. Jerônimo de Ataíde tenha sido um dos dois irmãos, armados cavaleiros por D. Filipa de Vilhena, na madrugada de 1° de dezembro de 1640, e um dos dezessete fidalgos que assaltaram o Paço real e assassinaram Miguel de Vasconcelos; assim como a sua nomeação posterior, já quando Conde de Atouguia, para governador do Brasil.

Com o Atlas de 1631, a cartografia do açúcar atinge o seu caráter específico. Ou pela compreensão própria da importância da indústria açucareira ou, mais provàvelmente, industriado por D. Jerônimo de Ataíde, êle dá maior importância à representação dos engenhos. Não só por vêzes aparecem nomeados como engenhos, mas são figurados também, ainda que sumàriamente, por um edifício ou série de edifícios ladeados por uma grande roda, visível por metade. Assim os engenhos de açúcar adquirem seu símbolo cartográfico. E como se estendem ao longo de todo o atlas por muitas cartas, assinalam, em verdade, uma cartografia açucareira.

Por essa forma vêm assinalados o "engenho do Leitão" e o "de Diogo Ayres", em S. Vicente, embora o dos Erasmos e do Adorno sejam já representados apenas como povoações. Na carta do Espírito Santo figuram os engenhos de Leonardo Frois, de Francisco de Aguiar, representados sempre por um único edifício munido de roda. Além dêstes figura ainda um "Trapiche", engenho movido por bois, para o distinguir dos outros, engenhos de água. Numa das cartas dos Ilhéus lê-se por extenso: "Engenho de Sta. Ana", "Engenho da Esperança", "Engenho de S. Francisco", "Engenho de Taype", sempre representados por um edifício com roda visível por metade ou a três quartos. Mas, na grande carta do Recife e de Olinda, com letras remissivas, os muitos engenhos são representados apenas por minúsculos edifícios, e indicados sempre por *g g*. Enfim, na carta da Paraíba, apenas se lê junto de um curso d'água: "Rio que vay para os engenhos".

Por sua vez, no Atlas do Estado do Maranhão, de cêrca de 1630, de Pedro Teixeira, também aparecem figurados dois engenhos. (*) A produção açucareira estendia-se então desde o Maranhão até Santos.

Nas cartas da Bahia, dos Atlas de João Teixeira, de 1640, figuram à volta de vinte engenhos, ora com a designação por

(*) Ver nota no final do capítulo.

extenso, "engenho do Ponte", "engenho do Adorno", ora simplesmente "do Aragão", "do Brito", "de Olhôa" e representados por um ou mais edifícios.

Advirta-se, não obstante, que o número dos engenhos figurados nesta cartas não obedece a uma estatística exata. Por várias fontes sabemos que eram por essa época em maior quantidade. Por via de regra aquela figuração não vai além de uma exemplificação sumária.

Mas em abril dêsse mesmo ano de 1640, as vinte naus da esquadra holandesa de Lichthardt, com os seus 2.500 soldados de desembarque, assaltam a Bahia. Ouçamos o testemunho do próprio príncipe de Nassau: "realisamos um assalto à Bahia, com vinte navios e 2.500 soldados, a fim de tomarmos vingança dos danos que Luís Barbalho ocasionou nas regiões por nós ocupadas, e incendiamos e destruímos para sempre, vinte e sete engenhos, além de povoações e casas particulares, de sorte que na Bahia só restam oito engenhos, conforme podereis ver na carta anexa. A nossa gente matou ali todos os que lhes caíram nas mãos, do mesmo modo que êles nos pretendiam tratar, exceto as mulheres e crianças". (1)

E o mapa, impresso na obra de Barleus mas traçado por Marcgraf, a que adiante nos referiremos com mais espaço, localiza no Recôncavo da Bahia 35 engenhos, 27 dos quais em chamas. Franz Post individuou e desenhou, por sua vez, a cena pungente dos engenhos ardentes, cuja gravura Barleus igualmente publica.

A acreditar na carta a que vamos referir-nos, a recuperação não haveria tardado muito. Com efeito, na figuração da Bahia do Atlas de João Teixeira Albernaz, de 1666, figuram 34 engenhos, sempre designados "Eng.º", mas com nomenclatura diferente das cartas de 1640. Desta vez João Teixeira Albernaz representa os engenhos por forma diversa: um ou mais edifícios por vêzes acompanhados de tôrres. Esta circunstância não denuncia decadência da indústria, mas da arte cartográfica, que estiolava, pois não correspondia já a uma instante função política. (2)

Passemos agora a dar um rápido balanço da cartografia holandesa nas suas relações com o Brasil.

---

(1) V. «Cartas Nassovianas», trad. de Alfredo de Carvalho em *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano*, Recife, vol. XII, (1907), pág. 543.

(2) Supomos ter sido os primeiros, num ensaio — *A cartografia do açúcar e o seu significado histórico*, publicado em janeiro de 1945 no *«Brasil Açucareiro»*, órgão especial do Instituto do Açúcar e do Álcool, a estudar a importância da economia do açúcar na História do Brasil, à luz da cartografia. Esta nota nos desobriga de fazer citações alheias.

NOTAS

(*) P. 7 — Embora em 1582 Luís Teixeira já mantivesse correspondência com Ortélio, o que se depreende de um mapa dos Açôres publicado por êste último em 1584, o certo é que a única carta sua, hoje conhecida, dirigida ao famoso cartógrafo e editor de Antuérpia, data de 20 de fevereiro de 1592. Nela Luís Teixeira comunicava a remessa, por um portador, de "dos piesas de las descripciones de la China y del Japan" e notificava Ortélio de que "le quiero hazer la tierra del brasil, y sus capitanias en partes per si, que es la mas grande cosa que aora há, este todo he yo visto, y en la verdad deseñado, y son nueve o diez piesas: a fuera outras muchas que tengo y le mandare como le dira el señor portador y le prometo de hazer su libro muy copioso y aora me detremino" (*sic*) (*Portugaliae Monumenta Cartographica*, III, p. 43). Não se sabe se êsse conjunto de cartas chegou às mãos de Ortélio.

(*) P. 8 — João Teixeira, filho de Luís Teixeira, assinou várias de suas obras como *João Teixeira Albernaz*. Devido à escassez das fontes documentais e ao fato de ter tido um neto, também cartógrafo, com nome igual ao seu e assinando, de preferência, João Teixeira Albernaz, fizeram-se confusões quanto às respectivas biografias e às obras de um e de outro. Com a publicação dos *Portugaliae Monumenta Cartographica*, em 1960, o assunto ficou devidamente esclarecido, depois que foi feito o cotejo dos documentos, alguns pouco conhecidos, e das respectivas produções, em parte ignoradas ou mal estudadas anteriormente. Para bem diferenciar um do outro, os especialistas da cartografia portuguêsa preferem, hoje, designar o filho e o bisneto de Luís Teixeira, respectivamente, por João Teixeira Albernaz I e João Teixeira Albernaz II.

(*) P. 12 — O atlas do Maranhão de c. 1630, com três fôlhas apenas, pertencente à Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, não traz nome de autor nem data. O estilo e a letra revelam que o responsável pela sua feitura não é nenhum dos cartógrafos da época, que deixaram obras assinadas. Notam-se, no entanto, algumas afinidades com o estilo de João Teixeira I (PMC, V, p. 97).

I.A.

II

A CARTOGRAFIA HOLANDESA DO BRASIL NO SÉCULO XVII

A Carta de Marcgraf (1647) e a Cartografia dos Currais

Definimos na primeira parte desta obra a cartografia holandesa por oposição à portuguêsa, como sendo, por via de regra, trabalho anônimo de oficina; de iniciativa particular e mercantil, de caráter rotineiro e sujeita quase sempre a influências alheias; finalmente, mais valiosa pela parte decorativa, tão primorosa, que as suas cartas da América valem muito mais como obras de arte do que como documentos singulares para o conhecimento da história da geografia.

Esta regra tem muito poucas exceções. Vimos, aliás, quando tratamos da figuração cartográfica do mito da Ilha-Brasil, quanto a cartografia obedeceu, para difundí-los, aos modelos portuguêses.

Os melhores atlas holandeses do século XVII, como primores do desenho cartográfico e decoração artística, pertencem à família dos Jansson(ius) e à dos Blaeu. Êstes, mais do que todos, editaram maiores e mais suntuosos atlas, em vários volumes, mais primorosos de execução e traduzidos em várias línguas. Aliás, a cartografia holandesa, pode, por forma geral, distribuir-se por famílias, que, durante gerações sucessivas, transmitiram o seu nome às respectivas casas editôras.

A primeira em data e pela importância criadora é a de Mercator e Hondius. A obra do primeiro dos dois foi publicada apenas nos fins do século XVI pelo seu filho Romualdo, e mais tarde por seus netos, Gerardo e Miguel. Mas cêrca de 1600, Jodocus Hondius, seu genro, havendo entrado na posse das gravuras de Mercator, aumentou êsse conjunto com novas cópias ou composições para formar um nôvo atlas. Depois da sua morte, em 1612, seu filho Henrique Hondius e seu neto João Jansson continuaram a editar o Atlas de Mercator, sucessivamente aumentado. (*)

Por sua vez os Jansson (ius) — João, que primeiro trabalhou com Hondius, depois sòzinho, e os seus continuadores não se

(*) NOTA — João Jansson não era neto, e sim, genro de Jodocus Hondius. (Leo Bagrow, *History of Cartography*, rev. and enlarged by R. A. Skelton, London, C. A. Watts & Co. Ltd., 1964, p. 253).

I.A.

limitaram a copiar os modelos recebidos, mas juntaram muitas cartas novas às suas edições, que se prolongam até à segunda metade do século XVII.

Mas, a nosso ver, são os Blaeu (Guilherme Janszoon Blaeu, falecido em 1638, e seus filhos João e Cornélio), cuja casa data de 1612, que têm a primazia entre todos os cartógrafos holandeses. As suas produções são inexcedíveis de correção e apuro, embora hajam repetido em demasia certos tipos anacrônicos. O Atlas Blaeu em 12 volumes, verdadeiro monumento cartográfico no gênero, foi mandado reproduzir por Maomé IV, que fêz traduzir em turco a longa parte do texto que acompanha os mapas.

Na mesma data, isto é, em 1672, um incêndio destruiu quase todo o acervo da livraria do célebre editor, mas algumas das chapas das suas gravuras passaram para as mãos de Frederico de Wit, que as aproveitou, mudando-lhes apenas o nome do autor. O mais velho dos Wit tinha começado, como gravador de mapas, a trabalhar em 1648, e a firma, que durou até 1712, esforçou-se por manter-se fiel às tradições dos Blaeu. Por sua vez, o seu fundo de gravuras passou para as mãos de Pedro Mortier.

Embora rotineira, a cartografia holandesa apresenta o raro caso duma carta geral do Brasil holandês (acompanhada de um mapa da Bahia), de um grande interêsse e que merece por isso mesmo uma referência muito especial — o mapa de Jorge Marcgraf de 1643. (*) Digamos que, não obstante, êste cartógrafo era alemão e um dos sábios e artistas que ao Brasil vieram com o Príncipe de Nassau. Aliás, no próprio título da sua célebre carta o autor proclama a sua naturalidade.

Essa carta tem merecido dos grandes conhecedores, como o Barão do Rio-Branco, os maiores elogios. "Os preciosos documentos geográficos, vulgarmente denominados mapas de Barleus, são devidos a Jorge Marcgraf, e não passam de fragmentos incompletos de uma magnífica carta, hoje raríssima, ornada de cartuchos, brasões, troféus e paisagens na qual se lê o seguinte: — *Brasiliae Geographica et Hidrographica Tabula Nova, Continens Praefecturas de Ciriji, cum Itapuama de Paranambuca, Itamaraca, Paraiba et Potigi vel Rio Grande. Quam proprijs Observationibus ac dimensionibus, diuturna peregrinationi a se habitis, fundamentaliter superstruebat et delineabat Georgius Marggraphius, Germanus, anno Christi* 1643. Triste é dizê-lo: ainda hoje, quem quer estudar a zona marítima desde o Rio Grande do Norte até Sergipe, encontra no mapa do ilustre Marcgraf valiosas indicações geográficas que debalde procuraria nas cartas

(*) Ver nota no final do capítulo.

brasileiras, mesmo as mais recentes, tôdas levantadas em escala muito menor". (1)

O mesmo Barleus, que fracionou a *Tabula Nova* de Marcgraf em quatro cartas para ilustrar a sua obra, a exalta com êstes louvores: "Os quatro mapas juntos, devidos à munificência de Nassau, representam o Brasil Holandês. Nem a América, nem a Europa viram até hoje outros mais completos". (2)

De acôrdo com os encômios que elevam a *Tabula Nova* e a carta da Bahia às alturas dos cimélios e obras máximas como arte cartográfica, resta um problema a averiguar: até que ponto são êstes mapas fruto dum trabalho original do autor?

Um pesquisador e historiador dos mais notáveis, que o Brasil conta atualmente, num estudo do mais alto interêsse, sob vários pontos de vista, ao analisar a fundo a carta da Bahia, escreve: "As informações para o mapa de Marcgraf que Barleus traz em seu cronicão, um dos melhores pela nitidez dos pormenores, seriam dadas pelos flamengos residentes na cidade e também fruto das antigas investidas contra a capital do Brasil-colônia" (3). E a seguir, passa em revista os nomes de flamengos que moraram na cidade e menciona navios e esquadras que visitaram a Bahia, antes da fatura da carta.

Afigura-se-nos que bem maior importância assume a afirmação do autor de que estruturou e delineou a carta (geral) por meio de observações próprias, realizadas em peregrinações diuturnas — e muito mais, sabendo-se que entre abril e maio de 1638 estêve no Recôncavo a bordo da armada do Conde de Nassau, quando êste dirigiu seu assalto frustrado à Bahia.

Que êle tenha nessa ocasião observado alguns delineamentos para a sua carta é crível, embora o ensejo não fôsse dos mais asados à tarefa e os quarenta dias de ancoragem, prazo diminuto.

Mas não se haveria aproveitado também, como era lógico, da cartografia anterior e, particularmente, das fontes portuguêsas, as de mais confiança e copiosa informação?

Ora, uma carta portuguêsa existe do mesmo exatíssimo traçado da carta da Bahia de Marcgraf — a fôlha do Atlas de João Teixeira Albernaz, do ano de 1666, hoje existente na Mapoteca

---

(1) *Efemérides brasileiras*, Rio de Janeiro, 1946, pág. 351.

(2) A obra de Barleus tem por título «Rerum per octennium in Brasilia et alibi nuper gestarum sub Praefectura Illustrissimi Comitis I. Mauritii Nassoviae, etc. Comitis nunc Vesaliae Gubernatoris et Equitatus Foederatorum Belgii Ordd. Sub Auriaco Ductoris historia» — Amstelodami. Ex. Typographeio Ioannis Blaeu. MDCXLVII. A frase pode ler-se na trad. portuguêsa, à pág. 28.

(3) Luís da Câmara Cascudo, *Geografia do Brasil holandês*, em «Anais do IV Congresso de História Nacional», 4º vol., pág. 322 e seg. (*)

(*) NOTA — Publicada em 1956 pela Editôra José Olímpio. I.A.

do Ministério das Relações Exteriores. É tal a identidade do desenho da nomenclatura, por exemplo no que respeita aos engenhos, que de duas uma: ou João Teixeira copiou de Marcgraf, ou as duas cartas, a de 1643, e a de 1666, obedecem a um protótipo comum. E confessamos: quando demos por esta circunstância, inclinamo-nos de preferência para a primeira hipótese.

Em vão buscamos carta anterior à do cartógrafo alemão, entre as cartas até hoje conhecidas, que lhe tivesse servido de modêlo imediato. As representações da Bahia e do Recôncavo nos Atlas de João Teixeira, de 1640, são dum traçado muito menos correto e articulado; o número dos engenhos menor; e a nomenclatura bastante diferente; e, embora contenham algumas indicações de caráter biográfico, também estas, não só divergem, mas são menos numerosas que as das cartas de Marcgraf.

Não devemos, todavia, perder de vista que as cartas portuguêsas desta época, até hoje conhecidas, sempre manuscritas, representam, por isso mesmo, um remanescente mínimo do acervo primitivo. Reduzidíssimas em número, quando comparadas com as tiragens das sucessivas edições dos atlas holandeses, foram, na maior parte ou muitas vêzes, seguramente destruídas pelos azares do tempo. Dêsse desaparecimento, ao que adiante veremos, há seguros indícios. Outras estarão, porventura, guardadas ou esquecidas em arquivos particulares. Lembremo-nos de que as possibilidades de estudar a carta de 1966, só há cêrca de 10 anos surgiram, quando o Itamaraty adquiriu o atlas respectivo a uma livraria inglêsa.

A circunstância, pois, de não se conhecer um protótipo comum às duas cartas, não basta a eliminar a hipótese da sua existência.

Resta-nos comparar a carta de Marcgraf com a de João Teixeira:

I — Um fato surpreende desde logo no mapa do cartógrafo alemão: salvo muito contadas exceções, a nomenclatura é em português, ora correto, ora estropiado. Comecemos pelo título, que abrange em grossas maiúsculas tôda a largura do Recôncavo: "BAHIA DE TODOS OS SANTOS". Natural fôra que escrevesse, como acontece com várias cartas holandesas, até naquelas que lhe copiaram o protótipo cartográfico: "DE ALLER HEILIGEN BAAY". Em vez de *Cidade de S. Salvador,* mais lógico fôra que escrevesse, como noutras cartas holandesas "De Stad San Salvador"; e em vez de *Eng.º* inscrevesse como tantos outros cartógrafos flamengos "Mole".

II — Se êstes topônimos, que acabamos de citar, estão corretamente grafados em português, outros abundam na carta de

Marcgraf em grafia estropiada ou estropiadíssima. Citemos alguns e mais característicos: *"Eng.º; Nos. Sta. dos Candias"*, que na carta de João Teixeira Albernaz se lê "Eng.º de N. S. das Candeyas"; *Punta dos Baleos*, que no mapa de Albernaz se lê "Ponta das Baleas"; *Engº Dysauedo*, que se lê no mapa de 1666 "Eng.º de Azevedo"; *E. de N. S. do Paynha de França* por "Eng.º de Nossa Sra. da Penha de França"; ou *Is das Fontas*, onde João Teixeira escreveu: "I. das Fontes". Tudo isto denuncia um copista que não conhece o idioma que transcreve.

III — Na carta de Marcgraf figuram, sem embargo, alguns topônimos e legendas em latim ou holandês; primeiramente o título da carta numa espécie de bandeirola no canto superior esquerdo da fôlha — *Sinus Omnium Sanctoño;* entre o forte de S. Diogo e a igreja de Nossa Senhora da Graça, nos arredores da cidade de S. Salvador, lê-se: *Episcopi domus* (casa do bispo); defronte da cidade e sôbre o mar — *Water Casteel;* mais adiante, junto do curso médio do "R. Tapezipe", a seguinte inscrição relativa à tentativa de assédio das tropas de Nassau; *hic transitu Comitem prohibere cenabatur bestie*; e junto à ponta de S. Braz — *hic excentiones fecit Comes*. Finalmente, em pleno Recôncavo, entre a "Y dos Frades" (Ilha dos Frades) e a "I do Medo" está figurado um baixio, com a seguinte indicação: *Salmandricae arenae*, e mais longe: *Yleermuys Clip*.

Comecemos por observar que o título da carta em latim dispensava totalmente a repetição em português e que esta se lê ao meio da carta, como acontece na do Teixeira Albernaz — o que, mais uma vez, denuncia copista.

Circunstância singular: todos êsses topônimos ou legendas faltam na carta de João Teixeira, de 1666. Quanto a esta a omissão é compreensível, embora se conheçam outras cartas portuguêsas dos Teixeiras com muitas indicações sôbre operações militares da guerra com os holandeses. Mas os topônimos em latim e flamengo, únicos em meio da quase totalidade da nomenclatura portuguêsa, manda a lógica concluir que sejam enxertos pessoais de Marcgraf a uma carta preexistente; e, pelas mesmas razões, que esta fôsse portuguêsa.

Reflita-se ainda em que as duas legendas se referem a operações militares ordenadas pelo *Comes* (Conde de Nassau), a que o cartógrafo assistiu; e que os topônimos, excetuado o título geral, excrecência inútil de copistas, se reportam a dois edifícios, situados em frente do lugar onde ancorou a esquadra, como se vê da sua figuração na própria carta, a um baixio, que lhe ficava próximo e a outra particularidade hidrográfica, ou por outras palavras, a

casos e coisas da observação direta, pessoal, e forçosa, do cartógrafo, imobilizado ou percorrendo o Recôncavo na esquadra.

IV — Na carta de João Teixeira Albernaz todos os topônimos estropiados de Marcgraf aparecem em grafia correta e alguns modificados de forma que parece obedecerem a um protótipo, limpo daquelas máculas. Assim, por exemplo, onde o alemão grafou *E da gracia*, o português escreveu "Eng.º de Gracias". Estas circunstâncias tornam pouco provável que êste último copiasse daquele; mas como não transcreveu os acréscimos ainda menos provável é que o fizesse.

V — Para outro fato devemos desde já chamar a atenção: na carta de Marcgraf vêem-se espalhados, pelas margens do Recôncavo e longe por vêzes dos engenhos, grande quantidade de sinais convencionais, em forma de pequenos quadrados, totalmente ausentes na carta de Teixeira. Outra particularidade da carta de Marcgraf merece atenção e nos permite concluir que a sua fatura é posterior ao ano de 1640, já que celebra por um sinal convencional — a de um alteroso rôlo de fumo — a queima dos engenhos, levada a cabo naquele ano.

VI — Que as cartas de Marcgraf tenham sido traçadas à vista de um original português está na ordem natural das coisas, já que era nessa época a prática corrente e por vêzes única possível. Dêste fato comum, vamos citar um caso eloqüente, tanto mais quanto está ligado diretamente à carta que estamos estudando.

No segundo volume dos *Monumenta Cartografica* (1926) de Wieder, incluem-se cinco cartas, pertencentes a um atlas manuscrito de Johannes Vingboons, de cêrca de 1665, hoje guardado no Vaticano. Abrangem elas todo o nordeste brasileiro desde a região de Natal até o S. Francisco, ou seja, quase todo o Brasil holandês.

É o mesmo Wieder, o ilustre cartólogo holandês, a dizer dessas cartas: "pela sua nomenclatura são portuguêsas, mas alguns nomes e frases em holandês mostram que foram desenhadas por um cartógrafo desta nacionalidade, *segundo os originais portuguêses*". Ora, as cartas de Vingboons não abundam mais que as de Marcgraf em nomenclatura portuguêsa. Pelo contrário, a mesma lógica manda aplicar o raciocínio à carta do cartógrafo alemão. Wider continua: "A peculiaridade dêstes mapas reside na indicação de umas 200 reservas de gado (*coralen der Beesten*) que os portuguêses mantinham no interior do país, e das estradas que a elas conduziam. Êste fato pode-nos levar a pensar que estas cartas foram úteis ao govêrno holandês durante a ocupação do

Brasil, no que se referia a informes detalhados sôbre a riqueza em gado dos portuguêses. Os originais podem, por conseqüência, datar-se de entre 1636 e 1654, e talvez depois de 1642".

E acrescenta: "Os mapas de Vingboons avançam muito o nosso conhecimento do país durante a ocupação holandesa, especialmente no que se refere ao interior, e devem consultar-se ao mesmo tempo que os mapas de Barleus, a descrição da costa por Dirck Ruythers, assim como as descrições em Laet e os atlas manuscritos do Brasil por João Teixeira, da Biblioteca Nacional de Paris, da Biblioteca da Ajuda (Lisboa) e da Biblioteca da Duquesa de Palmela (Lisboa)." (1)

Existiram, pois, outros mapas portuguêses em escala muito maior do que aquela que até hoje conhecemos, e cujos originais tenham desaparecido?

Pôsto o problema por uma forma geral, podemos responder pela afirmativa. Resto dêsse material temos numa carta de cêrca de 1634, abrangendo a região entre o rio dos Afogados e o "Pojuca" incluindo, por conseqüência, a do Cabo de Sto. Agostinho, que se guarda num pequeno atlas das fortificações da Bahia, existente na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Essa carta, que é por certo de João Teixeira e no estilo das cartas do Atlas-Roteiro de seu pai, Luís Teixeira, contém além das indicações roteirísticas e dos traçados fluviais, outros informes de caráter estratégico sôbre a luta então travada entre luso-brasileiros e holandeses. A sua forma e estudo, que a aparentam estreitamente às cartas de Luís Teixeira, fazem-nos crer que se trata de carta de um atlas regional, interessando a tôda zona de operações encetadas naquela data. Outra razão nos leva à mesma conclusão: a sua escala é muito maior que a das cartas do atlas do Brasil, de 1631, de João Teixeira Albernaz, e está junto a outras cartas de tema semelhante, ainda que de autor diferente. Adiante nos ocuparemos dêste atlas no seu conjunto.

As considerações de Wieder devem ser desenvolvidas. As cartas de Vingboons assinalam, com efeito, algumas centenas de currais, em especial na carta conjunta da "Capitania da Parayba" e da "Capitania de Rio Grande". Pela carta da parte setentrional da Capitania de Pernambuco, se vê que a profundidade da expansão pecuária diminuíra notàvelmente nessa região, para reaparecer na meridional. Com efeito, os currais enxameiam no vale de S. Miguel e entre êste e o Porangaba; voltam a aparecer à beira dos cursos dos rios Paraíba, Maranguape, em tôda ou quase tôda

---

(1) Dr. F. C. Wieder, *Monumenta Cartographica*, Haagen, 1926, t. II, pág. 58, do texto.

a sua extensão, e de Camaratuba, na Capitania da Paraíba; e com maior freqüência e extensão ainda entre o Camaratuba e o Curimatau, o Trairi e o Potengi, na Capitania do Rio Grande.

VII — Mas é principalmente nestas duas últimas capitanias que a penetração dos currais se estende mais para o interior. É também a meio do mapa da capitania do Rio Grande que se lêem os sinais convencionais "Steeden" (cidades), "forten" (fortalezas), "aldeos" (engenhos), "Kirchen" (igrejas), "coralen der beesten" (currais de gado). Ora, o sinal correspondente à última designação é o mesmo que na carta da "Baya de Todos os Sanctos", de Marcgraf, ou seja, um minúsculo quadrado. No entanto, na carta de Vingboons, ao contrário do que sucede com a daquele cartógrafo, êles aparecem por via de regra acompanhados do nome do proprietário e com ausência dos sinais que indicam os engenhos. E dominam, com percentagem muito maior, as demais convenções.

Bem podemos agora dizer que, ao lado da cartografia do açúcar, de que atrás nos ocupamos, temos aqui a *cartografia da expansão pecuária,* de tão grande importância na história da formação do Brasil.

As duas formas de exploração econômica são complementares, ainda que em regiões diferentes; e lógico era que viessem a refletir-se conjuntamente na cartografia. E mais uma vez geografia e economia explicam a história.

Ouçamos uma das maiores autoridades sôbre o período holandês no Brasil e a importância da pecuária em relação ao domínio dos batavos: "êste importante ramo da economia rural tinha o seu campo de ação no sul de Pernambuco (hoje Estado de Alagoas) e no Rio Grande, sendo que o maior fornecimento de reses para o consumo era feito pelos criadores de gado do Rio Grande. Em 1635 os Conselheiros Políticos exaltaram a conquista final desta capitania, como um benefício inestimável da fortuna. Sem o Rio Grande, os soldados holandeses tão miseràvelmente tratados, com os sós recursos dos armazéns, ficariam condenados a morrer de fome; sem o Rio Grande, a alimentação da população de Pernambuco, em constante crescimento, seria uma coisa impossível".(1)

Não tardou tôda uma política do Príncipe de Nassau, em obediência a estas impreteríveis necessidades econômicas. E o historiador holandês continua: "Com a energia que lhe era própria, tomou João Maurício a si o incremento da criação do gado. Êle

---

(1) HERMANN WÄTJEN, *O Domínio Colonial Holandês no Brasil,* trad. de Pedro Celso Uchôa Cavalcanti, S. Paulo, 1938, págs. 442-443.

sabia perfeitamente que o bem estar da Colônia dependia dum abastecimento de carne, seguro e regular, e que sem bois de trabalho os plantadores de cana, em sua maior parte possuidores de "engenhos de animais", jamais poderiam manter em atividade satisfatória a fabricação do açúcar. Foi por isso que o Príncipe expediu uma ordem restritiva para que não fôssem abatidos bois mansos e os novilhos destinados a substituí-los. Ao mesmo tempo o preço da carne fresca foi baixado a tal ponto que não era negócio rendoso para os criadores vender reses para o matadouro, pelo que todos tratavam de negociar os seus bois com os plantadores, os quais pagavam elevadas somas pelos animais grandes e possantes. Finalmente, o Govêrno por um decreto proibiu a exportação de gado em pé, do Rio Grande, sem autorização especial e expressa". (1)

À vista da cartografia da indústria açucareira e da cartografia da expansão pecuária, compreende-se melhor como as duas se completavam e como o cultivo da cana e o fabrico do açúcar provocaram, só por si, a penetração dos sertões. Entende-se também melhor como o Brasil holandês teve de estender-se de Pernambuco para as capitanias do Nordeste que lhe ficavam mais próximas. A prolongação da conquista obedeceu às necessidades impreteríveis de formar uma unidade econômica e orgânica, sob pena de morrer, nos primeiros anos, por inanição.

VIII — A aceitarmos as afirmações de Wieder poderemos concluir que as cartas de Vingboons não só reproduzem traçados cartográficos portuguêses, mas que êsses protótipos já assinalavam a situação dos currais e por um sinal convencional idêntico?

Pronunciamo-nos afirmativamente por duas razões: a carta da Bahia, de Marcgraf, de origem diferente, está cheia dos mesmos sinais convencionais, ainda que sem declaração específica na própria carta; em segundo lugar, a expansão pecuária nessas cartas alcança uma profundidade totalmente alheia à penetração dos holandeses. Êstes pouco se afastaram dos litorais. Contam-se pelos dedos as suas expedições ao interior.

Luís da Câmara Cascudo pôde, com razão, escrever a propósito do conhecimento holandês do interior do Ceará: "Os holandeses foram péssimos caminhadores. Já não é possível encontrar as quinhentas léguas de Pedro Coelho de Sousa, nem os incansáveis devoradores de distância, furando, em tôdas as direções, o sertão cearense". (2)

---

(1) *Ibidem*, pág. 443.

(2) *Obra cit.*, pág. 438.

Além disso, o número dos informes e a sua vasta distribuição geográfica são tamanhos que denunciam cadastro ordenado por um poder central; e não é crível que os proprietários portuguêses levassem, em tão grande percentagem, a ingenuidade ou a inocência a ponto de fornecer ao implacável inimigo os dados que podiam a qualquer momento propiciar sua total ruína, com perda das esperanças de recuperação da soberania própria.

O que nos parece mais lógico de aceitar é que algum governador português tivesse ordenado a formação dum cadastro, que inspirou, por sua vez, a cartografia da pecuária, da mesma forma que já antes existira a do açúcar.

IX — Resta-nos acrescentar que as quatro cartas parciais em que Barleus fracionou a *Nova Carta* de Marcgraf assinalam também engenhos e currais de gado. Mas o que Wieder disse das cartas do atlas de Vingboons, poderemos com maioria de razão aplicar à grande *Carta* de Marcgraf. Aqui apresenta-se ainda em maior percentagem a nomenclatura portuguêsa; o traçado, pôsto que mais correto, aparenta-se às cartas de Vingboons; as convenções geográficas são em número muito maior; em compensação o número dos currais assinalados e dos nomes de proprietários, quer daqueles quer de engenhos, decresce consideràvelmente.

Fato digno de especial atenção: o sinal convencional de currais, já o dissemos, é diferente daquele que assinalamos nas cartas de Vingboons e na carta da Bahia, de Marcgraf; mas as convenções são tôdas designadas em português e traduzidas em latim, em versão nem sempre fiel. Ei-las:

«NOTULARUM EXPLICATIO

Vila ou cidade	Urbs vel Civitas
Povoação	Pagus vel vicus
Fortaleza	Fortalitium
Aldea das Indias	Domus indiarum
Aldea de Tapÿya	Domicilium
Igreia	Ecclesia
Eng.º dagoa cum Igreia	Ingenio, vel Mola Sacchari quae vi aquarũ rotatur, cum Ecclesia.
Sem Igreia	Idem sine Ecclesia
Eng.º de bois cum Igreia	Ingenio, seu Mola Saccari que vi animaliũ circumagitur.
Sem Igreia	Idem sine Ecclesia
Caza	Domus

Lugar des povoado	Domicilia deserta
Curral	Stabula diversarum bestiarum
Salinas	Salinae
Fonte, olho dagoa, Canzuba	Fons
Caminho	Via
Campina	Campi
Mato	Sylvae."

Se a diferenciação minuciosa dos sinais está denunciando caráter e método germânimo, do Dr. Topsius, não pode duvidar-se que a fonte de informação seja portuguêsa. Devemos admitir que Marcgraf, conforme êle próprio diz, tenha realizado peregrinações diuturnas, não a todos os lugares assinalados na sua carta geral, mas a algumas das cidades e vilas mais importantes, onde pudesse colhêr da bôca de portuguêses os informes necessários para discriminar convenções e completar assim o protótipo ou protótipos portuguêses, que transformou a seu modo.

Em conclusão: houve outros atlas dos Teixeiras ou, no caso particular que se refere à expansão pecuária, possìvelmente outras cartas traçadas por engenheiro ou cartógrafo português que as executou *in loco*, e que serviram de modêlo, quer a Vingboons, quer a Marcgraf, que as pôde diretamente colhêr no território ocupado.

Que os holandeses copiaram, e com servilismo, protótipos portuguêses não se nos afigura duvidável. À semelhança do que observamos antes com o mapa da "Bahia de Todos os Sanctos", de Marcgraf, também nas suas cartas, ou melhor, na sua carta do Brasil holandês, abunda uma nomenclatura portuguêsa, que não pode explicar-se senão por cópia direta. Assim, as designações administrativas e a sua divisão, primeiro sinal de soberania própria, não figuram nessa carta, em holandês, mas em português e por esta forma: "A CAPITANIA DE PARANAMBUCA" que, sem embargo, o cartógrafo inscreve e traduz em cartela a um dos lados: "Praefectura Paranambucae"; e assim para as demais capitanias ocupadas.

Êste fato não é de estranhar. Tornou-se regra, na época. Raras vêzes um cartógrafo inovava inteiramente. E todos se julgavam no direito de revelar e divulgar traçados e conhecimentos geográficos sigilosamente guardados por outrem, em nome dum direito estritamente nacional. Estranhável é apenas que os mesmos especialistas não dêem, neste caso, o seu a seu dono. E a êles e aos nossos leitores oferecemos como exemplo típico e juntamente cômico o caso seguinte:

No atlas de Van Keulen que, desde 1680 por diante, teve várias edições, a costa, desde o Cabo de Cumá até ao Cabo do Norte reproduz, em grande escala, um dos velhos protótipos da carta do delta amazônico, tal como era representada primitivamente por João Teixeira. Não obstante, aqui o descuido e a promiscuidade lingüística nas designações geográficas são maiores. Assim, por exemplo, na foz do Amazonas estão assinalados os "Harde Banken", "De Roode Hoek", em flamengo; nomeia-se, metade em português, metade em holandês, "Cabo Noord", mas a grandíssima maioria da nomenclatra é em português estropiado: "punto das pedras", "Cidade de Belem", ou, "Provencia dos Iocantos". E o servilismo da cópia chegou ao cúmulo de inscrever sôbre a margem esquerda do delta amazônico, isto: "Fort^{a} q. Tamamos dos Holandezes"! (1)

---

(1) Esta carta foi reproduzida pelo Barão do Rio-Branco no primeiro dos seus atlas sôbre os limites com a Guiana Francesa, sob o nº 81.

NOTA

(*) P. 16 — Do mapa de Marcgraf, gravado em 9 chapas de cobre, conhecem-se três edições: a primeira publicada por I. Blaeu, em Amsterdam, 1646; a segunda, por Huijch Allardt (Hugo Allard), em Amsterdam, 1657; e a terceira, por Clemendt de Jonghe, também em Amsterdam, 1664. Hoje restam pouquíssimas cópias do mapa. A Mapoteca do Itamaraty possui um exemplar da terceira edição. Em 1923, M. Nijhoff reproduziu o mapa, ao reeditar a obra de Gaspar Barleus, *Nederlandsch Brazilië...*, e Luís da Câmara Cascudo fêz o mesmo em sua *Geografia do Brasil holandês*, 1956.

I.A.

III

O BRASIL NAS GRAVURAS HOLANDESAS DO SÉCULO XVII

Além dos grandes editôres holandeses de atlas — os Hondius, os Jansson (ius) e os Blaeus — outras casas editôras, não menos prolíficas, podemos assinalar, como os Allard (Carolus e Abraão), os Doncker (Justus, Cornelius e Hendrik), os Schenks (Pieter e Pieter J.or), os Valks (Gerald e Leonardo), os Vooght (Claes Jansz.), os Van Keulen e os Visscher. (*)

Os últimos merecem uma menção especial, como gravadores, pela quantidade e qualidade das suas obras, referentes ao Brasil.

Nascida, ao que parece, nos Países-Baixos, a gravura tomou um grande desenvolvimento nesse país. Quase todos os grandes pintores flamengos foram igualmente notáveis gravadores. O mesmo aconteceu com os cartógrafos, alguns dos quais, como os Visscher deixaram notáveis gravuras de arte sôbre o Brasil. Com efeito, muitos dos mapas e atlas do Brasil, de escola holandesa, são ilustrados, quer apenas com figuras alegóricas, quer — o que mais interessa — com representações de cidades, de batalhas terrestres ou navais, das casas típicas dos colonos portuguêses, dos habitantes de tôdas as raças e condições, e das mais variadas cenas da vida brasileira, no século XVII, em especial, as que dizem respeito à produção do açúcar.

A grande maioria dêsses gravadores não conheceu o Brasil: é, pois, evidente que talharam as suas gravuras de arte, cingindo-se mais ou menos fielmente, aos desenhos trazidos dali e executados, *in loco,* em certos casos por artistas conhecidos.

Notáveis, por exemplo, são aquelas que representam paisagens ou cenas da vida brasileira, desenhadas ou desenhadas e gravadas conjuntamente por Franz Post.

Gravado o desenho em cobre, mais geralmente a água forte, e transposto ao papel, a gravura era colorida à mão, por vêzes a mesma por artistas e coloridos diferentes, o que dá quase a cada

(*) Ver nota no final do capítulo.

exemplar de atlas ou carta, idênticos como espécie geográfica, o caráter e a frescura duma obra individual.

A mais notável e perdurável família e oficina de gravadores, a dos Visscher, prolongou-se por mais dum século. O fundador da casa, Nicolau J. Visscher (ou Piscator), que também assinava Claes J. Visscher (ou Piscator), morreu em 1637. Nicolau Visscher II, seu filho, e continuador (1618-1679) assinava, com freqüência, com o nome e as iniciais do pai, entremeando o J. ou o I., para explorar assim o renome que desfrutara o fundador da casa. O representante da terceira geração, Nicolau Visscher III (1649-1709) assinou o seu próprio nome *tout court*. Algumas das melhores gravuras de arte, holandesas, do século XVII, sairam dessa casa. Fundada em 1615, ainda em 1717 a viúva Visscher editava algumas obras. Como muitas delas passaram sucessivamente de pai a filho e não são datadas, torna-se difícil dizer a qual dos membros da família pertenceu. (*)

Depois daquela última data o fundo Visscher passou para as mãos de Pedro Schenk.

Além dos Visscher, muitos outros gravadores holandeses estão ligados à cartografia e à historia do Brasil, devendo sempre ter-se em vista que muitas vêzes os nomes que assinam as gravuras, de editôres-gravadores, mais não fazem que usurpar o trabalho e a glória alheia. Isso acontece, com freqüência, com as gravuras mais tarde coligidas na obra de Arnold Montanus e na *Galérie Agréable du Monde*, de Pieter van der Aa.

Da mesma sorte, os gravadores copiavam as gravuras mais notáveis dos seus antecessores, acrescentando-lhes apenas algumas novidades recentes de caráter geográfico. Informa Lelewel que a célebre carta de Mercator de 1569 foi imitada por Guilherme Jansson(ius), em 1606, o qual acrescentou à parte geográfica uma rica decoração artística. Mais tarde Pedro Kerius regravou a mesma carta, conservando tôda a parte decorativa, e acrescentando-lhe alguns descobrimentos recentes, como os da Terra do Fogo, do estreito de Le Maire, do cabo Horn e da ilha Barnevelt. Essa carta aparece publicada no Atlas de Jansson (ius) de 1638. Esta mesma foi ainda retocada e assinada pelo gravador J. van den Ende, passando a figurar nos atlas de Blaeu de 1647 e 1649. (1).

Pedro Kerius, que editou por conta própria, trabalhou principalmente como gravador dos Hondius e dos Jansson(ius) e, por êsse motivo, o seu nome está ligado a muitas cartas do Brasil. (**)

(1) «Géographie du Moyen Age», t. I, pág. C e CI.

(*) (**) Ver notas no final do capítulo.

Mais notàvelmente ainda estão ligados à cartografia e à história do Brasil os nomes de Sal. Savry, Jan van Brosterhuizen e Teodoro Matham, os quais gravaram os célebres desenhos de Franz Post e Jorge Marcgraf, que ilustram a obra de Barleus sôbre o Brasil, *Rerum per Octennium in Brasilia*. . ., já aqui mencionada.

Sob êsse ponto de vista, das gravuras de mapas, incluindo paisagens e cenas da vida social brasileira, ou de gravuras de caráter geográfico, abrangendo essas mesmas representações, há a considerar em primeiro lugar os nomes dos artistas, aos quais pertence a autoria dos desenhos gravados, como Franz Post, das cartas e desenhos, como Marcgraf, ou de plantas e desenhos de caráter militar, como a *Tomada de Porto Calvo*, em fevereiro e março de 1637, desenhada pelo Coronel Cristóvão Arciszewsky.

De todos êles o mais notável pela qualidade e quantidade dos desenhos é, sem dúvida alguma, Franz Post, cuja obra, em conjunto, pinturas e desenhos, representa "cronològicamente a primeira pintura de terras exóticas descobertas e visitadas no ciclo das viagens européias, depois da Renascença", em opinião do Embaixador Ribeiro Couto.

Dêle são ainda estas notáveis palavras: "O artista surpreendeu sêres e coisas que *estão vivendo* no conjunto dos acidentes naturais, a céu aberto. As suas palmeiras, os seus mamoeiros, os seus genipapeiros, as suas mangueiras em recorte contra as nuvens cálidas, as suas abóboras e os seus abacaxis a surgir opulentos do chão fértil; os carros de boi pelas estradas; os seus índios, nas canoas guerreiras; os seus senhores-de-engenho a dois passos da moenda, em conversa ou dando ordens; os escravos que sobem uma encosta, com cestos à cabeça, ou se ajuntam à porta de uma capela, em grupos que se movem e falam — as negras com as suas longas camisolas brancas, os negros de saiote ou de calções; — os seus cavaleiros de chapéu de palha desabado; as nobres damas de cintura fina que se dirigem à igreja em companhia de um marido de espadagão nas costas; as muralhas dos fortins que se erguem da areia; as senzalas; os sobradinhos de povoado; os copiares e os frontões de capela com sua cruz; a arcaria das fábricas de açúcar; as máquinas e os caldeirões de mel; tudo isso, e mais o movimento, e mais a côr, e mais a graça, tudo isso constitui uma extraordinária sinfonia de natureza e de humanidade — a nossa natureza e a nossa humanidade no Pernambuco do século XVII".

São ainda para reter os seus juízos sôbre o significado da obra de Franz Post em relação à influência portuguêsa e à holandesa na formação do Brasil:

"Diante da obra de Post ficamos certos da invencível fôrça da cultura lusitana que para ali fôra transplantada, com índios e negros escravos a seu serviço. Não há um único quadro do pintor, naqueles anos de moradia em Pernambuco, e nos que executou depois, até a sua morte (1680), que nos autorize a "ver" influência holandesa na civilização pernambucana. A casa e a igreja, que são os dois primeiros documentos fisionômicos de um agrupamento humano, são sempre tìpicamente "nossas". Não há um muro, uma janela de que possamos dizer: é arte holandesa. E' tudo trabalho do mestre-de-obras português — como os da Bahia, os do Rio de Janeiro, os de Santos.

Franz Post nos auxilia a compreender, assim, o invariável processo de formação portuguêsa e brasileira que já se operava em Pernambuco, com um caráter definido, definitivo e insubstituível, e que nem o poder de sedução intelectual, nem o poder militar da côrte de Nassau conseguiram alterar".(1)

Estas opiniões do Embaixador Ribeiro Couto não são partilhadas por todos os estudiosos do domínio holandês no Brasil. Dois escritores da maior categoria, Gilberto Freire e Antônio Gonçalves de Melo Neto, viram no tipo e número dos sobrados — "altos e magros" — um aspecto de influência inegàvelmente holandesa na arquitetura do Brasil. Mais recentemente dois trabalhos, muito bem documentados, rebatem, ao que nos parece, triunfantemente aquela opinião.(2)

Josué de Castro conclui, com razão, ao que nos parece, pela "inegável influência holandesa na localização da cidade, na escolha do sítio que lhe deu assentamento e que constitui até hoje o fundo natural de sua paisagem urbana". Mas quanto a influências arquitetônicas da mesma origem é o mesmo autor a declarar: "a verdade é que não se encontra nada, que possa exprimir uma sobrevivência cultural do curto período da ocupação holandesa.. A única hipótese de influência arquitetônica holandesa era a que viram alguns estudiosos nos tipos de sobrados altos e magros tão encontradiços na paisagem urbana do Recife. Mas esta hipótese não resiste a uma análise histórica do problema". E Josué de Castro faz, a seguir, essa análise, fundando-se mais que tudo no trabalho de Câmara Cascudo.

Seja-nos lícito, para terminar, citar a opinião dum ilustre historiador e sociólogo holandês, cujas conclusões, tão autorizadas,

---

(1) *Catálogo da Exposição Franz Post*, 1942.

(2) Câmara Cascudo, *Geografia do Brasil holandês*, ant. cit., pág. 274 e seg.; e Josué de Castro, *A influência holandesa na paisagem urbana do Recife*, em «Anais do 1º Congresso de História Nacional», t. XII, págs. 231-260.

contrariam as queixas, tantas vêzes ouvidas, em bôcas de brasileiros: "O Brasil não é para lamentar por nô-lo terem os portuguêses reconquistado, porquanto se, como possessão, talvez o houvéssemos tornado mais rendoso do que êles o souberam fazer durante o seu longo domínio, também é certo que jamais teríamos conseguido colonizá-lo tão bem e em tão vastas proporções". (1)

Câmara Cascudo comenta da seguinte forma esta opinião: "Resta conhecer a acepção em que Van Rijckevorsel afirma a possibilidade de o Brasil holandês ter sido ou poder-se tornar mais rendoso. Sê-lo-ia para os concessionários e não para os elementos humanos do colonato". E é ainda o mesmo escritor a lembrar os altos louvores de Paulo Leroy-Beaulieu à excelência da seleção portuguêsa na colonização do Brasil. (2)

---

(1) VAN RIJCKEVORSEL, «Uit Brasiliê» Rotterdam, 1886, vol. I, pág. 135.

(2) «Le Brésil est le chef d'oeuvre de la colonisation portugaise; et bien qu'il ne lui appartienne plus, c'est néanmoins une gloire pour le Portugal que de l'avoir conduit ou il est actuellement, d'avoir protegé son enfance sans l'opprimer, et d'avoir su se séparer de lui sans haine ni rancune. Aux Indes une politique jalouse, étroite et ambitieuse, ne tarda pas à ruiner l'édifice de la puissance portugaise; en Afrique, un commerce honteux et dégradant enrichit le Portugal en l'avilissant; au Brésil seul, les Portugais se montrèrent des colons; ils surent allier dans une juste mesure l'esprit d'aventure à la patience pratique et à la perseverance laborieuse, et ils réussirent ainsi à atteindre l'un des buts, si ce n'est le seul, de la colonisation, la création d'un grand Etat, riche, industrieux et libre». (*De la Colonisation chez les Peuples Modernes*, Paris, 1891, pág. 58-59).

NOTAS

(*) P. 27 — Com o sobrenome *Doncker*, conhece-se um editor de mapas, de Amsterdam, de nome Hendrik, que publicou inúmeros atlas hidrográficos em holandês, francês e inglês, bem como cartas avulsas. Com o sobrenome *Danckerts* existiu em Amsterdam uma importante família de gravadores e editôres de mapas, cujos principais membros foram: Cornelis (1603-56); Johannes (1615/16-85); Danker (1634-66); Justus (1635-1701); Theodorus (1663-c.1727); e Cornelis (1664-1717). Consultar: Leo Bagrow, *History of Cartography*, London, 1964, p. 240 e 242; Raymond Lister, *How to identify old maps and globes*, London, 1965, p. 147 e 158; e Wilhelm Bonacker, *Kartenmacher aller Länder und Zeiten*, Stuttgart, 1966, p. 74 e 80.

(*) P. 28 — L. Bagrow e W. Bonacker (*op. cit.*) e Ir. C. Koeman, *Collections of maps and atlases in the Netherlands*, Leiden, 1961, citam o ano de 1652 como o da morte de N. J. Visscher I. Quanto a Visscher III, R. Lister (*op. cit.*) dá-lhe as seguintes datas de nascimento e morte: 1639-1709; e W. Bonacker (*op. cit.*), as de 1650-1702).

(**) P. 28 — A forma original do nome é: Pieter van den Keere. Mas também aparece sob as formas: Peter Keer, e Petrus Kaerius ou Kerius.

I.A.

LISTA DE ALGUMAS DAS GRAVURAS MAIS IMPORTANTES DE TEMA BRASILEIRO

JANSSONIUS (JOHANNES)

— Accuratissima Brasiliae Tabula s.d.

BLAEU (JOHANNES)

— Brasilia. s.d.

WIT (FREDRICK DE)

— Terra Nova ac Maris Tractus circa Novam Franciam Angliam, Belgium... s.d.

VISSCHER (CLAES)

— Perfecte Caerte der Gelegentheyt van Olinda de Pharnambuco... 1648.
— De Stat Olinda de Pharnambuco... 1630.
— Afbeelding der Stadt en Fortressen van Parayba. s.d.
— Gravura representando Diogo de Mendonça Furtado, 12.º Governador do Brazil na Bahia (desde 12 de Octubro de 1622 até 10 de Maio de 1624), o Provincial dos Jesuitas Domingos da Cunha e seus 12 companheiros feitos prisioneiros em S. Salvador e levados para Amsterdam, onde foram retratados a 17 de Octubro de 1624.

SCHENCK (P.) et G. VALK

— Accuratissima Brasiliae Tabula (ca. 1680)

SCHENCK (P.)

— Fernambuco, een Stadt in Zuidamerika, in het Oesterdeel van Brasilie... s.d.
— S. Salvatoris Fanum, Brasiliae ad Sanctorum omnium sinum, bene munita urbs. s.d.

MARGGRAPHIUS (GEORGIUS)

— Brasiliae Geographica & Hydrographica Tabula nova, continens Praefecturas Ciriji, cum Itapuama de Paranambuca, Itamaraca Paraiba, & Potiji, vel Rio Grande... 1643.

JONGHE (CLEMENDT DE)

— Maritima Brasiliae Universae. 1664.

MONTANUS

— Veroveringe van Rio Grande in Brasil. 1663.
— Afbeeldinge vande Cabo St. Augustin s.d.

— Serinhaim, s.d.
— Obsidio et expugnatio Portus Calvi s.d.
— Siara s.d.
— Alagoa ad Austrum s.d.
— Castrum Mauritii ad ripam fluminis S. Francisci. s.d.
— Ostium Flumines Paraybae s.d.
— Afbeeldinghe van Pariba ende Forten s.d.
— Arx Principi Guiijelmi. s.d.
— Mauritiopolis. s.d.
— I. Tamaraca. s.d.
— Arx Nassovii. s.d.
— Boa Vista, s.d.
— Fluvius Grandis. s.d.
— Urbs Salvador (1624?)
— Olinda de Phernambuco. s.d.
— Sinus omnium Sanctorũ. s.d.
— Brasilia. s.d.

DANKERTS (Cornelis)

— Eygentlyke Afbeeldinge van de Cust tuschen C. S. Augustyn ende Rio Grande in Westindien. s.d.

POST (F.)

— Castrum Mauritij ad ripam Fluminis S. Francisci. s.d.
— Classis navium qua hinc discessit comes Mauritius praefectus. 1645.
— Praelium prope Portum Calvium. 1645.
— Obsidio et expugnatio Portus Calvi. 1645.
— Olinda. 1645.
— Serinhaim. 1645.
— Alagoa ad Austrum. s.d.
— Castrum Mauritii ad ripam fluminis S. Francisci. s.d.
— I. Tamaraca. 1645.
— Castrum Minae. s.d.
— Arx Nassovii. 1645.
— Siara. 1645.
— Fluvius Grandis. s.d.
— Sinus omnium sanctorũ. s.d.
— Arx principis Guilielmi. s.d.
— Mauritiopolis. 1645.
— Caput S. Augustini s.d.
— Friburgum. s.d.
— Boa Vista. s.d.
— Primũ paraelium navale inter I. Tamaricam et Goianam XII Ianuar, sd.
— Tertium praelium ad Paribam XIII Jan. 1645.

— Secundum praelium navale ad Promont. Album, vulgo Cabo Blanco. XIII Jan. s.d.
— Quartua praelium coniovina inter et fluvium Rio Grande. XVII Jan. 1645.
— Incendia molarum Praefecturae omnium Sanctorũ. 1645.
— Loanda S. Pauli. 1645.
— Insula S. Thomae.
— Capitaniarum de Phernambuco, Itamaracá, Paraiba, et Rio Grande Noua delineatio. s.d.
— Sinus omnium Sanctorũ s.d.
— t'Neemen van de Suyker Prysen inde Bay de Tode los Sañtos. 1627.
— Abriss der Baya und Meerbutems de Todos os Sanctos und Statt S. Salvador von Hollandern eingenomen. s.d.
— Ponta Tamandaré. s.d.
— Eroberung der Vestung Povaçon zu Porto Calvo... 1637.
— Afbeeldinghe van de Salgh van onse Troupen onder het beleÿdt vande H. Colonel Artichau... 1636.
— Veroveringing van Rio Grande in Brasilia. 1633.
— Villa D. Olinda D. Pernambuco. s.d.
— Afbeeldinge vande Cabo St. Augustin Met haer forten. s.d.
— Das Nordertheil des Lands Brasilien... s.d.
— Praefecturae Paranambucae Pars meridionalis s.d.
— Praefecturae Paranambucae Pars borealis una cum Praefecturae de Itamaracâ. s.d.
— Pascaert van de ghelegentheyt van Parnambuc betrocken door Hessel Gerritsz. s.d.
— Eygentlicher Abris und Gelegenheit der Vornemen Hauptstadt des Kônigreichs Brasilien Phernambuco auch Olinda... 1630.
— Olinda... 1630.
— Brasilia qua parte paret Belgis. s.d.
— Paskaart van Brasil Van Rio de los Amazones, tot Rio de la Plata. s.d.
— Praefecturae de Paraiba, et Rio Grande 1640. (*)

(*) NOTA — As gravuras acima relacionadas encontram-se na Biblioteca Nacional e na Mapoteca do Itamaraty. I.A.

II PARTE

OS ATLAS DOS TEIXEIRAS E O SEU SIGNIFICADO HISTÓRICO

Temos até aqui falado dos Atlas dos Teixeiras, um dos quais descrevemos, como documentos subsidiários em relação ao esclarecimento de certos problemas históricos da expansão territorial e da formação econômica do Brasil. Damos agora um balanço à atividade dessa família de cartógrafos, ao número dos seus atlas conhecidos, ao seu valor como conhecimento geográfico e ao seu significado histórico.

Desde o comêço do século XVII há provas documentais da existência de um cartógrafo, João Teixeira, filho de Luís Teixeira, de quem tanto nos havemos ocupado. (1) Com o nome de João Teixeira Albernaz conhece-se um grande número de cartas que vão desde 1612 a 1681. Se êste período de 70 anos não bastasse a fazer-nos suspeitar que se trata de dois artistas diferentes, com o mesmo nome, a diferença de letra e estilo cartográfico convence, sem a menor dúvida, da dualidade. Sabe-se por uma nota do cosmógrafo-mor Manoel Pimentel, lançada numa das fôlhas de um dos atlas de João Teixeira, de 1642 (Biblioteca da Ajuda de Lisboa), que êste cartógrafo era neto do primeiro que assinou com o mesmo nome. Supomos que o autor dêsse atlas assinasse também João Teixeira Albernaz, tanto mais quanto as cartas ou atlas firmados com igual nome entre 1666 e 1681, pertencem a um estilo e letra visìvelmente diferentes. Podemos, no atual estado dos nossos conhecimentos, concluir que houve três cartógrafos distintos da mesma família que usavam do nome de João Teixeira, ou João Teixeira Albernaz, embora não saibamos com segurança quais as ligações de ascendência entre os três. (*).

Para se avaliar da atividade cartográfica dessa família vamos primeiramente tentar o balanço dos atlas conhecidos e daqueles cuja existência podemos inferir pelas cópias holandesas. Damos esta preferência aos atlas, porque foi essa a atividade característica dêsses cartógrafos e da cartografia portuguêsa durante o século XVII e, ainda mais concretamente, durante o período do domínio filipino. Vale, pois, a pena enumerar êsses códices, para depois estudar, em separado, os mais importantes dêles.

---

(1) V. SOUZA VITERBO, *Trabalhos náuticos*, t. I, pág. 249.

(*) Ver nota no final do capítulo.

Partindo do primeiro, temos os seguintes: (*)

I — Atlas-Roteiro de Luís Teixeira, c. de 1574, acompanhado de uma carta geral de c. 1586, já estudado.

II — Como antes dissemos, em 1592, o mesmo Luís Teixeira notificava a Ortélio que lhe enviava cópia de um atlas do Brasil em nove ou dez cartas. A página protótipo dêsse atlas perdido deve ser a carta dos Abrolhos e da costa brasileira próxima, publicada por Gaspar Ferreira Reimão, em 1612, e a que já nos referimos.

III — O Atlas da "Rezão do Estado do Brasil", c. 1613, de João Teixeira, existente na Biblioteca Municipal do Pôrto.

IV — O Atlas Universal de João Teixeira, de c. 1620, chamado "da Duqueza de Berry". Contém duas cartas do Brasil. Nêle a foz do Amazonas pertence a um tipo arcaico, que supomos anterior ao de Vicente Cochado. O Tocantins aparece designado como rio Pará.

V — "Livro que dá Rezão do Estado do Brasil", de João Teixeira, de c. 1626, existente no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

VI — "Descripção das costas do Brasil", por João Teixeira Albernaz, 1627. Atlas com 19 cartas, pertencente à Biblioteca Nacional de Paris. Adiante faremos a sua descrição conjuntamente com a dos dois atlas da "Rezão do Estado".

VII — Seis fôlhas de um Atlas Universal de João Teixeira, com 11 cartas de c. de 1630, existentes na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e contendo um mapa-múndi de um grande interêsse para a história da geografia.

VIII — Uma fôlha de um Atlas do Brasil, com 3 cartas, do mesmo formato, estilo e autoria do primeiro, existente na mesma Biblioteca. (**)

IX — Atlas Hidrográfico de João Teixeira, de 1630, organizado e emendado por D. Jerônimo de Ataíde. Pertence à Biblioteca do Congresso de Washington. Dêste e do Atlas Universal de João Teixeira de c. de 1630, nos ocuparemos adiante.

X — O atlas com o título de "Estado do Brasil coligido das mais certas noticias que pode ajuntar Dõ Jeronimo de Ataide, por João Teixeira Albernaz, cosmographo de Sua Majestade. Anno de 1631", que adiante descreveremos.

XI, XII, XIII, XIV, XV — Cinco atlas, datados de 1640, com 31 ou 32 cartas, cada uma delas acompanhada de uma página

(*) (**) Ver notas no final do capítulo.

de descrição e com o título geral de: "Descripção de todo o maritimo da terra de Santa Cruz". Dois exemplares no Rio de Janeiro, os demais em Belém do Pará, Lisboa e Paris. Adiante transcreveremos o conjunto muito notável das suas páginas descritivas. (*)

XVI e XVII — Atlas datados de 1642, com 23 cartas, acompanhadas de texto. Um em Lisboa, de João Teixeira, (Biblioteca da Ajuda); outro, citado por Joaquim Bensaude, como sendo de João Teixeira Albernaz (1). Existe cópia do primeiro na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, mandada fazer pelo Barão do Rio-Branco. (**)

XVIII — Atlas Universal de João Teixeira, de 1643, pertencente ao engenheiro Salema Garção (Lisboa). São de minguado interêsse as duas cartas em que aparece o Brasil, embora de execução perfeita.

XIX — O "Livro de toda a costa da Provincia de Santa Cruz", feito por João Teixeira Albernaz, 1666, e que adiante descreveremos.

XX — Um atlas muito semelhante a êste, mas sem data, existente na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. (***)

XXI — "Livro da descrição de toda a costa do Brasil, que começa no Rio da Prata e acaba no Gran Pará, debaixo da Linha Equinocial, Anno 1670", por João Teixeira Albernaz. Compõe-se de 32 cartas. Estava à venda em Munique, em 1908. (2) (****)

XXII — Na obra de Frei João José de Santa Tereza — "Istoria delle guerre del regno del Brasile", Roma, 1698, inclui-se uma fôlha de um atlas do Brasil, do tipo dos atlas dos Teixeiras, embora com nomenclatura italianizada, em parte. — "Provincia del Ré" — a qual corresponderia hoje ao Estado do Rio Grande do Sul e à República do Uruguai, reunidos, e onde já figura a Colônia do Sacramento. Deve datar, pois, de 1681, ano em que também João Teixeira Albernaz, último da família, ainda era vivo.

XXIII — A todos êstes há que acrescentar a carta, muito provàvelmente fôlha de um atlas, de grande escala, da época das guerras holandesas, abrangendo um trecho da costa da capitania de Pernambuco, a que já nos referimos.

Concluímos igualmente que Marcgraf e Vingboons, o primeiro na carta da "Bahia de Todos os Sanctos", o segundo, nas suas cartas do Nordeste brasileiro, utilizaram um protótipo ou protótipos portuguêses, com o mesmo sinal convencional para localizar os

(1) «Les legendes Allemandes sur l'histoire des Découvertes Maritimes Portugaises», t. I, pag. 97.
(2) Mencionado por J. BENSAUDE, *Ibidem*.
(*) (**) (***) (****) Ver notas no final do capítulo.

currais; e que a *Carta Nova* de Marcgraf, fragmentada na obra de Barleus, obedece também a um protótipo português, mas de traçado menos evoluído, quando comparado com o que foi utilizado por Vingboons. Além disso, outras cartas dêste atlas ou a êle alheias, publicadas por Wieder, denunciam ainda a utilização de mais dois atlas portuguêses, acrescentando-se que também no Atlas de Joannes van Keulen há várias cartas copiadas de um atlas daquela mesma origem.

Em resumo: além dos XXIII atlas, intactos ou mutilados, assinados ou seguramente atribuíveis aos Teixeiras, há provas da existência de mais cinco. Outros existirão ainda em arquivos públicos ou coleções particulares; e, por muitos que sejam, representarão a parte menor do número total dos atlas do Brasil traçados por essa família de cartógrafos.

Além dêsses atlas, conhecem-se muitas cartas avulsas das costas da América Meridional conjuntamente com as da África, do tipo da de Luís Teixeira, de c. de 1600; outras das costas ou simplesmente dos portos do Brasil, de João Teixeira e João Teixeira Albernaz. A última delas, abrangendo a costa da América desde as Antílhas ao Rio da Prata, assinada por João Teixeira Albernaz, tem a data de 1681 e guarda-se na Biblioteca de Évora.

Vamos agora descrever os mais importantes dentre os atlas que enumeramos.

NOTAS

(*) P. 39 — Segundo estudos publicados nos PMC, IV, p. 83, são os seguintes os documentos conhecidos, relativos a cartógrafos com os nomes de João Teixeira e João Teixeira Albernaz:

1º *grupo* (com a assinatura de *João Teixeira*):
1) atlas de c. 1626
2) atlas de 1630
3) atlas de 1640 (1 original e 6 cópias)
4) atlas de 1642 (com o parecer de Manuel Pimentel)
5) atlas de 1643
6) carta de 1645
7) carta de 1646
8) atlas de 1648 (4 exemplares)
9) cartas de 1649 (2)

2º *grupo* (com a assinatura de *João Teixeira Albernaz*):
1) atlas de 1627
2) atlas de 1631

Nesses dois grupos, os atlas e cartas possuem o mesmo estilo e são seguramente do mesmo autor, cujo nome aparece escrito em letra desenhada.

3º *grupo* (com a assinatura de *João Teixeira Albernaz*):
1) carta de 1665
2) atlas de 1665
3) atlas de 1666
4) carta de 1667
5) atlas de 1670
6) carta de 1675
7) carta de 1676

8) carta de 1677
9) carta de 1681

Neste grupo, os atlas e cartas são do mesmo autor, distinto do anterior (grupos 1 e 2) e a sua assinatura é em letra corrente.

4º *grupo* (com a assinatura de *João Teixeira*):

1) carta de 1665.

Essa carta não se situa tão nìtidamente dentro dos dois primeiros grupos, mas aproxima-se bastante dos documentos do terceiro.

Da análise do estilo e letra das obras mencionadas deduz-se que os quatro grupos reduzem-se a dois: o mais antigo, da autoria de um cartógrafo João Teixeira I ou João Teixeira Albernaz I, e o mais moderno, da autoria de um cartógrafo João Teixeira II ou João Teixeira Albernaz II.

A comparação entre êsses grupos de atlas e cartas, bem como referências documentais existentes, comprovam, pois, que houve dois cartógrafos homônimos, avô e neto, o primeiro dos quais assinava de preferência, apenas, João Teixeira, enquanto o segundo assinava, geralmente, João Teixeira Albernaz.

Assim, na primeira metade do século XVII existiu um cartógrafo João Teixeira I ou João Teixeira Albernaz I, irmão de Pedro Teixeira ou Pedro Teixeira Albernaz, ambos filhos de Luís Teixeira. Êsse João Teixeira era pai de Estêvão Teixeira, também dado às artes da cartografia, mas do qual não se conhece qualquer obra assinada.

Na segunda metade do século XVII trabalhou outro cartógrafo, João Teixeira II ou João Teixeira Albernaz II, neto de João Teixeira I ou João Teixeira Albernaz I e portanto filho de Estêvão Teixeira ou de algum irmão ou irmã dêste.

(*) P. 40 — São de João Teixeira I ou João Teixeira Albernaz I (pai) os atlas relacionados sob os ns. III-XVIII e XXIII; e de João Teixeira II ou João Teixeira Albernaz II (neto), os de ns. XIX-XXII.

Datas diferentes são atribuídas a alguns dêsses atlas, em PMC, a saber: n. III, c. 1616 e não c. 1613; n. IV, c. 1628 e não c. 1620; n. VII, c. 1632 e não c. 1630. O atlas citado sob o n. IV pertence à Biblioteca Nacional de Paris.

(**) P. 40 — Essas três cartas acabam de ser objeto de um interessante e documentado estudo feito pelo Comandante Max Justo Guedes, intitulado *Brasil — Costa Norte. Cartografia Portuguêsa Vetustíssima*, Rio de Janeiro, Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1970. No mesmo trabalho o autor analisa também duas cartas de Antônio Vicente Cochado, representando a fóz do Amazonas. Essa publicação, que reproduz as cinco cartas, foi feita para comemorar o Centenário da Flotilha do Amazonas.

(*) P. 41 — Da autoria de João Teixeira I ou João Teixeira Albernaz I, há um atlas de 1640, do qual se conhecem hoje os seguintes exemplares: um original, com 31 cartas, guardado no Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, em Lisboa, e que pertenceu anteriormente à Casa Palmela; e sete cópias, não autógrafas, assim distribuídas:

1) Biblioteca Nacional de Paris, com 32 cartas;
2) Mapoteca do Ministério das Relações Exteriores do Brasil (Palácio Itamaraty) com 32 cartas;
3) Biblioteca e Arquivo Público de Belém, Pará, também com 32 cartas;
4) Biblioteca da Ajuda, em Lisboa, com 32 cartas, sem título, data, nem nome de autor;
5) Coleção Embaixador Joaquim de Sousa Leão Filho, no Rio de Janeiro, com título, mas sem nome de autor nem data, devendo ser cópia de 1654;
6) Sociedade de Geografia de Lisboa, com título diferente, sem nome de autor nem data, e 32 cartas;
7) Biblioteca Nacional de Paris, com apenas 8 cartas soltas, cópias fiéis das que figuram no atlas de 1640.

Os exemplares 1, 2, 3 foram feitos pelo mesmo copista; o 4 parece cópia de J. Nunes Tinoco, o mesmo que elaborou o "Livro das Praças de Portugal"; os exemplares 5 e 6 foram elaborados pelo mesmo desenhista, diferente do que fêz as cópias 1, 2, 3; o copista responsável pelo exemplar 7 é completamente distinto dos anteriores.

(**) P. 41 — Na realidade, com essa data, só se conhece um atlas, pertencente à Biblioteca da Ajuda, em Lisboa. Trata-se de um atlas truncado, no qual faltam 8 cartas.

Joaquim Bensaúde, considerando distintos um cartógrafo João Teixeira (1602-1648) e um outro, João Teixeira Albernaz (1622-1681), incluiu na lista de obras de cada um dêles, um atlas do Brasil de 1642, com 23 cartas e texto, o primeiro pertencente à Biblioteca da Ajuda, e o segundo sem indicação de local (*Les légendes allemandes sur l'histoire des découvertes marimes portugaises,* I, p. 96-7, Genève, 1917-1922). Talvez se pudesse dizer que essa observação de Bensaúde teria levado o professor Jaime Cortesão a referir-se à existência de dois atlas. (PMC, IV, p. 135-136).

(***) P. 41 — Êsse atlas possui duas cartas gerais do Brasil, um dos quais foge totalmente ao estilo das demais. O Comandante Max Justo Guedes estudou-a minuciosamente, concluindo que seu autor não é o mesmo que fêz o atlas. (Ver: *Anônimo — Antônio Sanchez,* c. 1633 (*Atribuição da autoria de uma carta náutica original da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*), Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1970.

(****) P. 41 — Pertence hoje à Hispanic Society of America, de Nova York, Contém 32 cartas traçadas em papel, manuscritas e iluminadas. Foi adquirido em 1907 ao livreiro Karl W. Hiersemann, de Leipzig. Seu paradeiro manteve-se ignorado, durante anos, e nem sequer foi mencionado na obra *A history of the Hispanic Society of America, Museum and Library,* 1904-1954, New York, 1954. Até bem pouco tempo, êsse atlas só era conhecido através da citação de Bensaúde, com base na descrição daquele livreiro.

I.A.

I

OS ATLAS DA RAZÃO DO ESTADO (1613 — c. 1626) E A DESCRIÇÃO DAS COSTAS DO BRASIL (1627)

Apesar do longo período que medeia entre 1592, data à qual se refere o último atlas de Luís Teixeira, e o primeiro daqueles que vamos descrever, e como, segundo tôdas as probabilidades, aquêle cartógrafo ainda era vivo em 1613, o Atlas da "Razão do Estado do Brasil", mandado organizar por D. Diogo de Menezes, em 1612, embora traçado por João Teixeira, deve ter sofrido profundamente a influência do pai. É certo que, desde o seu primitivo atlas para êste, se deram alguns importantes avanços na ocupação portuguêsa do litoral brasileiro, os quais se refletem em algumas das suas cartas. Por sua vez, a exploração metódica da costa, em especial dos Abrolhos, continuou. Duas novas expedições hidrográficas a essa parte da costa se realizaram, uma no tempo de Diogo Botelho (1602-1608), outra no de D. Diogo de Menezes (1602-1612), esta última mencionada no Atlas da Razão do Estado e, a primeira, na obra já citada de Gaspar Reimão.

"Os serviços — escreveu Varnhagen — que mais que nenhuns outros imortalizarão para sempre no Brasil o nome de D. Diogo de Menezes, serão a colonização do Ceará, a proposta para ser colonizada a maior parte da costa do Norte e o magnífico livro intitulado *Rezão do Estado do Brasil,* quando deixou o govêrno em 1612. Êste último, se bem que redigido pelo sargento-mor Diogo de Campos, foi evidentemente empreendido por iniciativa do governador, e com muitas informações por êle pessoalmente fornecidas." E mais adiante acrescenta:

"O livro "Razão do Estado", ainda em grande parte inédito, é uma verdadeira estatística, respectiva ao ano de 1612, das oito capitanias, desde a de Pôrto Seguro para o Norte, que vieram, logo depois, a contribuir com gente e recursos para a criação do nôvo Estado do Maranhão, a respeito do qual já inclui algumas notícias." (1) Diz ainda que o livro contém dezessete mapas.

(1) Visconde de Pôrto Seguro, *História Geral do Brasil,* 3ª edição integral, t. II, págs. 140-141.

Ora, de fato, existem dois códices com título semelhante, um no Pôrto, outro no Rio de Janeiro. (*) O da Biblioteca Municipal do Pôrto tem por título:

"Rezão do Estado do Brasil no Guoverno do Norte Somete, Asi como o teve Dõ Diogo de Menezes Até o anno de 1612".

O códice pertencente ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro tem apenas por título:

"Livro que dá Rezão do Estado do Brasil".

O prólogo do primeiro, como se vê pela descrição de Magalhães Basto, no seu catálogo dos manuscritos daquela Biblioteca, é o mesmo que no segundo. Mas entre os dois há diferenças notáveis que passamos a enumerar. Assim, no códice do Pôrto figura depois do prólogo um mapa com o título:

"Terra de Santa Cruz a que vulgarmente chamão Brasil".

E Magalhães Basto refere-se-lhe da seguinte forma: "Êste mapa tem apenas nomenclatura dos lugares da costa; do interior nem sequer indica um curso de água ou um monte. Abrange o litoral desde "Inana", acima do rio Itata no Norte, até um pouco mais ao sul do que a ponta de Santo Antônio, abaixo do rio da Prata".

Muito diferente é o mapa geral do códice do Rio de Janeiro, pois se estende ainda para além da ponta de Santo Antônio até o estreito de Magalhães e Terra do Fogo, e apresenta tôda a suposta rêde hidrográfica e sistema orográfico do Brasil.

Além da carta geral do Brasil — Terra de Santa Cruz a que vulgarmente chamão Brasil — contém mais o códice do Pôrto:

II — Demonstração da capitania do Espírito Santo com o itinerário de Marcos de Azevedo até à serra das Esmeraldas.

III — "Diligentissima demonstração da sonda dos Abrolhos na costa do Brasil desde o Rio dos Frades e Ponta de Curumbabo até o Rio das Caravelas, feita por mandado do Governador Dõ Diogo de Menezes o anno de 1610 pelo capitão e sargento-mor daquelle Estado, sendo pilotos ant.º Vicente e Valerio Frz."

IV — Carta de Pôrto Seguro;

V — Outra carta da mesma capitania;

VI e VII — Duas fôlhas tendo apenas os títulos, que indicam ser destinadas à capitania de Ilhéus;

VIII — A Bahia em perspectiva, no ano de 1612;

IX — Planta da Cidade do Salvador;

(*) Ver nota no final do capítulo.

X — Fôlha em branco, apenas com a indicação de que se destinava à Capitania de Sergipe del Rey;

XI — Rio de S. Francisco. No verso, ocupando o quarto da página uma iluminura representando o "Forte novo de Pasajen", mandado fazer na entrada da barra por D. Diogo de Menezes;

XII — Papel em branco, encimado apenas pelas palavras "Capitania de Pernambuquo";

XIII — "Perspectiva de Ressife e Vila de Olinda";

XIV — "Capitania de Itamaraqua";

XV — "Paraiva ou Rio S. D.os";

XVI — Capitania do Rio Grande, tendo no canto superior esquerdo o desenho de uma praça forte;

XVII — Mapa do Maranhão, ou melhor, da costa desde a Barra do Pirajá até o Rio Meari.

Foi êste, pois, o códice conhecido e descrito por Varnhagen.

A cópia pertencente ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, oferecida por D. Pedro II, contém mais, além de tôdas as cartas desenhadas ou intituladas no primeiro:

I — "Descrição da costa q̃ vai ao Rio de Janeiro até ao Porto de São Vicente";

II — Rio de Janeiro e Baía de Guanabara;

III — Costa entre as ilhas de "Maricaha" (à entrada de Guanabara) e o Cabo de S. Tomé;

IV — A carta de Recife e Olinda, com a seguinte legenda: "Todas as fortificações que se mostram do lugar de Recife até à Villa de Olinda e ainda adiãte até o rio, tapado de trincheiras, redutos e plataformas que se estendem por maes de hua legoa de terra se fezerão por mandado e ordem do Governador Geral Mathias de Albuquerque na ocasião em que os olandezes tomarão a Bahia";

V — À carta do Rio Grande segue-se outra, em que se lê a seguinte cartela:

"Descripção do verdadeiro descobrimento e nova conquista do rio Jaguaribe, Serras de Ariama, muibuapaba e ponare e cõfins de maranhão que fez o capitão-mor Pero Coelho de Souza de ordem de Dioguo Botelho, Governador e capitão geral do Estado do

Brasil desde o anno de 1603, até o de 1608; com todos seus portos, barras, serras e rios com suas nascentes".

VI — Carta da região do Maranhão, feita no tempo da ocupação dos franceses. Em terra tem o Quartel de Santiago, Guaxinduba e o forte de Santa Maria.

Esta última carta deve ser de fins de 1614, ou de princípios de 1615, anterior, ainda assim, a outubro dêsse ano, quando se construiu o forte de Santa Maria, com sua forma hexagonal. Por êsse motivo deve ter sido traçada por Sebastião Martins, pilôto da expedição de Jerônimo de Albuquerque. Mas a carta de Pernambuco e a sua respectiva legenda permitem avançar a data da cópia do atlas até c. 1626.

Incluímos neste grupo a "Descrição de toda a costa do Estado do Brasil" de João Teixeira Albernaz, pelas grandes semelhanças gerais de traçado, quer da carta geral, quer das particulares, de capitania a capitania, assim como pelas diferenças, entre as quais as de fatura, em relação ao segundo atlas da "Razão do Estado", antes descrito.

O atlas, que é constituído por um grande in-fólio com mapas em pergaminho, ostenta o seguinte título: "Livro em q̃ se mostra a descripção de toda a costa do Estado do Brasil e seus portos, barras e sondas delas. Feito por João Teixeira Albernaz moço da Camara de S. Majestade e seu cosmografo. Em Lixboa. Ano de 1627".

O atlas abre com um escudo de armas sôbre uma paisagem de costa marítima onde está figurada, conforme nos pareceu quando estudamos êste códice em Paris, a cidade do Salvador. De comêço, em fólio duplo, figura uma carta geral do Brasil e de parte da América espanhola até ao Estreito de Magalhães e Terra do Fogo, tendo na parte inferior, por baixo de duas rosas-de-ventos, encimadas pela flor-de-lis, uma legenda, que diz:

"Mostra-se na presente carta a descripção de todo o Estado do Brasil, que polla parte do Norte comesa no grande Rio Pará, cuja entrada fica debayxo da Equinocial e acaba polla parte do Sul em 35 graos na boca do Rio da Prata e polla parte do Occidente cõfina cõ a província do Piru ou parte do Mundo Novo. Polla parte oriental lava suas ribeiras o Oceano Aethiopico. Nella se mostram as verdadeiras alturas de todos os seus portos, os quais nas taboas seguintes vão mais em particular cõ todas as sondas e surgidouros, povoações e fazendas, cithios e fortificações na melhor forma que foy posivel. Feita em Lixboa Anno do Sn.^or^ de 1627 por João Teixeira, moço da Câmara de S. Magestade e seu cosmographo no Reinos (*sic*) de Portugal."

Embora menos correta de desenho, quando comparada com a carta geral do Brasil do atlas anteriormente descrito, esta carta é mais rica de legendas, algumas das quais são dignas de citar. Assim ao norte do Alto Paraguai lê-se: "Minas de ouro". Sôbre o Pequeri, inominado, e cêrca da sua foz no Paraná figura a povoação de "Ciudad Real"; e a meio do Ivaí, também inominado, e mal situado, lê-se: "Sto. Spũ" isto é, Espírito Santo ou melhor, Vila Rica do Espírito Santo. Diga-se desde já que, se a esta carta acrescentássemos o meridiano de Tordesilhas, traçado pela barra do Pará, êle incluiria, não só todo o vale do Paraná, e por conseqüência, aquelas duas povoações, mas ainda todo o curso do Paraguai. Uma das raras diferenças de traçado a assinalar é que nesta carta o curso do Paraguai está ligeiramente desviado para leste, enquanto que na carta geral do atlas anteriormente descrito êsse desvio é mais abertamente para oeste.

II — No fólio seguinte vê-se um mapa com a seguinte legenda: "Mostraçe a costa que vay do porto de São Vicente pera o Rio da Prata... he toda esta terra baixa ao longo do mar, fertil de gados e mantimentos, os habitadores desta terra he gente domestica a que chamão os Patos".

III — "Mostra a presente carta a costa que ha entre o Rio de Janeiro e o porto de São Vicente a qual he buscada ordinariamente de Piratas ingreses e holandeses que vão pelo estreito de Magalhães por razão dos portos que aqui ha bõs pera fazerẽ agoada".

IV — "Este porto do Rio de Janeiro he o melhor e mais defençalvel que ha em todo o Estado do Brasil, he capaz de muitas e grandes embarcações, e podem-se fazer nelle grandes armadas. Ha nesta terra m.ta madeira pera se fazerem navios e tudo o mais que para apresto delles é necessário sem esperar nada da Europa. He muyto rica e abundante e de bõns ares. Está em altura de 23 graos da parte do Sul".

Sôbre a baía vê-se uma figuração rudimentar da "Cidade de S. Sebastião" e designado o mosteiro de "S. Bento", assim como o rio "Carioca" e a ilha de "Villa Galhão".

V — A tábua com "A costa que vai das ilhas de Maricaha até o cabo de São Thomé, em que a muitos portos em que franceses e hollandeses resgatão com os indios principalmente do Cabo Frio até o cabo de São Thomé he toda esta terra abundante de muito pao Brasil e não a nella povoação de portugueses".

VI — "Geographica demonstração da Capitania do Espirito Santo até à ponta da barra do Rio Doce... Mostra-se pelo Rio Doce o caminho que se faz pera a Serra das Esmeraldas, nave-

gando até ao Rio Una, e delle caminhando pouca terra se entra na lagoa do Ponto e da qual se sobe ha ditta Serra".

VII — "Diligentissima demostração da sonda dos Abrolhos da costa do Brasil desde Rio dos Frades e Ponta Corinbabo até o Rio das Caravellas. Feita por mandado do Governador Dõ dioguo de Menezes no anno de 1610". Seguem-se imediatamente as letras remissivas que indicam os acidentes da costa cartografada.

VIII — "Porto Seguro". O resto da legenda compõe-se de letras remissivas.

IX — "Capitania dos Ilheos", com várias letras remissivas, entre as quais algumas indicam os engenhos do "Taype", de "S.ta Anna", e de "São Francisco" e o da "Esperança". Os engenhos são representados por um pequeno edifício.

X — "Rio das Contas, Camamu e Morro de São Paulo". A legenda refere-se principalmente a indicações hidrográficas e instruções náuticas.

XI — Carta abrangendo dois fólios: "Mostraçe na presente carta todo o Reconcavo da Bahia de todos os Santos scithio da cidade do Salvador... asentos das fazendas e nomes de seus posuidores. Mostraçe mais a costa que vay... até... o Rio Tapocuru".

Na carta vê-se, com efeito, desenhada a silhueta da cidade, com a indicação dos conventos de "O Carmo" e "S. Bento"; e vinte edifícios a tôda a volta do Recôncavo, indicando os sítios das fazendas de engenho, quatorze dos quais com os nomes dos respectivos proprietários.

XII — "Rio de São Francisco", desde o Sumidouro até à barra com várias letras remissivas, três das quais se reportam a engenhos.

XIII — "Capitania de Pernão Buco. Mostrão-se todos os rios e os assentos das fazendas e sua separação e como demorão e o modo em que corre a costa cõ suas mais nesesarias conhesensas e advertimentos. Começa na barra de Iaragua e acaba em Olinda o modo em que corre a costa cõ mais nesesarias conhensas e dimais ao Norte".

Além dos nomes de rios, cabos e povoações, vêem-se na carta espalhados desde a costa até às profundidades do sertão, 80 edifícios, representando outras tantas fazendas.

XIV — Mapa de grande escala com a designação geral de "Pernão Buco", e a indicação do "Resife" da costa e de "Resife", povoação, figurada já com um número razoável de casas. Sôbre o lado direito da carta vê-se a "Villa de Olinda" e as indicações

de "São Bento", "O Carmo" e "S. Fr.co". Dentro e fora da barra, várias naus e caravelas, três das quais se preparam para entrar, com as velas desfraldadas.

XV — "Ilha de Tamaracá. Carta geographica da costa que vai da barra do Pao Amarelo e se continua até o Rio da Paraiba. Nela se vê a Barra da Ilha de Tamaraca cõ sua sonda e a entrada. Do Porto dos françezes tão bem cõ sua sonda". Vêem-se mais na carta a povoação de "Iguarosu" e a de "Pindauna" e uns 26 pequenos edifícios, indicando fazendas de engenho ou gado.

XVI — "Paraiba ou Rio de São Dominguos". Sôbre o canto superior esquerdo vê-se representada a "Cidade Filipea, de Nossa Sñora. das Neves" com várias letras remissivas junto de alguns dos edifícios, designando "o mosteiro de N. S. do Carmo", "o mosteiro dos Capuchos", "a Igreia matriz", "a caza da Meziricordia" e "a caza de São Bento". Vê-se igualmente figurado o "Forte q̃ chamão do Cabeledo" e uns quinze edifícios representando fazendas de engenho ou curral.

XVII — Carta representando a capitania do Rio Grande. No canto superior esquerdo, a "Pranta do forte do Rio Grande", e no interior a "Aldea de Antonia" e "Aldea do Camarão". Figuram ainda a cidade de Rio Grande e vários edifícios que representam outras tantas fazendas ou currais, principalmente ao longo do "Rio Potigi".

XVIII — "Toda a terra, que nesta carta se contẽ que he do Rio Grande até ao Rio Pereira q̃ fica junto ao Maranhão descobrio o Capitão-mor Pero Coelho de Souza des do anno 1603 até o de 1608". A carta assinala-se pelo traçado muito desenvolvido da rêde hidrográfica, em especial o "Rio de S. Lourenço ou de Jaguaribe", ao lado do qual se vê o "Forte de S. Lourenço".

XIX — O "Maranhão". A carta vai desde a barra do Pereia até Cuma. Além da representação do "Forte" e "Quartel de São Tiago" e do "Forte de S. Miguel", a carta pouco mais representa que a ilha do Maranhão e a rêde hidrográfica do continente próximo.

Embora semelhante ao atlas, anteriormente descrito (c. 1626), êste de 1627, mostra um considerável progresso, como cartografia específica, liberta da estatística, e superior como representação de caráter econômico. É mais um elo numa cadeia, caminhando para uma cartografia, em que engenhos e currais apareçam discriminados e referidos por convenções próprias.

NOTA

(*) P. 46 — Na Biblioteca Pública Municipal do Pôrto existe um códice anônimo de princípios do século XVII, com 120 fôlhas, incluindo 18 cartas, sendo estas e a fôlha-de-rôsto em pergaminho, e as restantes fôlhas, em papel.

Depois de Varnhagen, vários autores se têm ocupado dêsse códice, utilizando quer o texto, quer as cartas, e a maior parte destas tem sido reproduzida, algumas vêzes, quer em estudos de ordem geral ou regional, quer mesmo em análises diretas dos elementos de vária ordem nelas contidos.

Em 1938, Magalhães Bastos apresentou uma descrição desenvolvida do códice do Pôrto, com algumas notas históricas e, em 1949, todo o texto, sem as cartas, foi publicado por Engel Sluiter (*Report on the state of Brazil*, 1612, transcrito na *Hispanic American Review*, n. 4, p. 521-62, Durham, 1949). Finalmente, em 1958, o historiador brasileiro Hélio Viana submeteu a obra a uma análise minuciosa, publicando o texto de uma cópia (mais recente alguns anos que a do Pôrto) existente no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e comparando entre si as cartas dos dois códices, bem como as do atlas de 1627, assinado por João Teixeira Albernaz I, e pertencente à Biblioteca Nacional de Paris.

O importante estudo de Hélio Viana intitula-se: *Diogo de Campos Moreno — Livro que dá Razão do Estado do Brazil*, 1612. Publicado no Recife em comemoração do Tricentenário da Restauração Pernambucana, embora traga a data de 1955, só foi impresso em 1958. Os PMC, IV, p. 94-96 trazem um resumo das conclusões do historiador brasileiro, ao mesmo tempo que reproduzem, em tamanho reduzido, as cartas do códice do Pôrto (est. 441-455), bem como as do exemplar do Rio de Janeiro (est. 446-452).

O Instituto Nacional do Livro, do Ministério da Educação e Cultura, do Brasil, publicou em 1968, uma bela edição do códice do Instituto Histórico, reproduzindo os mapas a côres. Feita para comemorar o V Centenário de nascimento de Pedro Álvares Cabral, a edição contém uma notícia histórico-bibliográfica de Max Justo Guedes.

I.A.

II

OS ATLAS HIDROGRÁFICOS DE JOÃO TEIXEIRA (1630)

Na biblioteca do Congresso de Washington existe um atlas com o título seguinte:

"Taboas Gerais de Toda a Navegação divididas e emendadas por D. Ieronimo de Attayde com todos os portos principais das conquistas de Portugal"

Mais abaixo acrescenta-se:

"Delineadas por João Teixeira cosmographo de Sua Majestade — Anno de 1630".

Sôbre a portada, onde êste título se inscreve, figura o brasão dos Ataídes, condes de Atouguia. E a acentuar o caráter hidrográfico do Atlas, já definido no título — "Taboas gerais de toda a navegação" — sôbre o entablamento da portada dois meninos seguram um quadrante e um compasso, instrumentos essenciais à arte de navegar.

A esta portada acrescentou-se porteriormente uma fôlha onde se lê: "Mapas generales originales y unibersales de todo el orve con los puertos principales y fortalezas de ambas Indias y una descripcion topographica de la region austral magallonica, ano de 1692".

"Que ofrece Al Rey nro S.[r] en su Real y Supremo Consejo de las Indias el capitan Don fran.[co] de Ceixas y Lovera eleito alcalde mayor gouernador de la prouincia de Yacuba en el reyno de la Nueba España por su Mag.[d] siendo presidente en el referido Consejo el exmo. Sr. Marques de los Velez gentil hombre de camara de S. Mag.[d] y de sus consejos de Estado y Guerra y Superintendente Gen.[l] de todas las armadas maritimas de esta Monarchia, etc.

Por mano del sr. Don Manuel Garcia de Bustam.[te]"

Na página seguinte começa uma longa nota com o título: "Tabla de las Materias que se contienen en este libro"

Não obstante, em lugar da tabua das matérias, lê-se a nota que se segue:

"Primeramente en este primero mapa se demuestra por los portugueses la demarcacion de las conquistas entre las dos coronas el qual mapa es el que ordinariamente enseñan en los congresos que se an ofrecido y ofrecen entre Castilla e Portugal para por medio del engañar los ministros portugueses a los castellanos por que en este dicho mapa introducen los portugueses el engano sacando la tierra del Brasil cien leguas mas al oriente de lo que deve estar, para por este medio meter en su demarcacion el Ryo de la Plata que no esta en la de ellos. Por que en la distancia que ay de la costa mas imediata del Brasil a la de Malagueta en Guinea por la escala del dicho mapa ay de distancia de la una a la otra costa quatrocientas y diez leguas. Y asi ensenando los portugueses acia el poniente la tierra del Brasil en el cavo de San Vicente osurpan las dichas cien leguas constituiendo el meridiano de 360° grados de la equinocial mas de 8 grados fuera de su lugar por que deve estar los dichos 8 grados mas acia el oriente. Y asi se ve que en este primero mapa señalan distintamente la costa del Brasil que en el quinto mapa, por quanto en el primero dista la costa del Brasil por el cavo de San Agustin de la Guinea o Malagueta las dichas quatrocientas y diez leguas. Y en el segundo mapa ay mas distancia con muy poca diferencia entre estas dos costas por que este que se llama segundo mapa lo es en este libro de las demarcaciones entre las dos coronas por quanto el primero es el supuesto y el que se llama segundo es el quinto mapa de este libro en que los portugueses ponen las costas del Brasil y las de la Africa Etiopica como devem estar.

Abriguase esta berdad por que en la distancia que ay desde el Ryo de la Plata asta el cavo de Buena Esperanza suponen en el primero mapa que ay de la una a la otra parte 1100 leguas y en el segundo mapa de la otra demarcacion verdadera que es en el quinto mapa de este libro manifiestan los portugueses que ay desde el Ryo de la Plata asta el cavo de Buena Esperanza 1200 leguas de distancia con que las cien leguas que ay de diferencia son las que los portugueses osurpan por y poner dentro de su demarcacion el Ryo de la Plata que esta las dichas 100 leguas fuera de ella lo qual asi se manifiesta con toda evidencia por los dichos mapas echos por los mayores hombres que tubo la corona de Portugal de horden de ella, que con esta cautela tenia este libro de mapas original en su Byblioteca de la ciudad y Archivo R.[l] de Lisboa de adonde el año de 1681 le saco por servir a su Mag.[de] el capitan Don Francisco de Seyxas y Lovera, por yntelixencias y dinero que

para ello tubo por conozer la grande ymportancia de este libro para la Corona de Castilla poes sobre ser orijinal para azer los mapas de todo el mundo es berdadero y mano escripto todo sin averse impresso asta aora el qual, ademas de haver costado mas de 4000 escudos de plata para azerse, se ocuparon muchos años en su disposicion. Por la qual se premió despues del levantamiento de Portugal el dueño del que fue don Geronimo de Ataide, uno de los primeros titulos de aquel Reyno, que antes fue general de las armadas navales de la India oriental. Con el qual libro sirve el capitan don Francisco de Seyxas y Lovera a su Mag.de en su R.l y Supremo Consejo de las Indias, siendo presidente en el el exmo. Señor Marq.z de los Veles. Por mano de don Manuel Garcia de Bustamante del Consejo de su Mag.de y su Secretario, etc.

Va al fin de este libro un mapa de demostracion de las costas y yslas de la Region Austral Magallanica que con toda certeza a dispuesto el dicho don Francisco de Seyxas con practica y theorica suficiente.

Con todo lo contenido en este libro se servira Su Mag.de del en los Congressos contra Portugal y demas a mas tendrá el Consejo R.l de Yndias este original para saber lo cierto que se ofresca en las muchas dudas que se suelen ofrecer con las demostraciones que muchos pretendientes presentam al Consejo, siendo de ellas la mayor parte ynciertas. Con que podiendose por este medio aberiguar la verdad será su Mag.de mejor servido, pues esta alaja no es menos que para grandes Monarchas.

Madrid y Abril 16 de 1692 años.

Don fran.co de Seyxas y Lovera"

Desta longa nota chamamos a atenção para o seguinte:

1°) as iniludíveis expressões que dizem o atlas de D. Jerônimo de Ataíde guardado com reserva no arquivo de Lisboa;

2°) o fato da compra e do subôrno do funcionário que ratifica o caráter secreto do atlas;

3°) a comparação entre as duas cartas, que assinalam uma situação diferente do Brasil em relação à África e, por conseqüência, ao meridiano de Tordesilhas;

4°) o inestimável valor que D. Francisco de Seyxas y Lovera atribui ao atlas pois lhe chama "joia digna de grandes monarcas", como padrão máximo, no seu tempo, para os mapas hidrográficos de todo o planêta.

Na verdade, entre o primeiro e o quinto mapas do atlas de 1630, existe uma grande diferença no que respeita à situação do Brasil. É certo que o cartógrafo, ou mais provàvelmente Dom Jerônimo de Ataíde, acrescenta uma nota ao quinto mapa em que se diz que a terra do Peru e do Brasil foi estreitada para efeito da boa navegação. Manda dizer a verdade, não obstante, que não se percebe completamente a razão porque o organizador do atlas deu à costa brasileira uma posição mais exata, para estreitar o continente e para beneficiar com isso não só a navegação no Atlântico, mas também no Pacífico, conforme declara nessa nota. A razão não colhe. E a mesma reserva com que se guardava o Atlas está mostrando que outras razões ditavam a divergência entre as cartas.

O atlas da Biblioteca do Congresso de Washington contém, após as fôlhas de notas posteriormente acrescentadas, os seguintes mapas:

I — (fol. 4v. e 5r.) O mapa-múndi, acompanhado de numerosa nomenclatura, quer inscrita *in loco*, quer apenas em tábua anexa, no fundo dos dois fólios. Ao alto, e posteriormente acrescentado, lê-se: "Primero de Demarcaciones entre Castilla y Portugal, mapa de todo el mundo".

II — (fol. 5v. e 6r.) Mapa abrangendo os planos hidrográficos, em retângulos separados, dos portos de 1) Cartagena; 2) Santa Marta, os dois na atual Colômbia; 3) Pôrto Belo, no atual Panamá, e 4) o pôrto de Havana, em Cuba. Há dois retângulos em branco. O conjunto é igualmente encimado por um título posteriormente acrescentado.

III — (fol. 6v. e 7r.) Mapa do Atlântico Norte, compreendido entre a Europa, a África e parte da América. Título correspondente e posteriormente acrescentado.

IV — (fol. 7v. e 8r.) Abrange no primeiro fólio os planos hidrográfico de 1) barra de Lisboa; 2) barra de Setúbal; 3) pôrto, vila e fortaleza de Peniche, todos em Portugal; 4) pôrto de Angra na ilha Terceira, dos Açôres; 5) pôrto e ilha de Cádiz, na Espanha; 6) pôrto da Grã Canária, no arquipélago das Canárias; no segundo fólio, os portos da 7) Bahia de Todos os Santos, "metropoli do Estado do Brasil"; 8) "Demostração de Porto Seguro no Brasil em 16 graos e ½. Foy pr.ª terra que se descobrio daquele Estado, o anno de 1500 por Pedro Alvarez Cabral indo para a India"; 9) pôrto do Espírito Santo; 10) barra e pôrto de Pernambuco; 11) ilha de "Tamaracá"; 12) "Descripção do Porto do Rio de Janeiro"; 13) "barra e porto do Rio Grande, da Capitania de Rio Grande"; 14) barra e pôrto da Paraíba; 15) "Demostração do porto de S. Vicente e suas barras"; 16) "Des-

cripção dos Abrolhos", com legenda hidrográfica; 17) finalmente, "Demostração da entrada do Rio da Prata". Todos êstes planos contêm na respectiva legenda a indicação da latitude. Ao alto o costumado título.

V — (fol. 8v. e 9r.) Mapa do Atlântico Sul, abrangendo a África e a América meridionais. Ao alto, na mesma letra dos anteriores, corre o seguinte título: "Quinto mapa de la verdadera Demarcacion de la América Meridional y costas da Guinea y Cafres".

VI — (fol. 9v. e 10r.) Mapa abrangendo em retângulos isolados os seguintes planos hidrográficos: 1) "Descripção da Ilha de Loãda e porto de Angola..."; 2) Ilha de Santa Elena; 3) "Porto da Mina em q̃ podẽ ẽtrar galés e navios de 300 toneladas", "O castelo de S. Jorge da Mina fundou Di° da Azambuja por mandado del Rey dom João o 2° Anno 1482" os três na África Ocidental; 4) "Porto de Sta. Luzia, no fim da terra de Natal. Fr.co Vaz Dalmada q̃ se perdeo no C. da boa esperança, ano de 1622 o desenhou"; 5) "Porto de Inhãbane na costa oriental da Africa... por Fr.co Vaz Dalmada que se perdeo no cabo da boa esperança, ano de 1622" ambos na costa oriental da África; 6) "Ilha de Goa foy conquistada por o grãde Afonso de Albuquerque, ano de 1509"; 7) "Dio, na costa de Cambaya..."; 8) "Damão a fortaleza fundou o Vice Rey D. Constantino de Bragança ano de 1558"; 9) "Baçaim... a fortaleza foy fundada pelo g.or Nuno da Cunha 1529"; 10) "Chaul... a fortaleza foi fundada pelo G.or Nuno da Cunha, 1529"; 11) "Mangalor... a fortaleza fundou D. Luis datayde, ano 1569"; 12) "Barcalor... a fortaleza fundou D. Luis datayde, ano 1568"; 13) "Onor... a fortaleza fundou o Vizo Vice Rey D. Luis datayde, ano 1568"; 14) "Cananor... a fortaleza foy fundada pelo Vizo Rey D. Fr.co Dalmeida, ano 1505"; 15) "Cranganor... a fortaleza foy fundada por Af.° dalbuquerque, ano 1502"; todos na península industânica. Título geral, posteriormente acrescentado.

VII — (fol. 10v. e 11r.) Mapa do Oceano Índico, abrangendo o arquipélago malaio, a Nova Guiné e a Austrália Setentrional.

VIII — (fol. 11v. e 12r.) Mapa abrangendo os planos hidrográficos seguintes: 1) "Fortaleza de Moçambique... fundada pelo Vizo Rey D. Fr.co Dalmeida, ano de 1505"; 2) "Mõbaça... foy tomada por o Vizo Rey D. Fr.co Dalmeida, ano 1505. A fortaleza fundou o Vizo Rey Matias Dalbuquerque, ano 1590"; 3) "Fortaleza de Sofala... foy fundada por Pero Danhiaỹa, 1505", as três na África Oriental; 4) "Cochim... a fortaleza fundou

Fr.co Dalbuquerque irmão de Af.o Dalbuquerque"; 5) "Coulão... a fortaleza foy fundada pelo Vizo Rey D. Fr.co Dalmeida o anno 1505", ambas na península industânica; 6) "Manar ilha... fundada pelo g.or Lopo Soares, ano 1518", junto à costa de Ceilão; 7) "Malaca... a fortaleza foy fundada pelo governador Afonso Dalbuquerque, anno 1511", na península do mesmo nome; 8) "Achem... tem este Rey trato em Constantinopla e em o Guzarate, em Arabia e Meca, teve este Reino principio o anno de 1500", na costa setentrional de Sumatra; 9) "Colũbo... a fortaleza foy fundada pelo g.or Lopo Soares, anno de 1518", na ilha de Ceilão; 10) "As ilhas Malucas... nelas tivemos fortalezas, agora as tẽ olandezes e ingrezes e em outra fortaleza continuã os castelhanos"; 11) Porto de Manilha, nas Filipinas; 12) "Gale... a fortaleza foy fundada por ordẽ do Vizo Rey Matias Dalbuquerque, 1589, em Ceilão; 13) "Descripção da costa da India e seus portos de Goa até Dio cõforme o Roteiro do Vizo Rey D. João de Castro"; 14) "Descrição do porto e barra de Surrate", na península industânica. Ao alto do mapa, o costumado título, em castelhano. No fólio 12r. a "Descripção da costa da India e seus portos de Goa até Dio cõforme ao Roteiro do Vizorey Dõ João de Castro".

IX — (fol. 12v. e 13r.) Mapa da Ásia Meridional, desde o Mediterrâneo até ao Japão.

X — (fol. 13v. e 14r.) Mapa, contendo: 1) "Descripção do Mar Roxo e seus portos cõforme o roteiro do Vizo Rey D. J.o de Castro"; e, dos lados: 2) "porto de Suez"; 3) "o porto de Toro"; 4) "porto de Xarmecoelmat na parte do Egypto..."; 5) Damiata, porto do Mar Mediterraneo; 6) "Porto de Gidid, na costa do Abexim..."; 7) "Porto de Quilifit, na costa do Abexim..."; 8) "Areque ou bahia dos agravados na costa do Abexĩ..."; 9) Suaquem na costa do Abexĩm..."; 10) "Bahia de Fuxa, na costa do Abexim..."; 11) "Porto de Dradarte, na costa do Abexim..."; 12) "Porto de Maçuá, na costa do Abexim..."; 13) "Fio Farat, na costa do Abexim...", todos portos do Mar Vermelho, com exceção de Damieta; 14) "Demonstração da Ilha e Porto de Amboyno junto à Maluco..."; 15) "Ilhas Malucas cõ todas as fortificações que nelas tem os olandezes". A carta geral do Mar Vermelho, com os plano hidrográficos dos seus onze portos representa a redução das cartas que acompanham o Roteiro de D. João de Castro. (V. *Roteiros de D. João de Castro*, III *Roteiro de Goa a Suez ou do Mar Roxo* (1541). Álbum das Tábuas, edição anotada e prefaciada por A. Fontoura da Costa, Lisboa, 1940). A carta geral do Mar Vermelho, segundo o protótipo de D. João de Castro fôra introduzida na cartografia geral por Lopo Homem, em 1554, e Lazaro Luís, em 1563.

Armando Cortesão fêz notar a inserção de um mapa semelhante do Mar Vermelho, com a inclusão dos planos dos portos numa só fôlha, aparecido num Atlas de Pierre Mortier, de 1700. Aí se diz igualmente que êsse e outros mapas haviam sido trazidos de Lisboa por Monsieur d'Ablancourt, ministro francês, naquela côrte, "qui pendant le séjour qu'il y a fait, a su si bien profiter de l'occasion, qu'il a trouvé le moyen d'avoir des Copies des Cartes que les Rois de Portugal ont toujours soigneusement gardées pour leur usage. Mr. d'Ablancourt les a précieusement conservées, et les a aportées a la Haye, où il est mort, après avoir par son Testament disposé de ses cartes en faveur de Mr. de Halewyn, qui, a ma prière, me les a remises entre les mains, dans la Vue que le Public en profitera. *Comme jusques à Present on n'a pü avoir de Cartes exactes des pays contenues dans celles que je donne aujourdhui au public, j'ai crû lui rendre un service très considerable*..." (V. A. Cortesão e Henry Thomas, "Carta das Novas", Lisboa, 1938, pág. 53 e seg.).

Esta informação de P. Mortier vem confirmar o caráter secreto do atlas de que nos estamos ocupando. Antes de Seyxas e Lovera já d'Ablancourt, que estêve em Lisboa, de 1659 a 1664, conseguira haver, provàvelmente pelo mesmo processo de subôrno, cópia de todo um atlas português, ainda que referido apenas à África.

Pelo que diz respeito à carta do Mar Vermelho ficamos agora sabendo que datava pelo menos de 1630 e, provàvelmente, se deve o trabalho da redução a João Teixeira. Não obstante o seu grande valor, sob o ponto de vista da geografia e da hidrografia, só em 1700, após 70 anos, vinha a ser publicada.

Aliás, remontando a 1541, data das cartas originais, êsse intervalo excede século e meio!

Observe-se ainda que a carta de João Teixeira é mais completa que a do atlas de P. Mortier. A esta já faltam dois dos planos de portos da primeira.

XI — (fol. 14v. e 15r.) Mapa do Pacífico Norte, compreendido entre a Ásia e a América Setentrional.

XII — (fol. 15v.) Contém 1) o Pôrto de Navidad, 2) "Demonstração do porto de Aquapulco, no mar do Sul, na costa da Nova Espanha". O primeiro dêstes portos é com freqüência nomeado nas expedições marítimas às costas ocidentais da América do Norte. Dêle partiu João Rodrigues Cabrilho, capitão português, a serviço de Espanha, para o descobrimento da Califórnia, nos anos de 1542 e 1543. O segundo foi grande ponto de partida

dos navios espanhóis, em viagem para as Filípinas. Tem um retângulo em branco. Costumado título em castelhano.

XIII — (fol. 16v. e 17r.) Mapa abrangendo a Groenlândia, a Islândia, a Inglaterra, a Noruega, a Suécia, Costas do Báltico, do Mar Branco e Nova Zembra.

XIV — (fol. 18v. e 19r. Mapa das regiões do Báltico.

XV — (fol. 20v. e 21r.) Mapa das Flandres.

XVI — (fol. 22r.) Mapa contendo os seguintes portos, todos no primeiro dêstes fólios: 1) pôrto de Palermo; 2) pôrto de Messina; 3) pôrto de Trapano, os três na Sicília; 4) pôrto de Taranto, na Itália; 5) pôrto de Malta, na ilha dêste nome, e 6) "porto de Vila Franca no Estado de Saboya".

XVII — (fol. 22v. e 23r.) "Carta do Mar Mediterraneo por Alturas", isto é, traçado segundo as latitudes observadas.

XVIII — (fol. 23v.) Contém os chamados portos do Levante: 1) "Entrada e porto de Constantinopla" na Turquia européia; 2) pôrto de Alexandria, na costa do Egito; 3) pôrto de Alexandreta, na Ásia Menor; 4) "Costa que vai do porto de Alexandria até Damiata" no Egito; 5) pôrto de Galipoli, na Grécia.

XIX — (fol. 24v. e 25r.) "Levante por Derrotas", ou seja a costa do Mediterrâneo, traçada pela agulha.

XX — (fol. 26v. e 27r.) "Descripção dos rios Pará, Corupá e Amazonas, descuberto e sondado por mandado de Sua Mag.de por Ant.º Vicente, patrão de Pernãbuco". Desta carta conhecem-se mais dois exemplares: um em duas fôlhas, a que já nos referimos, existente na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, outro, que faz parte do Atlas do Brasil, de João Teixeira Albernaz, de 1631. Os três apresentam algumas divergências nas legendas de caráter histórico: tomadas de fortalezas a holandeses e inglêses pelos portuguêses.

XXI — (fol. 28v. e 29r.) Mapa do Mar Egeu, Mar de Mármara e do Pôrto Euxino.

XXII — (fol. 30v. e 31r.) Mapa da costa da África Oriental compreendida entre Sofala e Quiloa, abrangendo terras do interior, numa larga profundidade.

XXIII — (fol. 32v. e 33r.) Carta da África Meridional, desde o Cabo da Boa Esperança até a região de Inhambane, abrangendo a representação do interior. Esta e a carta anterior contêm largas indicações sôbre a situação das minas de ouro.

XXIV — (fol. 34v. e 35r.) Carta abrangendo uma estreita faixa da Península Industânica e a ilha de Ceilão, que ocupa quase todo o espaço.

XXV — (fol. 36r.) Contém os planos hidrográficos de: 1) "Ilha Lamocha"; 2) "Ilha de S. Maria"; 3) "Porto de la Conception"; 4) "Porto de Val Parayso"; 5) "Porto de Quintero"; 6) "Calhao de Lima"; 7) Porto de Guarmei"; 8) "Porto de Payta"; todos sôbre o Pacífico, nas costas do Chile e do Peru.

XXVI — (fol. 36v. e 37r.) Carta do Pacífico Meridional, desde a Nova Guiné e a "Terra q̃ descobrio o Capitão P.º frz. de queirôs. Anno 1606", até às costas ocidentais da América do Sul.

XXVII — (fol. 37v.) Carta do Estreito de Magalhães e da Terra de Fogo, a que foram acrescentadas, posteriormente, nomenclatura e algumas notas em castelhano.

Quatro mapas dêste atlas interessam à história da cartografia, ou à história *tout court do Brasil*: a Carta Universal e a do Atlântico Sul, pelas razões que já vimos, isto é, as do traçado do meridiano de Tordesilhas, e por motivos ainda mais diretos, as cartas hidrográficas dos portos brasileiros e a do delta do Amazonas.

Vamos ver que êle tem ainda um interêsse não menor para a identificação de outro atlas do mesmo autor e de igual importância para a história do Brasil.

Apropósito dêste, ocupar-nos-emos do valor do atlas de Washington e do lugar do seu autor, na história da cartografia portuguêsa.

Êsse outro atlas, ainda que incompleto, mostra que os conhecimentos hidrográficos dos portuguêses eram mais vastos. Na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro existem 7 fôlhas sôltas em pergaminho (28 fólios) contendo quatorze mapas, traçados pela mesma mão, e que pertencem seguramente ao mesmo atlas. As fôlhas ali existentes contêm a seguinte numeração: 1, 2, 3, 16, 17, 18, 31, 32, 33, 34, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45. Faltam, por conseqüência, e pelo menos, as que vão de 3 a 16 e de 18 a 31, ou sejam 24 fôlhas numeradas. O que resta representa, pois, menos de metade do atlas primitivo.

Além desta numeração vê-se uma outra que, segundo nos informou o antigo e ilustre bibliotecário da Seção das cartas da Biblioteca Nacional, Professor Calazans, indica ter o atlas pertencido à Biblioteca de D. João VI.

As fôlhas do atlas medem 0,828x0,603m; as cartas gerais c. de 0,77x0,54m. tamanho verdadeiramente excepcional em atlas dêste gênero. Tôdas as cartas são magnìficamente traçadas, coloridas e iluminadas, constituindo êsse atlas, apesar de truncado, uma das mais belas relíquias da cartografia portuguêsa dos séculos XVI e XVII.

Pela ordem da numeração essas fôlhas contêm:

I — (fol. 1v. e 2r.) Mapa universal, muito semelhante ao do atlas de 1630, de João Teixeira, que, em a nossa descrição, tem igualmente o número I. Embaixo apresenta, como neste mapa, um longo retângulo, que devia ser reservado à nomenclatura, mas em branco. Aliás, a própria nomenclatura, inscrita, *in loco*, é muito menos numerosa.

II — (fol. 16r.) Mapa contendo, em retângulos isolados, os planos hidrográficos das: 1) Ilhas de Maluco; 2) "Porto da Ilha de Anboino", no arquipélago das Molucas; 3) "Estreito de Manilha por onde entram as embarcações que vão de Acapulco às Philipinas e por ele tornão a desembocar". Dois retângulos ficaram em branco. Corresponde, na descrição do atlas de Washington, ao nº X, fol. 14r., mas tem a mais o "Estreito de Manilha". No restante o desenho é o mesmo, com pequenas alterações.

III — (fol. 16v. e 17r.) Mapa do Pacífico Norte, entre as costas da Ásia e as da América Setentrional. Corresponde ao n.º XI da nossa descrição do atlas de Washington e aos fol. 14v. e 15r. com pequenos variantes de traçado.

IV — (fol. 18v.) Mapa abrangendo os planos hidrográficos de: 1) "Porto de Acapulco, na America Septentrional, em altura de 17 graos"; 2) "Porto de Navidad, al oeste de Acapulco, em 20 graos"; 3) "Porto de S. João de Lua, em Nova Espanha, em 18 graos e 2/3". Contém 2 retângulos em branco.

Êste mapa corresponde ao n.º XII da nossa descrição do atlas de Washington, onde ocupa o fólio 15v. Contém a mais o pôrto de S. João de Luna.

V — (fol. 31r.) "Descripção de alguns portos notaveis do mar Mediterraneo" abrangendo: 1) Constantinopla; 2) "Galipoli, junto a Constantinopla"; 3) "Porto Alexandreta, na costa da Syria..."; 4) "Porto de Alexandria, no Egipto..."; 5) "Porto de Messina, em Cicilia..."; 6) "Palermo em Cicilia..."; e 7) "Damiata, Porto em Egipto..."

Êste mapa corresponde para os portos da Sicilia ao n.º XVI da nossa descrição do atlas de Washington, onde ocupa o fol. 21v; para os restantes, ao n.º XVIII, fol. 23v.

VI — (fol. 31v. e 32r.) Carta do Mar Mediterrâneo "por alturas", ou seja, por latitudes observadas. Corresponde ao n.º XIX (fol. 24v. e 25r.) da nossa descrição do atlas, ao qual é, em tudo, semelhante.

VII — (fol. 33v.) Contém os planos hidrográficos de: 1) "Porto de Trapano, em Cecilia..."; 2) Malta; 3) "Porto de Taranto, na provincia de Apulia em Italia..."; 4) "Porto de Vila Franca de Niza, no Estado de Saboya". Contém ainda um retângulo em branco. Corresponde à parte do n.º XVI, da nossa descrição do atlas de Washington, onde conservam a mesma ordem.

VIII — (fol. 34v. e 35r.) Mapa do Mar Adriático e suas margens ocidentais e orientais. Êste mapa não tem correspondente no Atlas de Washington.

IX — (fol. 35v.) Contém os planos hidrográficos dos portos de: 1) Galipoli, no gôlfo de Taranto; 2) Brindisi, na península de Otranto; 3) Ancona, sôbre o Adriático; 4) Valona, na atual Albânia; 5) "Raguza, em Dalmacia"; 6) "S. P.º de Molata"; 7) "Rovigno, em Istria"; 8) "Trav, em Dalmacia"; 9) "Catarro, em Dalmasia"; 10) Veneza. Dois retângulos ainda ficaram em branco. Essa carta não tem correspondente no Atlas de Washington.

X — (fol. 37v. e 38r.) Mapa do Mar Egeu, com algumas das ilhas circunvizinhas. Corresponde, no atlas de Washington, ao n.º XXI (fol. 28v. e 29r.) da nossa descrição.

XI — (fol. 40r.) Fôlha com o título geral: "Descripção da Costa que vai do Rio Grande ao rio Jaguaribe e delle ao Seará em Maranhão", mas contendo duas cartas:

I — Do Rio Grande ao Jaguaribe;

II — Do Rio Jaguaribe ao Maranhão.

Não tem correspondente no Atlas de Washington.

XII — (fol. 40v. e 40r.) "Descripção dos Rios Pará e Maranhão". Abrange tôda a costa desde o rio Vicente Pinzon até ao continente e ilha do Maranhão. É uma das cartas mais notáveis do atlas. O delta do Amazonas obedece ao protótipo de Antônio Vicente Cochado, sendo, aliás, a única parte desta carta, que tem correspondência no atlas de Washington.

Esta e as duas cartas anteriores formam, na verdade, o primeiro Atlas do nôvo Estado do Maranhão, recentemente formado, o que dá um grande interêsse histórico a esta peça.

XIII — (fol. 43v. e 44r.) Carta abrangendo uma estreita faixa da Península Indostânica e a ilha de Ceilão, que ocupa quase todo o espaço. Corresponde no atlas de Washington ao n.º XXIV (fol. 34v. e 35r.) da nossa descrição.

XIV — (fol. 45v.) Carta abrangendo os planos hidrográficos dos portos de: 1) "Columbo"; 2) da ilha Manar; 3) Gale, como o primeiro na ilha de Ceilão. Contém mais cinco espaços em branco. Êstes três planos figuram na carta do atlas de Washington, que em nossa descrição tem o n.º VIII (fol. 11v. e 12r.) O grande número de retângulos em branco parece indicar que o cartógrafo resolvera individuar os portos de Ceilão, representando ainda outros dos que, na primeira metade do século XVII, eram freqüentados pelos portuguêses. Esta circunstância justificaria a posição desta carta, logo a seguir à de Ceilão.

Como o anterior, êste atlas truncado não foi terminado. Vários fólios e retângulos, destinados a planos hidrográficos, ficaram em branco.

O caráter, predominantemente hidrográfico, o estilo cartográfico, a caligrafia, a semelhança no traçado geográfico e até a mesma ordem, quase sempre mantida na seriação das cartas, estão provando que o atlas do Rio de Janeiro pertence ao mesmo autor do atlas de Washington, isto é, a João Teixeira.

Os dois atlas completam-se, e muito mais se completariam se possuíssemos o do Rio de Janeiro, na sua totalidade. Como se pode ver da nossa descrição, êste contém a mais o mapa do Adriático, e os planos hidrográficos do "Estreito de Manilha", do "Pôrto de S. João de Luna", na costa oriental do México atual, de dez portos da Itália Meridional sôbre as duas costas do Adriático e, finalmente, as três notáveis cartas do Estado do Maranhão.

Esta maior riqueza de informação geográfica, principalmente no que respeita às últimas cartas, levar-nos-ia a concluir que êle seja posterior em data ao de Washington. Mas a carta geral do mundo, neste último, é mais rica de novidades geográficas que no primeiro. Êsse fato observa-se mais designadamente em relação à América do Sul. Sob êste ponto de vista, a única vantagem, e notável, do atlas do Rio sôbre o de Washington, está em representar, sumária, mas claramente, a comunicação entre o Orinoco e um afluente do Amazonas, ou seja o Negro. Em compensação, o de Washington, além de uma nomenclatura geográfica muito mais rica, apresenta grandes progressos na representação do Paraná, do Tocantins e do S. Francisco e das respectivas conexões, por meio dos seus afluentes. Porventura, quando algum dia, se conheçam as cartas hoje perdidas do atlas do Rio, seja possível chegar a uma conclusão mais segura.

Por enquanto, afigura-se-nos acertado atribuir-lhe a data de c. 1630. Traçado em pergaminho, ao contrário da grande maioria dos atlas dessa época, feitos em papel; excepcionalmente grande,

e primoroso de estilo, colorido e iluminado, o atlas do Rio de Janeiro tem um caráter principesco.

Se o compararmos, sob êsse ponto de vista, com o de Washington, bem menos opulento, mas que foi preparado e encomendado pelo Conde de Atouguia, um dos grandes fidalgos de Portugal, aquela impressão aumenta.

Tomando ainda em conta que êle pertencia à biblioteca de D. João VI, inclinamo-nos para que o atlas do Rio de Janeiro tenha sido encomendado pelo Duque de Bragança que, volvidos aproximadamente dez anos, seria o Rei D. João IV. Êle teria sido assim o melhor testemunho de uma cultura e de um Império em derrocada e o estímulo e a solicitação permanente no ânimo do Duque para a restauração da Independência portuguêsa, que veio a dar-se em 1640, com tão fecundas conseqüências para o Brasil.

Que êste ou outro atlas semelhante tiveram êsse significado histórico, não temos dúvida. Aliás, o caráter político acentua-se ainda mais em certas cartas do atlas de Washington, onde se acrescenta ao plano dos portos, a data e os nomes gloriosos dos fundadores das fortalezas respectivas.

Notáveis como instrumentos políticos, não é menor a importância dos atlas de Washington e do Rio de Janeiro, considerados apenas sob o ponto de vista científico. Nesse aspecto, os dois atlas, em conjunto, constituem uma grande revelação na história universal da cartografia e, em especial, da portuguêsa. São os dois primeiros atlas universais que se conhecem com o caráter tão predominantemente hidrográfico. Nos dois, somam-se cêrca de 100 planos de portos, distribuídos pelos grandes mares e oceanos, incluindo o Pacífico. Nada que se lhes compare, em riqueza de informação, na cartografia holandesa contemporânea, a mais brilhante da época. Êles permitem também estabelecer, mais uma vez, as influências portuguêsas nos atlas holandeses, onde reaparecem mais tarde, muitos dos seus planos de portos.

Com os atlas de Washington e Rio de Janeiro, a cultura náutica dos portuguêses atinge uma das suas fases culminantes — a dos atlas hidrográficos, universais.

III

O ATLAS "ESTADO DO BRASIL" DE JOÃO TEIXEIRA ALBERNAZ (1631)

Em 1943, o então Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Embaixador Oswaldo Aranha, deu ordem para que se comprassem, em Londres, dois atlas, ambos assinados pelo mesmo nome — João Teixeira Albernaz. Mas ainda que o nome de autor seja o mesmo, estamos certos de que se trata de pai ou avô no primeiro, por ordem cronológica — o atlas de 1631 — e do filho ou neto, no segundo, de 1666, tamanha a diferença de interêsse e de estilo cartográfico muito maior no primeiro, embora o segundo sobreleve aquêle, como iluminado. (*)

O mais antigo dêsses atlas intitula-se: *"Estado do Brasil coligido das mais certas notícias que pôde ajuntar D. Jerônimo de Ataíde, por João Teixeira Albernaz, cosmógrafo de sua Majestade. Ano de 1631"*.

O atlas compõe-se de 36 cartas coloridas, medindo, em média, cêrca de 0,^{m}62x0,^{m}40, pela ordem seguinte:

I — Carta Geral com o título *Estado do Brasil*, inscrito numa fita que envolve o escudo das armas de Portugal, encimado por uma coroa real;

II — Carta do atual território da Argentina compreendido entre o Rio da Prata, a Baía de S. Matias e o Cabo do Padrão;

III — Carta do Estuário do Rio da Prata;

IV — Carta da parte da costa entre o Cabo de Sta. Maria e a Barra do Rio Grande do Sul;

V — Carta do Rio Grande;

VI — Carta da costa entre o Rio Grande e o Rio Guaratuba;

VII — Carta da Capitania de S. Vicente (até a Ilha de Cananéia);

VIII — Carta da Capitania de S. Vicente (até a barra de S. Vicente);

(*) NOTA — Avô e neto, respectivamente. (PMC, IV, p. 79-85) I.A.

IX — Carta da Capitania de S. Vicente (até a barra da Bertioga);

X — Carta da Capitania de Sto. Amaro;

XI — Carta do Distrito do Rio de Janeiro (até a barra do Rio de Janeiro);

XII — Carta da Capitania do Rio de Janeiro (com a cidade e uma pequena planta da fortaleza de Santa Cruz);

XIII — Carta do Distrito do Rio de Janeiro e Capitania de Pero de Góis;

XIV — Carta da Capitania do Espírito Santo (até o morro de y° Moreno);

XV — Carta da Capitania do Espírito Santo (até a Ponta do Tubarão);

XVI — Carta da Capitania de Pôrto Seguro (até ao R. Macuripe);

XVII — Carta da Capitania de Pôrto Seguro (até ao R. dos Frades);

XVIII — Carta da Capitania de Pôrto Seguro (até ao R. de S. Antonio);

XIX — Carta da Capitania dos Ilhéus (até a Ilha Pitangoas);

XX — Carta da Capitania dos Ilhéus (até a barra de Jaguaribe);

XXI — Carta da Baía de Todos os Santos, capitania de Sua Majestade (com a planta dos quatro fortes de Santiago, Santo Alberto, S. Filipe e Sto. Antonio);

XXII — Planta da Restauração da Bahia;

XXIII — Carta da capitania da Bahia (até o R. de S. Francisco);

XXIV — Carta da costa desde aquêle rio até ao cabo de S. Agostinho;

XXV — Planta do Forte e barra de Pernambuco;

XXVI — Planta da região de Pernambuco desde a Barreta dos Currais até ao Pau Amarelo;

XXVII — Carta da costa de Pernambuco, Itamaracá e Paraíba;

XXVIII — Carta da ilha de Itamaracá;

XXIX — Carta da costa da Paraíba (até a Ponta Negra);

XXX — Carta do Rio Grande do Norte;

XXXI — Carta do Rio Grande do Norte desde os Baixos de S. Roque até o R. Opanama;

XXXII — Carta do Ceará;

XXXIII — Carta da Província do Maranhão;

XXXIV — Carta da costa desde o R. Turi ao R. Pará;

XXXV — Carta da Província do Grão Pará;

XXXVI — "Descripção dos Rios Pará, Corupá e Amazonas descoberto e sondado por mandado de Sua Majestade, por Antonio Vicente Patrão de Pernambuco".

D. Jerônimo de Ataíde era, como se depreende do mesmo atlas, em 1631, donatário da Capitania dos Ilhéus, à qual são dedicadas duas cartas, das mais minuciosas e interessantes.

Na segunda delas lê-se: "E todos confessam ser esta a melhor e mais fértil terra de todo o Estado, de modo que é provérbio comum que o Brasil é um ovo e os Ilhéus a gema e, se se meter cabedal nesta capitania, será de grandíssimo trato, e importância".

Daqui parece depreender-se que D. Jerônimo de Ataíde mandara organizar o atlas, em parte, com fins de propaganda e o desígnio de atrair colonos e capitais à sua donatária.

Não obstante, as cartas mais importantes do atlas são, segundo a ordem por que estão colocadas, a carta do "Estado do Brasil"; a carta da "Capitania de S. Vicente", em que figuram S. Vicente, Santos e S. Paulo; a carta da "Capitania do Rio de Janeiro", com a planta da cidade; a carta da "Bahia de Todos os Santos"; a "Planta da Restauração da Bahia"; a carta topográfica da Região de Pernambuco e arredores; a carta do Rio Grande do Norte; a carta da "Provincia do Maranhão"; e, finalmente a do Delta do Amazonas.

No contôrno geral, a carta do Estado do Brasil, como a dos dois últimos atlas que estudamos, pertence ao mesmo tipo da de Lopo Homem, de 1519, em que o Cabo de S.ta Maria está situado aproximadamente sôbre o mesmo meridiano do Maranhão e onde figuram duas bandeiras portuguêsas, uma ao norte do cabo do Norte e outra, muito ao sul do estuário do Prata. Na carta de João Teixeira Albernaz, o meridiano de Tordesilhas, passa, ao norte, pela foz do Rio de Vicente Pinzon, e, ao sul, pelo cabo do Padrão, no extremo sul da Baía de S. Matias. A costa está dividida em capitanias; e figuram também ao longo dela e no interior os nomes das tribos aborígenes, conforme a sua distribuição sôbre o território. Na carta vêem-se o equador e um meridiano graduados. Do cabo de S. Agostinho à barra do Pará medeiam 25°, com êrro por excesso, quase do dôbro. Particularmente interessante é a carta topográfica da Baía da Guanabara e cidade do Rio de Janeiro, com a planta e a descrição da Fortaleza de Santa Cruz, além de

uma descrição muito minuciosa da cidade, por meio de letras remissivas.

Mas a mais notável, porventura, de tôdas as cartas é a da região de Pernambuco. Malgrado o atlas datar de 1631, esta carta, ou melhor, o seu protótipo foi traçado nos primeiros meses do ano de 1630, logo após a tomada de Olinda e do Recife pelos holandeses. A carta está acompanhada de 69 letras e algarismos de referência às legendas respectivas, a maioria das quais servem para designar a posição e as defesas das fôrças holandesas e portuguêsas, frente a frente. Entre essas posições figura a que é assinalada com as letras LL, às quais corresponde a seguinte legenda, que vamos transcrever na íntegra, dada a sua importância:

"Onde assiste Ant.º Rib.ʳᵒ de Lacerda, a cujo cargo está a defensa do desenho da villa de Olinda lugar e porto do arrecife na melhor forma que se pode tirar, e he o como estava quando se tomou e como agora a vão fortificando os Olandezes.

Rio e da Ilha e mais estancias da banda do mar até as barretas".

E' evidente que nesta legenda foi interpolado o trecho que vai desde "desenho" até "Olandezes".

O que estava a cargo de A. R. de Lacerda era a defesa do rio Capibaribe, a ilha de Santo Antônio e a parte da costa que se estendia para o Sul até às barretas dos Afogados e dos Currais. Seria que, na legenda, se atribuísse a autoria do "desenho" a A. R. de Lacerda? Seja como fôr, ao tempo em que se fêz o desenho desta carta, Ribeiro de Lacerda tinha a seu cargo a defesa de um determinado setor da costa e do interior. Ora, sabe-se que êle morreu em fins de abril ou maio de 1630 (V. Varnhagen, *História Geral do Brasil*, 3.ª ed. integral, T. II, págs. 285-286). Eis a razão por que afirmamos que a carta data dos primeiros meses de 1630, após a conquista de Olinda. É o que, aliás, se depreende igualmente dos dizeres da pequena carta da ilha de Itamaracá.

Noutras cartas da mesma capitania se indicam minuciosamente os melhores pontos da costa para a entrada de navios e desembarque de tropas, o que liga muito ìntimamente êste atlas aos acontecimentos da invasão holandesa. O mesmo vigilante cuidado transparece da carta do Rio de Janeiro. Grande interêsse oferece igualmente a carta muito minuciosa do Rio Grande do Norte, acompanhada também de legendas e letras remissivas; assim como a interessantíssima carta da foz do Amazonas, feita por Antônio

Vicente Cochado, Patrão da barra de Pernambuco, a que já tivemos ensejo de nos referir.

Mas na carta geral do Brasil do atlas de 1631, assim como nas parciais do estuário do Prata e do Amazonas, figura com grande relêvo, tanto ao Norte como ao Sul, o "Padrão da demarcação entre Portugal e Castella".

Trata-se, pois, de um atlas de reivindicação nacionalista contra a Espanha, de um patriota português, alarmado com a invasão holandesa, e particularmente interessado no Brasil. Tudo isto se compreende melhor sabendo-se que D. Jerônimo de Ataíde pertenceu ao número das figuras primaciais da Restauração de 1640, em Portugal. Já então Conde de Atouguia, êle foi um dos dois filhos, que a célebre D. Filipa de Vilhena armou cavaleiros na madrugada de 1° de dezembro de 1640, horas antes de eclodir o movimento da Restauração. Na manhã dêsse dia, D. Jerônimo de Ataíde fêz parte do grupo de 18 fidalgos que assaltaram o Paço e assassinaram o célebre Miguel de Vasconcellos e sequazes. Ocupou a seguir vários cargos militares, da maior importância, durante a guerra entre Portugal e Castela.

Finalmente, em 1653, era nomeado governador geral do Brasil, pôsto que ocupou até 1657.

Quase tôdas as cartas do seu atlas estão ornadas, ora com a coroa e o escudo das armas reais, ora com o escudo das armas dos respectivos donatários. Assim, as cartas da capitania de São Vicente, com as armas do Conde do Prado (Souzas); a de Santo Amaro, com as do Conde de Monsanto (Castros); a de Pôrto Seguro, com as do Duque de Aveiro (Lencastres); as dos Ilhéus, com as do Conde d'Atouguia (Ataídes), as quais se vêem ainda sôbre a ilha de Itaparica, do Conde de Castanheira; finalmente, na de Itamaracá, as do Conde de Monsanto (Castros).

Dissemos anteriormente quando nos ocupamos da cartografia do açúcar, em seu conjunto, que nalgumas das cartas dêste atlas figuram com um sinal convencional próprio, os engenhos, símbolo e base da renovação econômica de Portugal e da riqueza das famílias nobres dos donatários.

Observemos ainda, que desta vez, o atlas se designa por uma expressão de orgânica administrativa e política "Estado do Brasil", sem nenhuma outra indicação, a não ser a que relega o cartógrafo à função secundária de traçar as informações ("mais certas noticias") do geógrafo; e que êste coincide com o donatário de uma das capitanias mais progressivas do Brasil, nacionalista ardente,

em cuja mente crepitariam já então as aspirações veementes do conspirador.

Quando nos lembramos de que a nobreza portuguêsa tomou uma parte fundamental na organização e comando da Revolução de 1640, e relanceando os brasões que ornam, como aos portões das quintas fidalgas, o Brasil heráldico do atlas de D. Jerônimo de Ataíde, ao lado das grandes rodas dos engenhos, espalhados pelas capitanias, bem podemos dizer que êle é o prólogo cartográfico e o primeiro manifesto político da conspiração que havia de levar, em dezembro de 1640, à Restauração da Independência portuguêsa.

Raras vêzes um atlas haverá assumido um significado político tão evidente.

IV

OS ATLAS DO BRASIL DE JOÃO TEIXEIRA (1640)

Se excetuarmos o segundo dos atlas da "Rezão do Estado" de João Teixeira, compromisso entre os conhecimentos geográficos do primeiro, de 1613 e os de 1626, ano em que foi completado por novas cartas, os demais desde o Atlas-Roteiro de Luís Teixeira, cuja carta geral data de cêrca de 1586, todos se assinalam por um crescente número de cartas e o correspondente desenvolvimento da informação geográfica. Por outro lado, o caráter político dêsses atlas, a partir da "Descripção de toda a costa do Estado do Brasil" de 1627, acentua-se profundamente no de 1631, antes descrito.

A esta regra não fazem exceção os cinco atlas de João Teixeira, todos datados de 1640, um dos quais existe na Mapoteca do Itamaraty; outro se guarda no Arquivo de Belém do Pará; outro pertence à casa do Duque de Palmela (Lisboa); o quarto à Biblioteca Nacional de Paris, a que deve ter sido incorporado com o fundo da casa do Duque de Cadaval; e o quinto ao Embaixador Souza Leão, mas que antes pertenceu à casa dos Condes da Vidigueira e Marqueses de Niza. (*)

Temos na nossa frente uma reprodução fiel da carta geral de um dêsses atlas, o da casa Palmela: desenho e caligrafia corretíssimos; sistema hidrográfico reduzido, no norte, ao Amazonas, com o Pará (Tocantins-Araguaia) e o Xingu, inominado; e, no sul, ao Prata, com o Uruguai, estendendo-se em grande profundidade, e o Paraná e o Paraguai, ambos inominados; e o meridiano de Tordesilhas enfática e escandalosamente traçado, como no atlas do Conde de Atouguia de 1631, com os seguintes dizeres:

"Linha da demarcassão das Conquistas de Castela, e Portugal" entre os dois "Marcos antigos", um por 2º de lat. N. e outro por 39º de lat. S. (**)

Segue-se a transcrição do título e do texto que acompanha 29 das 32 cartas do atlas.

(*) (**) Ver notas no final do capítulo.

"Descripção de todo o Maritimo da terra de S.^{TA} CRUS chamado vulgamente o BRAZIL. Por João Teyxeira Cosmographo de sua Maiestade anno 1640"

Um volume contendo 32 cartas (0,38 x 0,23) em aquarela, cada uma delas com descrição em separado, papel de puro linho, formato 46 x 30. A página principal é feita a bico de pena e representa uma pele de onça, aberta, onde foi inscrito o título do atlas. (*)

Cada carta é acompanhada de sua descrição como segue:

1. "O Rio da Prata he h'un dos mais conhecidos e notaveis do mundo assi por sua grandeza como por ser unica entrada do Perú e sahida da Prata e riquezas daquellas provincias por aquella parte: por elle se demarção as conquistas de Portugal e Castella, e nelle tem principio a costa do Brazil pela parte austral. A entrada deste Rio tem 50 legoas de largo, a ponta da terra da banda do Sul chamão, de S. Antonio e a do Norte Cabo de Sta. Maria, q. esta em altura de 35 graos do Sul enpòr entre o dito Cabo, e a Ilha de Lobos que em pouca distantia esta apartada delle para o Sul entrão os navios que navegão para Buenos Ayres, que neste Rio he a Povoação principal e Cabeça daquelle governo: tem este Canal ou entrada dos navios, fundo de dez braças e sempre vão costeando aquella parte do Rio por bom fundo junto a Ilha de Maldonado e Ilhas de flores ate Monte Vidio; e desta paragem vão embarcaçoens de menos porte, por causa do pouco fundo do Rio por duas braças e pouco mais até surgirem junto a dita Povoação em outras tantas.

2. Do Cabo de Sta. Maria, que hé a ponta da banda do Norte, do Rio de Prata, começa a costa do Brazil (como se mostra na passada folha) correndo ao Nordeste, em espasso de 100 legoas de costa, nam temos porto notavel, mais que a Ilha dos Castilhos q· fica do dito Cabo de Sta. Maria quinze legoas ao Nordeste, a qual Ilha de Castilhos costumão avistar os navios que vão ao Rio da Prata e se querem surgir junto a ella, o podem fazer em fundo de 50 braças mais ao norte deste, outras quinze legoas esta hum Rio aq. chamão de Martim Affonço de Souza, q. tem pouco fundo e trinta legoas mais ao Nordeste do dito Rio, esta o Rio grande, o qual tem oito palmos de fundo e sahe de huma Alagoa de 45 legoas de comprido, que vay correndo ao longo da costa, ficando hum pequeno intervallo de terra entre a Lagoa e a costa, pelo que lhe chamão o Rio Grande da Alagoa, em toda esta costa naon temos povoação.

(*) Ver nota no final do capítulo.

3. Continua se a costa q. vem do Rio Grande da Alagoa para o Nordeste por espaço de setenta legoas, sem em toda ella haver porto notavel, mais q. a Enceada de Tojuca & Ilha de S. Catarina, em altura de 28 graos Austraes donde segundo dizem pessoas practicas naquella costa podem surgir em quatro & cinco braças & aqui deixa a costa o rumo de Nordeste & nella em altura de 27 graos esta hum Rio a q. chamão de S. Francisco na entrada do qual estão duas ilhetas entre as quaes podem surgir em seis braças. toda esta costa he povoada de Gentio a q. chamão os Patos he pouco tratada de Portugues, com tudo dizem ser fertil de mantimentos.

4. Do Rio de S. Francisco (de que já fis menção) vem continuando a costa sempre ao Nordeste ate a Ilha a que chamão da Cananea, que está em 25 graos & dous terços da parte do Sul: & nella ha alguns surgidouros de bom fundo como hé huma enceada a q. chamão Parnaguá na boca da qual estão duas Ilhas, que fas em tres barras ou entradas para dentro da dita enceada, que os praticos naquella costa dizem ter em cinco & seis braças de fundo, & junto a ella temos a primeira povoação da Cap.[na] de S. Vicente.

5. Mostrase a Costa que vem do rio & ilha da Cananea até o porto de S. Vicente, & nella, no Rio Una temos barra, para caravellas, & o mesmo no Rio Itanhaem o porto de S· Vicente está em 24 graos, faz duas barretas a do Sul hé de S. Vicente, tem quatro & cinco braças, & a do Norte q. chamão dos Santos, tem seis ou sette; são ambos os surgidouros bonissimos; a terra fertilissima & ares saudaveis, tem engenhos de asucar et outras fazendas de proveyto produz trigo & muitos frutos et mantimentos & dez legoas da Barra para o occidente, tem as minas de S. Vicente, de que se tira ouro; & seis legoas da barra dos Santos para o Norte, está a Barra de Bertioga, que tem bom fundo & por ella se entra em hum esteiro que vay sahir no Rio dos Santos & faz huma Ilha a q. chamão de S. Amaro, que hé do Conde de Monsanto & tem esta ilha boas fazendas & Engenhos de asucar.

6. Da Barra de Bertioga, vay a costa voltando para o Norte até a Enceada de Ubatuba em distancia de 25 legoas, terra toda montuosa ao longo do mar sem povoaçoens nossas nem porto notavel, só na Ilha de S. Sebastião tem hum porto da banda do Norte, a q. chamão dos Castelhanos, com cinco & seiz braças de fundo: está esta ilha lançada ao rumo do Nornoroeste, perto da costa da enceada dos Guaromis, tem cinco legoas em comprido & huma legoa apertada della ao mesmo rumo está huma Ilheta a q. chamão dos Buzios, q. tem agoa & lenha & outra ao norte da de S. Sebastião

em distancia de tres legoas aque chamão da vittoria q. tem tambem agoa & lenha.

7. Da enceada de Ubatuba vem correndo a costa de leste a oeste, ate hum monte, a q. chamão Pão de Asucar Junto ao Rio de Janeiro, nesta distantia de terra, está a Ilha grande; entre ella e a terra que terá distantia de huma legoa, podem surgir em 3 ou 4 & 6 braças: as entradas para este surgidouro, huma hé pela banda de leste, a q. chamão a Barra Garatuba, que tem fundo de duas braças & outras duas pela banda de Oeste por tres braças & da banda do Sul da dita Ilha grande junto a ella está huma Ilheta a q. chamão de Jorge Grego; entre ella & a grande, surgem em tres braças, & na terra firme junto ao Rio Patigua esta a povoação de Nossa Senhora da Conceição; toda esta terra hé fertilissima & de grande proveyto.

8· O Rio de Janeiro he o melhor & mais seguro porto da costa do Brazil; & dos melhores do mundo, não só por sua grandeza & bom fundo, & por ser capas de muitas e grandes naos mas tambem por ser de grande trato, assi pela grande abundantia da Asucar que nelle ha, & de outras fazendas de preço, como tambem pelo muito que delle se negocea para o Rio da prata, de que vem a ser a terra riquissima: he tambem abundante de madeiras & mais cousas necessarias para Fabrica de navios; he fertilissima de mantimentos, de que se tirão para muitas partes; os ares muy saudaveis & de grande temperamento, com estar no termino da torrida Zona em altura de 23 graos austraes; a largura desta barra da fortaleza Sta. Cruz até o forte S. João he de 750 braças, o fundo de 15 & dentro de 20 & 25, entrão os navios por junto a Ponta da banda de léste onde esta a fortaleza S. João.

9. Do Rio de Janeiro ao Cabo frio se corre a costa a leste, espaço de 19 legoas sem porto nem surgidouro algũ: está o Cabo em 23 graos largos, junto a elle está huma ilha & entre ella & o dito Cabo ha hum bom surgidouro, q. tem 5 braças & dobrando o Cabo para o Norte, está huma enceada de grande pescaria, em q. podem surgir navios de toda sorte; adiante d'esta enceada pouco espaço está a entrada do Rio da Caza da pedra donde a muitas salinas; & seiz legoas da entrada deste Rio ao rumo do norte, estão as ilhas Dancora & junto a ellas em 18 & 20 braças podem surgir muitas embarcaçoens: adiante destas Ilhas, distantia de seis legoas, estão as de S. Anna que tem agoa & lenha & surgidouro para naos da India & adiante 11 legoas esta o Cabo de S. Tomé em altura de 22 graos.

10. Do Cabo S. Tomé, que como disse, está em altura de 22 graos, corre a costa ao Norte 36 legoas até o Morro de João Mo-

reno, que he hum monte que está na entrada do Porto do Spirito Santo, em altura de 20 graos & hum quarto: em toda esta costa não temos porto notavel, mais que o Rio Iritiba, em q. podem surgir caravellas em fundo de duas braças, & ao Norte delle & (*sic*) legoas, outro Rio, com três ilhas pequenas: na entrada delle que se correm de Nordeste Sur-este entre ellas & a boca do Rio, podem surgir em 4 braças: chamão a estas Ilhetas do Goropary: & do mesmo nome está huma povoação pelo Rio a cima, distancia de 5 legoas; não ha nesta costa outra couza de que se faça menção.

11. Do porto do Spirito Santo que está em 20 graos & hum quarto, corre a costa ao Norte & toma alguma cousa da quarta de Nordeste, até a Ponta a q. chamão do Rio doce, em distantia de doze legoas: em toda ella não ha outro porto nem surgidouro, mais que do Spirito Santo, que hé hum dos notaveis da costa do Brazil, tem barra de bom fundo, na entrada & dentro no porto surgem em tres braças, a terra he fertil, tem alguns Engenhos de Assucar; hé fresca & de boms ares.

12. Do Rio Doce ate a ponta de Aguasuipe que esta na altura dos Abrolhos, hé terra despovoada & sem proveyto, só tem algum Pao de Brazil: a costa corre se ao norte 28 legoas: em todas ellas não temos porto nem surgidouro algum, toda costa brava: mostra se o principio do canal dos Abrolhos & Ilhas de Sta. Barbara, entre ellas podem surgir em 5 braças.

13. Da Ponta de Agasuipe até o Rio dos frades, que são de Costa 32 legoas sempre ao Norte, he toda terra despovoada & sem proveyto, nem em toda ella ha porto nem praya, donde navios possão surgir, nesta paragem estão os canaes dos Abrolhos, o mais pequeno fica mais chegado a terra, & tem 10 braças de fundo & com tudo não he segura a passagem por elle, por ser estreito & os recifes perigosos. O canal grande tem fundo de 14 & 15 braças & largura bastante a dar passagem a naos da India.

14. Do Rio dos Frades ate Porto Seguro, corre a costa ao Norte 10 legoas tudo costa brava, com algums Rios em q. não entrão embarcaçoens: a Villa de Porto Seguro está em dezyseis graos & meio de altura do Sul & seu porto hé na fos do Rio Serinhaem, tem cinco braças de agoa, na boca do Rio & dentro duas: daquy vay correndo a costa ao Nordeste, ate huma Ponta que chamão dalgada & torna a voltar ao Nornoroeste athe o Rio doce, donde esta á povoação velha da Villa de Sta. Cruz, que foy a primeira terra que descobrio Pedralvrz Cabral hindo para India, por Capitan mór de huma armada o anno 1500, nesta grande provincia a q. chamão de Sta. Cruz tem esta costa muitos recifes, huns co-

bertos & outros descobertos, entre huns e outros ha boas entradas de bom fundo para naos grossas & qualquer sorte de navios.

15. Do Rio de S. Antonio até o porto dos Ilheos, vay a costa correndo ao Norte, não tem porto notavel, só o Rio Patipe tem 20 palmos de agoa de baixo mar, de sorte que podem entrar caravellas y o Rio Juizia hé só para barcos da costa, os mais não são de consideração, a terra hé fertil, mas pouco povoada, produz muitas boas canas de Asucar, & he abundante de agoas para Engenhos.

16. O Porto dos Ilheos he hum dos bons da costa do Brazil, está em altura de 15 graos da parte do Sul; tem bom fundo, assi na barra como dentro no porto, a terra he das mais ferteis de todo o Brazil, & tem sitio para fazerem grandes fazendas, pela abundancia de agoas & muitos rios de boas agoas, tem cinco Engenhos d'Asucar; tem no seo districto algumas Povoaçõens & villas de consideração, os melhores portos são o porto principal a q. chamão dos Ilheos, o rio das contas, a barra & Porto de Camamu, & morro de S. Paolo do qual até a barra do Jaguaripe onde parte a Capitania dos Ilheos, com a Bahia de todos os Santos.

17. A Baya de Todos os Santos, donde está a cabesa & governo de todo o estado do Brazil, he a mayor que se sabe em todas as quatro partes do Mundo: o circuito, de todo seu reconcavo passa de quinze legoas, a largura na entrada della tem perto de quatro legoas, a cidade do Salvador está em altura de treze graos da parte do Sul, está lançada esta Baya de Norte, a Sul; a Ponta de S. Antonio lhe fica a leste: & a Ilha Ytaparica a Oeste; & entre a dita ilha & e a terra firme, da banda de Oeste, fica hum canal, cuja entrada he a Barra a q· chamão de Jaguaribe, que fica tres legoas do Morro de S. Paolo para o Norte por esta barra entrão navios pequenos no reconcavo da Baya, este canal tem seis legoas de comprido q. são as mesmas que tem a Ilha Ytaparica; podem surgir na Baya de todos os Santos muitos centos de navios de toda a sorte, em bom fundo, toda a circomferença della está povoada de riquissimas fazendas e Engenhos de Asucar.

18. Da Baya de todos os Santos, ate o Rio de S. Francisco, são sessenta legoas, por costa Nordestesudueste; de todos os rios desta costa, os mais principaes & do melhor fundo em que podem entrar embarcaçoens são os seguintes: o Rio Pojuca que he o da Torre de Garcia d'Avila, tem barra para pataxos & caravellas, o mesmo he o Rio real & o Rio Vaza barris & o de Sergipe del Rey, em que podem entrar navios grossos, mas com piloto practico naquella costa, por ter barra muito perigosa; faz esta costa huma enceada, que começa huma legoa do Rio Real, ao Nordeste, & acaba junto ao Rio de S. Francisco, q. vem a ser 20 legoas: chamão esta Enceada de Vaza barris; & he muito perigosa por

causa das correntes das agoas & baixos: no interior desta terra ha algumas fazendas de pessoas particulares; & alguns lugares, o de mais nome, he a povoação de S. Cristovão Capitania de Sergipe.

19. Do Rio de S. Francisco, vay continuando a costa ao Nordeste; os portos & Rios principais são os seguintes: o do Rio de S. Miguel, tem huma barra da banda do Sul pelo qual entrão caravellas & pataxos, mais tem hums baixos da banda de fora da barra q. ha mister Piloto que sayba entrar dentro. O porto dos francezes em que podem entrar navios grossos, tem a barra da banda do Sul a Ponta de Jaraquava faz hum porto, que está em 10 graos largos, em q. podem surgir grandes navios & em grande quantidade, a entrada pela banda do Norte & na mesma ponta tem agoa bonissima, & bom porto, amparado com o recife; toda esta terra he da Capitania de Pernambuco, tam fertil & rica como se sabe.

20. Toda esta costa ate o Cabo de S. Agostinho corre a Nornordeste; tem muitos surgidouros, barras & portos, dentro dos recifes; o principal he a Barra grande q. esta em altura de 9 graos & hum terço largos; & outros como na demonstração com muita clareza se pode ver; & do cabo de S. Agostinho para o Norte, tambem ha alguns surgidouros de menos importancia, como he a Calheta, junto ao mesmo Cabo; o Porto de Maria Giz; a Candelaria, estes antes de Pernambuco, em todos os sobreditos portos podem desembarcar infanteria.

21. Mostra se na passada folha a costa de Pernambuco ate a Paraiba, com todos os portos & barras q. ha por entre os recifes & a barra de Pernambuco. Os navios que entrarem esta barra, para irem bem governados, se chegarão bem à banda do forte, q. está no recife, deixando o dito forte na banda do Sul, por q. para a parte do Norte tudo são recifes agoados, q. não apareçem senão de Baixamar. Entra se esta barra direito a leste, tem de preamar de agoas vivas na carreria 28 palmos de agoa, q. são tres braças & meia, & de Baixamar 2 & meia & sobre o Picão que he huma Pedra que está da banda do Norte da entrada da barra, tem em preamar de agoas vivas 2 braças & meia escaça & de Baixamar huma & meia largo & de preamar de agoas mortas, tem braça & meia, de baixamar huma braça & dentro donde chamão o poço, tem de preamar de agoas vivas 5 braças & de Baixamar 3 & de preamar de agoas mortas 4 & de baixamar 3: tudo fundo de areia branca; he tão estreita esta barra que se o navio não for de grande governo, raras vezes entra sem q. toque a Barra de Tamaracá esta 5 legoas ao norte da de Pernambuco, he das melhores daquella costa, como na demonstração se ve; a barra a q. chamão de Ca-

tuama, tem bom fundo, mais muito perigoso; a Barra do porto dos franceses esta cinco legoas mais ao norte da de Catuama, entre os recifes & a terra podem surgir em bom fundo.

22. Da barra de Paraiba q. esta, em seis graos & dous tercos da parte do Sul, corre a costa 35 legoas quase ao Norte-este, tem a Paraiba na entrada da barra tres braças de preamar, & dentro quatro & cinco braças entrão os navios com a proa em oeste, & na Barra de Mogonguape q. está entre a Paraiba & a Baya de traição, podem entrar caravellas, tem nove braças de largo & tres de fundo; a Baya de trayção he bonissimo porto para muitas embarcaçoens daqui ate o Rio grande não tem porto notavel.

23. O Rio grande he hum dos melhores de toda a costa do Brazil, tem na entrada da Barra seis braças de agoa & dentro em partes, oito & doze, tem na barra oitenta braças de largura: podem entrar & surgir neste Rio mtas. & grandes naos; da Barra até a cidade, haverá huma grande legoa & de fronte da Cidade tem o Rio largura de 300 braças, esta em altura de cinco graos, da qual corre a costa ao noroeste, 30 legoas, até huma Ponta da terra a q. chamão Vassus: todas estas 30 legoas se navegão por hum Canal que se faz entre a terra & os baixos de S. Roque, o qual Canal tem tres & quatro braças de fundo & de largo não duas legoa.

24. Desta ponta a q. chamão Vassus, dá volta a costa do Brazil para a parte de Oeste, hindo variando a diversos rumos conforme as pontas & Enceadas q. vay fasendo, sem ate o Rio Opanama & Ponta do mel haver porto algum, por ser toda a costa aparcelada; mas podem surgir huma & duas legoas ao mar da terra se não tira proveyto algum, por não ser povoada.

25. Do Rio Opanama, corre a costa quasi a léste, ate o Rio Jaguaripe, em que podem surgir urcas & pataxos; deste Rio continua a costa 20 legoas ate o Siará, que he bom porto, donde temos Povoação & fortaleza: do dito Siará continua a costa até Paranapuc, q. tem surgidouro com tres braças de fundo & em toda esta costa, se podem surgir ao mar huma & duas legoas em bom fundo.

26. De Paranapuc vay a costa a oeste até o Rio das preguisas, em q. podem entra pataxos & caravellas: toda esta costa hé aparcelada, mais de huma legoa ao mar & destes parceis podem surgir nas braças que se mostrão; a terra he Povoada de gentio & sem proveyto algum.

27. Do Rio das preguiças até a Barra do Pereyra, são catorze até quinze legoas: por esta barra entrão caravellas & outros navios pequenos, q. vão para o Maranhão, por se segurarem das correntes das aguas q. são grandes naquella paragem, & navegação por entre aquellas Ilhas & de Maré vazia ficão em vaza até

q. a maré torna a encher; & assi vão navegando athe desembocarem por entre a Ilha de S. Anna & a do Massame; por canal de quatro e cinco braças, & por bom fundo vão demandar a Barra & entrada do Maranhão por donde podem entrar naos de toda a sorte.

28. Da Barra do Maranhão, até a barra do Cuma, são tres legoas: tem Cuma bom porto em q. podem surgir pataxos & vay continuando a costa ate o Rio Tury & Ilha de S. João: tem este Rio hum porto de quatro a cinco braças de fundo não tem estas 35 legoas de costa outro algum porto de que se possa fazer menção; a terra hé fertil & promette grande proveyto sendo cultivada.

29. Do Rio Tury até a entrada do grão Pará, nam temos outro porto mais que o de Cayté; em que podem entrar caravellas & pataxos: toda esta costa he retalhada com esteiros, que vem a fazer ilhas, por entre as quaes navegão canoas q. vão do Maranhão ao Pará & se communica de huma a outra parte, por aquellas Canaes, pelas grandes correntes das agoas, q. junto da costa correm, não darem lugar a navegar com seguranza pela costa. O Rio Pará tem setenta legoas de boca & na mesma conformidade de largura, vay entrando pelas terras dentro, outras tantas legoas fazendo hum grand Coffo, o qual todo está cheyo de hum grandissimo numero de Ilhas, muitas de grandeza notavel & por entre humas & outras, canaes por donde podem navegar grandes embarcaçoens; em todas estas ilhas se podem fazer grandes fazendas, a entrada deste Rio está debaixo da Equinocial.

NOTAS

(*) P. 73 — Com a data de 1640, e da autoria de João Teixeira I ou João Teixeira Albernaz I, conhecem-se, hoje, um original e sete cópias não autógrafas. O exemplar que pertencia ao Duque de Palmela foi adquirido em 1954 pelo Govêrno Português e guarda-se, presentemente, no Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, em Lisboa. Ver nota (*) à p. 42.

(**) P. 73 — Nem a carta do Brasil do atlas da Casa Palmela (hoje, no Ministério das Finanças, em Lisboa), nem a que figura nos exemplares da Biblioteca Nacional de Paris, Mapoteca do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Biblioteca e Arquivo Público do Pará e Biblioteca da Ajuda, apresentam o traçado do meridiano de Tordesilhas, com a legenda correspondente, como tampouco trazem a figuração dos "marcos antigos". Êstes dados figuram, sim, na carta do Brasil do atlas de 1642. (Ver PMC, IV, est. 487A e 495 A-D).

(*) P. 74 — Nos exemplares, hoje conhecidos, do atlas de João Teixeira I ou João Teixeira Albernaz I, datado de 1640, os frontispícios são todos diferentes, a saber: no do Ministério das Finanças, o título está inscrito em cartela com motivos barrocos; no da Biblioteca Nacional de Paris, a cartela está decorada com motivos indígenas; no do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, a fôlha inicial apresenta ùnicamente o título, sem ornatos; na cópia pertencente ao Embaixador Joaquim de Sousa Leão Filho, os motivos ornamentais que envolvem o título são também barrocos, destacando-se na parte inferior uma concha, e em cima, o brasão dos Condes de Atouguia, ladeado por anjos.

A descrição feita acima pelo prof. Jaime Cortesão corresponde ao frontispício da cópia do atlas pertencente à Biblioteca e Arquivo Público do Pará (Belém).

I.A.

V

O ATLAS DO BRASIL DE JOÃO TEIXEIRA ALBERNAZ (1666)

Aos atlas de 1640, seguem-se mais dois de 1642, que não passam de cópia dos atlas anteriores. E até ao ano de 1666, ou seja durante cêrca dum quarto de século, não há notícia de qualquer outro atlas dos Teixeiras. (*)

Depois daquela série dos sete atlas irmãos, o único que nos foi dado estudar pertence à Mapoteca do Itamaraty, onde entrou, a quando o atlas de João Teixeira Albernaz, de 1631. Intitula-se: *"Livro de toda a costa da Provincia Santa Cruz,* feito por João Teixeira Albbernas. Anno de 1666".

O Atlas compõe-se duma carta geral do Brasil e 30 cartas parciais, medindo cêrca de 0,370x0,228, tôdas coloridas e primorosamente iluminadas. Começa por uma descrição do Brasil, em que, depois duma rápida referência ao seu descobrimento, se indicam os limites do Estado pela seguinte forma: "Começa da banda do Norte em altura de um grau e dois terços e acaba no Cabo de Santo Antão, no Rio da Prata, em altura de 37 graus e um terço da banda do Sul. Pela parte do Oriente a lava o mar Oceano Ocidental; pela do Ocidente confina com a Provincia de Las Charcas: divide-as o Rio Pará; e, com a de Tucumam, o Rio da Prata".

Apesar desta declaração, êste atlas, sob o ponto de vista da definição da linha divisória representa um retrocesso. Embora a arrumação da costa seja sensìvelmente a mesma que nos atlas anteriores, neste não figura o meridiano de Tordesilhas, nem os "marcos antigos", tão característicos dos atlas de 1631 a 1642.

Por forma geral, os atlas anteriores são dum estilo cartográfico mais correto. Mas o atlas de 1666, é, quase sempre, mais rico de toponímia e pormenores topográficos, em especial pelo que res-

(*) Ver nota no final do capítulo.

peita à costa leste-oeste e à do atual Estado do Paraná, cuja carta, em separado, representa uma de suas novidades.

Dentre as demais cartas, destacam-se a geral do Estado do Brasil; a "Demonstração do Maranhão até o Rio das Preguiças", muito rica de nomenclatura e de indicações náuticas; "A aparência de Pernambuco", com a "Cidade Mauricéia" e as construções dos holandeses; a carta da "Bahia de Todos os Santos", muito minuciosa, com a localização dos engenhos do Recôncavo e que obedece, como dissemos, ao mesmo protótipo que a de Marcgraf; e, finalmente, a "Demonstração do Pernaguá e Cananeia", onde aparece, pela primeira vez em atlas, a povoação daquele nome.

Se examinarmos agora a seriação dessas cartas, segundo a ordem cronológica, verifica-se que houve um maior período de produção de atlas entre 1626 e 1631; outro, entre 1640 e 1642; outro, depois de 1666, separados os três, em especial os dois últimos, por grandes hiatos. Embora, certamente, tenham desaparecido muitos atlas dos Teixeiras, e outros provàvelmente existam ainda em arquivos públicos ou particulares, cremos poder relacionar aquela curva de produção com os seguintes fatos históricos: (*)

I — Período de 1626 a 1631: o grande alarme causado em Portugal com a tomada da Bahia pelos holandeses em 1624, sua recuperação em 1625, e a tomada de Olinda e Recife em 1630.

O "Estado do Brasil", expresso cartogràficamente, tornado quase palpável na sua grandeza territorial e importância econômica, imagem deslumbrante, marcada fólio a fólio por um espírito cioso de afirmação heráldica e reivindicação nacionalista, mas ameaçado de desmembramento ou conquista total pelos holandeses, inimigos de Espanha, torna-se um motivo predominante de acerba recriminação e revolta contra o govêrno dos Filipes. Vale pelo mais eloqüente dos manifestos políticos. A criação cartográfica, sob êsse aspecto, deve-se a D. Jerônimo de Ataíde, futuro Conde de Atouguia, que assim passa ao primeiro plano dos precursores e ideadores da Restauração.

II — Período de 1640 a 1642, ou melhor, apenas do primeiro dêsses anos, pois os atlas de 1642 não passam de cópias daqueles: vésperas iminentes do movimento da Restauração da Independência em Portugal. Os atlas de 1640, que pertenceram na sua maioria a famílias nobres, intercalando com as cartas pròpriamente ditas, as suas páginas de texto, que exaltam com otimismo as ri-

(*) Ver nota no final do capítulo.

quezas e possibilidades do Brasil, representam, tanto como o atlas de 1631, manifestos de propaganda para a Restauração. (*)

III — Período de 1666 a 1681: corresponde à paz com a Holanda (fins de 1661) e ao têrmo da guerra com a Espanha em 1665, e à celebração do Tratado de paz em 1668. O atlas, copiado por um cartógrafo italiano e a que assinalamos a data de c. de 1681, corresponde à data e fato fundamental na história da expansão territorial do Brasil, da fundação da Colônia do Sacramento. (*)

IV — É de observar que, de qualquer forma, a criação cartográfica dos grandes atlas de que acabamos de falar pertence ao período filipino. Valem por uma trombeta de alarme chamando portuguêses e luso-brasileiros à consciência de seus direitos e responsabilidades para com o nôvo e promissor Estado em formação.

Passado o período da Restauração, que vai até 1668, os atlas quase desaparecem. No de 1666 já se revela a decadência da arte cartográfica. E, pràticamente, desde os fins do século de Setecentos, deixa de haver atlas portuguêses do Brasil durante mais de um século.

É também durante êsse período e sucessivamente no atlas de Luís Teixeira, c. de 1586, nos dois hidrográficos de João Teixeira de 1630, e nos de 1640, que surgem as grandes revelações sôbre a hidrografia do interior. Adiante e a propósito do movimento das bandeiras teremos ocasião de voltar ao estudo dêsses fatos, contentando-nos por agora em lembrar, principalmente, que naqueles atlas, aparecem pela primeira vez traçadas as conexões entre o Paraná, o S. Francisco e o Tocantins-Araguaia, assim como a ligação entre o Rio Negro e o Orinoco.

Tais revelações são muito de estranhar, pois podiam favorecer a penetração e expansão dos inimigos e não estavam nos hábitos dos portuguêses. Explicamos êsse fenômeno, que se desencadeia, por assim dizer, em 1630, pela ausência de uma disciplina de Estado, que ligasse fortemente a nação ao monarca.

Os conhecimentos geográficos e cartográficos do Brasil considerados, por via de regra, segredos de Estado, puderam por aquêle motivo transpirar, tanto mais quanto havia a necessidade de revelar aos próprios portuguêses a unidade grandiosa e orgânica do Brasil.

Também por essa razão uma grande figura de político e sábio, D. Jerônimo de Ataíde, que pensava e preparava a história em

(*) Ver nota no final do capítulo.

têrmos e bases de geografia e economia, ergue-se como grande inspirador da cartografia portuguêsa, alçando-a a novos esplendores, no atormentado período em que ela perdera os estímulos e favores oficiais.

NOTAS

(*) P. 83 — Com a data de 1642 conhece-se apenas um atlas. Ver nota (**) p. 41. Além dos atlas citados por Jaime Cortesão, conhecem-se hoje mais os seguintes espécimes: um datado de 1643; quatro de 1648; e dois de 1665. Ver nota (*) p. 39.

(*) P. 84-85 — Em nota anterior observamos que o último atlas da quarta década do século XVII, hoje conhecido, data de 1648.

Segundo o levantamento da obra cartográfica dos Teixeiras, publicado nos PMC, IV, o último atlas que figura no arrolamento cronológico data de c. 1675. Posteriores a essa data, conhecem-se apenas as seguintes cartas avulsas: 1677, 1679 e 1681 (fragmento) sôbre as quais não há indícios de que tenham pertencido a um atlas (PMC, IV, p. 34-36 e est. 548-552).

I.A.

III PARTE

OS BANDEIRANTES PAULISTAS E OS JESUÍTAS

I

GEOPOLÍTICA DAS MISSÕES DO PARAGUAI E DAS BANDEIRAS PAULISTAS

Por mais estranho que pareça, o movimento geral das bandeiras está muito longe de refletir-se na cartografia com a mesma freqüência e amplitude das penetrações que os bandeirantes realizaram nos sertões. E poderia talvez dizer-se, sem receio de paradoxo, que a cartografia portuguêsa de Seiscentos tem mais importância como causa de que como efeito das bandeiras.

Quando se escreve ou fala das bandeiras paulistas nas suas relações com o meridiano de Tordesilhas, parte-se de um suposto inteiramente falso, o de que os bandeirantes tivessem uma noção mais ou menos exata da situação da linha divisória e a segura consciência de que, nas suas incursões, violavam a letra do Tratado.

Não foi assim. Esta consciência e aquela noção podem e devem ter existido apenas em relação às expedições que desde Belém do Pará subiram e devassaram o Amazonas. E ainda aí os expedicionários supunham que a sua expansão assentava numa base jurídica, tão válida como a do célebre convênio.

Bem pelo contrário, lusos e luso-brasileiros, que desde o segundo quartel do século XVII começaram a abrir caminho de S. Paulo para o sul e oeste até aos atuais Estados do Rio Grande do Sul e Mato Grosso, estavam sinceramente convencidos de que realizavam apenas uma justa reivindicação de soberania territorial, em nome das solenes estipulações de Tordesilhas.

Cingindo-nos à história do conceito e não à sua definição científica, a realidade — já o dissemos — é que o meridiano divisório, longe de ser fixo e universalmente reconhecido como tal, variou de posição nos mapas, ao sabor das conveniências opostas de portuguêses e espanhóis. Os primeiros desviavam a linha para oeste, ou melhor, aproximavam, nas cartas, o Brasil do arquipélago de Cabo Verde e das costas ocidentais da Guiné, de maneira a abranger no hemisfério português mais vasto quinhão da América do Sul; os segundos obedeciam à tática contrária, de forma a conceder a outrem o mínimo possível do continente.

O avanço do meridiano para oeste, operado pelos portuguêses nas suas cartas, começou, como já vimos, na própria carta chamada de Cantino, de 1502; e nas vésperas da realização do Tratado de Madri, de 1750, que anulou a célebre divisória, ainda os paulistas, como veremos, se esforçavam por justificar a posse das minas de Mato Grosso, como estando incluídas no hemisfério português, delimitado pelo convênio de Tordesilhas.

Pretexto e base para os múltiplos enganos foi, como é sabido, a ausência de um método juntamente científico e prático para observar as longitudes e, por conseqüência, fixar a posição do meridiano a 370 léguas do arquipélago de Cabo Verde, conforme a letra do Tratado. Só nos comêços do século XVIII se generalizou o processo da observação das longitudes pelos eclipses dos satélites de Júpiter; e a Portugal e a D. João V pertence a iniciativa de enviar para a América, em 1729, a primeira missão científica no gênero, formada pelos Padres Domingos Capacci e Diogo Soares, com o objetivo de traçar um mapa do Brasil, de longitudes observadas.

Observemos de nôvo que a cartografia portuguêsa e a espanhola, ao contrário da holandesa e até da francesa, foram obra de Estado, excetuando apenas os sessenta anos do período filipino. Os serviços hidrográficos de Lisboa, assim como os de Sevilha, reuniam os traçados parciais colhidos nas viagens de descobrimentos e com êsses materiais arquitetavam a carta-padrão, que servia depois nas viagens dos demais pilotos. Os grandes cartógrafos, quer portuguêses, quer espanhóis, intitulavam-se cosmógrafos de El-Rei. E como tal obedeciam disciplinarmente à razão de Estado. Verdadeiros instrumentos políticos, seus mapas refletiam a realidade geográfica, na medida em que esta se não opunha aos interêsses da Coroa.

Essas cartas-padrões, logo generalizadas, acabaram por criar um estado de consciência em volta do conceito oficial da extensão, na América, da soberania de cada uma das nações rivais. Os bandeirantes cultos, como Antônio Raposo Tavares, que certamente conheceu os mapas do Brasil, seus contemporâneos, aceitavam de boa-fé a lição que êstes lhes ensinavam. Apenas em Lisboa uma escassa dúzia de dirigentes e técnicos estaria no segrêdo de que as cartas não reproduziam fielmente a realidade geográfica.

Reconhecida a costa brasileira, nos seus traços mais gerais, desde o Amazonas ao Prata, logo os portuguêses procuraram adaptar a linha divisória às novas e surpreendentes realidades geográficas. É o que se vê do mapa de Lopo Homem, cartógrafo e cosmógrafo real, traçado em 1519, e já aqui estudado, o qual

com pequenas variantes serviu de padrão à cartografia portuguêsa dos séculos XVI e XVII. Se a êsse mapa acrescentássemos um meridiano, passando cêrca da foz do Amazonas, êle cortaria o continente de tal sorte que abrangeria no hemisfério português todo o estuário e quase todo o vale do Prata. (*)

Como se conseguiu êsse milagre de soberania política? Distendia-se a chamada costa leste-oeste, que se aproximava o mais possível do arquipélago de Cabo Verde, e deslocava-se para o oriente tôda a curva do litoral que vai do Cabo Frio ao estuário do Prata. Por forma geral, os erros dêste padrão agravaram-se ainda em anos posteriores, atingindo o máximo nas cartas de Vaz Dourado, da segunda metade de Quinhentos, e nas dos Teixeiras, por todo o século XVII.

Êrro não menos grave, ainda hoje comum em pena de mestres, é supor que o reinado dos Filipes tivesse abolido a distinção de fronteiras e soberanias nacionais, na América ou no Oriente. As duas Coroas, embora sob o mesmo cetro, continuaram a ser, do ponto de vista territorial e administrativo, entidades perfeitamente distintas. E ninguém mais que os Filipes, e em especial Filipe II de Espanha, procuraram manter os domínios da Coroa castelhana, pròpriamente dita, impermeáveis à perigosa intrusão dos portuguêses. Tivemos ocasião de ver, a quando o estudo da expedição de Pedro Teixeira, águas arriba do Amazonas, como êle procurou fixar os limites da soberania própria do Estado português do Brasil, na foz do Japurá; como êsses atos foram considerados em Quito e Lima como violações da soberania castelhana; e, enfim, a reação do Conselho de Índias que resolveu, como remédio radical às impenitentes instruções dos portuguêses, anexar pura e simplesmente o Estado do Maranhão à Coroa de Espanha — o que tudo, por formas diferentes, consubstancia o princípio da separação das soberanias de uma e de outra coroa, embora as duas sob o mesmo cetro filipino.

Quando Raposo Tavares, em 1629, invocava, para invadir o Guairá e expulsar os jesuítas dessa missão, as razões de soberania portuguêsa sôbre os territórios ocupados pelos inacianos espanhóis, não lhe faltavam documentos e testemunhas em que apoiar-se de boa fé. Chegou a ocasião de pôr em evidência a importância dos atlas dos Teixeiras, em particular o da "Razão do Estado", de 1626, de João Teixeira, e o de 1627, de João Teixeira Albernaz, nos quais quase todo o vale do Prata é abrangido pelo meridiano de Tordesilhas, que então se traçava, quando menos, desde Belém do Pará.

(*) Ver nota no final do capítulo.

Mas é principalmente a carta do atlas de 1627, que pertenceu a um nobre português, a que mais interessa neste particular. Já anteriormente dissemos e voltamos a observar que na legenda dessa carta se diz que o Estado do Brasil "pella parte do Norte comesa no grande rio Pará, cuja entrada fica debayxo da equinocial e acaba pella parte do Sul em 35 graos na boca do rio da Prata". Se nessa carta traçássemos o meridiano de Tordesilhas pela bôca do Pará, êle deixaria a leste, isto é, no hemisfério da soberania portuguêsa, o curso do Paraguai e todo o vale do Paraná. E lá estão afirmando com evidência uma suposta usurpação pelos espanhóis, Ciudad Real, sôbre o Paraná e na foz do Pequiri, e Santo Spirito, ou seja Vila Rica do Espírito Santo, no Ivaí, abertamente dentro da zona portuguêsa. Mais para leste ainda, isto é, mais entranhadas em região de soberania portuguêsa, estavam as reduções dos jesuítas da missão do Guairá.

A data desta carta tem a maior importância para a história das bandeiras, pois é no ano seguinte que se desencadeia o assalto e destruição das reduções do Guairá, breve seguida pelo cêrco e destruição de Vila Rica, que teve como complemento inevitável o abandono pelos espanhóis de Ciudad Real.

Os cinco atlas do Brasil de 1640 e os dois de 1642, hoje conhecidos, continuam a assinalar a linha da soberania portuguêsa com tamanha amplitude, que, dos atuais territórios da Argentina, do Paraguai e da própria Bolívia, não restava muito à Espanha. (*)

Essa era a doutrina corrente, que os bandeirante mais cultos não podiam ignorar. O conceito geográfico do atlas de 1627, divulgado por D. Jerônimo de Ataíde e tão reiteradamente repetido pelos atlas seguintes, não podia ser apanágio de fidalgos e cartógrafos da metrópole. Entre luso-brasileiros e reinóis moradores no Brasil, havia de ser corrente essa opinião. E, quando assim não fôsse, os donatários interessados e na sua totalidade inimigos do domínio filipino que, mais de uma vez, ameaçara esbulhá-los dos seus direitos, se encarregariam de transmitir êsse conceito aos seus loco-tenentes para que êstes, por sua vez, o difundissem entre os moradores das capitanias.

Em homens sempre tão ciosos, através da história, da soberania territorial como foram os portuguêses, aquêles mapas haviam seguramente de influir nos seus atos. Tornar-se uma razão de Estado.

Não esqueçamos também — fato da maior importância — que os jesuítas portuguêses, então os mestres e mentores, por

(*) NOTA — Só o atlas de 1642 (um, e não dois), assinala a linha de Tordesilhas. Com a data de 1640 conhecem-se hoje, não cinco atlas, mas um original e sete cópias. Ver notas à p. 81. I.A.

excelência, do Brasil, sustentavam doutrina igual. Já vimos que, cêrca de 1623, e esta data tem igual importância, o Padre Antônio de Araújo, na relação de uma bandeira paulista ao Tocantins, considerava o Estado do Brasil "fechado com dois limites, como duas chaves" — o Prata e o Pará, ou seja, o Tocantins-Araguaia. E um pouco mais tarde, o Padre Simão de Vasconcelos, nas suas "Notícias das coisas do Brasil", redigidas cêrca de 1656, alargava êsse conceito e chamava ao Prata e Amazonas-Madeira duas chaves ou colunas, que separavam o Brasil da América espanhola.

Em Lisboa, só por volta de 1730 ou 1731, depois dos Padres Capacci e Soares enviarem do Brasil as primeiras longitudes astronômicamente observadas, e, em particular, a da Colônia do Sacramento, desapareceram tôdas as ilusões. Mas por isso mesmo os resultados dessa missão cartográfica foram ciosamente guardados em segrêdo, como adiante teremos ocasião de largamente comprovar. Para escondê-los, as cartas dos dois padres referiam as longitudes ao meridiano do Rio de Janeiro, forma de ocultar as longitudes, a contar do meridiano de Paris, que era então o meridiano das operações.

Mas, ainda quando aos portuguêses escasseasse o sentido de uma soberania territorial, própria, a realizar plenamente e a defender, o govêrno de Madri não se cansava de lembrar aos portuguêses, sob formas cominatórias, que êles se deviam conter nos estritos limites que lhes impunha o Tratado de Tordesilhas; e os jesuítas espanhóis, zelosos defensores de um conceito sôbre a posição da linha demarcadora, muito ajustado aos seus interêsses, mas oposto ao dos portuguêses, não deixaram de pôr em obra o plano de expansão territorial, correspondente.

Ao contrário do que tantas vêzes afirmam historiadores brasileiros, os Filipes e os seus representantes opuseram repetidamente barreiras entre o Brasil e os estabelecimentos espanhóis do Prata e do Peru.

Em fins do século de Quinhentos o Marquês de Cañete, Vice-Rei do Peru, comunicava a Filipe II de Espanha que D. Lourenço Soares de Figueirôa, governador de Santa Cruz de la Sierra, passara tão adiante no descobrimento daquelas terras que chegara aos confins do Brasil, com o qual, dizia, se poderia ter comércio "por haver caminhos dispostos e faceis". Eram por certo, as trilhas praticadas pelos índios e por onde, cêrca de 1524, seguira Aleixo Garcia. Por carta de 26 de julho de 1595, o monarca espanhol, em resposta, invocava "muitos inconvenientes que se apresentavam" e ordenava ao Marquês de Cañete que impedisse essa passagem.

Alegava Filipe II que por essa porta — Santa Cruz de la Sierra — poderiam entrar os portuguêses e meter suas mercadorias e escravos. "Além do que, acrescentava, se pode e deve evitar que estas nações (Espanha e Portugal) se juntem, procurando que cada qual se conserve no que descobriu e possui". A injunção ao Vice-Rei do Peru representava, no fundo, um justificado temor pelo nacionalismo pugnaz e audácia exploradora dos vizinhos. E é assim que o monarca terminava, referindo-se àquela passagem, supostamente descoberta pelo governador de Santa Cruz: "deixando os portuguêses na ignorância em que até agora se acham, para que o não intentem; e no entretanto olhai muito por isto, sem dar lugar a que comuniquem por ali, nem se prossiga o descobrimento". (1)

Êste documento, filiado, aliás, na tradição jurídica do Estado espanhol, que sempre vedava a entrada aos estrangeiros nas Índias de Castela, foi um verdadeiro padrão da política filipina nesta matéria. Desde essa data e até 1640, contam-se por dezenas as cédulas reais que proíbem a entrada de todos os estrangeiros, em especial os portuguêses, e algumas vêzes designadamente os paulistas, nos domínios ultramarinos da Coroa espanhola.

Um mestre da história do Direito colonial espanhol, José Maria Ots Capdeque, em seu interessante estudo sôbre esta matéria escreve: "Incluso durante el periodo historico en que Portugal estubo unido politicamente a España, los portugueses fueron conceptuados tan estranjeros como los otros subditos del Imperio español no naturales de los reinos de Léon e Castilla. Mas estranjeros en cierto sentido que los navarros y aragoneses, puesto que no les alcansó nunca, ni en la costumbre ni en la ley, el trato de favor que estos consequieron; tan estranjeros, *por lo menos*, (o sublinhado é nosso) como los otros subditos del Imperio, flamengos, alemanes e italianos". (2)

E é o mesmo historiador que acrescenta: "Su vecindad en la Peninsula no fue nunca circunstancia que se tubiera en cuenta para dispensarles un trato de favor. Antes al contrario, por las ventajes que su posicion geografica les proporcionaba para fomentar un contrabando contrario a los interesses de España, fueron siempre mirados con particular recelo por los gobernantes españoles La rivalidad como navegantes y descobridores entre uno y otro pueblo mantubo siempre viva entre ellos una tirantez de relaciones".

---

(1) V. MELLO LEITÃO, «Descobrimento do Rio Amazonas», S. Paulo, págs. 88-89.

(2) J. M. OTS CAPDEQUE, «Los portugueses y el concepto jurídico de estranjeria en los territorios hispano-americanos, durante el periodo colonial». Madrid, s.d. página 103.

E, em abono, recorda a doutrina do célebre Solorzano, o qual, na "Política indiana", justifica sem reservas a proibição cominada aos estrangeiros de entrar nas Índias "*y en particular los portugueses, los quales estan mandados echar de aquellas Provincias, como consta de muchas cedulas,* que estan juntas en el primero tomo de las impresas". (1)

Algumas dessas proibições, de caráter geral, referidas por Solorzano, como as de 20 de abril de 1605, 3 de outubro de 1614 e 2 de julho de 1618, chegam ao ponto de aplicar a pena de morte e a confiscação de bens aos infratores contumazes. Pelo que respeita aos portuguêses do Brasil, em particular, as cédulas proibitivas amiúdam-se e redobram de severidade. Primitivamente os governadores, quando colhiam paulistas em território do Paraguai, limitavam-se a fazê-los voltar ao ponto de partida, como fêz, em 1607 e em 1616, Hernando Arias de Saavedra. Mais rigorosas, as cédulas de 1623 e 1629 mandavam prender os transgressores confiscar-lhes os bens e remetê-los a Sevilha. (2).

Mas, já quando o seu domínio sôbre Portugal estava prestes a findar, Filipe IV reafirmava e sancionava mais que nunca a separação, sob o ponto de vista da soberania territorial, entre a América espanhola e a portuguêsa. A 16 de setembro de 1639, comunicava êle ao Vice-Rei do Peru, referindo-se particularmente aos moradores de S. Paulo, que ordenara pela Coroa de Portugal: "que los Portugueses del Brasil *no puedan pasar de la linea de la demarcacion que ay entre aquella Corona y la de Castilla,* ni entren en ella a reducir indios, ni a contratar en genero alguno ni por otra rason, ni causa que sea so pena de la vida y perdimiento de bienes". (3)

Cédula alguma fôra tão explícita e tão severa como esta. A pena de morte e confiscação de bens, que até àquela data feria apenas os contumazes, aplicava-se desta vez sem distinção a todos os que excedessem a *linha de demarcação*. Ao terminar o período filipino e quando o govêrno espanhol iniciava uma política anexionista, Filipe IV era obrigado a invocar ainda o meridiano de Tordesilhas!

---

(1) J. SOLORZANO, «Politica indiana», livro VI, cap. XIV. Solorzano refere-se, quando fala das cédulas impressas, à «Recopilacion de leyes de India», onde se publicaram muitos dêsses documentos.

(2) OTS CAPDEQUE, na obra cit., menciona entre outras as reais cédulas de 25 de abril de 1605, 3 de outubro e 2 de julho de 1618. Veja-se também Solorzano, obra cit. e «Bandeirantes no Paraguai, séc. XVII», documentos inéditos publicados pela Divisão Cultural do Arquivo Histórico de S. Paulo, 1949, em especial os quatro primeiros documentos dos anos de 1603, 1616 e 1622, referentes à prisão de portuguêses e paulistas colhidos em territórios do Paraguai e que foram dali expulsos em virtude das ordens a que acabamos de referir-nos.

(3) «Anais do Museu Paulista», t. V, págs. 137-139.

Que durante êsse período não desapareceram as fronteiras entre as Américas lusa e espanhola, quer no terreno prático, quer no jurídico, como conseqüência de individuação das duas coroas, cremos haver provado à saciedade. Vimos também que os monarcas se extremaram no rigor punitivo contra os portuguêses, considerados como os estrangeiros mais estrangeiros em relação à Coroa de Castela.

Mas, por forma geral, tôda a política dos reis de Espanha, na América, em face das pretensões e incursões portuguêsas, foi, salvo raras exceções, estritamente defensiva. Duas razões concorreram para isso: de um lado, a irresistível atração dos centros argentíferos e auríferos do Peru, que saciou nos espanhóis a fome de conquistas; de outro a estruturação particular do Estado espanhol, que abdicou em freqüência, nas instituições religiosas, funções de soberania política. Já vimos que, na literatura geográfica espanhola, aparecem referências, mais ou menos alarmadas, ao amplo conceito dos portuguêses sôbre a formação insular do Brasil, nas suas relações com a Lagoa Eupana ou Dourada. Por sua parte, os cartógrafos espanhóis não deram acolhida em seus mapas aos supostos lineamentos da Ilha-Brasil e, ao invés, procuraram limitar o mais possível o âmbito da soberania portuguêsa na América do Sul.

Se aquêle conceito mítico dos portuguêses não houvesse excedido a expressão literária e cartográfica, o caso pouca atenção teria merecido por parte dos espanhóis. Mas, quando os primeiros passaram do pergaminho para o terreno e alcançaram ou excederam os limites da suposta Ilha-Brasil, a situação mudou.

A primeira forma da Ilha-mítica fazia do Prata-Paraguai, em ligação com o Tocantins, o limite oriental da Província de Santa Cruz. Ora, quem lançar os olhos sôbre a história e sôbre o mapa e refletir em que S. Vicente, primeira fundação urbana dos portuguêses no Brasil, defrontava de certo modo Assunção e comandava um sistema de caminhos flúvio-terrestres, que conduziam ao Paraguai, quer a montante, quer a jusante daquela cidade, fàcilmente entenderá que o ponto de cruzamento dessas estradas e a sua freqüentação pelos portuguêses seriam a região e o momento nevrálgico de um conflito de soberania entre as duas nações.

Nos meados de Quinhentos, os vicentistas, como vimos, começaram a visitar Assunção, que demandavam por terra com certa assiduidade. No sentido oposto, também os espanhóis de Assunção, ainda que em menor número, começavam a demandar a costa pelo caminho de S. Vicente. Mas, enquanto os primeiros iam ali por motivos de tráfico, para os segundos tratava-se principal-

mente do problema das comunicações mais rápidas com a Europa. De qualquer forma, êste intercurso não poderia deixar de levantar mútuas suspeitas aos dirigentes dos dois governos ibéricos. Mas foi sobretudo o freqüente aparecimento dos portuguêses em Assunção, já no interior do continente, que despertou apreensões nos espanhóis sôbre o possível caráter e desenvolvimento dessas visitas, no futuro.

O próprio Domingos Yrala, que, em 1553, não receava vender índias guaranis, a trôco de ferramentas, aos vicentistas, confiava, quando dois anos após era nomeado governador do Paraguai, a Rui Dias Melgarejo a missão de fundar uma povoação nos territórios do Guairá e às margens do Paraná. Em cumprimento das ordens recebidas Melgarejo fundava, em começos de 1557, Ciudad Real, acima do Salto Grande e junto à foz do Pequiri. Três anos antes, Garcia Rodrigues Vergara fundara, também, por ordem do mesmo governador, a vila de Ontiveros, sôbre o Paraná, um pouco ao sul de Ciudad Real, a que veio em breve agregar-se a população daquela vila que teve escassíssima duração. Que motivos levaram Yrala a ordenar sucessivamente as duas fundações?

Rui Dias de Gusmão, que conheceu ainda muitas das testemunhas dêstes fatos, escrevia em 1612 que seu avô, ordenando a povoação de Ontiveros, "determinó hacer una fundacion en el camino del Brasil", para avisar por essa parte da costa S. Majestade do estado da terra e prevenir "los grandes daños y asaltos que los portugueses hacian por aquella parte a los indios carios de esta provincia..." (1)

Mais adiante, referindo-se à fundação de Ciudad Real, agora na foz do Pequiri, afirma mais explìcitamente: "determinó (Yrala) hacer una poblacion en la provincia del Guairá, *por ser escalon y pasage del camino del Brasil*, reduciendo a un cuerpo la poca gente que alli habia quedado de la vila de Ontiveros". (2)

Enrique de Gandia não crê que Yrala fôsse movido por tais motivos na fundação daquelas duas povoações, mas sim pela esperança de "sacar metal en cantidad" do rio Paraná, conforme afirmava Juan de Salazar, em 1556. (3) Mais uma razão, afigura-se-nos, para situar a povoação num lugar de "escala e passagem" dos portuguêses do Brasil. Por essa forma defendia êle a posse dos índios, motivo certo, e as riquezas metálicas, incentivo possível das estradas dos portuguêses. A Yrala e aos demais castelhanos

(1) DIAS DE GUSMAN, «La Argentina», cap. XIV do L. IV.

(2) *Ibidem*, L. III, cap. III.

(3) E. DE GANDIA, «Las Misiones Jesuiticas y los Bandeirantes paulistas», pág. 19 e seg.

responsáveis no govêrno e administração do Paraguai não podiam passar despercebidas as reivindicações territoriais dos portuguêses, que alcançavam a mesma cidade de Assunção. E, mais que todos os documentos, o mapa de Bartolomeu Velho, que, em sua primitividade esquemática, traça as primeiras estradas dos portuguêses, em direção ao Paraguai, nos convence de que o velho conquistador, fundando Ciudad Real, na foz do Pequiri, procurava barrar a audaciosa avançada dos portuguêses, num lugar eminentemente estratégico, o ponto crucial das estradas que da costa levavam ao Paraná, no caminho mais rápido para Assunção.

À luz das razões da geopolítica, que esclareceram sempre os conflitos de soberania sôbre o curso dos grandes rios, entre os povos que pretendem, por um lado, remontá-los até às cabeceiras, e por outro, baixá-los até à foz parecem-nos perfeitamente claros os motivos da iniciativa de Yrala, tal como os da persistência secular que levou os portuguêses naquele rumo até ao Alto-Paraguai e à fundação e defesa da Colônia do Sacramento; e os jesuítas espanhóis a impedir-lhes o caminho, quanto estêve em seu poder.

Nem sempre as razões econômicas, vistas no seu objetivo estrito, desligadas do campo mais vasto da geografia, em que se movem e as enquadra, podem explicar a história. Todos os grandes capitães, em contato direto com o terreno, muito antes de Napoleão, fundaram a política na geografia.

Mas tanto Ciudad Real, como Vila Rica sôbre o Ivaí, como Xerez no Alto Paraguai, arrastaram, até à destruição pelos bandeirantes, existência precaríssima. Faltou-lhes a continuidade de uma vida econômica própria, fortemente radicada no solo, que animou outros núcleos urbanos de espanhóis na América. Nenhuma das vilas correspondeu à função para que tinham sido destinadas pelos seus fundadores. E foi necessário que os jesuítas espanhóis, com a largueza política de vistas, a habilidade e a persistência que em tôda a parte revelaram, chamassem a si a missão de limitar o mais possível a realização do mito expansionista da Ilha-Brasil e mais que tudo sôbre o Prata.

Que ao lado do plano da evangelização dos índios tenha existido, umas vêzes a secundá-lo, e outras vêzes a apoiar-se nêle, como numa sanção suprema, um plano de expansão geográfica dos jesuítas espanhóis, julgamos fato capital e que merece comprovação. Aquêles que se têm ocupado dos conflitos entre bandeirantes e jesuítas esquecem com facilidade que a Companhia de Jesus foi um instituto de objetivos políticos; que procurou muitas vêzes insinuar-se e sobrepor-se como um super Estado aos Estados civis. Não nos propomos discutir a legitimidade das razões que levaram

a Companhia desde o seu fundador e fundamento a adotar essa atitude. Limitamo-nos a constatar e recordar o fato, sem a constante consideração do qual permanecerão obscuros muitos, e dos principais aspectos, da história americana.

Ordem, que fêz dos objetivos religiosos uma política, a Companhia teve a serví-la também dentro das suas fileiras, políticos, diplomatas e técnicos eminentes, que não recuaram por vêzes ante os meios e os instrumentos com que os Estados em todos os tempos afirmaram, alargaram e impuseram a soberania política aos outros povos. Apenas dentro do Estado espanhol, que assenta na base de um povo essencialmente individualista, êles utilizaram e encarnaram a solidez do laço religioso de nação, que na Espanha, através dos séculos, tem suprido ou corrigido as carências do laço civil mais débil.

Se à Companhia de Jesus coube na América espanhola uma função política incomparàvelmente mais importante que na portuguêsa, isso se deve, não ao menor zêlo dos inacianos no Brasil, mas àquela profunda divergência no caráter do Estado entre os dois povos. Se um Nóbrega ou um Vieira não tiveram, na história da formação geográfica do Brasil, um papel tão eminente como um Diogo de Torres ou um Montoya na formação territorial das províncias espanholas do Prata, a razão cabe em grande parte à maior eficiência do poder civil entre os portuguêses. Não faltaram é certo, na Província jesuítica do Brasil, como na do Maranhão, padres que foram políticos eminentes. Lograram muitas vêzes, com persistência e habilidade inexcedíveis, traduzir os seus planos em leis da metrópole ou insinuá-los nos regimentos e na ação dos governadores gerais. Mas nunca, como na América espanhola sucedeu, conseguiram substituir-se inteiramente aos representantes e à iniciativa do poder civil, a ponto de se haverem tornado os fronteiros da América espanhola.

Tôda a diferença se resume em que a expansão geográfica da primitiva Província de Santa Cruz foi obra do poder ou da iniciativa civil, realizada sempre contra a obstinada oposição dos jesuítas do Guairá, dos Tape, do Paraná, do Itatim, dos Chiquitos, dos Mocho e dos Maina, que a reduziram o mais possível, muitas vêzes desajudados, quando não, pública ou secretamente, combatidos pelas autoridades espanholas.

Antes que os espanhóis, pensaram, é certo, os jesuítas portuguêses em estender as suas missões até o Paraguai. Êste pensamento explica-se por duas razões: a opinião, geral entre os portuguêses, sem excluir os padres da Província do Brasil, de que o hemisfério da soberania portuguêsa abrangia as regiões visadas;

e a precedência dos sertanistas de S. Vicente, que haviam aberto, ou melhor, reconhecido os caminhos até Assunção do Paraguai.

A idéia surgiu, ao que parece, em 1551, e foi durante muitos anos tenazmente meditada e prosseguida pelo Padre Manoel da Nóbrega. Opôs-se-lhe Tomé de Souza, isto é, o poder civil. Ao primeiro governador do Brasil pareceu, e com razão, que a emprêsa pecava por temerária. Tomé de Souza inteirou-se de que o Padre Nóbrega se propunha levar consigo um razoável séquito de auxiliares, com risco de empobrecer de gente, ainda tão escassa, as capitanias do Sul, e provocar, além do mais, algum grave conflito de soberania com os espanhóis.

Aqui está precisamente o centro do problema. Para Tom' de Souza, como para os jesuítas portuguêses, Assunção ficava dentro do hemisfério português. Assim declarava o governador em 1533, em carta a D. João III: "Parece-nos a todos que esta povoação está na demarcação de V. Alteza; e se Castela isto negar mal pode provar que é Maluco seu". (1)

Tomé de Souza, ainda que reivindicando a posse de Assunção, não ignorava que esta pretensão era litigiosa e que aos espanhóis cabia, no mínimo, a precedência da ocupação, não contestada. Todavia, em nome do Tratado de Tordesilhas e, porventura de um direito natural, de origem geográfica e humana, não deixava de fazer as suas reservas.

Mas, durante os primeiros anos do interregno filipino, e graças aos esforços do português Francisco Vitória, Bispo de Tucumã, a Província jesuítica do Brasil enviava a sonhada missão ao Paraguai. Em 1587, os Padres Juan Saloni, catalão, Tomás Fields, irlandês, e Manoel Ortega, português, chegavam a Córdova do Tucumã. No ano seguinte já os dois últimos missionavam no Guairá, onde o Padre Ortega, principalmente, permaneceu e se distinguiu, durante doze anos, pelos seus trabalhos apostólicos entre os índios.

Só em 1604, o Geral Padre Aquaviva decretava a fundação da nova Província do Paraguai e era designado o Padre Diogo de Torres por seu primeiro Provincial. Não obstante, apenas em 1609, êste último recomeçava, agora em maior escala, a obra das missões do Paraguai e, no ano seguinte, chegavam os padres José Cataldino e Simão Maceta a terras do Guairá, onde reatavam os trabalhos do Padre Ortega.

Na carta ânua de 17 de maio de 1609, em que relata os primeiros trabalhos da organização da sua Província, o Padre

---

(1) V. *História da Colon. Port. do Brasil*, t. III, pág. 72.

Torres esboça um plano de expansão, assinalando-lhe as bases e as origens. Eis, em resumo, o que dizia ao Geral Aquaviva:

I — Entre Assunção e Santa Marta (no Mar das Antilhas e na atual Colômbia) pelos caminhos da cordilheira havia mais de 1.500 léguas; mas por entre os Andes e a terra do Brasil, podia fazer-se bem mais curta, pois desde o Brasil, por Assunção, "no puede haver ochocientas leguas", ou seja, cêrca de metade. E o Padre Torres acrescentava que por essa mesma estrada "se podrá llegar por tiempos hasta en frente de la Margarita" (ao norte da atual Venezuela).

II — Além disso, essa estrada não era tão dificultosa "por ser ya llanos".

III — Por ela podiam atingir-se também as províncias dos índios que estão entre os Andes e o Brasil e os que ficam à margem dos rios Marañon (Mearim?) e Orellana (Amazonas).

IV — Êstes conhecimentos geográficos foram dados ao Padre Torres por "un hermano, Hermano de la Compañia, que vino del Brasil a Quito por donde digo".

Por outras palavras, ficamos sabendo que o Padre Torres possuía uma noção bastante clara de um dos caracteres físicos fundamentais do continente sul-americano: a existência de uma faixa de planícies, entre os Andes e os planaltos Guianês e Central do Brasil, constituída pelos Llanos do Orinoco, a planície ocidental do Amazonas e pelos Chacos; que esta longa depressão continental valia por uma imensa estrada natural; e que esta fôra percorrida desde o Brasil (do contexto depreende-se que, mais concretamente, desde S. Vicente), pelo vale do Madeira e do Amazonas até Quito, por um espantoso pioneiro que nesta cidade terminara por ingressar na Companhia de Jesus.

O fato dêsse aventureiro ter partido do Brasil inclina a crer que se trate de um português de S. Vicente. A única possibilidade de identificação histórica leva-nos à mesma conclusão. Trata-se do conhecido fato do aparecimento em 1559, no Peru, (Moyobamba) de um português de nome Mateus, à frente de um grupo de índios brasis, depois de haver subido uma parte do Amazonas e do Huallaga. E inclinamo-nos para a hipótese de que aquêle português fôsse Mateus Fernandes, um dos vicentistas que, em meados de Quinhentos, idos de S. Vicente, freqüentavam Assunção. Ora, depois de expor êstes fundamentos geográficos e a origem do seu conhecimento, o Padre Torres concluía:

V — "Y asi es aquella mision del Paraguay importantissima". Nela *e na parte descoberta* se poderiam, em seu entender,

empregar mais de 200 padres; e grandíssima quantidade dêles *no que esta por descobrir*, pois há trezentas léguas "desde las espaldas de S. Vicente hasta Buenos Ayres"; outras trezentas entre as cordilheiras do Peru e a terra do Brasil: "y por la espaldas del Brasil corre la tierra mas de seiscientas légoas hasta la mar del Norte" (nêste caso, o gôlfo das Antilhas). Depois de haver delineado por esta forma vastíssima o espaço da sua Província, o Padre Provincial, fundando-se nestas razões, reivindicava para a sua jurisdição a missão que do Peru se tentava fundar entre os Chiruguano (nas faldas dos Andes ocidentais, entre o Alto Pilcomayo e o Alto Guapaí), como pertencentes ao Paraguai, "pues está en su jurisdicion y llanos". (1)

Observe-se que o Padre Torres, ao traçar o plano da expansão da sua província até o Amazonas ou, se possível, ao Gôlfo das Antilhas, reduzia em mente a estreitos limites o Brasil, que fazia terminar "a espaldas de S. Vicente" (por detrás de S. Vicente) e que dava como separado tanto de Buenos Aires como das cordilheiras do Peru, por trezentas léguas, ou seja, conforme o cômputo da época, cêrca de 1.800 quilômetros de sertões, a descobrir e a ocupar.

Da cartografia dos jesuítas no Paraguai não se conhece qualquer mapa coevo que possa ilustrar o pensamento do padre Diogo de Torres. No primeiro em data que nos é conhecido, oferecido ao Padre Carrafa, Geral da Ordem, c. de 1645, não figura o traçado dos limites entre os domínios de Espanha e o de Portugal. Só em 1730, no mapa gravado por Seutter, em Augsburgo, aparecem traçadas as linhas que separavam as províncias espanholas. Aí, a província do Guairá e, ao norte desta, a de Ontiveros incluiam todo o curso do Ivaí, grande parte do Paranapanema e do Añembi (Tieté); e dêles bem poderia dizer-se também que iam até a "espaldas de S. Vicente". E quando, em 1730, os cartógrafos jesuítas tinham êste conceito da separação das soberanias espanhola e portuguêsa, certamente não seria menos amplo no primeiro e segundo quartel do século de Seiscentos.

É verdade que êste plano ainda não aparece expressamente ligado com a expansão portuguêsa. Mas sabemos por outros documentos que o Padre Torres e os demais jesuítas da Província do Paraguai, seus contemporâneos, já se mostravam muito preocupados com as intrusões dos portuguêses de S. Paulo no Paraguai, onde se internavam para explorar a erva-mate, que iam vender

---

(1) A notabilíssima carta do Padre Diogo de Torres pode ler-se em «Documentos para la Historia de Argentina, T. XIX, Iglesia», Buenos Ayres, 1927.

a Buenos Aires, ou, em maior número ainda, para alcançar as regiões argentíferas do Peru.

É depois de 1610, data da fundação das primeiras reduções às margens do Paranapanema, que se intensificam as incursões dos paulistas em terras do Guairá e, principalmente desde 1620, ano em que o Padre Montoya é nomeado Superior da missão respectiva. Excelentemente informados sôbre os planos e meneios dos portuguêses em geral, e muito mais dos de S. Paulo, os jesuítas do Paraguai não desconheciam os mapas que figuravam a Ilha-Brasil; e não ignoravam que os bandeirantes já haviam alcançado o curso do Tocantins, que tinham percorrido até o Amazonas, regressando pelo Araguaia. Sabemos pelo testemunho do próprio cronista da Companhia, Padre Nicolau del Techo, que êles tiveram conhecimento dêsse fato, com todas as particularidades, em 1618, imediatamente após o regresso dessas bandeiras descobridoras; e que aquela primeira realização dos limites insulares do Brasil os alarmou profundamente. (1)

Supunha-se então que o Tocantins prolongava para o Norte o Paraguai. E dentro dêste falso conceito, era de temer que os portuguêses, alcançada essa dupla linha fluvial, atentassem ultrapassá-la, em direção ao Peru, fazendo malograr o plano da grande Província do Paraguai, ideado pelo Padre Torres.

Ora, entre 1629 e 1632, Antônio Raposo Tavares, André Fernandes e Ascenço de Quadros, destruíam as reduções do Guairá e as cidades de Vila Rica, Ciudad Real e Xerez, esta última cêrca da atual Corumbá, no lugar mais propício para atravessar o Paraguai, excedendo assim por muito os limites em que o Padre Torres encerrava o Brasil.

Como explicavam os próprios jesuítas esta sistemática destruição, não só das reduções jesuíticas, mas também dos pequenos centros civis de povoação, fundados pelos espanhóis, sôbre os afluentes do Paraná e do Paraguai?

Tem-se feito dos jesuítas do Guairá as vítimas inocentíssimas dos bandeirantes, empenhados êstes exclusivamente na caçada ao índio. Mas, o Padre Montoya, Superior daquela missão, expunha e explicava, em 1639, os fatos em memorial dirigido ao Rei, por forma bem diferente. Nesse documento esclarecia êle que o intento dos bandeirantes era: "abrir camino y paso a la villa Imperial de Potosi"; que êles destruiram reduções e cidades "solo con animo de limpiar el dicho camino para pasar livremente al Peru (como se hará demonstracion muy clara por un mapa que el suplicante

---

(1) V. Padre Techo, «Historia de la Provincia del Paraguai de la Compañia de Jesus», trad. da ed. latina de 1673, por Serrano y Sanz, t. III, cap. III e t. IV, cap. XII.

trae de toda aquella tierra)". Em consequência do que, acrescentava o Padre: "les salió al camino para estorbarles el paso con tres mil indios flecheros". (1) E o Superior das reduções do Guairá descreve, a seguir, as condições de inferioridade em que travou combate, em 1629, com Raposo Tavares.

Êste documento excepcional abre novos e largos horizontes à interpretação da luta entre bandeirantes e jesuítas do Paraguai.

Poder-se-ia alegar que Montoya, para influir no ânimo do Rei e no Conselho de Índias, exagerava adrede os serviços prestados em defesa da soberania política da monarquia espanhola sôbre as terras invadidas. Mas outros documentos firmados pelos jesuítas do Paraguai, incluindo o próprio Padre Motoya, nos convencem de que aquelas afirmações se ligam ao velho plano do Padre Diogo Torres. Dêles se conclui que os jesuítas espanhóis consideravam a missão do Itatim, no atual Estado de Mato Grosso, como ocupando uma zona eminentemente estratégica de cruzamento das vias entre o Prata e o Amazonas, entre o Brasil e as regiões metalíferas do Peru de então.

A nosso ver, eram bem mais complexas do que supunha o Padre Montoya, as razões que inspiravam os dirigentes ou animadores ocultos das bandeiras, que destruiram as fundações religiosas e civis dos espanhóis no território de Guairá. Acreditar que só modernamente a inteligência dos fatos da geografia determinasse a expansão territorial dos Estados, é uma das formas inocentes de conceber a história, apoucando os homens do passado. Pelo contrário, certas linhas gerais do movimento das bandeiras, desde os começos do seguinte quartel do século XVII, só, a nosso ver, se podem compreender por motivos de política geográfica. E, nesse caso, precisamente, estão as bandeiras do Guairá.

A província do Guairá, considerada como domínio jesuítico, era limitada, no seu mais largo âmbito, pelo Paraná a oeste, pelo Paranapanema, ao norte, o Iguaçu, ao sul, e ia terminar na zona de campos, que se estendem desde Itararé até Guarapuava. Corresponderia hoje ao Estado do Paraná, se a êste amputássemos a zona costeira, regada pelo rio Ribeira e pelo Alto-Iguaçu e a estreita faixa longitudinal, que entesta com Santa Catarina. Zona de transição, trânsito e fronteira, a região de Guairá formava uma encruzilhada, onde se encontravam os climas, as espécies vegetais e as correntes humanas.

---

(1) Êste documento foi publicado por JAIME CORTESÃO em «Manuscritos da coleção De Angelis: Jesuítas e Bandeirantes no Guairá (1594-1640)», ed. da Biblioteca Nacio- do Rio de Janeiro, 1951, págs. 430-433.

País de transição geográfica, rico, por conseqüência, de possibilidades econômicas, uma outra circunstância de ordem geográfica fazia do Guairá região de trânsito. Quase de norte a sul, ou melhor de nordeste a sudoeste, em rumo paralelo ao da costa, a floresta de araucárias é cortada por uma longa corda de savanas — dos Campos Gerais de Castro, Ponta Grossa e Guarapuava — que se liga ao nordeste aos campos de Itararé, formando uma estrada natural que ao norte comunica com S. Paulo e de onde pode baixar-se para o litoral ou subir desde ali, pelo rio Ribeira; para o Paraná, pelo rio Pequiri; ou seguir para o sul, atravessando o Iguaçu. Sôbre essa estrada natural haviam os índios, antes da chegada dos europeus, traçado as suas trilhas, a que os jesuítas chamavam caminho de S. Tomé, e que, segundo o próprio Padre Montoya, começava na costa de S. Vicente e, passando por São Paulo, conduzia ao Guairá, em cujo coração se ramificava em várias direções.

É certo que o Paranapanema e o seu afluente Tibaji formam a via de penetração mais direta entre o Paraná e a estrada natural dos Campos Gerais. Por aí subiram as reduções jesuíticas na primeira avançada e baixaram muitas bandeiras de paulistas. Mas numerosos saltos e cachoeiras tornavam essa via, ainda que navegável, penosa e perigosa de percorrer. O interfluxo dos portuguêses e espanhóis que, por meados de Quinhentos, circulavam entre S. Paulo e Assunção, passava, como vimos, pelo caminho do Pequiri, que levava a Ciudad Real e ao norte do Salto do Guairá e onde esta via, após uma semana de percurso terrestre, se continuava pelo Jejuí até ao Paraguai. É o que muito claramente se conclui da documentação jesuítica.

Zona de trânsito, o Guairá era também zona fronteiriça. Muito cedo, aproveitando as trilhas dos indígenas, a onda da expansão portuguêsa, partindo de S. Vicente, Iguape e Santa Catarina, veio encontrar-se com a corrente espanhola de sentido inverso, nessa vasta Terra de Ninguém, cuja soberania, à luz do convênio de Tordesilhas, não era fácil de traçar com precisão.

Cumulativamente zona de transição, de trânsito e fronteira, estava destinada a tornar-se, mais cedo ou mais tarde, campo de batalha. Sob o ponto de vista de uma teoria geopolítica, o choque havia de se dar, quando os portuguêses vindos da costa ou de S. Paulo, ou os espanhóis, tendo subido o Pequiri, o Ivaí ou o Paranapanema-Tibaji, se fixassem ou procurassem fixar sôbre a estrada natural dos Campos Gerais.

Acresce ainda que, sob mais de um aspecto, a região dos Campos Gerais é uma fortaleza natural. Zona divisória das águas

que correm para o Paraná e para o mar, ergue-se a cavaleiro das regiões circundantes. No dia em que S. Paulo a ocupasse ficariam ameaçados de morte os burgos espanhóis ou as reduções dos jesuítas que lhe ficassem próximos. E vice-versa. Foi o segundo têrmo da disjuntiva, o primeiro a realizar-se. Não por iniciativa dos grupos civis. A audaciosa emprêsa coube, como por via de regra, aos missionários jesuítas.

O Guairá era, pois, uma daquelas regiões a que Camilo Vallaux chamava "terras de conflito" e fermentação política intensa. Assim que os jesuítas da Província do Paraguai fundaram as primeiras reduções às margens do Paranapanema e logo entraram pelo Pirapó e o Tibaji, seus afluentes, o segundo dos quais penetra profundamente no atual Estado do Paraná, até às proximidades de Curitiba, êles cruzaram ou ameaçaram cruzar a estrada por onde os paulistas, atravessando aquêle rio, se dirigiam ao Ivaí e ao Pequiri, para devassar o Guairá ou seguir mais longe, pelo Jejuí até ao Paraguai, ou, atravessando o Iguaçu, para as terras do atual Estado do Rio Grande do Sul.

Até ali os povoados espanhóis não haviam ultrapassado o Ivaí; e a sua decadência progressiva acalmava o receio dos paulistas. Agora, ocupada largamente a foz e o curso do Paranapanema, todo o *Hinterland* de S. Vicente e Cananéia, e mais concretamente S. Paulo, ficavam ameaçados por uma fôrça dotada de extraordinário impulso de expansão. O conflito era inevitável e aos paulistas interessava em sumo grau deter ràpidamente a multiplicação das reduções em direção ao mar.

Não eram, por conseqüência, apenas as suas livres comunicações com o Peru, que os bandeirantes, no dizer do Padre Montoya, defendiam, mas, sim, todos os caminhos da expansão para o sul e oeste, ameaçados como estavam de ser interceptados pelos jesuítas e os índios das reduções, que os padres começavam a armar e organizar militarmente.

Supor que nem os espíritos mais lúcidos dentre os moradores de S. Paulo, nem os loco-tenentes do donatário, nem o próprio donatário, Conde de Monsanto, vissem e dessem suficiente importância àquela ameaça é desconhecer que a trama da história se tece e molda estreitamente sôbre o terreno. É também desatender à própria evidência dos fatos. Como explicar de outra maneira que na bandeira de Raposo Tavares, de 1628-29, que deu o primeiro e decisivo abalo destruidor às reduções do Guairá, se tivessem incorporado as grandes figuras do bandeirismo da época com a Câmara da vila quase em pêso; que esta ficasse pouco menos que deserta de varões; e que o capitão de S. Vicente cerrasse benèvo-

lamente os olhos ao assalto, que entranhava em si o gérmen de grandes conflitos com a Coroa de Espanha? Procederiam todos os bandeirantes de má fé, quando declaravam aos jesuítas, para justificar-se, que as terras e os índios das reduções destruídas eram da Coroa de Portugal? (1)

As imensas vantagens da posição de S. Paulo ficariam, quando não totalmente perdidas, muito diminuídas com a ocupação dos Campos Gerais pelos jesuítas. Comparamos atrás, sob o ponto de vista do valor geográfico, S. Paulo e Belém do Pará como grandes cais de embarque e fortalezas naturais. Mas, sob êsse aspecto, S. Paulo ainda levava vantagens a Belém. Enquanto Belém beirava o equador em terras de aluvião, S. Paulo assentava quase sob o trópico de Capricórnio e no planalto, com tôdas as conseqüências favoráveis dessa posição.

A época mais propícia para subir o Amazonas limitava-se aos meses da estação sêca entre julho e dezembro, ou melhor, ao outono boreal, quando os alisados do nordeste sopram da barra do rio-mar até cêrca do Japurá. Além disso, na Amazônia, fora dos rios, a selva, densa e impenetrável, reina. E estas condições geográficas limitavam as bandeiras ao semestre e a sua expansão à subida de rios quase sempre encachoeirados.

S. Paulo, ao invés, assentava a montante dos caminhos, num centro de circulação fluvial e terrestre e, mais que tudo, na divisória dos climas. Nos dois quadrantes que se lhe abriam em frente alargavam-se tanto as selvas como os campos; e o rio e as trilhas dos índios baixavam em tôdas as direções desde o nordeste ao sul. Conforme a época do ano, assim as bandeiras podiam internar-se nos sertões em todos os rumos dessa rosa-dos-ventos meio aberta. Vedar-lhes os caminhos equivalia a sufocar o pequeno mas rompente grupo social em formação.

Que as razões geopolíticas fôssem as causas únicas das bandeiras — nada mais longe do nosso pensamento. Seguramente a muitas, senão a maioria delas, arrastavam fatores de ordem econômica e, principalmente, a caça do índio, para mão-de-obra escrava da lavoura ou da indústria do açúcar. Aceitamos a tese tão insistentemente defendida pelo prof. Alfredo Elis Júnior, de que a ocupação holandesa do nordeste brasileiro, da Mina e de Angola, acompanhada do domínio dos mares, incentivou fortemente as incursões bandeirantes nos sertões do sul, oeste e norte.

Numa petição dirigida a Filipe IV, em 1640, o Padre Montoya depois de haver denunciado as causas estratégicas, apontava

(1) V. «Jesuítas e bandeirantes no Guairá», págs. 233-34.

também os fatôres econômicos que impeliam os bandeirantes nos assaltos ao Guairá, acusando-os de levar os índios cativos, "para vendelos en el Brasil para los ingenios de asucar..." (1)

Houve, em certa medida, mas sem uma acusada diferenciação cronológica, um ciclo escravagista, como um ciclo do ouro, na história das bandeiras. Sem embargo, seria errar por simplismo de critério supor que tôdas as bandeiras e todos os bandeirantes obedecessem estreitamente a objetivos econômicos, sem a menor consciência da política e das realizações geográficas, que a expansão das bandeiras entranhava. Houve também — e isso nos esforçaremos por mostrar — ora anterior, ora simultânea com os ciclos da caça ao índio e da busca do ouro, aquilo a que poderemos chamar uma política de realização da Ilha-Brasil, já na sua forma mítica e insular, já, mais concretamente, como unidade geográfica, econômica e cultural, envolvida e quase cerrada pelo Paraguai e um dos afluentes da margem esquerda do Amazonas.

---

(1) *Ibidem*, pag. 433.

NOTA

(*) P. 91 — Êsse mapa está incluído num grupo de cartas, hoje guardadas na Biblioteca Nacional de Paris, conhecidas por «cartas Miller». Nos PMC, I, elas estão descritas sob o título: *O atlas Lopo Homem — Reinéis de* 1519.

Conforme o demonstraram os estudos de Denucé (*Les origines de la cartographie portugaise et les cartes des Reinel,* Gand, 1908) e aceitos pelos especialistas da cartografia, a carta do Brasil e as outras do grupo, à exceção do mapa-múndi, foram executadas, não por Lopo Homem, mas pelos Reinéis (Pedro e Jorge). Sôbre o assunto, ou seja, descrição, autoria e data das cartas, consultar PMC, I, p. 55-61.

I.A.

II

AS BANDEIRAS DE RAPOSO TAVARES (1627-1651)

Dissemos que, em certa medida e sem perfeita discriminação cronológica, existira um ciclo escravagista e um ciclo do ouro na história das bandeiras. E fazemos a restrição porque, em primeiro lugar, o que deu objetivo à bandeira não foi um móbil estritamente econômico; e, em segundo, porque a divisão no tempo em dois ciclos é artificial: a caça ao escravo e a busca do ouro de lavagem coincidiram no tempo. E bandeiras houve, que foram conjuntamente bandeiras escravagistas, do ouro e de limites.

Da mesma sorte pensamos quanto à distinção entre as entradas e as bandeiras, umas oficiais, outras de iniciativa local. A ambas se deu indistintamente qualquer dêsses nomes; e umas e outras se realizaram em várias regiões do Brasil e as mais distantes entre si. Mas bandeirismo, como gênero e estilo de vida, êsse, sim, existiu apenas em S. Paulo; e, por isso também, a bandeira tomou aí caracteres especiais.

O processo de diferenciação entre o Brasil colônia e a metrópole, tìpicamente realizado em S. Paulo, mergulha raízes na criação de uma nova comunidade social, fundada na aliança da família luso-tupi. Dêsse hibridismo de sangue e de cultura, resultou em S. Paulo, mais diferenciados que em nenhures, o mameluco e a bandeira.

Existiram, é certo, igualmente a família hispano-guarani, caracterizada pelo *cuñadazgo,* e a franco-tupi, que serviram de base, ainda que a última em menor grau, à fundação de um Estado do Paraguai e à das Franças antárticas. Da mesma forma a poligamia do espanhol, do português e do francês realizava-se na base do livre contrato social entre o aborígene e o adventício, sendo que êste, por via de regra, assumia as responsabilidades desta forma de união. Longe de apoucar moralmente o nôvo grupo híbrido, a poligamia correspondia aos costumes dos aborígenes e às necessidades de fixação do adventício. Sob o ponto de vista da escassês dos casais europeus e de uma política de povoamento, foi a solução certeira.

Deve-se ter em vista igualmente que a aliança luso-tupi excedia a base estritamente familiar para se tornar, conforme o modêlo indígena, uma aliança tribal. Traduzia-se entre os membros de famílias diferentes, mas da mesma tribo, pelo *compadrio*, ou troca de serviços entre os portuguêses e os *mu* (parentes e aliados), como a si próprios se chamavam os caciques guarani, que serviam os primeiros em operações de guerra ou de comércio.

Desta espécie de aliança, organizada militarmente pelo molde das ordenanças portuguêsas, saiu a bandeira. No sistema de milícias ou ordenanças, organizado por El-Rei D. Sebastião, em 1570-74, companhia e bandeira tinham o mesmo significado, comum igualmente em todo o Brasil, pelo menos desde os começos do século de Seiscentos, quer para designar o grupo militar, quer a expedição exploradora ou preadora de índios, militarmente organizada. Advertindo-se que a organização típica das bandeiras de ordenanças passou intacta para as bandeiras paulistas.

A bandeira e o tipo do bandeirante são, pois, o produto híbrido de duas raças e duas culturas, afins na mobilidade, nos hábitos guerreiros e na sêde expansionista, mas obedecendo a uma estrutura militar e a uma política portuguêsas.

Durante o segundo quartel do século XVII uma figura domina o movimento das bandeiras: Antônio Raposo Tavares, português, filho de funcionário régio, intimamente ligado aos interêsses do donatário da Capitania de S. Vicente, Conde de Monsanto. Êle é o mais representativo no período de choque violento dos bandeirantes com os jesuítas castelhanos da Província do Paraguai, no Guairá, Itatim e Tapes, no atual Estado do Rio Grande do Sul. Raposo Tavares e o Padre Montoya foram os dois mais típicos representantes de dois sentidos da vida e duas políticas, que se opunham diametralmente. Bandeiras e reduções representavam, com efeito, dois conceitos divergentes das relações dos brancos com os aborígenes: um que procurava adaptar-se o mais possível à cultura indígena, aproveitando-lhe os valores para fins econômicos e políticos — a que poderemos chamar *hibridismo;* outro, que se propunha fazer ingressar de súbito o índio na civilização européia e na religião e moral cristã, mas dentro de uma disciplina severa e do isolamento e segregação do branco, a que podemos chamar *aldeamento,* pois a aldeia dos indígenas, criação dos jesuítas portuguêses, veio a servir de modêlo às reduções do Paraguai.

A nosso ver, teria sido preferível uma política civil e uma catequese religiosa, de pura inspiração franciscana — cristã e fraternal, mais compreensiva e tolerante, por conseqüência, mais suavemente assimiladora dos índios.

Durante o primeiro quartel do século de Seiscentos, as bandeiras paulistas tomam predominantemente o rumo do norte, movidas, segundo cremos, pelas instruções de D. Francisco de Souza e o fascínio da mítica lagoa Eupana, centro aurífero, que unia, conforme os mapas da época, o Pará (Tocantins) ao Paraguai. Desvanecida a lenda, mas adquiridos conhecimentos geográficos fundamentais, as bandeiras, na segunda metade daquele século, voltam-se agora para o sul e oeste, levadas quer por motivos econômicos, quer de política geográfica. Estas últimas revestiram, aliás, como já observamos, o caráter de uma luta entre S. Paulo e a Província jesuítica do Paraguai.

O conflito entre bandeirantes e jesuítas espanhóis começou, como era de prever, no Guairá e no momento em que as reduções ocuparam a velha estrada dos bandeirantes que os levava para o sul e em todos os rumos dos dois quadrantes do ocidente. Tem-se até hoje suposto, na fé do Padre Ruiz Montoya, que os bandeirantes atacaram a tiro e com requintes de brutalidade as reduções dos jesuítas, quer no Guairá, quer nos Tapes. A base documental dessa opinião, generalizada pela autoridade de Capistrano de Abreu, tem sido os relatos do livro daquele Padre — *Conquista Espiritual* (Madri, 1640), verdadeira obra de propaganda, sôbre que se formou a lenda negra dos crimes atrozes dos bandeirantes.

Ora, uma carta ânua do próprio Padre Montoya, escrita em 1628, pertencente à coleção De Angelis, e por nós publicada, prova, com o mais autorizado dos testemunhos, que foram os jesuítas do Guairá que, entre 1627 e 1628, fizeram os índios das reduções atacar a tiro os bandeirantes, não obstante o escrupuloso respeito dêstes pelos índios cristãos. (1) A reação não se fêz esperar. Nesse mesmo ano de 1628, S. Paulo despovoava-se e uma bandeira, sob o comando de Raposo Tavares, mas seguramente com o beneplácito ou instigação das autoridades, invadia o Guairá e iniciava a destruição das reduções.

O próprio Raposo Tavares afirmou aos jesuítas espanhóis, segundo o testemunho dêstes, que ia expulsá-los das terras que pertenciam à Coroa portuguêsa.

Em 1631, os bandeirantes forçavam igualmente os moradores de Vila Rica e Ciudad Real, as duas povoações civis do Guairá a abandonar êsses lugares e a retirarem-se, tendo uns seguido para Assunção e outros fundado uma nova Vila Rica, sôbre o Jejuí.

---

(1) V. «Jesuítas e Bandeirantes do Guairá», ant. cit. Carta ânua do Padre Antônio Ruyz Montoya, Superior da missão do Guairá, dirigida em 1628 ao Padre Nicolau Duran, Provincial da Companhia de Jesus na Província do Paraguai, págs. 259-298, e, em especial, a nota da pág. 272.

Partidos alguns dos jesuítas, do Guairá, por ordem do Padre Montoya, para o Itatim (sudoeste do atual Estado do Mato Grosso) sôbre os caminhos que levavam desde o rio Paraná, pelo Chaco setentrional, ao Peru, os bandeirantes, no ano seguinte de 1632, sob o comando de Ascenso de Quadros, também aí foram atacar as reduções dos índios itatim, que tiveram de baixar mais para o sul, e a própria povoação de espanhóis, S. Tiago de Xerez, que despovoaram, levando muitos dos respectivos moradores para São Paulo.

A nosso ver, a sucessiva destruição dos burgos civis no Guairá e no Itatim mostra que os bandeirantes não se propunham apenas arrebanhar escravos, mas restituir à Coroa portuguêsa, como êles próprios afirmavam, territórios que supunham usurpados pelos espanhóis.

Finalmente, em 1632, os jesuítas da Província do Paraguai, que já se haviam estabelecido na margem direita do Uruguai, atravessaram êsse rio para a margem oposta e passando a serra que então se chamava dos Tapes, fundaram algumas reduções sôbre o Ibicuí e, nos anos seguintes, sôbre a bacia do Jacuí, em pleno território do hoje Estado do Rio Grande do Sul.

Não se poderá, a nosso ver, compreender o conflito, que em breve se desenrolou entre bandeirantes e jesuítas da Missão do Tape, se não tivermos presente que desde cêrca de 1620, os bandeirantes paulistas haviam penetrado largamente, vindos do mar ou de Laguna, por aquêle mesmo território, subindo e espalhando-se pela bacia do Jacuí, ou descendo o Taquari e o Caí. Quando os jesuítas espanhóis ali chegaram, os bandeirantes de S. Paulo possuíam naquela região uma vasta rêde comercial, na base da aliança com os índios tape (guarani), cujos caciques se apelidavam a si próprios de *mu* ou seja de aliados dos portuguêses. (1)

Em 1635, dois anos após a fixação das reduções na bacia do Jacuí, estalou o conflito entre os jesuítas e índios das reduções, de um lado, e do outro, os *mu*, os tupi e os bandeirantes. O Padre Ximenes, com os seus índios, atacava e destruía a casa e chácara de um *mu*. Um dêstes, por sua vez, imolava ou fazia imolar bàrbaramente o Padre Cristobal de Mendonça. Os *mu* coligados reúnem-se para destruir as reduções dos índios; mas êstes dirigidos pelos Padres, caem sôbre aquêles e desbaratam-nos. Finalmente, os tupi de S. Paulo começam a ser perseguidos por tôda a parte;

(1) Êste fato consta de várias cartas dos jesuítas das reduções do Tape e, em particular, do Padre Dias Taño e do Padre Francisco Ximenes, ambas de 1635, e pertencentes à coleção De Angelis. Convém ler igualmente o que a êsse respeito diz o Padre Montoya na «Conquista Espiritual».

e 29 bandeirantes desgarrados de uma bandeira, que aportara à Laguna, são assassinados em terras do Rio Grande. (1)

Tudo isto se passa ràpidamente em 1635. A exploração comercial da bacia do Jacuí pelos paulistas e os tupi, seus emissários, noticiada pelo Padre Montoya, na sua obra, estava prestes a ser eliminada, como anteriormente aconteceu no Guairá, pelos missionários espanhóis.

A esta luz, a bandeira de Raposo Tavares surge, não apenas como um ato de represália e restabelecimento de prestígio entre os ubirajara e outros aborígenes da região, mas como reivindicação de soberania territorial, envolvendo vastos interêsses econômicos, justificada, quer pela interpretação portuguêsa da demarcação de Tordesilhas, quer pela prioridade na exploração — antecipação ao *uti possidetis,* ainda que, neste caso, sob forma precária.

Atrás de Raposo Tavares, outras bandeiras seguiram, até que em março de 1641, os Padres comandando os índios reduzidos, armados de escopetas e até de *berços* ou pequenos canhões, desbarataram completamente, após uma longuíssima batalha, às margens do Mbororé, uma bandeira paulista, comandada por Manuel Pires e Jerônimo Pedroso de Barros. Os jesuítas celebraram então com entusiasmo êste êxito excepcional, que sustou, de fato, nessa direção a expansão bandeirante. Mas a verdade é que as bandeiras, muito distanciadas da sua base, tinham naquela direção os seus movimentos sèriamente embaraçados pelos saltos Grande do Paraná, do Iguaçu e do Uruguai.

Mas a maior bandeira e a maior de tôdas as expedições exploradoras realizadas, de um mesmo surto, nas Américas, foi a de Raposo Tavares, que tendo partido de S. Paulo, em maio de 1648, alcançou Belém do Pará em começos de 1651. Várias razões nos convencem de que essa bandeira foi de inspiração oficial e do próprio Rei D. João IV.

Restaurada a independência de Portugal e iniciado o longo período da guerra da Restauração que se prolonga até 1666, dois problemas de relação entre a América portuguêsa e a espanhola haviam de preocupar, durante os primeiros anos do reinado de D. João IV (1640-56), quer o govêrno português e seus representantes na América, quer os luso-brasileiros: o problema da formação geográfica do Brasil depois da exploração do Alto-Paraguai e da viagem de Pedro Teixeira que, em 1639, tomara posse, em nome da Coroa portuguêsa, da bacia amazônica até ao

---

(1) V. AURÉLIO PORTO, "História das Missões Orientais do Uruguai», Rio de Janeiro, 1943.

Japurá; e o problema econômico, político e militar que resultava do estado de guerra com a Espanha e da interrupção do comércio marítimo dos portos do Brasil com Buenos Aires, donde vinha a maior parte da moeda de prata, que circulava nas cidades brasileiras.

D. João IV esforçou-se por manter a paz na América e com ela êsse comércio. Em 1642, enviava ao governador do Brasil duas ordens nesse sentido. A tais desígnios se opôs a Espanha, temerosa como sempre da infiltração portuguêsa nas suas colônias e, mais que tôdas, no Peru. Um grande número de ordens régias atestam igualmente que o monarca português, a braços com a situação aflitiva do tesouro, procurou então pessoalmente e com ardor incitar a busca de minas de ouro e de prata, quer no sul, quer na Amazônia, tamanho era o desequilíbrio monetário provocado pela intransigência da Espanha e as dificuldades econômicas do país em guerra.

Já nos referimos atrás às expedições de Bartolomeu Barreiros de Ataíde, que em 1644 explorava o Araguaia à busca do ouro, onde afirmava haver encontrado êsse metal. Pensava-se então que êsse rio lindava com o Peru; e daí a esperança de encontrar para oeste as cobiçadas minas. Foi o próprio Rei, contra o parecer do Conselho Ultramarino, a confiar, em 1648, a Bartolomeu Barreiros o encargo de voltar ao Araguaia, na companhia de três mineiros. Ao mesmo tempo ordenava-se também, e com igual malôgro, a exploração do rio do Ouro, descoberto por Pedro Teixeira. E já em 1646, Salvador Correia de Sá e Benevides fôra nomeado governador da Repartição do Sul (Capitanias do Espírito Santo, Rio de Janeiro e S. Vicente) com o objetivo principal de fazer ativar a busca do ouro pelos bandeirantes, a quem se prometiam, em caso de êxito, mercês especiais.

Em janeiro de 1648, o Padre Antônio Vieira aconselhava a que se aproveitassem os moradores de S. Paulo para ir pela terra dentro e conquistar algumas cidades do Peru, e as minas de que elas e a Espanha se enriqueciam; e sabe-se que a experiência de portuguêses e luso-brasileiros no Peru como — exemplo típico — a de Salvador Correia de Sá, fizera nascer a esperança coletiva de poder criar no Brasil uma economia de tipo peruleiro. (1)

Acresce que, por meados de 1647, D. João IV e os seus assessôres mais íntimos, entre os quais o próprio Vieira, mal aconselhados, pelas angústias prementes da guerra com a Espanha, tomaram, para obter o auxílio militar da França, a resolução de

---

(1) «Cartas do Padre Antônio Vieira», coordenadas e anotadas por João Lúcio de Azevedo, t. I, Coimbra, 1925, págs. 135-136.

oferecer a regência de Portugal ao Duque de Montpensier, cuja filha casaria com o Príncipe D. Teodósio, retirando-se D. João IV para o Brasil, transformado, por sua vez, em reino autônomo. Com êsse encargo de tanto perigo para a independência da nação, partia o próprio Vieira para a França em agôsto dêsse ano. (1)

Por meados, pois, de 1647, o monarca português, resolvido a mudar a côrte para o Brasil, foi obrigado a fixar a sua atenção sôbre os mais graves problemas do seu prometido reino e, entre êles, a formação geográfica do Estado em relação com as sonhadas minas de ouro e prata e as necessidades de defesa ou ataque ao vice-reino do Peru.

Até a data da viagem de Pedro Teixeira os portuguêses figuravam a Ilha-Brasil como limitada pelo rio da Prata e o Tocantins-Araguaia. São êsses ainda os limites do Estado do Brasil na carta de João Teixeira, de 1640. Mas a posse do vastíssimo delta amazônico fêz compreender aos portuguêses quanto seria precária a soberania sôbre essa parte do território brasileiro, se o vale amazônico viesse a cair totalmente nas mãos dos espanhóis.

Depois da viagem de Pedro Teixeira as bases para a solução do problema estavam postas: no seu regresso êle fixara os limites do Estado do Maranhão-Pará nas bôcas do Japurá; e, no sul, os paulistas haviam levado as suas incursões até ao Alto-Paraguai e alguns tinham atravessado o Chaco em direção à região do Potosi, de onde os tupinambarana do Madeira, segundo a versão recolhida pela expedição de Pedro Teixeira, diziam que êste rio nascia. No seu mapa de 1654, onde se traçam, conforme essas notícias, as conexões entre o Paraguai e aquêle afluente do Amazonas, deixou-nos o Conde de Pagan a imagem gráfica da solução dêsse problema de soberania territorial. Nesse mapa aparece traçado e situado, com relativa aproximação para a época, o rio Madeira, do qual o autor afirma no texto da sua Relação, que nasce por 21° de lat. S. "na muito rica e opulenta Província da Prata do reino do Peru e quando sua navegação fôr descoberta os séculos futuros publicarão as grandes riquezas que êle sem dúvida há-de trazer ao comércio do grande Amazonas".

Eis a imagem, não menos viva, que antes do Conde de Pagan se haviam de fazer os portuguêses mais direta e amplamente interessados em navegar o Madeira e conhecer as suas relações com os possíveis limites do Estado do Brasil, e com novos territórios ricos em minas de metais preciosos. Trata-se, como se vê, de um problema essencialmente geopolítico, isto é, de Estado em forma-

---

(1) J. Lucio de Azevedo, "História do Padre Antônio Vieira», t. I, Lisboa, 1931, pág. 120 e seg.

ção e movimento, sob o acicate da guerra e das premências econômicas.

Êsse problema foi resolvido pela expedição de Raposo Tavares, na parte que respeita às explorações geográficas. E temos sérios motivos para crer que há uma relação direta de causa e efeito entre as razões que acabamos de expor e a grande bandeira de que vamos ràpidamente ocupar-nos.

Supôs Washington Luís, num trabalho notável sôbre Raposo Tavares, que essa bandeira, tendo saído de S. Paulo e depois de atingir o Paraguai, houvesse passado dêste rio ao Guaporé e baixando por êle, pelo Mamoré e o Madeira, tivesse alcançado o Amazonas, que baixou até Belém (1). Documentos publicados depois dêsse trabalho e muitos outros inéditos, que alcançamos em arquivos portuguêses e na coleção De Angelis, permitem atribuir à bandeira um trajeto mais amplo. (2)

A expedição compunha-se, segundo o Padre Antônio Vieira, "de duzentos portuguêses e mais de mil índios de armas, divididos em duas tropas. A primeira governava o mestre-de-campo Antonio Raposo Tavares que ia também pôr cabo de tudo; a segunda, o capitão Antonio Pereira".

Os expedicionários partiram de S. Paulo, descendo o Tietê em maio de 1648. (3) Baixando o Paraná, subiram provàvelmente, como era então de uso nas viagens ao Itatim, o Ivinheima, pelo qual passaram ao Aquidauana, ao Miranda e por fim ao Paraguai. Antes de aqui chegar, a tropa de Antônio Pereira dirigiu-se sôbre a redução de Mboymboy, ao que supomos no Aquidabã, que atacou a 2 de novembro dêsse ano de 1648.

Em 1650, o Padre João Batista Ferrufino, historiando êste assalto, acrescentava: "pasaram el mismo año (de 1648) otras dos escuadras, una a cargo de Antonio Tavares Raposo y otra a cargo de Andres Fernandez, antiguos y famosos corsarios... los

---

(1) WASHINGTON LUÍS, *Antônio Raposo*, em «Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo», 1904, págs. 485-533.

(2) Êsses documentos são principalmente: uma carta do Padre Antônio Vieira, de 1654, publicada por Lúcio de Azevedo em «Cartas do Padre Antônio Vieira», t. I' nº LXVI; a Relação de Maurício de Heriarte, c. 1665, publicada por Varnhagen, ant. cit.; a «América abreviada» de João de Souza Ferreira em «Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro», t. 58; uma carta do Conde de Castelar, Vice-Rei do Peru, de 1670, publicada em «Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo», vol. 47, pág. 26 e seg. e 206 e seg.; três relações inéditas dos jesuítas no Paraguai, Padre Ferrufino, Padre Altamirano e Padre Cristobal de Arenas, escritas entre 1650 e 1654, existentes na coleção De Angelis; seis documentos inéditos, que se referem ao segundo comandante da expedição, Antônio Pereira de Azevedo, e ao alferes da bandeira, Manoel de Souza da Silva, existentes no Arquivo Hist. do Ultramar e no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Lisboa).

(3) Carvalho Franco, *Bandeiras e Bandeirantes paulistas* pág. 87.

quales tomando su derrota por los ultimos fines del Itati pasaron a la otra vanda deste rio Paraguay". Esta informação fôra dada, não só pelos índios fugidos, mas pelos próprios bandeirantes que atacaram Mboymboy. Dizia ainda o jesuíta: "Hasta hoy no se sabe que hayan vuelto... mas hoy es fama constante que estan situados en el mismo puesto donde fue muerto el padre Pedro Romero..." Estas informações nos permitem saber que o grosso da bandeira atravessou o Paraguai na região de Corumbá para ir acampar, provàvelmente, na serra de Santiago. Aí se lhe deve ter juntado a tropa de Antônio Pereira de Azevedo, depois de haver atravessado na direção do noroeste o Chaco setentrional, travessia esta durante a qual a maior parte dos seus homens sucumbiu à fome, à sêde e aos golpes dos paiaguá e guaicuru.

Daí, caminhando pela serra de S. José, a bandeira incorporada deve ter seguido, em abril ou maio de 1649, a rota natural, que passava ao norte dos banhados do Izozog, alcançando a região dos *Serranos*, objetivo da expedição, segundo o Padre Antônio Vieira, e que habitavam, conforme várias informações contemporâneas, nos Andes orientais. Qual teria sido o caminho de Raposo Tavares na última parte da viagem? Ou, por outras palavras, por qual dos afluentes do Madeira teria navegado até alcançar a foz do Amazonas?

Dois documentos, a nosso ver, esclarecem o assunto e indicam um trajeto, que está de acôrdo com tôdas as considerações anteriores: a carta do Padre Antônio Vieira, escrita em começos de de 1654, a seguir a várias conversas que o célebre jesuíta teve com vários bandeirantes da grande expedição, e a "Descrição do Estado do Maranhão, Pará, Corupá e Rio das Amazonas", escrita cêrca de 1665, por Maurício de Heriarte, que sem dúvida falou também com alguns daqueles expedicionários.

O Padre Antônio Vieira apontou como objetivo da expedição os *serranos*, que habitavam a região andina do Alto Rio Grande ou Guapaí, afluente do Madeira. Êste simples fato faria admitir como hipótese provável, que a bandeira tivesse baixado por êsse rio, tanto mais quanto Pedro Teixeira e seus companheiros tinham adquirido, por informações indígenas, a convicção de que o Madeira nascia na região próxima do Potosi — e Raposo Tavares não podia ignorar êsse fato.

Mas o Padre Antônio Vieira dá no seu relato informações muito individuadas sôbre o rio percorrido, que permitem identificá-lo...

Os bandeirantes, conforme o grande missionário:

I — Quando a primeira vez entraram neste grande rio "estavam na altura do Espírito Santo, que são dezenove graus da banda do Sul".

II — "Caminharam já a sul, já a leste", até que "tomaram de carreira para o norte e nordeste, a desembocar no mato".

III — "Lançadas as canoas à água, ao terceiro dia se lhes sumiu o rio entre uns juncais; mandaram descobridores a buscá-lo; e depois de três dias de jornada tornaram a dar com êle, mas distante do lugar onde se lhe tinha escondido".

IV — "Deliberaram-se a passar lá as canoas, e assim o fizeram à pura fôrça de braços e ombros, como dos Argonautas contam as fábulas, com exemplo verdadeiramente grande de constância e de valor . . .". Realizada esta difícil operação e, "embarcados segunda vez, aos oito dias de viagem deram na madre do rio";

V — e, finalmente, "gastaram onze meses inteiros na navegação".

A descrição do Pe. Antônio Vieira fornece por conseqüência, dados preciosos sôbre a latitude atingida por êsse rio na sua parte navegável: a série dos rumos em que se desenvolve o seu percurso N-S., O-E., S-N. e, por fim, NE.; a circunstância da navegação ser "de carreira", isto é, mais rápida e seguida desde que a corrente tomou o rumo norte; e o fato singularíssimo do rio desaparecer durante um trecho apreciável.

Ora, o rio Grande ou Guapaí, que nasce no vale do Cochabamba, por 17° 40' de lat. S., começa a ser navegado por pequenas canoas em Tarata, cêrca de 18° de lat. S., e atinge na sua curva descendente 19° 14' de lat. S., o que se acorda com a relação anterior.

Nesta parte do trajeto, que decorre entre dois graus de longitude, o curso do rio, extremamente sinuoso, baixa de 2.000 a 500 metros, aproximadamente, correndo em numerosas curvas ora a sul, ora a leste. Nesta particularidade, tão singular, também a descrição de Vieira está de acôrdo com os dados geográficos.

Passado o extremo sul da sua curva descendente, o rio Grande descreve uma nova curva, mas esta na direção do norte e do nor-noroeste até desembocar no Mamoré, seguindo depois na direção geral do norte para desaguar no Madeira, o qual, por sua vez, baixa em rumo nordeste até ao Amazonas. Mais uma vez a concordância entre as notícias recolhidas pelo Pe. Vieira e a realidade geográfica é perfeita. Perfeita, insistimos. Só nos fins do século XVIII a cartografia dessa região igualou ou excedeu êsses

dados. Até lá, como veremos, tôdas as representações cartográficas ficaram muito aquém. Resta a última singularidade apontada pelo grande jesuíta, e essa muito notável. Em certa parte do seu trecho o rio, por onde navegavam os bandeirantes, desapareceu sob uns juncais e foi necessário buscar-lhe a continuação a três dias de distância.

Recorrendo apenas à história do rio, poderíamos admitir a notícia como perfeitamente viável. Os melhores mapas da Bolívia assinalam, ao lado do curso atual do rio, entre 16 e 17 graus de lat. S., um *Rio Viejo* ou *La Madre*, isto é, um leito sêco e obstruído pelas areias, fenômeno vulgar nos rios que divagam em planícies de aluvião. Mais ao norte, mas cêrca de 16 graus, há outro *Rio Viejo*, que se perde num pantanal, que tem o nome de *Los Limos*. Ao que parece, pois, o fenômeno persiste.

Mas, durante as nossas investigações sôbre esta bandeira, deparamos na coleção De Angelis com uma "Descripcion geografica del Rio Mamoré o Madera", enviada em 1782 pelo padre Carlos Hirschko, antigo missionário jesuíta das missões dos Moxos, no Mamoré, ao Embaixador de Espanha em Viena de Áustria. Tendo abandonado aquela região em 1767, após a expulsão dos jesuítas espanhóis, o padre Hirschko reporta-se declaradamente ao ano de 1751, em que, agregado à comissão espanhola demarcadora dos limites do Tratado de 1750, se deu à tarefa de estudar e descrever o curso do Madeira desde as suas nascentes.

Nesse documento, dum grande interêsse para a história da geografia, afirma-se que "el Rio Grande asi llamado, que nace en la Provincia de Mizque... no es antes navegable que en las immediaciones de Santa Cruz de la Sierra en distancia de 12 leguas, donde solian embarcarse los Missionarios para Moxos... No sufre sino canoas y ni aun estas en tiempo de grandes secas, *por sumirse el agua en las arenas, por dos o tres parajes...*"

Aqui temos, pois, o fato inteiramente confirmado e com uma amplitude superior à dos próprios informes de Vieira. Também neste caso a descrição literária coincide com a geografia histórica, pois um século de intervalo entre um e outro depoimento carece de importância na evolução de semelhantes fenômenos.

Uma observação convém desde já fazer. O padre Hirschko afirmava que o rio só por alturas de Santa Cruz de la Sierra começava a ser navegável. Êste êrro provém, em parte, da sua ignorância sôbre as verdadeiras origens do rio Grande. Com efeito, êste, depois de receber o Mizque, ainda se estende por um dos seus braços até cêrca do lago Poopó e, do outro, até Colomi, cêrca de Cochabamba. Êsse último dos dois braços era navegável

desde Tarata e o próprio padre Hirschko informa dêle: "haciendose navegable en barcas medianas junto a Tarata ... solian salir por el los Indios infieles a comerciar con los españoles". Mas o jesuíta austríaco confundia êsse rio com um dos braços do Beni.

Essa ignorância, notável para a época, era bem maior um século antes. Cêrca do ano em que Raposo Tavares iniciava a sua expedição, os jesuítas espanhóis representavam no mapa oferecido ao Pe. Carrafa (1647), o rio Grande dividido em dois: o rio Grande pròpriamente dito, nascendo nas imediações de Cochabamba em latitude muito aproximadamente certa, mas desaguando no Pilcomayo; e o Guapaí, nascendo próximo dum dos afluentes do primeiro, mas que ia desaguar no Alto Paraguai.

Como explicar êste fato? Certamente pelas dificuldades da navegação, em si, no alto rio Grande, e mais ainda pelos obstáculos que a essa comunicação opunham os chiriguano (*serranos* da carta do Pe. Antonio Vieira) que habitavam nas faldas dos Andes e sôbre o próprio rio Grande, e tão hostis se mostraram sempre aos espanhóis do Peru. Aliás, Pe. Hirschko explicava por essa forma a ignorância dos espanhóis sôbre o curso dos rios do Peru, no largo sentido em que então se empregava esta designação geográfica: "Por esta razon los Españoles, aunque sean muy capaces, como no pueden fiarse de salir desde el Peru a recorrer las tierras de los infieles nada amistados, no alcanzan a saber mas de sus rios sino que estos llevan su curso de la montaña acia el levante". (1)

O mapa jesuítico de 1647 e as informações do jesuíta austríaco, além de nos mostrar quanto o curso do rio Grande era desconhecido nos séculos XVII e XVIII, no largo trecho compreendido entre as suas nascentes e Santa Cruz de la Sierra, deixam patente que só penetrando profundamente no *habitat* dos chiriguano ou *serranos*, seria possível navegar e conhecer na sua complexa direção o alto rio Grande. Ora, precisamente o Pe. Antônio Vieira informa que a bandeira de Raposo Tavares alcançou a "terra dos seus desejados serranos", onde "seis meses se detivera" "e em todo o ano seguinte, que também gastaram em descobrir novos sertões e gentes" e ali "se lhes renderam alguns índios, assim serranos como de outras nações", tudo condições indispensáveis para adquirir um conhecimento mais ou menos completo do curso do rio Grande. Embora o cômputo do tempo seja exagerado, só uma longa demora na região, acompanhada de explorações com o auxílio dos próprios habitantes — os chiriguano e os chané — permitiria a

(1) A relação do Pe. Hirschko, encontra-se em manuscrito, na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Coleção De Angelis, I, 29-6-29.

Raposo Tavares baixar os Andes por um trajeto tão difícil e até aí inexplorado pelos espanhóis.

Em resumo: os dados muito concretos fornecidos pelos próprios bandeirantes ao Pe. Antônio Vieira, sôbre o curso do rio que os levou ao término da viagem e as circunstâncias que o permitiam navegar, acordam-se, um por um, com a realidade geográfica e histórica.

Resta a hipótese duma possível confusão com o Guaporé, igualmente afluente do Madeira. A essa identificação de Washington Luís, opõe-se inteiramente a latitude extrema das nascentes do rio — 15°; a direção geral para N.O., que o rio toma desde a sua origem até à foz; e a ausência completa do fenômeno da interrupção do curso ou sumidouro.

Finalmente, uma outra referência coeva vem confirmar de modo decisivo a identificação com o rio Grande. Maurício de Heriarte, escrevendo cêrca de 1665, quatorze anos após a expedição de Raposo Tavares, mas que tomara parte na viagem de Pedro Teixeira e viveu desde então no Maranhão e no Pará, onde conheceu vários dos membros daquela bandeira, escrevia sôbre o rio Madeira: "Vem este rio da Provincia dos Serranos, que estão na cordilheira do Peru pella banda do Paraguai". (1) Ora, *serranos* era nomenclatura de bandeirantes paulistas.

Êste depoimento confirma a informação de Vieira, ao qual acrescenta a situação dos *serranos* (os chiriguano e os chané) nas faldas orientais dos Andes. A esta data êste conhecimento, tão exato para a época, não podia relacionar-se senão com a bandeira de Raposo Tavares. Acrescentemos que num mapa anônimo da região parano-paraguaia, que Afonso Taunay atribui ao segundo quartel do século XVIII, estão assinalados os *Serranos*, sôbre umas serras, situadas ao sul de Sta. Cruz de la Sierra e ao norte das "Cerras dos siriguanos". (2)

Na história da cartografia, só no comêço do século XVIII os mapas dos jesuítas (1703) e dos cartógrafos franceses, como Guillaume Delisle (1703) começam a traçar o rio Grande ou Guapaí, desde as origens, cêrca de Cochabamba, e com a característica curva do seu alto curso. Mas, pelo que respeita às latitudes mais elevadas do traçado e à direção geral do Madeira, essas cartas mostram-se ainda muito inferiores à descrição do Pe. Antônio Vieira. Antes disso, as melhores cartas do século XVIII, filiam-se,

---

(1) V. Visconde de Pôrto Seguro, *História Geral do Brasil*, V. III, 3ª edição, páginas 211-237.

(2) V. AFONSO TAUNAY, *Coletânea de Mapas da Cartografia Paulista Antiga*, São Paulo, 1922, mapa V.

quando muito, no mapa do Conde de Pagan, de 1655, que traça o Madeira quase em linha reta e na direção NNE, desde 22° de lat. S. até ao Amazonas.

Haveria Raposo Tavares ou algum dos seus companheiros traçado o mapa do rio Grande?

Os bandeirantes que transmitiram ao Pe. Antônio Vieira os informes que acabamos de analisar, podiam traçar com êles muito fàcilmente um mapa, e bem melhor que todos os traçados do rio Grande — Mamoré — Madeira até fins do século XVIII, tão falsos na direção dêsses rios.

Quando comparamos, por exemplo, a descrição de Vieira com a carta dêsses três rios, traçada em 1747 por José Gonçalves da Fonseca, em que o Guapaí nasce a 22° de lat. S. e atinge na curva terminal, os 24°, e o Madeira, pròpriamente dito, se dirige retilìneamente do sul para o norte, convencemo-nos de que Raposo Tavares dispunha de bússola e astrolábio, ou balestilha, com os quais tomou rumos e alturas e traçou o mapa da sua viagem, única forma de explicar também que os bandeirantes pudessem tão fàcilmente relembrar, passados alguns anos, os rumos da sua derrota. Mas a própria exatidão das notícias do Pe. Antônio Vieira denuncia, a nosso ver, informação cartográfica. Ao que nos parece, foi a visão direta dum mapa que lhe permitiu tão fàcilmente reproduzir na sua carta aquêles exatíssimos dados geográficos.

Dêsse documento cartográfico não encontramos até hoje vestígio indiscutível na cartografia portuguêsa da segunda metade do século XVII, aliás muito reduzida. O govêrno de Portugal, então em guerra com Castela, tinha o maior interêsse de esconder dos espanhóis êsse conhecimento. O contrário seria apontar-lhes uma fácil porta de invasão e conquista do seu nascente e débil Estado do Maranhão-Pará. Nessa circunstância filiamos o desaparecimento dêsse mapa, ou de qualquer outro, traçado sob a influência daquela bandeira. Lembremo-nos de que bandeiras menos importantes, como as que devassaram o Tocantins-Araguaia e o Alto Paraguai, deram grande impulso à evolução da cartografia do Brasil nos anos anteriores.

Outra conclusão se nos afigura igualmente lógica: Raposo Tavares ia em viagem deliberada de descobrimento e deliberadamente tomou pelo rio Grande, na convicção de que assim chegaria ao Madeira e ao Amazonas. É ocasião de observar que a região habitada pelos *serranos* era uma zona de enlace cultural. Por aí certas palavras, como *mboca, mocawa*, (arma de fogo), tinham sido levadas pelos guarani (a cuja família pertenciam os *serranos*) até às Guianas; até aí baixaram trazidas pelos chané (arauaque)

outras, como *tacaracá* (galináceo). A êsse privilégio das conexões fluviais se deve que, já em 1639, os tupinambá do Amazonas informassem, como vimos, Pedro Teixeira e os seus companheiros, de que o Madeira nascia cêrca de Potosi. Raposo Tavares não podia deixar de conhecer, por via portuguêsa ou indígena, êsses informes.

Aliás, Vieira declara expressamente que os bandeirantes, chegados à região andina dos *serranos*, gastaram ano e meio "em descobrir novos sertões e gentes". Da mesma forma a informação prestada pelo Secretário do Conselho Ultramarino, em 1674, acêrca dos moradores de S. Paulo, falando da mesma bandeira, com a particularíssima autoridade do seu cargo, informava: "desta vila de S. Paulo sahio o mestre de campo Antonio Raposo, em descobrimento dos sertoens ..." (1)

Que Raposo Tavares realizou o seu descobrimento na consciência do que êle representava como elemento da maior importância para o traçado futuro dos limites do Brasil, temos prova, ainda que indireta. O mesmo Maurício de Heriarte, alto funcionário do Estado do Maranhão-Pará, que nos informa sôbre o nascimento do Madeira na província andina dos *serranos*, ao terminar a sua descrição do Amazonas, incita o Rei a promover a exploração e ocupação das regiões confinantes com aquela cordilheira. "E como os catholicos reis de Espanha" diz êle "tem povoado a banda do ocidente da cordilheira ... que vem a ser o reino do Perú, onde se tem achado inumeraveis riquezas, entendo que, passando-se esta banda do oriente, se devem de achar muitas mais ...". E logo adverte o monarca de que não despreze aquelas partes, "pois nelas se podem fazer novos reinos ... e he força que S. Magestade metta cabedal e faça dispendio de sua fazenda para conseguir esta empreza".

Esta noção de tão vastas possibilidades de expansão para oeste — fundar novos reinos a oriente dos Andes — ambição tão nova, estranha e efêmera — não pode deixar de ter por base o imenso périplo de Raposo Tavares. Heriarte e os portuguêses mais cultos pensavam como o Pe. Antônio Vieira, o qual, referindo-se à viagem de Raposo Tavares, considerava: "De aqui se colhe que este rio se estende pelas terras que há no interior da América, aonde ainda, nem da parte do Peru chegaram os castelhanos, nem da parte do Brasil os portuguêses, e que estas terras têm sem dúvida, muito maior longitude (na viciada carta de Vieira lê-se, seguramente por engano, latitude) da que lhe mediram até agora

(1) Êsse documento foi publicado na íntegra na *História Geral do Brasil*, do Visconde de Pôrto Seguro, t. III, 3ª edição, págs. 238-39.

os cosmógrafos e se pinta nos mapas". Estas cogitações de Vieira explicam melhor os incitamentos de Heriarte ao monarca português.

Que a expedição de Raposo Tavares era também reconhecida na metrópole como viagem de descobrimento e serviço nacional, se apura da carta de nomeação de Manuel Sousa da Silva, em 1656, para loco-tenente do Conde de Monsanto. Justificando a escolha do seu nome de entre "as três pessoas na forma das minhas ordens para eu escolher e nomear o que fôsse servido" como capitão-mor da donataria de S. Vicente e de S. Paulo, o monarca alega a circunstância do escolhido ter acompanhado ao "Mestre de Campo Antonio Raposo Tavares por seu alferes na viagem que fêz em descobrimento de minas, que durou quatro anos". (1)

Mais elucidativos, porventura, são os documentos que se referem a Antônio Pereira de Azevedo, o segundo comandante da bandeira. Na carta em que êste é nomeado, em 1656, para provedor da fazenda da Capitania do Espírito Santo, diz-se: "... e estando servindo na capitania de S. Vicente foi no descobrimento do rio das Amazonas, em cuja jornada gastou tempo largo e viu morrer a maior parte dos seus companheiros à fome e à sêde; e vindo sair à parte do Maranhão e Pará...". Não só Antônio Pereira de Azevedo, mas, ao que parece, também as estâncias oficiais de Lisboa consideravam a viagem, no objetivo e resultado, como o descobrimento do Amazonas.

A carta do Pe. Antônio Vieira tão exata sob o ponto de vista geográfico, claudica, não obstante, por êrro e confusão quanto à cronologia da viagem. Assim, dá a partida da bandeira em 1649, quando sabemos que foi no ano anterior; atribui à demora na região dos *serranos* tempo demasiado; e é difícil de crer que a maior parte do tempo, gasto na viagem fluvial, se empregasse a percorrer o trecho andino do rio Grande. Podemos, é certo, supor que, nessa parte do curso, a natureza e os aborígenes opusessem tão grandes obstáculos à progressão dos bandeirantes que êles fôssem obrigados a numerosas interrupções. Temos razões sólidas para crer que assim fôsse.

Se é verdadeira a informação dada por Berredo nos seus "Anais", de que a bandeira chegou a Gurupá em princípios de 1651, e Vieira não erra, afirmando que na viagem fluvial dispendeu onze meses, os expedicionários deveriam ter embarcado, em fevereiro ou março de 1650, no alto rio Grande, bastante próximo das origens, talvez por alturas de Tarata, onde iam ter os caminhos antigos e por onde saíam os índios infiéis (*serranos*), no dizer do

(1) V. *Registro Geral da Câmara de S. Paulo*, t. II, págs. 489-90.

Pe. Hirschko. Essa parte do percurso teria sido feita em pequenas embarcações indígenas, únicas que o rio permitia nessa região.

Chegados ao ponto em que o rio começa a dirigir-se para o norte, os expedicionários haveriam construído novas e maiores canoas, prática seguida mais tarde, pelos espanhóis, nos fins do século XVIII. Dessa forma interpretamos a frase do Pe. Vieira: "Resolveram-se a buscar por ele a costa do Brasil, e a fabricar embarcações para navegar, que para tudo traziam oficiais e instrumentos". Note-se, de passagem, que êste reparo de Vieira faz supor que os bandeirantes fizeram canoas, acomodadas à grande viagem, para o que levavam construtores especiais.

Outra razão nos convence de que assim foi. Vieira continua imediatamente: "lançadas as canoas à agua, ao terceiro dia, se lhes sumiu o rio . . .". Ora, êste fenômeno só poderia dar-se no trecho do curso em que êle se dirige a NO. e N. Dentro da cronologia do Pe. Antônio Vieira, podemos calcular que os navegantes andaram de canoa às costas, aproximadamente pelo mês de agôsto de 1650, o que está de acôrdo com o condicionalismo apontado pelo Padre Hirschko. O sumidouro era fenômeno da estação sêca.

Que a emprêsa, principalmente na primeira parte do percurso fluvial, fôsse extremamente trabalhosa, outros fatos o comprovam. Nem podemos avaliar da magnitude temerária do feito sem considerar o seguinte: só por volta de 1767, mais de um século após, os espanhóis começaram a navegar o rio Grande desde o seu alto curso, como meio mais rápido de comunicação para a zona extrema dos seus territórios, que lindava com o Brasil.

Em 1766, ainda o Presidente de Chuquisaca, D. Juan Pestana, saía da atual cidade de Sucre e baixava, por terra, tôda a região banhada pelo rio Grande e o Mamoré, à frente duma fôrça espanhola, com o desígnio de expulsar os portuguêses das margens do Guaporé, o que não pôde lograr. Em 1775 e 1776, trabalhava-se afanosamente em descobrir e abrir o caminho fluvial que permitisse ir mais ràpidamente desde Sucre ou de Cochabamba, rio Grande abaixo até à região dos Moxos. Algumas cartas, trocadas nesses anos com o Bispo de Santa Cruz de la Sierra, e dois mapas, posteriores de alguns anos, nos elucidam cabalmente a respeito. A 7 de dezembro de 1765, referindo-se àqueles trabalhos, o Bispo informava: "La obra está adelantada, pues han vencido la cordillera y llegado a los llanos, aunque las quince ultimas leguas solo se han transitado a pie, porque de las raizes de los corpulentos arboles de que abunda la montaña y de las hojas de ellos se han formado grandes oquedades y muchos pantanos, pero puede vencerlos el trabajo y la industria . . ." Mas a chuva nesse ano co-

meçara em setembro, prolongando-se por outubro, o que obrigou a interromper os trabalhos até abril próximo.

Êstes pormenores, revelados pelo prelado, permitem compreender quanto teria sido difícil, mais de um século antes, romper passagem pelo embrenhado rio aos temerários bandeirantes, e que êles, a darmos crédito a Vieira, tivessem demorado nessa parte do trajeto cêrca de meio ano.

E o Bispo prossegue: "Reconoscidos los Llanos por los que han vencido la Cordillera (desde Cochabamba), a pie, se encontran diversos rios que nacen de ella y forman un corpo considerable de aguas que no se duda sean parte del Mamoré; y que por pequeñas embarcaciones en poco tiempo se hará el camiño que por Sta. Cruz lo pide dilatado..." (1)

De aqui se infere quanto era ainda inseguro o conhecimento dos espanhóis sôbre o alto rio Grande, que êles não individuavam, nem haviam navegado.

Dois mapas espanhóis, pouco posteriores a êstes anos, assinalam esta rápida evolução dos caminhos terrestres, únicos utilizados até 1766, para o caminho fluvial "nuevamente descubierto y facil para ir ... en diez dias a las Misiones y Pueblos de los Mochos por los rios que son todos navegables, lo que se podra praticar desde Cochabamba y Tarata hasta llegar al embarcadoro, (de Tarata) que se demuestra sin necesidad de los dilatados y penosos rodeos que intervienen por Santa Cruz de la Sierra". (2) Num dêsses mapas está assinalado ao norte de Santa Cruz, mais próximo da cidade, o antigo "puerto donde se cargan las canoas", a que se referia o Pe. Hirschko, como sendo utilizado pelos jesuítas das Missões dos Moxos.

Êste tardio conhecimento da navegação do rio Grande, desde os contrafortes andinos até à planície cruzenha, dá a medida das qualidades humanas e de cultura geográfica, que representava o bandeirismo em meados do século XVII.

De que os bandeirantes passaram pela região de Santa Cruz de la Sierra também, à face de documento oficial, não resta a menor dúvida. O Conde de Castelar, Vice-Rei do Peru, referindo-se em 1667 às correrias dos paulistas, que assolavam a Província do Paraguai, levando os índios como escravos, acrescentava: "... y con este exercicio llegando hasta la poblasion de Santa Cruz de la

---

(1) Esta carta pode ler-se na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Coleção De Angelis, I, 29-6-23.

(2) Êsses mapas foram publicados por Julio F. Guillen y Tato, em *Monumenta Cartographica Indiana*, Entrega I, Madrid, 1942, nº 39 e 41.

Sierra y estendendose por mais de 800 leguas hasta el Rio Marañon o de las Amazonas". (1)

Esta etapa pela povoação de Santa Cruz confirma também o trajeto pelo Guapaí. Como explicar então que alguns testemunhos se refiram a um percurso da bandeira que teria baixado o Amazonas desde Quito?

Os documentos que se referem ao roteiro total da expedição, podem dividir-se em duas categorias: os que pertencem aos próprios bandeirantes ou dêles procedem diretamente; e os que se lhes referem em lugar afastado ou época posterior. Só êstes últimos, o primeiro dos quais escrito em Lisboa, em 1674, pelo Secretário do Conselho Ultramarino e outro, meio século mais tarde, pelo Governador do Maranhão-Pará, Bernardo Pereira de Berredo, se referem à passagem por Quito e à descida desde esta cidade pelo Amazonas. Nenhum dos outros documentos, mais dignos de fé e que são a quase totalidade, mencionam êsse fato. Observe-se que até hoje não encontramos na documentação espanhola qualquer referência donde pudesse inferir-se semelhante traçado. Esta carência assume as proporções dum desmentido, quando se trata da "Relacion de los Maynas" do Pe. Francisco de Figueroa, que à data da realização da bandeira habitava no Marañon; e, naquela hipótese, era natural, quase fatal, se lhe referisse.

Como explicar então a divergência? A carta de Vieira e o depoimento, já referido, do segundo comandante da bandeira, Antônio Pereira de Azevedo, estão de acôrdo em considerar a viagem pelo Madeira *como um descobrimento do próprio Amazonas, no seu curso principal, e não dum afluente*. Vieira chama também ao curso do Amazonas de Marañon, incluindo o Napo; e por comparação com o rio navegado pelos bandeirantes, *"outro braço"* do Amazonas.

Julgava-se, pois, que, tanto o Madeira, como o curso do Amazonas, a montante daquele, eram dois braços do mesmo rio. Ao que supomos, terá havido um documento inicial, relato dos próprios bandeirantes, em que êstes afirmavam que haviam atingido o Peru, donde haviam baixado pelo Amazonas desde o seu nascimento. O Secretário do Conselho Ultramarino e o Governador Berredo interpretaram mais tarde êsse texto à luz dos seus conhecimentos geográficos. E êstes cingiam-se à lição então mais autorizada e conhecida, a de Pedro Teixeira, que fazia nascer o rio-mar junto de Quito. Para os dois, descobrir o Amazonas desde as suas fontes, implicava, segundo aquela concepção, passar por esta cida-

---

(1) V. «Documentos interessantes para a História e costumes de S. Paulo», volume XLVII, pág. 27.

de e daí baixar até ao curso principal do rio. Segundo cremos, trata-se dum equívoco, que assenta numa dualidade de concepções, ambas aliás, falsas, em tempo de geografia incerta. Mas que vem, pela lógica do êrro, confirmar o trajeto que indicamos.

Em conclusão:

A bandeira de Raposo Tavares foi essencialmente uma expedição de iniciativa oficial, visando o descobrimento geográfico e de minas, relacionado com o problema dos limites e as dificuldades financeiras e políticas em que se debatia o reino, após a restauração da Independência.

Ela verificava, com mais dum século de antecedência aos espanhóis, a navegabilidade do rio Grande e as suas relações com o Madeira e o Amazonas, já anunciadas pelos tupinambá. Pela primeira vez se adquiriu a noção, relativamente exata, da profundidade em longitude da América do Sul e, em particular, do espaço que medeia entre o Paraguai e os Andes. Êste foi um dos mais surpreendentes resultados da expedição.

Ela foi também a primeira expedição de reconhecimento geográfico que abrangeu todo o espaço continental da América do Sul, compreendido entre as ribas do Atlântico e a cordilheira andina, entre o trópico de Capricórnio e o equador, alargando-se por cêrca de vinte e três graus de latitude e vinte de longitude.

Tornou-se, por isso mesmo, a maior e mais árdua de quantas expedições de descobrimento se realizaram em tôda a América, não só até à sua data, mas ainda até aos começos do século XIX. Pondo de parte o trajeto andino e considerando apenas o percurso fluvial, do Tietê ao Paraguai e daí, por terra, ao Guapaí, e baixando por êle o Madeira e o Amazonas até Belém, êsse vasto périplo mede 10.000 quilômetros, números redondos. Se lhe acrescentarmos a travessia do Chaco e os desvios e flutuações da grande aventura na região andina, terá excedido por certo os 12.000 quilômetros.

Para falar apenas das mais notáveis expedições realizadas antes e depois da de Raposo Tavares, o descobrimento de Orellana em 1541, embora épico pelo arrôjo, limitou-se a baixar o Amazonas e sempre nas mesmas latitudes. As de La Salle, o grande explorador francês do Mississipi, entre 1679 e 1682, desenvolveram-se em clima temperado, quase que exclusivamente no sentido do meridiano e em duas expedições; a de Lewis e Clark que, entre 1804 e 1806, exploraram o médio e o alto Missouri e o Columbia até ao Pacífico, embora tão notável pela audácia e os resultados, desenvolveu-se num espaço continental de trinta e três graus de

longitude mas muito reduzido em latitude, e por conseqüência, dum âmbito menor.

Um nôvo conceito duma Ilha-Brasil, mais dilatada para oeste, surgia com a bandeira de Raposo Tavares. Cêrca de 1660, o Padre Simão de Vasconcelos definia o Brasil como uma ilha rodeada pelo Prata e o Grão-Pará, neste caso o Tocantins-Araguaia, num circuito de 1.500 léguas. Mas acrescentava: "Verdade é que com mais larga volta, se avista mais ao interior da terra . . .", descrevendo um semi-círculo de mais de duas mil léguas, ou sejam, segundo a medida de então, 12.000 quilômetros atuais.

Como se vê, não anda longe da verdade o jesuíta geógrafo.

"Fernão Dias Pais, escreveu Carvalho Franco, foi o bandeirante que mais largo renome deixou na história da expansão geográfica brasileira, depois de Antônio Raposo Tavares". Não obstante, o Governador das Esmeraldas afigura-se-nos um tipo mais evoluído e diferenciado pelo estilo de vida do bandeirismo e as virtudes gentílicas implícitas. Homem que obedecia a um conceito e imperativo ibérico de honra, levou até à loucura a obsessão e o sacrifício, na sua luta com o fantástico Moinho de Vento das esmeraldas.

Durante anos, obstinadamente, subordinando tudo aos seus grandes objetivos, preparou-se para dar cumprimento à patente oficial que o nomeava Governador das Esmeraldas.

Enfim, volvidos dois anos, partia com a sua bandeira para o sertão. São escassos e insuficientes os dados até hoje apurados sôbre o trajeto da sua penetração em território de Minas. De seguro, pode afirmar-se que seguiu o vale do rio Paraíba, donde se dirigiu ao rio das Velhas, para daí alcançar a sonhada região das esmeraldas, que a tradição situa na mesopotâmia de entre o Jequetinhonha e o Araçuaí. Passados sete anos de lutas dramáticas, veio a morrer de "peste" às margens do rio das Velhas, o qual com os demais afluentes terminais do S. Francisco, constitui a medula do planalto mineiro. (1)

Se era vã a sua convicção de haver encontrado as esmeraldas, êle foi, em compensação, o mestre e o guia da plêiade dos bandeirantes que no último quartel do século de Seiscentos e no primeiro do seguinte devassaram as regiões auríferas de Minas; e quem abriu definitivamente a estrada que, havia mais de um século, fôra tenteada por Braz Cubas.

---

(1) Sôbre a bandeira e a personalidade de Fernão Dias Pais veja-se o capítulo XII — «O Governador das Esmeraldas» da obra de Carvalho Franco, ant. cit. «*Bandeiras e bandeirantes de S. Paulo*».

III

AS BANDEIRAS E A SUA CARTOGRAFIA

Mas, se da grande bandeira de Raposo Tavares podemos presumir com todos os visos de verdade que tenha resultado o mapa das regiões e rios explorados, nem isso podemos conjecturar da bandeira de Fernão Dias. Desde então roteiros e traçados cartográficos, que levavam às minas, passaram a envolver imensas possibilidades econômicas. Eram ciosamente guardados em segrêdo. E só mais tarde, já avançado o século XVIII, a cartografia volta a fornecer dados preciosos à história da formação geográfica do Brasil.

Tudo somado: alguns poucos mapas vêm esclarecer a história das bandeiras e mais amplamente a história da penetração dos luso-brasileiros nos sertões, durante os séculos de Quinhentos e Seiscentos. Primeira da série é a de Bartolomeu Velho, de 1562, preciosa para o estudo da expansão vicentista na direção de Assunção, da qual resulta o conhecimento da estrada ou estradas que levavam do litoral ao Paraguai; e, segundo cremos, para o conhecimento da entrada de Braz Cubas até ao rio das Velhas.

Segue-se-lhes a de Luís Teixeira (c. 1586), que ilumina vivamente o cenário geográfico das explorações de Jerônimo Leitão nas regiões da margem esquerda do Paraná, entre o Tietê e o Iguaçu.

Vem a seguir a de João Teixeira Albernaz, de 1630, que fixa com grande clareza para a época os conhecimentos geográficos fundamentais, alcançados pelas bandeiras, que no primeiro quartel e do S. Francisco, nas suas mútuas conexões, e o de Antônio Sanches de 1641, que identifica o Paraupaba com o Araguaia. Finalmente, a carta de João Teixeira, de 1642, marca um nôvo avanço sôbre o conhecimento da rêde hidrográfica do interior do

Brasil, pois traça com maior objetividade, as posições de relação entre o Tocantins-Araguaia e o Paraguai.

Esta carta, é certo, supõe penetrações de bandeiras sôbre as quais estamos insuficientemente informados, mas que supomos poder atribuir a André Fernandes, o primeiro que devassou o grande "varadouro", ao que nos parece o mais notável de todos do Brasil, onde se encontram o rio Paranã, afluente do Tocantins; o S. Bartolomeu, ramo do Paranaíba, por sua vez braço do Paraná; e o rio Preto, braço do Paracatu, afluente do S. Francisco.

Mas uma notícia, dada em Belém do Pará por um dos bandeirantes que acompanharam Raposo Tavares, entre 1648 e 1651, alarga notàvelmente o âmbito das explorações de André Fernandes. Um tal Simão Pedroso, um dos poucos sobreviventes da grande bandeira de Raposo, afirmava em 1687 ao governador do Maranhão-Pará, que André Fernandes comandara uma bandeira ao Araguaia onde achara ouro. Perseguido e hostilizado pelos índios, a custo pôde escapar e regressar com alguns poucos companheiros a S. Paulo. Segundo o mesmo informador, pelo roteiro dessa expedição se intentou orientar a tropa de que êle fizera parte, sob o comando de Raposo Tavares. E afirmou até que durante a jornada viu muitas vêzes o aludido roteiro. (1)

Só do segundo quartel do século XVIII nos foi possível encontrar outros mapas com referências expressas a bandeiras paulistas do século anterior. Guardam-se na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro dois mapas ligeiramente diferentes, mas obedecendo a um protótipo comum, representando a região compreendida entre o litoral de S. Paulo, Paraná e Santa Catarina, dum lado, e, do outro, as regiões orientais dos atuais Estados do Paraguai e da Bolívia, e entre 15 e 27° de lat. S., ostentando numerosos traçados de caminhos e legendas históricas sôbre as bandeiras. Embora obedecendo a um protótipo comum, os dois mapas completam-se, pois nem todos os traçados de caminhos e legendas dum se encontram no outro.

Voltaremos a referir-nos a essas notáveis cartas na IV parte desta obra. Contentar-nos-emos por agora em observar que por um dêsses mapas, em acôrdo com a documentação jesuítica da época, ficamos sabendo que a povoação de Xerez, sôbre o atual

---

(1) Carta de Gomes Freire de Andrade a seu sucessor no govêrno do Maranhão, Artur de Sá e Menezes (8 de julho de 1687), publicada pelo Barão de Studart em «Revista trimensal do Instituto do Ceará», t. XXXVI, 1922, págs. 148 a 173.

Aquidauana, foi destruída por uma bandeira do comando de Ascenso de Quadros, em 1632. Vê-se igualmente nesse mapa o traçado dos caminhos que as bandeiras paulistas seguiam desde o *passo* do rio Paraguai, cêrca da atual Corumbá, até à região dos *Serranos*, nos Andes, passando pela serra de Santiago onde foi assassinado o Pe. Pero Romero, pelos indígenas. Há também nesses dois mapas referências à tomada de Vila Rica (quarta fundação) pela bandeira de Francisco Pedroso Xavier, em 1676. (1)

(1) Afonso Taunay publicou um dêsses mapas na sua «Coletânea da cartografia paulista antiga»; e supõe que êle não figurou na grande Exposição Histórica de 1881. Enganou-se o historiador insigne, pois os dois mapas de que nos estamos ocupando figuram no catálogo daquela Exposição com os ns. 1.505 e 1.506, sendo êste último o que foi copiado para a «Coletânea». Por sua vez, o organizador do catálogo enganou-se, supondo que êste é cópia do primeiro, quando da análise dos dois se conclui que obedecem a um protótipo comum. Ao mapa, que publicou em 5º lugar no seu atlas, chama Taunay mapa «bandeirante», mas que nós preferimos classificar como de influência bandeirante. «Duas indicações curiosas» — acrescenta Taunay — «vêm a ser as que dizem respeito à bandeira de Sebastião Marinho, em Goiás, do ano de 1592 e à destruição de Concepcion, no Paraguai, em 1691, pelos paulistas».

Acrescentemos que a cópia publicada na "Coletânea» nem sempre é completamente fiel.

IV

A COLÔNIA DO SACRAMENTO E AS CARTAS DOS TEIXEIRAS

Mais que uma vez temos assinalado a função política da cartografia em todos os tempos; e muito mais quando, à falta de métodos juntamente científicos e práticos para determinar uma das coordenadas, a longitude, os mapas se prestavam a reivindicações, mais ou menos abusivas de soberania. Da mesma forma temos buscado demonstrar quanto a política de segrêdo geográfico impediu que os mapas refletissem, contínua e fielmente, o estado real dos conhecimentos geográficos de cada época.

Êsses vícios, de que a cartografia do Brasil informou até meados do século XVIII, vêm à supuração com o litígio suscitado, em 1680, entre as coroas portuguêsa e espanhola, com a fundação da Colônia do Sacramento.

Êsse ato de expansão colonial foi o têrmo lógico da série de reivindicações que, desde o reinado de D. Manuel, visavam incluir c estuário do Prata, assim como o delta amazônico, na soberania portuguêsa, em obediência ao conceito mítico duma Ilha-Brasil ideal. Por essa permanente razão, a cartografia servira até àquela data de instrumento político às ambiciosas interpretações dum meridiano de Tordesilhas que, pelo menos desde 1519 (cartas de Lopo Homem e Kunstman IV) cortavam a América do Sul a leste do estuário do Prata. (*)

A revolução de 1640 precipitou a conclusão. A Colônia do Sacramento foi, em segundo lugar, o resultado do encerramento daquele rio aos numerosos portuguêses que iam a Buenos Aires e daí ao Peru buscar a moeda de *prata*, que durante o domínio filipino corria no Brasil, enriquecendo-o. A falta dessa moeda, após a Restauração, dificultou enormemente a vida da colônia.

Em terceiro lugar, a Colônia do Sacramento era o remate natural, pôsto que precipitado, da marcha para o sul, assinalada em 1648, com a fundação do primeiro povoado na baía de Paranaguá, e da penetração no planalto curitibano à busca das ilusórias minas

(*) NOTA — A primeira carta é hoje atribuída aos Reinéis e não a Lopo Homem. I.A.

de prata, ao longo do litoral, na direção de Santa Catarina. Sinal de vitalidade dessa expansão, logo traduzida gràficamente, resta-nos uma carta topográfica da baía de Paranaguá, feita em 1653, onde se assinala a cidade de Paranaguá, duas outras povoações e a localização de muitas das supostas minas argentíferas.

Por essa época, já começara também (desde 1651) a colonização por Francisco Dias Velho Monteiro, da ilha de Sta. Catarina, em frente ao território dos Tape, visitado pelos paulistas desde os começos do século de Seiscentos.

Mas uma das conseqüências da grande bandeira de Raposo Tavares fôra assinalar a importância da província do Itatim e, em especial, da região de Xerez e da atual Corumbá, ponto crucial de passagem, desde a época pré-cabralina, dos países situados ao oriente e ao sul, quer na direção dos Andes, quer na do Amazonas.

A guerra na Europa e em Pernambuco não permitiu à metrópole tirar imediatamente as conseqüências práticas da expedição de Raposo Tavares. Mas, em 12 de fevereiro de 1668, firmava-se a paz com a Espanha e no artigo segundo do respectivo tratado ficava estabelecida a restituição recíproca das praças tomadas durante a guerra, isto é, reconheciam-se apenas como ilegítimos os atos de ocupação realizados durante o conflito. O silêncio sôbre as conseqüências da expansão portuguêsa na América antecipava de certo modo a orientação seguida nas negociações para o Tratado de Madri, em 1750. Com razão escreveu Pedro Calmon: "O princípio supremo da diplomacia de Lisboa quanto à América no século XVIII, ou seja, o do *uti possidetis* — aparecia com timidez, porém inequìvocamente nesse reajustamento das monarquias vizinhas". (1)

Em Lisboa, pouco depois de assinada a paz, começaram a tirar-se as conseqüências dêsse princípio, implícito no Tratado, e à luz dos descobrimentos geográficos de Raposo Tavares. De 1675 data a primeira tentativa de colonização da Laguna; e já nesse mesmo ano o engenheiro Antônio Correia Pinto, que antes servira em Pernambuco, era encarregado de reconhecer a costa para o sul, fazer sondagens e estudar os lugares apropriados à construção de fortificações. Correia Pinto foi depois o engenheiro da Colônia do Sacramento. Dessa expedição de reconhecimento resultaram, por certo, cartas cujo paradeiro ignoramos.

Já depois de escritas estas linhas, por obséquio de Armando Cortesão, que está preparando, com o comandante Teixeira da Mota, os *Portugaliae Monumenta Cartographica* (sécs. XVI e XVII), tivemos conhecimento duma carta inédita de S. Vicente e

(1) PEDRO CALMON, «*História do Brasil*», t. II.

S. Paulo, cujo original se guarda no Museu Naval de Madri, e que admitimos tenha sido traçada por Antônio Correia Pinto. O cartólogo ilustre propõe, com interrogação, como data dessa carta a primeira metade do século XVII.

Desde logo, pois que a carta não tem nome de autor e não está datada, os dois primeiros problemas a resolver correspondem a estas duas perguntas: quem traçou a carta? e em que data? às quais haveria que acrescentar: e como foi o original parar ao Museu Naval de Madri?

A resposta ideal seria a que satisfizesse em conjunto e por forma cabal, aos três problemas.

Olhada de relance e nas suas características externas — o estilo e a letra — inclinamo-nos para que a carta pertença ao último quartel de Seiscentos ou princípios do século seguinte. É o que nos insinua o corte da letra duma certa elegância barrôca, o estilo cartográfico dum relativo apuro e, mais que tudo, os grandes progressos na figuração topográfica, quando comparada com as várias representações da mesma região, traçadas pelos Teixeiras durante o século XVII.

A carta representa as duas ilhas de São Vicente e Santo Amaro e a costa do continente próximo, com as figurações dos povoados, das fazendas e engenhos, das fortalezas, da hidrografia e muitas notas de caráter histórico, principalmente à volta daquelas duas ilhas. Mas o que a torna mais notável é a figuração do caminho, que desde o lagamar de Santos seguia através da Serra do Mar até São Paulo. Nesse término do caminho, uma convenção representa o aglomerado urbano, com uma igreja ao centro, ladeada por várias casas. Por baixo lê-se: "A Villa de S. Paulo". A estrada corta três rios, um dêles inominado, que identificamos com o Piratininga, e os outros dois, o "Ryo Grande" e o "Ryo Piqueno". Percebe-se, além disso, na travessia dos três rios o desenho das pontes.

Ao que supomos, esta enfática figuração dum caminho, com as suas pontes, tão singular para a época, relaciona-se com a construção do *caminho do mar*, ordenada e dirigida entre 1660 e 1661, por Salvador Correia de Sá, que em pessoa assistiu aos trabalhos. Nos começos de 1661, a própria Câmara de São Paulo instava com Salvador Correia de Sá para que permanecesse na terra e agradecia os grandes serviços por êle prestados ao burgo e, "sôbretudo, haver Vossa Senhoria mandado fazer a estrada do mar de modo que possa andar carro por ela, cortando serras e passos, por onde uma pessoa passava mal; indo em pessoa a ver êste benefício

da república, onde se fizeram mais de setenta pontes, obra que ainda os que a fizemos nos parece impossível".

Como, por outro lado, São Paulo foi elevada a cidade em 1711, e na carta se lhe chama *Villa*, o mapa deve datar dum período compreendido entre os anos de 1661 e 1711. Todavia, a comparação do mapa do Museu Naval com a carta da mesma região, pertencente ao atlas de João Teixeira, de 1666 (Mapoteca do Itamaraty), leva-nos à conclusão de que aquêle é posterior a esta. Não só o desenho, sob o ponto-de-vista topográfico, é mais correto; a nomenclatura mais rica; o caráter técnico mais acentuado; mas São Paulo, em vez de estar situada a nordeste de São Vicente, arrumação péssima, que beneficiava as reivindicações do donatário Marquês de Cascais, fica a noroeste, com aproximação muito maior. Além disso, certos topônimos estão grafados por forma muito mais correta naquele mapa de João Teixeira, donde se conclui que o autor do mapa do Museu Naval copiou à pressa a nomenclatura duma carta anterior, que adulterou.

Inclinamo-nos a princípio para que o autor da carta do Museu Naval fôsse o engenheiro Pedro Gomes Chaves, que em 1710 estêve em Santos fazendo a planta para uma nova fortaleza naquela praça. Mandamos vir do Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa) a cópia fotográfica dos originais da planta daquele engenheiro e da sua correspondência sôbre o assunto, e verificamos que a letra era muito diferente da do cartógrafo do mapa do Museu Naval. Outras pesquisas, visando outras hipóteses, resultaram igualmente estéreis.

Ora, em 1675, o engenheiro Antônio Correia Pinto encontrava-se em Santos, e a 18 de março dêsse ano, o governador Afonso Furtado comunicava-lhe da Baía de Todos os Santos que sua Alteza "me manda que ordene a V. Mercê (...) vá nessa parte e em os portos do districto de Pernaguá, sondando os do mar e vendo os sitios que se devem fortificar (...) fazendo de tudo planta com distinção e clareza (...). (1)

Êsses trabalhos de reconhecimento da costa para efeitos de navegação e fortificação, a fixar em mapas e planos hidrográficos, faziam parte dos preparativos da fundação da Colônia do Sacramento, de longe preparada, mas a que apenas se deu início em 1680. Êste vínculo entre as atividades hidrográficas do engenheiro e a futura fundação explicam que a ordem tenha procedido diretamente do príncipe D. Pedro. Antônio Correia Pinto foi o engenheiro da Colônia do Sacramento. Ali se encontrava, quando em 1681 os

(1) V. «Documentos Históricos», publicação da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, t. X, pág. 457.

espanhóis de Buenos Aires atacaram a praça, que pouco mais tinha que os alicerces. Correia Pinto foi morto em combate. É sabido que os espanhóis recolheram todos os papéis que encontraram na praça conquistada. Estas circunstâncias explicariam que um mapa daquele engenheiro tivesse ido parar a Madri.

Eis as razões que nos levam a supor que a carta em questão tenha sido traçada por Antônio Correia Pinto.

Em março de 1676, era feita a doação de 75 léguas "na dita repartição do sul, a partir do marco do Rio da Prata, onde parte esta coroa para o Rio de Janeiro", a João Correia de Sá e ao Visconde de Asseca, respectivamente filho e neto de Salvador Correia de Sá. Complemento desta doação, a 22 de novembro dêsse mesmo ano, o Papa Inocêncio XI, criava o bispado do Rio de Janeiro, cuja jurisdição estendia até ao Rio da Prata, certamente a pedido do monarca português, que pretendia dar assim uma sanção religiosa às suas ambições de expansão territorial.

Mas no fim dêsse mesmo ano dá-se um fato não menos significativo: o assalto a Vila Rica pela bandeira de Pedroso Xavier. É dentro do conjunto dos fatos que acabamos de mencionar e dos que vão seguir-se, que devemos entender êsse irromper da expansão sertanista para o sul, um tanto abrupto na história das bandeiras. Pouco depois de executado o assalto, o Pe. Nicolau del Techo, que era então superior das missões do Paraná e Uruguai, falando numa carta, dêsse fato, dizia dos mesmos bandeirantes que êles ameaçavam levar as suas incursões até Montevidéu, que afirmavam ser o têrmo da jurisdição de Portugal. Por essa carta ficamos sabendo também que o próprio governador de Buenos Aires avisara o Pe. Techo de que os portuguêses queriam povoar Maldonado. (1)

É em 1677 que o Príncipe D. Pedro, regente de Portugal, encarrega Jorge Soares de Macedo de fundar um presídio no Rio da Prata, para o que devia organizar a sua expedição em Santos e S. Paulo, onde estêve com êsse fim, no ano seguinte, de 1678. Esta missão, como é sabido, só pôde ser realizada em 1680, pelo Governador do Rio de Janeiro, Manoel Lobo.

Ao que supomos, como ato complementar da ocupação da margem setentrional do Prata, nesse ano de 1678, os bandeirantes paulistas, sob o comando de Pascoal Moreira Cabral e André de Zuniga, ocupavam a região da antiga cidade de Xerez, sôbre o Aquidauana, e o curso inferior do Miranda, onde tinham uma flotilha de oitenta canoas com a qual percorriam, policiavam e devas-

---

(1) Esta carta pode ler-se na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Coleção De Angelis, I — 29, 2, 38.

savam, em especial para o norte, o Paraguai. Desde então nunca mais esta região passou a poder dos espanhóis. Os historiadores assinalam a êsse fato uma data posterior a 1680. Não obstante, aquela que lhe damos assenta numa fonte da maior autoridade. (1)

Finalmente, em janeiro de 1680, era fundada a Colônia do Sacramento e logo, em 1684, a povoação de Laguna, donde iriam sair os primeiros povoadores do sertão então chamado de Rio Grande de S. Pedro. Os espanhóis, tão lentos e ineficazes em reagir na província do Itatim, apressaram-se a tomar de assalto nesse mesmo ano de 1680, a jovem Colônia, logo, em face da atitude enérgica do govêrno português, restituída, em maio de 1681, pelo Tratado de Lisboa.

Enquanto a 7 de maio dêsse ano se concluia êsse convênio, em Badajoz, comissários das duas partes discutiam a questão de direito, em têrmos de geografia matemática, para assentar a verdadeira situação do meridiano de Tordesilhas. Por parte de Espanha, atuaram o Pe. jesuíta João Carlos de Andosilla, catedrático de estudos matemáticos e o capitão-pilôto, muito sabedor e experimentado, José Gomes Jurado; por parte dos portuguêses, o Pe. João Duarte, do hábito de S. Pedro, e o cosmógrafo-mor do reino, Manoel Pimentel Vilas Boas.

Reunidos a 4 de novembro de 1681, no Caia, só a 29 de dezembro terminaram os seus trabalhos em Badajoz e, como é natural, com pareceres muito contrários entre si. Segundo os comissários e técnico espanhóis, a linha de demarcação passava pela bôca do rio de S. Pedro, distante do cabo de Santa Maria 3° 47', ou seja, por 32° e 20'.

Os geógrafos portuguêses pretendiam, pelo seu parecer, que a linha de demarcação passava a 14 léguas a oeste da Colônia do Sacramento e, por conseqüência, a 38° de lat. Para emitir êste juízo, os dois representantes de Portugal fundaram-se num mapa de João Teixeira Albernaz, de 1679. E a êsse propósito declaravam o seguinte: "E pôsto que também entre as cartas portuguêsas se ache alguma variedade, e obrando-se por elas se reconhece passar a demarcação muito além da Colônia de S. Gabriel, cortando umas a costa da América, da parte do Sul, por 41° outras por 45°, deixando

(1) Com efeito, numa dissertação do Pe. Pedro Lozano, o célebre historiador da Companhia de Jesus no Paraguai, e que dispôs livremente dos arquivos respectivos, lê-se que, no ano de 1678, os portuguêses, pouco depois de tomarem Vila Rica, povoaram Nova Xerez. Informa ainda Lozano que o Pe. Provincial Altamirano procurou, em vão, persuadir o govêrno do Paraguai a que não deixasse tomar corpo e arreigar-se essa povoação. Como se vê, é o ilustre jesuíta a estabelecer ligação entre a tomada de Vila Rica e o repovoamento de Xerez pelos paulistas. Informa também Lozano que em 1683 já os portuguêses haviam fundado povoação em Maracaju. Esta dissertação manuscrita pertence à Coleção De Angelis da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, onde tem a cota I — 29, 4, 72.

todavia estas, escolhemos a que menos favorece aos portuguêses e mais nos estreita, uma das que costuma de escrever o cosmógrafo João Teixeira, bem conhecido em tôda a Europa, por ser a que atualmente se pratica neste reino e ter a aprovação universal de todos os pilotos e mareantes". (1)

Pelo contrário, os espanhóis fundavam-se numa carta holandesa de latitudes crescidas de Dankerts, que os favorecia. Não obstante, o Pe. Andosilla confessava, em carta de 28 de novembro dêsse ano, dirigida ao Conselho de Índias, as dificuldades em que se encontrara para descobrir um globo favorável aos espanhóis; e chamava a atenção do Rei de Espanha, para "a grande desordem que hoje se encontra em todos os globos modernos que se imprimem na Holanda, que é fábrica donde se repartem para tôda a Europa, alterando as situações dos cabos e enseadas da América meridional, e que nasce da solicitude de Portugal, estando em muitos dêles tão viciada esta região que não intervém entre os dois meridianos de Santo Antão de Cabo Verde e o cabo de Santa Maria senão dezoito graus, com o fim de pôr na sua demarcação quase todo o Peru". E o alarmado jesuíta aconselhava ao rei a que "tomasse êste ponto em tôda a consideração e se queixasse oficialmente da pouca fidelidade dos fabricantes dos globos e mapas para que reduzissem as terras às suas verdadeiras situações, pois sempre que se chega à discussão dêste ponto são êles os juízes, visto não haver outro meio demonstrativo do assunto". E terminava acrescentando que o seu principal trabalho tinha sido "buscar alguns globos que pudessem apagar o efeito das cartas náuticas, mas não tinha encontrado nenhum". (2)

Foi tão veemente a paixão e o interêsse, postos pelos espanhóis nesta questão e, aliás, tão grande a importância dêste problema para o domínio castelhano no estuário do Prata, que êles não hesitaram em comprar um funcionário do Arquivo da Torre do Tombo de Lisboa, graças ao que puderam haver às mãos um atlas secreto dos serviços hidrográficos portuguêses. Êsse atlas, a que atrás nos referimos, pertence hoje à Biblioteca do Congresso de Washington; e o fato a que nos estamos referindo consta duma longa nota nela exarada pela própria pessoa que se encarregou da compra do atlas, D. Francisco de Seyxas y Lovera, que ofereceu o notabilíssimo códice ao govêrno espanhol.

Já transcrevemos aqui, no capítulo em que nos referimos a "Os Atlas hidrográficos dos Teixeiras", aquela nota. Não só Sei-

(1) V. Carlos Corrêa Lima, «Campaña del Brasil, Antecedentes coloniales», t. I, pág. 338.

(2) *Ibidem*, pág. 302.

xas y Lovera se gaba de haver subornado o funcionário a quem estava confiada a guarda dêsse mapa, o qual custara mais de 4.000 escudos de prata a D. Jerônimo de Ataíde, mas compara entre si as duas cartas do Brasil do mesmo atlas, nas quais a situação em relação à África e, por conseqüência, ao meridiano de Tordesilhas, é muito divergente, concluindo que uma delas reflete os verdadeiros conhecimentos geográficos dos portuguêses e a outra se destinava a iludir os espanhóis nos congressos em que se discutia a questão dos limites entre a América portuguêsa e a espanhola.

Com a guerra da Sucessão de Espanha e participação de Portugal em 1703, ao lado da Inglaterra, nesse conflito, a velha questão de soberania entre portuguêses e espanhóis reacendeu-se no Prata, assim como no Amazonas. Atacada em 1704, a Colônia do Sacramento, ao fim dum sítio de seis meses, era de nôvo ocupada pelos espanhóis, em 1705. Ainda que mais tarde, também entre 1707 e 1710, se davam alguns conflitos com vária fortuna, no Solimões, entre portuguêses e carmelitas dum lado, e espanhóis e jesuítas, do outro.

Em 6 de fevereiro de 1713, o Tratado de Utrecht estabelecia como fronteira entre as Guianas brasileira e francesa, o rio "Japoc ou Vicente Pinção", no seu artigo VII. Pelo artigo X, o rei de França reconhecia que "as duas margens do Rio Amazonas, assim meridional, como setentrional, pertencem, em tôda a propriedade, domínio e soberania a S. Majestade portuguêsa, e promete que nem êle nem seus descendentes, sucessores e herdeiros, farão jamais alguma pretensão sôbre a navegação e uso do dito rio, com qualquer pretexto que seja." Assim, o sonho do Conde de Pagan de fundar um Estado francês na Amazônia ou, sequer, o do condomínio luso-francês no Amazonas, dissipava-se para sempre.

Pelo Tratado também celebrado em Utrecht a 6 de fevereiro de 1715, com a Espanha, criava-se um nôvo precedente não menos importante. No seu artigo V se estabelecia: "As praças, castelos, cidades, lugares, territórios e campos pertencentes às duas Coroas assim na Europa como em qualquer parte do mundo, serão restituídos inteiramente sem reserva alguma, de sorte que as raias e limites das duas monarquias fiquem no mesmo estado que antes da presente guerra".

Êste acôrdo, observou Pedro Calmon, inspirava-se, como o Tratado de 1678, na mesma idéia do *uti possidetis* e recebia imediatamente a sua consagração na América com a devolução aos portuguêses da Colônia do Sacramento, que havia sido reconquistada em 1705 pelos espanhóis, e o reconhecimento dos atos de posse anteriormente praticados no Amazonas e no Solimões.

Esta dupla vitória diplomática devia-se aos esforços, em parte de iniciativa pessoal dos plenipotenciários, Conde de Tarouca e D. Luís da Cunha, êste daí por diante muito interessado, como havemos de ver, nos problemas que diziam respeito à cartografia do Brasil.

Portugal continuava, pois, a reivindicar a soberania sôbre o Prata-Paraguai e o vale do Amazonas. Infelizmente, no tratado celebrado com a Espanha a cedência da Colônia e do seu Território, estipulada no artigo VI, não se fazia nos têrmos precisos, que permitissem a continuidade do domínio português, desde a Laguna até ao Prata. Esta imprecisão foi, nos anos seguintes, causa de graves e demorados conflitos.

A fundação da Colônia do Sacramento, essencialmente praça de guerra, e a sua vida tão acidentada através dum século suscitaram um grande número de cartas ou plantas em que avulta a fortaleza. A abundância dêsse tipo de cartas foi, aliás, uma das características da cartografia portuguêsa, durante os séculos XVII e XVIII.

Conflitos de soberania com os espanhóis, assaltos de piratas inglêses e a guerra holandesa, obrigaram os portuguêses a construir, desde os fins do século XVI, um grande número de fortalezas para defender baías e barras, desde S. Vicente até ao delta do Amazonas. Êsse imenso esfôrço luso-brasileiro, durante os séculos XVII e XVIII, começa a refletir-se na cartografia com maior intensidade, cêrca de 1630, com a ocupação de Recife pelos holandeses. Não só, como vimos, os atlas portuguêses e holandeses incluem muitos planos de fortalezas, mas conhecem-se, desde os primeiros anos da ocupação flamenga, atlas portuguêses das fortalezas do Brasil.

Existe na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro um pequeno atlas de fortalezas com as seguintes cartas:

I — "Desenho do morro de S. Paulo com as fortificações que nelle se fizerão por ordem de Diogo Luis de Oliveira, Governador e Capitão geral deste Estado do Brasil, nos meses de Setembro, Octubro e Novembro de MDCXXXI" (acompanhado de várias legendas explicativas e firmado por "Tinoco").

II — Carta do tipo das de Luís Teixeira, mas da época do Atlas-Roteiro, desde o "Rio Capujaribe que vai ao leste" até ao "Rio da Pojuca". Na foz do primeiro dêstes rios lê-se "Forte do inimigo nos Afogados"; no cabo de Santo Agostinho, "forte que fez o conde no outeiro da Nazaré encoberto à barra"; mais adiante, no rio da Pojuca, "Forte que faziamos neste Citio do Pontal onde era o comercio, carga e descarga dos navios, de que tambem o

inimigo é senhor"; na foz do Pojuca, em cinco linhas transversais, sôbre o espaço marítimo: "Barra de Nazaré: terá na entrada quatro braças e dentro no surgidouro, duas e duas e meia a trez. E para entrarem navios a de ser fazendo o caminho do sudoeste"; mais adiante, também em duas linhas transversais, "Barreta por onde entrão e saem lanchas".

O estilo que é muito mais perfeito que o das cartas restantes, faz-nos crer que se trata duma fôlha solta dum atlas dos Teixeiras, embora sem assinatura. Já nos referimos a essa carta quando nos ocupamos dos atlas dos Teixeiras.

III — "Desenho da costa do Mar desde a Barra da Bahia até à do Cammamu". MDCXXXIII. Assinado por "Tinoco".

IV — "Desenho do môrro de S. Paulo cõ as fortificasõis que nelle se fizerão por ordem de Diogo Luis de Oliveira, Governador e Capitão geral deste Estado do Brasil nos meses de Setembro, Octubro e Novembro de MDCXXXI". Assinado "Tinoco".

V — "Desenho da Bahia de Todos os Santos no Estado do Brasil". Assinado "Tinoco".

VI — "Desenho de fortificação que por ordẽ de Diogo Luis de Oliveira, Governador e Capitão geral deste Estado se faz na ponta da Caparica notada no ano de MDCXXXI". (Sem assinatura).

Êste atlas deve ter sido ordenado, a calcular pela carta que atribuímos a João Teixeira Albernaz, em 1634, por ordem de Diogo Luis de Oliveira; e possìvelmente está hoje truncado. Mais nos confirma nessa atribuição a menção constante do nome do governador.

Ao que supomos, outros atlas do mesmo gênero existiram e se perderam. Mas na Biblioteca da Ajuda, em Lisboa, ainda se guarda um "Livro das Praças de Portugal com as suas fortificações, delineadas por João Nunes Tinoco, architecto de S. Magestade, anno de 1662". Numa das páginas lê-se: "Este livro mandou fazer o senhor Conde da Torre".

O livro contém 48 plantas de fortalezas, das quais 16 relativas a Portugal e Espanha, e 32 ao Brasil. João Nunes Tinoco, que as delineou, era engenheiro e arquiteto e filho de Pedro Nunes Tinoco, que já exercera as mesmas profissões. Êste e o atlas anterior pertencem, segundo presumimos, ao mesmo Tinoco. Desde o govêrno de Diogo Luis de Oliveira ao de D. João de Alencastre, que encerra o século XVII, não desmaiou êsse grande esfôrço de construção de fortalezas no Brasil. Mas a metrópole fêz mais: criou nas capitais dos dois Estados do Brasil e Maranhão uma

escola de traço, geometria e cálculo — a "aula de fortificações", conforme a ordem real de 15 de janeiro de 1699. Eis os têrmos duma das cartas de D. Pedro II: "Por ser conveniente ao meu serviço hei por bem nessa Praça (da Bahia) em que ha engenheiro, haja aula em que elle possa ensinar a fortificação, havendo nella trez discipulos de partido, os quais serão pessoas que tenham capacidade necessaria para poderem aprender ..." Na carta do rei ao governador geral do Maranhão, ordenava-se que o Engenheiro do Estado desse aulas e ensinasse fortificação a três discípulos ... "para que assim possa haver nesta mesma conquista Engenheiros ..." (1)

A aula de fortificações teve longa vida e êxito. Informa Pedro Calmon que no Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa) viu álbuns de desenhos dessa escola referentes à década de 1770, o que "atesta a eficiência do ensino e a aplicação dos aprendizes".

Desta forma D. Pedro II, ao findar o século de Seiscentos, lançava os fundamentos não só duma escola de fortificações, mas de cartografia, auxiliando a defesa e o espírito de autonomia do Brasil.

Resta-nos dizer que, durante a segunda metade do século de Seiscentos, a cartografia portuguêsa em geral e, em particular, a do Brasil, se assinala por uma notável pobreza e decadência. Citamos atrás a opinião dos delegados portuguêses às conferências do Caia e de Badajoz, em 1681, que exaltavam os méritos de João Teixeira Albernaz, cujo testemunho invocavam como de grande autoridade. Dêsse mesmo ano existe uma carta sua assinada e datada, que se guarda na Biblioteca de Évora, e nos pode servir de padrão para avaliar das suas qualidades de cartógrafo. Nela o traçado, principalmente do Rio da Prata-Paraguai-Paraná, tôsco, incerto e falso, está bem longe de honrar o autor.

A essa data, ou melhor, desde o segundo quartel do mesmo século e para iguais regiões há que recorrer à cartografia dos jesuítas espanhóis das missões dos Tape e Paraná, para obtermos uma idéia da evolução dos conhecimentos geográficos.

No mapa de Luís Ernot — "Paraquaria, vulgo Paraguay cum adjacentibus" — e no chamado mapa de Caraffa (1647), traçado muito possìvelmente por aquele mesmo cartógrafo, são muito notáveis os progressos na representação da hidrografia da parte do Brasil, correspondente aos atuais estados do Paraná e do Rio Grande do Sul.

---

(1) Veja-se PEDRO CALMON, «Hist. do Brasil», t. II, pág. 433; e «Cartas régias às autoridades do Maranhão», fol. 33, Ms. I — 8, 3, 17, da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Embora os erros não sejam poucos, vários cursos de rios e de seus afluentes figuram pela primeira vez nestes mapas. Assim no primeiro dêles, o do Pe. Ernot, já aparece o Rio Grande, continuado pelo Iguaí (Jacuí); e como afluentes, da sua margem esquerda, o Caii (Caí), o Curuparey (Rio Sinos), o Tibiquari (Taquari) e o Jequi (Rio Pardo). Com melhoria notável se apresenta igualmente a bacia do Uruguai. Às margens dum e doutro rio estão ainda situadas, com relativa exatidão, as missões dos jesuítas.

O mapa de Caraffa, ainda que obedecendo essencialmente, ao protótipo anterior, contém alguns progressos de traçado, como, por exemplo, na Lagoa dos Patos. Mas o que, acima de tudo, notabiliza êsse mapa é a numeração e localização, assaz correta, das reduções do Guairá, dos Tape, do Paraná, e do Itatim — e que faz dessa carta uma preciosa fonte para o estudo da expansão dos jesuítas espanhóis no vale do Prata e das incursões dos bandeirantes que em grande parte as destruiram.

PARTE IV

A UNIFICAÇÃO GEOGRÁFICA E A SANÇÃO DIPLOMÁTICA

I

ANTECEDENTES DO TRATADO DE MADRI

Duas séries de fatos, uns internos e respeitantes ao Brasil, outros externos, de ordem cultural e de conflitos de soberania, tornaram necessário e urgente dar uma solução estável ao problema dos limites com a América espanhola.

Ao findar o século XVII, quase todo o interior do Brasil estava por povoar. A própria expansão pecuária não excedia as zonas próximas do litoral. Mas em fins daquele século deu-se um fato que provocou sùbitamente um grande surto de exploração e povoamento do território: o descobrimento do ouro das chamadas Minas Gerais, cujos dois grandes precursores foram D. Francisco de Sousa, no comêço do século, e Fernão Dias Pais que, entre 1674 e 1681, abriu definitivamente o chamado caminho geral de Minas.

Como na Califórnia ou na África do Sul, também aqui o aparecimento do ouro, em grande quantidade, determinou afluxo enorme de emigrantes, já brasileiros, já reinóis. Êsse afluxo e desenvolvimento insólitos puseram ao Estado vários problemas de solução urgente: administração local; discriminação entre os direitos dos moradores da colônia e a metrópole; fundação de vilas e abertura de caminhos. Todos êstes problemas iriam relacionar-se intimamente com a cartografia e provocar, por sua vez, o seu desenvolvimento.

Como conseqüência do descobrimento do ouro de Minas Gerais e da posse, em 1668, da foz do Miranda, em 1718, Paschoal Pereira Cabral descobria as minas de Cuiabá; em 1725, Bartolomeu Bueno da Silva encontrava ouro às margens do rio Vermelho, afluente do Araguaia, e não longe do lugar onde hoje assenta a cidade de Goiás; finalmente, em 1731, Fernando Pais de Barros e seu irmão Artur descobriram as minas, que denominaram de Mato Grosso e que alargavam a expansão mineradora desde os Altos Jequitinhonha e rio Doce, até às margens do Guaporé.

Em razão do povoamento de Cuiabá e Mato Grosso, estabeleceu-se logo a chamada estrada das monções que baixava o Tietê

e o Paraná, subia o Pardo, varava em Camapuã, baixava o Cochim e o Taquari até ao Paraguai, por onde prosseguia águas acima, para subir os seus afluentes, S. Lourenço e Cuiabá.

Por sua vez, a exploração das minas de ouro no vale do Araguaia provocou a abertura duma estrada de S. Paulo a Goiás e daí, por terra, a Cuiabá.

Entretanto, no vale amazônico dava-se um movimento de exploração que completava êste, suscitado, quer pela exploração das drogas do sertão, quer como reação à expansão jesuítica. Com efeito, na segunda metade do século XVII, os jesuítas espanhóis haviam fundado as missões dos Chiquitos, entre o Alto Paraguai e o S. Miguel, afluente do Guaporé, e as dos Moxos e do Mamoré — guardas avançadas e ameaçadoras da expansão espanhola para oriente, na direção do Brasil.

Sabendo dêsses fatos, o governador do Pará ordenou uma bandeira de reconhecimento, chefiada por Francisco de Melo Palheta, ao Madeira, em 1722-23. Retomava-se por esta forma o movimento de realização geográfica do mito da Ilha-Brasil. Que essa expedição tivesse por objetivo reivindicar a soberania portuguêsa até ao Madeira e ao Guaporé não pode restar dúvida. O bandeirante anônimo que traçou a relação dessa viagem, ao relatar a despedida dos portuguêses, em Santa Cruz de Cajubaba, uma das reduções jesuíticas dos Moxos, conta que Melo Palheta:

"Propôs de nôvo a êstes padres (jesuítas) pùblicamente, recomendando e requerendo da parte do nosso Excelentíssimo General, em virtude do tratado feito entre os nossos reis e pela conservação dos povos, que lhe assinalava de hoje por diante não passassem para baixo da bôca dos rios Mamoré e Itenes (Guaporé), nem interessassem daí para baixo gentilidade alguma, por êstes pertencerem ao Sereníssimo Senhor nosso, Rei de Portugal... e quando excedam fazendo o contrário do requerimento, que ainda S. Majestade que Deus guarde tinha poderes neste Estado para fazer entregar e repor tudo o que tocasse a seus domínios e senhorios..." (1)

Já então se pensava que o Guaporé era o rio de ligação entre a Lagoa dos Xaraes e o Paraguai. É o que se conclui de certa passagem da obra do Pe. Lozano, "La conquista de los rios de la Plata y Paraguay", escrita por essa época, e que mais tarde havemos de analisar. Da viagem de Francisco de Melo Palheta existe um mapa, traçado cêrca de vinte anos mais tarde por José

(1) A «Narração da viagem e descobrimento pelo sargento-mor Francisco de Melo Palheta no rio da Madeira e suas vertentes, desde 11 de novembro de 1722 até 12 de setembro de 1723»; escrita por um dos seus companheiros, foi publicada por Capistrano de Abreu em *Caminhos e povoamento do Brasil*, Rio de Janeiro, 1930, págs. 191, 216.

Gonçalves da Fonseca, secretário do govêrno do Pará e que mais tarde pertenceu à comissão dos limites fixados pelo tratado de 1750, para o Norte. Ainda que perfeito de estilo, sofre de notáveis erros de traçado, principalmente pelo que se refere aos cursos do Mamoré e do Guapaí, e poucos esclarecimentos junta ao roteiro da viagem.

Como conseqüência desta bandeira, os jesuítas portuguêses fundavam em 1728, em obediência a instigações oficiais, uma aldeia de índios junto das primeiras cachoeiras do Madeira; em 1740, Lourenço Belford e Francisco Xavier de Andrade atingiam o Alto Rio Branco; e, em 1744, Francisco Xavier de Matos penetrava no Cassiquiare.

Mas, em boa verdade, a expedição de Melo Palheta só em 1742 se completava com a viagem de Manoel Felix de Lima, que baixou o Guaporé, o Madeira e o Amazonas até Belém do Pará, onde aportou com mais três companheiros apenas. Manoel Felix de Lima, como sabemos pelo seu relato de viagem, copiosamente transcrito por Southey na sua "História do Brasil", não desconhecia a grande importância que o seu descobrimento tinha para a delimitação definitiva do Brasil. Desta vez a Ilha-Brasil, que flutuara entre os escassos limites das bandeiras ao Araguaia e Tocantins e os vastíssimos de Raposo Tavares, aproximava-se já do traçado contemporâneo.

Simultâneamente com êstes, processava-se com base na Laguna um outro movimento de expansão para o Sul, solicitado tanto pelas necessidades da Colônia do Sacramento, como pelas excelentes possibilidades de exploração pecuária e agrícola das campanhas do Rio Grande de S. Pedro, como então se dizia.

Já em 1711, o Governador do Rio de Janeiro incumbia Manoel Gonçalves de Aguiar, capitão-de-mar-e-guerra, de ir verificar se no pôrto das Garoupas era possível fundar uma povoação. Em 1714, às vésperas da assinatura do Tratado de Utrecht, pelo qual a Espanha se obrigava a restituir ao govêrno português a Colônia do Sacramento, Gonçalves de Aguiar era incumbido de explorar tôda a costa desde Santos até à Laguna.

Desde êsse tempo não mais se interrompem os esforços de preparação para o povoamento do litoral, então deserto e que ia desde a Laguna ao estuário do Prata. Mas se entre os portuguêses de Cuiabá e Mato Grosso, dum lado, e, do outro, jesuítas dos Chiquitos e espanhóis de Assunção não houve durante vinte anos qualquer contato direto, pela grandeza do território que medeava entre uns e outros, o mesmo se não deu no Sul.

Entre a Laguna, hoje no extremo-sul catarinense, e a Colônia do Sacramento, sôbre o Prata, e para oeste até ao Uruguai e às aldeias que os padres da Companhia tinham fundado sôbre a margem esquerda, dilatavam-se as campanhas do Rio Grande, vastíssima terra de ninguém, onde vagueavam numerosas manadas de bois e récuas sôltas de gado cavalar. Esta imensa riqueza era explorada e cobiçada conjuntamente, quer pelos portuguêses da Colônia e os lagunenses, quer pelos espanhóis de Buenos Aires, Montevidéu e Santa Fé, e pelos jesuítas das aldeias do Uruguai. Instigados pelos padres, os índios tape das aldeias percorriam a região até ao mar, arrebanhando boiadas e cavalhadas, não só para proveito próprio, mas também, e não menos, para furtá-las aos portuguêses.

Entretanto, desde que o governador de Buenos Aires começara a dificultar o acesso dos moradores da Colônia às campanhas próximas, estabelecera-se o contato direto entre os espanhóis de Santa Fé e os moradores da Laguna. Esta era a situação por volta de 1722. E Francisco de Brito Peixoto, capitão-mor daquela povoação, não deixou de transmitir êstes fatos ao governador de S. Paulo — Rodrigo Cesar de Menezes, homem de vistas largas e iniciativa pronta.

Se os Padres do Uruguai e os espanhóis de Buenos Aires e Montevidéu, mancomunados, se lembrassem de ocupar a barra do Rio Grande de S. Pedro, com povoação fortificada e centro assimilador dos minuano, a esperança de povoar e explorar estas regiões tão férteis, pelos portuguêses, anexando-as à Coroa portuguêsa e estabelecendo a soberania ininterrupta até à Colônia do Sacramento, podia para sempre malograr-se.

Não é pois de admirar que em 1722, aquêle governador escrevesse de S. Paulo ao Rei, incitando-o a "não dilatar a resolução de mandar povoar tôda aquela fronteira (do Rio Grande), de cuja capacidade, pela abundância e fartura se pode fazer uma das maiores povoações na América..." (1); e que, em 1725, o português João de Magalhães, genro do velho lagunista, partisse, por ordem do governador, a ocupar o Rio Grande de S. Pedro.

Documentos oficiais estabelecem o fato e definem os objetivos: Francisco de Brito Peixoto foi encarregado de "conquistar as Campanhas do Rio Grande de S. Pedro e fêz a dita povoação, conservando nela trinta pessoas, armadas em guerra, e por cabo a João de Magalhães, seu genro natural, para defender aquele pôrto e

(1) Nesta parte do nosso trabalho enviamos o leitor para a obra, excelentemente fundamentada, do General João Borges Fortes — «Rio Grande de S. Pedro, povoamento e conquista», Rio de Janeiro, 1914, a cuja documentação nos reportamos.

que a nação espanhola ou índios tapes ou minuanes não senhoriassem aquela paragem, por ser de muita utilidade à Coroa de Portugal...". Êsse fato, verdadeiro ato inicial da fundação do Rio Grande, deu-se em novembro de 1725 e representava a pronta reação à fundação no ano anterior, de Montevidéu, pelos espanhóis.

Ocupação evidentemente estratégica da porta de entrada marítima do Rio Grande, a fundação dos lagunenses visava finalidades econômicas e de soberania política. Já então, com as primeiras grandes conduções de gado para a Laguna, a experiência mostrava que as campanhas do Rio Grande poderiam tornar-se, com suas riquezas e possibilidades pecuárias, o complemento econômico das Minas. Começou desde então a compreender-se quanto aquela região podia completar e, no caso da provável perda da Colônia, fechar o Brasil pelo sul, servindo-lhe de fortaleza, contra o poderio e expansão dos espanhóis do Prata.

Em agôsto de 1727, o governador do Rio de Janeiro, Luís Vahia Monteiro, remetia ao Secretário de Estado, Diogo de Mendonça Côrte Real, um mapa "da costa que corre da ilha de Santa Catarina até à bôca do Rio da Prata, feito pelo Padre Luís de Albuquerque, da Companhia de Jesus, que pisou a praia de Santa Catarina até à Laguna". E o governador denunciava com patriótico ardor: "... no qual poderá S. Majestade também ver o êrro, com que os castelhanos marcam aquela costa para nos furtarem algumas terras do sertão, marcando-as para a sua parte livres da linha Alexandrina, fugindo com a costa para a terra devendo-a deitar para o mar".

E objetivava: "Também verá Sua Majestade a situação das aldeias, que administram os Padres castelhanos, dos índios a que chamam tapes, demonstração que fêz um índio dêstes ao mesmo Padre e, finalmente, verá a situação dos minuanes..." (1)

Para se compreender inteiramente a comunicação de Vahia Monteiro é necessário explicar que a "Demonstração", referida na carta, quer dizer, em linguagem da época, um mapa da posição das aldeias dos jesuítas, traçado por um dos índios tape, aldeados. Como já fizemos observar, os índios, senhores dum raro sentido topográfico, conseqüência do nomadismo ancestral, desenhavam com grande facilidade na areia, em madeira, peles de animal ou em papel, o mapa, por vêzes exatíssimo, dos lugares que habitavam ou percorriam.

Não se conhece a carta do Pe. Luís de Albuquerque. Mas dos dizeres do governador do Rio de Janeiro se infere que a posição das aldeias relacionadas pelo índio, com o Uruguai dum lado e,

(1) «Documentos Interessantes», vol. L, pág. 93.

do outro, a costa marítima, ficavam como de fato sucedia, muito a leste do meridiano da Colônia do Sacramento. Mais do que isso: não ficavam também longe do mar. (1)

A carta enviada ao rei punha perante os seus olhos, com tôda a evidência e gravidade, o problema da soberania territorial nas regiões sulinas do Brasil. Certamente, nessa carta já figurava, como um exemplo e uma esperança, a pequena povoação de João de Magalhães.

Por muito surdos que fôssem aos brados que chegavam do Brasil, o rei e os seus conselheiros, perante o gráfico do Pe. Luís de Albuquerque e do seu colaborador, o índio tape, não poderiam deixar de compreender a ameaça que as aldeias da margem esquerda do Uruguai representavam. Neste caso a cartografia assume um papel predominante de esclarecimento e inspiração política.

Se a Colônia do Sacramento era, aos olhos dos espanhóis, um espinho cravado na garganta do Prata, as aldeias dos tape, sob o mando e o comando dos jesuítas, valiam por um cutelo enterrado no flanco do Rio Grande. A história o veio a demonstrar. Não se esqueça que as *aldeias* dos jesuítas da Província do Paraguai tinham sido o viveiro dos soldados, sempre prontos a hostilizar por tôdas as formas os portuguêses da Colônia. No dia em que essa penetração armada se estendesse, através da campanha até ao mar e estabelecesse ligação com Montevidéu — e isto patenteava o mapa — o bloco das terras do Rio de S. Pedro, que se alargavam até ao Uruguai e, porventura até Santa Catarina, correriam o risco de perder-se para a soberania portuguêsa. Já então os tape das aldeias levavam as suas correrias até aos Campos da Vacaria, entre o Pelotas e o Taquari, e aos do Baixo Jacuí, para arrebanhar os gados.

A advertência gráfica de Vahia Monteiro e do Pe. Albuquerque, é de agôsto de 1727. A 24 de março do ano seguinte o rei ordenava ao governador do Rio de Janeiro desse tôda a ajuda e favor ao carmelita Pe. Agostinho da Trindade, que se dirigia à ilha de Santa Catarina, "por pratico na dita ilha e em toda aquela costa do Rio Grande" e onde deveria esperar "os novos habitadores

---

(1) A mais oriental das aldeias dos tape, isto é, a mais próxima da costa — Santo Angelo — havia sido fundada em 1707. E as outras nos anos imediatamente anteriores. Entre 1705 e 1718, em que a Colônia estêve em mãos dos espanhóis, os jesuítas puderam, sem temor, alargar as suas estâncias de gado na direção do mar. Os historiadores jesuítas da Província do Paraguai pretendem que os limites da missão dos Tape iam até aos atuais Campos da Vacaria e à Lagoa dos Patos e que as estâncias de S. Luís e de S. Lourenço alcançavam o Baixo Jacuí. Trata-se provàvelmente mais de limites ideais que reais. V. Padre Pablo Hernandez, «Misiones de Paraguay, Organizacion Social», Barcelona, 1913, vol. I, págs. 202-203 e o mapa com que abre êsse volume.

que hão-de ir das Ilhas (dos Açôres) para se fundar a Colônia", que o rei, enfim, projetava estabelecer no Rio de S. Pedro. (1)

Frei Agostinho fôra ao reino, aliás, como procurador dos habitantes da ilha de Santa Catarina. Já então se compreendia que a *Ilha* e o *Continente* de Santa Catarina e Rio Grande pertenciam ao mesmo todo geográfico e que a posição estratégica duma em relação ao outro tornava os dois as partes complementares duma unidade política. O futuro viria provar que a Ilha tinha que ser a escala protetora do continente; e que o inimigo, quando quisesse assenhorear-se do Rio Grande, era inevitàvelmente forçado à conquista da Ilha.

Em resposta, Luís Vahia Monteiro contestou, a 3 de agôsto de 1728, que auxiliara imediatamente o Pe. Frei Agostinho, "e como V. Majestade é servido participar-me nesta ordem a utilíssima e necessária resolução que tem tomado de edificar uma colônia no Rio Grande, me é preciso pôr na sua real notícia que esta expedição se execute com a maior brevidade... porque a campanha que corre do Rio Grande até ao cêrro de S. Miguel e rio de Martim Afonso (Chuí) é de campos dilatadíssimos e povoado de muito gado vacum e, a meu ver, tem mais gado que a campanha da Colônia". E a prova disso, acrescentava êle, é que acabava de chegar ao Rio de Janeiro uma sumaca, carregada de carne e seiscentos couros, que o mestre dela trouxera daquela campanha, depois de haver entrado pela barra do Rio Grande.

Como conseguira o mestre Manoel Antônio tão importante carga? Ao que nos parece, as declarações seguintes elucidam inteiramente o problema. Informava êle que nessa campanha "andavam já cousa de 30 portuguêses e 60 castelhanos e suposto, diz, que êstes são gente criminosa em Buenos Aires, e bandoleiros, contudo serão motivo para que Castela queira alegar que aquela campanha lhe pertence por ser habitada de seus vassalos, sem embargo de se achar nos domínios de V. Majestade...".

Os 30 portuguêses que ali andavam outros não podem ser senão desertores da Colônia e alguns dos 30 companheiros com que João de Magalhães se estabelecera, em 1725, no Canal, e que pelas suas comunicações econômicas, normais, com a Laguna atraíam e utilizavam os serviços dos sessenta "bandoleiros" espanhóis, uns e outros formando um grupo de noventa gaúchos, cavaleiros e vaqueiros, em relações ora hostis, ora amigáveis, com os cavaleiros e vaqueiros das aldeias dos tape. Porque há-de entender-se que a indústria da ganadaria e respectivo comércio por mar, uma e outro iniciados pelos portuguêses da Colônia, vieram a criar o gênero de

---

(1) «Documentos Interessantes», T. L., pág. 115.

vida próprio dos primitivos habitadores das campanhas do Uruguai e do Rio Grande e, com êles, o nôvo tipo social do gaúcho, de formação tìpicamente ibérica, por luso-espanhola.

Que os trinta portuguêses se houvessem adaptado ao meio e aos usos dos pampas, mandam as leis mais elementares da biologia e da sociologia; e depreende-se daquele tráfico de carnes e de couros, explorado pelo mestre Manoel Antônio, cuja sumaca penetrara na lagoa dos Patos.

Não ficam por aqui os informes da carta de Vahia Monteiro. Continuava êle: "... e suposto que V. Majestade se acha com bastante notícias daquêle país, não posso deixar de dizer que, além da sua extensão ao longo da costa, tem sessenta léguas de largo da praia até às serras para o sertão, detrás das quais se acham situadas infinitas aldeias de índios tape, administradas pelos Padres da Companhia, castelhanos, as quais chegam já até à altura do mesmo Rio Grande, como são as aldeias de Santo Angelo, S. Lourenço, S. Miguel e S. João, as quais distam do Rio Grande, passando-se as serras, quinze dias de viagem".

Há que distinguir nestas informações as que se contam em léguas, das que se numeram por dias de viagem: as primeiras, dos portuguêses, e as segundas, dos índios tape ou de um ou mais dos "bandoleiros" espanhóis, assimilados pela cultura indígena — o que vale o mesmo.

A distância que medeia entre as serras de Cacequi e de S. Pedro, por trás das quais se encontravam as aldeias dos tape, e a costa da lagoa dos Patos, oscila por 350 a 360 quilômetros, ou sejam, as sessenta léguas das antigas, a seis quilômetros por légua. Êsse número relaciona, pois, os informes, com os portuguêses e com o Canal, que continuava, quando menos, a ser a sua base de operações. Ficamos sabendo igualmente que estas se alargavam nessa data a mais de metade do território que ia até ao rio Uruguai.

Da conversa entre os portuguêses do Canal do Rio Grande e o mestre da sumaca, resultaram, como do texto pode concluir-se, as considerações que relacionavam a extensão, o valor econômico da campanha e a circunstância de ser habitada por algumas dezenas de espanhóis, com a urgência de firmar a soberania portuguêsa sôbre o território, cuja posse a Espanha podia disputar. Portuguêses e luso-brasileiros continuavam animados pelo velho sentido fisiológico e político do espaço, patrimônio secular da grei.

Já a segunda forma de medir o espaço em dias de viagem é peculiar aos índios e, por forma mais geral, aos primitivos. Não deve andar igualmente longe da verdade, embora de padrão mais vago. Ficamos igualmente sabendo que os informes sôbre a po-

sição das aldeias se devem também e provàvelmente aos tape e talvez ao mesmo tape que traçara a "demonstração" para o Pe. Luís de Albuquerque. Com efeito, Santo Angelo, S. João, S. Lourenço e S. Miguel, formavam o grupo mais oriental das aldeias dos tape. Mas, se a longitude, em dias de viagem, deve estar certa, a latitude ("a altura") peca por um êrro que medeia entre dois e um grau e meio. A inexatidão explica-se porque das bacias do Ijuí e do Piratini, afluentes do Uruguai, sôbre que assentavam aquelas aldeias, se passava diretamente para o Jacuí, estrada natural entre aquelas aldeias e o rio S. Pedro. De tal sorte que o êrro traduzia, neste caso, melhor a realidade itinerária e econômica, do que o pudera fazer uma carta de coordenadas certas.

Mais uma vez, como tantas sucedera na história do Brasil, o português dava sentido político ao maravilhoso sentido topográfico dos índios, lavrando com os seus informes as primeiras pedras do edifício do Estado. Nessa afinidade básica e hierárquica de culturas entre aquilo que no primitivo era instinto espontâneo e no português consciência dirigida a um fim superior, residia um dos laços que uniam as duas raças e dava caráter próprio, vigor híbrido e impulso vital à formação brasileira. Até um tape das aldeias jesuítas dos espanhóis podia, sem dar-se conta, favorecer os interêsses dos luso-brasileiros porque, dum lado e doutro, se entendiam numa linguagem de raízes semelhantes.

Também a êsse tempo, ou seja entre 1725 e 1727, já Francisco de Sousa de Faria e, sobretudo, Cristóvão Pereira de Abreu, abriam a estrada que iria unir as campanhas do Rio Grande, pelo planalto catarinense, por Curitiba e S. Paulo, ao grande mercado do gado de Minas Gerais. Desde essa data, e por meio dessa estrada, o Rio Grande ligava-se ao sistema circulatório do Brasil.

Entretanto, depois da ordem de 10 de março de 1728, e da carta de Vahia Monteiro de 3 de agôsto dêsse mesmo ano, que dava cumprimento às ordens preliminares para a fundação da Colônia do Rio Grande, a iniciativa régia estaca. Por que motivo? Sabemos, sim, que em fins do ano seguinte seguiam de Portugal para o Rio de Janeiro os dois "Padres Matemáticos" cuja missão cartográfica iria exercer-se predominantemente na vasta região mineira e na costa atlântica desde Cabo Frio à Colônia do Sacramento, com solicitude acentuada, como havemos de ver, em volta do Rio Grande de S. Pedro.

Haverá qualquer espécie de ligação entre os dois fatos — resolução de povoar o Rio Grande, logo suspensa, e envio da missão cartográfica?

A carta do governador do Rio, a que tão grande atenção prestamos, punha o problema da soberania sôbre as regiões sulinas

dum Brasil em formação, sugerindo tôdas as possibilidades de atrito com a Espanha, quer por via dos sessenta espanhóis que já então circulavam pela vasta campanha, quer das aldeias dos tape, cujas atividades pecuárias se estendiam por vêzes até às proximidades do mar.

Ora, a política de D. João V e do seu govêrno foi sempre a de promover e proteger a expansão territorial do Brasil, mas evitando, quanto possível, ocasiões de conflito aberto com a Espanha. Ora, quando em fins de 1728 chegou a Lisboa a carta de Vahia Monteiro, estavam para alcançar o têrmo acontecimentos que marcavam um período de *detente* e *entente*, entre as duas Coroas, por motivo dos últimos desposórios dos príncipes de Portugal e Espanha com as infantas de Espanha e Portugal.

A troca das princesas realizava-se no Caia, a 19 de janeiro de 1729; mas as negociações dos contratos, que se arrastavam desde 1725, tornaram evidente, da parte do govêrno de Madri, uma intransigência tão obstinada quanto à cedência da margem setentrional do estuário platino, que aconselhavam ao de Lisboa não só prudência, mas o esclarecimento científico do problema. Eis, a nosso ver, as duas razões que levaram o Rei a deter, mas de forma alguma a abandonar, o projeto de colonização do Rio Grande do Sul.

Nas *Instruções*, dadas ao velho e experimentado diplomata, José da Cunha Brochado, a 24 de maio de 1725, quando foi por plenipotenciário a Madri, para negociar, em companhia de Antônio Guedes Pereira, a proposta duma Liga e dos recíprocos casamentos, punha-se como condição prévia a resolver a questão do Território e Colônia do Sacramento. (1)

Mas as primeiras tentativas do plenipotenciário português junto do Marquês de Grimaldi, negociador espanhol, foram com veemência rejeitadas. Chegaram a inverter-se os papéis e Grimaldi a exigir, para continuação das negociações, que se resolvesse a irritante questão a contento da Espanha, pela cedência da Colônia.

O próprio Cunha Brochado acreditava que mais cedo ou mais tarde seria forçoso largar a Colônia — "e não temos mais remédio que... largar a Colônia que não vale nada e não tem utilidade e serventia mais que para dar-nos desgostos, e tarde ou cedo hão-de tomá-la..." e alvitrava que melhor seria cedê-la agora, como um ato de magnanimidade do rei, a título de dote à filha, do que perdê-la mais tarde inglòriamente. (2)

---

(1) V. Jaime Cortesão, «Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri», parte III, t. I, doc. nº XXIX.

(2) *Ibidem*, doc. nº XXXI.

Se o velho e sagaz diplomata antevia que no futuro haveria que largar a Colônia, pois melhor do que ninguém experimentou a inabalável resistência do govêrno de Madri, carecia, por outro lado, de visão política, quando sugeria que se abandonasse gratuitamente. Bem ao invés pensava o rei. A acreditarmos no testemunho de Cunha Brochado, e tudo leva a crer que seja verdadeiro, ninguém em Lisboa se opunha mais que D. João V à cedência da Colônia, e com ela, da soberania sôbre a margem setentrional do Prata. Em carta para D. Luís da Cunha, de 18 de agôsto dêsse mesmo ano, escrevia estas palavras, que fazem honra ao monarca: "... mandamos em 9 dêste mês um expresso à nossa Côrte e é já o oitavo em mês e meio de negociações. Demos conta de que o Marquês de Grimaldi não queria ajustar os casamentos, nem falar nêles, sem que El-Rei, nosso Amo, prometesse pagar os navios ou em sua compensação largasse a Colônia... Não sabemos o que S. Majestade resolverá, porém, julgando a resposta pelos antecedentes, tudo está perdido. Todos êstes expressos não são mais que por *esta negra Colônia, porque S. Majestade fêz um ponto de Estado e de honra de conseguir as terras de tôda a costa setentrional da Ribeira da Prata*. (O sublinhado é nosso)... Tôdas estas coisas se examinam e discutem por S. Majestade; a sua alta compreensão as dirige e as manda executar; e nosso amigo Diogo de Mendonça assina fielmente o que lhe mandam escrever". (1)

Nada mais claro. Quem sôbre esta matéria tudo dirigia e mandava executar, era o monarca. O Secretário de Estado Diogo de Mendonça, mais não fazia do que obedecer e, ao que parece depreender-se, contrariado. A conservação da Colônia tornara-se para D. João V "um ponto de Estado e de honra", um dêstes objetivos em que o dever e o interêsse nacional inexoràvelmente se fundiam.

Mas em plena e jubilosa fase de *entente* entre as duas côrtes, não convinha a D. João V dar os primeiros motivos de inquietação e discórdia. Se o problema da Colônia persistia e, como conseqüência, mais do que nunca, o da soberania nacional sôbre as campanhas do Rio de S. Pedro, havia que buscar com extrema prudência e habilidade a sua solução. E esta foi, a nosso ver, uma das razões fundamentais que levaram D. João V a enviar ao Brasil, em 1729, os dois Padres Matemáticos em missão cartográfica.

Há que pensar em têrmos geográficos o problema dos limites das duas nações ibéricas na América. Ou Portugal conseguia reter a Colônia, ou não. Para retê-la e com ela a posse ininter-

---

(1) Publicada por CAETANO BEIRÃO em «Cartas da Rainha Mariana Vitória para a sua família de Espanha». Lisboa, 1936, págs. 306-307.

rupta das terras que se estendiam do estuário platino até ao continente de Santa Catarina, indispensável era expulsar os espanhóis de Montevidéu e, ainda neste caso, permanecia o problema dos limites a oeste da Colônia. Nas *Instruções* entregues ao Plenipotenciário José da Cunha Brochado, quando foi ajustar a Madri o contrato dos casamentos recíprocos dos príncipes, recomendava-se expressamente: "... e como no sobredito Território se inclui Montevidéu, deveis solicitar que El-Rei Católico mande expedir as ordens necessárias ao Governador de Buenos Aires para que retire a gente que ainda ocupa injustamente aquêle sítio". Nas mesmas *Instruções* rejeitava-se com energia a interpretação dada pelo govêrno de Madri à palavra Território, mas aceitava-se "que só da Colônia para a parte do ocidente é que se há-de limitar o distrito dela até ao tiro de canhão da sua fortaleza, porque da dita fortaleza para a mesma parte começa o Território da Coroa de Castela". Nesse mesmo documento o rei e os seus ministros insinuavam que a raia meridiana começava imediatamente após a Colônia, para oeste: "... pois é sem dúvida que tôda a controvérsia entre os referidos geógrafos das duas Coroas era sòmente se a linha imaginária da divisão dos domínios duma e outra Coroa para aquela parte chegava até à Colônia ou não; e esta controvérsia foi a que se compôs amigàvelmente pelos referidos tratados, e assim já cessa a controvérsia dos geógrafos, caso pudesse ter lugar".

Assim pensava o Secretário de Estado, Diogo de Mendonça Côrte Real, a ajuizar pela dissertação que em 1722 fizera para uso de D. Luís da Cunha e do Conde de Tarouca, com o título de "Demonstracion convincente de la extension del Territorio, em que está situada la Colonia del Sacramento". Depois de muitas considerações, concluia êle: "... y como queda probado que el dominio de la corona de Portugal llega sin interrupcion hasta la Colonia del Sacramento, es sin duda que el linde o confin del dominio de la Corona de Portugal debe ser, por lo menos, el meridiano que comprehende dicha Colonia ...". (1)

Sabido que já então a expansão bandeirante atingira o Alto-Paraguai, depreende-se que em Lisboa se pensava, e com razão, que o meridiano da Colônia abrangia a região aurífera de Cuiabá na zona da soberania portuguêsa. Êste era o conceito ideal dos limites do Brasil com a América Espanhola, a cuja realização aspiravam os governantes portuguêses.

Conceito ideal, mas — note-se bem — referido sempre a uma linha imaginária, cujo traçado importava fixar sôbre o terreno; e ninguém se podia iludir sôbre as dificuldades da gigantesca tarefa.

---

(1) V. Jaime Cortesão, *Ibidem*, doc. XLIII.

Tampouco ninguém podia esperar que a Espanha aceitasse que a linha de Tordesilhas, conforme o parecer dos geógrafos portuguêses, em 1681, passasse a oeste da Colônia, sem nova discussão e parecer de geógrafos e matemáticos, na mesma época em que se proclamava e experimentava, em França, a possibilidade de situar com exatidão uma linha meridiana, em relação a outra, sôbre o globo terrestre·

Urgia, pois, saber por onde passava a linha de Tordesilhas. A expansão para oeste acentuava-se dia a dia. Dos dois contendores, aquêle que se antecipasse ao outro no conhecimento seguro de alguns dos pontos cruciais por onde passava a linha tordesilhana, como fôsse em relação ao estuário do Prata, à faixa aurífera leste-oeste e ao delta do Amazonas, poderia ter sôbre o outro decidida vantagem.

Êste foi o lucidíssimo golpe de vista de D. João V preparando, desde 1722, a missão cartográfica dos Padres Matemáticos ao Brasil. Previu com segurança. Estabeleceu as condições prévias para que Alexandre de Gusmão, certo de que era indispensável fazer tábua raza do Tratado de Tordesilhas, concebesse a nova estratégia do *uti possidetis* e dos limites naturais.

Mas, se êstes fatos obedeceram a causas internas, em relação ao Brasil, outras de ordem externa e cultural as motivaram. Delas nos vamos ocupar.

RENASCIMENTO DA CULTURA GEOGRÁFICA E CARTOGRÁFICA EM PORTUGAL

Antes de nos referirmos pròpriamente à missão dos Padres Matemáticos no Brasil, convém lembrar e dar o devido realce a um fato que, pela sua importância, serve de introdução ao renascimento da cartografia em Portugal.

Durante a segunda metade do século de Seiscentos e o primeiro quartel do seguinte, ou seja, precisamente até 1722, a escola portuguêsa de cartografia decaiu visìvelmente. Assinala-se, é certo, por fatos isolados, esporádicos, individuais, por vêzes de um grande interêsse, mas sem a integração numa escola científica. Porventura, o mais interessante dêsses casos é o de certo cartógrafo, a que nos vamos referir.

Manoel Gonçalves de Aguiar, a quem Afonso Taunay dedicou largo estudo (1), foi armador e ocupou postos importantes, na armada real e no exército de terra no Brasil. Entre 1698 e 1702, servia como comandante de fragata no transporte do ouro dos quintos de S. Paulo para o Rio de Janeiro, e de provimentos desde

(1) V. «Anais do Museu Paulista», t. VII, 1936, págs. 591-652.

êste último pôrto para a Colônia do Sacramento. No ano seguinte recebia a patente de capitão-de-mar-e-guerra da fragata "S. José" para voltar a desempenhar novas e importantes comissões a Bahia e a Pernambuco.

Em fevereiro de 1711, era encarregado pelo governador do Rio de Janeiro, Francisco de Castro Morais, de ir ao litoral sul para verificar se existiam condições favoráveis à fundação duma nova povoação na enseada das Garoupas. Nessa ocasião fêz alguns mapas de portos da costa, o que lhe valeu nova e importante comissão, que realizou entre novembro de 1714 e agôsto do ano seguinte de 1715.

Ao governador do Rio de Janeiro, Francisco de Tavora, ordenara D. João V que encarregasse um oficial capaz de cursar a costa desde Santos até a Laguna para examinar as possibilidades de se fundarem novas vilas até ao Rio Grande do Sul. Para essa nova emprêsa foi escolhido Manoel Gonçalves de Aguiar, que durante nove meses percorreu e policiou todos os portos até a Laguna; fêz sondagens e outras observações hidrográficas; inquiriu os moradores das povoações já existentes; e pôde traçar o mapa geral da costa e um atlas com as plantas das baías e portos desde Santos à Laguna, tendo prestado, segundo o parecer do governador do Rio de Janeiro, excelente conta do recado.

Ainda que singular, êsse fato integra-se profundamente na corrente da colonização da costa brasileira, de S. Vicente para o sul.

Como é sabido, pertence a Francisco Dias Velho e a Domingos de Brito Peixoto a parte principal nos primeiros esforços para a colonização da ilha de Santa Catarina e, mais ao sul, da Laguna; e é Afonso Taunay a observar: "Julgamos, porém, que a instigação colonizadora, tanto a Dias Velho como a Brito Peixoto, haja emanado diretamente da Coroa. Preparava Portugal, com o maior mistério e a maior tenacidade, o assentamento dos seus domínios à margem setentrional do Prata. E para tanto constituía a ilha de Santa Catarina excelente base de operações. Fundada a colônia do Sacramento em 1680, tomada mas retomada, era o estabelecimento do outro núcleo português ainda mais ao sul, emprêsa sobremodo encarecível".

De tôda a costa brasileira, apenas, a essa data, do longo trecho que mediava entre Santos e a Colônia do Sacramento não existiam roteiro minucioso de pilôto ou navegante experimentado e cartas de todos os portos dêsse vasto litoral, que uma navegação diuturna reclamava.

As necessidades de segurança do comércio marítimo, que fôra tão intenso, e dos produtos da indústria ganadeira, entre a colônia

do Sacramento e o Rio de Janeiro, tornavam indispensáveis a elaboração de novos mapas e roteiros. Às vésperas da assinatura do Tratado de Utrecht, e volvidos dez anos de interrupção naquele movimento de tráfico, mandava a prudência reatar a corrente do povoamento e renovar o conhecimento das condições da navegação. Lógica aparência. Do pôrto de Santos e da capitania vicentina, berço do bandeirismo, havia de partir o homem oficialmente encarregado daquela emprêsa, que exigia larga experiência de navegação e qualidades singulares de observação e expressão gráfica.

Tamanho foi o êxito da exploração do velho lôbo do mar que o governador do Rio de Janeiro o encarregou de continuar os seus trabalhos, fazendo as cartas hidrográficas dos portos de Santos até ao Rio, nova missão de que Manuel Gonçalves de Aguiar se desempenhou com igual eficácia.

Conhecem-se dêle as "Notícias Práticas da Costa, Povoações do Mar do Sul e resposta que deu o sargento-mor da Praça de Santos, Manuel Gonçalves de Aguiar, às perguntas que lhe fêz o governador e capitão-general do Estado do Rio de Janeiro e capitanias do Sul, Antonio de Brito e Meneses, sôbre a costa e povoações do mesmo nome". Respostas a um longo questionário foram incorporadas pelo Padre Diogo Soares à coleção de documentos do mesmo gênero, que reuniu em vários pontos do Brasil, e que puderam por isso salvar-se, tendo sido publicadas por Rodolfo Garcia nas suas notas "História Geral do Brasil", de Varnhagen.

Datam "as Notícias" de agôsto de 1721, e nelas declarava o hidrógrafo santista: "Da Laguna até à cidade do Rio de Janeiro vi, corri, examinei e sondei em pessoa, e do Rio Grande e sua campanha até dentro de Buenos Aires me informei de pessoas fidedignas, que cursaram tôdas aquelas campanhas muitos anos". Da parte que examinou em pessoa e da restante fêz um mapa geral e as cartas hidrográficas parciais.

Com desencanto perguntou Afonso Taunay: "Que fim terá levado o circunstanciado mapa da nossa costa, que tanto gabava Francisco de Tavora e de que tanto se ufanava o nosso Gonçalves Aguiar?"

E o mesmo eminente historiador responde: "Desapareceu, muito possìvelmente, assim se perdendo excelente depoimento sôbre o nosso povoamento litorâneo nos primeiros lustros do século XVIII".

Àquela pergunta podemos hoje dar outra resposta. Do mapa geral da costa, cartografada por Gonçalves Aguiar, continuamos a ignorar o paradeiro. Mas tivemos a fortuna de descobrir há pouco tempo, a "Demonstração da costa desde Buenos Aires até à vila

de Santos", ou seja, o atlas com dez cartas hidrográficas dos portos compreendidos entre aquêles limites e traçadas pelo grande marinheiro santista. (*)

Podemos também acrescentar que essas cartas tiveram grande préstimo, pelo menos até aos fins do século XVIII, pois conhecemos um outro atlas dessa data em que se reproduzem tôdas aquelas cartas e mais as plantas hidrográficas dos portos entre Santos e Rio de Janeiro, obedecendo tôdas ao mesmo estilo e traçado de Gonçalves de Aguiar. A êste segundo atlas acompanha um minucioso roteiro, cujas identidades com as "Notícias práticas" nos levam a crer que sejam igualmente do mesmo autor.

As cartas ou mais exatamente "demonstrações", conforme a designação do autor, têm um caráter primitivo, empírico, de pura estimativa. As terras ou portos figurados não se enquadram em coordenadas. Singularmente e, por exceção, se indica alguma latitude, como acontece com a de Santos, sôbre cuja ilha se lê: "Está em 24°". As povoações e as fortalezas são desenhadas por esquemas convencionais; marcam-se os fundos com os números de braças da sondagem, os fundeadores com a âncora; e fornecem-se as distâncias com uma escala de léguas. O conjunto das cartas representa muito mais obra de instinto apuradíssimo do que aplicação metódica da ciência respectiva.

Junto apresentamos a "Demonstração da Costa desde a Conceição athe a Barra da Bretioga", que dá uma idéia do pitoresco primitivismo dessas cartas, caráter que as côres acentuam no original, fazendo do pequeno atlas um precioso monumento histórico. (**)

Para levar-se a cabo a obra da definição geográfica do Brasil, não bastava esta vocação e realizações espontâneas. Tôda uma renovação científica era necessária. Ao estudo dissertado vamos dedicar êste capítulo, começando por fazer ressaltar a faísca, permita-se a expressão, que permitiu que a obra de conjunto nascesse das várias condições até aqui apontadas.

A 27 de novembro de 1720, Guillaume Delisle, "Primeiro Geógrafo do Rei", leu perante à Academia Real das Ciências de Paris uma notabilíssima dissertação com o título de "Determination géographique de la situation et de l'étendue des différentes parties de la Terre". Esta obra, que marca época na história da geografia, representava a primeira e gigantesca tentativa para remodelar tôda a carta da Terra, reunindo num só mapa as modificações de posição, obtidas com as longitudes observadas por meios astronômicos, desde a observação do eclipse da Lua de 23 de setembro de 1517, na

(*) (**) NOTA — Não foi possível localizar o atlas. I.A.

América e na Europa, até às dos eclipses dos satélites de Júpiter, que numerosos astrônomos, havia meio século, observavam nos quatro grandes continentes. Embora resultado dos esforços fragmentários de vários homens de ciência em anos e lugares diferentes, não deixava de ser o primeiro trabalho no gênero, alargado a todo o planêta. Diga-se também que a idéia de aplicar ao planisfério a observação das longitudes pelos eclipses dos satélites de Júpiter fôra sugerida ao geógrafo pelo astrônomo italiano, naturalizado francês, Jean-Dominique Cassini, que teve sôbre a sua formação uma grande e benéfica influência.

É nossa intenção assinalar apenas as conclusões da Dissertação de Delisle sôbre a interconfiguração da África, em especial do arquipélago de Cabo Verde, e da América do Sul. Relembre-se, todavia, como exemplo ilustrativo dos notáveis resultados dêsse método, no que respeita a outras partes do mundo, que data dêsse trabalho a redução, com aproximação notável, do comprimento do Mediterrâneo a 41° 30', em vez dos 56°, que lhe emprestavam as cartas anteriores. Malgrado os esforços que o precederam e que Delisle aproveitou, eram muito reduzidas em número as longitudes observadas nas Américas: nove para a do Norte e a Central, e duas para a do Sul. Chamamos a atenção para êstes números. As últimas dessas latitudes situavam Caiena, com êrro grande, e a ilha de Antonio Vaz (Recife), com aproximação razoável para a época.

Conhecida a longitude observada de Cabo Verde, e servindo-se dos roteiros comuns, Delisle calculava a posição da ponta ocidental da ilha de Santo Antão em 27° 40' 0. de Paris, por conseqüência, com êrro de cêrca de 10 minutos por escassez, muito ligeiro para a época.

Quanto ao cabo de Santo Agostinho, a que se refere, sem o nomear, utilizava as duas observações feitas por Marcgraf dos eclipses da lua de 21 de dezembro de 1638 e 14 de abril de 1642, na ilha de Antônio Vaz, as quais comparava com observações idênticas feitas em Paris, para concluir com a longitude de 36° 20' 0. de Paris, cincando nêste caso por um êrro de 40 minutos também por escassez.

Mediavam, pois, segundo cálculos novos e sòlidamente baseados, 8° 40' entre a ilha de Santo Antão e o cabo de Santo Agostinho, grave revelação, pois nas cartas portuguêsas, por via de regra, êsses dois acidentes figuravam separados por três, dois graus e menos ainda. Tratava-se, não nos cansaremos de repeti-lo, muito mais duma fraude que dum êrro. Desviando sistemàticamente para leste o continente, a cartografia portuguêsa, oficialmente dirigida, situava ao oriente do meridiano de Tordesilhas vastís-

simos territórios, que, na realidade, ficavam a ocidente, isto é, dentro do hemisfério espanhol.

Obra revolucionária, a carta de Delisle vinha descobrir e denunciar aquela transferência de soberania. Postos os têrmos em função de estrita geografia matemática, o perigo não era grande, pois só os iniciados nos problemas da cartografia dariam pelo inveterado êrro; e a essa data os mais interessados em descobri-lo, ou seja, os espanhóis, haviam, à semelhança dos portuguêses, perdido a primazia na cultura geográfica e o interêsse por aquela espécie de questões.

Mas, além de corrigir os erros de posição, Guillaume Delisle denunciava abertamente as conseqüências políticas respectivas. Depois de fixar a posição do arquipélago de Cabo Verde, o geógrafo do Rei de França apressava-se a declarar:

"On peut fixer par là la fameuse Ligne de Démarcation que le Pape Alexandre VI avait établie par une Bulle donnée em 1493 pour servir de limite commune entre les Espagnols et les Portugais, car elle devait passer 370 lieues à l'Ouest de l'Isle Saint Antoine, la plus occidentale de celles du Cap Vert, ce qui l'établit au 330^{me} degré, selon nos observations", isto é, em têrmos atuais, a 50° long. O. de Paris.

Ainda em nossos dias muitos historiadores cometem o mesmo êrro que Delisle de confundir o Tratado de Tordesilhas, que traçou o meridiano a 370 léguas do arquipélago de Cabo Verde, com a Bula pontifícia, que reduzia a distância a 100 e a partir, conjuntamente, daquele arquipélago e dos Açôres. No mais, o cálculo não se afastava muito da realidade. Apenas, como as longitudes de Santo Antão e do cabo de Santo Agostinho pecavam por escassez, a longitude assinalada por Delisle favorecia ainda os portuguêses. É o que se conclui da carta que acompanhava a sua memória.

Devemos observar que a falta de longitudes observadas para a parte da costa americana ao sul do equador, assim como a cartografia portuguêsa adrede viciada, forçavam o geógrafo francês a erros maiores. Dêste modo calculava êle a diferença de longitudes entre o cabo de Santo Agostinho e o de Santa Maria em dezessete graus, quando é superior a vinte, êrro por escassez, que beneficiava igualmente a soberania portuguêsa e se refletia no seu mapa, onde o meridiano de Tordesilhas, a que chama de Alexandre VI, passa pelo Rio Grande de S. Pedro. Ainda assim, êle concluia que aquêle cabo excedia três ou quatro graus para oeste a linha de demarcação; e que, por conseqüência, muito menos

a Colônia do Sacramento, ainda mais ocidental, caía na partilha dos portuguêses. E acrescentava:

"C'est encore plus mal-à-propos que les Portugais nous ont cité la même Bulle d'Alexandre VI, dans le temps des différences que nous avons eu avec eux pour la possession du Cap du Nord à l'entrée de la Rivière des Amazones", que situava 3 graus e 20 minutos a ocidente dessa linha.

Ao contrário, pelo que respeita ao arquipélago das Molucas entendia Delisle que entrava amplamente na zona de soberania portuguêsa, pois o situava 7 graus ao ocidente do célebre meridiano, "ainda que as cartas ordinárias, acrescentava êle, dêem ganho da causa aos espanhóis por 14 graus".

Era a primeira vez que uma assembléia científica, tão autorizada como a Academia das Ciências de Paris, pronunciava, por modo tão pouco discutível e com afetada isenção, uma sentença sôbre o velho pleito geográfico-político. A famosa Dissertação de Delisle não podia deixar de impressionar vivamente D. João V e os seus ministros, apenas a conhecessem.

Se é verdade que o geógrafo e os dirigentes portuguêses não ignoravam que a Colônia do Sacramento muito difìcilmente poderia cair dentro do hemisfério da soberania portuguêsa, delimitada em Tordesilhas, o caso permanecera até então indeciso, por falta de método científico, capaz de esclarecê-lo, sem evasiva possível.

O incidente tornara-se tanto mais alarmante e molesto, quanto partia duma nação estranha ao pleito a sentença que parecia dirimi-lo por forma incontroversa e mercê duma supremacia de cultura geográfica e cartográfica, que noutros tempos pertencera aos portuguêses. O Rei e os seus ministros haviam de doer-se, com surprêsa, da carência e do atraso da nação.

Lida a Dissertação, a 27 de novembro de 1720, só em 1722 foi publicada nas Memórias da Academia. Esta demora e a dificuldade em obter informações seguras explicam a tardia comunicação de D. Luís da Cunha ao seu govêrno. Êste, com efeito, só a 9 de março de 1721, participava ao Secretário de Estado que Delisle lera, e se aprovara na Academia uma Dissertação, "onde se assenta que injustamente possuimos as Terras do Cabo do Norte e a Colônia do Sacramento, sem embargo de nos dar as ilhas Molucas".

A 25 do mesmo mês e ano, respondia o Secretário de Estado, Diogo de Mendonça Côrte Real, transmitindo a D. Luís da Cunha a ordem do Rei que "se queixe ao Regente (Duque de Orleans) de que êste autor assente em uma cousa falsa e que suscite uma disputa, que está determinada por tratados solenes entre esta Coroa

e a de Castela e assim verá V.S. que meio pode haver para que se retrate daquela opinião o que será menos dificultoso, se o livro ainda não estiver impresso".

Nem D. Luís da Cunha, nem o Rei haviam lido ainda a Dissertação. Daí a confusão, que se faz entre uma realidade geográfica, averiguada, em têrmos matemáticos, sôbre a partilha de Tordesilhas, e a letra do Tratado de Utrecht que não invocava aquêle convênio. A falta de saúde do Embaixador não lhe permitiu cumprir antes de 9 de maio as ordens recebidas. Nessa data, D. Luís da Cunha escrevia ao arcebispo de Cambray, enviando-lhe cópia das duas passagens incriminadas, da Dissertação e ponderava:

"Et comme pour établir son nouveau sisthème, contraire à celui de tants de Grands Géographes, il n'a pas besoin d'en venir à ce que les Traités ont decidé, je suis très persuadé que V. Ex., conformement à ce qu'elle a eu la bonté de me dire ordonnera au S.r Delisle de rayer de sa dite Dissertation, en cas qu'il la veuille faire imprimer, les passages dont il est question".

A 12 dêste mês, D. Luís da Cunha enviava cópia desta carta a Diogo de Mendonça e participava que falara prèviamente com o arcebispo de Cambray, o qual lhe pedira "que lhe mandasse a cópia do que êle dizia a respeito da Colônia do Sacramento e das Terras do Cabo do Norte para ordenar ao dito Delisle que riscasse ou não imprimisse a dita Dissertação". Satisfeito o pedido, o arcebispo confirmou a promessa anterior.

O leitor atento terá observado que D. Luís da Cunha prudentemente distingue no seu pedido, entre o "nôvo sistema", do qual observa apenas ser contrário a tantos grandes geógrafos, e as ilações de ordem política tiradas pelo geógrafo e que êle acha perfeitamente dispensáveis, pois reacendem questões já decididas por tratados.

Interferências de autoridades espanholas cêrca da fronteira com a França, violando, o que não era raro, a correspondência diplomática, impediram que a primeira cópia da Dissertação alcançasse Lisboa. O Monarca e o Secretário de Estado mostravam-se impacientes. A 27 de outubro, D. Luís afirmava que enviara a cópia; e, quanto às ordens recebidas, distinguia entre a que lhe mandava procurar que Delisle se retratasse das suas conclusões científicas e a de que não se imprimisse a dita Dissertação. E com acêrto concluia: "... não sendo praticável que um homem que havia pronunciado aquêle discurso na Academia se desdissesse sem que o convencessem, pratiquei a segunda parte da ordem, falando

ao Cardeal para que se não imprimisse; e assim m'o prometeu e executou..."

Em carta de 11 de novembro para o Secretário de Estado, D. Luís da Cunha completava o seu pensamento e tirava a luminosa conclusão que sugeria, só por si, uma nova política:

"Remeto a V.S. a cópia da Dissertação, que fêz M. Delisle, fundado nas novas observações astronômicas que tem feito; de maneira que para o convencer seria necessário termos feito algumas observações mais modernas que as alegadas, e, no caso contrário, não seria de parecer que se procurasse impugnar a opinião do Geógrafo de que nem a côrte de Espanha nem esta (de França) se podem servir contra o que está estipulado no Tratado, e, quando fôsse possível fazê-lo, então seria preciso mostrar o contrário".

Nada de respostas vagas: façam-se novas observações de longitudes, por meios astronômicos, se há capacidade para tanto. Nada também de alarmes infundados: os Tratados de Utrecht com a França e a Espanha não assentavam, por forma alguma, na base de Tordesilhas.

Mas é certo que o embaixador ignorava então que a expansão bandeirante se alargara por tal e tão súbita forma para oeste, que àquela data estava em pleno desenvolvimento uma nova abalada humana em direção ao *placer* de Cuiabá, na região do Alto Paraguai, e fora do âmbito da soberania portuguêsa, até então imaginado pelas interpretações do Tratado de Tordesilhas. O problema das longitudes renascia, sob nôvo e mais grave aspeto.

Finalmente, a 20 de dezembro dêsse mesmo ano de 1721, o Secretário de Estado acusava a recepção da cópia ansiosamente esperada. D. João V lera e meditara as razões de Delisle. E Diogo de Mendonça punha o ponto final na questão diplomática: "... o que V.S. aponta sôbre êste particular é tão judicioso que S. Majestade se conformou com o seu parecer..." (1) Quer dizer: D. João V convenceu-se, e por mais sólidas razões de que, para obviar a futuras alegações do govêrno espanhol, fundadas na situação do meridiano de Tordesilhas, era indispensável renovar, por meio de novos métodos e, em especial da cultura astronômica, a cartografia portuguêsa e dar base científica à sua diplomacia.

Os fatos, que vamos relatar, encadeiam-se tão lògicamente entre si e com a publicação da Dissertação de Delisle, que não temos a menor dúvida em atribuir-lhe as funções de ponto de partida e agente que desperta e desencadeia energias adormecidas.

---

(1) Desta correspondência, publicam-se as cartas mais notáveis em «Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri»; *Antecedentes*, t. I, doc. n.os XXVI, XXXIX, XL e XLII.

O Rei e as classes cultas acordam para o estudo da geografia, da cartografia e, por conseqüência, também da astronomia. Que os problemas de soberania, a que aludimos, e o desejo de afirmá-la sôbre novos, vastos e ricos territórios, estejam na base dêsse renascimento, é mais que certo. Mas a Dissertação de Delisle foi o sinal de alerta. Chamou a velha nação descobridora à consciência das responsabilidades do seu passado. Em sessão da Academia Real da História Portuguêsa, de 9 de outubro de 1721, em pleno alarme das afirmações de ordem científica levantadas por Delisle, Manoel de Azevedo Fortes, o Engenheiro-Mor, que vai ser a alma e a voz do renascimento cartográfico, denunciava, aliás sem razão, aos demais acadêmicos, que Portugal era o único reino da Europa, "que se acha sem cartas particulares (topográficas), sendo o primeiro que a todos os mais ensinou a geografia e a navegação".

Lembrava que a aplicação do astrolábio às necessidades da navegação se devia aos portuguêses: que "Pedro Nunes inventara o anel com graduação, que todos preferem ao astrolábio"; que a maior parte dos autores atribuía ao Infante D. Henrique "o invento das primeiras cartas de navegar, e graus iguais em meridianos e paralelos" e que, por conseqüência, se podia esperar "que os engenheiros portuguêses, reatando aquela gloriosa tradição, fizessem com a maior exacção possível as cartas particulares dêste reino, a que poderá contribuir o tratado", que êle já tinha escrito e que esperava entregar em breve à Academia.

O primeiro que responde às advertências de Delisle e ao apêlo de Azevedo Fortes é o próprio Rei. Antes que o Engenheiro-Mor houvesse pronunciado aquelas palavras, já D. João V encomendara a D. Luís da Cunha os atlas de Delisle. A 30 de setembro dêste ano, o Secretário de Estado escrevia ao Embaixador: "suponho que V.S. remeteu os atlas de M. Delisle para S.M., que me havia ordenado soubesse de S. Senhoria se poderia descobrir o que El-Rei de França costumava dar aos estrangeiros que lhe faziam semelhante oferta". (1)

A 27 de outubro, D. Luís da Cunha confessava: "Não há dúvida que remeti os atlas de M. Delisle; mas é de advertir que esta coleção que êle fêz de mapas seus e alheios, de que formou 7 volumes para S. Majestade, foi com preço feito como também os mais ornamentos, o que tudo lhe paguei e S. Majestade tem pago com larga mão..." E insinuava a seguir que o Rei poderia utilizar os serviços dum geógrafo tão sábio: "nem êle espera outra

(1) V. J. CORTESÃO, «Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri», *Antecedentes*, t. I, doc. nº XXXIX.

gratidão mais que a de se fazer conhecido, em caso de que o dito Senhor queira dêle outra coisa que pertença à sua ciência, porque passa hoje pelo melhor e mais exato geógrafo de França...". (1)

A insinuação a valer-se de geógrafos estrangeiros não seria em vão. Mas o Rei pensaria, e com razão, que era necessário chamar, com certa prudência, o geógrafo francês a colaborar na obra do renascimento da cultura geográfica em Portugal.

Dessa mesma época se conhece outra encomenda dum grande atlas flamengo em 120 volumes, pago pelo Conde de Tarouca, ministro na Haia, a pedido do monarca. Mas D. João V não se interessava apenas pelos grandes atlas, nem o seu interêsse foi, como havemos de ver, meramente contemplativo. A 17 de março de 1722, o Secretário de Estado escrevia a D. Luís da Cunha, pedindo-lhe para remeter certo mapa do Mar Cáspio, traçado certamente por Delisle, pois acrescenta: "como tambem a dissertação de M. Delisle com o mapa e os preceitos que êle deu a seu Irmão".

De maior interêsse se nos afigura a passagem seguinte: "e se êle (o geógrafo francês) se quiser corresponder com o nosso cosmógrafo seria muito útil a ambos". D. João V, tendo começado a perceber o isolamento asfixiante em que vivia a cultura em Portugal e o desconhecimento das fontes portuguêsas em França e no resto da Europa culta, procurava aproximar os dois "Primeiros geógrafos", o francês e o português. Essa aproximação cultural veio a dar-se por meios vários.

Em 30 de março já o Rei havia recebido a carta do Mar Cáspio e no mês seguinte esperava também pelo "grande mapa do Mar Cáspio". Nesse mesmo mês e ano, o Secretário de Estado refere-se a novos atlas comprados pelo Conde de Tarouca, a quem transmite, em nome do Rei, o pedido de lhe mandar fazer "uma boa encadernação". E duma carta do ano seguinte, de 14 de abril de 1723, de Diogo de Mendonça para o mesmo Conde de Tarouca, se depreende que D. João V, auxiliado pelos seus representantes no estrangeiro, procurava remediar o desconhecimento das fontes portuguêsas em mapas holandeses: "Muito do agrado de S. Majestade será ver remediada a falta do atlas, e fia do cuidado e curiosidade V.S. que o faça pôr em ordem, e deixa ao arbítrio de V.S. o método e acrescentamento e veremos o que cá se pode achar para se poder remeter a V. Senhoria". (2)

---

(1) Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo (Lisboa). Coleção de 60 vol. de correspondência diplomática, vol. 16, fls. inums.

(2) As cartas de Diogo de Mendonça, que nos estão servindo de referência, encontram-se no Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo (Lisboa), *Correspondência das caixas, Legações Portuguêsas, França, políticos avulsos*, nº 5, fls. 113 v. — 114v., — 127-128, 135, 230.

Não nos propomos fazer uma investigação exaustiva sôbre tôdas as aquisições de caráter cartográfico ordenadas por D. João V. Pretendemos apenas seguir a reviravolta operada no seu ânimo, nos anos imediatamente seguintes às revelações de Delisle. Mas, se acrescentarmos que D. João V não podia deixar de possuir os 62 volumes de *La Galerie Agréable du Monde*, um dos quais lhe era dedicado, e na qual figuravam, além de gravuras de vários temas, uma grande cópia de mapas de todo o mundo, podemos ter uma idéia de quanto era rica a Mapoteca Real e quanto o monarca se esforçava por enriquecê-la.

Enquanto D. João V criava com zêlo a sua coleção cartográfica, davam-se no mesmo ano de 1722 dois fatos bem mais importantes, mas que obedecem ao mesmo impulso de renascimento das ciências geográfica e cartográfica. Já a 27 de maio de 1721, Manoel de Azevedo Fortes, o Engenheiro-mor, em vista da carência duma boa carta de Portugal, anunciava à Academia Real de História que se propunha organizar e fazer traçar "uma tão exata, como o pede a verdade da história. . . e que para êsse efeito intentava ocupar os engenheiros, que há mais capazes nas províncias e estava compondo um método de se fazerem os mapas com toda a clareza e distinção", e que em breve contava entregar ao Secretário, para exame dos censores. A 9 de outubro de 1721, comunicava que terminara o seu trabalho, embora não pudesse entregá-lo imediatamente; e a 29 de janeiro seguinte acrescentava que já fôra entregue, frisando duma e doutra vez que êle principalmente se destinava "a facilitar aos engenheiros esta laboriosa obra".

Certamente, por êsse motivo, nesse ano de 1722, imprimia-se em volume à parte, fora dos grossos tomos dos "Documentos e Memórias da Academia", o *Tratado do modo mais fácil e exato de fazer as cartas geográficas, assim de terra como de mar, e tirar as plantas das praças*, por Manoel de Azevedo Fortes. (1)

---

(1) Para se fazer uma idéia do caráter e valor da obra de Azevedo Fortes, damos a seguir o seu índice:

«Capº I. Do petipé e das mais coisas necessárias para fazer as plantas ou as cartas geográficas; cap.º II. Do círculo dimensório e do seu uso para tirar plantas ou cartas. Probl. I. Fazer sôbre o terreno um ângulo de qualquer número de graus. Probl. II. Continuar uma linha reta sôbre o terreno. Probl. III. Medir um ângulo inacessível com o círculo dimensório. Probl. IV. Sabida a distância entre dois pontos ou dois lugares sôbre a terra achar um terceiro ponto ou lugar sem o medir. Probl. V. Medir a distância entre dois pontos inacessíveis. Probl. VI. Medir a altura duma tôrre que se não pode subir. Probl. VII. Medir a altura inclinada ao horizonte. Probl. VIII. Medir uma altura a prumo sôbre um monte. Probl. IX. Medir as posições ou fazer a carta dum terreno proposto. Capº III. Do instrumento chamado prancheta. Capº IV. Da prancheta circular moderna. Capº V. Da bússola ou agulha de marear. Probl. I. Tomar os ângulos das fortificações ou quaisquer outros com a bússola. Probl. II. Tirar as posições dum terreno com a bússola. Probl. III. Transferir ao papel as posições duma carta feita com a bússola. Probl. IV. Tirar com a bússola as voltas, cotovelos e tortuosi-

A obra era acompanhada de gravuras, figurando os instrumentos e as operações do texto. Confessava o autor que se havia servido para o seu trabalho das obras de Deschales e Ozanam, assim como do "Engenheiro francês moderno" e do "Método de levantar as plantas", cujos autores não cita. Mencionando o italiano Deschales e o francês Ozanam, Manoel de Azevedo Fortes, que aprendera em Paris e fôra mestre na Itália, mostrava-se fiel às duas fontes da sua cultura. (1)

Mas a sua grande aspiração era realizar em Portugal a obra iniciada em França, sob a orientação da Academia das Ciências. Basta ler-se o índice dos capítulos do seu livrinho, para concluirmos que êle se propunha ensinar as regras para traçar a carta do reino (ou de qualquer região das colônias portuguêsas), por meio da triangulação geral e do levantamento topográfico do terreno, conforme os métodos mais recentes. Essa dupla base das cartas nacionais ou regionais, hoje definitivamente adotadas, foi iniciada em França por Picard e Du Vivier, e inspirada por Cassini, sob a direção da Academia, em 1669, e conduzia à construção da "Carte particulière des environs de Paris", de 1674. Advirta-se, não obstante, que a Inglaterra só começou obra semelhante, em 1784, com a triangulação da região compreendida entre Londres e Dover; e que a carta da França, chamada "Carte de Cassini" (Cassini de Thury) ou "Carte de l'Académie", traçada por meio de triangulação e levantamento topográfico, só foi terminada em 1789, tendo custado os seus trabalhos um total de 700 mil libras. Por sua vez, a carta semelhante das Ilhas Britânicas só foi concluída em meados do século XIX e publicada em 1858.

---

dades duma ribeira dum caminho. Cap. VI. Do modo como se deve dar princípio à carta geográfica duma província ou bispado. Probl. VII. Descrever sôbre o terreno uma linha meridiana ou linha do Norte ao Sul. Capº VII. Do modo de fazer as plantas sem instrumentos. Probl. I. Tomar o ângulo dum baluarte, dum edifício sem instrumento. Probl. II. Tirar sem instrumento a planta duma figura irregular. Probl. III. Tirar sem instrumento a planta duma figura em que se não pode entrar dentro para lançar diagonais. Probl. IV. Tirar sem instrumento a planta dos lagos, matos fechados e outros terrenos semelhantes. Probl. V. Tirar sem instrumento a planta dum lugar com suas casas, ruas e edifícios. Probl. VI. Tirar sem instrumento a planta duma praça fortificada, por alinhamentos, ângulos e diagonais. Capº VIII. Das cautelas com que se devem tirar as plantas das praças em país inimigo. Probl. I. Medir sem instrumento a distância entre os dois ângulos flanqueados duma praça inimiga ou qualquer outra distância inacessível. Probl. II. Medir sem instrumento a largura dum rio. Probl. III. Medir a largura dum rio por meio de dois paus desiguais. Probl. IV. Medir a distância dum rio, lagoa ou outra qualquer distância semelhante sem instrumento algum. Probl. V. Saber a altura das muralhas duma praça sem as medir. Probl. VI Saber a altura de qualquer corpo por meio da sua sombra. Cap. IX. Do modo com que se hão de tirar as cartas dos portos e costas marítimas. *Apendix* do modo de tirar as figuras das praças e edifícios, de outros quaisquer objetos em planta para o borrador ou em perspectiva. Probl. I. Desenhar uma perspectiva pela quadrícula. Probl. II. Tirar uma perspectiva a ôlho sem quadrícula. Modo de iluminar e dar aguadas nas plantas ou cartas cartográficas.

(1) Sôbre a biografia de Manuel de Azevedo Fortes, V. Jaime Cortesão, «Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri», t. I, págs. 97-99.

Quando, em 1881, G.N. Wheeler, em memória comunicada ao III Congresso Internacional de Geografia, realizado em Veneza, apresentava um mapa, onde figuravam as regiões da Europa e da Ásia topogràficamente cartografadas, só na França, Ilhas Britânicas, Bélgica, Holanda e Suíça, êsse trabalho abrangia todo o território nacional. Na Dinamarca e na Prússia o trabalho alcançava quase todo o país. Largas regiões do resto da Alemanha e da Áustria, continuavam topogràficamente desconhecidas. De Portugal, mais de metade atingira êsse objetivo; da Itália, quando muito, a metade. Da Espanha, figuravam apenas Madri e os arredores. (1)

São estas referências cronológicas que permitem julgar da importância do plano do Engenheiro-mor Azevedo Fortes, o qual, desde 1721, se propunha iniciar com os engenheiros das províncias o levantamento cartográfico de Portugal. Ainda em 1722, êle publicava um trabalho igualmente fundamental para se compreender a história de Portugal e a do Brasil, a *Representação a S. Majestade sôbre a forma e direção que devem ter os engenheiros, para melhor servirem neste reino e suas conquistas*. Finalmente, entre 1728 e 1729, publicava o *Engenheiro português*, dividido em dois tratados, excelente obra didática, com que se formou o escol dos engenheiros, que lhe sucederam, muitos dos quais, para citar apenas os maiores, se ilustraram e formaram escola no Brasil, tais como José da Silva Pais, José Fernandes Pinto Alpoim, André Ribeiro Coutinho e José Custódio de Sá e Faria. (2)

Todavia, o problema, cada vez mais grave, da posição da Colônia do Sacramento e, muito mais, das vastas regiões mineiras que se estendiam de leste a oeste até Cuiabá e Mato Grosso, em relação ao Tratado de Tordesilhas, ainda em vigor, não se resolvia com meros levantamentos topográficos, mas, sim, com observações astronômicas, ou então por meio do cronômetro, quando êste atingisse a perfeição indispensável e uma segurança de observação, universalmente reconhecida.

Ordenemos agora os fatos. Em 1722, saía a lume a Dissertação de Delisle e o mapa conjunto, que assentavam a posição da

---

(1) Para a história dos métodos topográficos e da sua extensão ao levantamento das cartas nacionais e mundiais, veja-se o estudo fundamental de Lucien Gallois, *L'Académie des Sciences et les origines de la Carte de Cassini* em «Annales de Géographie» vol. 18, Paris, 1909, n.os 99 e 100; e Lloyd A. Brown, «The Story of maps», Boston, 1949, caps. IX e X. Para a história do levantamento da carta de Portugal, pode consultar-se Luis de Pina Manique, «Subsídios para a História da Cartografia Portuguêsa», Lisboa, 1943. Mas êste trabalho refere-se quase que exclusivamente ao século XIX. Ao que parece tem-se ignorado até hoje o papel fundamental de Azevedo Fortes nesta sorte de trabalhos.

(2) Sôbre as relações didáticas entre Azevedo Fortes e Pinto Alpoim e Ribeiro Coutinho, V. Félix Pacheco, «Duas charadas bibliográficas».

célebre linha de Tordesilhas, por meio de longitudes astronômicamente observadas. Mas é certo que a Dissertação fôra lida à Academia das Ciências de Paris em 1720 e comunicada no ano seguinte ao monarca português. Ora, em 1722 ou no ano anterior, D. João V mandava contratar em Itália dois astrônomos jesuítas, os "Padres Matemáticos", conforme a expressão da época, João Batista Carbone e Domingos Capacci, ambos naturais de Nápoles, os quais chegaram a Lisboa a 19 de setembro de 1722. (1)

Azevedo Fortes, isto é, o Engenheiro-mor, na plena eficiência das suas possibilidades técnicas, e os dois Padres Matemáticos, completavam-se. Iam atualizar em Portugal uma cultura, que entrava em decadência, transformando a cartografia portuguêsa, que até então mediara entre uma arte e uma ciência, exclusivamente em ciência, obedecendo aos moldes e à inspiração racionalista dos franceses.

Mas uma notável diferença distingue as atividades científicas do Engenheiro-mor das dos Padres Matemáticos. Enquanto o plano do levantamento topográfico do reino se gera dentro da Real Academia da História e as regras elaboradas por Azevedo Fortes se imprimem por sua conta e mandato, a missão dos padres Carbone e Capacci emanava diretamente da vontade real, e D. João V passa a dirigir e a acompanhar as suas atividades, como iniciativa pessoal. A cartografia de longitudes observadas guarda, desde o início, um caráter esotérico.

Qual das duas atividades antecede a outra?

As primeiras notícias que temos de cartografia do reino, executada por Manuel de Azevedo Fortes, datam de 1723. A 19 de agôsto dêsse ano, o teatino Pe. D. Luís Caetano de Lima apresenta à Academia os dois primeiros tomos de sua "Georgrafia Histórica do Reino" e comenta no prefácio:

"No primeiro volume desta geografia se acha um pequeno tratado de Geografia Astronômica, isto é, daquelas partes da astronomia mais necessárias para o estudo da Geografia: a isto me levou o exemplo dos Geógrafos, assim antigos como modernos, que nas suas Geografias gerais costumam escrever semelhantes tratados. À sua imitação entendo também pôr no princípio de cada uma das Províncias, em que se divide o Reino de Portugal, um mapa particular da dita Província. *Na maior parte delas tem já trabalhado com incansável estudo e com a mais exata averiguação o Engenheiro-mor, o Senhor Manuel de Azevedo Fortes* e o Co-

(1) D. Antônio Caetano de Sousa, «História Genealógica da Casa Real Portuguêsa», t. VII, Lisboa, 1741, págs. 269-70.

ronel Joseph da Silva Pais, que me prometem cópias dos mapas respectivos: e com o patrocínio de V. Exas. poderei conseguir que acabem os que faltam".

E na verdade, na sua "Geografia Histórica de todos os Estados soberanos da Europa", o geógrafo teatino ocupa-se da geografia astronômica e, como era de esperar, do nôvo método de observar as longitudes pelos eclipses dos satélites de Júpiter; e apresenta não só um mapa do "Reyno de Portugal", mas seis mapas parciais, correspondentes às províncias de Entre-Douro-e-Minho, Trás-os-Montes, Beira, Extremadura, Alemtejo e Algarve. A obra do Pe. Caetano de Lima acabou de imprimir-se em 1736, mas o mapa de Portugal, gravado por Grandprés, tem a data de 1729 e os mapas provinciais, do mesmo gravador, a de 1730. Não obstante, a comunicação do teatino, em 1723, à Academia, deixa a impressão de que àquela data já os dois cartógrafos tinham muito adiantados os seus trabalhos. Com efeito, quando se passam em revista as cartas de Portugal, publicadas no estrangeiro e datadas, observa-se que, no ano de 1724, se dá uma transformação com melhoria enorme no traçado e, particularmente, em relação às longitudes. Portugal, cujas províncias setentrionais figuravam sempre desviadas para leste, com erros grandes de posição, surge na carta de Jean Baptiste Nolin, de 1724, com figuração geral, muito próxima do mapa contemporâneo e longitudes muito corrigidas.

Segundo cremos deu-se o seguinte: o Engenheiro-mor, servindo-se da colaboração dos engenheiros das províncias, avançara muito até 1724 os seus trabalhos de reforma da cartografia do reino, que comunicara àquele ou outro geógrafo francês, por intermédio de D. Luís da Cunha, se é que êste não teve o principal papel na transmissão. Neste particular, o grande Embaixador ter-se-ia limitado a dar cumprimento ao desejo de D. João V, que algum tempo antes lhe fôra comunicado, como vimos, pelo Secretário de Estado.

Aliás, não pode restar dúvida de que Azevedo Fortes iniciava pouco depois um trabalho topográfico, segundo a regra de seu próprio livro e como lição prática para os seus discípulos. Êle próprio, a 22 de outubro de 1725, perante o Rei e a família real, em sessão da Academia, comunicava:

"Ordenou-me V. Majestade que, com os engenheiros desta Côrte e os praticantes da Academia Militar, fizesse uma carta topográfica, que compreendesse todo o terreno e marinha, desde o sítio de Pedrouços até à Côrte Real, em largura de três quartos de légua, com pouca diferença. Não acho palavras que possam expressar o sumo gôsto que recebi com esta real ordem: porque

nela achei o único meio de livrar a Academia da indecorosa necessidade de revogar a sua primeira distribuição.

Esta carta, Senhor, se acha feita e seja-me lícito dizer que está feita com todo o primor da arte, e com tôdas aquelas circunstâncias que fazem uma carta topográfica ajustada e completa; e todos os professôres desta ciência sabem que as cartas dêste gênero são as mais dificultosas de obrar, e as que pedem maior exação; e que as cartas das Províncias, Bispados ou Prelazias têm, sem dúvida, muito menos que fazer, sendo ainda muito mais fáceis as cosmográficas dum Reino ou de um grande Estado.

Tem esta carta à vista dos olhos o original que representa . . ."

E o Engenheiro-mor chega a esta conclusão para nós de um grande interêsse:

"Êste desengano, Senhor, deve-se a V. Majestade que deu aos Engenheiros desta Côrte tão proveitoso exercício. Com êle *não só os mesmos engenheiros, mas também a maior parte dos Praticantes da Academia Militar se acham capazes de fazer exatamente e com tôda propriedade as cartas de qualquer país, ou sejam de grande ou de pequena extensão*. Ainda passa a mais, porque depois que V. Majestade se dignou ajuntar aos seus gloriosos títulos o de Protetor desta Real Academia, e, por conseqüência, de tôda a República das Letras, *vejo a maior parte da nobreza dêste Reino inclinada à História, às Artes Liberais, às Ciências, às Matemáticas, e, particularmente, à Geografia* . . ."

Dado ainda o desconto ao entusiasmo do mestre e aos excessos no louvor ao monarca, em discurso de circunstância, devemos concluir que o Engenheiro-mor iniciara uma obra de reforma e fundara uma escola pelo melhor dos métodos: a prática no terreno.

Por sua vez, D. João V, entusiasmado com aquela primeira carta topográfica, confiou ao Engenheiro-mor nôvo e bem maior encargo. Segundo José Gomes da Cruz, no seu "Elogio fúnebre a Manuel de Azevedo Fortes" (1754), o Engenheiro-mor foi, em 1725, "encarregado de traçar o Mapa do Arcebispado de Lisboa para a linha Oriental e Ocidental dela, que ordenou com agrado especial de El-Rei Nosso Senhor". Tivemos a fortuna de encontrar a gravura dessa carta na "Colecção de Mapas de Portugal e suas Conquistas", organizada por Barbosa Machado e que se encontra atualmente na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. (1)

(1) O título estabelece a identidade «Carta topografica/do Patriarcado de Lisboa Ocidental/e Arcebispado Oriental/aberta ao buril por C. de Grandprez/e por elle dedicada/ao Ill.º e Rev.º Snr. D. Thomas de Almeyda/I.ro Patriarca de Lisboa Occ». A fatura é a mesma das cartas publicadas pelo Pe. Caetano de Lima e por êle atribuídas a Manuel de Azevedo Fortes e José da Silva Pais.

Do título da "Carta Topográfica do Patriarcado de Lisboa Ocidental e Arcebispado Oriental", apenas podemos concluir que foi terminada antes de 1740, ano em que foram de nôvo reunidas numa só as duas Lisboas. Não nos foi possível encontrar qualquer referência concreta que datasse com mais precisão os trabalhos dessa carta, mas que, ao que supomos, já se acham incorporados à carta da Extremadura gravada por Grandprés, em 1730.

Nesse mapa, os trabalhos de levantamento topográfico abrangiam a região central do país, em volta de Lisboa, compreendida entre o bispado de Leiria, ao norte, o estuário do Sado e o bispado de Évora, ao sul, e, a leste, a prelazia de Tomar e o bispado de Portalegre, largo campo de aprendizagem para os discípulos e a lição do Engenheiro-mor.

Se as cartas gravadas nesta época nem sempre refletem, com a exatidão necessária, o trabalho do cartógrafo, o Pe. D. Luís Caetano de Lima deixou-nos na sua obra uma lista de latitudes e longitudes de 114 lugares, que nos permite com segurança avaliar dos méritos de Azevedo Fortes e seus mais próximos auxiliares. Ao fim dessa lista registram-se ainda as "novas observações do Pe. Capacci no ano de 172. . ." referidas apenas a 12 lugares, cujas coordenadas já se mencionam na lista anterior, donde devemos concluir que as primeiras pertencem ao Engenheiro-mor e seus discípulos. Comparadas essas longitudes com as duma carta contemporânea, vê-se que, em particular, as da Extremadura e do Alemtejo, regiões mais percorridas por Azevedo Fortes, são quase sempre muito próximas dos números reais e por vêzes duma exatidão surpreendente.

Realizada a "Carta topográfica" do Patriarcado de Lisboa, em vão Azevedo Fortes se esforçou junto da Academia, o que equivale a dizer do Rei, por alargar êsse trabalho a todo o país. Atenções mais prementes, em matéria de cartografia absorviam, como iremos ver, o espírito do monarca.

Só depois destas objetivações podemos afirmar que os trabalhos de levantamento topográfico começaram, em Portugal, em 1724, e se prolongaram até cêrca de 1730, com antecipação sôbre a maioria dos países europeus, e a criação duma nova escola cartográfica, ou melhor, a adaptação da cartografia portuguêsa à escola científica e única na época — a francesa. (1)

(1) Para a história dos levantamentos topográficos dos diferentes países da Europa a obra já cit. de Lloyd Brown. Embora incompleta, e sem referências a êste período da história da cartografia em Portugal, contém copiosa e útil informação. Segundo êsse autor, os primeiros trabalhos para um levantamento topográfico geral começaram na Inglaterra, em 1784; na Dinamarca, em 1761; na Suécia, em 1739; na Noruega, em 1733; na Rússia, em 1726; na Holanda, em 1767, etc. Portugal terá sido um dos primeiros países a acompanhar a França na renovação dos métodos cartográficos.

Reputamos aquêles trabalhos de Azevedo Fortes e dos seus discípulos, um dos fatos capitais para se compreender a história da formação territorial do Brasil nos anos que vão seguir-se até aos fins do século. As Academias Militares, sob o impulso do Engenheiro-mor e a proteção, ainda que inconstante, de D. João V, tornaram-se um viveiro de engenheiros, geógrafos e cartógrafos, donde vão sair os grandes construtores das capitanias limítrofes de Mato Grosso, como o seu primeiro governador, D. Antonio Rolim de Moura, e Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, ou do Rio Grande do Sul, como José da Silva Pais, André Ribeiro Coutinho, José Custódio de Sá e Faria, Alexandre José Montanha e José Saldanha. Êles contribuíram além disso, como iremos ver, para a formação duma nova mentalidade e dum nôvo tipo social e cultural, que as necessidades da época exigiam.

Êstes fatos merecem algum desenvolvimento. Por decreto de 24 de dezembro de 1732, ordenara o monarca que, além das duas Academias Militares, já estabelecidas em Lisboa e Viana, se criassem mais duas, uma na praça de Elvas, outra na de Almeida, e que nestas se observasse o mesmo que na de Lisboa, no que respeita às lições e freqüência dos discípulos: "que a doutrina das postilas fôsse em tôdas estas Academias uniforme; ... que os oficiais e soldados ... que cursassem essas Academias e fizessem especial progresso nelas, fôssem atendidos para os seus acrescentamentos, no Conselho de Guerra". Fazia depender ainda as promoções do exame de Azevedo Fortes: "Os discípulos que nas ditas Academias se aplicassem para seguirem a profissão de Engenheiro, não subiriam aos postos sem serem examinados e... até ao tenente-coronel inclusive, pelo Engenheiro-mor do Reino e mais examinadores ..." Finalmente, além de duplicar as Academias, deu aos quadros de engenheiros uma grande amplitude: "e para que os oficiais militares com comunicação dos Engenheiros se pudessem melhor instruir na doutrina militar, foi S. Majestade servido que em cada regimento pago de infantaria houvesse uma Companhia, cujos oficiais fôssem engenheiros de profissão..." (1)

Graças às suas repetidas queixas e instâncias, Manoel de Azevedo Fortes conseguira reabilitar a profissão de engenheiro, até então menosprezada em Portugal, como êle próprio denunciava em 1720 na sua "Representação"; chamar para ela um grande número de aptidões inaproveitadas; fazer da engenharia militar uma escola de cartografia e, em particular, de cartografia topográfica; e criar, enfim, um escol de magníficos construtores e defensores da soberania portuguêsa na América do Sul.

(1) V. Frei Cláudio da Conceição, «Gabinete Histórico», t. IX, cap. 7.

Tanto Azevedo Fortes obedecia a inspirações e exigências nacionais, que a nova ciência geográfica e cartográfica, sob a espécie de engenharia, como base da profissão militar, passou a fazer parte integrante e ambicionada da cultura aristocrática.

No seu "Diário", a 10 de março de 1733, escrevia o Conde da Ericeira:

"Hoje se diz que El-Rei deu soldo dobrado a José da Silva Pais, Coronel Engenheiro, e ao Tenente-Coronel Chermont, o qual ensina tôdas as partes da Matemática, que são necessárias para a guerra, principalmente a fortificação, e para êste fim se mudou para casa grande junto à Esperança, que lhe pagam vinte e tantos fidalgos, os quais vão três vêzes na semana tomar postila, e hão de exercitar na Colônia, movendo terra, as operações militares ..." Já fôra seu discípulo D. Francisco de Menezes e, entre as dezenas de fidalgos, que seguiram êsse curso, teórico e prático, contavam-se os Condes de Atouguia, Óbidos, Vila Maior, Cantanhede, Santiago e Monsanto. (1)

Mais do que um professor estrangeiro ou de origem estrangeira, como M. de la Pomeraie, Luís Baden ou Tosi Colombina, auxiliavam a aclimatar os novos métodos científicos e pedagógicos em Portugal.

Acrescente-se que um discípulo de Azevedo Fortes, José Fernandes Pinto Alpoim, fundou, por sua vez, a Academia Militar do Rio de Janeiro, da qual foi mestre eficacíssimo, para cujo ensino escreveu duas obras notáveis e na qual se formaram alguns engenheiros e cartógrafos, dos que mais serviços vieram a prestar ao Brasil.

Fundada cêrca de 1740, dessa Academia saiu um topógrafo e cartógrafo notável, André Vaz Figueira, a quem os seus superiores, como Gomes Freire de Andrade, se referiam com os maiores elogios. (2)

Dava-se por esta forma uma profunda transformação na cultura e nos mesmos processos de expansão dos portuguêses. Da ciência e da arte náutica, ou seja de descobrimento, passava-se para as ciências e as técnicas da fixação no terreno, da colonização do interior e, por conseqüência, da soberania em profundidade. Da jurisdição do Cosmógrafo-mor, cargo em que se havia sucedido a dinastia dos Pimentéis, passava-se à do Engenheiro-

---

(1) «Diario do Conde de Ericeira», publicado por Eduardo Brazão, págs. 147, 150, 160, 161, 182, etc., onde se dão muitas notícias dessa Academia Militar para fidalgos.

(2) V. «Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro», t. L, pág. 68; (nesse mesmo tomo, v., pág. 114, o que se diz sôbre José Fernandes Alpoim). Sôbre a Academia Militar do Rio de Janeiro v. Félix Pacheco, «Duas charadas bibliográficas», cap. XXII.

mor e dos astrônomos reais. Azevedo Fortes e as suas obras sôbre engenharia e cartografia; os padres Capacci e Soares e as suas observações astronômicas, aplicadas às novas cartas do Brasil, abrem uma nova era da cultura expansionista portuguêsa.

Chegados a Lisboa em setembro de 1722, quando começaram os padres Carbone e Capacci os seus trabalhos? Antes de mais, eram-lhes necessários os instrumentos e a instalação dum observatório, tôda uma aparelhagem técnica, que servisse de base e de escola para aquêles que o Rei julgasse dignos de tamanha iniciação.

Cronistas da época referem-se conjuntamente à existência dêsses instrumentos e ao monarca como interessado, êle próprio, na sua aplicação às observações de longitudes. É Azevedo Fortes a informar-nos na sua "Oração Acadêmica, em presença de S.S. Majestades, indo a Academia ao Paço, a 22 de outubro de 1739", que o monarca assistia às demonstrações astronômicas — "eclipses de astros, imersões e emersões dos satélites de Júpiter ...", feitas com instrumentos por êle mesmo adquiridos, "obrados pelos mais excelentes e polidos artífices da Europa, de que quer fazer depositário o Colégio de Santo Antão (da Companhia de Jesus), onde se acha já construído com a magnificência real em tôdas as obras do dito Senhor, um observatório".

D. Antônio Caetano de Sousa vai mais longe: não só confirma os dizeres de Azevedo Fortes, mas enaltecendo o amor de D. João V pela astronomia, acrescenta que o monarca, "humanando-se chegou a ser êle mesmo, levado da curiosidade, quem com as suas Reais mãos ajustou os instrumentos para as observações ..." Não será, por conseguinte, temerário concluir que D. João V, guiado pelos Padres Matemáticos, observou êle próprio longitudes, ou melhor, a longitude de Lisboa.

Malgrado as referências de Azevedo Fortes e Caetano de Sousa bastarem a comprovar o zêlo real na compra dos instrumentos, fase inicial indispensável, buscamos e encontramos pormenores que as esclarecem. Quando menos, em 1724, já D. Luís da Cunha se ocupava, em Paris, de satisfazer as encomendas respectivas. Mas, além da França, também a Inglaterra e a Itália contribuíram para a preparação e aparelhagem técnica, necessárias à renovação da ciência cartográfica por meio das observações astronômicas, quer das latitudes, quer das longitudes.

Pelo que respeita à contribuição francesa, é certo que possuímos maior número de informações colhidas na correspondência diplomática da época. A 19 de julho de 1724, o Secretário de Estado, Diogo de Mendonça, ordena, em nome do monarca, a D. Luís da Cunha que entregue a um matemático, dos mais sabe-

dores da Academia das Ciências de Paris, o cuidado de fazer construir perfeitamente e sob a sua fiscalização direta, pelos mais peritos construtores, os melhores instrumentos matemáticos até então construídos.

Pela seqüência das cartas trocadas entre os dois, se averigua que o Rei não só desejava uma aparelhagem técnica perfeitamente moderna para os trabalhos de ordem topográfica, mas, e principalmente, para a cartografia geral de vastas regiões, a debuxar nos acidentes mais notórios, por coordenadas — a latitude e a longitude — observadas com exatidão. A êste aspecto e, em particular, o da longitude, procuraremos resumir-nos.

Pela correspondência com D. Luís da Cunha sabemos que o grande diplomata conseguiu encarregar na direção do fabrico e verificação dos instrumentos Jacques Cassini (1677-1756), filho do primeiro dos grandes astrônomos dêsse nome, a quem sucedera na proeminência e prestígio científico. A construção foi confiada a Nicolau Bion, "engenheiro do rei para os instrumentos matemáticos", de quem se conhecem várias obras da especialidade e, mais tarde, a Le Febvre, que o excedia, na opinião dos Padres Carbone e Capacci, em perícia e perfeição da obra.

Nos começos do ano seguinte já D. Luís conseguia igualmente atrair e conservar durante longos anos ao serviço de D. João V aquêle que viria a substituir Delisle no cargo de primeiro geógrafo do Rei, João Batista Bourguignon d'Anville, que foi mais tarde o melhor e mais autorizado cartógrafo do seu tempo. Para se avaliar da importância da sua colaboração na obra iniciada por D. João V, bastará dizer-se que, como o embaixador português, durante êsse ano de 1725, fôsse obrigado a passar à Holanda no exercício das suas funções, ficou d'Anville encarregado de superintender "na obra dos Instrumentos Matemáticos", e de cuidar das outras encomendas reais, entre as quais continuam a figurar os atlas geográficos.

Da correspondência trocada, entre o Secretário de Estado e D. Luís da Cunha, se averigua que, entre os anos de 1724 e 1725, seguiram para Portugal sextantes, meio-círculos, quartos de círculos, murais, micrômetros, telescópios e "pêndulas". As duas últimas espécies de instrumentos destinavam-se às observações das longitudes, o que, aliás, se depreende do fato de que os telescópios foram aprovados por Cassini, e doutras referências.

Merecem menção à parte as "pêndulas". Dos dois grandes relojoeiros que contribuíram para a solução do problema das longitudes, Sully e Harrison, aquêle, o primeiro na ordem cronológica, ainda que não em importância, construira, por influência de

Law, uma fábrica ou oficina em Versalhes, onde começou as suas experiências e trabalhos. Já durante o ano de 1724, Cassini experimentara um dos relógios de pêndula dêsse construtor, especialmente destinado à medição das longitudes. Experimentado igualmente, durante o transporte em carruagem, deu resultados francamente bons. Mas só em 1726 se fizeram as devidas experiências com o relógio de pêndula, embarcado, as quais acusaram erros que, num período de mês e meio, podiam alcançar dois graus. Mas é verdade que, desde 1722, se tinham obtido resultados satisfatórios em viagens de longo curso, com relógios de menor precisão. (1)

Da correspondência de D. Luís da Cunha conclui-se que, desde março de 1725, já êle iniciara relações com Sully sôbre a construção de relógios de pêndulo para o monarca português e que em Portugal se desejava obter quanto antes "a pêndula para se poder conhecer a longitude", ao que o embaixador obtemperava que "não conviria entrar em semelhante despesa, sem que a experiência que se determinava fazer (no mar) mostrasse a sua utilidade e precisão ...". Malgrado os embargos opostos por D. Luís da Cunha, o monarca, por intermédio de Diogo de Mendonça, encomenda, a 25 de outubro de 1725, duas "pêndulas de nova fábrica para a navegação..." ao que supomos as mesmas de Sully. (2)

Anote-se ainda que na correspondência citada, além das referências a outras personalidades do mundo científico francês, se fala com freqüência de M. Hermand, que era então o Engenheiro-mor de França, o qual pôs a mais solícita diligência em servir D. João V com instrumentos, obras e informes científicos, relativos às atividades da sua competência. Quer dizer: topografia moderna e cartografia de longitudes observadas mereceram do monarca desvelada atenção.

D. Luis da Cunha havia mobilizado, por solicitação do monarca, os melhores técnicos da França para servir a cultura portuguêsa e uma iniciação astronômica, que se destinava, em última análise, a definir cientìficamente os problemas da formação territorial do Brasil. A Academia das Ciências de Paris, a mais prestigiosa da Europa nesse tempo, Bion, engenheiro construtor, Her-

---

(1) Veja-se F. Marguet, «Histoire Générale de la Navigation du XV.e au XX.e siécle», Paris, 1931, pág. 136 e seg.

(2) Desta correspondência, as cartas do Secretário de Estado, Diogo de Mendonça, encontram-se no Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo, cod. do registro dos ofícios para D. Luís da Cunha e para o Conde de Tarouca, fls. inúmers.; as cartas de D. Luís da Cunha pertencem ao mesmo arquivo, colec. de 60 vols. de correspondência diplomática, vol. XIX, fls. inúmers. e à Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, cód. 14, 4, 7, com a correspondência diplomática de D. Luís da Cunha, relativa ao ano de 1725, e numerosas referências a êste assunto.

mand, o engenheiro-mor francês, Jacques Cassini, que sucedera a seu pai na direção do Observatório Astronômico de Paris, D'Anville, o próximo e eminente sucessor de Delisle, Sully, o grande construtor de "pêndulas de navegação", todos conjugam seus esforços para satisfazer o que provàvelmente supunham tratar-se de curiosidades científicas, meramente gratuitas, de D. João V.

Obtida a aparelhagem, as observações astronômicas começaram pelo menos em 1724. A 1 de novembro dêsse ano os Padres Carbone e Capacci observaram o eclipse da Lua no palácio real. Do ano seguinte de 1725 datam as observações do primeiro satélite de Júpiter pelo Pe. Capacci: estas como aquelas certamente para determinar a longitude de Lisboa. Em 1726, o mesmo Padre astrônomo observava a elevação do pólo em Lisboa, desta vez cálculo de latitude, muito provàvelmente para experimentar o nôvo sextante de Bion. (1) É de presumir que D. João V tenha assistido a estas observações, que a princípio se faziam no terraço do Palácio Real.

Que o Pe. Capacci realizasse muitas observações astronômicas de latitude e longitude em várias províncias do reino, sabemos pelo depoimento, já aqui referido, do Pe. D. Luís Caetano de Lima, e pela obra manuscrita daquele jesuíta italiano, *Lusitania Astronomica Ilustrata*, onde começou a registrar os seus trabalhos, mencionando ao mesmo tempo os instrumentos que utilizava. Com a sua aparelhagem técnica, que representava uma contribuição conjunta da cultura astronômica inglêsa, francesa e, em menor grau, italiana, o Pe. Capacci realizou algumas observações de latitudes e longitudes, que refere a Coimbra, Pôrto e Braga, entre os meses de agôsto de 1726 e janeiro de 1727, e junho e outubro dêste mesmo ano.

Pela sua breve relação ficamos também sabendo que a longitude de Coimbra fôra obtida por uma observação dum jesuíta português, o Pe. Inácio Martins, muito provàvelmente, do eclipse da Lua de 1 de novembro de 1726, que os P.es Carbone e Capacci haviam observado também para fixar a longitude de Lisboa, em relação ao meridiano de Paris.

Somado mais êste nome de padre matemático aos dos P.es Manuel de Campos e Diogo Soares, podemos concluir que D. João V tinha em Portugal a matéria prima, que foi buscar à Itália. Matéria prima, repetimos, pois da *Lusitania Astronomica* se conclui que o Pe. Capacci estêve realizando em Portugal, antes de

(1) Estas observações foram registradas nas *Acta Eruditorum Lipsiae*, 1725, págs. 74-78, e 1.726, págs. 365-369.

partir para o Brasil, uma aprendizagem com instrumentos e técnicas, que acabavam de ser importados da França e da Inglaterra.

Como sabemos positivamente que o Pe. Capacci realizou outras observações, que não registra na sua *Lusitania Astronomica*, devemos concluir que o astrônomo jesuíta interrompeu a redação por motivos de fôrça maior, ou sejam, os da sua partida para o Brasil, em 1729. Que a obra fôsse começada nesse ano e que os trabalhos astronômicos do Pe. Capacci tenham abrangido quase todo o território da metrópole se conclui do prefácio daquele manuscrito, onde promete relatar as suas observações feitas num período superior a três anos (*ultra triennium continuatas observationes*) nos mais notáveis lugares de Portugal (*per celebriora totius Lusitaniae loca*). (1)

Quanto às "pêndulas de navegação", não encontramos documentos com referência expressa à sua utilização em navios portuguêses, partidos de Lisboa, para averiguar a longitude do lugar de chegada. Mas é evidente que a encomenda dessas pêndulas feitas com urgência, em 1725, não obedecia a propósito gratuito. E outras razões nos levam à convicção de que o traçado da costa brasileira, em certas cartas do meado do século XVIII, a que havemos de referir-nos, beneficia de repetidas mensurações de longitude, relativamente fáceis de alcançar, por êsse processo.

O Pe. Carbone, como é sabido, ficou em Lisboa com o título de "Matemático régio", mas utilizado principalmente em trabalhos de secretaria de D. João V. E em fins de novembro de 1729, após a longa preparação, a que já nos referimos, o Pe. Capacci, acompanhado de outro padre matemático, o jesuíta português, Diogo Soares, eram enviados ao Brasil, com a missão principal de traçar o *Nôvo Atlas do Brasil*.

Quais os motivos que levaram D. João V a escolher aquêle ano para enviar os dois cartógrafos-matemáticos ao Brasil e quando os trabalhos para a carta topográfica do reino, após os primeiros e brilhantes ensaios, haviam estacionado?

Já conhecemos as razões mais convincentes: o súbito crescimento do Brasil, alcançando progressivamente regiões de contato e conflito declarado ou latente com os espanhóis; e o renascer, sob a espécie de novos métodos científicos, do problema da posição exata do meridiano de Tordesilhas, ou por outras palavras, da legitimidade da expansão territorial do Brasil para oeste e sul. Para bem se entender a importância da iniciativa de D. João V, é necessário situá-la na história da ciência; na história política da Pe-

(1) O manuscrito da *Lusitania Astronomica* guarda-se no Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo (Lisboa).

nínsula Ibérica; assim como da expansão dos espanhóis e portuguêses na América.

O problema da posição exata do meridiano de Tordesilhas, à luz de novos métodos e em relação com a expansão luso-brasileira, não interessava menos à Espanha do que a Portugal. À nação de soberania territorial invadida e usurpada, conforme a sua própria convicção, repetidamente expressa, é que importava defender-se. E para clareza da sua justiça começar por definir, com perfeita segurança, os seus direitos.

Mas deixou que Portugal se antecipasse. A Espanha, governada por um monarca francês, a quem seria muito mais fácil assimilar a cultura do seu país de origem, e utilizar os técnicos e as técnicas respectivas, não deu, em todo o reinado de Filipe V, um passo no sentido de renovar, dentro dum plano de política nacional, a sua cultura geográfica e cartográfica de tão alta tradição. Êsse desnível cultural iria pesar muito na balança das negociações do Tratado de Madri, a favor de Portugal.

A quem atribuir os méritos desta primazia? Apenas a D. João V?

Neste caso, como sucede, por via de regra, o indivíduo valoriza-se na medida em que interpreta as tendências e as qualidades inatas apuradas, ao longo dos séculos, pela cultura herdada do povo que governa. Por detrás do monarca estão homens como D. Luís da Cunha e Manuel de Azevedo Fortes, para citar apenas os nomes mais representativos; e estão nas gerações anteriores, formando plêiade, os capitães, pilotos e mareantes, que adquiriram e transmitiram à grei, em séculos de vivência marítima e explorações continentais, a consciência do espaço e do seu valor político, sentido português, por excelência, *quid* essencial para se compreender a história da formação do Brasil.

Que a renovação cartográfica em Portugal obedecia ao espírito nacional de expansão, temos a prova na aplicação que se deu às novas técnicas.

O levantamento topográfico, iniciado cêrca de 1724, parava nos limites do Patriarcado e Arcebispado de Lisboa. Não passava do centro-oeste do país. Em vão Azevedo Fortes, ano por ano, instava nas sessões da Academia pelas ordens e os meios indispensáveis para a plena realização do seu plano. Em sessão de 29 de maio de 1732, pronunciava êle êste epitáfio sôbre o seu próprio plano, ao referir-se à conta dos seus trabalhos: "... porque esta (conta) só consiste na fábrica das Cartas Topográficas de todos os Bispados e Prelazias desta Coroa e juntamente na Carta Geo-

gráfica geral de todo o Reino; e para esta fábrica é inútil tôda a retórica. Ela depende sòmente duma larga e laboriosa peregrinação, visitando miùdamente todos aquêles lugares com operações ajustadas, para que as Cartas sejam exatas e condignas da Grande História a que hão de servir. Há mais de dez anos que eu me pus pronto e apontei os meios mais convenientes e fáceis para a sua execução; e há outro tanto tempo que Vossas Excelências ouvem os meus clamores e lhes não dão providência. E, se esta ainda houver de tardar muito, a morte ou os achaques, que acompanham a velhice, me desligarão da emprêsa e me servirão de desempenho".

À data em que Azevedo Fortes pronunciava esta velada acusação ao Rei, já os dois Padres matemáticos se haviam embrenhado nos sertões do Brasil, observando coordenadas e traçando até algumas cartas topográficas, como o "*Mapa Topográfico* do Rio de Janeiro e da Baía de Guanabara", (1730) pelo Pe. Capacci, a "*Carta Topográfica* da Nova Colônia e Cidade do Sacramento no Grande Rio da Prata" e o "*Mapa Topográfico* da Barra, dos Baixos, das Ilhas e Praias do Pôrto, da Nova Colônia", os dois pelo Pe. Diogo Soares, em 1731.

Nos anos seguintes, D. João V enviava para o Brasil alguns dos melhores engenheiros e cartógrafos portuguêses, que poderiam em Portugal auxiliar Azevedo Fortes, como José da Silva Pais, que mereceu os maiores elogios, como cartógrafo, do próprio D'Anville, José Fernandes Pinto Alpoim, D. Antônio Rolim de Moura e André Ribeiro Coutinho.

Com menor número de técnicos dirigentes, menos despesa e em mais breve tempo, teria D. João V, se houvesse auxiliado eficazmente Azevedo Fortes, adquirido para Portugal a glória de haver sido o primeiro país a fazer o seu levantamento topográfico completo, e pelos mais exatos processos do seu tempo, em tôda a Europa. Ao invés disso, ficou surdo aos "clamores" do Engenheiro-mor, e voltou zelosa atenção e cuidado para o Brasil.

Ao monarca português não faltavam razões para essa preferência. No oeste, e muito mais no sul do Brasil, começavam a desenhar-se as possibilidades de choque armado e a travar-se os violentos conflitos de interêsses com os espanhóis. E, como sempre, os luso-brasileiros encontravam pela frente os grandes pioneiros da expansão espanhola, em todo o perímetro dos seus domínios — os jesuítas das Missões dos Maynas, dos Chiquitos, e do Uruguai.

Dissemos que a cultura portuguêsa foi, no período áureo dos séculos de Quatrocentos e Quinhentos, uma *cultura de latitude*.

Os portuguêses foram os criadores e os mestres da ciência náutica do Renascimento, que presidiu à Era dos Grandes Descobrimentos Geográficos, que se caracterizou pelos métodos de navegar por alturas, a altura do Sol, da Estrêla do Norte, ou do Cruzeiro do Sul, que lhes permitiu traçar as cartas de latitudes observadas e debuxar e situar os continentes nas suas posições em relação ao equador.

Do mesmo passo, as suas projeções humanas e políticas, para lá dos mares, não passaram, durante os séculos de Quinhentos e Seiscentos, da fundação de dois impérios *marítimos,* o do Oriente e logo o do Ocidente, que assentaram numa rêde de cidades costeiras, de ilhas e feitorias ou, no melhor dos casos, de estreitas faixas litorais, em comunicação marítima e econômica com a metrópole. A essa política poderíamos também chamar de latitude, de colonização linear e ganglionar — edifício de fachada imensa, mas sem profundidade.

Mas à cultura de latitude e superfície seguiu-se a de fixação e topografia, de expansão continental, por conseqüência, de longitude e profundidade. E, se à primeira correspondeu um tipo social para o qual todos os portuguêses dessa época tenderam — a do pilôto cosmopolita — à segunda vai corresponder a do "matemático", e, mais especìficadamente, do engenheiro-cartógrafo.

Durante os séculos de Quinhentos e ainda de Seiscentos, muitos nobres se aproximam do tipo do pilôto cosmopolita, viajando por todos os mares, e do cidadão do mundo, capaz, chegada a hora, de pôr os seus serviços ao dispor dum Estado alheio. Quando Afonso de Albuquerque, em 1503, partiu para a Índia, e o seu pilôto, o célebre João Dias de Solis, lhe fugiu para Espanha, na véspera da largada de Lisboa, êle próprio, além de capitão, assumiu o lugar do pilôto e guiou a sua nau através de dois Oceanos. Martim Afonso de Sousa, fundador de S. Vicente, discutia marinharia com os seus pilotos e transmitia ao matemático Pedro Nunes as suas observações náuticas e cosmográficas. Por sua vez, D. João de Castro, o maior hidrógrafo do seu tempo, atingia o tipo ideal de pilôto, que supera a simples sabedoria técnica para elaborar com suas experiências, as novas criações da náutica e da hidrografia.

Durante o século de Seiscentos, um grande número de fidalgos, como os Condes de Atouguia, da Castanheira, da Ericeira, da Tôrre e de Coculim, mantêm a mesma tradição, sendo que alguns, como o segundo Conde da Ericeira, D. Fernando de Meneses, já

se aproximam do tipo do matemático e do engenheiro do século seguinte. (1)

Mas êsses técnicos, quer plebeus, quer fidalgos, nem sempre obedecem a uma estrita disciplina nacional. Muitos, ao invés, seduzidos pela aventura ou a ambição, abandonam a pátria de origem, para servir a outros países, e, em particular, à Espanha, cujo hemisfério, predominantemente marítimo, oferecia aos pilotos portuguêses vastíssimo teatro de ação. Dentre os cartógrafos portuguêses, que estiveram durante êsse período ao serviço do estrangeiro, contam-se os Reinéis, Diogo Ribeiro, João Dias de Solis, Diogo Gomes, André Homem e Bartolomeu Velho. Entre os pilotos e capitães de mar, embora se contem por dezenas, o protótipo é Fernão de Magalhães.

Já na segunda fase, a dos engenheiros-cartógrafos, a renovação cultural dá-se por assimilação duma cultura estranha e por influência direta dos estrangeiros e dos portuguêses a que então se chamava *estrangeirados*. O espírito racionalista, experimental e matemático foi de importação. E, por isso, ao fenômeno da diferenciação cultural e social corresponde uma ensimesmação violenta na tradição nacional, uma nova síntese de cultura e ação, fundidas as duas pelo exarcebamento do sentido de domínio.

Mas, entre a primeira e a segunda parte, entre os pilotos cosmopolitas e os engenheiros-cartógrafos, embora a diferença seja grande, persiste um laço e continuidade fundamental de cultura. As duas técnicas assentam num denominador comum — o sentido do espaço. E se os engenheiros Setecentistas beneficiavam duma tendência vital e fundo cultural elevados, a nova técnica de mensuração do espaço alia-se e funde-se constantemente com um sentido nacionalista. Todos êsses engenheiros constroem um Estado, o Brasil. Medem-lhe a grandeza pelo padrão continental. Circundam-no de fossos e fortalezas, que possam enfrentar vitoriosamente as arremetidas espanholas.

E, se o Engenheiro-mor surgiu no momento próprio, o mesmo poderemos dizer da floração dos engenheiros-cartógrafos, cuja forma de vida, generalizada a vastas classes, corresponde à grande expansão sertanista na América, como na África.

Mas, num e noutro caso, da expansão marítima e da terrestre, causa e efeito mudam ràpidamente de sentido. O que foi determinado passa a determinar. O engenheiro, que nasceu da expansão, irá, por sua vez, impulsionar, dirigir, medir e consolidar a expansão. Desde 1730, começa a desenhar-se êsse tipo social em Portu-

(1) Sôbre os três últimos nomes v. JAIME CORTESÃO, «Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri», III parte, t. I, docs. n.os I e II.

gal. A expansão bandeirante, que leva ao Alto Paraguai e às minas de Cuiabá, é conhecida apenas em 1719, na metrópole. Passados poucos anos, já os aprendizes de engenheiros afluem às Academias Militares, oficiais e particulares.

Sem a integração dêste fato na história do Brasil, como fator da sua evolução administrativa e política, é impossível compreender também a sua formação territorial, durante o segundo quartel do século XVIII e nos dois seguintes. Quinze ou dez anos antes da celebração do Tratado de Madri, todos os postos-chave do Brasil, ou são ocupados por engenheiros, ou por governadores que se fazem acompanhar de engenheiros ou cartógrafos. O Vice-Rei, Conde das Galveias, tem ao seu lado, utiliza e põe ao dispor do Governador de Pernambuco, em numerosas missões, um engenheiro e cartógrafo francês, Frei Estevão do Loreto; Gomes Freire de Andrade, o Governador do Rio e das províncias do sul, êle próprio imbuído do nôvo espírito cultural, tem como auxiliar direto, o engenheiro e cartógrafo, mestre de engenheiros e cartógrafos, José Fernandes Pinto de Alpoim; o Governador do Maranhão-Pará, Francisco Pedro de Mendonça Gorjão, tem por auxiliar o sargento-mor, geógrafo e cartógrafo, José Gonçalves da Fonseca; o Governador de Santa Catarina e fundador do Rio Grande, espécie de fronteiro-mor do sul, é o brigadeiro José da Silva Pais; na Colônia do Sacramento, ao lado do Governador Antônio Pedro de Vasconcelos, revezam-se os melhores técnicos portuguêses nas artes da engenharia e da cartografia, desde os Padres Matemáticos, Diogo Soares e Domingos Capacci, a André Ribeiro Coutinho; o Conde dos Arcos leva para a sua capitania de Goiás o geógrafo e cartógrafo, Francisco Tosi Colombina; e, na fronteira oeste, D. Antônio Rolim de Moura, Governador de Mato Grosso, é êle também engenheiro, astrônomo e cartógrafo.

De todos êstes homens, o que mais se aproxima do ideal do engenheiro Setecentista, em que se fundem o técnico, o político e o organizador, é José da Silva Pais, que funda províncias, constrói fortalezas e desenha mapas. Mas trata-se apenas do tipo, mais plenamente realizado, duma forma de vida nacional, suscitada pelos problemas da formação territorial do Brasil e aplicado com ardor à sua solução.

A MISSÃO DOS PADRES MATEMÁTICOS

Vimos que D. João V fizera contratar na Itália, para servirem como astrônomos ou, mais exatamente, como técnicos de observação das longitudes, os Padres Carbone e Capacci, da Companhia de Jesus, que em setembro de 1722 chegaram a Lisboa.

Sete anos decorreram entre êste fato e a partida do segundo daqueles sábios jesuítas, para o Brasil. Entretanto, os dois, e, em especial, o P.e Capacci, muniam-se da aparelhagem própria; faziam observações de latitudes e longitudes em todo o Portugal. E organizavam um observatório astronômico em Lisboa. Seguramente, o P.e Diogo Soares, também da Companhia de Jesus, realizou ao mesmo tempo uma aprendizagem técnica, que o habilitou a acompanhar o seu correligionário italiano na missão cartográfica ao Brasil.

Finalmente, pelo alvará de 18 de novembro de 1729, (1) D. João V, dirigindo-se ao Vice-Rei do Estado do Brasil e aos governadores e capitães-mores de tôdas as capitanias, distritos, vilas e freguesias dos sertões e respectivas autoridades administrativas e judiciais, notificava-lhes que "nomeara dois Religiosos da Companhia de Jesus, peritos nas matemáticas, que são Diogo Soares e Domingos Capacci, para fazerem mapas das terras do dito Estado, não só pela marinha mas pelos sertões", alegando as conveniências do govêrno e "para se evitarem as dúvidas e controvérsias dos novos descobrimentos, que se tem feito nos sertões daquele Estado de poucos anos a esta parte". Acrescentava-se ainda que os mapas se deviam fazer "com tôda a distinção, para que melhor se assinalem e conheçam os distritos de cada bispado, govêrno, capitania, comarca e doação..."

Fala-se também nêsse alvará numa provisão, assinada pelos conselheiros do Conselho Ultramarino, os mais antigos, contendo "as instruções da forma que devem fazer os ditos mapas". Essa provisão, cujo texto, até hoje inédito, vamos revelar mais adiante, é assinada, com efeito, por Antonio Ruiz da Costa e José de Carvalho Abreu; e tem a mesma data de 18 de novembro de 1729. O primeiro dos dois signatários, que então fazia as vêzes de Presidente do Conselho Ultramarino, foi certamente um dos mais notáveis dentre os conselheiros políticos de D. Pedro II, durante todo o seu reinado, e de D. João V, durante mais de dois decênios.

Podemos dividir a provisão das instruções em três partes: a primeira, a que se refere à cartografia, pròpriamente dita; a segunda, a um inquérito econômico e etnográfico; e a última, ao traçado dos limites entre as capitanias e bispados do Brasil.

Começa, pois, a provisão por ordenar que os dois Padres Matemáticos iniciem os seus trabalhos pelo Rio de Janeiro e de ali, "... caminhando para a parte que vos parecer mais útil para o meu serviço...". Não obstante esta declarada liberdade de iniciativa, que provàvelmente esconde o objetivo fundamental, a provisão

———

(1) Reproduzido à página 213.

continua: "convém muito que se façam mapas o mais que fôr possível dos vastos sertões do mesmo Estado, especialmente nos das Minas, que novamente se descobrirão para as partes da capitania do Espírito Santo", referência, esta última, às minas de ouro e diamantes da comarca do Sêrro Frio, descobrimento que alvoroçara a côrte e levantara graves problemas de administração.

Ordenava-se ainda que todos os mapas fôssem "graduados pela latitude e longitude geográfica, assim na marinha como no sertão, assinalando as cidades, vilas, lugares e povoações dos Portuguêses e dos Índios e as catas do ouro em sua verdadeira latitude e longitude geográfica, praticando o mesmo nos portos, rios, enseadas e abras..." . A seguir, Antonio Ruiz da Costa, seguramente o redator das instruções, revelava o seu atraso em matéria de cartografia contemporânea, pois advertia que não bastava "representar tôdas estas cousas por linhas e pontos em mapas, mas que êstes devem ser historiados, expondo-se nêles por escrito e a clareza que fôr possível, e em livro à parte por extenso, tudo o que houver mais digno de notar em cada uma das capitanias assinaladas nos ditos mapas".

A êsse tempo, mercê do ensino e exemplo do Engenheiro-mor Azevedo Fortes, a cartografia portuguêsa obedecia à escola francesa, alheia ao hábito, já um tanto arcaico, de historiar os mapas.

É certo que a provisão mandava reunir em livro à parte as informações, que na carta deviam constar em resumo, e que no seu conjunto representam um verdadeiro inquérito econômico e etnográfico. Assim é que a provisão encarregava os dois Padres de pôr por escrito "a capacidade dos portos e dos rios, se são navegáveis, até onde, com que embarcações, em que parte se passam a vau ou em canoas; que gente habita as suas margens; se há nêles algum pescado; se tem arvoredos na sua vizinhança; se êstes se podem cortar e conduzir com facilidade para povoado; se há nos seus distritos pastos e gados ..." . E logo o inquérito prosseguia sôbre tema etnográfico: "Se (os distritos) são habitados de índios ferozes e domésticos; e que modos têm êstes de viver; se os gentios têm alguma forma de religião, se adoram alguns ídolos; que modo têm de govêrno entre si e que armas usam ...".

Finalmente, ordenava-se: "Deveis apresentar os limites que tem cada um dos governos entre si; com Bispados ou comarcas das Ouvidorias Gerais, tomando para isso notícia da gente prática da terra, porque, se agora não tem havido divisa regular principalmente pelos sertões, ficando essa matéria quase tôda no arbítrio das gentes que foram povoando, porém sempre deveis apontar por linhas as divisões que por ora se praticam, como também as que vos parecerem que são mais cômodas e têm mais certa divisão pelos rios,

montes e serranias, assinalando os limites que estão em prática com linhas de uma côr e os que vos parecerem melhor com linhas de outra".

Não era esta a parte menos interessante das instruções. Traçando os limites entre os "governos", palavra de sentido lato, que excedia a divisão do território em capitanias, a missão dos Padres Matemáticos implicava, ainda que veladamente, o problema dos limites entre o govêrno geral do Brasil e o govêrno ou governos da América espanhola. Sob a vaga espécie, preparava-se o traçado preliminar ao do Tratado de Madri de 1750. E essa antecipação abrangia o mesmo conceito de limites naturais. Precursor, sob tantos aspetos, de Alexandre de Gusmão, o Presidente do Conselho Ultramarino, Antonio Rodrigues da Costa, já preconizava como mais certa a "divisão pelos rios, montes e serranias ...".

A provisão terminava com uma instrução que nos deixa compreender como o seu redator tinha a consciência da importância de certos elementos de geografia humana na formação do Estado. "Também, acrescentava, apontareis nos mapas os caminhos e estradas que há pelo sertão, apontando com uma côr as que se praticam e com outras as que vos parecerem mais cômodas e breves; e a distancia a que estão as cidades e vilas umas das outras".

Vamos ver que os dois Padres se desincumbiram o melhor possível da tarefa e tanto quanto lhes permitiu a exigüidade das suas fôrças em relação com a vastidão inimaginada do território a cartografar. Não obstante, mais identificados com o caráter estritamente científico da cartografia do seu tempo, realizaram obra de matemáticos; assinalaram, uma que outra vez, a existência e a localização das fazendas de gado e das catas de ouro ou de diamantes. Apontaram traçados de caminhos, mas não fizeram cartas historiadas, no sentido obsoleto em que Antonio Rodrigues da Costa as encomendara. Tampouco se conhece qualquer livro em que tivessem respondido ao inquérito econômico e etnográfico, tão especificado, na provisão.

Resta-nos fazer uma observação, que julgamos da maior importância, sôbre certa carência da provisão real. Embora ela o não diga expressamente, há tôdas as razões para supor que um dos principais objetivos dos dois Padres Matemáticos seria estudar, com objetividade científica e em certas linhas gerais, o problema da soberania das duas nações ibéricas na América do Sul, em relação ao meridiano de Tordesilhas.

Dilatada a ocupação portuguêsa até aos territórios de Cuiabá e ao Solimões, e afirmada por modo inabalável a vontade do govêrno espanhol, dos jesuítas do Paraguai e dos moradores de Buenos Aires, de radicarem plenamente e sem participação alheia, a sobera-

nia sôbre a margem setentrional do Prata, a primeira questão prévia a resolver para solucionar o problema dos limites entre a América portuguêsa e a espanhola era a da situação dos territórios ocupados por cada uma das nações em relação à célebre linha tordesilhana. O velho tratado quatrocentista continuava em vigor. Nenhum outro convênio o anulara expressamente. E, chegada a hora, os espanhóis não deixariam de acusar os portuguêses de ter violado o secular compromisso.

Parece-nos lógico inferir que outras instruções não decladas visassem a solução dessa questão prévia, assim como o melhor meio de a esconder nas novas cartas do Brasil. Sob o ponto de vista da cartografia o problema era o seguinte: descobrir por meio das longitudes observadas a posição exata das terras ocupadas pelos portuguêses na América, em relação ao arquipélago do Cabo Verde, isto é, ao meridiano de Tordesilhas, situado 370 léguas a oeste da mais ocidental das suas ilhas, e traçar uma carta do Brasil de coordenadas cientìficamente observadas, que ocultasse aquela averiguação.

O conhecimento exato da posição da linha de Tordesilhas, nos pontos principais, ou seja os términos *a quo*, ao norte e ao sul, na costa do Brasil e no sertão mineiro, seria de importância para o govêrno português, na medida em que permanecesse secreto e, maiormente, para os espanhóis.

Se não podemos encontrar qualquer instrução de ordem técnica sôbre a forma de traçar as cartas do Brasil, sabemos como foi cumprida. Estudamos um grande número das cartas geográficas do Brasil, traçadas, em colaboração ou separadamente, pelos P.es Diogo Soares e Domingos Capacci, e que existem no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa, na Mapoteca do Itamaraty e no Arquivo do Ministério da Guerra do Rio de Janeiro. Sempre que nessas cartas, a graduação das longitudes aparece numerada, e êsse é o caso mais comum — faz-se em relação ao meridiano do Rio de Janeiro.

De tôdas elas, a mais interessante tem por título "Nova e primeira carta da Terra firme e costa do Brasil, ao meridiano do Rio de Janeiro, desde o Rio de Prata, até Cabo Frio, com o novo caminho do Certão do Rio Grande até à cidade de S. Paulo. O (oferecida) E D (dedicada) ao Poderosissimo Rey o Sr. D. João V, pelo P.e M. (mestre) Diogo Soares S.J. seu G. (geógrafo) R. (real) no mesmo Estado".

De tôdas as cartas traçadas pelos dois cartógrafos, esta é a que abrange maior extensão de território e com a vantagem de nos oferecer a graduação das longitudes... mas, como sempre, referidas ao meridiano do Rio de Janeiro.

A carta é acompanhada duma escala de 36 léguas, sobreposta à qual o meridiano ou paralelo graduado, ficamos sabendo que o cartógrafo atribuia ao grau, a medida uniforme de 18 léguas, quer para as latitudes, quer para as longitudes e que, por conseqüência, se trata, neste caso, duma carta plana quadrada.

No canto inferior esquerdo o cartógrafo inscreveu numa pequena cartela uma série de sinais convencionais para "Cidades, Vilas, Fortalezas, Guardas, Missões do Paraná, Missões do Uruguai, Pozos, Falhas e Fazendas de gado".

Demo-nos ao trabalho de fazer traçar esta carta, sobrepondo-a a uma carta atual da mesma região. Comparando as longitudes da carta do Padre Diogo Soares com as do mapa contemporâneo, concluímos que a sua exatidão, dada a vastidão do território abrangido, é na maioria dos casos bastante perfeita. (1) Por isso mesmo não pode restar a menor dúvida de que os dois P.es observaram uma grande número de longitudes. Depreende-se das cartas do P.e Diogo Soares, cujos trabalhos cartográficos se estenderam por um número muito maior de anos, do que as do seu companheiro, que as observações astronômicas dos dois jesuítas abrangeram, quando menos, a costa desde a Capitania do Rio de Janeiro, inclusive, até ao Rio da Prata e à Colônia do Sacramento, e no interior, a Capitania de Goiás, desde 11° de lat. N; tôda a capitania de Minas; a de S. Paulo; e um agrande parte dos territórios que daí para o Sul, se estendem até ao Rio da Prata. Não obstante, conhece-se uma longa lista das latitudes que os dois Padres observaram e uma única longitude, a da vila de Goiás. (2) Dentre as latitudes dessa lista, 14 pertencem à costa do Brasil; 19 à Capitania do Rio de Janeiro; 15 à de S. Paulo; 116 à de Minas Gerais; e 33 à de Goiás. Embora incompleta, dá-nos uma idéia da localização predominante das atividades dos dois Padres.

Também neste caso é de estranhar se tenham conhecido as latitudes e não as longitudes. Por acaso, a longitude de Goiás é

---

(1) Demos alguns exemplos: A longitude da ponta leste da ilha de Santa Catarina sofre dum êrro de 12'; a do Presídio do Rio de S. Pedro coincide com a atual; a do Cabo de Santa Maria peca por um êrro de 7'; a da Colônia do Sacramento por 20'. No interior, S. Paulo sofre dum êrro, um pouco maior, de 25'; Curitiba, 15'; a foz do Iguaçu, de 5'. Duma forma geral, o curso do rio da Bacia do Prata está igualmente situado com pequenos desvios, excetuando a foz do Paraná, cujo êrro mínimo, é de cêrca de 2'. Também a posição das reduções dos jesuitas espanhóis, cêrca da margem esquerda do Uruguai, que mais tarde se designaram por Sete Povos, é bastante correta. Neste caso, a exatidão não provinha de observações próprias. Comparando, aliás, esta carta com o mapa do Paraguai do P.e J. Quiroga, de 1749, o qual pela primeira vez, dentre as cartas jesuíticas semelhantes, contém uma lista de longitudes, é lícito concluir-se que o P.e Diogo Soares pôde servir-se dum certo número de observações astronômicas dos seus correligionários do Paraguai.

(2) Publicadas na «Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro», T. XLV, 1ª parte, págs. 125-146.

a que peca por êrro maior, ou seja de 1° e 40'. Lembremo-nos, todavia, que La Condamine, um dos maiores astrônomos e geógrafos da época, ao observar, em 1742, a longitude da foz do Napo, pelo eclipse do primeiro satélite de Júpiter, cometeu um êrro de 3°. Já a sua observação da longitude de Belém do Pará é mais perfeita, porque lhe foi possível repetir a operação, volvidos alguns dias. Mas o êrro de La Condamine dá-nos a medida da competência dos dois Padres Matemáticos de D. João V e da justeza das suas observações.

Por que referiram então as longitudes observadas no Brasil ao meridiano do Rio de Janeiro?

É evidente que o meridiano do Rio de Janeiro, considerado como meridiano zero nas cartas dos Padres Soares e Capacci, representa apenas um artifício para esconder as longitudes em relação ao meridiano de Paris ou ao da Ilha de Ferro. As tábuas de Cassini, com as efemérides dos eclipses dos satélites de Júpiter, então utilizadas, referiam-se ao meridiano de Paris e só em relação a êste se podiam observar as longitudes dos diferentes lugares do planêta. Mas, conhecida a longitude da Ilha do Ferro em relação ao meridiano de Paris, era fácil, por uma simples operação de adição ou subtração, referir tôdas as longitudes, como era ainda vulgar, ao meridiano daquela ilha.

Operação semelhante se repetia para o Rio de Janeiro. Assim, por exemplo, Diogo Soares para conhecer a longitude do Presídio do Rio de S. Pedro, observava um ou mais eclipses dos satélites de Júpiter e calculava a diferença da hora, como lhe era forçoso, pelo meridiano de Paris, servindo-se das efemérides de Cassini, que lhe davam a hora dêsses mesmos eclipses na capital francesa. A seguir diminuia da longitude, assim, observada, a do Rio de Janeiro referida a Paris, e o que restava era a longitude do Presídio medida a partir do meridiano da primeira das duas cidades.

Sabe-se que o P.^e^ Capacci, apenas chegado ao Rio de Janeiro, durante o mês de fevereiro de 1730, começou por instalar o seu observatório no Colégio da Companhia, sôbre o morro do Castelo, e nesse mesmo ano traçava o "Plano Topográfico" da cidade e da Baía de Guanabara, referido ao meridiano daquele morro. (1) Podemos, por conseguinte, ficar certos de que o P.^e^ Capacci, apenas chegado a terras do Brasil, começou por observar a longitude do Rio de Janeiro, ou, mais exatamente, do morro do Castelo, em relação ao meridiano de Paris. Esta foi a operação inicial, que lhe

(1) Dêsse plano topográfico, que chegou a ser impresso em Paris, guarda-se uma cópia no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. É a primeira representação exata da Baía de Guanabara, da qual derivam posteriormente as demais figurações.

permitiu traçar o meridiano do Rio de Janeiro· As cartas seguintes, desde a barra de Santos até ao cabo de S. Tomé, traçadas pelos dois Padres, são igualmente referidas a êsse meridiano; e assim acontece com tôdas as cartas graduadas do P.e Diogo Soares, que nos foi possível estudar.

Estabelecido êste fato, podemos concluir:

Em primeiro lugar que, não incluídas na provisão, outras instruções sôbre a forma de traçar o "Nôvo Atlas do Brasil" mandavam graduar as longitudes pelo meridiano do Rio de Janeiro, expediente, porventura, sugerido pelos próprios Padres Matemáticos. Do contrário, fôra mais simples referi-las diretamente ao meridiano de Paris.

Em segundo lugar, que, por esta forma, podia-se ter uma imagem exata do Brasil, mas escondendo a sua longitude, em relação à Europa, à África e ao arquipélago de Cabo Verde. Só possuindo a longitude do Rio de Janeiro em relação ao meridiano de Paris, da Ilha do Ferro e, por conseqüência, com grande aproximação, o da Ilha de Santo Antão (de Cabo Verde) — verdadeira chave dessas cartas secretas, se entrava naquele conhecimento. Pode, pois, inferir-se, com segurança, que a referência das cartas do Brasil ao meridiano do Rio de Janeiro tinha por fim esconder o conhecimento das longitudes graduadas a partir dos meridianos, habitualmente empregados.

Finalmente, damos também por averiguado que um dos objetivos da missão dos Padres Matemáticos era fixar a verdadeira posição das terras ocupadas pela Coroa portuguêsa em relação ao meridiano de Tordesilhas, conhecimento único, que, em última análise, importava ocultar.

Que assim fôsse, historiógrafos contemporâneos dos dois Padres o confirmam, referindo a sua missão cartográfica, se não explícita, implìcitamente ao meridiano de Tordesilhas. D. Antonio Caetano de Sousa, em 1741, e Francisco Xavier da Silva, em 1750, escreviam que: "O Padre Capacci, depois de discorrer por grande parte do Reino... passou à América por ordem de S. Majestade, no ano de 1729, para ordenar as Cartas Geográficas daquele Estado, *e assentar, nos verdadeiros sitios, os Meridianos do Brasil e dos seus principais Portos e Cabos, com respeito aos estabelecidos na Europa e Ilhas de Cabo Verde,* dando-se-lhe por companheiro o Padre Diogo Soares, também da Companhia de Jesus, natural de Lisboa, e muito perito nesta ciência ..." (1).

(1) D. A. Caetano de Sousa, «História Genealógica da Casa Real Portuguêsa», tomo VIII, Lisboa, 1741, págs. 270-271; e Francisco Xavier da Silva, «Elogio Fúnebre e Histórico de... D. João V», Lisboa, 1750, págs. 162-163.

"Assentar nos verdadeiros sítios os Meridianos do Brasil... em respeito aos (Meridianos) estabelecidos na Europa e Ilhas de Cabo Verde" equivale, em linguagem menos discreta e mais concisa, a traçar a carta do Brasil, em relação aos meridianos de Paris e Tordesilhas.

E, em face da lógica e da asserção tão autorizada de D. Antônio Caetano de Sousa, damos como provável que no trajeto de Lisboa ao Rio de Janeiro, entre novembro de 1729 e fevereiro de 1730, o P.e Capacci tenha descido na Ilha de Santo Antão, embora a sua longitude fôsse conhecida com grande aproximação, como se pode ver na Dissertação já aludida, de Delisle, para observá-la com maior exatidão.

De que em Portugal e no Brasil se conservaram secretos os resultados das observações de longitudes do Brasil, obtidas pelos dois jesuítas, não faltam provas. Numa das longas legendas da sua carta da capitania de Goiás, queixava-se Francisco Tosi Colombina, em 1751, desculpando-se das inexatidões de posição: bem mais aproximado da verdade deveria ter estado "o P.e Diogo Soares, da Companhia, matemático, expedido expressamente da Côrte para isso; porém ... o pouco ou muito que tinha alcançado não o tinha comunicado nestas partes, de tal sorte que outro Governador (Gomes Freire de Andrade) ... por ocasião do contrato dos diamantes dos Pilões, ao chegar a esta vila (de Goiás) se supunha estar na paralela da Bahia de Todos os Santos, quando há mais de três graus de diferença em latitude ..." (1)

Teremos mais tarde ocasião de ver que um protótipo primitivo da carta da região de Goiás situava a vila do mesmo nome muito ao norte da verdadeira posição. Daqui se infere que do próprio Governador Gomes Freire de Andrade esconderam algumas observações de coordenadas e das mais importantes.

Esta averiguação é de grande alcance para se compreenderem as numerosas inexatidões do chamado Mapa das Côrtes, isto é, o mapa do Brasil e regiões limítrofes, traçado sob as vistas de Alexandre de Gusmão e sôbre o qual foi negociado o Tratado de Madri.

Se assim aconteceu no Brasil, lógico era sucedesse igualmente em Portugal. Sôbre essa reserva, temos uma prova decisiva e que, aliás, nos descobre a sua razão fundamental.

A primeira tarefa sistemática de observação de longitudes na América espanhola deve-se ao jesuíta Quiroga, que traçou a

---

(1) Da carta de Tosi Colombina existem exemplares na Mapoteca do Itamaraty e no Arquivo Público Mineiro, em Belo Horizonte. Neste segundo caso, em original colorido e perfeitamente conservado.

carta da Província jesuítica do Paraguai, de 1748, onde figuram 36 longitudes de outras tantas reduções. Mas observa o Padre Furlong Cardiff:

"La principal intención de los Superiores de la Compañia al encargar a Quiroga la composición deste mapa, facilitándole la tarea por todos los medios que podían, fué para que serviera de ilustración a la Historia de la Compañia de Jesús que habia escrito el P. Lozano y que aparecia al mismo tiempo que el mapa de Quiroga". (1)

Mas apesar dêsse mapa representar, pela primeira vez, uma região da América Espanhola, por meio duma série conjunta de latitudes e longitudes observadas, a carta do jesuíta espanhol sofre ainda de erros muito graves, como os que se referem à posição do curso do Paraguai. Erros semelhantes pululam na parte da costa brasileira, da qual o cartógrafo jesuíta não possuía longitudes observadas. É, todavia, certo que procurou completar a sua carta com os dados geográficos, mais exatos, de proveniência portuguêsa. Ouçamos de nôvo o Pe. Furlong Cardiff:

"Para poder rectificar la parte del Brasil, que Quiroga no había podido recorrer personalmente, acudió en demanda de un mapa al Pe. Manuel Campos, residente en Lisboa. Este jesuíta le escribia con fecha 3 de junio de 1743 y afirmaba: "Empezando por el mapa del Brasil digo que he hecho las más exactas diligencias tanto por mí como por mis hermanos para adquirir este Ofir, y no he podido hallarlo . . . Estos mapas del Brasil no son muy exactos, porque los portugueses ni piensan en estas bagatelas, y los extranjeros no tienen las noticias necesarias . . . ". Un mes más tarde escribia: "Finalmente hallé un mapa del Brasil de M. de Fer. Este mapa tal cual es, es moderno y asaz verdadero; pero no comprende más que las costa, y por lo que toca al mediterráneo o centro poco más tiene que papel. . ." (2)

Quem era êste Pe. Manuel Campos, que ao Pe. Quiroga comunicava esta resposta desalentadora, tão em contradição com a verdade dos fatos?

Havia então em Lisboa um Pe. Manuel Campos, jesuíta português e mais indicado para ser o destinatário da carta do seu confrade da Província do Paraguai. Cartógrafo êle também, ensinara durante alguns anos Matemática no Colégio Imperial de Madri, do qual saíra em 1733, mas onde podia ter conhecido o

(1) V. G. Furlong Cardiff (S.J.) «Cartografia jesuítica del Rio de la Plata», Buenos Aires, 1936, pág. 73.

(2) *Idem, ibidem.*

Pe. Quiroga, que, antes de vestir a roupeta, fôra oficial de Marinha, o que explica a sua formação cultural de cartógrafo.

Tudo parece, pois, indicar que êste seja o correspondente, em Lisboa, do jesuíta espanhol do Paraguai. E, sendo assim, temos de admitir que o Pe. Manuel Campos representava uma fôrça nacionalista na sua carta ao Pe. Quiroga. Como jesuíta português e matemático, e cartógrafo, e membro da Academia Real da História, é inconcebível que êle desconhecesse não só a renovação da cultura cartográfica em Portugal, então em pleno impulso, mas a missão dos Padres Diogo Soares e Domingos Capacci no Brasil. Por essa época já D. Antônio Caetano de Sousa divulgara na "História Genealógica da Casa Real Portuguêsa", quer o envio dos dois Padres Matemáticos ao Brasil, quer, ainda que por forma velada, um dos objetivos essenciais da missão respectiva: traçar os meridianos daquele Estado em relação aos meridianos da Europa e do arquipélago do Cabo Verde. Por essa época, já em Lisboa, no Conselho Ultramarino e na Biblioteca do Paço se guardavam dezenas de cartas dos Padres Capacci e Soares, e em especial, a "Nova e primeira carta da Terra firme e costa do Brasil, ao Meridiano do Rio de Janeiro desde o Rio da Prata até ao Cabo Frio, com o nôvo caminho do Sertão do Rio Grande até à cidade de S. Paulo", traçada cêrca de 1704, pelo Pe. Diogo Soares, a qual interessava no mais alto grau aos jesuítas do Paraguai.

Com efeito, conhecidas as longitudes das reduções dos tape, cêrca da margem direita do Uruguai, mais tarde chamada os Sete Povos, em relação ao meridiano de Paris, e conhecida igualmente a longitude aproximada da Ilha de Santo Antão, posição que fôra divulgada por Delisle, como vimos, em 1722, facílimo seria aos jesuítas do Paraguai, desde que entrássemos na posse daquela carta do Pe. Diogo Soares, concluir a posição aproximada do meridiano de Tordesilhas e que, por conseqüência, os territórios do Rio Grande de S. Pedro, como os de Santa Catarina, estavam dentro da zona de soberania espanhola, marcada pela velha linha divisória.

E se, de fato, o correspondente do Pe. Quiroga era, como cremos, o jesuíta português, Pe. Manuel Campos, essas são as razões que explicam a farsa, de inspiração nacionalista, com que iludia aquêle seu colega, de quem não podia ignorar a capacidade e as intenções. (1)

---

(1) Ao que parece as suas tendências nacionalistas vinham de longe. No seu *Diário* (pág. 148) informava o Conde de Ericeira, a 16 de março de 1733: «Ainda se não sabe bem a causa porque o Pe. Manuel Campos, da Companhia, que tinha sido chamado para Lente de Matemática em Madri, e chegou a Lisboa, foi mandado sair em 24 horas daquela Côrte. Dizem que por falar em que o Príncipe (das Astúrias) tomasse o govêrno do Reino ...». Como é sabido o Príncipe era casado com D. Bárbara de Bragança, filha de

A não aceitarmos esta hipótese, haveríamos de admitir que vivia então em Lisboa um Padre jesuíta espanhol, com o mesmo nome de Manoel Campos, e igualmente apto a satisfazer o pedido do Pe. Quiroga. Mas, forçoso nos seria crer também que êsse Padre, integrado no meio cultural da capital portuguêsa e dispondo de grande facilidade de informar-se junto dos seus irmãos da Companhia, não conseguira lobrigar fatos gerais de cultura e de sua aplicação, que eram notórios e públicos.

Esta hipótese nos parece muito menos viável que a primeira. Por isso nos inclinamos a crer que o Pe. Manuel Campos era português e obedecia a uma política de segrêdo cartográfico, ao transmitir as suas fantásticas informações ao Pe. Quiroga. Os mapas dos "Padres Matemáticos" eram segrêdo de Estado. E ainda quando tivermos de admitir a segunda hipótese chegaríamos a conclusão idêntica: a de que o suposto jesuíta espanhol Pe. Manoel Campos fôra ludibriado pelos seus irmãos portuguêses e vitíma inocente daquela mesma política.

A prova de que os padrões oficiais dos dois Padres Matemáticos se conservaram secretos está em que, a par dessa cartografia científica e de Estado, continuou a desenvolver-se uma cartografia espontânea de sertanistas, lusos e luso-brasileiros, que consignavam no papel o traçado sumário e empírico dos seus descobrimentos. Entre essas cartas de bandeirantes, utilizada a palavra na acepção mais genérica, e as do Pe. Diogo Soares, as diferenças são enormes. Naquelas pululam os erros de posição, embora obedeçam a uma tendência semelhante: por via de regra, as longitudes são deslocadas para leste. E, como a conseqüência é sempre igual: incluir na soberania portuguêsa, conforme a demarcação de Tordesilhas, uma parte maior da América Meridional, torna-se difícil conceber que êsses cartógrafos amadores não errassem adrede e em obediência a um propósito político.

Lusos e luso-brasileiros, igualmente dotados dum agudo sentido do espaço, elaboravam muitas cartas, das quais a grande maioria se perdeu e de cuja existência temos notícia apenas por documentos escritos. Comandantes de tropa, a quem as obrigações militares forçavam a grandes deslocamentos; sertanistas cujas atividades múltiplas alargavam a muito vastos territórios o raio da ação; e mineradores nômades, por necessidade ou ambição, contribuíram com seus traçados, para uma carta nativa e espontânea

---

D. João V. Esperavam-se, com o seu acesso ao trono, grandes modificações na atitude hostil da Côrte de Madri para com Lisboa. Assim veio a suceder. E é difícil explicar a expulsão do sábio jesuíta, por forma violenta, que não fôsse por aquela razão, tão ofensiva para os sentimentos lusófobos de Isabel Farnésio.

do Brasil, em formação, da qual os dois protótipos conhecidos são a "Demonstração Geográfica do Brasil", feita por João de Abreu Gorjão, cêrca de 1742, e a de Tosi Colombina de 1751, a qual, em nosso curso de História da Cartografia do Brasil, chamamos carta dos caminhos do Brasil. (1) Mas, num como noutro caso, o cartógrafo pouco mais fêz do que reunir e coordenar num todo único, os traçados, os *riscos* dos sertanistas de acaso ou profissão.

Demos três exemplos: José Ruiz de Oliveira, Cristóvão Pereira de Abreu e Simão Bueno, os dois primeiros portuguêses, o último paulista.

José Ruiz de Oliveira, que fôra Mestre-de-Campo das Companhias de Dragões de Minas, gabava-se numa petição dirigida a D. João V, e em que expunha os seus serviços, de haver traçado "as plantas para se edificarem os quartéis de Vila Rica e Carmo, assistindo à sua construção" e de haver descrito "mapas mui exatos de todo aquele Estado" (do Brasil). Fizera parte igualmente das fôrças que, em 1724, tentaram a ocupação de Montevidéu. (2)

Em carta ao Cardeal da Mota, de 12 de outubro de 1731, Ruiz de Oliveira, depois de censurar "um chamado mapa do Brasil", composto pelo Tenente-General Félix de Azevedo, cujos erros e, em particular, de coordenadas, apontava, dizia: "Como há tanta necessidade em Portugal de um mapa verdadeiro e certo da Província do Brasil... me animo a oferecer por esta causa um mapa de Cuiabá e Goiazes aos olhos de V. Eminência ..." (3)

Não conseguimos encontrar essa e as demais cartas do Mestre-de-Campo dos Dragões de Minas.

Cristóvão Pereira de Abreu, "o desbravador do Rio Grande do Sul", como lhe chamou Aurélio Pôrto, conhecia, como ninguém, os caminhos que ligavam Minas à Colônia do Sacramento. Já em 1702 arrematava por 70.000 cruzados o contrato das "caçadas de couros" nas campanhas da Colônia, e até à celebração do Tratado de 1750 são inúmeros os serviços que prestou à expansão e consolidação da soberania portuguêsa do Brasil Meridional. "Maior que todos ... diz ainda Aurélio Pôrto, é o símbolo perfeito de todos os povoadores do Rio Grande". (4)

---

(1) A Carta de Abreu Gorjão, que se guarda no Museu Naval de Madri, foi publicada por Julio F. Guillen y Tato, em «Cartographia Indiana», Madri, 1942, I vol. onde tem o nº 83. Da segunda já demos nota dos lugares onde se guarda.

(2) Lemos essa petição no Arquivo Público Mineiro, Lº 44, 1ª seção, fol. 38-39v.

(3) V. Jaime Cortesão, "Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid, Antecedentes", tomo I, doc. nº LX.

(4) V. Aurélio Pôrto, *História das Missões Orientais do Uruguai*, tomo I, Rio, de Janeiro, 1943, págs. 353-381, onde corrige e acrescenta notàvelmente o estudo anterior do General Borges Fortes, «Cristovão Pereira», Rio de Janeiro, 1931.

Alguns dos primeiros mapas do Rio Grande e das suas ligações itinerárias com S. Paulo foram traçados por Cristóvão Pereira, e dos seus informes se valeu muito o Pe. Diogo Soares. (1)

Mais interessante é o caso do bandeirante Simão Bueno, neto, ao que supomos, de Bartolomeu Bueno, o Anhanguera II. Em 1746, com uma tropa de companheiros, do caminho para Buenos Aires, onde o levaria provàvelmente o rendoso negócio da troca de ouro em pó pela prata amoedada dos espanhóis, Simão Bueno deteve-se na redução de Japeju, e aí um jesuíta sagaz procurou obter dêle seguras informações sôbre as minas, em especial de Goiás e Mato Grosso, e da sua posição em relação ao Meridiano de Tordesilhas. De tudo o astuto Padre, em longa memória, tomou nota.

Já então os jesuítas espanhóis tinham conhecimento da missão dos "Padres Matemáticos" ao Brasil e não deixarão de perguntar com viva curiosidade pelas suas atividades e o resultado das suas apurações no Brasil. Embora a memória, a que nos estamos referindo e em que se registram os informes de Simão Bueno, tenha sido escrita depois de 1746, mas antes de 1750, pois ali não se fala do Tratado, os jesuítas do Paraguai já então estavam a par ou ficaram prevenidos do principal objetivo da missão cartográfica dos seus dois irmãos da Companhia.

Eis o que ali se escreve: "Para mas certificarse el Rey de Portugal si estas minas le pertenecian o no embió de Europa estes años pasados dos Jesuitas italianos inteligentes en las matemáticas para que en el Brasil hiciesen suas observaciones astronomicas y viesen en que parte del circulo mencionado (circulo máximo ou meridiano de Tordesilhas) caian dichas minas, si al oriente o al occidente ..." (2)

Mais adiante nos ocuparemos dos informes dados por Simão Bueno aos jesuítas da redução de Nossa Senhora dos Reis do Japeju. Voltemos agora à carta geográfica, traçada pelo bandeirante paulista. Diz, pois, o Padre, autor da memória referida, que, tendo curiosidade de saber várias coisas no tocante ao Brasil, e, em especial, informar-se da situação das minas de Cuiabá, resolveu traçar uma carta geográfica, na qual recolhesse os novos conhecimentos geográficos, transmitidos por Simão Bueno. E acrescenta que êste traçou, à sua vista, "de su propria mano un mapa que contenia los puntos mas principales que yo deseaba saber, cuyo original para en mi poder". Não podemos alcançar a própria carta traçada por Simão Bueno, mas sim o mapa composto pelo jesuíta

(1) V. Aurelio Pôrto, ibidem.

(2) V. «Antecedentes», t. II, doc. nº XV.

anônimo e que inclui aquêle. A diferença não pode ser grande, tanto mais quanto na cópia deslisaram algumas palavras em português.

Êsse mapa abrange o vasto território que vai do Cabo Frio à lagoa dos Patos e pelo interior se estende até à bacia do Paraguai, desta sorte abrangendo as capitanias do Espírito Santo, Minas Gerais e S. Paulo, a qual a essa data englobava os territórios de Goiás, Cuiabá e Mato Grosso. A um primeiro golpe de vista se reconhece quanto as coordenadas geográficas pecam por grandes erros. Nem por isso a carta deixa de ter o mérito de exemplificar, por maneira flagrante, o grande sentido topográfico dos bandeirantes e a extraordinária capacidade para dar forma gráfica ao conhecimento dos vastos territórios que exploravam.

Nos largos espaços despovoados avultam os caminhos. A cartografia do Brasil é então essencialmente uma cartografia de comunicações. Lá se vê a estrada das *monções*, que descia o Tietê e o Paraná, subia o Pardo, baixava o Taquari, subia o Paraguai e o Cuiabá até às minas dêste nome, ou inflectindo do Paraguai pelo Jauru, alcançava Mato Grosso. A par desta, ali figuram também os caminhos terrestres que ligavam S. Paulo, por um lado, às Minas Gerais, a Goiás e a Mato Grosso e, por outro, ao Rio Grande do Sul, passando por Curitiba e o continente de Santa Catarina.

Apesar de que nessa carta pululam erros grosseiros de posição, quer o Padre redator da memória, quer o Padre Quiroga, homem de grande cultura astronômica e cartográfica, supuseram que o mapa por Simão Bueno debuxado refletia os conhecimentos e as observações dos dois Padres Matemáticos, que haviam traçado as novas cartas do Brasil. "Todas estas noticias", diz-se na memória, "communiqué y conferi despues con el padre Josef Quiroga, de nuestra Compañia, el qual en la corte de Madrid habia visto un mapa muy exato de las minas de Cuyabá y otras partes del Brasil, que en la corte con mucha cautela habian procurado haber y copiar de un que habia en la Casa de Contrataccion de Lisboa. De este mapa de las mina de Cuyabá que el padre Quiroga vió en Madrid sacó una copia para si, dicho padre, lo qual viendo un gran señor de la Corte se la pedió prestada, y por último se quedó con ella por tener empacho de pedirsela el padre Quiroga, (1) que me aseguró que enquanto se podia acordar todas

(1) Temos razões que adiante expenderemos, para crer que êste grande senhor da Côrte de Madri fôsse D. José de Carvajal, presidente do Conselho de Índias e futuro negociador espanhol do Tratado de Madri.

las noticias que los portugueses me dieron de las minas de Cuyabá e su situacion y otras partes del Brasil estaban muy conformes a la Carta que el habia visto en Madrid". E mais adiante, referindo-se ao mapa geral das minas e país do Brasil, feito pelos Padres Matemáticos, acrescentava: "El mapa que hiso este padre matematico es, segun parece por muchas conjecturas, el que vió el padre Quiroga en la corte de Madrid, que como diche procuraron haber en nuestra corte con mucha cautela de uno que habia en la Contractacion de Lisboa".

Revestem-se êstes informes do jesuíta anônimo duma grande importância para mais tarde compreendermos as razões que levaram D. José de Carvajal a aceitar como bom o mapa das Côrtes, depois de se haver informado precisamente com o padre Quiroga, ao qual pediu o seu parecer sôbre os problemas puramente cartográficos em questão. Prova-se também que a política de segrêdo usada com a missão dos Padres Matemáticos resultara plenamente. O padre Quiroga, na época em que se negociava o Tratado de Madri, convencia-se de que uma carta, traçada por um bandeirante, sem a menor exação, sob o ponto de vista da geografia matemática, podia corresponder ou reproduzir nas suas linhas gerais a carta geral, que representava o fruto de muitos anos de observação dos padres Diogo Soares e Domingos Capacci.

Vejamos entretanto se podemos perlustrar as primeiras atividades dos dois cartógrafos, desde a sua chegada ao Rio de Janeiro. A 24 de fevereiro de 1730, pouco após a sua chegada, o governador da capitania, em cumprimento das reais ordens, arbitrava aos dois Padres a quantia de cem mil réis mensais para a sua subsistência, pagamento de dois criados "e mais ministérios pessoais", desde o dia do desembarque naquele pôrto. (1)

A 4 de julho dêsse mesmo ano já o padre Diogo Soares dava conta ao rei das suas atividades e das do seu companheiro. Informava êle que desde a sua chegada, "tinham visto sondado e riscado todo aquêle grande recôncavo e suas ilhas que são inumeráveis; visitado, medido e feito plantas de tôdas as suas fortalezas", que não enviavam juntamente por não se poderem pôr na última perfeição. O Padre, que era homem de grandes espíritos patrióticos, alargava-se em considerações sôbre as necessidades de intensificar a defesa do Rio de Janeiro; e acrescentava que já então juntara "grande cópia de notícias, roteiros e mapas dos melhores sertanistas de S. Paulo, Cuiabá, Rio Grande e do Prata".

---

(1) V. «Antecedentes», t. I, doc. nº LXVI.

Manifestava também a opinião de que as latitudes e longitudes das cartas estrangeiras andavam erradíssimas. (1)

Pareceu ao Conselho Ultramarino que S. Majestade deveria mandar louvar o zêlo e aplicação dos dois Padres, "advertindo-lhe porém que o principal fim a que foi mandado êle e o seu companheiro foi o fazerem as cartas geográficas daquelas capitanias de que muito se necessita, nem será conveniente se divirtam em diferente emprêgo, porque ainda que êstes religiosos possam ser muito cientes na arquitetura militar, não têm a ciência prática de que se necessita, sem a qual se não pode esperar tenham bom efeito as obras que desenharem ..." (2)

O Padre Diogo Soares era, como se vê, um representante típico da sua época em Portugal. Matemático, participava igualmente das artes de engenharia e ansiava por colaborar por modo mais completo na formação dos Estados do Brasil. De tôda a sua correspondência ressai êste sentido, por essa época tão português, dos deveres do servidor do Estado. O homem nacional irrompe através da roupeta, por vêzes num irreverente contraste com a austeridade da regra religiosa.

Quando, na sua longa peregrinação por Minas, se dá conta dos descaminhos, não hesita em denunciar os fraudadores do fisco. Assim procede com certo Quintino de Araújo, que ali conhecera. Em carta, escrita em 12 de fevereiro de 1735, de S. Paulo, a Martinho de Mendonça, delata sem rebouço o descaminhador: "mas como agora sei com certeza que êste último determina passar a esta cidade, em chegando avisarei ao senhor Conde (de Sarzedas) que recolha êste pássaro, que, como dizem, canta bem, suponho que não há-de cantar pouco. E eu que o desejava já ouvir, porque não deixo de ter também meu bocado de desavergonhado". Não eram brandos os processos para fazer cantar esta espécie de pássaros. Por isso o Padre justificava-se: "Acudo por quem me sustenta e sirvo e assim bem se me pode desculpar esta falta de escrúpulos". (3)

Terminados os seus trabalhos no Rio de Janeiro, tencionavam os dois Padres continuar as suas observações até ao Cabo Frio e daí passar a Minas. Mas os governadores do Rio de Janeiro e da Colônia do Sacramento instam com êles para que passem a esta última praça, onde chegam a 24 de outubro de 1730; e dali a 27 de junho do ano seguinte o padre Diogo Soares escreve ao mo-

(1) V. Pe. Serafim Leite, «História da Companhia de Jesus no Brasil», tomo IX, pág. 393, onde se transcreve a carta na íntegra.

(2) «Antecedentes», doc. nº LVIII.

(3) *Ibidem*, doc. nº LXVI.

narca uma carta do mais alto interêsse para a história da formação do Brasil meridional.

Por ela ficamos sabendo que o interêsse de Antônio Pedro de Vasconcelos em chamar os dois Padres era principalmente o da defesa da Colônia, isto é, delinear a melhor forma de alargar a povoação, renovar as fortificações e construir novas muralhas. Mas o Padre, na perfeita consciência dos objetivos políticos da sua missão, acrescentava que o animara a partir o parecer-lhe que era indispensável ao "Nôvo Atlas desta América portuguêsa a notícia de uma parte, que V. Majestade com inveja de tôdas as nações da Europa nela domina e, se não a mais rendosa por ora, sem dúvida a mais fértil e mais saudável, a mais abundante e a mais deliciosa", a essa data já o Padre Diogo Soares fizera a planta da cidade; o plano da nova fortificação; a planta do Recôncavo e Ilhas de S. Gabriel; tirara também, "com a cautela, que me pareceu precisa", um pequeno mapa das campanhas da Colônia; e, finalmente, o plano do Rio da Prata. (1)

Nessa mesma carta queixava-se também o Padre, ainda que por modo discreto, de que o seu companheiro, o Padre Domingos Capacci, partira para o Rio de Janeiro levando consigo todos os instrumentos necessários para observar as coordenadas geográficas. Isso o impedia de levar a cabo seu projeto, que era passar ao Rio Grande, Santa Catarina, Laguna e outros portos da costa, e vendo do caminho o sertão — plano, que êle tinha pelo mais necessário ao serviço real, principalmente no que se referia ao Rio Grande e às suas campanhas. Nem deixava de avisar o Rei de que, abertos os dois caminhos novos que ligavam o Rio Grande com S. Paulo e desguarnecida a barra de fortificação, ficavam abertas as portas para a Espanha e os padres das Missões chegarem até às Minas.

Como o Pe. Capacci levava consigo os instrumentos necessários para observar as coordenadas, e chegaram a 24 de outubro de 1730 à Colônia, podemos concluir que nesse mesmo ano êle deve ter observado a respectiva longitude. Êsse era, já o vimos, um dos objetivos máximos da missão dos dois Padres. É muito possível que, na viagem de regresso ao Rio de Janeiro, o Padre Capacci tivesse aportado a algum lugar da costa para realizar também observações de latitude e longitude. De qualquer forma, em princípios de 1731, já em Portugal se conhecia que a Colônia

---

(1) A planta da Colônia do Sacramento e o mapa do Rio da Prata, abrangendo as campanhas até o Rio Negro e tôda a rêde hidrográfica da margem setentrional do estuário, foram publicados, pelo General Rêgo Monteiro, no primeiro tomo de sua obra sôbre a Colônia do Sacramento, várias vêzes citada.

do Sacramento estava muito para oeste e longe do meridiano de Tordesilhas.

Em fins dêste ano de 1731 já os dois Padres se encontravam no Rio. E por uma carta de Vahia Monteiro, escrita a 9 de dezembro de 1731, ao seu colega da Colônia, ficamos sabendo os motivos das discretas censuras do Padre Soares ao seu companheiro de trabalhos. "O Padre Diogo Soares, escrevia o governador do Rio, aqui fica bom, mas tão desunido com Domingos Capacci, como estarão sempre. As diferenças fundadas em emulação de ambos os gênios não têm remédio; e suposto que ambos digam que querem a concórdia, como o contrário está no caso digo que no coração importa de coisa nenhuma. E agora partiu o Padre Capacci, só, a demarcar esta costa daqui para o norte até à Capitania do Espírito Santo, e o Padre Diogo Soares fica para ir para as Minas Gerais ..." (1)

Os fatos desmentiram as previsões pessimistas do governador do Rio. Os dois "Padres Matemáticos", talvez por obediência a superiores hierárquicos, congraçaram-se, e passaram os dois a trabalhar conjuntamente em Minas. Duma correspondência relativamente numerosa dos dois cartógrafos para Martinho de Mendonça, durante os anos de 1734 e 1735, se vê que nos princípios dêste último ano já se encontravam em S. Paulo, depois de haver terminado a carta ou as cartas de Minas, incluindo a do Sêrro Frio e dos seus rios. (2)

Dessas cartas se depreende também que o Padre Capacci já estivera nas Minas Novas (dos Goiazes) e que o Padre Diogo Soares projetava partir para ali, certamente para completar as observações do seu colega, em começos de 1735.

Ao que me parece, tendo ficado em S. Paulo, o Padre Capacci dedicou-se a fazer a carta dessa capitania e deve ter estendido as suas observações até Curitiba, cuja latitude figura na lista já atrás mencionada.

Inferiu Aurélio Pôrto de certos documentos que o Pe. Domingos Capacci alargara, durante o ano de 1736, a pedido do governador do Rio de Janeiro, José da Silva Pais, as suas observações ao Rio Grande de S. Pedro. (3) O Pe. Serafim Leite, baseando-se por sua vez, mas equivocadamente, nas afirmações daquele historiador, informa que o mesmo Padre estivera no Rio Grande no ano anterior, ou seja em 1735. (4) Mas a verdade é

---

(1) *Documentos Interessantes*, V. I, págs. 241-242.

(2) *Antecedentes*, docs. n.os LXII a LXVII.

(3) *História das Missões Orientais do Uruguai*, pág. 350.

(4) *Hist. da Companhia de Jesus*, vol. VI, pág. 527.

que o pedido de José da Silva Pais ao Padre Capacci para que êste embarcasse para o Rio Grande e aí fizesse tôdas as observações geográficas, convenientes à sua ocupação, data de janeiro de 1736. (1)

As mesmas informações daquele historiador da Companhia de Jesus nos convencem de que o Padre Capacci não chegou a desempenhar-se da incumbência, pois, tendo adoecido de febres malignas, que duraram dois meses, faleceu em S. Paulo a 14 de fevereiro de 1736. (2)

Desde 1736 até 1748 a missão cartográfica ficou reduzida ao Padre Diogo Soares. Só em 1738, no seu regresso de Goiás, êle pôde dedicar-se à cartografia do Rio Grande de S. Pedro. Dessas atividades nos ocuparemos mais tarde. Por agora convém mais uma vez frisar que desde 1730 e nos anos seguintes até 1746 se pôde conhecer, com grande aproximação, o têrmo *a quo* por onde passava no sul o meridiano de Tordesilhas. Alexandre de Gusmão, que certamente conheceu os resultados das observações dos dois Padres, cedo deve ter compreendido que, para celebrar um tratado de limites do Brasil com a América espanhola, era indispensável prescindir do velho convênio quatrocentista e buscar outra base jurídica às pretensões portuguêsas.

Agora que já conhecemos o início e os trabalhos da missão dos dois Padres durante os seis primeiros anos, melhor podemos avaliar até que ponto se formou uma lenda, no próprio Brasil, à volta dos seus trabalhos. Quando, em 1746, Simão Bueno se encontrou com os jesuítas da redução do Japeju, eis o que lhes transmitiu: "Quando los dos Padres jesuitas matematicos italianos vinieron de Portugal al Brasil, desembarcaron en la Bahia de Todos Santos . . .". Com esta mesma exação seguem-se os restantes informes. Da cidade do Salvador os dois jesuítas teriam seguido para as minas de Goiás; daí para as de Mato Grosso e logo para as de Cuiabá; daqui haveriam tomado a derrota pelo caminho ordinário das monções para S. Paulo, donde teriam regressado a Goiás e às Minas Gerais. Não brilham por mais exatidão os restantes informes. Simão Bueno sabia que um dos "Padres Matemáticos" havia falecido e informara também que o restante finalizara as suas viagens em S. Paulo e daí voltara ao reino, levando a sua carta do Brasil.

O fato é que, às vésperas da assinatura do Tratado de Madri, os jesuítas do Paraguai, que haviam de combatê-lo com violência,

(1) V. VARNHAGEN, *Hist. Geral do Brasil*, 3ª ed. t. IV, pág. 57, onde se publica, na íntegra, um dos documentos citados por Aurélio Pôrto.

(2) Obra cit. vol. VIII, pág. 130.

sabiam da missão dos "Padres Matemáticos" ao Brasil, mas ignoravam o seu resultado. O mesmo Padre José Quiroga, o mais abalisado cartógrafo da Companhia na América do Sul, durante a primeira metade do século XVIII, acreditava que um mapa de bandeirantes, improvisado dum jato, para ilustrar informações verbais, pudesse corresponder, ainda que por modo lato, à carta de coordenadas observadas dos "Padres Matemáticos". Assim, a averiguação fundamental dessa cartografia, quer dizer, a posição do meridiano de Tordesilhas, ciosamente escondida pelos portuguêses, era-lhes desconhecida.

Para concluir êste capítulo resta-nos considerar que a missão dos "Padres Matemáticos" Diogo Soares e Domingos Capacci, prolongada durante dezoito anos, foi a primeira expedição geográfica e cartográfica, enviada a qualquer das Américas por uma nação européia, com fins sistemáticos de Estado, como estudo preparatório para delimitar a soberania política entre os domínios de nações confinantes.

É certo que já no século XVII Luís XIV enviara, em expedições sucessivas, alguns astrônomos à América, África e Ásia, para observarem as longitudes de alguns acidentes geográficos mais notáveis daqueles continentes. Mas tratava-se, nesse caso, de objetivos muito mais científicos que políticos, o que, aliás, não lhes diminui o mérito.

Da Espanha, descuidosa dêsses problemas, só os jesuítas do Paraguai e, em particular, os Padres Ventura Soares e José Quiroga se ocuparam de operações astronômicas para traçar um mapa de longitudes observadas. Mas, também neste caso, os seus objetivos foram ou puramente científicos ou, quando políticos, limitados aos interêsses da Companhia. Durante a primeira metade do século XVIII o govêrno espanhol, confiado em demasia na superioridade dos seus recursos sôbre o govêrno português, não cuidou da fazer realizar, com a previsão indispensável, uma tarefa semelhante à missão daqueles "Padres Matemáticos".

É certo que, em 1735, o govêrno espanhol enviou à América dois marinheiros astrônomos Jorge Juan e Antonio de Ulloa, em missão científica. Mas, em verdade, a iniciativa partira da Academia das Ciências de Paris. Os dois notáveis cientistas espanhóis foram designados para formar parte da comissão composta dos acadêmicos franceses Luís Godin, Pedro Bouguer e Carlos Maria de la Condamine, que naquele ano se dirigiram à América do Sul para medir o grau terrestre nas proximidades do Equador. No seu regresso à Espanha em 1744, os dois astrônomos espanhóis publicaram uma série de obras dum grande interêsse científico e

político, entre as quais devemos destacar as "Observaciones astronomicas y fisicas hechas de orden de S.M. en los Reynos del Peru" e "Notícias secretas", sôbre o estado dos costumes e administração pública nos domínios espanhóis da América do Sul. A publicação destas notícias, as quais, como o seu qualificativo indica, eram estritamente destinadas ao govêrno, feita em Londres contra vontade dos autores, causou tremendo escândalo. Jorge Juan e Antonio Ulloa, e em particular o primeiro, presidiram em Espanha a uma renovação científica, na ordem da geografia, da astronomia e da cartografia, semelhante à que em Portugal começara a operar-se um quarto de século antes.

Dentre os trabalhos dos dois marinheiros-astrônomos espanhóis damos um lugar à parte, pela sua importância para esta obra, à "Dissertacion historico-geografica sobre el Meridiano de demarcacion entre los dominios de España y Portugal" que, em 1749, escreveram e publicaram, não sem alguma acrimônia contra as reivindicações territoriais portuguêsas na América do Sul. Como o título está indicando, tôda a dissertação gira em volta da situação do meridiano de Tordesilhas, considerado como base da partilha daquele continente entre as duas nações ibéricas. Mas os seus autores continuam a servir-se de observações de astrônomos franceses, tôdas mais ou menos antiquadas e de escassa relação com a América do Sul, excetuando as de Condamine, para provarem as grandes usurpações dos portuguêses.

Nem uma palavra sôbre as observações e as cartas geográficas dos Padres Soares e Capacci. O segrêdo fôra bem guardado e breve iria frutificar no Tratado de Madri.

ALVARÁ DE D. JOÃO V NOMEANDO OS MATEMÁTICOS PADRES DIOGO SOARES E DOMINGOS CAPACCI PARA SE PASSAREM AO BRASIL (18 DE NOVEMBRO DE 1729)

Eu el-rei faço saber aos que este meu alvará virem, e em especial ao vice-rei e capitão-general de mar e terra do Estado do Brasil, governadores do Rio de Janeiro, S. Paulo, Minas Geraes, Pernambuco, Maranhão, capitão-mor da Parahyba, e mais capitães-mores de outras capitanias, districtos, villas e freguezias dos sertões do dito Estado, officiaes das camaras das cidades e villas d'elle, ouvidores-geraes das comarcas, juizes de fora e das terras, provedores de minha fazenda, thesoureiros e almoxarifes, e assim também aos donatários das terras da corôa, sitas no dito Estado do Brasil, ou seus tenentes, e ouvidores, que eu hei por meu serviço e muito conveniente ao governo e defensa do mesmo Estado, boa administração da justiça, arrecadação de minhas fazendas; e para se evitarem as duvidas e controversias que se tem originado dos novos descobrimentos, que se tem feito nos sertões daquelle Estado de poucos annos a esta parte, fazerem-se mappas das terras do dito Estado, não só pela marinha, mas pelos sertões, com toda a distincção, para que melhor se assignalem e conheçam os districtos de cada bispado, governo, capitania, comarca e doação; para esta diligencia nomeei dois religiosos da companhia de Jesus, peritos nas mathematicas, que são Diogo Soares e Domingos Capassi, que mando na presente occasião para o Rio de Janeiro, e lhes mandei dar ajuda de custo competente para se aviarem para a viagem, e dois criados que levam em sua companhia, os quaes lhe hão de assistir emquanto durar a diligencia e hão de ser pagos por conta da minha fazenda emquanto durar esta diligencia, e aos ditos religiosos se lhes ha de dar da mesma sorte o que lhes fôr necessario para a sua subsistencia com tudo o mais de que necessitarem para o bom effeito da dita diligencia, e o governador do Rio de Janeiro, com o provedor da fazenda e intervenção do procurador d'ella, lhes signalará a quantia que devem vencer cada mez, assim para a sua commoda subsistencia, como para o pagamento dos criados e o mais que se offerecer, respeitando á qualidade do paiz e preço dos usuaes, tendo o dito governador grande cuidado em que se lhes façam promptas estas assistencias emquanto estiverem ou andarem nas terras da sua jurisdicção, porque em sahindo do dito seu governo ha de correr esta despeza por conta da provedoria do governo em que entrarem, e assim nos mais em que forem entrando, arbitrando-se-lhes na mesma forma o que devem vencer cada mez, conforme a carestia ou abundancia do paiz; e sendo necessario aos ditos religiosos algumas guardas ou guias, para fazerem jornadas pelo sertão, lh'as mandarão dar os ditos governadores assim de homens brancos, como de indios, e lhes darão outrosim as carruagens necessarias, conforme o uso e estylo da terra; as quaes serão pagas por conta de minha fazenda, como tambem a despeza necessaria que se fizer com os ditos guardas e guias; e todos os governadores, cabos e officiaes de guerra, ministros de

justiça e fazenda, darão aos ditos religiosos toda a ajuda e favor de que necessitarem para o bem da dita diligencia, o que lhes hei por muito encarregado, e assim ás pessoas sobreditas; como aos particulares que se signatarem n'esta parte, lhes haverei por serviço tudo o que n'ella obrarem, de que lhes passarão certidão da fórma que devem fazer os ditos mappas, por uma provisão passada em meu nome e assignada pelos dois conselheiros do conselho ultramarino os mais antigos, a qual espero observem pontual e inteiramente quando lhes fôr possivel, accrescentando á descripção d'aquellas terras tudo o que a sua especulação e o zelo do meu serviço lhes ditar para que fique com a exacção de que se necessita, e com as circunstancias que a possam fazer mais util ao meu serviço e commodidade dos meus vassallos; bem entendido que o que os ditos religiosos obrarem em todo o referido não dará direito á pessoa alguma; este meu alvará quero que valha, e tenha força e vigor ainda que seu effeito haja de durar mais de um anno, sem embargo da ordenação do livro 2º, tit. 4º, em contrario. Lisboa occidental, 18 de Novembro de 1729. — El-rei.

PROVISÃO DE D. JOÃO V AOS PADRES MATEMÁTICOS DIOGO SOARES E DOMINGOS CAPACCI, COM AS INSTRUÇÕES PARA OS SEUS TRABALHOS NO BRASIL

D. João, etc, Faço saber a vós os P.P. Diogo Soares e Domingos Capaci, Religiosos da Comp. De Jesus q̃ ora envio ao Rio de Janeiro para fazeres os mapas do Estado do Brasil q̃ eu Ei por bem q̃ na factura delles observeis o Seguinte: Dareis principio a esta obra pelo Rio de Janeiro, caminhando para a parte q̃ vos parecer mais util para o meu serviço, porq̃ convem muito q̃ se façam mapas o mais q̃ for possivel dos vastos certões do mesmo Estado, especialmente nos das Minas, q̃ novamente se descobrirão para as partes da Capitania do Esp.to Sto. Os mapas que fizeres devem ser graduados pela latitud e longitud geografica assim na marinha como no certão, signalando as Cidades, villas, lugares e povoações dos Portugueses e dos Indios, e as catas do ouro em sua verdadeira latitud e longitud geografica, praticando o mesmo nos portos, rios, ensiadas e abras, tendo entendido que não basta representar todas estas cousas por linhas e pontos em mapas, mas que estes devem ser historiados expondose nelles por escripto e clareza q̃ for possivel, e em livro àparte por extenço tudo q̃ houver mais digno de notar em cada ũ das capitanias, signaladas nos d.os mapas, declarandose por escriptura a capacidade dos portos e dos rios, se são navegaveis, até onde, com q̃ embarcações, em q̃ parte se pasam a váo ou em canoas; q̃ gente habita as suas margens, se ha nelles algum pescado, se tem arvoredos na sua visinhança, se estes se podem cortar e conduzir com facilidade para povoado, se ha nos seus destritos pastos e gados, se são habitados de Indios Ferozes e domesticos e q̃ modo tem estes de viver, se os gentios tem alguma forma de religião, se adoram alguns idolos, q̃ modo tem de governo entre si e de q̃ armas usão. Deveis apresentar os limites q̃ tem cada hum dos governos entre si, com Bispados ou comarcas das Ouvidorias Gerais, tomando para isso noticia da gente pratica da terra; porq̃ se agora não tem havido devisa regular principalm.te pelos certões, ficando esta materia quasi toda no arbitrio das gentes q̃ forão povoando, porem sempre deveis apontar por linhas as devisões q̃ por ora se praticão, como tambem as que vos parecerem q̃ são mais comodas e tem mais certa divisão pelos rios, montes e serranias, signalando os Limites q̃ estão em pratica com linhas de hũa cor, e os q̃ vos parecerem melhor com linhas da outra. Tambem apontareis nos mapas os caminhos e estradas que ha pelos certões, apontando com hũa cor as que se praticão, e com outras as q̃ vos parecerem mais comodas e breves; e a distancia em que estão as cidades e vilas hũa das outras. E de vossa sciencia e zelo confio q̃ apontareis tudo e o mais q̃ entenderes pode ser conveniente para o conhecimento de terras tão largas e té agora tão pouco conhecidas pelo seu interior. El-rey Noso Snr. o mandou por Antonio Ruiz da Costa e José de Carvalho Abreu, conselheiros do seu Conselho Ultramarino, — Antonio de Cobelos Pereira a fez em Lisboa a 18 de novembro de 1729. O secretario André Lopes de Lavre a fez escrever. Antonio Ruiz da Costa. José de Carvalho Abreu. Registrada a f. 250 do Livro IV de Ordens q̃ serve na Secretaria do Conselho Ultramarino.

CARTOGRAFIA DE ÍNDIOS, DE BANDEIRANTES E DE SERTANISTAS

Quando, em julho de 1730, o Padre jesuíta Diogo Soares dava conta a D. João V das suas primeiras atividades e das de seu companheiro, o Padre Domingos Capacci, incumbido de traçar, como êle próprio dizia, o *Novo Atlas do Brasil*, de latitudes e longitudes observadas, acrescentava que já então juntara "grande copia de noticias, roteiros e mapas dos melhores sertanistas de São Paulo, Cuiabá, Rio Grande e do Prata".

A inclusão, nesta série de regiões, de Cuiabá e Rio Grande convence que êsses mapas eram recentíssimos, pois tanto um como outro dêstes territórios mal acabavam de ser ocupados e entrar na história do Brasil. E quais os autores dêsses mapas de sertanistas?

Dentro desta classificação cabem, é certo, bandeirantes pròpriamente ditos, isto é, sertanistas de S. Paulo, moldados pelo gênero e o estilo de vida do bandeirismo, e simples sertanistas de ocasião, luso-brasileiros doutras capitanias, reinóis de há muito residentes no Brasil, ou até servidores oficiais, civis ou militares, a quem o discorrer, em funções do Estado, por extensos territórios, prestasse uma consciência aguda do espaço e a possibilidade de o representar.

Como todos os bandeirantes foram sertanistas, mas nem todos os sertanistas foram bandeirantes, a sumária menção do Padre Soares não consente afirmar, sem mais análise, que alguns daqueles mapas fôssem de bandeirantes. Apenas o conhecimento direto de tais documentos poderia trazer alguma luz sôbre o problema.

Conhece-se o paradeiro das *Noticias*, colhidas pelo Padre Matemático, recolhidas como foram à Biblioteca de Évora e hoje publicadas, mas ignora-se o paradeiro dos mapas. Ainda há pouco tempo estivemos naquela cidade portuguêsa, pesquisando na sua biblioteca e arquivo, mas não deparamos ali sombra dêsse documentário.

Ora, estudando depois o fundo cartográfico da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, deparamos com algumas dezenas de mapas, seguramente traçados por sertanistas e pertencentes ao período imediatamente anterior à chegada dos "Padres Matemáticos" ao Rio de Janeiro. Traçados à pena e a lápis, sôbre fôlhas de papel de grosseiro fabrico; classificáveis em grupos, segundo o estilo do traçado, quase sempre por demais sumário; e referidos a

territórios recentemente descobertos ou econômicamente valorizados, se todos carecem de nome de autor, alguns, ainda que poucos, foram datados entre 1721 e 1724.

Alargados em conjunto a quase todo o território brasileiro, são mais numerosos os que representam São Paulo nas suas conexões com os territórios que lhe são adjacentes até às Minas Gerais, Cuiabá, sul de Goiás e Paraná; numeram-se em segundo lugar as cartas monográficas de Minas e, em particular, do Sêrro Frio; contam-se, em terceiro e último, as do Prata.

A data, certa ou provável, e a distribuição pelo território permitem até encarar a hipótese de que se trate dos "mapas de sertanistas", a que se referia o Padre Diogo Soares, na sua carta a D. João V.

Não foi sem emoção que demos com êsse tesouro e nos debruçamos e estudamos aquêles traçados. Caracterizados quase sempre pelo seu primitivismo, o grupo dessas cartas que abrange a zona das *monções*, isto é, das expedições exploradoras e colonizadoras, que em épocas regulares partiam de São Paulo para Cuiabá, sobressai pelos traços vigorosos e rápidos e prima sôbre os outros pela rudeza, a segurança e, se nos é permitido em caso tal, pelo poder de síntese.

Delas a mais importante é a que chamamos *Mapa da região das monções de S. Paulo a Cuiabá;* deve ter sido incorporada à Biblioteca Nacional, ou melhor à Biblioteca Imperial, se não à Real, rasgada em três pedaços, que se encontravam dispersos, cada um em sua gaveta. A identidade de estilo, a continuidade dos territórios representados fêz-nos suspeitar que fôssem partes do mesmo todo; a conjunção das três restabelecendo a peça única e primitiva, confirmou, por forma concludente, a hipótese.

Inclinamo-nos desde logo para que êsse mapa, o grupo a que pertence, e algumas outras cartas de estilo semelhante, tivessem sido traçadas por mãos de bandeirantes. Mas tratava-se dum caso que suscitava necessàriamente a aplicação dum método específico.

Naquele mapa vêem-se traçados os dois grandes troncos fluviais do Paraná, a um lado, com seus afluentes da margem esquerda, desde o Paranapanema ao Tietê, e da margem direita, desde o "Ivinhema" até ao "Ussuriu"; e, do outro, o Paraguai, apenas com os afluentes do alto curso. A circunstância de se verem traçadas as indicações sumárias duma primitiva rota das *monções* pelos rios Verde e o Bototei e, na região de Cuiabá, se assinalar apenas o nome do rio e a situação das "Minas", mas não a da povoação, só por si denunciava não só um mapa de sertanista, mas dum sertanista-bandeirante.

Êstes fatos bastariam, pois, a admitir como hipótese muito provável, que se tratava da primeira ou duma das primeiras cartas da região das *monções* com indicações sumárias das estradas respectivas, traçada, por conseqüência, cêrca de 1720, quando se não estabelecera ainda a estrada de Camapuã e os paulistas monopolizavam inteiramente a exploração, quer do caminho, quer do território representado.

Mas um caráter distintivo e profundamente marcante dêsse e do grupo semelhante de mapas transformou a hipótese em certeza: o primitivismo, ou melhor, o arcaísmo índio do traçado, vincadamente esquemático, cingindo-se quase sempre à rêde hidrográfica, ou seja aos sulcos que o tempo cavou no território e cujo conhecimento, por necessidade vital, maior atenção e interêsse mereceu do aborígene.

À parte êsse traçado da rêde hidrográfica, tôdas as legendas se referem a caminhos fluviais e terrestres, a cachoeiras, a um ou outro "varador", deformação paulista da palavra portuguêsa varadouro, a distâncias medidas em dias, e menciona-se apenas êste conjunto de povoações: S. Paulo, Jundiaí, Parnaíba e Sorocaba, núcleos e pontos principais de partidas das bandeiras paulistas para oeste, norte e sul. Tudo isto se conjuga, lógica e solidàriamente para a conclusão da autoria dum bandeirante paulista. Mas é, acima de tudo, o irrecusável parentesco com a cartografia primitiva do aborígene que, a nosso ver, desfaz tôdas as dúvidas.

A tal ponto que essa profunda afinidade nos surgiu desde logo como um critério seguro para distinguir dentre as cartas de sertanistas, as que são de bandeirantes. Colocando, lado a lado, as cartas a que nos estamos referindo e certos mapas de índios, recolhidos por Von den Steinen, no Alto Xingu, entre os aborígenes, cuja cultura estava no estádio do primitivismo puro, a semelhança é flagrantíssima. Umas e outras denunciam o mesmo fundo cultural, numa arte ao mesmo tempo simples, rude e vigorosa de exprimir os fatos geográficos, na sua essencialidade utilitária. Ao invés, os mapas a que poderemos chamar de sertanistas ou ainda de cartografia sábia, denunciam à primeira vista uma arte e cultura plástica muito mais evoluídas.

Estamos, pois, em face dalguns notabilíssimos e veneráveis documentos, as mais antigas e representativas peças, no seu gênero. Há qualquer coisa de impetuoso e irreprimível, de poderoso e jeóvico nesse representar dum mundo nôvo de sertões, rios e tesouros, que acaba de sair do mistério e do caos.

Anos atrás havíamos encontrado e dado a conhecer a cópia duma carta dum bandeirante — Simão Bueno — feita em 1646,

mas só agora podemos reconhecer a forte identidade de estilo com êste grupo de mapas.

Numerosas como são, as cartas de sertanistas e bandeirantes evidenciam, em especial as últimas, que ao lado da renovação científica da escola de cartografia portuguêsa, motivada pela expansão territorial e a formação da nova economia mineira e representada de início pelos dois Padres Matemáticos, nasceu, pelas mesmas razões, no Brasil, e mais designadamente em S. Paulo, uma arte cartográfica nativa, em que do quadro da cultura portuguêsa reponta vigorosamente o primitivismo do aborígene, como uma fôrça constante e essencial.

Mais uma prova, ao que nos parece, de que o bandeirismo represente um hibridismo, quer de sangue, quer de culturas espaciais, afins.

Com o conjunto dêstes mapas de bandeirantes e, por certo, de outros que nos são desconhecidos, veio a formar-se um mapa da capitania de S. Paulo abrangendo o território, não só das capitanias limítrofes, mas também dos domínios da Coroa de Espanha, em que se fundem intimamente a geografia e a história das bandeiras.

Dêsse mapa logramos encontrar dois exemplares, traçados em épocas diferentes e com variantes notórias, donde podemos concluir que sôbre o fundo primitivo, cartografado, se produziram modificações e aperfeiçoamentos progressivos. Dêsses dois mapas, o primeiro foi publicado por Afonso Taunay na sua *Collectanea de Mappas de cartographia paulista antiga*, vol. I, 1922, com o n.º 4. Mas a cópia manuscrita, e não fotográfica, peca por algumas ligeiras infidelidades.

No seu conjunto, êsses dois mapas contêm preciosos ensinamentos sôbre a história das bandeiras, desde a do comando de Ascenso de Quadros que destruiu Xerez em 1632, até à de Raposo Tavares que, em 1648-1651, foi de S. Paulo a Belém do Pará, com passagem pela região andina dos "Serranos", cuja situação é assinalada neste mapa. Notável é ainda o traçado do caminho por terra que ligava o Tietê ao Paranapanema e por onde os bandeirantes seguiram nas suas primeiras incursões ao Alto Paraguai. Assinalemos ainda que num dêsses dois mapas, o mais recente, e cujo traçado se deve aproximar já dos meados do século XVIII, se vêem desenhados os arraiais do Capitão-mor Bartolomeu Bueno e de João Leite, assim como a vila de Nossa Senhora do Rosário dos Guaízes, entre o rio do Rosário e o rio Camargo, todos na região meridional do atual Estado de Goiás. Êste mapa pode,

pois, servir para dilucidar o problema dos primitivos arraiais goianos em relação com Vila Boa.

Quando, mais tarde, se traçou o Mapa das Côrtes, supomos que o cartógrafo respectivo utilizou uma cópia desta carta, na sua forma mais resumida, enviada para Lisboa por Gomes Freire de Andrade.

Damos a seguir uma lista dalgumas cartas de sertanistas e de bandeirantes, com indicação da carta respectiva:

24-1-18

MAPA DO RIO DA PRATA E COLÔNIA DO SACRAMENTO

Esbôço muito informe e rudimentar do Rio da Prata e da fortaleza da Colônia do Sacramento. Sem nome de autor, nem data.

Fins do século XVII, começos do século XVIII.

Estilo cartográfico de bandeirante.

No verso outra carta, igualmente rudimentar, dum trecho do rio São Francisco com o Paracatu, mas de estilo diverso.

Segundo quartel do século XVIII.

24-1-13

MAPA DA REGIÃO DE ENCONTRO ENTRE OS ATUAIS ESTADOS DO RIO DE JANEIRO, MINAS E SÃO PAULO

Compreende mais que tudo os traçados do caminho do Rio para as Minas, do rio Paraíba, Rio Grande e rio Doce e a parte terminal do rio São Francisco. Sem nome de autor, nem data.

Traçado de sertanista.

Começos do século XVIII.

19-7-21

MAPA DA REGIÃO DAS MONÇÕES DE SÃO PAULO A CUIABÁ

Mapa geral muito rudimentar da região percorrida pelas monções entre São Paulo e Cuiabá. Sem nome de autor, nem data. Tem ainda as indicações sumárias da viagem pelo rio Verde e o Boteteí. Do Cuiabá assinala-se apenas o nome do rio e a situação das «Minas», mas ainda não figura representada a povoação.

Vêem-se traçados os dois grandes troncos fluviais do Paraná ou Rio Grande, a um lado, com seus afluentes da margem esquerda, desde o Paranapanema ao Tietê, e da margem direita desde o «Ivinhema» até ao «Uasuriú", e, do outro, o Paraguai, com seus afluentes terminais.

As únicas povoações assinaladas são: São Paulo, Nazaré, Jundiaí, Pernaíba, Sorocava.

Nêle figura ainda o traçado dum caminho que vai de São Paulo diretamente ao Paranapanema, cortando um afluente da margem esquerda dêste rio — o Capitindiba.

Supomos seja o primeiro mapa da região das monções com as indicações sumárias das estradas respectivas, feito por bandeirante, cêrca de 1720.

Êste mapa deve ter sido incorporado à Biblioteca Nacional, rasgado e em três fragmentos, que se encontravam dispersos, cada um em sua gaveta. A identidade do estilo fêz suspeitar daquele fato; a conjunção das três partes confirmou inteiramente a hipótese.

Temos por indiscutível a autoria de bandeirante: a região figurada; a representação quase reduzida aos rios; a circunstância de aparecer mencionado o rio Cuiabá e as "Minas", mas não a povoação; as indicações de navegação sôbre uma primitiva estrada das *monções*, anterior à de Camapuã, e, mais que tudo, o parentesco do estilo com o das cartas dos índios, o confirmam plenamente.

24-1-19a

MAPA RUDIMENTAR DO ALTO PARAGUAI COM SEUS AFLUENTES, ENTRE OS QUAIS O CUIABÁ E O PORRUDOS. ASSINALADAS "MINAS"

Mapa de bandeirante. Sem nome de autor, nem data.
C. 1720.

24-1-20v.

MAPA HIDROGRÁFICO DA CAPITANIA DE SÃO PAULO COM O CURSO DO TIETÊ E SEUS AFLUENTES E DO PARANAPANEMA DESAGUANDO NO RIO GRANDE

Sem nome de autor, nem data.

Traçado caracterizado pelo primitivismo; muito provàvelmente de bandeirante.

A data de 1721, por duas vêzes escrita no mapa, leva a crer que tenha sido traçado nesse ano.

24-1-21

COSTA DO BRASIL DESDE SANTOS ATÉ AO AMAZONAS

Sem nome de autor, nem data.

Carta manuscrita com o esbôço da costa desde o pôrto de Santos até o delta amazônico e o traçado do Paraíba, rio dos Ilhéus, São Francisco, Pernaíba, Mearim, Amazonas.

O mapa tem uma indicação sumária de longitudes, ficando o cabo de São Tomé em 340 graus, São Paulo a 334 graus, e Belém aproximadamente a 326 graus.

Além de uma lista com as distâncias em léguas de vários lugares da costa, lêem-se várias notas de caráter histórico sôbre o mapa. Por uma delas, referente às enchentes do São Francisco, se vê que o mapa foi feito em 1722.

No verso, um borrão da região de São Paulo e dalguns dos afluentes do Paraná.

"BORRÃO P.ª FAZER HU MAPA DA COMARCA DO SERRO FRIO ANNO DE 1724"

0,30 m x 0,42 m

Nº 3 192 do CEHB. (1)

Típico borrão de sertanista, por certo muito semelhante aos mapas de sertanistas, a que se referia o Padre Diogo Soares em carta a D. João V.

24-1-1

MAPA DO ESTUÁRIO DO PRATA

Sem nome de autor, nem data.

Pelas indicações hidrográficas e o traçado muito minucioso, deve ser mapa de pilôto.

1º quartel do século XVIII.

4-4-7

"COURS DE LA RIVIÈRE DE S. FRANC.º ET LA NAVIGATION QUE FAIT DE S.t PAUL JUSQUAUX MINES DE PITANGUI"

0,54 m x 0,64 m

Nº 1 773 do CEHB.

Rascunho ou esbôço original a traço de pena; sem nome de autor, nem data.

Aparecem neste mapa algumas legendas em português e francês e representadas as cidades de São Paulo, Vila Pitangui e Mathias Cardozo. Figura também a «Lagoa do nascimento do rio São Francisco», assim como o varadouro das canoas do rio Piüí.

Do lado direito do mapa, uma lista de léguas.

1º quartel do século XVIII.

4-3-13

MAPA DO RIO DE JANEIRO E SÃO PAULO

0,415 m x 0,62 m

Nº 1 419 do CEHB.

Êste mapa traz ainda, no verso, um pequeno esbôço da região compreendida entre Santos, São Paulo, Mogi e o curso do Tietê e dalguns dos seus afluentes. Ao lado, uma lista de léguas de São Paulo a vários lugares. Não tem nome de autor, nem data.

O mapa vai desde Curitiba ao rio Doce. O Tietê aparece como afluente do Paranapanema e com o curso muito desviado.

Borrão de sertanista.

1º quartel do século XVIII.

O mapa que está no verso deve ter a mesma data.

---

(1) «Catálogo da Exposição de História do Brasil».

4-4-15

«CARTA TOPOGRAPHICA DA VILLA DO PRINCIPE NO SERRO FRIO, E DO SEU DISTRITO"

0,75 m x 0,65 m

Nº 3 209 do CEHB.

Esbôço original a traço de pena, sem nome de autor, nem data.

Tem no canto superior direito uma lista de distâncias em léguas entre várias povoações. Aparecem representadas as seguintes povoações: "Govea, Congonhas, Lucas de Freitas, N.S. da Conceição, Pozos Altos" e ainda os seguintes caminhos: "caminho do Sabará", "caminho do Mato dentro", "caminho da Garça".

1º quartel do século XVIII.

4-4-3

«CARTA TOPOGRAPHICA DAS TERRAS INTERMEDIAS ENTRE A VILLA DE PITANGUI E A VILLA DO PRINCIPE NO SERRO FRIO»

0,54 m x 0,65 m

Nº 3 194 do CEHB.

Rascunho ou esbôço original, a traço de pena, sem nome de autor, nem data.

4-4-16

CARTA TOPOGRÁFICA DA COMARCA DO RIO DAS VELHAS, DA COMARCA DO SERRO FRIO E DA COMARCA DO RIO DAS MORTES

0,75 m x 0,65 m

Nº 3 209 do CEHB.

Esbôço original a traço de pena, sem nome de autor, nem data. Acompanhada de um rascunho (0,54 m x 0,65 m).

Contém vários traçados de caminhos e principalmente os de São Paulo e Rio de Janeiro para as Minas, do rio das Velhas, rio das Mortes, rio Doce.

Tem no verso vários apontamentos hidrográficos entre os quais o do rio das Velhas e rio Doce.

Borrões de sertanistas.

1º quartel do século XVIII.

24-1-17 e 24-1-17a

MAPA DA COSTA DO BRASIL DESDE A LAGOA DOS PATOS ATÉ SANTOS

Êste mapa é acompanhado de numerosa nomenclatura e traz uma longa lista, do lado direito, indicando as distâncias em léguas entre os diferentes pontos do litoral. Sem nome de autor, nem data.

Entre várias notas lê-se a seguinte, entre Itaiaú e Garoupas: "Este he o rio q̃ o roteiro, chama Tababuje, e maes adiante 6 legoas, dis q̃ está outro q̃ chamão Tramandi com hũa formoza entrada e q̃ se navega por ella 40 legoas".

Fins do primeiro quartel do século XVIII.

4-4-8

"IDEA DA TOPOGRAPHIA ATHE AS NOVAS MINAS DE CUYABÁ"

0,43 m x 0,65 m

Nº 3 245 do CEHB.

Rascunho ou esbôço original a traço de pena, sem nome de autor, nem data.

Abrange tôda a região compreendida entre São Paulo, Rio da Prata e as novas minas de Cuiabá, com o traçado do Paraná e seus afluentes, num esbôço cheio de erros grosseiros.

Mapa de bandeirante, dos fins do 1º quartel do século XVIII.

24-1-13a

MAPA A LÁPIS MUITO APAGADO DA REGIÃO DA MARGEM ESQUERDA DO MÉDIO SÃO FRANCISCO COM ALGUMAS PEQUENAS PARTES RECOBERTAS A TINTA

0,64 m x 0,55 m

Sem nome de autor, nem data.

C. 1 730.

4-8-2

MAPA GERAL DO LITORAL DO BRASIL DESDE O MORRO DE SÃO PAULO (BAHIA) ATÉ O CABO DE SANTO AGOSTINHO COM O TRAÇADO DE MUITOS RIOS ENTRE OS QUAIS O DE SÃO FRANCISCO E DE ALGUNS CAMINHOS DO SERTÃO

1 m x 1,20 m

Nº 2 359 do CEHB.

Rascunho ou esbôço original a traço e a aquarela, sem título, sem nome de autor, nem data.

Começo do 2º quartel do século XVIII.

4-6-3

MAPA DALGUNS DOS AFLUENTES DA MARGEM ESQUERDA DO RIO SÃO FRANCISCO NO TERRITÓRIO DE MINAS

0,54 m x 0,65 m

Nº 3 188 do CEHB.

Ostenta em grandes letras a seguinte legenda:

"Aqui se recolheron o resto de Araraos e Taboyaras que moravão o rio das Velhas o sobre o rio da Paraipeba são estes gentios que infestão todas essas fazendas de gado desta banda do rio de S. Francisco e todos os annos matão gente e principalm.te depois do descubrim.to das Minas que os Paulistas não certanejão".

Esbôço original de parte da província de Minas Gerais, que compreende desde o rio "Curunhana" (Carinhanha) até o "Rio Paracatu", afluente da margem esquerda do rio São Francisco. Sem nome de autor, nem data, mas deve ser da 1ª metade do século XVIII.

Com muitos nomes de povoações acrescentados noutra letra.

24-1-4

MAPA COM OS 3 TRAÇADOS DIFERENTES: — 1º DO RIO SÃO FRANCISCO COM VÁRIOS CAMINHOS E NOMENCLATURA DA REGIÃO DE MINAS; — 2º O RIO PARANATINGA (PARANÃ E TOCANTINS); — 3º O CURSO DOS RIOS PARANATINGA, SÃO FRANCISCO E JEQUETINHONHA

Sem nome de autor, nem data.

No verso dois ou três traçados diferentes de rios, sendo o 1º do São Francisco e do Jequetinhonha, na região de Minas, e o 2º do alto Paraguai com os seus afluentes da margem esquerda.

Todos êstes traçados, quer de um lado, quer do outro, são acompanhados de numerosa legenda de caráter histórico.

O mapa sobreposto do Alto Paraguai tem nitidamente os caracteres da cartografia bandeirante.

2º quartel do século XVIII.

4-4-13 e 4-9

PARTE DO GOVÊRNO DE SÃO PAULO E PARTE DOS DOMÍNIOS DA COROA DE ESPANHA

2 mapas. 0,49 m x 0,67 m

Nºs 1 505 e 1 506 do CEHB.

Mapas compreendendo a região situada entre a costa do atual Estado de São Paulo-Paraná e parte dos atuais Estados do Paraguai e Bolívia, desde 14 graus até 26 graus de latitude sul.

Dos meados do século XVIII. Sem nome de autor, nem data.

Os dois obedecem a um protótipo anterior, talvez do comêço do século, mas posteriormente acrescentado. Como se completam, faremos a descrição conjunta dos dois.

Mapas particularmente ricos em legendas, referidas a história das bandeiras, num dêles (b) se vê o traçado do antigo caminho que elas seguiam, baixando do Tietê ao Paranapanema, por terra, e seguindo depois por êste rio e o Paraná para tomarem o Ivinhema e o Boteteí, e subir o Paraguai até Cuiabá.

No outro (a), o mais antigo, figura o traçado do caminho que do Paraguai seguia para os "serrano" ou seja os "chiriguano", que habitavam as faldas orientais dos Andes. Neste mapa (a), que deve ser anterior ao precedente, lê-se «Xeres Destruhida por Ascençio de quadros depos da aclamação do Serenisimo S^or Rey D. João 4º em 1648. Tinha Bispo que hia faser as crismas por todas as aldeias do Paraguay". Parte desta legenda foi riscada, de sorte que se lê mal "Ascencio". Mas a atribuição a êste bandeirante está de acôrdo com a documentação jesuítica.

No mapa anterior (b) lê-se «Xares destruhida por Antº Raposo Tavares em 1648", seguramente deformação lendária posterior. Êste mapa igualmente apresenta o traçado da estrada que seguia por terra desde São Paulo até às minas de Goiás. Aí se vêem desenhados os arraiais do Capitão-mor Bartolomeu Bueno e de João Leite assim como a vila de Nossa Senhora do Rosário dos Guaízes entre o rio do Rosário e o rio Camargo. Do lado

esquerdo, figura a seguinte legenda: "Estas Minas já forão descubertas por Sebastião Marinho no tempo de Felipe 2º, em 1592".

De São Paulo a Sorocaba segue um caminho que se dirige à vila de Curitiba e aos currais do norte do atual Estado do Rio Grande do Sul.

Na região entre o Paranapanema e o Tibagi estão assinaladas cinco das reduções destruídas entre 1629 e 1631 por Antônio Raposo Tavares e André Fernandes: Santo Inácio, São Xavier, Encarnação, São Miguel, esta muito cêrca da estrada que vinha de Sorocaba para Curitiba, e a de São José. Mais abaixo sôbre o Ivaí, vêem-se também "Vª Rica destruhida" e as missões de São Paulo, Santo Antônio e São Tomé.

Sôbre as nascentes do Paranapanema lê-se «Cabiceiras do Pernapanema descubertas por Salvador Jorge».

No mapa (b) lêem-se mais as seguintes legendas: "Rodrigo Sezar estabelleceu esta vª do Sr. do Bom Jesus do Cuyaba em 1725". "Nesta pasagem, he q̃ os Payagazes tomarão o noso comboy de canoas q̃ vinhão do Cuyaba com os quintos de S. Mag.d em 1730». «Em 1685 quizerão os Castelhanos restabelecer esta Cid.e de Xeres e os Paulistas os fizerão despejar". Mais ao sul: "A estas chapas he q̃ vem todos os annos e exzaminar se os Paulistas as povoão". "Camº velho q̃ fazião Embarcandose pello Pernapanema p.a hirem pela Varges ao Cuyabá». Esta legenda e traçado são de grande interêsse, pois representam a proto-estrada das monções.

Algumas destas legendas figuram no mapa anterior, mas truncadas ou quase ilegíveis.

Ao que nos parece, êstes dois mapas representam, em súmula, quase tôda a lição geográfica das bandeiras e devem resultar dos informes e "riscos" de muitos bandeirantes.

O mapa (b) deve datar de c. 1 740.

24-1-14

CARTA COM O TRAÇADO DO RIO DAS "RAONS"

Parte dum mapa truncado, com relativa perfeição de estilo. Sem nome de autor, nem data.

Esbôço de sertanista.

2º quartel do século XVIII.

24-1-20

REGIÃO DAS MINAS GERAIS COM UMA PARTE DOS CAMINHOS DE SÃO PAULO E DO RIO DE JANEIRO PARA AS MINAS E DOS AFLUENTES TERMINAIS DO SÃO FRANCISCO

Sem nome de autor, nem data.

Contém igualmente o traçado de vários caminhos do interior de Minas entre os quais o caminho velho desde São João del Rey para Ouro Prêto.

Assinalam-se as povoações de São João, São José del Rey, Sabará, Caité, Ouro Prêto, Cachoeira, Vila do Carmo, São Sebastião, São Caetano, Furguin.

A carta é quadriculada e tem uma escala de léguas.

Anexas, há duas fôlhas com as distâncias de lugar a lugar em léguas e em dias.

O estilo da carta, bastante perfeito, não autoriza a atribuí-la a bandeirante.

Meados do século XVIII.

MAPAS DOS PADRES DIOGO SOARES E DOMINGOS CAPACCI

1 — *Plano topografico do Porto do Rio de janeiro* traçado pelo Pe. Domingos Capacy S.J. anno de 1730.

2 — *Planta da Fortaleza da Lage na Barra do Rio de Janeiro*. Tirou-a o Pe. Diogo Soares ... 1730. 0,288 x 0,425.

3 — *Planta do Forte de S. João da Barra do Rio de Janeiro*. Tirou-a o P.M. Diogo Soares S.J. geografo de Sua Magestade. 1730.

4 — *Planta das Fortalezas de terra no morro de S. João, Barra do Rio de Janrº*. Tirou-a o P.M. Diogo Soares S.J. Geografo de Sua Magestade. Anno 1730. 0,288 x 0,425.

5 — *Planta da Fortaleza, ou Bateria da praya Vermelha na costa do Sul da Barra do Rio de Janeyro, e a pouca distancia dela*. Tirou-a o P.M. Diogo Soares S.J. Geografo de Sua Majestade. Anno 1730. 0,285 x 0,413.

6 — *Planta do Forte de Villeganhon na enceada do Rio de Janeiro*. Tirou-a o P.M. Diogo Soares ... 1730. 0,398 x 0,428.

7 — *Planta do Forte de S. Diogo na Barra do Rio de Janeyro*. Tirou-a o P.M. Diogo Soares S.J. Geografo de Sua Magestade. 1730. 0,287 x 0,430.

8 — *Planta da Fortaleza de N.S. da Conceição na Cidade do Rio de Janeiro*. Tirou-a o P.M. Diogo Soares ... 1730. 0,270 x 0,453.

9 — *Planta da Fortaleza de S. Sebastião na Cidade do Rio de Janeiro*. Tirou-a o P.M. Diogo Soares S.J. Geografo de Sua Magestade. Anno 1730. 0,286 x 0,478.

10 — *Carta topografica de Nova Colonia e a cidade do Sacramento no Grande Rio de Prata*. T.D.E.O. ao poderosissimo rey e Senhor D. João V pelo P.M. Diogo Soares S.J. Seo Geographo no Estado do Brazil. Anno de 1731. 0,535 x 0,793.

Contém pequenas cartas com as ilhas do arquipélago de São Gabriel, baías de Montevidéu e Maldonado e ilhas dos Lôbos.

Escalas em braças.

11 — *O Grande Rio da Prata na America Portugueza, e Austral*. T.D.E.O. ao poderosissimo Rey, o senhor D. João no seo real Concelho Ultramarino pelo P.M. Diogo Soares S.J. Geographo no Estado do Brazil. Colonia. 1731. 0,413 x 0,698. Tem trez escalas: em legoas portuguezas, 18 por grau; em legoas francezas, 20 por grau; em milhas inglezas, 48 por grau.

12 — *Mapa topografico da Barra, nos Baixios das Ilhas, e Prayas do Porto da Nova Colonia dos Portuguezes* feito por hum curioso da Companhia de Jesus a effeito de se opportunamente fortificar no anno de 1731. 0,434 x 0,634 m.

Ainda que sem assinatura, deve ser do Pe. Diogo Soares.

13 — *Carta da Capitania do Rio de Janeiro pelo Pe. Domingos Capaci*.

14 — *Rios, e Corregos em que se descobrirão, e minerão os diamantes desde o Anno de 1729 athe o prez.te de 1734*.

Anônima. 0,675 x 0,51.

Esta carta, que pelo estilo e abundância de pormenores revela para a época um excelente cartógrafo, deve ser do Padre Domingos

Capacci, o qual estêve no mesmo ano de 1754, em companhia do Padre Diogo Soares, cartografando esta região, conforme a correspondência trocada entre Rafael Pires Pardinho, intendente da região diamantífera, e Martinho de Mendonça de Pina e de Proença, governador interino das Minas, publicada no tomo II, pág. 139, parte II da obra "Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri" (1750), por Jaime Cortesão.

Entre os sinais convencionais figuram — fato singularíssimo — os que se referem às minas de ouro e às de diamantes, o que só por si atesta a autoria dum cartógrafo oficial. Observe-se que a provisão real das instruções mandava assinalar nos mapas as catas de ouro.

15 — *Nova e primeira carta da Terra firme, e costas do Brazil ao Meridiano de Rio de Janeiro, desde o Ryo da Prata athe Cabo Frio, com o novo cam.º do Certão do R.º Gr.de athe â cid.e de S. Paulo*. O.E.D. ao Poderosissimo Rey e Sr. D. João V pelo P.M. Diogo Soares, S.J. seu G.R. no mesmo Estado. 0,482 x 0,694. C. 1740.

16 — 17 — 18 e 19 — Quatro mapas da Capitania de Minas Gerais. Abrangem os territórios banhados pelos Rios de S. Francisco, Guarapiranga, dos Coroados, Paraopeba, das Velhas, Gualaxo, Pardo, Pardo Pequeno, Arassuaí, Gequitinhonha, Tucambira, Açu, etc. — 0,325 x 0,200 — Originais. Coloridos. (A.H.N. Cat. dos Mapas 252-255) Pertencem ao mesmo gênero do anterior.

20 — Cópia, de menor âmbito geográfico, da Nova e primeira carta da Terra firme e costas do Brasil pelo Padre Diogo Soares, traçada cêrca de 1740.

Colorida. 0,745 x 0,41.

Falta a esta cópia um dos elementos que mais distinguem o original: a graduação das longitudes, referidas ao meridiano do Rio de Janeiro.

21 — *A vila da Laguna e barra do Taramandi, na costa do Brasil e América Portuguêsa, a 1ª aos 28° 29' 31", e a 2ª aos 29° 57' 17" de latitude austral*.

Pelo Padre Diogo Soares, S.J., geógrafo régio no Estado do Brasil, 1738.

Abrange a parte da costa, entre a Ilha do Coral e o Rio Grande do Sul, e para o interior, até o rio Taquari.

Tem a divisão em meridianos, com a divisão dum grau em minutos, sem a numeração dos graus. Mas o meridiano que passa por Viamão é de 353°, com um êrro de c. 30' por excesso. O de 352°, com êrro de c. 1° por excesso.

22 — *Carta 4ª A Costa da Ponta de Araçatuba Ilha de S. Catharina Rio de S. Francisco, Parnaguá athe a Barra de Ararapirá*. Com parte do caminho do "certão".

Colorida. Anônima, s.d. 0,310 x 0,230.

Embora a carta não esteja assinada, nem datada, pode com segurança atribuir-se ao Padre Diogo Soares, que a deve ter executado em 1737, como a carta semelhante, datada e assinada, publicada em "Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri", tomo I da 1ª parte, pág. 6, por Jaime Cortesão. (Reproduzida do original existente na

Mapoteca do Itamaraty). Basta comparar o traçado da costa e as latitudes para se ver que são do mesmo autor.

Dá particular interêsse a esta carta o fato de se tratar, na verdade, dum borrão cartográfico. A carta, pròpriamente dita, está marginada por duas séries de notas, uma, muito longa, sôbre o "caminho do certão" e a outra, com os diferentes rumos da linha do litoral, tem por título "Corre a costa". Naquela apontam-se os pousos do caminho com as distâncias e rumos intermédios, desde Pousos Altos até Curitiba, que, aliás, não se vê na carta, e oito latitudes observadas. Estas figuram quase sempre nas notas marginais e sôbre a carta, ao lado do lugar respectivo. Junto da costa vêem-se também as indicações de oito latitudes observadas. Além disso, no interior do sertão representado, o curso dos rios, com a nota de tempo de viagem contado em dias, figura por duas formas diferentes, uma delas pontilhada.

Êste borrão cartográfico permite, pois, conhecer o processo normal de trabalho do Padre Diogo Soares e os instrumentos utilizados: o astrolábio ou sextante para observar as latitudes; a bússola para obter os rumos; e muito raramente o telescópio para a observação das longitudes, se é que não se limitou a utilizar as observações anteriormente feitas. Por forma geral, para calcular esta coordenada, o Padre Soares combinava os rumos com as distâncias, em léguas, estimadas.

Desta carta, numerada 4, derivam, não obstante, as duas variantes da carta 6ª, uma publicada na obra citada. A primeira oferece duas vantagens: está datada de 1737 e graduada em longitudes pelo meridiano do Rio de Janeiro.

23 — *Carta 5ª da Costa do Brasil, ao meridiano do Rio de Janeiro. Desde a barra de Ibetuba até a ponta do Guarupaba, na enseada do Syri*, pelo Padre Diogo Soares, S.J., geógrafo régio do Estado do Brasil — Sem data. (Com uma escala de léguas portuguêsas e léguas francesas). A Laguna está por 355º, com c. de 50' de êrro por excesso. Tem indicado o "Caminho do 1º descobrimento de João Faria e Souza".

24 — *Carta 6ª da costa do Brasil ao meridiano do Rio de Janeiro, desde a ponta de Araçatuba até a barra do Guaratuba*, pelo Padre M. Diogo Soares, S.J. Geógrafo régio no Estado do Brasil. Sem data.

As longitudes estão indicadas em frações de dez minutos mas sem numeração.

25 — *Carta 7ª da costa do Brasil, ao meridiano do Rio de Janeiro, desde a barra de Bertioga até a ponta de Guaratuba*, pelo Padre Diogo Soares, S.J. geógrafo régio no Estado do Brasil, sem data. A barra da Bertioga está situada por 357º com um êrro de 10'.

26 — *Carta 9ª da costa do Brasil, desde a barra de Santos até à de Marambaya*, pelos Padres Diogo Soares e Domingos Capacci, S.J., geógrafos régios no Estado do Brasil, sem data. Tem a graduação dos meridianos, não numerada. Traçado de caminhos.

27 — *Carta 10ª da costa do Brasil, ao meridiano do Rio de Janeiro. Desde a barra de Marambaya até Cabo Frio*, pelos Padres Diogo Soares e Domingos Capacci. S.J. geógrafos régios no Estado do Brasil, sem data. Na carta está indicado e nomeado o "1º meridiano", que passa pelo Castelo (Colégio dos Jesuítas), no Rio de Janeiro. A longitude

de 1° E. está exata; a de 359° O. com um êrro de 8". Carta duma correção magnífica.

28 — *Carta 9ª da costa do Brasil ao meridiano do Rio de Janeiro. Desde a barra de Santos athe a de Marambaya.* Pelos PP. Diogo Soares e Domingos Capacci. S.J. G.R. no Estado do Brasil. Colorida, sem data. 0,315 x 0,19.

Além da costa, esta carta figura o extremo sueste do Estado de São Paulo com o curso do Paraíba e algumas das suas povoações marginais — Jacarey, São José dos Campos, Tabaté (sic) e Pindamonhangaba. As longitudes do interior sofrem de pequenos desvios e devem atribuir-se ao Padre Capacci. A carta deve ser de 1738.

29 — *Carta 9ª da costa do Brasil ao meridiano do Rio de Janeiro. Desde a barra da Bertioga até à ponta de Guaratuba.* Pelo P.M. Diogo Soares S.J.G.R. no Estado do Brasil.
Colorida, sem data. 0,225 x 0,190.

Variante da carta 9ª, precedente. Não apresenta o interior do Estado de São Paulo, correspondente ao litoral cartografado, mas tem as latitudes e as longitudes numeradas. Na outra variante, a autoria é atribuída também ao Padre Capacci, a quem devem, por conseqüência, pertencer as longitudes e talvez a cartografia da região apresentada.

Datável de c. 1738.

30 — *Carta corografica da costa da capitania do Rio de Janeiro. Desde Paraty athe o Cabo de S. Thomé.* Pelo Padre Diogo Soares.

31 — *O rio de S. Francisco Xavier* (São Francisco do Sul) *na América Austral e Portuguesa.* Aos 26° 12' 258" de latitude. Compreende a parte da costa desde o rio Sahi, a baía de Japicu e a ilha de São Francisco. Pelo Padre Diogo Soares, S.J., geógrafo régio no Estado do Brasil, sem data. Não tem indicação de longitudes; apenas uma escala de léguas portuguêsas.

32 — *Carta da região do alto rio Doce* (aqui designado como Ribeirão do Carmo) com as terminações do rio Paraopeba. A carta assinala as duas grandes povoações de Vila Rica e Carmo; e é sulcada pelo traçado de vários caminhos. Representa um trabalho muito demorado de observação de longitudes e latitudes. Aparecem assinalados alguns paralelos e meridianos entre os quais o "Prº Meridiano". A parte do paralelo 21, compreendida, entre o meridiano 0° e 1°, está graduada em minutos. Da comparação com uma carta atual se conclui que não são grandes os erros de longitude. 0,32 x 0,19.

33 — *Carta abrangendo a zona compreendida entre o Alto rio Doce, o rio das Velhas, o Paraopeba e o São Francisco,* e entre os meridianos 0º e 2º e os paralelos 19º e 20º,30. Além de outras povoações, estão assinaladas Vila Rica, Carmo, Sabará, Congonhas e Pitangui. A carta apresenta o traçado das respectivas coordenadas, mas sem a numeração expressa. 0,32 x 0,19.

34 — *Carta abrangendo a região compreendida entre o rio "Arassuahi" e o rio das Velhas.* A principal povoação mencionada é a de "Tojuco". A região cartografada está compreendida, conforme as coordenadas expressas, entre o meridiano 1° e 359° e os paralelos 18° e 19°. 0,32 x 0,19.

35 — *Carta da região entre o "Giquitinhonha" e o "Arassuahi"*, desde a confluência do segundo ao primeiro e quase tôda a leste do meridiano 0°, compreendida entre os paralelos 16° e 20°, dos quais numerado apenas o 17°. 0,31 x 0,19.

36 — *Carta dos rios e corregos em que se descobrirão e minerão os diamantes desde o anno de 1729 athe o prez.te de 1734*. Esta carta, que pelo estilo e abundância de pormenores revela para a época um excelente cartógrafo, deve ser do Pe. Domingos Capacci, que, no mesmo ano de 1734, estêve cartografando esta região, conforme a correspondência trocada entre Rafael Pires Pardinho, intendente da região diamantífera, e Martinho de Mendonça de Pina e de Proença, governador interino das Minas, publicada no tomo II, pág. 139, da parte II, da obra "Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri (1750)", por Jaime Cortesão. Entre os sinais convencionais, figuram, fato singularíssimo, os que se referem às minas de ouro e às de diamantes, o que só por si atesta a autoria dum cartógrafo oficial e torna êste documento muito notável. 0,67 x 0,51.
Êste mapa encontra-se no A. de Desenho da Direção da Arma de Engenharia. Pasta 52, nº 4.637.

37 — *Carta da costa do Brasil desde a ponta de Araçatuba até à barra de Araripe, com parte do caminho do sertão*, abrangendo a ilha de Santa Catarina, o Rio de São Francisco e a Baía de Parnaguá. Colorida, anônima e sem data. 0,31 x 0,23. Embora a carta não esteja assinada nem datada pode, pelas particularidades da letra e estilo, atribuir-se, com segurança, ao Pe. Diogo Soares, que a deve ter executado em 1737 como a carta semelhante, datada e assinada e publicada por Jaime Cortesão em obra citada, t. I, pág. 6 da 1ª parte e reproduzida do original existente na Mapoteca do Itamaraty. Basta comparar o traçado da costa e as latitudes para se ver que são do mesmo autor. Dá particular interêsse a esta carta o fato de se tratar, na verdade, dum borrão cartográfico. A carta pròpriamente dita está marginada por duas séries de notas, uma muito longa, sôbre o "caminho do sertão" e a outra, com os diferentes rumos da linha do litoral, tem por título: "Corre a costa". Naquela apontam-se os pousos do caminho com as distâncias e rumos intermédios, desde Pousos Altos até Curitiba, que, aliás, não figuram na carta, e oito latitudes observadas. Estas incluem-se quase sempre nas notas marginais ou sôbre a carta, ao lado do lugar respectivo. Junto da costa vêem-se também as indicações de oito latitudes observadas. Além disso, no interior do sertão representado, o curso dos rios, com a nota do tempo de viagem contado em dias, figura por duas formas diferentes, uma das quais pontilhada. Êste borrão cartográfico permite, pois, conhecer o processo normal do trabalho do Pe. Diogo Soares e os instrumentos utilizados: o astrolábio ou sextante para observar as latitudes; a bússola para obter os rumos; e muito raramente o telescópio, para observar as longitudes pelos eclipses dos satélites de Júpiter, pois deve ter utilizado quase sempre as observações do seu companheiro, Pe. Capacci, anteriormente feitas. Por forma geral para calcular esta coordenada, combinaria os rumos com as distâncias em léguas estimadas. Esta carta, numerada 4, serviu de borrão a duas variantes da carta sexta, uma das quais, a que publicamos, está datada de 1737 e graduada em longitudes pelo meridiano do Rio de Janeiro.

Excetuando a *Nova* e *Primeira Carta*, mencionada no texto, que pertence ao Ministério da Guerra do Brasil (Serviços Geográficos) e as duas que pertencem ao Itamaraty (Rio de Janeiro) e ao Arquivo da Arma de Engenharia (Lisboa), tôdas as demais se encontram no Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa). (*)

Conhece-se, além disso:

Colecção do Pe. Diogo Soares ou Noticias Praticas de varias Minas, e do descobrimento de novos caminhos, e outros sucessos do Brasil, dirigidas ao Pe. Diogo Soares. (Biblioteca de Évora cód. CXVI/2-15, 1 vol. 4º).

A qual contém:

I — Noticias Praticas das Minas do Cuyabá e Guyazes na Capitania de São Paulo:

Noticia Primeira Pratica que dá ao R.P. Diogo Soares o Capitão Antonio Cabral Camelo sôbre a viagem que fez às Minas de Cuyabá, no anno de 1727. Publicada na Rev. do Inst. Hist. e Geogr., IV p. 487 ss.

Noticia 2ª Pratica do que lhe soccedeo na volta que fez das mesmas Minas a S. Paulo.

Datadas ambas as notícias da Vila de S. João, 16 de abril de 1734.

Noticia 3ª Pratica dada pelo Capitão Domingos Lourenço de Araujo ao R.P. Diogo Soares sobre o infeliz sucesso que tiveram no Rio Paraguay as tropas, que vinham para S. Paulo no anno de 1730. Rio de Janeiro, 3 de novembro de 1730.

Noticia 4ª Pratica, vinda da cidade do Paraguay á nova Colonia do Sacramento com aviso da venda que fizeram os Payaguaz dos Captivos Portugueses naquela mesma cidade, escripta por D. Carlos de los Reis Valmaseda. Paraguay, 4 de novembro de 1730.

Noticia 5ª Pratica, dada pelo Capitão Antonio Pires de Campos, ao Capitão Domingos Lourenço de Araujo e comunicada por este ao R.P. Diogo Soares sobre os Reinos e Nações de Barbaros, que ha na derrota e viagem do Cuiabá, e seu reconcavo.

Noticia 6ª Pratica e relação verdadeira de derrota e viagem que fez da Cidade de S. Paulo para as Minas do Cuyabá o Ex.mo Sr. Rodrigo Cezar de Menezes, Governador e Capitão General da Capitania de S. Paulo, e suas Minas descobertas no tempo do seu governo, e delle mesmo estabelecidas. Escreve-a na Vila Real do Bom Jesus do Cuyabá, 1º de fevereiro de 1727, Gervasio Leite Rebello, Secretário de S. Exª.

Noticia 7ª Pratica, e Roteiro verdadeiro das Minas do Cuyabá, e de todas as suas marchas, cachoeiras, itaipavas, varadouros, e descarregadouros de canoas, que navegam para as ditas Minas, com os dias de navegação, e traveça, que costumam fazer por mar e terra. Destes já mandei hum borrão com o melhor e mais vistoso de toda a campanha ao R.P. Jeronimo Barbosa, meu cunhado etc. Manoel de Barros.

Noticia 8ª Pratica, exposta na copia de uma carta escripta de Cuyabá aos novos Pretendentes daquellas Minas.

(*) Ver nota no final do capítulo.

Noticia 9ª Pratica que dá ao P. Mestre Diogo Soares o Alferes José Peixoto da Silva Braga do que passou na Primeira Bandeira, que entrou no descobrimento das Minas de Guayzes até sair na Cidade de Belem do Grão Pará. (1727). Minas Gerais, Passage das Cegonhas, 25 de Agosto de 1734.

II — Noticias Praticas das Minas Geraes do Ouro e Diamantes:

Noticia 1ª Pratica, que dá ao R.P. Diogo Soares e Capitão Borges Pinto sobre os seus descobrimentos da celebre Casa de Casca, empreendidos nos anos de 1726, 27 e 28, sendo Governador e Capitão General D. Lourenço de Almeida.

Noticia 2ª Pratica dada pelo Alferes... Moreira ao R.P. Diogo Soares das suas Bandeiras no descobrimento do celebrado Morro da Esperança, empreêdidos nos annos de 1731, e 1732 sendo General D. Lourenço de Almeida.

Noticia 3ª Pratica, que dá ao R.P. Diogo Soares o Mestre de Campo José Rebello Perdigão sobre os primeiros descobrimentos das Minas Geraes do Ouro. Do Ribeirão abaixo, 2 de janeiro de 1733.

Noticia 4ª Pratica, que dá ao R.P. Diogo Soares o Sargento Mór José Mattos sobre os descobrimentos do famoso Rio das Mortes.

III — Noticias Praticas do Novo Caminho que se descobrio das campanhas do Rio Grande e Nova Colonia do Sacramento para a Villa de Coritiba, no anno de 1727, por ordem do Governador e General de S. Paulo, Antonio da Silva Caldeira Pimentel:

Noticia 1ª Pratica, dada ao R.P. Diogo Soares pelo Sargento Mór da Cavallaria Francisco de Souza e Faria, primeiro descobridor e abridor do dito caminho. — Porto do Rio Grande de S. Pedro, 21 de fevereiro de 1738.

Roteiro do Certão e Minas de Inhaguera, vindo da Villa de Coritiba para ellas.

Noticia 2ª Pratica, dada ao R.P. Diogo Soares sobre a abertura do novo caminho, pelo Piloto José Ignacio, que foi e acompanhou em todo elle ao mesmo Sargento Mor, Francisco de Souza Faria. — No Porto do Rio Grande de S. Pedro, 29 de março de 1738.

Noticia 3ª Pratica, dada pelo Coronel Christovão Pereira de Abreu sobre o mesmo caminho ao R.P. M. Diogo Soares.

IV — Noticias Praticas da Costa e Povoações do Mar do Sul:

Noticia 1ª Pratica, e resposta que deu o Sargento Mor da Praça de Santos, Manoel Gonçalves de Aguiar, ás perguntas que lhe fez o Governador e Capitão General da Cidade do Rio de Janeiro e Capitanias do Sul, Antonio de Brito e Menezes sobre a costa e povoações do mesmo mar. Da Praça de Santos, 26 de agosto de 1721.

Noticia 2ª Pratica, que dá ao P.M. Diogo Soares, o Capitão Christovão Pereira sobre as campanhas da nova Colonia e Rio Grande ou Porto de S. Pedro (incompleta).

NOTAS

(*) P. 233 — Os mapas n.os 2 e 37, citados como pertencentes à Mapoteca do Itamaraty, não são originais, e sim, cópias.

Os de nº 2-12 e 23-29 devem estar, hoje, na Mapoteca da Diretoria de Obras, do Ministério do Exército, no Rio de Janeiro.

I.A.

II

ALEXANDRE DE GUSMÃO E O TRATADO DE LIMITES

Torna-se indispensável, para compreender o pensamento de Alexandre de Gusmão, ao dirigir as negociações do Tratado de Madri, conhecer alguns dos fatos da sua biografia e, em especial, os que se relacionam com a sua cultura.

Que a sua experiência e os seus estudos, durante cinco anos que serviu em Paris e sete em Roma, como agente e secretário e figura notável da representação portuguêsa naquelas capitais, tenham contribuído muito para a sua competência, de diplomata, não há que duvidar.

Essas duas cidades foram, durante o século XVIII, a melhor escola de diplomacia moderna — arte sábia e dúctil que exigia conhecimentos de cultura geral, especialização nas ciências auxiliares da política, aptidões literárias, e virtuosismos de finura e astúcia.

Mas essa formação não basta a explicar o êxito que alcançou na concepção do Tratado de Madri e nas negociações que o levaram a têrmo. Êsse triunfo apenas e verdadeiramente se pode compreender, sabendo-se que o Tratado de Madri foi precedido de longos estudos de geografia, cartografia e história do Brasil, assim como da história da expansão portuguêsa em geral, levados pacientemente a cabo por Alexandre de Gusmão, durante 20 anos.

Regressado de Roma a Lisboa em 1728, começava, em 1730, a exercer o cargo de Secretário do Rei e, no ano seguinte, era eleito membro da Academia Real de História de Lisboa, e encarregado por esta de escrever em latim, uma História Ultramarina de Portugal. E Miguel Martins de Araújo, em seu "Elogio de Alexandre de Gusmão", escrito em 1754, no ano seguinte ao do seu falecimento, dizia que esta lhe havia cometido o encargo de escrever em latim a "História do Principado do Brasil". E acrescentava: "Deu a conta dos seus estudos naquela Real Assembléia, com uma tal exação e tão bem escrita, que dela sempre lhe resultava ser ouvido com respeito igual aos nossos melhores escritores".

Pouco podemos apurar dêsses trabalhos. Mas existe um estudo seu em manuscrito autógrafo, com o título de "Refutação da

opinião de D. Antonio Herrera sôbre haverem os espanhóis descoberto o Brasil antes dos Portuguêses", que nos dá a mais alta idéia da competência do autor.

Certamente as suas ocupações de verdadeiro ministro de Estado, pois desde 1734 correram por suas mãos os despachos da Secretaria de Estado para o Brasil, desde 1731 os de Roma, e, desde 1735, os de outros países da Europa (com alguns intervalos para êstes), o impossibilitaram de prestar maior atenção aos trabalhos sôbre história ultramarina. Nomeado, em 23 de setembro de 1743, membro do Conselho Ultramarino, pôde assim entrar melhor na consciência dêsses estudos, aproveitando a ocasião para os prosseguir diretamente à sombra da sua situação oficial.

Dêsse ano data uma carta sua, dirigida a um funcionário de partida para as Minas, documento do maior interêsse. Nessa carta, que deparamos num volume de escritos de Alexandre de Gusmão, pertencente à Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, recomenda êle a um funcionário que vai partir para o Brasil, "encarregado de negócios que exigem viagens dilatadíssimas pelo vasto sertão da nossa América", segundo as suas próprias palavras: "queira ter o trabalho de escrever e *riscar* (isto é, cartografar) tudo quanto vir, e ainda escrever o mais que souber por pessoas fidedignas, de Terrenos, Lagos, Rios, Fontes, Povos, com seus governos, trajes, costumes e religião, levando porém o ponto fixo nos Terrenos, Lagos e Rios e nas léguas de distâncias, e podendo ser, indo de par com a altura dos graus das mesmas terras, (ou seja, procurando aproximar-se dos dados de longitude e, sendo possível, observar com instrumentos próprios as latitudes), sem faltar à verdade da sua Descrição Geográfica e Histórica, excetuando dêste trabalho todo o país que decorre do Rio de Janeiro até à cidade de Mariana, que isto tenho eu já circunstanciado, com tôda a costa marítima da nossa América Meridional".

Gusmão, por essa carta, ligava êste com outro funcionário que partira para Cuiabá, recomendando aos dois se correspondessem para trabalharem de conformidade e lograrem melhor êxito naquela missão geográfica particular.

Alexandre de Gusmão procurava por esta forma dilatar, por conta própria, a missão dos P.[es] Capacci e Diogo Soares, aos quais implìcitamente se referia, quando afirmava que já possuía o conhecimento necessário sôbre "todo o país que decorre do Rio de Janeiro à cidade de Mariana".

Êste precioso documento basta para avaliarmos da capacidade organizadora de Alexandre de Gusmão, suas exigências de método, zêlo desinteressado e inteligência precursora dos problemas que lhe

incumbia resolver. Trata-se verdadeiramente das instruções para um inquérito geográfico, histórico e etnográfico. Dêsse documento se conclui ainda que Alexandre de Gusmão dava por fundamento à política os conhecimentos geográficos e históricos.

Nada melhor, devemos acrescentar, para avaliar dos seus estudos de geografia do Brasil e da história da expansão portuguêsa, que o próprio Tratado de Madri e os documentos em que fêz a sua defesa, particularmente a resposta ao brigadeiro Antônio Pedro de Vasconcelos. Nesta última, êle revela um profundo conhecimento da geografia econômica e matemática do Brasil, assim como de todos os problemas que se ligavam, então e desde o século XV, com o Tratado de Tordesilhas.

Quando, em 1747, se intensificaram as negociações entre a Côrte portuguêsa e a castelhana, para resolver o problema dos limites entre as duas nações, na América do Sul, o corpo e a estrutura do Brasil eram ainda bem incertos e amorfos.

Para o sul do atual Estado do Paraná, o território desenhava uma longa, mas estreitíssima flecha, que ia pela costa dos atuais Estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, desde o máximo de 15 até ao mínimo de cinco léguas de profundidade, estas por altura do forte de S. Miguel, ao sul da Lagoa Mirim, fundado ao mesmo tempo que o Presídio do Rio Grande de S. Pedro, em 1737, pelo brigadeiro Silva Pais.

Mais ao norte, os limites do Brasil ladeavam de perto a estrada das monções que seguia o Pardo e o Taquari, para dali marginar o Paraguai e o Jauru. Esta começara a ser aberta e freqüentada desde 1722.

Só em 1742, Manuel Felix de Lima, com alguns audaciosos companheiros, estabelecera a ligação entre Cuiabá, capital de Mato Grosso e Belém do Pará, baixando o Guaporé e o Madeira. Mas desde as nascentes do Jauru e do Guaporé, isto é, desde a Chapada de S. Francisco Xavier, como então se dizia, até ao Baixo Madeira, por onde estacionavam as últimas missões dos jesuítas portuguêses, o corpo do Brasil abria-se numa vastíssima brecha inocupada e pela qual os missionários espanhóis, vadeado o Guaporé, em 1743, começavam a penetrar.

Ao sul do Amazonas e a oeste do Madeira os portuguêses, embora freqüentassem o Napo, ocupavam apenas a margem do grande rio até ao Javari, outra longa flecha, repetidamente disputada pelos catequistas e as tropas de Quito. Logo mais ao norte, os sertanistas de Belém haviam penetrado o Japurá e os missionários carmelitas ocupavam o Rio Negro. Mas o imenso vale do Rio Branco, que tão profundamente penetra até às atuais Venezuela e

Guiana Inglêsa, estava por ocupar e abria, por conseqüência, vastíssima estrada às ambições dos inimigos. Em 1750, após laboriosíssimas negociações que se prolongaram cêrca de 35 anos, as duas coroas chegaram a um acôrdo sôbre os limites entre os seus domínios na América.

Um mestre do Direito Internacional, Hildebrando Accioly, escrevia, em 1938, com a proba dúvida do homem de ciência: "Quem porém mais concorreu para o resultado a que se chegou com o Tratado firmado em Madri, a 13 de janeiro de 1750, parece ter sido o famoso estadista e diplomata brasileiro que se chamou Alexandre de Gusmão". (1)

Documentação nova e inédita, composta por um grande número de minutas, redigidas e muitas vêzes escritas pelo próprio punho do grande santista, atestam que êle orientou as negociações na fase mais delicada e para os objetivos fundamentais, assim como a parte técnica das instruções para as partidas demarcadoras. (2)

Prestando êste franco tributo à verdade histórica, seria injustiça não reconhecer igualmente que Alexandre de Gusmão foi discípulo duma escola diplomática — a portuguêsa — de excelentes tradições e realizador da política dum govêrno que tinha a plena consciência dos interêsses em jôgo e não se poupou a esforços para lográ-los.

Na sua "Exposição de serviços a D. João V" gloriava-se Alexandre de Gusmão de haver conduzido as negociações para o Tratado de Limites por forma que estavam quase a alcançar têrmo feliz — emprêsa em que até então haviam sucessivamente fracassado muitos dos melhores diplomatas portuguêses. Oito, numera Gusmão, que nós vamos nomear acrescentando a cada um a data das suas missões, para melhor compreensão do que vai seguir-se. Foram êles Pedro de Vasconcelos, Embaixador em Madri (1715-1718); Manuel de Sequeira, Encarregado das "dependências" (1718-1719); D. Luís da Cunha, Embaixador (1719-1720); Antonio Guedes Pereira, Enviado Extraordinário (1720-1727); José da Cunha Brochado (de maio a dezembro de 1725); o Marquês de Abrantes, Embaixador Extraordinário (1722-1729); e Pedro Alvares Cabral, Ministro Plenipotenciário (1729-1731). Acrescente-se o Conde de Tarouca, Embaixador em Viena (1725-1738), que aí se ocupou igualmente do assunto durante as negociações para a Liga com a França e com a Espanha.

---

(1) ACCIOLY, *Limites do Brasil. A fronteira com o Paraguai*. S. Paulo, 1938, pág. 3.

(2) Essa correspondência foi publicada em *Negociações do Tratado*, I vol. da IV parte da obra de J. Cortesão, *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri*, à qual remetemos o leitor para pleno esclarecimento dum tema, ali plenamente desenvolvido e aqui reduzido às proporções de simples capítulo duma obra de âmbito muito mais vasto.

A simples situação cronológica dessas missões diplomáticas basta para nos convencer que o principal objetivo das negociações de todos êsses representantes de Portugal foi, não só diverso, mas quase podíamos dizer oposto àquele em que se empenhou Alexandre de Gusmão. Com efeito, até 1741, D. João V e os seus ministros empenharam-se em conservar a Colônia do Sacramento e o "Território da Colônia", como então se dizia, isto é, as terras que iam daquela povoação até ao Rio Grande do Sul. (1) Mas, principalmente de 1746 por diante e sob a inspiração de Alexandre de Gusmão, uma das diretrizes essenciais das negociações foi a cedência da Colônia e do Território, para obter compensações fundamentais, noutra parte. Já eram dessa opinião, por 1737, o Vice-Rei Conde das Galveias e o Brigadeiro José da Silva Pais.

Qual o motivo dessa inversão de objetivos?

Em primeiro lugar, a expansão luso-brasileira para oeste e a organização administrativa e política tinham avançado rapidìssimamente durante o quarto de século anterior às negociações para o Tratado de Madri. Nesses vinte e cinco anos, uma nova e surpreendente realidade geográfica e econômica surgira. E alguém, magnìficamente dotado para a vislumbrar, se apercebeu da sua importância e se votou a estudar-lhe os caracteres e os meios de a incluir sòlidamente na soberania portuguêsa. Os imensos territórios de Goiás e Mato Grosso, a oeste; as forçosas ligações de S. Paulo com o Paraná e o Paraguai para a exploração das minas do *Far West* brasileiro; as riquezas pecuárias do Rio Grande, consideradas como o complemento econômico das Minas; os vastíssimos vales dos rios Negro, Branco e Japurá, tudo eram novas e gigantescas realidades, que apareciam súbita e incertamente debuxadas. Haveria interêsse em teimar na defesa da Colônia, permanente ameaça à soberania espanhola em todo o vale do Prata, com absoluto menosprêzo da demarcação de Tordesilhas, quando outros problemas de soberania mais vital, mas igualmente contestável à luz do velho Tratado, se levantavam?

Até aí, os negociadores portuguêses, obedecendo a ordens de D. João V, exigiam apenas o cumprimento estrito do Tratado de Utrecht, de 1715, aferrando-se à mais ampla concessão do Território da Colônia e pondo de lado a cláusula do mesmo Convênio, segundo a qual a Coroa Espanhola poderia propor a troca da Colônia por qualquer compensação territorial. E foi esta a sugestão inicial que orientou Alexandre de Gusmão.

(1) Por uma carta de M.A. de Azevedo Coutinho para D. Luís da Cunha, de 6 de dezembro de 1741, mas que supomos redigida por Alexandre de Gusmão, se vê que na Côrte se admitia já a troca da Colônia por um equivalente. V. *Antecedentes*, tomo II, docº nº XLVI.

Em junho de 1725, ainda se davam instruções aos dois enviados extraordinários em Madri para que a todo o custo defendessem junto ao Marquês de Grimaldi os direito de Portugal ao Território "valendo-se tambem V.S. para a sua instrução do Mapa que ultimamente se remeteu ao Sr. Josephe da Cunha Brochado (em) que se vê que a Colonia he o limite dos dominios desta Corôa por aquela parte ..." (1)

Durante êsse ano de 1725 os dois enviados plenipotenciários celebravam em Madri os tratados matrimoniais do Príncipe do Brasil, D. José, com a Infanta D. Mariana Vitória, filha dos Reis Católicos; e do Príncipe das Astúrias, D. Fernando, com a Infanta Bárbara de Bragança, filha de D. João V. Em março de 1727, faziam-se em Madri e Lisboa os pedidos em casamento das duas Infantas que, só em janeiro de 1729, eram trocadas no Caia, na fronteira luso-espanhola do Alemtejo.

Não obstante êsse estreitamento das relações de família entre as duas Côrtes, da parte da Espanha continuou a resistência invencível a reconhecer a soberania portuguêsa sôbre o "Território" da Colônia. Esta inabalável atitude dos governantes espanhóis deve, em boa parte, explicar a missão dos P.es Soares e Capacci, enviados em novembro de 1729 ao Brasil, para traçar o seu "Nôvo Atlas", de longitudes observadas.

Pela carta de Alexandre de Gusmão a um funcionário que partia para as Minas se vê que, em 1742, já êle devia estar em poder da "Nova e primeira carta da Terra firme e costas do Brasil ao meridiano do Rio de Janeiro, desde o Rio da Prata até ao Cabo Frio".

Mas aqui devemos acrescentar que Alexandre de Gusmão, usando das extraordinárias possibilidades e autoridade que lhe dava a sua situação de Secretário do Rei, promoveu não só a espionagem geográfica nos países da América espanhola, mais ligados aos prováveis limites do Brasil, mas procurou obter longitudes observadas do curso do Amazonas, por intermédio e obra de La Condamine. (2)

Por mais ligado com o tema desta obra, digamos algumas palavras sôbre o segundo daqueles fatos.

Como é sabido, o célebre astrônomo e explorador francês, Carlos Maria de La Condamine, que, desde 1736, permanecera em território da atual República do Equador, como membro da Comissão da Academia das Ciências de Paris, encarregado de medir

(1) E. Brazão, «Relações Externas de Portugal, Reinado de D. João V», t. 1, pág. 438.

(2) Êstes fatos são documentados e amplamente estudados no II vol. da 1ª parte de *A. de Gusmão e o Tratado de Madri*.

o grau terrestre, baixou, em 1743 e princípios do ano seguinte, o Amazonas, desde os Andes até Belém do Pará.

Durante essa viagem refêz a carta dêsse rio por meio dos povos métodos topográficos e a determinação de algumas longitudes pela observação dos eclipses dos satélites de Júpiter; e de seus trabalhos através do rio-mar deixou relação notabilíssima, sob o ponto de vista geográfico, econômico e etnográfico, que ainda hoje se lê com proveito e interêsse.

Qual a atitude das autoridades portuguêsas perante a penetração do explorador francês, que ia devassar e revelar tantos dos mistérios da Amazônia, já que mais tarde se opôs a uma viagem semelhante, a de Humboldt?

Sabe-se que na sua viagem o astrônomo francês não encontrou, por parte das autoridades do Pará, a menor dificuldade. Bem pelo contrário. Se o seu testemunho não bastasse, o ilustre historiador da Amazônia, Artur Cesar Ferreira Reis, publicou uma parte da correspondência oficial, de origem portuguêsa, trocada a êsse respeito, pela qual se vê que D. João V ordenara ao governador do Maranhão-Pará, João de Abreu Castelo Branco, por carta de 19 de abril de 1739, com antecipação de quatro anos, que prestasse a La Condamine e seus companheiros, "todo o auxílio e favor de que necessitassem para a dita viagem, como para a que intentam continuar dêsse pôrto para o de Caiena..." (1)

Na carta do Secretário de Estado, Guedes Pereira, transmitindo aquelas ordens, diz-se que o cônsul francês em Lisboa pedira, por mandado do rei de França, que se permitisse a passagem daquele astrônomo pelo rio das Amazonas até ao Pará. E o próprio La Condamine, referindo-se às "ordens da Coroa de Portugal, em extremo precisas e muito favoráveis à segurança e comodidade" da sua viagem, que em tôda a parte o precederam com êxito perfeito, testemunha e agradece tais favores a um dos ministros do govêrno francês.

Malgrado êstes categóricos dizeres, e não ignoramos que o rei de Portugal tinha vivo interêsse em ser agradável ao govêrno francês, de quem esperava nessa época a solução por meios diplomáticos do conflito platino, em fase de armistício, não deixa de ser estranhável a concessão de tantas facilidades a um estrangeiro, que podia revelar — e revelou — observações de longitude, contrárias aos interêsses portuguêses, quer nas suas relações com a Espanha, quer com a França.

Já então o rei sabia, por experiência pessoal, o valor das observações de longitude realizadas por astrônomos, com vista aos pro-

(1) Em «Paulistas na Amazônia e outros ensaios», Rio, 1941.

blemas de soberania territorial; já então, a "Dissertação" de Delisle lhe ensinara as desagradáveis conseqüências que podiam tirar-se dessa nova técnica. Desta sorte, as facilidades e apoio prestados a La Condamine brigam, não só com a tradicional reserva do govêrno português, que fechava o Brasil às indiscrições de observadores estranhos, mas muito mais com todo o sistema de medidas e prevenções que extremara, naquela época, essa política.

Como explicar semelhante anomalia? Não haveria, por qualquer forma, o govêrno português procurado evitar aquêle perigo? Ou fazer reverter em seu benefício os trabalhos e observações da viagem?

Uma série de documentos que Ferreira Reis desconheceu, embora incompleta, deixa presumir que o govêrno português teve uma grande parte na iniciativa da viagem de La Condamine, ou, quando menos, nas suas observações. Ao que se apura da correspondência do bispo e governador interino do Pará com o Secretário de Estado, em 1756, doze anos volvidos sôbre a sua viagem, o astrônomo francês, em representação dirigida a D. José I, "pedia 80.000 réis das despesas que fizera nos seus transportes para aquêle Estado para fazer várias observações astronômicas, no ano de 1744..." Comentava o bispo que, fazendo exatas diligências, encontrara apenas que o governador João de Abreu Castelo Branco mandara preparar uma casa para residência de La Condamine "e pelo Almoxarife se continuaram os mais gastos da viagem, mas que tôdas essas despesas se satisfizeram e que só restavam dezoito mil e tantos réis, que era o que ùnicamente se devia ao dito La Condamine..."

É certo que, pouco tempo depois do regresso do explorador francês à Europa, e de haver lido na Academia das Ciências de Paris o relato da sua viagem, o Secretário Antonio Guedes Pereira, em têrmos irritados, aprovava a conduta do governador, que se negara ao pagamento de certas despesas de La Condamine. "Justamente, escrevia êle, desaprovou V.S. a despesa que o provedor da Fazenda quis fazer por conta da mesma Fazenda com os emissários da Academia de Paris porque, além de não haver ordem para ela, também não havia necessidade de fazer mais êste obséquio aos franceses, que corresponderam muito mal aos que V.S. lhes fêz, na cavilação com que lhe introduziram por um dos seus ao castelhano, que aqui veio, o qual com igual incivilidade se ocultou também sem me buscar nos dias que se dilatou nesta côrte..." (1)

Mas o secretário de Estado, um tanto esquecido das ordens latas que transmitira em 1739, não revelava ao governador do Pará

(1) As cartas a que nos estamos referindo guardam-se no Arquivo Histórico do Ultramar, *Documentos do Conselho Ultramarino*, caixas 16 e 18.

todos os motivos da sua cólera. Bem mais atentatórias da soberania portuguêsa haviam sido certas passagens da *Relação* de La Condamine em que êle voltava à tese de Delisle sôbre os falsos fundamentos com que a Coroa de Portugal se arrogava a posse dos territórios da Guiana, ao sul do Cabo de Orange.

O astrônomo francês lera o seu trabalho em sessão de 28 de abril; e a carta do secretário de Estado é de 24 de julho, ou seja, seguramente, após a comunicação, por D. Luís da Cunha, do indelicado procedimento de La Condamine.

Seja como fôr, da mesma correspondência do Bispo-Governador se conclui que as despesas de viagem do astrônomo francês, "para fazer várias observações astronômicas", correram por conta do tesouro real; e não é crível que La Condamine se dirigisse ao rei, pedindo a satisfação duma dívida, relativamente pequena, alegando falsamente serviços prestados a pedido. Dos têrmos latos da reclamação, pode até inferir-se que o govêrno português teve parte principal na iniciativa da célebre viagem. Mas, no mínimo, temos por seguro que, ao consentir o livre trânsito e ordenar o pagamento das despesas respectivas, se reservou o direito de aproveitar, em benefício próprio, as observações e trabalhos do astrônomo e cartógrafo estrangeiro, que afinal as divulgou, com prejuízo e despeito do govêrno português.

Outra razão nos assiste para supor que o astrônomo francês estêve, em sentido lato ou restrito, ao serviço de D. João V. A carta do secretário de Estado, transmitindo ao governador do Pará as ordens para que se prestasse a La Condamine e seus companheiros todo o auxílio à sua viagem, é de 19 de abril de 1739. Ora, no dia anterior, tinham sido enviadas igualmente àquele governador instruções para que procurasse averiguar as distâncias e rumos, em que ficavam as aldeias dos carmelitas portuguêses e dos jesuítas espanhóis (situadas sôbre o Amazonas), entre si e em relação ao Pará. (1)

Era, por assim dizer, um prólogo às instruções sôbre o auxílio a prestar ao astrônomo francês. Tudo leva a crer que a mesma necessidade de exatidões geográficas, como base para a delimitação do Estado, em preparação, tenha inspirado as duas ordens; e que, por conseqüência, La Condamine estivesse ao serviço de D. João V, por inspiração do seu Secretário.

Com os dados de posição obtidos por vários modos, Alexandre de Gusmão chegara, sem a menor dúvida, à conclusão de que tôda a defesa da soberania portuguêsa sôbre as vastas regiões da América Meridional, ocupadas pelos luso-brasileiros, na base do Tratado de Tordesilhas, caducara irremediàvelmente; e que, por

(1) V. *Antecedentes*, t. II, doc. nº V.

conseqüência, era necessário fazer assentar as negociações em bases inteiramente novas.

Já vimos, por uma carta de 6 de dezembro de 1741, enviada por Marco Antônio de Azevedo Coutinho a D. Luís da Cunha, que se admitia já àquela data, na Côrte de Lisboa, a possibilidade de trocar o Território da Colônia por um equivalente.

O representante de D. João V em Paris agiu, como sempre, ràpidamente. E procurou exprimir ou fazer exprimir, por meios cartográficos, a solução que êle próprio imaginara dar ao problema.

Datam seguramente de então a colaboração de D. Luís da Cunha na cartografia americana de João Batista Bourguignon D'Anville, a quem forneceu informes e mapas subsidiários, e a dêste na obra de reivindicação territorial dos portuguêses, a que deu forma cartográfica. Se Delisle servira, em 1722, à política franco-espanhola contra Portugal, desta vez o grande Embaixador luso punha o "Primeiro Geógrafo" de Luís XV, ao serviço das pretensões portuguêsas contra a Espanha. Cêrca de 1742, e certamente por encomenda de D. Luís da Cunha, D'Anville traçava uma carta da América do Sul, onde aparecem delineados os limites do Brasil, em obediência a três objetivos: ao sul, cingir-se à proposta de M. Orry, feita em 1714, durante as negociações do Tratado de Utrecht, e que admitia o prolongamento do Brasil, exclusivamente até à embocadura do Prata por uma língua de terra, de 10 léguas de profundidade, a partir da capitania de S. Paulo; preservar a estrada fluvial das *monções*, que ligava aquela cidade a Cuiabá; e, finalmente, unir Mato Grosso aos territórios da Amazônia. Se ao sul, e graças a um mapa de José da Silva Pais, confessadamente utilizado pelo cartógrafo francês, os contornos do litoral eram traçados com relativa exatidão, na parte restante e principalmente a oeste, a linha dos limites, formada por uma curva muito ampla e muito regular, cortava um vago sertão, virgem de acidentes e de nomenclatura, refletindo a grande carência de conhecimentos geográficos sôbre aquelas regiões. De qualquer forma, o projeto D. Luís da Cunha-D'Anville representa, por assim dizer, o tosco e inseguro embrião do futuro plano de Alexandre de Gusmão, a quem é lícito conjeturar tenha auxiliado, nas suas concepções. (1)

---

(1) Desta carta que não foi impressa existe, não obstante, cópia fotográfica na Mapoteca do Itamaraty. Supomos que tenha sido obtida pelo Barão do Rio-Branco, durante as suas pesquisas sôbre a cartografia histórica do Brasil. Que essa carta fôsse traçada a pedido de D. Luís da Cunha, se conclui da correspondência do próprio D'Anville, que publicamos em Apêndice. Numa dessas cartas, se refere o grande geógrafo francês, com grande louvor, aos méritos cartográficos de José da Silva Pais, que àquela data governava a ilha de Santa Catarina, e de quem alcançara um mapa das costas meridionais do Brasil, por intermédio do Embaixador português em Paris.

Entretanto, as prudentes e repetidas medidas da metrópole, os acasos da aventura colonial e, por fim, a metódica política de previsão de Alexandre de Gusmão acabavam de pôr-lhe na mão os elementos do problema. Por volta de 1746, quando menos, como vamos ver, o grande diplomata deve ter entrado na consciência duma unidade geográfica e econômica do Brasil a defender.

Em 1737, como dissemos, o brigadeiro Silva Pais fundava por ordem da metrópole o presídio de S. Pedro, no Rio Grande do Sul, e o forte de S. Miguel, ao sul da lagoa Mirim, firmando definitivamente a soberania portuguêsa naquela região. Mas Alexandre de Gusmão, compreendendo quanto por êsse lado se tratava duma fronteira nevrálgica, ameaça e colisão permanentes entre Espanha e Portugal, e quanto importava "ao aumento e segurança do Brasil", segundo as suas próprias palavras, a colonização do sul, isto é, além da ocupação militar, a ocupação civil e a exploração econômica, organizou com persistência e método exemplares, durante três anos, desde 1746 a 1749, o envio de 4.000 casais de açorianos e madeirenses, para serem distribuídos em pequenos povoados de 60 casais cada um, "desde o Rio de S. Francisco do Sul até ao sêrro de S. Miguel, no sertão", isto é, desde o Estado do Paraná até aos limites meridionais do Brasil atual. Também, sob êsse ponto de vista, Alexandre de Gusmão foi um precursor. A organização do envio dos casais, a sua distribuição sistemática *in loco*, as medidas de proteção aos núcleos colonizadores e de fomento das suas atividades, as próprias disposições sôbre os traçados urbanos, anunciam a mais sábia colonização dirigida dos nossos tempos e constituem um dos títulos de glória do estadista.

A ocupação militar e civil, dirigida até às portas do estuário do Prata, compelia a Espanha a negociar, a qualquer preço e com urgência, a troca da Colônia do Sacramento por outros territórios, sob pena de comprometer sem remédio a segurança e a paz futura das suas províncias platinas, quer dizer: provocava uma solução rápida do problema, respeitando os interêsses das duas partes. O incansável zêlo pôsto por Alexandre de Gusmão naquelas medidas e o valor que lhes atribui na *Exposição* dos seus serviços provam que êle valorizava ao máximo, e com perfeita consciência, a carta que se preparava a ceder, para arrancar as restantes, e mais valiosas, às mãos do contendor.

É certo que também a penetração dos missionários castelhanos, no atual Estado de Mato Grosso, colocava Portugal em situação semelhante. Mas, no extremo centro-oeste, a organização da soberania portuguêsa nos territórios de Mato Grosso caminhava

com a mesma fulminante eficácia e rapidez. Documento transcrito por Ferreira Reis na sua obra citada, "Os Paulistas na Amazônia", levam-nos à convicção de que Alexandre de Gusmão estêve em contato direto, em 1743, com Manuel Felix de Lima, quando êste regressou da sua viagem pelo Guaporé e o Madeira. Essa viagem vinha revelar a singular importância que, para a integração territorial do Brasil, assumia a ocupação das chapadas do planalto central até à dilatada curva que desenha aquela imensa estrada fluvial, que assim vinha estabelecer comunicação entre os dois Estados, em que o Brasil então se dividia. Êsse ia ser um dos objetivos principais de Alexandre de Gusmão.

Os documentos que existem sôbre as negociações para o Tratado de Madri provam que Alexandre de Gusmão fêz todos os esforços, por fim coroados de êxito, para garantir a Portugal a posse dêsse enlace fluvial entre o Jauru e Guaporé, preservando a comunicação entre os dois grandes Estados do Brasil e do Maranhão-Pará e preparando assim a integração do Estado brasileiro na grande ilha-continente, que pouco a pouco se desvelara aos seus olhos.

Na bacia amazônica, o vale do Madeira, a parte situada a leste dêste rio e o vale do Rio Negro, merecem especialíssimo estudo de Gusmão. As nossas investigações permitem-nos afirmar que êle pediu e obteve do governador Francisco Pedro de Mendonça Gorjão um mapa do Madeira, traçado por José Gonçalves da Fonseca. Em carta daquele governador ao Cardeal da Mota, escrita do Pará a 3 de novembro de 1747, êle dizia: "Como o mesmo conselheiro (Alexandre de Gusmão) me pediu com instância notícias exatas do rio da Madeira e das Minas de Mato Grosso, situadas em meio de umas vertentes que desaguam no mesmo rio da parte do nosso Brasil, fiz as diligência possíveis por conseguir sôbre esta matéria as notícias mais próximas da verdade, e ordenando ao secretário dêste govêrno, José Gonçalves, as reduzisse a um mapa, e executou na forma do que faço presente a Vossa Eminência, semelhante ao que remeto ao mesmo Alexandre de Gusmão, que me persuado comunicará a Vossa Eminência tanto êste particular como o da cochinilha acima mencionado". (1)

Também em Lisboa se obtiveram largas informações sôbre o Alto Amazonas e o rio Negro, dadas pelo visitador das missões carmelitas nesse rio. Conseguimos averiguar que êsse visitador foi Frei Antonio da Piedade que, em 1746 e 1747, se encontrava em Lisboa onde, sabemos por carta sua, teve "a fortuna de ser aten-

(1) Carta e mapa guardam-se, uma no Arquivo Histórico, outra, na Mapoteca do Itamaraty. O mapa foi por nós publicado em *Antecedentes*, t. II.

dido do Sr. Alexandre de Gusmão, em me fazer a honra de me admitir repetidas vêzes à sua presença". (1)

Foi seguramente Frei Antonio da Piedade que escreveu a Memória sôbre aquela parte da Amazônia, a que se referem vários documentos sôbre o Tratado e que tantos esclarecimentos deu a Alexandre de Gusmão.

Com todos êsses elementos na mão traçou êle o seu plano. Rios e vertentes serviram de fronteira para, à sombra dêste princípio, estender a soberania portuguêsa a vastidões totalmente ignoradas dos espanhóis. Portugal cedia a Colônia do Sacramento e as suas pretensões ao estuário do Prata: mas, ao sul, limitados pelas vertentes e o curso do Uruguai, os atuais Estados de Santa Catarina e Rio Grande, então inocupados na sua quase totalidade, passavam para Portugal. O mesmo sucedia com o sul de Mato Grosso. Ao norte, a zona imensa compreendida entre o Alto Paraguai, o Guaporé e o Madeira, dum lado, e o Tapajós, para não dizer o Tocantins, do outro, igualmente inocupada, ficava também sob a soberania portuguêsa; e a ponta de flecha, que ia do Madeira ao Javari, dilatava-se em proporções muito maiores do que nas regiões de Curitiba e do Rio Grande do Sul, abrangendo parte do Japurá e os vales dos rios Negro e Branco.

Se Alexandre de Gusmão concebeu êste plano na consciência das razões que hoje chamaríamos de geopolítica, não pode duvidar-se. Prova-o a leitura da célebre carta que escreveu em resposta ao brigadeiro Antônio Pedro de Vasconcelos, antigo governador e heróico defensor da Colônia do Sacramento em defesa do Tratado. Tratado e sua defesa revelam que o estadista visou na consciência dos princípios de geopolítica, os seguintes objetivos:

1º) O equilíbrio das soberanias portuguêsa e espanhola pela partilha das bacias do Amazonas e do Prata, atribuindo na sua maior parte, a primeira a Portugal e a segunda a Espanha;

2º) Reservar à soberania portuguêsa o grande planalto central aurífero e diamantífero, coração da ilha-continente, e as suas vias fluviais de acesso;

3º) "Dar fundo grande e competente" ao Brasil austral para proteger a estrada mineira de Camapuã e assegurar às regiões das Minas os recursos pecuários do Rio Grande do Sul.

4º) "Arredondar e segurar o país", ou seja realizar a ilha-continente e dar-lhe viabilidade orgânica;

---

(1) Frei Antonio Prat, «Notas Históricas sôbre as missões carmelitanas no extremo norte do Brasil, séculos XVII e XVIII», e especialmente pág. 254.

5°) Como conseqüência lógica dos dois últimos objetivos, criar no extremo sul uma fronteira estratégica, que se opusesse a qualquer tentativa espanhola de flanquear o Brasil meridional, na sua parte mais vulnerável.

Que o diplomata escondeu o seu jôgo, durante as negociações de 1748 a 1749, é êle próprio a dizê-lo por forma pouco velada, em carta ao nôvo monarca D. José I, ainda em defesa do Tratado e com palavras proféticas:

"Deus queira que o deferir-se a execução do Tratado de Limites não seja causa de que a Côrte de Madri, *informando-se com o tempo do muito com que a nosso favor se acha feita a transação e permutação*, admita idéias menos conciliadoras do que nos tem mostrado; e que valendo-se doutros recursos reclame o ajustado, deixando-nos depois duma tão laboriosa negociação, sem uma, nem outra coisa".

Uma era a Colônia do Sacramento; a outra, as vastíssimas regiões cedidas em troca. Havia, pois, grandes vantagens em favor de Portugal que a Espanha desconhecia e só com o tempo viria a conhecer? Quais, se o Tratado dos limites se fêz, de parte a parte, sôbre o mesmo mapa, prèviamente traçado para êsse fim? O segrêdo está em que êsse mapa foi concebido e traçado em Lisboa, sob a direção de Alexandre de Gusmão.

O chamado *Mapa das Côrtes,* preparado pelo mapa, ou melhor, os mapas de D'Anville é uma das peças fundamentais dêsse processo e por isso merece particular estudo. Mais uma vez a cartografia ilumina meridianamente a história. É o que sucede, ainda que em menor grau, com aquilo a que chamamos "mapa dos caminhos de Tosi Colombina", o qual, não obstante datar de 1751, reflete conhecimentos e traçados anteriores, que seguramente aproveitaram a Alexandre de Gusmão.

Êrro crasso e injustiça seria não reconhecer que uma política de elevado alcance guiou também o govêrno espanhol. Duas ordens de razões inspiraram as negociações por parte da Côrte de Madri: uma de geopolítica americana; outras, mais gerais, de política exterior da Espanha.

Tanto a correspondência das negociações, como as idéias de D. José de Carvajal sôbre a política exterior do seu país, nos esclarecem sôbre aquelas duas espécies de objetivos. Um outro documento de grande importância devemos acrescentar-lhes. Quando, em abril de 1754, por morte de D. José de Carvajal y Lencaster, lhe sucedeu no ministério Ricardo Wall, êste pediu e obteve de D. Francisco Auzmendi, diretor geral da Secretaria de

Estado dos Negócios Estrangeiros, única pessoa de quem o negociador espanhol do Tratado fiara o segrêdo das negociações, um informe sôbre a história dos entendimentos para o Tratado de Limites e o estado em que se encontrava a sua execução. (1)

Do conjunto dêsses documentos ficamos conhecendo os objetivos visados pelo govêrno espanhol:

I — Por forma geral, pôr um dique à vertiginosa expansão portuguêsa, às "usurpaciones de soberania" dos luso-brasileiros, segundo a expressiva e repetida denúncia de D. Jorge Juan e D. Antonio Ulloa, em suas obras, e que ameaçavam reduzir grandemente o império espanhol na América do Sul. Mas, quer no vale do Amazonas, quer do Prata, os jesuítas espanhóis foram sempre os mais acérrimos denunciadores e impugnadores da expansão portuguêsa;

II — Em particular, reservar exclusivamente para a Espanha a soberania política sôbre o estuário do Prata e as vias terrestres e fluviais que comunicavam as províncias platinas com o "Peru", na larga acepção geográfica que então se dava a esta palavra. Auzmendi informava: "La utilidad particular de España consiste en quitar la Colonia y el famoso contrabando del rio de la Plata... la Colonia no les aprovecha y nos destruye..."; e D. José de Carvajal diria que interessava mais à Espanha a posse da Colônia do Sacramento que a de Gibraltar.

III — A defesa recíproca de Espanha e Portugal contra as potências estrangeiras que disputavam às duas nações os seus domínios na América e, mais particularmente, a Inglaterra e a Holanda. De nôvo Auzmendi esclarecia: "... después que las demas (naciones) han acudido (a América) con todas sus fuerzas, no era justo que nosotros (españoles y portugueses) aumentasemos nuestra debilidad ofereciendoles mayor espacio para lograr sus fines".

IV — A anulação, por inútil, da aliança luso-inglêsa, que implicava na ameaça constante do poderio inglês contra a Espanha, a pretexto de apoio aos interêsses portuguêses. Auzmendi comentava: "... lo que no se insinuo en los papeles y deve considerarse mucho... convendrá que los portugueses se pongan en terminos de no necessitar unos aliados que no pueden menos de ser gravosos y entendan los ingleses que Portugal no tiene con quien reñir".

---

(1) V. «Noticia por mayor del principio, progresso y estado del Tratado de Limites con Portugal y lo que ha ocorrido en su ejecucion». Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, t. III, dedicado à documentação espanhola sôbre o Tratado de 1750 pelo seu antigo diretor, o historiador Rodolfo Garcia, págs. 31-40.

V — Preparar por esta forma a unificação das duas nações ibéricas num único Estado e das Américas espanhola e portuguêsa num único império — sonho grandioso de D. José de Carvajal, a que se opunham realidades psicológicas e nacionais, irredutíveis a um só e comum denominador político.

Resta-nos agora estudar a tática utilizada por uns e outros durante as negociações. Os espanhóis, e mais particularmente D. José de Carvajal, serviram-se constantemente e como argumento fundamental da fidelidade ao Tratado de Tordesilhas. Mas, no conhecimento das negociações para o Tratado, mesmo no ano de 1749, em que elas atingiam a fase decisiva, D. Jorge Juan publicava uma pequena obra com o título de "Dissertacion Historica y geográfica sôbre el Meridiano de Demarcacion entre los dominios de España y Portugal y los parajes por donde pasa en la América meridional", que termina por esta forma: "La demostracion pues que produce esta Dissertacion fundada en los tratados mas solemnes y autorizados y sobre las observaciones mas ajustadas y ciertas, nos debe hacer esperar que, reconocida de buena fé y con la justificacion y generosidad propria de tan grandes Principes como lo son S.S. Magestades Catholica y portugueza, la iquivocacion error o ignorancia, con que hasta ahora se haya procedido por la delijencia de los ministros de una Corona y moderacion de los de la otra, tomaran el acuerdo mas justo y rasonable *para contenerse dentro de los Limites de la Demarcacion, conformandose con lo conferido por la Santa Sede con lo estipulado entre las dos Coronas;* y con lo que pide la razon y la justícia; pues una vez descubiertas no pueden sustenerse por mas tiempo lo que contra ellas se haya obrado por ignorancia e desaplicacion, y mucho menos entre Principes llenos de equidad y justificacion y que desean conservar los vinculos de la amistad y parentesco, con que tan felizmente se han estrechado ultimamente para mayor gloria de las dos naciones y propagacion del Evangelio entre las gentes, que la divina Providência ha situado *bajo de su respectiva Demarcacion*". (O sublinhado é nosso).

Por sua vez, a tática de Alexandre de Gusmão consistia em fazer acreditar na impossibilidade de traçar os limites do Meridiano e voltar contra os espanhóis o mesmo Tratado de Tordesilhas, procurando demonstrar que êles haviam usurpado primeiro e muito mais, no Oriente, de que os portuguêses, no Brasil. Estabelecida a impossibilidade de se entenderem sôbre essa base, havia que tomar por nôvo fundamento de um Tratado de Limites, o dar à ocupação real da terra o valor de propriedade justa, isto é, fundar a soberania numa nova sanção jurídica, a do *uti possidetis,* conjugada com o nôvo princípio dos limites naturais, isto é, na frase do

próprio Alexandre de Gusmão, "as balisas naturais" ou "as balisas mais notáveis dos montes ou rios grandes".

Na aplicação dêstes dois princípios, pela primeira vez tão engenhosamente combinados e expressos no célebre *Mapa das Côrtes*, de 1749, reside o segrêdo do êxito e o *quid* genial do *plano* de Alexandre de Gusmão.

A maior criação política do grande diplomata foi o Tratado de Limites. Mas a aceitação do plano respectivo elaborado por Alexandre de Gusmão, com ligeiras alterações introduzidas pela Côrte de Madri, só pode compreender-se e explicar-se, quando lhe acrescentamos o *Mapa das Côrtes*. Êste, por sua vez, ergue-se à maior das suas criações em arte diplomática. Plano de limites e mapa que lhe serviu de gráfico formam um corpo.

Todavia, se comparamos o Mapa das Côrtes com um mapa atual da América do Sul, ràpidamente nos damos conta de que naquela carta o Brasil não passa duma caricatura da realidade. Alguns erros muito graves de longitude o falseiam: a costa do nordeste foi distendida duns 4°,30 para leste, de sorte que o meridiano de Belém do Pará passa pelo Rio Grande de S. Pedro, quando deveria beirar a ilha de Santa Catarina pelo oriente; o alto Paraguai apresenta-se igualmente desviado para leste entre 4° e 7°; o Amazonas, em tôda a extensão até ao Javari, reduzido de cêrca de 3°; e o Madeira com o Guaporé, como aliás os demais afluentes meridionais do Amazonas e, mais que êsses, o Tocantins, sofreram também de desvios para leste, que chegam a atingir erros de 9 graus.

Duas conseqüências gerais derivam desta série de erros: a linha de Tordesilhas, se fôsse traçada sôbre êsse mapa, abrangeria na soberania portuguêsa territórios que, à luz do traçado real daquele meridiano, deveriam pertencer à Espanha; e a metade ocidental do Brasil fica por tal modo apoucada e reduzida que Cuiabá se vê naquele mapa situado cêrca do meridiano de Belém do Pará, com um êrro, por conseqüência, de cêrca de 9 graus. Compensação lógica: a América espanhola ocupa no centro do continente vastidões superiores à realidade. Esta dupla desfiguração, tão propícia ao jôgo português, seria apenas fruto de carência científica?

Já Roberto Simonsen, reproduzindo o mapa das Côrtes, se lhe refere nestes têrmos: "A carta do Brasil está visìvelmente deformada apresentando Cuiabá sob o mesmo meridiano da foz do Amazonas, próximo ao qual passaria a linha de Tordesilhas. Esta construção talvez tenha sido feita visando a facilitar a aceitação, pelos espanhóis, do princípio do *uti possidetis*, que integrou na

América portuguêsa tão grande extensão de terras a oeste do meridiano de Tordesilhas". (1)

Duma forma geral, é certo, todos êstes erros podem explicar-se pela cartografia mais corrente da época, incluindo, em primeiro lugar, as próprias fontes cartográficas do Mapa das Côrtes, confessadas por Alexandre de Gusmão. E compondo-se mentalmente com essas cartas êste Mapa, chega-se àquele mesmo resultado. Assim, o êrro geral de distensão da costa nordeste era comum e muito mais acentuado na cartografia portuguêsa desde o século XVI; o desvio para leste do Paraguai provém das mesmas cartas dos jesuítas contemporâneos; o encurtamento do Amazonas justifica-se com os próprios erros de longitude da carta de La Condamine; os desvios, êsses tão contrários à verdade, do Madeira e do Guaporé, tornavam-se uma conseqüência natural dos demais erros, dado que o último dêstes rios contraverte com o Paraguai.

Resta saber agora: não dispôs Alexandre de Gusmão de outros dados mais exatos que lhe permitissem corrigir alguns daqueles erros? Eis o problema.

Sabemos, de ciência certa, que Alexandre de Gusmão conhecia as longitudes necessárias para calcular com grande aproximação o traçado do meridiano de Tordesilhas, nos seus têrmos *a quo*, ao sul e ao norte do Brasil. Na sua réplica a D. José de Carvajal computava êle, com aproximação notável para a época, em 22°30' as 370 léguas a ocidente da ilha de Santo Antão, esta como situada a 8 graus a oeste da ilha do Ferro, cuja longitude, em relação ao meridiano de Paris, se conhecia com rigor.

Para terminar esta averiguação possuía ainda o inspirador do Mapa das Côrtes a longitude do Pará, observada com bastante exatidão por La Condamine, e as do sul do Brasil, entre o Rio de Janeiro e a Colônia do Sacramento, observadas pelos Padres Matemáticos, e tôdas elas, quer as do astrônomo francês, quer dos matemáticos jesuítas, contadas pelo meridiano de Paris. Sucede que uma das coordenadas mais exatamente observadas na "Nova e primeira carta das Costas e Terra firme do Brasil", do Pe. Diogo Soares, é o canal do Rio Grande de S. Pedro. Situando, pois, sôbre o mesmo meridiano, aproximadamente, êste último acidente geográfico e Belém do Pará, Alexandre de Gusmão deslocava, de caso pensado, o sul do Brasil 3°30' para leste — êrro muito grave em costas cuja orientação se media por um ângulo diminuto.

---

(1) V. «História econômica do Brasil», (1500-1820) t. II, S. Paulo, 1937, pág. 100.

Eis a primeira averiguação indubitável. E observe-se ainda que o Mapa das Côrtes é graduado em latitudes e longitudes, mas só as primeiras estão numeradas.

Não teria Alexandre de Gusmão informações mais exatas que lhe permitissem alargar para oeste o seu acanhado Brasil ocidental? Não há melhor resposta que a comparação entre êsse mapa e o da América do Sul de D'Anville, que anda impresso com a data de 1748. Não só êste mapa é infinitamente mais minucioso, mas o traçado dos rios, como o S. Francisco, o Tocantins-Araguaia, o Xingu e o Madeira, muito mais perfeito e bem situado. Em lugar de figurarem muito desviados para leste, como no Mapa das Côrtes, todos êsses rios foram traçados por D'Anville nas suas posições aproximadas, à exceção do Madeira. Mas até êste último, malgrado os erros de posição, aproxima-se muito mais da situação exata, do que no Mapa das Côrtes. O mesmo acontece com os rios e as localidades de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. Deveremos, pois, concluir que o cartógrafo francês utilizou cartas portuguêsas, com longitudes observadas.

Que êle dispôs de elementos de informação portuguêsa, se conclui sem a menor dúvida, pela nomenclatura da sua carta, mas temos dêsse fato plena confirmação por uma série de epístolas de D'Anville e, em especial, a sua Memória sôbre a demarcação de Tordesilhas, feita em 1776, a pedido do Ministro francês dos Negócios Estrangeiros, Vergennes, que publicamos em *Apêndice*.

Por essa correspondência e em particular por uma carta sua, enviada àquele Ministro, a 28 de agôsto de 1776, se vê que D'Anville se ocupara longamente da geografia do Brasil e dispusera, para êsse fim, de cartas geográficas fornecidas por D. Luís da Cunha. Nessa carta diz êle: "Il est réel que j'ai fait un travail il y a bien des années à la sollicitacion de D. Luís da Cunha, Ambassadeur de Portugal, sur les limites du Brésil contestés entre les deux Couronnes d'Espagne et de Portugal".

Há quantos anos, avaliados por forma tão vaga, teria o geógrafo francês realizado êsse trabalho? Sabemos que, em 1741, de Lisboa se pedia a D. Luís da Cunha para êste declarar quais, a seu ver, deveriam ser os limites do Brasil, na base, já então aceite, da troca da Colônia por um equivalente.

E, pela Memória a que anteriormente nos referimos, pode compreender-se que datam dessa época os trabalhos cartográficos de D'Anville sôbre o Brasil, por solicitação de D. Luís da Cunha — o que não é de estranhar, visto o cartógrafo francês manter estreitas relações com o Embaixador português em Paris, desde 1725.

Com efeito, na Memória referida, êle escrevia: "Ils (os portuguêses) y avaient il y a trente cinq ans (ou seja em 1741) à l'île de Sainte Catherine, très voisine, un commandant militaire, nommé D. José da Silva Pais, dont il est fait mention dans la relation du voyage de l'Amiral Anson. Cet homme d'un mérite peu commun, selon que j'en puis juger par une carte qu'il avait dressé de son gouvernement jusque vers le Cap de Sainte Marie (sans aller plus loin) a fourni à ma carte de l'Amérique méridionale un des morceaux particuliers qui la distinguent, cette carte m'ayant été communiquée manuscrite par l'Ambassadeur D. Luis da Cunha, et j'en conserve une copie".

Em 1747, o velho Embaixador voltava a encarregar D'Anville de traçar uma carta dos limites do Brasil. Provàvelmente com novos dados geográficos. Ao mesmo tempo, o geógrafo francês escrevia umas memórias sôbre o mesmo assunto. Estas notícias dava-as o Visconde Tomás da Silva Teles, em carta ao Secretário de Estado, participando-lhe, a 17 de agôsto dêsse ano, que D. Luís da Cunha acabava de lhe remeter uma carta da América do Sul, traçada por D'Anvile, para ilustrar as negociações do Tratado. Ilógico seria supor que o Embaixador em Paris não fizesse remessa igual para Lisboa. (1)

Não sabemos se os Padres Matemáticos fizeram observações de longitude para ocidente dos atuais Estados de Goiás e de São Paulo. Mas é certo que o Pe. Diogo Soares observou a latitude e a longitude de Vila Boa de Goiás. Mais uma vez a comparação entre o Mapa das Côrtes e a carta de D'Anville é elucidativa. Enquanto, nesta última, Vila Boa de Goiás aparece numa posição, cujas coordenadas pecam por um êrro aproximadamente de um grau, no Mapa das Côrtes figura por 10 graus de latitude sul,

---

(1) A confirmar a existência de dois trabalhos cartográficos de D'Anville sôbre os limites do Brasil, traçados com alguns anos de intervalo, existem dois grupos de cartas suas com algumas diferenças notáveis entre si, embora datadas de 1748. Além de duas cartas da América Meridional, do primeiro geógrafo da França, impressas com a data de 1748, e reproduzidas pelo Barão do Rio-Branco (nº 27 do Atlas que acompanha a «Seconde Mémoire presentée par les Etats Unis du Brésil au Gouvernement de la Conféderation Suisse», sôbre a questão das fronteiras entre o Brasil e a Guiana francesa e o nº 6A do volume da Exposição sôbre as fronteiras com a República Argentina) existe uma outra edição dessa carta, que apenas conhecemos por uma fotocópia existente na Mapoteca do Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Nesta última, que deve ser mais antiga, as nascentes do Paraguai estão colocadas entre 5 e 6 graus de latitude, segundo a própria legenda escrita ao lado pelo cartógrafo; e o Jauru e Mato Grosso sobem até 2 graus de latitude. Nas cartas publicadas pelo Barão do Rio-Branco êstes erros, tão grosseiros, estão muito reduzidos: a posição das nascentes do Paraguai foi reduzida de 10 graus de latitude, cingindo-se mais à realidade; da mesma sorte as nascentes do Jauru. Os rios Madeira-Guaporé ainda aí não figuram, ao contrário do que sucede nas cartas publicadas pelo Barão do Rio-Branco, e o fato só foi conhecido em Lisboa, em 1743, pode inferir-se que esta carta fôsse traçada em 1742.

quando deveria estar por 16, e cêrca de 3 graus de longitude oeste, em relação ao meridiano do Rio de Janeiro, quando devia orçar pelos sete graus, vícios de posição, que dificilmente poderão explicar-se, a não ser com o intuito de desorientar o negociador espanhol sôbre a situação dum centro mineiro de grande importância. Mas, tendo Alexandre de Gusmão conhecido a latitude e a longitude, aproximadamente exatas, de Vila Boa, fàcilmente advertiria que o alto Paraguai figurava nos mapas dos jesuítas grosseiramente desviado para leste; e o mesmo deveria calcular para o curso do Guaporé.

Em conclusão: o Mapa das Côrtes foi propositadamente viciado nas longitudes para fins diplomáticos. Desviando o Brasil Meridional para leste, aumentava a margem de soberania do hemisfério português, delimitado pelo meridiano de Tordesilhas; e encurtando ainda, com os desvios do traçado, as longitudes do Paraguai, do Madeira e do Guaporé, apoucava o Brasil ocidental com aparente benefício das regiões centrais de soberania espanhola. A soma dêstes erros permitia ao cartógrafo situar, por exemplo, Cuiabá, com êrro enorme, sôbre o meridiano de Tordesilhas, tal como êste fôra calculado pelos cosmógrafos espanhóis em 1681.

Coordenando com arte os erros da cartografia conhecida de tôda a gente, o organizador do Mapa das Côrtes conseguia realizar uma obra com as aparências de rigorosa seriedade e capaz de inspirar confiança ao negociador espanhol. E ilustrava por maneira flagrante a sua tese de que as violações portuguêsas de soberania na América eram bem menores que as espanholas no Oriente. O Mapa das Côrtes torna-se também o gráfico da sua argumentação com D. José de Carvajal.

O arguto leitor que esteja seguindo esta análise perguntará: e o mapa de D'Anville, impresso em 1748? Não teve D. José de Carvajal conhecimento dessa carta e, por conseguinte, do lôgro que representava o Mapa das Côrtes?

Respondemos: A carta de D'Anville, embora ostente a data de 1748, só foi publicada, e provàvelmente impressa, em 1750, alguns meses após a assinatura do Tratado. Se o não foi em vida de D. Luís da Cunha, falecido no ano de 1749, devemos atribuir o fato às condições de reserva impostas pelo Embaixador ao cartógrafo. Não esqueçamos que se trata duma carta em que figuram os possíveis limites do Brasil e com bem menos largueza de que eram desde o comêço arbitrados por Alexandre de Gusmão e acabaram por aceitar-se no Tratado de Madri.

Falecido D. Luís da Cunha e realizado aquêle convênio, o geógrafo francês, mais cioso da sua glória do que das conveniên-

cias de Portugal, julgou-se desligado do compromisso. Mas foi tal o alarme em Lisboa que, apenas divulgada a carta em Paris, Alexandre de Gusmão, sob a assinatura do Secretário de Estado, apressou-se a recomendar insistentemente ao Visconde-Embaixador, que desacreditasse aquêle mapa como falseado por erros grosseiros de posição. As causas do alarme e da instrução são manifestas. (1)

A 13 de janeiro de 1750, após três anos de laboriosas negociações o Visconde Tomás da Silva Teles, por parte "D'el Rei Fidelissimo de Portugal" e D. José de Carvajal y Lancaster, por parte de "El Rei Catolico de Espanha", firmavam em Madri o Tratado de Limites, que tomou o nome da cidade onde foi celebrado.

Começa o Tratado por declarar que os dois monarcas, considerando que não se haviam averiguado até então os limites dos seus domínios, e as dificuldades invencíveis para se assinalar a linha divisória "resolveram examinar as razões e dúvidas que se oferecessem por ambas as partes, e à vista delas concluir o ajuste com recíproca satisfação e conveniência".

Segue-se a exposição das "razões e dúvidas" por parte de Portugal. Alegava-se que, a tomar em consideração o Tratado de Tordesilhas, "se estende o domínio espanhol na extremidade Asiática do Mar do Sul muito mais graus que os cento e oitenta de sua demarcação; e por conseguinte *tem ocupado muito maior espaço do que importa qualquer excesso que se atribua aos portugueses, no que talvez terão ocupado na América Meridional ao Ocidente da mesma linha* e princípio da demarcação espanhola".

É em face dêste argumento que se compreende quanto importava encurtar no Mapa das Côrtes as longitudes a oeste do suposto meridiano de Tordesilhas. Alegava-se, a seguir, que os espanhóis haviam ocupado o arquipélago das Filipinas, violando assim insofismàvelmente a Escritura de Saragoça, e deviam à Côrte de Portugal por efeito dessa violação, a enorme soma que havia custado a D. João III a assinatura do convênio.

Finalmente, quanto ao Território das margens setentrionais do Rio da Prata, alegava-se que "pelo artigo VI da paz celebrada em Utrecht entre as duas coroas, em 6 de fevereiro de 1715, cedeu Sua Majestade Católica tôda a ação e direito que podia ter ao Território da Colônia, dando por abolido, em virtude dessa cessão, o dito Tratado provisional" (de 1681). Acrescentava-se que o

---

(1) A correspondência sôbre êste fato é publicada por nós em «A. de Gusmão e o Tratado de Madri», *Negociações*, t. I. Mais adiante, na última parte dêste livro, voltaremos a ocupar-nos com demora do Mapa das Côrtes.

Governador de Buenos Aires se havia oposto, por interpretação capciosa daquele artigo, ao cumprimento pleno do Tratado.

Observe-se neste ponto que o alegado artigo VI do Tratado de Utrecht representava uma primeira aplicação do princípio do *uti possidetis de fato*. E por isso adiante se acrescentava:

"Que tocando aquêle Território a Portugal por título diverso da linha divisória determinada em Tordesilhas (isto é, pela transação feita no Tratado de Utrecht, em que S.M.C. cedeu o direito, que lhe competia pela demarcação antiga), devia aquêle Território, independentemente das questões daquela linha, ceder-se inteiramente a Portugal com tudo o que nêle se houvesse novamente fabricado, como feito em solo alheio. Finalmente, que suposto pelo artigo VII do dito Tratado de Utrecht, se reservou S.M.C. a liberdade de propor um equivalente à satisfação de S.M.F., pelo dito Território e Colônia, contudo, como há muitos anos passou o prazo assinalado para oferecê-lo, tem cessado todo o pretexto e motivo, ainda aparente, para dilatar a entrega do mesmo Território".

Por sua vez alegavam os espanhóis que:

"Também é certo que ainda cedendo a Espanha, e consentido que se comece a contar desde a mais Ocidental (das ilhas de Cabo Verde) que chamam de Santo Antão, apenas poderão chegar as trezentas e setenta léguas à cidade do Pará, e mais Colônias e capitanias portuguêsas, fundadas antigamente nas costas do Brasil; e como a Coroa de Portugal tem ocupado as duas margens do rio das Amazonas, ou Marañon, subindo até a bôca do rio Javari, que entra nêle pela margem Austral, resulta claramente ter-se introduzido na demarcação de Espanha tudo quanto dista a referida Cidade da bôca daquele rio, sucedendo o mesmo pelo interior do Brasil, com a internação que fêz esta Coroa até Cuiabá e Mato Grosso".

Pelo que toca à Colônia do Sacramento alegava-se que "conforme os mapas mais exatos, não chega com muita diferença à bôca do Rio da Prata a paragem, onde se devia imaginar a Linha; e conseqüentemente a referida Colônia com todo o seu Território cabe ao Poente dela e na demarcação de Espanha; sem que obste o nôvo direito, com que a retém a Coroa de Portugal em virtude do Tratado de Utrecht, porquanto nêle se estipulou a restituição por um equivalente, e ainda que a Côrte de Espanha o ofereceu dentro do têrmo prescrito no artigo VII, não o admitiu a de Portugal por cujo fato ficou prorrogado o têrmo sendo, como foi, pro-

porcionado o equivalente; e não tê-lo admitido foi mais por culpa de Portugal que de Espanha".

Vistas estas razões e considerando a impossibilidade de fixar a Linha de Tordesilhas e "os embaraços invencíveis para conservar sem controvérsia, nem excesso, uma demarcação regulada por linhas meridianas", os dois monarcas desistem de fixar os limites por aquêle meio e resolvem que o Tratado atual "só atenda com cuidado a dois fins: o primeiro e mais principal é, que se assinalem os Limites dos dois domínios, tomando por balizas as paragens mais conhecidas, para que em nenhum tempo se confundam, nem dêem ocasião a disputas, como são a origem e curso dos rios e os montes mais notáveis; o segundo: que cada parte há de ficar com o que atualmente possui, à exceção das mútuas pessoas que em seu lugar se dirão, as quais se farão por conveniência comum, e para que os confins fiquem quanto fôr possível, menos sujeitos a controvérsias".

Começa logo o articulado do Convênio.

No seu artigo I declaram-se abolidos quaisquer direitos e ações por motivo da bula de Alexandre VI, e dos Tratados de Tordesilhas, de Lisboa, de Utrecht e da Escritura de Saragoça, *renunciando-se igualmente a usar para o futuro de qualquer demarcação por meio da linha meridiana*.

Firmava-se assim mais uma vez a doutrina de aceitar apenas como legítimas as fronteiras naturais, claramente impostas pela Natureza e ratificadas pela ocupação.

No artigo II, o Rei de Portugal, em seu nome e nos dos seus herdeiros, faz ampla e formal renunciação de qualquer direito que possa ter às Filipinas; assim como no artigo III, o Rei de Espanha aos territórios que a Coroa de Portugal ocupava no Rio Amazonas e em Mato Grosso. Seguia-se pròpriamente a demarcação dos Confins.

ARTIGO IV

Os Confins dos Dominios das duas Monarchias, principiarão na barra, que forma na Costa do Mar o Regato, que sahe ao pé do Monte de Castilhos grande, de cuja falda continuará à fronteira; buscando em linha recta o mais alto ou cume dos Montes, cujas vertentes descem por huma parte para a Costa, que corre ao Norte do dito Regato, ou para a Lagoa Mirim, ou del Meni; e pela outra parte a Costa, que corre do dito Regato ao Sul, ou para o Rio da Prata, de sorte que os cumes dos Montes sirvão de Raya dos dominios das duas Coroas; e assim continuará a fron-

teira até encontrar a origem principal do Rio Ibicui, proseguindo pelo álveo desse rio abaixo, até onde desemboca na margem oriental do Uruguai, ficando de Portugal todas as vertentes, que baixão à dita Lagoa, ou ao Rio Grande de S. Pedro; e de Espanha as que baixão aos rios, que vão unir-se com o da Prata.

ARTIGO V

Subirá desde a bocca do Ibicui pelo alveo do Uruguay, até encontrar o do rio Pepiri, ou Pequiri, que desagúa na margem Occidental do Uruguay; e continuará pelo álveo do Pepiri acima, até à sua origem principal; desde a qual prosseguirá pelo mais alto do terreno até à cabeceira principal do rio mais vizinho, que desemboque no Rio Grande de Curituba, por outro nome chamado Iguaçú. Pelo álveo do dito rio mais vizinho da origem do Pepiri, e depois pelo do Iguassú, ou Rio Grande de Curituba, continuará a Raya até onde o mesmo Iguaçú desembocca na margem Oriental do Paraná; e desde esta boca proseguirá pelo álveo do Paraná acima até onde se lhe ajunta o rio Igurey pela sua margem Occidental.

ARTIGO VI

Desde a bocca do Igurey continuará pelo alveo acima até encontrar a sua origem principal; e dalli buscará em linha recta, pelo mais alto do terreno a cabeceira principal do rio mais vizinho, que desagua no Paraguay pela sua margem Oriental, que talvez será o que chamão de Corrientes, e baixará pelo álveo deste rio até à sua entrada no Paraguay em tempo secco; e pelo seu álveo até encontrar os Pantanos, que forma este rio chamados a Lagôa dos Xarais, e atravessando esta Lagôa até à bocca do rio Jaurú.

ARTIGO VII

Desde a bocca do Jaurú pela parte Occidental prosseguirá a Fronteira em linha recta até à margem Austral do Rio Guaporé defronte da bocca do rio Sararé, que entra no dito Guaporé pela sua margem Septentrional; com declaração que se os Comissarios que se hão de despachar para o regulamento dos confins nesta parte na face do Paiz acharem entre os rios Jaurú e Guaporé outros rios, ou balizas naturaes, por onde mais commodamente, e com mayor certeza se possa assinalar a Raya naquella paragem, salvando sempre a navegação do Jaurú, que deve ser privativa dos Portuguezes, e o caminho, que elles costumão fazer de Cuyabá

para o Matto Grosso; os dous Altos Contrahentes consentem e aprovão, que assim se estabeleça, sem attender a alguma porção mais ou menos no terreno, que possa ficar a huma ou outra parte. Desde o lugar, que na margem Austral do Guaporé for assignalado para termo da Raya, como fica explicado, baixará a Fronteira por todo o curso do Rio Guaporé até mais abaixo da sua união com o rio Mamoré, que nasce na Provincia de Santa Cruz de la Sierra e atravessa a missão dos Moxos, e formão juntos o rio chamado da Madeira, que entra no dos Amazonas ou Marañon, pela sua margem Austral.

ARTIGO VIII

Baixará pelo álveo destes dous rios, já unidos, até à margem situada em igual distancia do dito rio das Amazonas ou Marañon, e da bocca do dito Mamoré; e desde aquella paragem continuará por uma linha Leste-Oeste até encontrar com a margem Oriental do Javari, que entra no rio das Amazonas pela sua margem Austral. E baixando pelo álveo do Javari até onde desemboca no rio das Amazonas ou Marañon, prosseguirá por este rio abaixo, até à bocca mais Occidental do Japurá, que desagua nelle pela margem Septentrional.

ARTIGO IX

Continuará a Fronteira pelo meio do rio Japurá e pelos mais rios, que a elle se ajuntão, e que mais se chegarem ao rumo do Norte até encontrar o alto da Cordilheira de Montes, que medeião entre o Orinoco e o das Amazonas ou Marañon; e prosseguirá para o cume destes Montes até o Oriente, até onde se estender o Dominio de huma e outra Monarchia. As pessoas nomeadas por ambas as Côrtes para estabelecer os Limites, conforme é prevenido no presente Artigo, terão particular cuidado de asignalar a Fronteira nesta parte, subindo pelo álveo da bocca mais Occidental do Japurá; de sorte que se deixem cubertos os estabelecimentos, que actualmente tiverem os Portuguezes nas margens deste rio e do Negro, como tambem a communicação ou canal, de que se servem entre dous rios; e que se não dê lugar a que os Espanhóes, com pretexto ou interpretação alguma possam introduzir-se nelles, nem na dita communicação; nem os Portuguezes subir para o rio Orinoco, nem estender-se para as Provincias povoadas por Espanha, nem para os despovoados, que lhe hão de pertencer, conforme os presentes Artigos; para o qual effeito assignalarão os limites pelas Lagôas e Rios, endireitando a linha da Raya, quanto puder ser, para a parte do Norte, sem reparar no pouco mais ou

menos, que fique a huma ou a outra Corôa, com tanto que se logrem os fins expressados".

Importância fundamental para a história da cartografia do Brasil tem o artigo XI do Tratado, que dizia assim:

"Ao mesmo tempo que os Comissarios nomeados por ambas as Corôas forem assinalando os Limites em toda a Fronteira, *farão as observações necessarias para formar hum mappa individual de toda ella; do qual se tirarão as copias que parecerem necessarias, firmadas por todos, que se guardarão pelas duas Côrtes para o caso que ao deante se offereça alguma disputa, pelo motivo de qualquer infração;* em cujo caso, ou em outro qualquer, se terão por authenticas e farão plena prova. E para que se não offereça a mais leve duvida, os referidos Comissarios porão nome de commum acordo aos Rios e Montes que o não tiverem, e *assignalarão tudo no Mappa* com a individuação possivel".

Vinham a seguir os artigos que diziam respeito às mútuas cedências, para regularizar os confins e dar unidade aos Territórios. Pelo artigo XIII o Rei de Portugal cedia à Espanha a Colônia do Sacramento e todo o seu Território, como também a navegação do mesmo Rio da Prata, a qual pertenceria inteiramente à Coroa de Espanha.

Por sua vez, o Rei de Espanha, pelo artigo XIV, cedia a Portugal todos os direitos que lhe pudessem pertencer sôbre os territórios abrangidos pelos novos limites, tais como os que ficavam no Amazonas e na margem oriental do Guaporé e, em especial os chamados Sete Povos das Missões, compreendidos entre o Ibicuí e a margem oriental do Uruguai.

Esta veio a ser, como veremos, a causa principal do transitório fracasso do Tratado.

Finalmente, uma série de artigos tendia a modificar o equilíbrio das nações européias, em especial da Inglaterra e da Holanda, em relação aos dois países ibéricos. Pelo artigo XXI se estabelecia que, no caso de rompimento entre as duas Coroas, "se mantenham em paz os vassalos de ambas em tôda a América Meridional", e comprometiam-se os dois governos a não ceder os seus portos da América para intrusão dos inimigos respectivos, estendendo essa zona de paz ao Mar Oceano até à ilha de Sto. Antão de Cabo Verde e daí para o sul e para o ocidente.

Além disso, pelo artigo XXV prometiam-se as duas nações auxílio e socorro contra invasão inimiga.

Finalmente, estabelecia-se no artigo XXII a nomeação de Comissários "inteligentes", que se ocupassem conjuntamente de

visitar a raia e ajustar as paragens por onde devia correr a demarcação.

Onde, a nosso ver, repetimos, brilham singularmente os méritos de Alexandre de Gusmão, é na forma como equilibrou o princípio do *uti possidetis de facto* com o das fronteiras naturais. Aí êle se elevou verdadeiramente à categoria de precursor da geografia política da América Meridional, ou seja, duma geografia humanizada e organizada pela história em embriões de Estados.

O Tratado, apenas divulgado, foi combatido em Portugal e no Brasil pelos que ignoravam as enormes vantagens que o fundamentavam; ao contrário, do lado espanhol, por quantos se aperceberam do lôgro. Em resposta ao brigadeiro Antônio Pedro de Vasconcelos, antigo governador e heróico defensor da Colônia do Sacramento, e por isso o mais notório dos críticos portuguêses Alexandre de Gusmão teve ensejo de fazer a defesa do Tratado, revelando assim os princípios que o haviam norteado. Dessa defesa se vê que, na preparação dêsse documento, o estudo da história e da geografia correram a par. Aos seus grandes conhecimentos da história ultramarina portuguêsa se deve que êle conseguisse voltar contra os espanhóis a arma que êles triunfantemente invocavam: o Tratado de Tordesilhas. Espírito essencialmente especulativo, Alexandre de Gusmão soube, com efeito, erguer-se do particular ao geral, e formular a solução do complexo problema que se lhe apresentava, em têrmos de geopolítica, e de ética cristã. Na resposta ao brigadeiro Vasconcelos, êle escreve: "A navegação daquele rio (o Prata) que dá entrada para as províncias do Paraguai, Tucumã e Charcas, importa muito ficar-lhes (aos espanhóis), inteiramente, sem mistura doutra nação". E prossegue: "E as margens do rio das Amazonas, que nos produzem um precioso comércio, para os espanhóis não serviriam de nada, ficando os portuguêses senhores da boca do rio, pois não teriam para onde levar os frutos daquele terreno. Eis aqui como ambas as monarquias ficam melhor, cedendo cada uma o que lhe faz menos conta e é de utilidade para a outra".

Quando penetramos bem no íntimo da questão dos limites na América do Sul, e consultamos os muitos documentos que, duma parte e doutra, ilustram a política dos dois países litigantes, temos de reconhecer que só a profunda compenetração dos princípios de geopolítica tão superiormente alcançada e aí enunciada por Alexandre de Gusmão, permitiu, se não resolver de vez o problema, propor-lhe e impor a única solução compatível com os interêsses em jôgo.

Ao tempo que êle punha o problema em têrmos científicos, buscava elevar a política entre as duas nações à isenção da moral cristã: "A política mais segura e a moral mais certa, respondia êle ao brigadeiro Vasconcelos — são as que se conformam com a moral e a doutrina do Evangelho".

E admitindo, dessa vez por inspiração espanhola, que, no caso de rompimento entre as duas Coroas "se mantenham em paz os vassalos de ambas estabelecidos em tôda a América Meridional", alargava as águas territoriais do Brasil até à ilha de St.º Antão do arquipélago de Cabo Verde!

MAPA DAS COMUNICAÇÕES ENTRE O PRATA E O AMAZONAS, DE FRANCISCO TOSI COLOMBINA (1751)

Nos serviços do Estado Maior do Exército, no Rio de Janeiro, existe uma carta, assinada por Francisco Tosi Colombina e datada de Vila Boa de Goiás, a 6 de abril de 1751. (*)

Pobre com estilo, e dum valor muito diminuto sob o ponto de vista da geografia matemática, não obstante estar graduada em latitudes e longitudes, ela representa um documento do maior interêsse para a história da geografia e, em especial, das comunicações interiores, entre os dois grandes Estados em que então se dividia o Brasil.

Mapa empírico em relação ao Mapa científico de José Gonçalves da Fonseca, isto é, traçado sôbre informações de mineiros e exploradores, e com latitudes e longitudes apenas estimadas, êle patenteia eloqüentemente o imenso e espontâneo esfôrço de unificação territorial, provocado pelos fatôres econômicos, e seguindo as grandes linhas da rêde fluvial.

Duas longas legendas acompanham o mapa, definindo-lhe o caráter e fornecendo a lista das fontes respectivas. Felizmente Francisco Tosi Colombina gostava de divagar. Sentia-se tanto historiador, como geógrafo. Fala dos seus escrúpulos de cartógrafo; dos erros geográficos em que incorrera um governador que antecedera o Conde dos Arcos; menciona escrupulosamente os nomes das pessoas, que lhe forneceram os elementos de informação, outros tantos cartógrafos complementares; e insinua até que alguém, outro cartógrafo, cujo nome esconde, se aproveitara dos seus borrões, para elevar-se à sua custa.

(*) Nota. — Hoje, na Mapoteca da Diretoria do Serviço Geográfico, Ministério do Exército. I.A.

Uma das legendas, no corpo do mapa reza assim:

"Ilmo. e Exmo. Snr. Conde dos Arcos

Dom Marcos de Noronha, do Conselho de S. Mag.^d Governador e Capitam General de Goyaz

Quando de Ytu, onde foy Juiz de Fora acompanhei o D.[or] Agostinho Luis Ribeiro Viera (sic) q̃ vinha por Ouvidor a estas Minas fiz hum Mappa da dita derota o qual vendo V.E. ficou do seu agrado, não porq̃ o conhecesse com aquella perfeição q̃ requer hũa tal obra, mas porq̃ na incertidão do interior destes sertoens, pudesse ao menos ter hũa tal qual idea mais apparente com a verdade, à qual podia ter se aproximado mais o P.[e] Diogo Soares da Companhia, matematico, expedido expressamente da Corte p[a] isso; porem este não tinha passado do destricto do Tucantins e o pouco ou muito q̃ tinha alcansado não o tinha communicado nestas partes, de tal sorte q̃ outro Governador q̃ precedeu a V.E. por ocazião do contrato dos diamantes de Pilloens, ao chegar a esta villa se supunha estar na paralela da Bahia de Todos os Santos, quando ha mais de tres graus de differença em latitud, e assim V.E. tendo tambem visto varios meos boroens e apontamentos feitos por informaçõens de varias partes do interior desta America q̃ serviram a outrem p[a] se adiantar, me ordenou lhe fizesse hum mappa geral por onde se pudessem conhecer os limites desta capitania: p[a] isto pedi tempo p[a] melhor servir a V.E. e acompanhando novamente o dito D.[or] Ouvidor na correição da comarca examinei-a pessoalmente e tomei as informaçoens q̃ me parecerão mais verosimeis, e assim presentemente sirvo a V.E. com o presente mappa q̃, como disse, poderá servir de idea e os curiosos conhecendo os meus erros apontarão a verdade, e eu terei a gloria de ter sido o estimulo p[a] q̃ apareça.

Este mapa he feito deste modo: da villa de Santos guardando os pontos de longitud e de latitud dos Roteiros e dos Geografos mais modernos com a diligencia q̃ pode usar hum viandante de passagem, fis a derota até esta Villa Boa, a qual continuei depois até Natividade e recolhime outra vez a esta villa.

A derota das canoas de Araraytaguaba até o Cuyabá depois até ao Matto Grosso tanto por Rios como por terra, com a ocasião da minha demora de onze meses naquellas partes de embarque, segui a informação dos melhores pilotos q̃ por lá andão, por isso não me se deve culpar o erro, como não me gloriaria do acerto, se o tivesse alcansado, o q̃ se deve suppor naquella Pessoa dotada de tantas virtudes moraes q̃ ecedem a sua mesma sabedoria e ao ilustre da sua Prosapia, q̃ não sabe obrar senão acertos o q̃ se suppoem ter feito felismente tal viagem.

A derota q̃ com canoas fez João de Souza de Azevedo de Cuyabá até o Gran Pará, voltando pelo Rio Madeira até o Matto Grosso, foy por informaçoens, que de lá me mandou o D.[or] José Martins Machado.

A derota q̃ vai de Villa Boa até ao Cuyabá, foi feyta pelo Capitam Mor Diogo José Pereira, como tambem a informação da nova derota p[a] o Gram Pará com canoas de Cuyabá subindo o mesmo Rio, e buscando outras vertentes no Rio Preto até dar na primeira derota de João de Souza de Azevedo.

O curso do Rio das Amazonas até o Gram Pará he copia da navegação de Mon.[r] de la Condamine, ao qual se deve todo o credito.

A derota do Pontal da Natividade pelo Rio Tucantins e canaes chamados guarupés (sic) até o Gram Pará he informação do Capitam Francisco de Almeida descubridor das minas das Arayas, q̃ fes tal viagem; o mais he por outras informaçoens e o mais interior não se sabe ainda que muito confusamente; mas o q̃ pertence a esta Capitania brevemente darei a V.E. hum mappa em ponto mayor, e com mayor individuação, o q̃ farei também, se, como supponho, me vier a ordem p.ª a abertura de novo caminho desta Villa Boa à Cidade de S. Paulo e villa de Santos, e nisto e naquelas se me devem perdoar os erros, porq̃ não são partos da minha presunção, mas sim abortos da minha obediencia sumitida a V.E. q̃ Deos g.de m.s a.s

Villa Boa de Goyaz, 6 de abril de 1751.

De V. ex.cia

o mais humilde Venerador e Criado

Francisco Tose Colombina".

Mais abaixo, fora do corpo do Mapa, vem uma longa "Explicação" das convenções, na qual se lê:

«... os pontinhos vermelhos denotam a derrota de Santos, S. Paulo e Ytu até Villa Boa de Goyaz e desta até a Natividade:

os pontinhos amarelos demarcam a bolta da Natividade até Villa Boa: os pontinhos pretos de Villa Boa até ao Cuyabá demarcão a comunicação destas duas villas e esta continua a mostrar-se até o Matto Grosso, quando se vai por terra, porq̃ quando se vai em canoa se desce o Rio Cuyabá e o dos Porrudos e se sobe o Rio Paraguay e Jaurú até onde travessa o caminho de terra, q̃ se segue deixando as canoas:

os pontinhos pretos desde Ararаytaguaba até o Cuyabá pelos Rios Thiaté, Rio Grande, Rio Pardo, Camapuão, Cuchiim, Taquari, Paraguay, Cheené, Porrudos e Cuyabá demarcam os caminhos das canôas q̃ servem de comunicação com a costa do mar de Santos e Rio de Janeiro e o Povo do (sic) de S. Paulo:

os pontinhos pretos denotão a communicação de hum lugar para outro:

os pontinhos vermelhos da Villa de Cuyabá q̃ descem (pela) margem do mesmo Rio e dos Porrudos, sobem o Paraguay e Sopituba, denotão o caminho que fes João de Souza de Azevedo quando varou por terra até o Rio Sumidouro, pelo qual descendo e pelos Rios Tapajos e Amazonas foy ao Gram Pará, donde voltando subiu o dito Amazonas e Rio Madeira até o Matto Grosso:

os pontinhos amarelos da Villa de Cuyabá q̃ sobem o mesmo Rio pela margem e atravessão por terra té dar no Rio Preto e no dos Arinos, denotão a viagem das canôas q̃ novamente se descobriu e q̃ faz communicavel dita Villa com o Gram Pará:

os pontinhos pretos no dito Tucantins q̃ principião onde são dois sinaes de sitios q̃ começão as Povoaçoens ou Rossas do Gram Pará, denotão a viagem da gente de Natividade embarcandose em canoas no Pontal chegão em onze dias até as ditas Rossas e destas até os canaes, ou como chamão

garupés (sic) em dois dias e por elles tres dias, q̃ tudo fazem dezasseis dias até o Gram Pará, porem a subida se reputa impossivel para cima do salto da Itaboca e a descida só se faz em tempo das cheas;

mais facil se suppoem a communicação desta Villa Boa com a Cidade do Gram Pará, embarcandose dois dias de viagem para baixo perto do Arrayal da Anta no Rio Vermelho q̃ entra no Rio Grande do caminho do Cuyabá, q̃ com o nome de Araguaya entra no Rio Tucantins, porq̃ já o coronel Antonio Pires de Campos, com os seus indios Borroros indo em busca do gentio bravo Commaré navegou felismente até a ponta do Norte da dita ilha tendose embarcado no dito Rio Grande onde he a passagem deste Rio no caminho q̃ vai de Villa Boa pª o Cuyabá.

Alguns dos primeiros descobridores de Goyas, achandose perdidos se embarcarão no Rio Urusi seis leguas a leste de Villa Boa e descendo por elle e pelos Rios das Almas, Maranhão e Tucantins, forão ao Gram Pará.

A sombra amarela demarca a Capitania de Goyaz. Nos caminhos q̃ vem de S. Paulo a esta Villa e desta vão a Natividade e voltão, não se encontrão mattos de consideração mais q̃ o de Mogy na comarca de S. Paulo e o Matto Grosso da meya Ponte nesta Capitania q̃ vão demarcados com pontinhos; os mais a q̃ chamão capoens por serem pequenos não se apontão.

As serras q̃ se encontrão estão demarcadas; os sitios do caminho de S. Paulo a esta Villa não estão demarcados, só se apontão os q̃ se achão em grande distancia do abitado, mas o Mappa particular desta Capitania em ponto mayor se fará tambem com mayor individuação".

Ao lado seguem-se as indicações por números de 49 povoações, embora os nomes de outras, como "Cuyabá" e "Mato Grosso", figurem nos respectivos lugares.

A carta abrange o curso do Amazonas desde a "Ilha de Joannes" até ao Madeira que a limita a oeste; a oriente acompanha todo o curso do Tocantins, que aparece muito desviado para leste e muito particularmente no curso superior. Abrange ainda tôda a bacia do Paraná desde 25° de latitude S. até à costa de Santos assim como o Paraguai, desde aquela latitude até às suas conexões com o Guaporé.

Comparando as duas legendas, conclui-se que o mapa assinala onze caminhos:

I — de Santos e S. Paulo até Vila Boa e Natividade;
II — regresso de Natividade a Vila Boa;
III — de Vila Boa a Cuiabá e Mato Grosso, por terra;
IV — de Cuiabá a Mato Grosso, de canoa;
V — de Santos e Rio de Janeiro a Cuiabá, de canoa;
VI — de Cuiabá, pelo Sepituba, Sumidouro e Guaporé a Mato Grosso;
VII — de Belém, pelo Amazonas, Madeira e Guaporé a Mato Grosso;

VIII — de Cuiabá pelo Arinos a Belém;
IX — de Natividade, pelo Tocantins a Belém;
X — de Vila Boa pelo Araguaia, a Belém;
XI — de Vila Boa pelo Uruhú, Rio das Almas, Tocantins a Belém.

Dêstes onze caminhos oito são por via fluvial e abrangem:

I — a chamada estrada das monções, entre São Paulo e Cuiabá, que datava de 1721;
II — três caminhos entre Vila Boa e Belém, pelo Tocantins, e, finalmente,
III — o caminho pelo Madeira-Guaporé, entre Mato Grosso e Belém.

Supomos que é êste o primeiro mapa onde se representam todos êstes caminhos. Colocado na capitania central do atual Brasil, o cartógrafo teve a intuição da importância dessa rêde de caminhos, como afirmação de soberania política e de unidade geográfica.

Nenhum outro mapa explica melhor a importância viva que teve a rêde fluvial do Brasil na sua formação territorial e política e, principalmente as ligações entre o Tietê-Paraná-Paraguai dum lado, e do outro, o Tapajoz-Amazonas, e o Madeira-Amazonas. Ao sistema centrífugo das correntes atlânticas do litoral, opunha-se o sistema centrípeto do Prata-Amazonas, pelas suas contravertentes de Mato Grosso. O que os caravelões da costa não puderam fazer era levado a cabo pelas canoas dos mineiros. Mas o mesmo espírito náutico domina estas viagens, a que se chamam *derrotas*, feitas nas *monções*, por vêzes impelidas pelos *gerais*, guiados por *pilotos*, que traçaram os seus *roteiros*.

João de Souza de Azevedo "varou por terra", como diz Colombina, as suas canoas, do rio Sepituba para o Sumidouro. Deu a volta interior do Brasil, por água. O Brasil era, de fato, uma ilha geográfica, humana e política. E a prova é que foi rodeada, descoberta e limitada em canoas.

Malgrado o grande valor geográfico e político do mapa de Colombina, êle deixa muito a desejar no que respeita à geografia matemática. Se as latitudes dos lugares não sofrem de grandes erros, o mesmo não acontece quanto às longitudes. Assim, Cuiabá está a 2° de longitude oeste do meridiano de Belém, quando deveria estar a 7° 30'; Mato Grosso, a 8°, quando deveria estar a 11° 30'; e Vila Boa encontra-se a 5° 20' de longitude este do mesmo meridiano, quando deveria estar a 1° 30' a oeste, por conseqüência com um êrro de 3° 50'.

acerto tem feito eleição em V. Exª para seu Secretario de Estado do Ultramar e Marinha, e assim achome na obrigação de dirigilos a V. Exª com a certeza de que como com tanta benignidade *poude ouvir algum tempo as minhas liçoens em Geografia e me honrou com o titulo de seu Mestre*, e agora por abono disto haverá tambem a bondade para disfarçar os defeitos delles, muitos causados por falta de instrumentos e meyos necesçarios; e porque estes como os antecedentes, forão feitos sem o minimo dispendio da Real Fazenda, os olhará só para no que elles tem de bom, se he que tem alguma cousa, e se tiverem a sorte de hirem de baixo dos Reais Olhos, espero que o mayor enfeite que tiverem será o benigno Patrocinio de V. Exª. *Estes Mappas, que fazem ver a grande differença que ha com os de Mr. de Anville, como já fallei a este proposito, continuão os que tenho feito anteriormente das outras viagens pela America* e que se achão nessa Secretaria, faltando porém o *Mappa geral do interior da nossa America* e só se acha hũa copia delle feita *pelo Sargento mor Engenheiro da Bahia de Todos os Santos, e com as explicações algum tanto diversificadas, e diminutas;* mas se o tempo e as forças mo permitirem, farei outro que comprenda tambem estes, que faltão àquela, e o acompanharei com hũa descripção das reflexões, que tenho feito do que me parece conveniente para o augmento desta Coroa, e utilidade dos seus leaes Vassalos. O que se acha nestes das partes por onde não andei se deve considerar, que hé só para formar idea, não tendo com quem comunicar, e procurar o que me falta e devese recorrer a os Mappas, daquelles que os tem andado e suppor que eu faço o que posso para ser util ao Publico e servir a V. Ex.cia, q̃ D. G.de M.tos anos.

Funchal, na Ilha da Madeira, 9 de Dezembro de1756

De V. Ex.cia

o mais humilde venerador e Criado

Francisco Tosi Colombina

Noutra delas lê-se ainda a seguinte "Explicação" sôbre os sinais convencionais costumados a que êle acrescenta os de "paragem onde pousei", "rio de canôa em todo o tempo, e muito mais em tempo das agoas não se pode passar sem ella". Finalmente, segue-se uma longa legenda sôbre os caminhos:

«Os pontinhos vermelhos da villa de Sorocaba até o acompanhamento do Rio Jacuy denotão o caminho e os da Capella de Viamão e pela costa do mar até à ilha de S. Catarina e continuão pelo mar, denotão a volta para o Rio de Janeiro e os que vão do Rio Piray até a Pedra Branca denotão *a digressão, que fis para as serras do Tabagy, donde se tirou o ouro que presentei a Sua Magestade* ... os pontinhos verdes de Sorocaba até os tres Agudos, denotão a *viagem, que intentava fazer para o Descuberto, e Povoação do Tabagy para depois seguir para o Poente até o Salto Grande, e para o Norte a examinar a sua campanha* ... os pontinhos negros dos Conventos até a encruzilhada de Bento Soares, denotão o caminho que fizerão os primeiros descubridores delle vindo do Rio Grande de S. Pedro e Viamão pela costa do mar, e depois continuando até Sorocaba e S. Paulo pelo caminho dos pontinhos vermelhos e o que desta incrusilhada continua até Viamão pelos pontinhos vermelhos, foi posteriormente descuberto e desta

paragem dos Conventos passado o Rio Aurranguagi ou da Guarda do dito Rio, e atravessada a serra que corre ao longo do mar em bastante distancia (e he pouca nesta parte) e pela Vacaria, sem passar mais serra nem Rio algum, se pode ir até as Missoens do Uruguay o que se sabe por experiencia. Os pontinhos negros que atravessão o Rio das Pelotas e o Rio do Inferno mostrão o atalho do caminho que alguns fazem ... Os pontinhos negros entre Capivari e o Rio Paranapanema, mostrão o caminho por onde se atravessa para as Minas de Paranapanema, Piay e Pinhaes. Os pequenos Mattos, que chamão capoens e são muitos não são marcados, mas só os grandes".

Da comparação das duas legendas, se conclui que Francisco Tosi Colombina fôra professor de geografia, muito provàvelmente do Colégio dos Nobres, de Lisboa, e que realizara várias viagens de exploração no Brasil, das quais fizera espontâneamente os mapas respectivos. Mas não é crível que um professor de geografia, em Lisboa, realizasse tão longas viagens de exploração no Brasil, e na época do cauteloso Pombal, a não ser por encargo oficial.

Não será, por conseqüência, arriscado afirmar que a obra cartográfica de Francisco Colombina representa o resultado duma missão oficial de estudos geográficos no Brasil.

CARTA HIDROGRÁFICA DAS ORIGENS DO MADEIRA E DO PARAGUAI
de José Gonçalves da Fonseca
1750

Se à carta da América Meridional de D'Anville, de 1748, chamamos o *Pré-Mapa das Côrtes*, à *Carta Hidrográfica* de José Gonçalves da Fonseca deveríamos apelidar de o *Pós-Mapa das Côrtes*.

Produto cartográfico duma exploração geográfica ordenada em fins de 1748 ou começos do ano seguinte, como um dos trabalhos preparatórios do Tratado de 1750, quando chegou ao Conselho Ultramarino, em Lisboa, já o célebre Convênio estava firmado e ratificado.

Durante a primeira metade do ano de 1749 chegava a Belém do Pará uma ordem régia para que se realizasse uma expedição que remontasse o Amazonas e o Madeira até Mato Grosso, estudando o problema das comunicações por êsse lado entre as duas bacias amazônica e platina.

Só a 14 de julho dêsse ano partia de Belém, por ordem do Governador Mendonça Gorjão, uma pequena flotilha, tripulada por uma centena de homens, sob o comando do Sargento-Mor Luís Fagundes Machado, levando como pilôto Antônio Nunes de

Souza e como geógrafo e escrivão, José Gonçalves da Fonseca, já nosso conhecido pela carta do Madeira, traçada sôbre a viagem de Melo Palheta.

Dessa viagem existem duas relações, uma inédita, escrita pelo pilôto, outra mais que uma vez impressa, do punho de Fonseca, o qual, no próprio título do relato, afirma que aquela navegação se fêz "por ordem mui recomendada de Sua Magestade", acrescentando no texto que êle próprio "levava na escolta a incumbencia das indagações que constão deste Diario".

A êsse trabalho deve juntar-se a "Noticia da Situação de Mato Grosso e Cuyabá: estado de umas e outras minas", que escreveu ao chegar a estas paragens, e depois de fazer um vasto e consciencioso inquérito de ordem geográfica sôbre a região. (1)

Supomos que até hoje se não deu a devida atenção ao alto valor científico, e, ainda que em menor proporção, literário, dêsses dois trabalhos, que, juntos, formariam grosso tomo.

Nêles, Gonçalves da Fonseca não só revela capacidade literária para caracterizar acidentes geográficos, como, por exemplo, na descrição das cachoeiras do Madeira, mas eleva-se ao estudo das linhas gerais que dominam a geografia da região.

Porventura, dos dois, o mais rico de informação original seja a *Notícia da situação de Mato Grosso e Cuiabá*, em que êle, pela primeira vez, situa com exatidão as origens do Paraguai; refere várias das conexões entre as duas bacias amazônica e platina; menciona com pormenor os estabelecimentos mais próximos dos espanhóis, jesuítas e leigos; terminando com o roteiro das canoas entre São Paulo e Mato Grosso. Nesta notícia alude êle, com freqüência, ao mapa que a acompanha e as coordenadas de vários lugares.

Esta carta, hoje existente nos serviços do Estado Maior (Rio de Janeiro), tem o título: (*)

"CARTA HIDROGRAFICA

em que se descreve as origens de varios e grandes Rios da America Meridional Portuguesa, muito

especialmente

(1) A primeira pode ver-se por ex. nas *Memorias para a historia do Estado do Maranhão*, por Cândido Mendes de Almeida, tomo II, Rio de Janeiro, 1874; e a segunda, na *Revista Trimensal do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil*, tomo XXIX, parte 1ª, 1866.

(*) Diretoria do Serviço Geográfico. I.A.

O nascimento do Rio Madeira, e rumos da sua direcção, com os Rios que lhe são colatheraes, até entrar no famoso Rio das

Amazonas

observado tudo exactamente por ordem de

S. Mag. Fidelissima

no anno de 1750.

E da mesma sorte se faz publica *a verdadeira origem do Rio Paraguay*, incognita a toda a Geografia antiga e moderna; descrevendo-se a confluencia de aguas que formão o tronco principal deste grande Rio; que, com os maes, foram delineados no Mato Grosso

por

José Gonçalves da Fonseca

Explorador desta indagação

no mesmo anno".

Trata-se duma carta, que mede 1,218 m x 1,430 m.

E, como se vê, pelo próprio título, a missão e a preocupação do geógrafo e cartógrafo eram o descobrimento e o enlace das fontes do Madeira (que êle supunha continuado pelo Guaporé) e do Paraguai.

Durante tôda a viagem desde Belém até Mato Grosso, o pilôto veio observando as latitudes e os rumos do curso dos rios. De harmonia com êste último trabalho, na *Carta*, a meio do espaço compreendido entre o Madeira e o Tapajoz, figura uma grande rosa-dos-ventos, tendo indicado na direção NE-SO o "rumo do rio da Madeira" e, na direção ONO-ESE, o "rumo do rio Aporé", o que, na verdade, coincide com a orientação geral dêsses dois rios.

Da mesma forma, em concordância com o texto das suas relações escritas, figuram na *Carta* o R. Alegre, afluente do Aporé (Guaporé) e o rio Anapeii, contravertendo da mesma serra, a muito curta distância um do outro. E, por sua vez, o Jahuru contravertente com o Aporé.

Figuram, além disso, o rio Pindahitiba, o dos Moleques, o Sararé e o Galera, afluentes do Aporé. As nascentes do rio dos Moleques e do Aporé ficam muito próximas das do Juruena, o qual com o Juina confluem no Tapajoz.

Da mesma sorte, o Sepotuba e o Vermelho contravertem com o Sumidouro, afluente do Arinos; e o Cuyabá com êste último. O mesmo acontece entre o Porrudos, afluente do Paraguai, e o Bacari, afluente do Xingu.

Tôda esta zona de contravertências está situada em latitudes relativamente exatas, o que, aliás, sucede, por forma geral, com todo o mapa.

O mesmo não acontece com as longitudes. Todo o curso do Madeira e do Guaporé está sensìvelmente desviado para oeste. Em compensação, a longitude da chapada, onde nasce o Guaporé, sofre apenas do êrro dum grau, por excesso; as nascentes do Paraguai estão situadas numa longitude muito exata; e a posição da vila de Cuiabá peca sòmente por carência de um grau.

Estas mesmas longitudes êle refere na sua *Noticia*: isto nos leva a crer que o cartógrafo dispôs de longitudes, observadas ou muito bem estimadas por outrem, para traçar a sua carta na região do Mato Grosso.

O texto escrito e a *Carta Hidrográfica* completam-se num todo científico de primeira ordem, para afirmar um geógrafo e um cartógrapho, inferior a um D'Anville, mas bastante bom para a sua época.

[illegible] Dourados e [illegible] Saputuba, o Mamonilho comunicam com o [illegible] afluentes do Paraná; e o [illegible] com este último. O mesmo acontece entre o Dourados, afluente do Paraguai, e o Bacaé, afluente do Xingu.

Toda esta zona de contravertentes está situada em latitudes relativamente exatas, o que, aliás, sucede, por forma geral, com toda a carta.

O mesmo não acontece com as longitudes. Todo o curso do Madeira e do Guaporé está sensivelmente desviado para oeste. Em compensação, a longitude da chapada, onde nasce o Guaporé, sofre apenas de erro dum grau, por excesso; as nascentes do Paraguai estão situadas numa longitude muito exata, e a posição da vila de Cuiabá peca sòmente por carência de um grau.

Estas mesmas longitudes ele refere na sua *Notícia*: isto nos leva a crer que o cartógrafo dispôs de longitudes, observadas ou muito bem estimadas por alguém, para traçar a sua carta na região do Mato Grosso.

O texto escrito e a *Carta Hidrográfica* completam-se num todo científico de primeira ordem, para afirmar um geógrafo e um cartógrafo inferior a um D'Anville, mas bastante bom para a sua época.

III

A CARTOGRAFIA DOS LIMITES DE 1750 E AS PARTIDAS DO SUL

A cartografia do século XVI foi prenda de pilotos. Fêz-se de astrolábio em punho, com meia ciência de posição. Esteira das naus descobridoras, ela condensa nos seus breves traços os rumos do descobrimento dos litorais.

Durante o século XVII e primeiro quartel do seguinte, até à missão dos P.es matemáticos, continua a ser cartografia dos descobrimentos. Mas obra de bandeiras, na acepção mais larga da expressão. Sôbre a linha sinuosa dos rios, que serpenteiam nas cartas, advinham-se as viagens das canoas ou das tropas dos bandeirantes pelas trilhas seculares dos índios. Por vêzes, são apenas singelos monumentos no desbravamento dos sertões. Tão modestos que as linhas gerais da hidro ou da orografia correm sôbre o papel com menos exatidão que a dos litorais nas cartas quinhentistas.

Daí por diante até aos alvores do século passado, a cartografia, sem deixar de ser revelação descobridora, ganhou definitivamente o seu caráter científico. Não se trata mais das cartas de marear do século de Quinhentos. Tampouco de "riscos de mineiros", na frase de Alexandre de Gusmão. Nas cartas a que vamos referir-nos mais ainda que nas dos P.es matemáticos, colaboraram engenheiros, matemáticos, geógrafos, desenhadores e astrônomos, na plenitude contemporânea dêsses conceitos. Mas êstes homens foram quase sempre também descobridores. Às partidas dos limites poderemos, em boa verdade, chamar bandeiras científicas, organizadas pela metrópole, e reivindicá-las como motivo, quer para Portugal, quer para o Brasil, de legítimo orgulho. Nelas colaboraram estreitamente portuguêses e brasileiros, sábios bandeirantes sem outro estímulo que o do dever cumprido, na plena consciência da importância do esfôrço e do sacrifício realizados.

Com efeito, a obra dêsses homens, ainda hoje mal apreciada, tem um alcance definitivo na formação do Estado brasileiro. Nas suas cartas o Brasil toma consciência da sua fisionomia física. Elas

debuxam a linha quebrada do choque entre as ondas contrárias do povoamento e, por conseqüência, das soberanias, portuguêsa e castelhana. Com os planos das cidades, tão comuns nesta época, ilustram a centralização demográfica do país; e com as plantas das fortalezas, tão comuns igualmente, a defesa organizada das fronteiras. São os títulos de posse do futuro Estado; uma espécie de arquivo da Fazenda entre as nações lindantes da América do Sul.

Mais tarde, e proclamada a independência brasileira, as cartas voltam a ser, como foram para Alexandre de Gusmão, instrumentos diplomáticos. Mas agora servem para dar ao presente a ratificação do passado. Na pena do Barão da Ponte Ribeiro, dum Barão do Rio-Branco ou dum Joaquim Nabuco, desponta a história da cartografia brasileira. As velhas cartas portuguêsas volvem-se títulos solenes de soberania. Vê-se então e por elas que a expansão portuguêsa foi obra de lógica maravilhosa. O esfôrço dos séculos ganha unidade gráfica. E com essas velhas cartas em mão, o Barão do Rio-Branco dá, e definitivamente, estabilidade geográfica à sua pátria.

Embora o nosso tema se limite à formação territorial do Brasil, há que situá-lo para sua compreensão dentro da história política geral.

Alexandre de Gusmão representara, na política portuguêsa do século XVIII, um caso singularíssimo.

Na esfera da psicologia política, êle tem qualquer coisa de milagre. Nato e criado em sua juventude no Brasil, não bebera no leite a animosidade hereditária contra o castelhano. Sua origem burguesa isentara-o também da orgulhosa intransigência, levada até à cega contumácia, tão comum em fidalgos portuguêses dessa época. Tampouco lhe perturbava os juízos aquela aspereza de ânimo que davam o exercício das armas, a onipotência do mando e o fanatismo religioso, no seu tempo. Finalmente, graças ao seu espírito compreensivo, afinado por uma vasta cultura, era inclinado à equanimidade e à tolerância.

O Tratado de Madri de 1750, fruto sàbiamente sazonado por êstes dotes raríssimos, estava por isso mesmo condenado à incompreensão e ao malôgro.

Antes de mais nada, o Tratado de Madri ia ferir na carne viva os interêsses da Companhia de Jesus, na América Meridional, e suscitar a sua apaixonada hostilidade. Depois, a Alexandre de Gusmão sucedia imediatamente, na orientação da política exterior de Portugal com a Espanha, um espírito de formação e qualidades antagônicas — o marquês de Pombal. Com razão escreveu Calógeras: "Ao espírito liberal, largo, de visão política alongada, de

Alexandre de Gusmão sucedia o ânimo suspeitoso, estreito, cheio de preconceitos e de ódios de Sebastião José de Carvalho e Melo".

É ainda Calógeras a escrever: "Balanceados os fatôres da decisão (que anulou o Tratado de 1750), parece que, no ambiente de má vontade contra a obra precursora de Alexandre de Gusmão, o elemento primacial foi a larga campanha dos jesuítas contra a cessão dos Sete Povos das Missões". Sôbre o pobre corpo do Tratado, dilacerando-o, se vai travar a dramática batalha entre o terrível Marquês e a Companhia de Jesus, que enche com o seu tumulto o final do século XVIII.

Alexandre de Gusmão não previra essa luta de gigantes, igualmente tenazes e intransigentes, que ia começar, com dano momentâneo para a sua obra. Ao influxo dessas duas fôrças, de nôvo se adensara o ambiente de rivalidade supeitosa entre os dois países peninsulares. Uns e outros, portuguêses e espanhóis, se julgavam defraudados. Era cedo e, porventura, o será ainda hoje, para abarcar e compreender completamente as razões da geográfica política de que Alexandre de Gusmão tivera a intuição e sôbre que assentavam as linhas gerais do luminoso convênio.

Ao sul, os trabalhos das comissões mistas de demarcação encetavam-se em fins de 1752. Em meados de novembro dêsse ano, engenheiros, geógrafos e cosmógrafos, portuguêses e espanhóis, começaram em Castilhos Grandes o levantamento topográfico das regiões por onde corriam os limites das duas nações, segundo o convênio de Madri.

Foram altos comissários para o sul, Gomes Freire de Andrade, pelos portuguêses, e o Marquês de Val de Lírios, por Espanha. Dividiram-se os trabalhos por três partidas: uma que reconheceu o terreno desde Castilhos Grandes até à barra de Ibicuí, no rio Uruguai; outra, o trecho dêste último rio, que decorre entre o Ibicuí e o Pepiri-Guaçu e, passada a sua contravertente, teria que descer o Iguaçu e subir o Paraná até à barra do Igureí, afluente ocidental do Paraná; à terceira, enfim, cabia demarcar o Igureí, subindo todo o seu curso, descendo o seu contravertente até ao Paraguai que devia finalmente subir até à barra do Jauru.

Não decorreram sem dúvidas e conflitos os trabalhos dessas três partidas, que se prolongaram durante oito anos, desde 1752 a 1760. De tôdas elas existem trabalhos cartográficos, dum alto valor histórico e científico.

Várias destas cartas e as mais características foram, aliás, estudadas e publicadas pelo Barão do Rio-Branco e pelo Coronel Nery da Fonseca em *Fronteiras do Sector Sul,* de que sairam o 1º volume e o seu anexo. Dentre todos os cartógrafos, quer portuguêses, quer

espanhóis, das três partidas, distinguem-se neste período de oito anos de trabalhos o astrônomo italiano Miguel Ciera, de que existem verdadeiras obras primas de cartografia, e o Brigadeiro português José Custódio de Sá e Faria, já pela proficiência de geógrafo, a que o mesmo e apaixonado Azara prestou homenagem, já pelos primores do estilo cartográfico, já porque, devido à guerra com os guarani que interrompeu os trabalhos da 1ª partida, lhe foi possível continuá-los, depois de haver terminado e presidido aos da terceira, que haviam findado em dezembro de 1754.

Aqui chegados, e antes de entrar pròpriamente na análise dessa produção cartográfica, cabe justificar a designação que demos a essas partidas de bandeiras científicas, organizadas pelas metrópoles. *Bandeiras* para reivindicar o seu caráter de aventura geográfica e descobrimento, aliás mais saliente ainda nas partidas e trabalhos que decorrem do Tratado de Santo Ildefonso, de 1777, nas fronteiras do norte. *Científicas,* para marcar a sua enorme importância na figuração matemática do país. Quando ao fim compararmos o mapa do Brasil de Silva Pontes, síntese dos trabalhos dessas comissões, com o *Mapa das Côrtes,* maquinado por Alexandre de Gusmão, ver-se-á então a diferença que vai do retrato do Brasil, no esplendor da sua pujança física, à caricatura que zelosamente o amesquinhara.

Quem hoje contempla essas fôlhas de papel, mais ou menos amarelecidas pelo tempo, não se dá conta fàcilmente da soma de trabalhos, de tenacidade, sofrimentos e heroísmos, que custou o traçado de cada uma das linhas que as recobrem. Rude missão, levada a cabo, por via de regra, mais pelo zêlo de servir, que por ambição de glória ou de fortuna. Convém advertir que a demarcação, em longos trechos da fronteira, exigia prévios descobrimentos. A linha dos limites devia ajustar-se, quer na bacia do Amazonas, quer na do Prata, a vários sistemas de rios contravertentes, binários, dos quais se conhecia apenas um dos ramos, quando não se ignoravam os dois, como acontecia entre o Japurá e o Negro. Desta sorte, ao sul, tornava-se forçoso ir descobrir todo o leito, até às suas origens, do Pepiri-Guaçu, afluente do Uruguai, e o seu desconhecido contravertente que fôsse desaguar no Iguaçu. O mesmo acontecia com o sistema de afluentes do Paraná e do Paraguai, do qual um único ramo, o Gureí, Igureí ou Iguareí, de nome duvidoso, se conhecia. Mais grave de esclarecer era o problema aberto pelo Tratado, quando mandava seguir a fronteira, na bacia amazônica, pela bôca mais ocidental do Japurá e depois pelo meio dêste rio até às lagoas e contravertentes dêle e do Negro, mais chegados ao norte, e de aí até às montanhas que medeiam entre o Orinoco e o Amazonas. Aqui o mistério era mais denso. Curava-se apenas

por vagas informações. E é de notar-se que, sob êsse particular, o Tratado de Santo Ildefonso repetia o de Madri.

Ora, em qualquer dos casos, tratava-se de regiões mal conhecidas ou completamente ignoradas, pelas dificuldades que opunham à sua exploração. Zonas negras do continente, a audácia dos mais destemidos bandeirantes não se atrevera ainda a desbravá-las. Por isso mesmo, reservavam ao esfôrço das partidas limitadoras surprêsas das mais desagradáveis.

Citemos um exemplo. Quando a segunda partida dos limites fixados pelo Tratado de Madri pretendeu, no decurso do ano de 1759, descobrir o contravertente do Pepiri-Guaçu, e por conseqüência, explorar os dois até às suas origens, viu-se absolutamente impossibilitada de levar êsse trabalho a têrmo, malgrado quase um ano de porfiadíssimos esforços.

Em meados de março daquele ano, procuraram os geógrafos da comissão mista subir o curso do Pepiri-Guaçu. As dificuldades em vencer a corrente, cortada de penedias, ou de ladear-lhe as margens, vestidas de brenha densa, obrigaram os expedicionários a deter-se no dia 31 e marcar o ponto limite da sua exploração para depois baixar o rio. Remontaram então o Paraná e entraram no Iguaçu, onde, e de início, foram detidos pelo célebre Salto Grande dêsse rio, que alcançavam a 13 de julho. Nesse dia e no dia 15, eram expedidas duas pequenas partidas a explorar as margens em direções opostas, à busca do lugar propício, para varar as canoas e de nôvo sulcar o rio, a montante do Salto. Uma semana durou a exploração. Escolhido o ponto mais acessível, foi necessário suspender as canoas e elevá-las por uma escarpa a prumo, eriçada de penhascos, e alta de mais de sessenta metros. Chegados ao cimo e antes de alcançar a corrente regular do Iguaçu tornou-se mister ainda arrastar as canoas através de seis quilômetros e meio de mata, derrubando árvores e vadiando as sinuosidades do terreno, cortado de cinco arroios. Passados quatro dias dessa áspera labuta, os expedicionários assentavam de nôvo acampamento acima do Salto Grande.

Entretanto, e com o objetivo de apressar os trabalhos da partida, a 17 dêsse mês de julho fôra enviada por terra, na direção de leste, uma nova expedição comandada pelo sargento Antônio Barreto, prático em abrir picadas, e acompanhado por dez paulistas, considerados como a gente mais robusta e acostumada a romper a mata, à busca das nascentes do Pepiri-Guaçu e do seu contravertente. Para abreviar a história dos trabalhos hercúleos da pequena bandeira, bastará dizer-se que, volvidos 71 dias, regressavam ao ponto da partida, não tendo logrado mais que, em 34 marchas, pe-

netrar 17 e meia léguas pelo aspérrimo desvão, onde se juntam as nascentes do Pepiri-Guaçu, do Santo Antônio e do Uruga-Hi, afluentes, por sua vez, do Uruguai, do Iguaçu e do Paraná. Esta circunstância ia induzir em êrro a nova expedição comandada pelos geógrafos Pacheco de Cristo, português, e Francisco Millau, espanhol, que, em fins de setembro, encetaram a exploração dum afluente do Iguaçu, a que haviam chamado rio de Santo Antônio. Chamado o geógrafo português a prosseguir o trabalho no Paraná, foi a tarefa confiada apenas a Francisco Millau, o qual, após três meses de pesquisas, se retirou, forçado pela hostilidade dos índios, mas convencido de que havia encontrado as nascentes do Pepiri, quando se tratava apenas do Uruga-Hi.

Com a terceira partida sucedeu o mesmo, ao buscar o Igureí e o seu contravertente, a montante das Sete Quedas do Paraná.

Uma e outras sofreram, aliás, dos males e perigos que, por via de regra, assediavam as expedições dêste gênero. Ignorantes do leito e do regime fluvial das correntes que devassavam, viam, com freqüência, os seus acampamentos varridos e submersos pelas inundações; não raro suas canoas naufragavam, arrastando no desastre, armas, instrumentos e munições de guerra e de bôca. Índios da escolta desertavam, abandonando as cargas e recolhendo-se à selva, por dezenas ou centenas. Enxames vorazes de insetos causticavam, até ao suplício, homens e animais. As moléstias, e mais que tôdas a malária, dizimavam a esmo os membros, ainda os mais robustos, da partida, quando não tombavam em terra ou das canoas, varados pelas flechas dos selvícolas. Emprêsa tão árdua, resta averiguar o que o esfôrço das partidas foi como obra de ciência.

A CARTOGRAFIA DAS PARTIDAS DO SUL

Quem quiser conhecer com segurança a história da formação territorial do Brasil, não pode prescindir da obra de J. P. Calógeras e, em especial, dos volumes sôbre a "Política Exterior do Império".

Honesto nos seus processos, dotado dum elevado senso de justiça histórica e possuindo raros dotes de escritor, os seus livros constituem lição que se lê com encanto. Para a história dos trabalhos geográficos que resultaram da execução dos tratados de limites, ainda hoje, segundo cremos, a melhor e mais lúcida exposição encontra-se no volume I daquela obra — "As Origens".

Dando o balanço dos trabalhos executados pelas três partidas do Sul para a execução do Tratado de Madri, Calógeras escreveu:

"Dos reconhecimentos e dos mapas levantados no Uruguai, no vale do Paraná e no do Paraguai, restam porém verdadeiros mo-

numentos geográficos, pouco conhecidos, a não ser de raros especialistas, e conservados principalmente no Arquivo Militar do Rio de Janeiro e na Biblioteca Nacional da mesma cidade. Imenso foi o auxílio que prestaram, até em dias nossos, para se elucidarem as complicadíssimas questões dos limites do Brasil".

Em poucas palavras se diz o alto valor histórico dêsses documentos e o quase desconhecimento em que jazem na sua maioria. É certo que estão publicados os diários das três partidas do Sul; e que o Barão do Rio-Branco fêz igualmene imprimir algumas, ainda que poucas, das cartas da primeira e da segunda partida que interessavam à questão dos limites com a República Argentina.

Cabe acrescentar que também José Torre Revello em seus "Mapas y Planos referentes al Virreinato del Plata", Buenos Aires, 1938, publica uma série de cartas das três partidas do Sul (as quais, como é sabido, eram mistas) e entre elas, seis portuguêsas, principalmente de José Custódio de Sá e Faria.

Mas não se explica que até hoje continue por imprimir a maioria dos trabalhos de Ciera e de Sá e Faria.

Em fins de 1752, iniciavam-se os trabalhos de demarcação, em Castilhos Grandes. Mas as três partidas vieram a ultimar os seus trabalhos em períodos bastante diversos e organizadas por forma diferente daquela que fôra anunciada pelo Marquês de Pombal e Gomes Freire.

A primeira partida iniciou em Castilhos Grandes, a 25 de dezembro de 1752, as operações que, apesar de interrompidas pelas lutas com os índios das Missões, de 3 de março de 1753 a maio de 1758, foram rematar na barra do Ibicuí, no Uruguai, a 3 de julho de 1759, conforme ata assinada ali pelo Tenente-Coronel José Custódio de Sá e Faria, pelo Capitão Manoel Vieira de Leão e pelo Tenente Alexandre Cardoso de Menezes e Fonseca, sendo cosmógrafos êstes dois últimos, por parte de Portugal; pelo Capitão-de-Navio, D. Juan de Echevarria, pelos Tenentes-de-Navio D. Ignacio Mendizabal e Gil de Sola e D. Alonso Paxeco, ambos cosmógrafos, por parte de Espanha.

Foram membros técnicos da segunda partida por parte de Portugal o primeiro comissário Coronel José Fernandes Pinto de Alpoim, por segundo, o astrônomo Capitão Antônio da Veiga Andrade e o Alferes Manuel Pacheco de Cristo, geógrafo; por parte da Espanha, o primeiro comissário D. Francisco de Arguedas, o segundo, o geógrafo D. Francisco Millau y Maraval e o Alferes-de-Navio D. Juan Norberto Maron, astrônomo.

Da terceira partida, eram técnicos portuguêses o primeiro comissário Sargento-Mor José Custódio de Sá e Faria, os cosmógrafos Dr. Miguel Ciera e o ajudante João Bento Pithon, engenheiro também. Por Espanha iam o primeiro comissário Capitão-de-Fragata D. Manuel Antônio de Flores, os cosmógrafos Tenente-de-Fragata D. Atanasio Varanda e Alferes-de-Navio D. Alonso Paxeco.

Calógeras resume: "Pode-se dizer que do Sul correu tôda a demarcação na maior harmonia e com êxito até à foz do Jauru. Disto dá prova inconcussa o *Diário* das comissões mistas. . . As divergências, mínimas, versavam sôbre qual fôsse o braço principal do Ibicuí e outras de igual vulto, e nunca impediram o trabalho em comum e a assinatura do *Diário* por todos os comissários".

Já vimos que a segunda partida deixou uma questão em aberto: a do contravertente do Pepiri-Guaçu. O mesmo sucedeu com o rio Igureí, o qual não foi encontrado.

A segunda partida terminava os seus trabalhos em fevereiro de 1760.

A terceira, por sua vez, iniciava os trabalhos em novembro de 1753, tendo começado por subir o Paraguai até à foz do Jauru, que alcançava a 9 de janeiro, e onde fixaram o marco de mármore, trazido de Lisboa, para assinalar a raia, por êsse lado. A 8 de fevereiro, estavam de volta em Assunção e a 30 de outubro começavam a exploração do Iguatemi, que prosseguiram até encontrar as fontes do Aguaraí, afluente do Ipané-guaçu. Esta última informação foi dada aos comissários pelos índios da região, os quais acrescentavam que a viagem através de seu curso seria dificílima, por causa das pedras e saltos, que o acidentavam. A 16 de maio de 1755, uma decisão oficial dava por terminados os seus trabalhos, estabelecendo o Ipané, como contravertente do Iguatemi e os dois como binários de ligação lindante entre o Paraná e o Paraguai.

Foi então que Ciera regressou a Portugal; e Custódio de Sá e Faria veio juntar-se à primeira partida para reatar os trabalhos interrompidos pela revolta dos índios e o esfôrço militar para os subjugar.

A hostilidade dos índios e, principalmente, dos jesuítas ao Tratado concorreram para a dilação no cumprimento e, por fim, no malôgro do Tratado de Madri.

Grosso modo, pode dizer-se que o tratado de 1750 teve como conseqüência uma revolução nos conhecimentos geográficos sôbre a América austral, na parte que vai desde o estuário do Prata até 14 graus de longitude. Metade da fronteira ocidental do Brasil,

considerada em latitude, ou seja, até às nascentes do Jauru, ficava cartografada com objetividade razoável. A outra metade, em latitude, seria quase exclusivamente reservada às partidas decorrentes do Tratado de Santo Ildefonso. Mas a escola cartográfica portuguêsa da segunda metade do século XVIII, cujas origens remontam a Azevedo Fortes e às Academias militares do reinado de D. João V, acabou de formar-se nas margens do Prata e, segundo cremos, graças aos trabalhos magistrais de Miguel Antônio Ciera e de José Custódio de Sá e Faria, que trabalharam juntos na 3ª partida, o segundo, como comissário principal, e o primeiro, como cosmógrafo.

Com efeito, dentre todos os trabalhos das primeiras partidas do sul, ou que se ligam com elas, os mais notáveis pertencem àqueles cartógrafos, e muito mais ao primeiro. Do piemontês Miguel de Ciera, chamado a Portugal como professor, pelo Marquês de Pombal, existem, na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, um Atlas, executado em 1758, e uma carta geral dos limites do sul, de 1772, que são obras primas e capitais na história da cartografia portuguêsa do Brasil, *máxime* nesta época.

O Atlas, oferecido a D. José I, ocupa-se apenas do curso do Prata, do Paraná e do Paraguai, desde a Colônia do Sacramento até às origens do Jauru, e desdobra-se em 32 fôlhas onde se intercalam 16 cartas, com outras tantas páginas que ostentam figurações coloridas de animais, paisagens, cidades e costumes dos habitantes.

Embora o tempo haja lamentàvelmente delido as tintas, e o papel friável aqui e além haja fendido, reclamando pronta reprodução, êsse atlas, primoroso de estilo e decoração, representa um marco na história da cartografia do Brasil.

Em Miguel Ciera, segundo supomos, se filiam muitos dos cartógrafos seguintes. Com êle trabalharam no Alto Paraguai, Sá e Faria e João Bento Pithon, que mais tarde passaram aos trabalhos, interrompidos, da primeira partida. Professor do Colégio dos Nobres e da Universidade de Coimbra, ao regressar em 1756, à metrópole, na sua escola aprenderam muitos dos cartógrafos das partidas do Tratado de Santo Ildefonso, como os Drs. Silva Pontes, José Saldanha, e Lacerda e Almeida.

Aliás, a comparação dos seus trabalhos com os que se lhe seguem no último quartel do século XVIII revela, a nosso ver, a filiação incontestável entre o mestre e os discípulos, acrescentando-se que esta nova fase da cartografia do Brasil não faz mais do que acentuar a evolução da escola portuguêsa, no sentido da objeti-

vidade científica, da representação matemática e dos primores do estilo geométrico.

De José Custódio de Sá e Faria conhece-se um número muito grande de trabalhos, relacionados não só com a América portuguêsa, mas também espanhola. Desde 1752 até 1777, trabalhou no Brasil. Neste último ano desempenhou papel de triste destaque na rendição das tropas que guarneciam e defendiam a Ilha de Santa Catarina, "desgraçada e infame acção", como lhe chamou o Marquês de Lavradio. Sá e Faria deixou-se ficar com D. Pedro de Cevalhos, o general espanhol vitorioso, que acompanhou para Buenos Aires, onde, como engenheiro e cartógrafo, prestou serviços notáveis. Para se avaliar da importância dos seus préstimos, ouça-se esta passagem do Diário de D. Diogo de Alvear, um dos comissários espanhóis para a execução do Tratado de 1777.

"Solian los Virreyes del Rio de la Plata consultar los assuntos de Limites con el Brigadier Português D. José Custodio de Sá e Faria... Los Planos que se dieran a los divisiones a su salida de la Capital... fueron todos obras de sus manos" (in Becu y Revello, *La Colleción de Documentos de Pedro de Angelis*, Buenos Aires, 1941, pág. X). Em 1778, dirigiu também as instruções dadas aos demarcadores espanhóis.

D. Felix de Azara, o mais notável dos comissários espanhóis para as demarcações dos limites do Tratado de 1777, aproveitou-se para um dos seus mapas dos trabalhos de Sá e Faria. Eis o que a êsse propósito escreveu: "He copiado las fuentes o primera parte del curso del Paraná y del Paraguay de la carta inédita del Brigadier portugues José Custodio de Saa y Faria, que pasó algunos años en estas regiones; pero como no era mas que ingeniero y no astronomo, no le concedo una entera confianza, aunque estimo mas su carta que todas las que se han publicado". (1)

Existe, na Mapoteca do Itamaraty, um conjunto notável das suas cartas, muito perfeitas de traçado. Mais do que isso, guardam-se com elas um grandíssimo número dos borrões, feitos sôbre o terreno, como trabalho preparatório das cartas finais. Por êles se podem ver os métodos do cartógrafo e da cartografia da época. Levados com o autor para Buenos Aires, ali os foi mais tarde encontrar, durante uma das duas missões diplomáticas, o Barão da Ponte Ribeiro que os adquiriu, de D. Pedro de Angelis, havendo, após a sua morte, ingressado com as suas memórias no Itamaraty, por doação da viúva.

Torre Revello, na obra anteriormente citada, publicava uma das cartas de Sá e Faria, traçada em Buenos Aires, em 1786.

---

(1) *Viajes por la América Meridional*, tradução do texto francês de 1808, introdução.

Numa das suas cartas, publicadas pelo cartógrafo e historiador argentino, mas da qual um dos originais existe na Mapoteca do Itamaraty, se lê que Sá e Faria aproveitou, para o traçado duma parte do curso do Ibicuí, o mapa dum índio. Na lista respectiva figura com o título de "Demonstração do Rio Ibicuy e braços que o formão". Nêle o arroyo Ituzaingó e o rio Piriti foram traçados "conforme a configuração dos Indios mais praticos".

Essas contribuições foram, no entanto, bem mais numerosas para os Comissários das partidas do Norte, nomeados após o Tratado de Santo Ildefonso.

LISTA DE TRABALHOS CARTOGRAFICOS
DE MIGUEL ANTONIO CIERA

1754-1772

1) Exemplum Fluminis Paraguay que parte Fidelis.ª ac Cathª Reg. Impª confinia statuit.

Michael Ciera geogr. R.F. fecit Kal. Maj. 1754.
Copiada no Arquivo Militar em 2 de Outubro de 1862.
Vicente Pereira Dias. 1º Tenente do Corpo d'Engenheiros.
Graos de latitudes austraes de 16º, 30' a 23º.

A carta tem de comprimento 2m e de largura 0,37m. Diretoria do Serviço Geográfico do Exército.

2) Mapa do Rio Paraguay desde o Rio Verde até o Rio Jauru e seus afluentes. Feito por Miguel Ciera Astronomo Geographo. Anno de 1754.
Copiado pelo Capitão do Corpo do Estado Maior de 1ª Classe.
Antonio Pedro Lecór. Arquivo Militar em 1859.

A carta tem de comprimento 1,84m e de largura 0,37m.

Latitude Austral de 23º 15' a 16º 15'. Diretoria do Serviço Geográfico do Exército.

3) Atlas manuscrito, ilustrado e iluminado pertencente à Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Encadernado em couro vermelho, contendo:

Folio 1 *recto*: Desenho com os dizeres: Josephus I D. Grat. Port. et Algar. Rex. MDCCLVIII.

Folio 2 *recto*: Mappa Geographicum quo Flumen Argenteum, Paranà et Paraguay exactissime nunc primum describuntur, facto initio a nova Colonia ad ostium usque Fluminis Iauru ubi, ex pactis finium regundorum. Terminus de marmore positus, terrarumque insigniores Prospectus, et quorundam animalium forme suis quaelibet aptae locis delineantur. Opera, ac studio, Michaelis Ciera R. F. Geographi.

(Mapa geográfico no qual, exatìssimamente, agora, pela primeira vez se descrevem o Rio da Prata, o Paraná e o Paraguai, traçado desde a Colônia até à embocadura do Rio Jauru, onde, pelos tratados dos territórios a serem governados, um marco de mármore é colocado, e os aspectos mais célebres das terras e alguns animais são delineados por obra e estudo de Miguel Ciera, geógrafo do Rei Fidelíssimo.)

Folio 3 *recto*: Ad Josephum I.R.F.

Anno aufidessi iuvat tacitis certe omnia
desunt et gratos animos paucula saepe probant
Ipse inopum facili vota audit Juppiter aure:
plusque capi nuda simplicitate solet
Sic dum parva damus, spes haud abscedite nostra
Tu Rex, Tu magnus; causa rogata mea est
Forsitan et nostris jam delectaberis ausis:
iurė tuum est quidquid pagina picta docet.
Fecimus et iussi tua nos ad regna vocasti,
ausoniosque lares liquimus, et patriam
Pacta fides ultro longinqua ad littora cursu
tendere, qua serus sol pater urget equos
Fluminaque, et prata, et silvas, montesque
lacusque metiri, et certo figere quaque loco
Praecipue terras magni confinia regni
hispano per quas dividis imperio
Iam mora nulla statim per mille pericula ponti,
et celeri ferimur per maria alta rate
Quid vastos memorem fluctus ventos que furentes?
«Quid fessos artus sole ferent diem!
Du bene quod tandem portus intromus amicos,
littoraque occidua vidimus Ammerica
Qua nova se se oculis facies spectantibus offert!
pene oblitus eram tot mala longa viae
Hic hominum insolitae effigies diversaque cultu
corpora, et inculto reddita verba sono

Folio 4 *recto*: Atque alie secundum species volucrumque,
ferarumque: ipsa micare alio sydera visa polo
Frigidus hic aer, campis dum syrius instat:
hic oestas nobis dum fera saevit hyems
Quos ego suspexi coelo consurgere colles!
qua terrae, et vasti quae nova monstra maris!
Haec ego mirabar Freire dum magnus ad urbem
(namque aberat longe) per tua iussa redit
Sic hilarem vultu, sic majestate verendum,
post coesos diro fulmine terrigenas,
Undique magnorum coetu comitante Deorum!
se rebar coelo restituisse Tovem
Hic vir, hic est cui tot rerum moderamina credis
et quo non alter carior urbe fuit.
Advocor ecce statim ut sensi nova gaudia quum me
excoepit dulci dulciter alloquio
Principio et terre tractus, et flumina monstrat,
per quae deinde mihi multa futura via est
Exemplisque docet quoe prima pericula vitem,
quoe victus ratio, quoe medicina malis
Spemque metumque inter dubium confirmat et instat
mox alacrem amplexa detinet usque suo
Quid moror'ire iuvat dudum expectavimus urge
quo me cumque vocant regia iussa ferar

Dicebam ergo iterum pelagi comittimur undis;
excipiunt faciles lintea vela notos
Tertia jamque dies aderat!: coelum ecce repente
eripiunt nubes volvit et auster aguas
Corripimur subito circum stridente, procella;
horror ubique animos incutit, ossa pavor
Ter binas iactati undis sine sydere noctes
erramus binos ter sine soles dies
Ut placitum superis tranquillum sensimus equor:
terraque se tandem visa aperire procul
Hanc petimus fessosque artus in littore curant
certatim socii et tabida membra salo.

Folio 5 recto: Fulgida se impierant sextae iam cornua lunae;
cum venit illa dies qua mihi surgit opus
Ergo iter ingressus terras, et flumina signo
quae Rex magne tua sub ditione iacent
Astraque praesertim summo splendentia coelo
metior, et solem dum tenet altus equos
Et servata mihi Jovialia sydera in umbra
quo se se primum tempore condiderant
Nec non est quantis magnetica pixis in ortum
declinet gradibus noscere cura fuit
Quin etiam moresque hominum, cultus que notavi
quos sibi iamdudum barbara gens tenuit
Barbara gens sylvas semper, saltusque pererrans
tantum cincta armis horridaque in iaculis
Cui non ulla domus, cui non durabile coelum,
nulla fides pactis, nullaque velligio
Ipsa gerens nudos artus, grandesque lacertos
hirsulasque nigro foeda colore comas
Et quandoque vagas libuit pixisse volucres
quas mage conspicuas forma colorge dabat
Immanasque feras, et quotquot monstra sub antris
degunt aut latis quot spatiantur agris
His ego sic stadiis animum adsuevi hoc mihi tandem
longe meta viae tacta labore fuit
Tum vero albentit extulimus de marmore signum,
quod tibi cum Hyspanis dividit imperium
Telices, dixi, quibus haec confinia, Reges;
aeterni hoc marmor foederis omen habet
Nunc animum ne adverte, precor, Rex magne laboris
exiguam partem dum tibi sponte damus
Plura dabo posthac, modo spes haec mostra probari
conatus que tibe haud displicuisse meos
Michael Ciera

Folio 6 verso: Em 2 quadros

I) Planta da Praça da Colônia do Sacramento
II) Vista por dentro da Praça da Colônia

Folio 7 recto: Carta do Rio de la Plata I (vai de Buenos Aires ao Rio Negro, Paralelo 34º).

Folio 8 verso: Vista representando o rio, ao longe montanhas e uma Igreja. Uma casa em cima de pequena colina. Uma ave «Pardal».

Folio 9 recto: Carta do Rio Paranaguaçu II (ilustrada).

Folio 10 verso: Paisagem e desenho de ave. «Tyma-puçú».

Folio 11 recto: Carta do Rio Paraná até o Rio de Calcaranha III (Paralelos 32º e 33º)

Folio 12 verso: Paisagem e desenho de ave: «Colheira».

Folio 13 recto: Carta do Rio Paraná IV (Paralelo 31º).

Folio 14 verso: Desenho de «Tamandoá».

Folio 15 recto: Carta do Rio Paraná V. Desde o Arroio verde até costa brava (Paralelo 30º).

Folio 16 verso: Paisagem com desenho do pássaro Jacutinga.

Folio 17 recto: Carta do Rio Paraná VI vai até o Arroio S. Lourenço (Paralelo 29º).

Folio 18 verso: Paisagens com figuras humanas e ave: «Mytú».

Folio 19 recto: Carta do Rio Paraná e Paraguay VII (Paralelos 28º e 27º).

Folio 20 verso: Paisagem e desenho de lagarto.

Folio 21 recto: Carta do Rio Paraguay VIII. Desde o Rio Vermejo até o Rio Pilcomayo (Paralelo 26º).

Folio 22 verso: Com 5 quadros:

I e II) Traje das mulheres e dos homens do Paraguay;

III) *Las Piedras de S. Cathalina*, que estão perto da cidade do Paraguay;

IV) Vista do lugar X na margem do Rio;

V) Vista da cidade da Assumpção do Paraguay;

Folio 23 recto: Carta do Rio Paraguay IX. Desde a cidade de la Villetta até o Rio Quarepoli. (Paralelo 25º).

Folio 24 verso: Desenho da ave: «Toucãn».

Folio 25 recto: Carta do Rio Paraguay X Desde o Rio Xejui a Ilha do defunto Manoel Silva. (Paralelos 23º e 24º).

Folio 26 verso: Com 2 quadros:

I) Vista da Serra do Pam de Assucar tirada do lugar R;

II) Vista da Serra T tirada do lugar S.

Folio 27 recto: Carta do Rio Paraguay XI. Desde Itapocú mirim até o R. Costa del Querquincho.

Folio 28 verso: Com 3 quadros:

I) Vista dos três Irmãos;

II) Vista da Serra do Pam de Assucar tirada do lugar Q;

III) Vista do Pam de Assucar,

Folio 29 recto: Carta do Rio Paraguay. Desde o Estreito, Pam de Assucar (Paralelo 21º).

Folio 30 verso: Com 6 quadros:

I) Vista da Cordilheira de S. Fernando observada do lugar D;
II) Vista dos cerros E tirada do lugar D;
III) Vista dos cerros F tirada do lugar H;
IV) Vista dos cerros F tirada do lugar G;
V) Vista dos cerros N tirada do lugar M;
VI) Vista dos cerros P tomada no lugar O.

Folio 31 recto: Carta do Rio Paraguay XIII. Vai até o morro dos cavalleiros. (Paralelos 19º e 20º).

Folio 32 verso: Com 5 quadros:

I) Vista por dentro da lagoa Jaiba;
II e III) Vista da cordilheira de S. Fernando tirada do lugar A;
IV) Vista dos morros de Cheane tirada do lugar C;
V) Vista dos morros de Cheane tirada do lugar B.

Folio 33 recto: Carta do Rio Paraguay XIV. Desde o Paraguay mini até à ilha Comprida e lagoa Uberaba.

Folio 34 verso: Com 2 quadros:

I) Vista do lugar donde se tem posto o marco de marmore perto da bocca do Rio Jaurú no anno de 1754;
II) Vista do Rio Paraguay para cima do Rio Jaurú.

Folio 35 recto: Carta do Rio Paraguay Desde — «Pantanaes que se enundão nas cheas; Até — A embocadura do Jaurú onde se encontra o marco de marmore. A esquerda da carta vê-se um marco com legenda em latim.

4) Mappa que comprehende todo o Rio Ygatimi desde as suas cabeceiras até a sua boca aonde desagua no Paraná.

Michael Antonius Ciera fecit ac Ignatius Josephus Seo partem operis delineavit mense Octobri A. 1771.

Copiado pelo Capitão do Estado Maior de 1ª Classe Antonio Pedro Lecór.

As linhas — que atravessão o Rio mostrão o lugar aonde ha cachoeiras.

As linhas — que são mais grossas mostrão os lugares aonde as cachoeiras são mais compridas.

As linhas — Mostrão os lugares aonde as cachoeiras são mais custozas de se passar. Escala grafica com os dizeres — «Petipe de 9 milhas das quaes 60 fazem um grao do Equador».

Latitude 46º 15 a 58º 30. Dimensão: 1,46m x 0,81m.
Diretoria do Serviço Geográfico do Exército.

5) Tabula nova, atque accurata Americae Australis partem exhibens, in qua omnes praecipue Regiones, de quibus olim, regendorum Finium causa inter lusitanos, Hispanos que conuenerat, atque aliarum praeterea terrarum tractus continentur quae Agro Paraguaensi, Flumine Paranã Flumine Argenteo, atque Oceano terminantur. Auctore — MICHAELE ANTONIO CIERA Astronomo, ac Geographo Regio, qui Josephi I Regis Fidelissimi Jussu loca fere omnia semel atque iterum peragravit, assidua observatione notavit, et ad calculos astronomicos revocata Fide bona, atque integra in hanc speciem, et formam digessit, ac nemini fraude facta, labore tantum ac studio vero admodum suo descripsit Olisipone Mense Sextili An MDCCLXXII.

Original manuscrito existente na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Em cima da carta:

Confectis Magnis... Ineribus coelo Mari Terra Diu noc... observatis fille vigilante studio non Fraude et rapto

Na carta:

Graos e minutos de longitude Nord contados do Merediano de Lisboa

Notas:

a) Longitudes de 308º a 312º 36'
Latitudes de 36º 15' a 17º 30'

b) Margeando a carta vêem-se várias paisagens:

À esquerda:

1) Vista dos morros de Cheanê ao N O.
2) Vista dos morros B, C ao S O.
3) Vista de perto do Pam de Assucar a E N E.
4) Vista de longe do Pam de Assucar ao Sul.
5) Vistas dos Montes F ao N N O.
6) Las piedras de S. Catalina. Estão perto da cidade de Assumpção logo pela terra dentro.

Em cima:

1) Vista dos Montes B a O S O.
2) Costa ao nascente perto do Rio Jaurú.

À direita:

1) Vista do Monte D ao N N O, com parte da costa occidental do Rio, e Monte da Ilha.
2) Vista dos Morros F G ao N N E.
3) Vista dos tres Irmãos.
4) Vista da Piramide de pedra que se acha naturalmente na costa H.
5) Vista do Salto Grande do Paraná.
6) Vista das Torres do S S E, na costa do Mar.

Em baixo:

1) Vista da cidade da Assumpção do Paraguai.
2) Vista da Praça da Nova Colonia.

Dimensão 2,930m x 1,250m.

Citação: Catálogo da Exposição de História do Brasil, 1881 ns. 1.742, 1.834;

Saldanha da Gama, Catálogo da Exposição Permanente dos Cimélios da Biblioteca Nacional, pp. 513-14, nº 18.

Inocêncio F. da Silva, Dicionário Bibliográfico Português VI, pág. 218.

c) Contém as seguintes legendas:

1) O caminho marcado com pontos pretos que vai de S. Miguel a Laguna, está posto segundo as notícias de quem o descobriu, mas he de advertir que não está conforme deve ser na realidade.

2) O braço do Rio Paraná desde a Villa de Corrientes até o Salto Grande, e à bocca do Rio Ygatemi para cima está posto segundo as observações que tinhão sido feitas anteriormente por outros nas Missoens dos Índios mas he de advertir que não está conforme deve ser na realidade.

3) O rio Uruguay da bocca do Rio Negro para cima está configurado segundo as informações, e cartas que se entendeo serem menos desacortadas. O rio tem sómente a sua bocca, e cabeceiras situadas como devem estar.

LISTA DE TRABALHOS CARTOGRÁFICOS DE JOSÉ CUSTÓDIO DE SÁ E FARIA

1752-1779

Planta da Barra do Rio Grande de S. Pedro. Ellevada pelos Coroneis D. Miguel Blasco, e J.C. de Sá e Faria no anno de 1752. Original, a aquarella; escala de 1 legua ou 3.000 toezas. — Diret. do Serv. Geog. do Exército.

Planta da Praça do Território da Nova Colonia do Sacramento feita por ordem do Ill.mo e Ex.mo Snr. Gomes Fr.e de Andrada... Ellevada por J.C. de Sá e Faria, Sargento Mór... acompanhado do ajudante João Bento Pithon, e dos Alferes M.el Vieyra Leam e Thomas de Souza, que a ajudarão a elevar. Desenhada pelo sobredito Sargento Mór em o mes de Março do anno de 1753. 0,58 x 4,462m. Original, a aquarela. — Diret. do Serv. Geog. do Exército.

Planta da Praça da nova Colonia do Santissimo Sacramento, elevada por J. C. de Sá e Faria, Coronel de Inf. e Manoel Vieyra Leão Cap.am do Regimento de Artelharia em o anno de 1753. 0,22 x 0,33m. Original, a aquarela. — Diret. do Serv. Geog. do Exército.

Mapa geografico que compreende o caminho desde a cidade de Assumpção do Paraguai até o Salto Grande do Rio Paraná, com parte da demarcação que se fez por todo o Rio Ygatimi, e nas cabeceiras do Rio Ipanê guaçú. 0,88 x 0,625. Cópia, a aquarela. — Há 2 escalas desenhadas — a de latitude — de 23° a 25° e 1/2. — a de longitude — de 340° a 343° e 1/2. À esquerda, legenda com a descrição dos caminhos. — Mapoteca do Itamaraty.

Exemplo Geografico do Caminho de Assumpção do Paraguay, thé o passo do Rio Iguatemy. Configurado no anno de 1754. Cópia, a aquarela. 13 fôlhas, medindo cada uma 0,303 x 0,182 m. — Mapoteca do Itamaraty.

Mappa Geografico que corresponde ao caminho desde a cidade da Assumpção do Paraguay, até o Salto Grande do Rio Paraná, com parte da demarcação que se fez por todo o Rio Iguatemy e nas cabeceiras do Rio Ipanê Guaçú no ano MDCCLIV. 0,623 x 0,872 m. Original, a aquarela. Várias cópias, tendo algumas por título: «Planta do caminho». — O Dr. L. da Ponte Ribeiro possuia outra cópia de 1845. Contém esta planta um perfeito conhecimento do território do Paraguai, por onde seguia o caminho até a Serra Maracaju, por explícita descrição itinerária que faz o autor. — Mapoteca do Itamaraty.

Mappa Geográfico hecho por ordem de Sus Mag.^{des} Catholica e Fidelis.^{ma} que compreende la Demarcacion de la linea de Division desde el Salto Grande del Rio Paraná, hasta la boca del Rio Jaurú en la America Meridional, egecutada por las Terceras Partidas que subieron por el Rio Paraguay. Anno 1754. 2,663 x 1,23m. Cópia de 1852, a aquarela. O Dr. L. da Ponte Ribeiro possui a outra cópia moderna, em papel vegetal, com as assinaturas de: Manoel Antônio de Flores, Athanazio Varanda, Alonso Pacheco, José C. de Sá e Faria, Miguel Ciera, João Bento Pithon. 2,65 x 1,30m. — Mapoteca do Itamaraty.

Diario, e Planos do Caminho que da cidade da Assumpção do Paraguay, se dirige, the o passo do R.º Igatemy. Offerecidos ao Sr. Dom Luiz Antonio de Souza Bott.º Mourão... Gov.º de S. Paulo. Por J.C. de Sá e Faria. Anno 1754. In-fol., 7 ff., com cart. — Bibl. da Marinha.

Exemplo Geografico do Terreno adjacente à costa que corre desde a Praça Nova Colonia do Santissimo Sacramento thé à ilha de St.ª Catharina. Anno 1763. Este mappa he elevado por J.C. de Sá e Faria... que o desenhou ... 0,403 x 1,342 m. Original, a aquarela; escala de 20 léguas ou de 1 grau. Uma cópia com título diverso — Planta do terreno adjacente — e sem o nome do autor. — Diret. do Serv. Geog. do Exército.

Planta da Villa de N. Snr.ª do Desterro, Capital da Ilha de Santa Catharina, tirada por José Custódio de Sá e Faria, Coronel de Infantaria da Guarnição do Rio de Janeiro, e dezenhada por Manoel Vieyra Leão, Cap.^{am} do Regimento da mesma guarnição, em Janeiro de 1764. 0,222 x 0,328 m. Original, a aquarela; escala de 400 braças. — Diret. do Serv. Geog. do Exército.

Plantas, das Fortalezas da Ponta do Estreito, e da Praya de fora, feitas por J.C. de Sá e Faria, Coronel de Inf. da Guarnição do R. de Janeiro e, dezenhadas, por Manoel Vieyra Leão. Capitão de Artelharia, e da mesma guarnição, em o anno de 1764. 0,419 x 0,327m. Original (?) a aquarela. — Diret. do Serv. Geog. do Exército.

Planta da Ilha de Sta. Catharina, e a costa terra firme, que compreende a mesma Ilha, tirada por José C. de Sá e Faria, Coronel de Infantaria da Guarnição do Rio de Janeiro, e dezenhada por Manoel Vieyra Leão, Cap.^{am} do Regimento de Artelharia da mesma guarnição, em Jan.^{ro} de 1764. 0,222 x 0,328 m. Original, a aquarela; escala de 4 léguas. — Diret. do Serv. Geog. do Exército.

Planta das Fortalezas da Ponta Grossa, e da Ilha dos Ratones, na Ilha de Santa Catharina. Tiradas por J. C. de Sá e Faria, Coronel de Inf. da Guarnição do R. de Jan.^{ro} e dezenhadas por Manoel Vieyra Leão, Capitão da Artilharia e da mesma guarnição em 1764. 0,22 x 0,326 m. Original a aquarela. — Diret. do Serv. Geog. do Exército.

Planta da Fortaleza e Ilha de Inhatomerin, na Ilha de Santa Catharina. Tirada por J.C. de Sá e Faria, Coronel de Inf. e dezenhada por Manoel Vieyra Leão, Cap.^{am} do Reg. de Artilharia em 1764. 0,221 x 0,327. Original (?) a aquarela. — Diret. Serv. Geog. do Exército.

Planta do Rio da Prata, tirada por J.C. Sá e Faria, Coronel de Infantaria e dezenhada por Manoel Vieyra Leão, cap.^{am} do Reg. de Artilharia da guarnição do R. de Jan.^{ro} que a dezenhou em o anno de 1764. 0,22 x 0,326m. Original a aquarela. — Diret. do Serv. Geog. do Exército.

Planta do Forte de N. S.^{ra} da Conceição, em hũa pequena Ilha situada na Barra do Sul da Ilha de St.^{a} Catharina. Progecto do Coronel José C. de Sá e Faria, para o Forte da Praya da Villa do Desterro. Planta do Forte de S. Francisco na Praya perto do Estreito da Ilha de St.^{a} Catharina, Planta do Forte de St.^{a} Anna no Estreito da Ilha de St.^{a} Catharina, Dom Miguel de Blasco, ajudante engenheiro, as tirou e riscou. MDCCLXVII. 0,427 x 0,48m. Original, a quarela. — Diret. do Serv. Geog. do Exército.

Planos das Costas e Portos desde o Rio da Prata athé ao Rio de Janeiro Em 1774 Pelo Brigadeiro José Custodio de Sá e Faria. São as seguintes medindo de 0,259 a 0,315 x 0,360 a 0,375.

1) Demonstração do Rio da Prata e sua costa até o Cabo de Santa Maria;
2) Demonstração da Costa desde o Cabo de Santa Maria até o Rio Grande;
3) Mappa do Rio Grande (compreende a Barra e a Mangueira);
4) Demonstração da Laguna e sua Costa até a Barra do Sul da Ilha de Santa Catharina;
5) Demonstração da Ilha de Santa Catharina;
6) Terra Firme — Ilha de Santa Catharina;
7) Rio de S. Francisco e sua Costa do Sul e do Norte;
8) Demonstração da Barra de Pernaguá e sua costa Sul e do Norte;
9) Demonstração das ilhas Cananéa, Iguape e sua costa até o Rio Una;
10) Demonstraçam da Costa desde o Rio Una até a praia da Conceiçam (de Itanhaem);
11) Demonstração da Costa desde o Rio da Conceiçam até à Barra de Bertioga;
12) Demonstração da Villa e Ilha de S. Sebastiam e sua costa;
13) Demonstração da Ilha de Ibatuba e sua costa do Sul e do Norte, e da Villa de Paraty e da Ilha Grande;
14) Demonstraçam da Villa e Ilha Grande E sua costa de dentro athé a Barra de Guaratiba;

15) Demonstraçam da Barra do Rio de Janeiro e sua costa do Sul e do Norte. — Inst. Hist. e Geográfico Brasileiro.

Viagem do brigadeiro José C. de Sá e Faria da «cidade de S. Paulo» a Praça N.S. dos Prazeres do Rio Igatemy em 3 de outubro de 1774... chegarão ao destino em 31 de jan.º de 1775. Dim. (0,41 x 0,89m). Cópia a traço de pena em papel tela. Obs. Pertenceu à Col. Pimenta Bueno. — Mapoteca do Itamaraty.

Viagem do Brigadeiro J. Custodio de Sá e Faria da cidade de S. Paulo à Praça de Nossa Senhora dos Prazeres do Rio Iguatemy. (1774-1775). Lith. Valente. Rio de Janeiro, 1887. — B. Nacional.

Configuração dos Rios Tietê, Paraná, Igatemi (Pelo brigadeiro José C. de Sá e Faria) 1775. 20 ff. num. 0,316 x 190m. Coleção D. Antônia R. de Carvalho. — B. Nacional.

Topografia do Rio Grande de S. Pedro do Sul, aos 31 graos e 58 minutos de latitude para o Sul, e 334 graos 225 minutos de longitude. Esta planta foi tirada pelo brigadeiro Engenheiro J.C. de Sá e Faria, e copiada por Joaquim Vieyra da Silva, Cabo de Esquadra do Regt.º de Artilharia, e discipulo da aula Militar na Cidade da B.ª aos 25 de jan.º de 1779. 0,295 x 0,353m. Cópias (2), a aquarela; escala de 3.000 braças. — Diret. do Serv. Geog. do Exército.

Projeto do Coronel J. Custodio de Sá e Faria para o Forte da Praia da Villa do Desterro. 0,15 x 0,236m. Cópia, a aquarela. — Diret. do Serv. Geog. do Exército.

Topografia do Rio Grande do S. Pedro do Sul (Pelo Brigadeiro eng. J. Custodio de Sá e Faria). Lith. do Arch. Militar. 0,96 x 0,155m. — B. Nacional.

Idem (Outra edição com o título de Planta topogr.). A.M.S. Rodrigues. Lith. do Arch. Militar.

Demonstração da Enseada e porto da Praça Nova Colonia do Santissimo Sacramento, fundada no Rio da Prata. Ellevado este plano geometricamente pelo Coronel J. C. de Sá e Faria. 0,22 x 0,33m. Original, a aquarela. Diret. do Serv. Geog. do Exército.

(Planito del Salto Grande del Paraná).
(En el ángulo inferior izquierdo:) Diseño en punto mayor del lugar en que se gravó la Cruz en el punto. A. Grabado en negro. 0,195 x 0,160m.
Fué remetido por Manuel Florez y José Custodio al marqués de Valdelirios, con carta datada en Aguaray Guazú, 14 de diciembre de 1754, según nota puesta al dorso de la carta de Valdelirios a Florez, de 30 de enero de 1755, en la que le acusa recibe de aquella. En la nota citada, se lee: «Embia vn planito del Salto Grande del Paraná». — Sección de Estado, leg. 7.426 — 198. Anotado por Julián Paz. — Mapoteca do Itamaraty.

Demonstração/do/Rio Ibicuy,/e/braços que o formão/Descenhado pelos matheriaes referi-/dos na explicação por Joze Custodio de/Sá, e Faria, Tenente Coronel do Regimento de/Artelharia de Rio de Janeyro. Original, a aquarela. 0,40 x 0,28m. — Mapoteca do Itamaraty.

Mapa Geografico/Que comprehende todos los modernos descubrimentos de la Costa Patagonica, y sus/Puertos, desde el Rio de la Plata hasta el Puerto del Rio Gallegos junto al Cabo de las/Virgenes, la porción descubierta del Rio Negro, y caminos por la Campaña desde Buenos/Aires. El qual mando formar por las memorias adqueridas. El-/Ex.mo S.or Marquez de Loreto Virrey, y Por José Custodio de Saa y Faria. Año de 1786. Escala de 115 milímetros las 60 leguas. En colores y negro. Con explicación.

Exemplo Geographico/Que comprehende o terreno que/toca a Demarcação da primeira/Partida, copiado, e/reduzido a ma/yor exactissima-m.te do Mapa das Cor-/es pelo Tenente Coronel/Joze Custodio de Sa, e Faria. Original, a aquarela. 0,40 x 0,28m. — Mapoteca do Itamaraty.

A CARTOGRAFIA DAS PARTIDAS DO NORTE

A chefia da Comissão portuguêsa do Amazonas coube ao oficial de Marinha, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão do Marquês de Pombal, e por êste nomeado também Capitão-General do Maranhão e do Pará. Francisco Xavier partilhava com o grande Marquês ambições patrióticas, acritudes de ânimo, e talentos administrativos, dos quais deu sobejas provas no govêrno da Amazônia.

A 2 de outubro de 1754, saía êle de Belém, com destino ao rio Negro, levando consigo, em 35 barcos, 796 pessoas, tão vastos eram os serviços e tão grandes as dificuldades que o terreno opunha aos objetivos dos demarcadores.

Mendonça escolheu para sede da Comissão a aldeia de Mariuá, dos carmelitas, chamada mais tarde Barcelos, e ali mandou construir também aposentos para acomodar a comissão espanhola. À frente desta, ainda mais numerosa que a portuguêsa, largara de Cadiz, a 13 de fevereiro do mesmo ano, o Chefe da esquadra D. José de Iturriaga, em direção ao Orinoco.

Em vão Mendonça esperou durante cinco anos pelo seu colega espanhol. Êste, malgrado as enormes despesas e facilidades proporcionadas pelo govêrno espanhol, marchou com extrema lentidão. Para se avaliarem os vultosos gastos com que tiveram de arcar os governos, zelosos não só dos seus direitos, mas da representação exterior dos seus delegados, bastará dizer-se que o primeiro Comissário espanhol levava consigo vinte e cinco criados que custavam doze mil pesos! (1)

E ainda em 1760, o Tenente-Coronel Gabriel de Souza Filgueiras, que subira o rio Negro ao encontro da comissão espanhola,

(1) Nota de Rodolfo Garcia à *História Geral do Brasil*, de Varnhagen, 4º volume, 3ª edição integral, pág. 164.

informava o Governador do Pará, Manuel Bernardes Melo de Castro: "vem fornecidos de armas e petrechos militares, conservando-se os soldados e oficiais com bastante luzimento e trazendo de sobressalente fardas para a ocasião em que concorrem com as nossas tropas". (1)

Mas tantos e tamanhos foram os embaraços levantados pelos jesuítas e as dificuldades encontradas no caminho, povoado exclusivamente de selvícolas hostis, que D. José de Iturriaga, apenas, em 1756, fundava S. Fernando de Atabapo, como escala e base de aprovisionamento da sua tropa; e só em 1758 os espanhóis conseguiam aproximar-se do lugar do encontro.

Em janeiro dêsse ano, Francisco Xavier de Mendonça, sabendo da próxima chegada dos delegados espanhóis, dirigiu-se novamente a Barcelos, donde negócios urgentes o haviam desviado. Quase ao mesmo tempo chegava a notícia da sua substituição na capitania do Pará por Melo de Castro, e, na direção dos trabalhos dos limites, por D. Antônio Rolim de Moura, futuro Conde de Azambuja, que tanto se havia distinguido como Governador de Mato Grosso e se distinguiria mais tarde como Governador do Brasil.

Baena afirmou que, em janeiro de 1759, se apresentaram em Barcelos o primeiro Comissário castelhano, D. José de Iturriaga, acompanhado de todos os seus auxiliares e de numerosa escolta. Acrescenta que o próprio Francisco Xavier de Mendonça Furtado, tendo recebido aviso da sua substituição "comunica aos castelhanos esta mudança... suspende as conferências e retira-se para a cidade de Belém do Pará, deixando ordens particulares ao Governador do Rio Negro". (2)

Os historiadores colombianos e venezuelanos contestam a versão de Baena, fundados em documentos coevos, pelos quais se prova não se haver dado aquêle encontro. E tiram do fato razões para insinuar má-fé da parte do govêrno português. Quijano Otero, que se ocupou com grande proficiência da história dos limites entre a Colômbia e o Brasil, escreve: "No puede negarse que en el trazo de la linea divisoria, ajustada en el Tratado de 1750, tuvieron lugar circunstancias bien raras y bien inexplicables... El Governador Mendonza Hurtado, recorre el Marañon, estabelece fortalezas en el Rio Blanco, varia los nombres de las aldeas y ejerce toda classe de actos de dominio en el mismo territorio que se trata de deslindar; pero cuando llega el momento de dar princi-

(1) *Anais da Biblioteca e Arquivo Público do Pará*, Tomo X, 1926, pág. 252.
(2) *Compêndio das Eras da Província do Pará*, 1838, págs. 254/56.

pio a esta operacion, llega el parte de su destituicion. Esto es raro cuando menos.

No habia pues quienes cumpliesen el Tratado por parte de Portugal. Los comisarios españoles no adeantaran de Atabapo, en donde se ocuparon en impulsar las nuevas poblaciones hasta que les llegó la noticia del Tratado de anulacion de 12 de fevrero de 1761 y consiguiente caducidad de su comision". (1)

Como Melo e Castro governava o Pará desde 2 de março de 1759, é fácil de ver que a substituição dum por outro comissário português não influiu na demora dos espanhóis e no malôgro das negociações. Só em 1760 o nôvo Governador do Pará tomava, por sua conta, uma medida dilatória, inteiramente justificada pela escassez de recursos, que então afligia o arraial de Barcelos.

A publicação de documentos portuguêses, posteriormente feita, confirma Quijano Otero contra Baena, mas invalida a sua insidiosa explicação sôbre o procedimento dos portuguêses. A correspondência dos governadores do Pará, contemporânea dêstes acontecimentos, prova que não se deu o encontro entre os comissários, mas que os portuguêses agiram de boa fé. Assim, a 11 de setembro de 1760, Melo e Castro escrevia para Lisboa, informando que, em princípios dêsse ano tomara o expediente de mandar "o Tenente-Coronel Gabriel de Souza Filgueiras com uma carta ao Plenipotenciário de El-Rei Católico ao fim de demorar aquêle Ministro, enquanto não chegava ao Arraial D. Antônio Rolim de Moura para que lhe não fôsse presente a necessidade a que o mesmo arraial se achava reduzido, e eu sem meio algum de o poder socorrer pela falta que nesta cidade se experimentava de todos os víveres da Europa".

O mesmo Melo e Castro continuava na mesma carta: "Estando agora já para se fecharem as cartas... chegou a esta cidade o mesmo Tenente-Coronel Gabriel de Souza Filgueiras, que deu uma inteira e completa satisfação da ordem que lhe dirigi; e *pela carta que recebi daquele plenipotenciário, a qual ponho na presença de V. Excia. a cópia, constará que não foi sem efeito a mesma diligência, porque sendo bem recebido o meu obséquio, se demorarão aquêles ministros e não chegarão ao Arraial do Rio Negro antes do aviso de ter a êle chegado o nosso plenipotenciário* ... Pela mesma cópia verá V. Excia. a recomendação que aquêle Ministro (D. José de Iturriaga) já me faz do dinheiro que deve haver pronto, índios de serviço e víveres; e como a V. Excia. são certas as poucas fôrças dêste Estado, será servido pôr esta im-

(1) *Limites de la Republica de los Estados de Colombia*, T. I — Sevilha, 1881, págs. 89/90.

portantíssima matéria na presença de Sua Majestade para o mesmo senhor mandar dar as providências que fôr servido". (1)

Pouco depois chegava aos portuguêses do Pará e aos espanhóis do Orinoco a notícia da assinatura do Tratado do Pardo, de 12 de fevereiro de 1761, pelo qual se davam por cancelados o Tratado de 1750 e todos os demais que lhe diziam respeito, "como se nunca houvessem existido, nem tivessem sido executados".

Desta rápida exposição se pode concluir que não houve má-fé na demora da execução do Tratado dos limites, na vasta zona do Norte, quer por parte dos espanhóis, quer dos portuguêses.

Causa única na demora devemos atribuir às maiores dificuldades encontradas pelos espanhóis no áspero caminho, que os levava ao rio Negro, e ao menor zêlo e constância, postos por êles no desbravamento e ocupação dessa parte do continente sul-americano. Assim damos por esclarecido mais um dêsses espinhosos erros históricos, que ainda hoje ofendem brios nacionais, com dano para o perfeito entendimento entre os povos de origem espanhola e o Brasil.

O fracasso do Tratado, sob o ponto de vista duma produção cartográfica comum e, para o caso, a única válida, fôra completo. Diga-se, no entanto, que a entrada e a permanência de Mendonça Furtado até ao coração do rio Negro foi rica de conseqüências para a expansão portuguêsa, na imensa zona fluvial dêsse rio, assim como do alto Amazonas. Esta vastíssima região era elevada à categoria de capitania autônoma, com o nome de S. José do Javari. Ao mesmo tempo, o alto Comissário português firmava e alargava a soberania portuguêsa na capitania do rio Negro, pacificando indígenas, nomeando autoridades nas aldeias e fundando, nas regiões extremas, fortalezas — a de Marabitanas no rio Negro, e a de S. Joaquim, na confluência do Uraricoera e do Tacutu, afluentes do alto rio Branco, já quase no extremo norte da atual fronteira com a Guiana Inglêsa.

O corpo do Brasil estendia-se e firmava-se vàlidamente até ao Orinoco, não por mera usurpação aos espanhóis, mas pelas imposições e a lógica duma unidade geográfica, econômica e etnográfica, que os portuguêses, antes de mais ninguém, haviam conhecido, definido e explorado.

Se fracasso houve, sob o ponto de vista da produção comum, não obstante os engenheiros astrônomos e cartógrafos, nomeados para as partidas portuguêsas, deixaram uma obra cartográfica.

---

(1) *Anais da Biblioteca e Arquivo do Pará*, ibidem, págs. 351/52.

ainda que pequena em relação ao território que lhes cabia, bastante apreciável.

Antes de a estudarmos, deslindemos outro êrro, quanto à organização dessas partidas. Tem-se dito, na fé de Baena, que, em 1754, Mendonça Furtado levou consigo para o rio Negro o astrônomo Miguel Antônio Ciera. Não é exato. A êsse tempo, ainda o célebre astrônomo e cartógrafo estava entregue aos trabalhos da 3ª partida do Sul, cuja ata final assinava em janeiro de 1755, e em Assunção do Paraguai.

Aliás, houvesse êle cursado águas do Amazonas e do Negro e teríamos nós hoje algum Atlas equivalente, em exação, grandeza e perfeições de estilo e arte, ao que nos deixou sôbre o Prata. Ficaram-nos, sim, algumas cartas da Amazônia, mas, por forma geral, inferiores às que Ciera e Sá e Faria nos deixaram da região platina.

A Comissão do Norte compunha-se de três partidas: a 1ª que se ocuparia dos limites desde a bôca do Japurá até às terras de Suriname; a 2.ª para marcar a linha de leste-oeste; a 3.ª desde o rio Madeira até à foz do Jauru. Nada disto foi sequer iniciado. A demora dos Comissários espanhóis fêz gorar a emprêsa. Mas não ficou infrutífera a viagem dos técnicos estrangeiros à Amazônia. Alguns dêles permaneceram para sempre ou por muitos anos no Estado. Uns cartearam. Outros desenharam fortalezas. E um dêles, o bolonhês Antônio José Landi, traçou os planos de alguns edifícios civis ou religiosos de Belém do Pará, tais como o palácio do govêrno e a igreja de Santa Ana.

Desincorporados das respectivas partidas, alguns, como o Sargento-Mor Sebastião José da Silva, o alemão Felipe Sturm, ajudante, o Capitão João André Schwebel, e o astrônomo P.ᵉ Semartoni (Stzenmartony) trabalharam juntos na carta do Amazonas, que vai referida na lista junta. Deve ter sido essa, depois do trabalho de Condamine, a segunda carta do Amazonas, com longitudes observadas.

Mas de todos os estrangeiros, que acompanharam Mendonça Furtado, distinguiram-se, nos trabalhos cartográficos, o alemão Schwebel, o mantuano Henrique Antônio Galluzzi, Felipe Sturm e Gaspar João Geraldo de Gronfeld, o último dos quais merece ainda mencionar-se como engenheiro militar.

Mais que nenhum outro, deixaram obra meritória Schwebel e Galluzzi. Do primeiro ficou um valioso Atlas do Amazonas, que

pertence à casa Palmela (Lisboa) e de que existe cópia mais reduzida na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Embora se não possa comparar a um Ciera ou a um Sá e Faria, é muito apreciável também o espólio das cartas que nos deixou Galluzzi.

O mais notável e interessante dos seus mapas é o que tem por título:

MAPPA GERAL
DO BISPADO DO PARÁ

Repartido nas suas Freguezias
que nelle fundou, e erigio

O EX^{mo} E REV^{mo} SÑR. D. FR. MIGUEL
DE BULHÕES
III Bispo do Pará, etc., etc.
construido
e reduzido às regras da Geografia com observações Geometricas e Astronomicas

Pello Adjudante Engenheiro Henrique Antonio Galluzzi

MDCCLIX (*)

Carta muito vasta, que vai desde a Vila de Bragança na costa atlântica do Pará até o rio Yavarahy (Javari), com a demarcação do território pelo braço mais ocidental do Japurá, conforme o Tratado de 1750, abrange ainda o traçado dos rios Negro e Branco e apresenta a divisão da Amazônia em freguesias, conforme as ordens reais, após a expulsão dos jesuítas.

Trata-se dum documento de grande importância, certamente feito por instância do Bispo Fr. Miguel de Bulhões, cujas insígnias ostenta, e dando-nos uma imagem aproximada da ocupação portuguêsa da Amazônia, em 1759, sem, por forma alguma, exceder os limites convencionados pelo Tratado de Madri.

Êste mapa representa, pois, mais uma resposta às insinuações de Quijano Otero.

Da obra cartográfica de Galluzzi devemos ainda citar, como documento dum grande interêsse para a história da formação do Brasil, o seu mapa da Capitania do Piauí, de 1760. (**)

(*) (**) Ver nota no final do capítulo.

A esta mesma época pertence o

MAPPA
VICE PROVINCIAE
SOCIETATIS JESU
MARAGNONI
ANNO MDCCLIII
CONCINATTA

pertencente à Biblioteca de Évora, e provàvelmente obra dalgum jesuíta.

O P.e Serafim Leite mandou reproduzir por um desenhador uma parte dêsse mapa, que publicou em seu livro — "Luiz Figueira, a sua vida heróica e a sua obra literária", Lisboa, 1940, desconhecendo, ao que parece, que êle fôra reproduzido, na íntegra, por Joaquim Nabuco no seu *Atlas*, anexo à 1ª Memória sôbre as Fronteiras do Brasil com a Guiana Inglêsa.

Mapa dum estilo muito correto e marcando alguns avanços no conhecimento da bacia fluvial amazônica, o traçado do Madeira-Guaporé apresenta-se ainda falso e antiquado em relação à Carta Hidrográfica de José Gonçalves da Fonseca. O mesmo podemos dizer do traçado do Baixo Madeira, na carta de Galluzzi, o que nos convence mais uma vez que certos conhecimentos geográficos se escondiam como segredos de Estado. E compreende-se que ao govêrno português conviesse não divulgar quanto a verdadeira direção NE-SO do Madeira favorecia Portugal, na partilha das terras inocupadas da Amazônia.

Posteriores a estas, existem ainda algumas cartas do Amazonas e do rio Branco, feitas pelo ouvidor Francisco Xavier de Ribeiro Sampaio, mais notável pelas relações das suas viagens nos rios Negro e Branco.

Ao terminar êsse quarto de século de trabalhos geográficos, que decorrem do Tratado de Madri, se a região fronteiriça do sul figurava já nas cartas, com sofrível exatidão, o contrário se dava com todo o Brasil, que fica ao norte do paralelo que passa pela foz do Jauru. Existem, na Mapoteca do Itamaraty, dois grandes mapas que se completam na demonstração eloqüente dêsse contraste. Num dêles, traçado em 1773 por Alexandre José Montanha, figura a metade austral do Brasil, com objetividade notável para a época. No segundo, traçado em 1768, em Vila Rica, por Silveira Peixoto, e que abrange todo o espaço por onde se estende o Brasil atual, se a sua parte meridional está sofrìvelmente representada, em compensação, na restante abundam os erros. Ao norte figuram dois

imensos lagos legendários, o do Parimé e o dos Omaguas; o rio Negro, fantàsticamente ligado ao Orinoco, está amputado do rio Branco; e o curso do Madeira sofre de erros grosseiríssimos na direção. E, se Filipe Sturm e Ribeiro de Sampaio, por exemplo, já haviam antes do Tratado de Santo Ildefonso traçado algumas cartas dos vales dos rios Negro e Branco, é só depois de 1781, com a chegada das novas comissões demarcadoras, que se dá início ao trabalho gigantesco de fazer o levantamento científico da rêde hidrográfica do Amazonas.

NOTAS

(*) P. 300 — O original, a aquarela, pertence à Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

(**) P. 300 — A Mapoteca do Itamaraty possui duas cópias a aquarela, com a data de 1761. Outros exemplares podem ser consultados na Mapoteca da Diretoria do Serviço Geográfico, inclusive o original, bem como na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

I.A.

IV

OS TRATADOS DO PARDO DE 1761 E DE SANTO ILDEFONSO DE 1777

OS NOVOS LIMITES. A CARTOGRAFIA DAS PARTIDAS DO SUL

A 12 de fevereiro de 1761, os governos português e espanhol firmavam o tratado chamado *do Pardo,* do lugar onde se assinou, pelo qual davam "por cancelados, cassados e anulados, como se nunca houvessem existido, nem houvessem sido executados" o Tratado de Madri de 1750 e os demais tratados e convenções que regularam a sua aplicação.

Quais os motivos desta resolução?

No curto preâmbulo que precede o convênio alegam-se duas razões, que podemos resumir desta forma:

I — As realidades geográficas, desconhecidas pelos negociadores do Tratado de Madri, levantaram problemas insolúveis;

II — Por essas dificuldades chegou-se à conclusão de que o Tratado, que fôra firmado para "estabelecer uma perfeita harmonia entre as duas Coroas e uma inalterável união entre os vassalos delas", pelo contrário, tem dado e daria no futuro muitos e muito freqüentes motivos de controvérsias e de contestações, opostas a tão louváveis fins.

Na verdade, o problema geográfico essencial prendia-se ao estuário do Prata e ao território das Missões. Os espanhóis desejavam alargar a zona de soberania e proteção sôbre o estuário platino e as suas pretensões foram excepcionalmente esclarecidas e apoiadas pelos jesuítas, que tão rude golpe sofriam com a cedência, ou melhor a destruição, dos Sete Povos.

Ao invés, Alexandre de Gusmão pretendera alargar sôbre a unidade geográfica e econômica do Brasil a soberania portuguêsa, que o brigadeiro Pedro de Vasconcelos e muitos outros, entendiam só devia deter-se à margem esquerda do Prata.

"Balanceados, escreveu Calógeras, os fatôres da decisão, parece que, no ambiente de má vontade contra a obra precursora de Alexandre de Gusmão, o elemento principal foi a larga campanha dos jesuítas, contra a cessão dos Sete Povos das Missões. Conquistaram a opinião de Carlos II pelo aspecto político e territorial do caso, e quando êste anuiu a novos convênios, em 1777 e 1778, essa foi a única diferença substancial entre as duas soluções: além da Colônia, ficaram as Missões em poder de Castela. Vitória da tenacidade de propósito dos filhos de Santo Inácio, pois nessa data já estava extinta a Companhia". (1)

Que o problema no fundo era mais complexo e de base geográfica mais ampla, o prova a forma como se desenvolveu a guerra luso-espanhola nos territórios do sul do Brasil.

Tomada a Colônia em setembro de 1762, os espanhóis procuravam apoderar-se no ano seguinte de todo o Rio Grande do Sul, onde conquistaram posições substanciais. Em 1767, José Custódio de Sá e Faria, governador interino do Rio Grande, reavia parte dessas posições com a reconquista de S. José do Norte. Arquive-se o fato para desconto de sua feia conduta, dez anos volvidos. E quando, em 1777, D. Pedro de Cevallos assaltava e tomava a ilha de Santa Catarina, chave da navegação dos territórios do sul até ao Prata, é evidente que as suas ambições de conquista visavam amputar o Brasil de vastas regiões meridionais.

A política de Pombal, como a de todos os ditadores que se deixam levar por caprichos pessoais, ameaçava a êsse tempo e gravemente os interêsses portuguêses na América. O falecimento de D. José I a 24 de fevereiro de 1777, a queda, alguns dias volvidos, do Marquês, e a benéfica intervenção da rainha viúva D. Mariana Vitória, conduzida pela sempre dúctil e sábia diplomacia portuguêsa, conseguiram salvar por então a unidade geográfica brasileira de maiores amputações.

A 1 de outubro de 1777, assinava-se, em Sto. Ildefonso, o nôvo Tratado de Limites, ràpidamente negociado pelo Marquês de Florida-Blanca, chefe do gabinete de Madri, e por D. Francisco Inocêncio de Souza Coutinho, Embaixador de Portugal.

Quando comparado êste com o de 1750, bem se vê que o alto espírito de Alexandre de Gusmão faltou a dar lógica luminosa ao nôvo documento, embora os princípios fundamentais do Convênio de Madri permanecessem de pé.

Pelo artigo I do nôvo Tratado estabelecia-se a paz entre as duas nações e, pelo II, a troca de prisioneiros e prêsas de guerra.

---

(1) *A Política Exterior do Império*, vol. I, Rio de Janeiro, 1927, pág. 224.

As diferenças maiores, em relação ao Trabalho de 1750, constam dos artigos III, IV e V, que por isso transcrevemos:

"ARTIGO III

Como um dos principaes motivos das discordias occorridas entre as duas Corôas tem sido o estabelecimento portuguez da Colonia do Sacramento, Ilha de S. Gabriel e outros portos e territorios que se tem pretendido estabelecer por aquella nação na margem septentrional do Rio da Prata, fazendo commum com os Hespanhoes a navegação d'este, e ainda a do Uruguay; convieram os dois Altos Contratantes, pelo bem reciproco de ambas as Nações, e para segurar uma paz perpetua entre as duas, que a dita navegação dos Rios da Prata e Uruguay, e os terrenos das duas margens septentrional e meridional pertençam privativamente á Corôa de Hespanha e a seus subditos, até o logar em que desemboca no mesmo Uruguay pela margem occidental o Rio Pequiri ou Pepiri-guaçú, estendendo-se o dominio de Hespanha na referida margem septentrional até á linha divisória, que se formará principiando pela parte do mar no Arroio de Chui e Forte de S. Miguel inclusive, e seguindo as margens da Lagoa Merim a tomar as cabeceiras ou vertentes do Rio Negro; as quaes, como todas as outras dos Rios que vão a desembocar nos referidos da Prata e Uruguay, até á entrada n'este ultimo Uruguay do dito Pepiri-guaçú, ficarão privativas da mesma Corôa de Hespanha com todos os territorios que possue e que comprehendem aquelles paizes, inclusa a referida Colonia do Sacramento e seu territorio, a Ilha de S. Gabriel e os demais estabelecimentos que até agora tem possuido ou pretendido possuir a Corôa de Portugal até á linha que se formará; a cujo fim Sua Magestade Fidelissima, em Seu nome e de Seus herdeiros e successores, renuncia e cede a Sua Magestade Catholica e a Seus herdeiros e sucessores qualquer acção e direito ou posse lhe tenham pertencido e pertençam aos ditos territorios pelos Artigos V e VI do Tratado de Utrecht de 1715, ou em distincta forma.

ARTIGO IV

Para evitar outro motivo de discordias entre as duas Monarchias, qual tem sido a entrada da Lagoa dos Patos ou Rio Grande de S. Pedro, seguindo depois por suas vertentes até o Rio de Jacui, cujas duas margens e navegação têem pretendido pertencer-lhes ambas as Corôas, convieram agora em que a dita navegação e entrada fiquem privativamente para a de Portugal, esten-

dendo-se o seu dominio pela margem meridional até o Arroio Tahim, seguindo pelas margens da Lagoa da Mangueira em linha recta até o mar; e pela parte do continente irá a linha desde as margens da dita Lagoa de Merim, tomando a direcção pelo primeiro Arroio meridional, que entra no sangradouro ou desaguadouro d'ella, e que corre pelo mais immediato ao Forte Portuguez de S. Gonçalo; desde o qual, sem exceder o limite do dito Arroio, continuará o dominio de Portugal pelas cabeceiras dos rios, que correm até o mencionado Rio Grande e o Jacui, até que passando por cima das do Rio Araricá e Coyacui, que ficarão da parte de Portugal, e as dos Rios Piratini e Ibimini, que ficarão da parte de Hespanha, se tirará uma linha que cubra os estabelecimentos Portuguezes até o desembocadouro do Rio Pepiri-guaçú no Uruguay; e assim mesmo salve e cubra os estabelecimentos e Missões Hespanholas do proprio Uruguay, que hão de ficar no actual estado em que pertencem á Corôa de Hespanha; recommendando-se aos Commissarios, que verificarem esta linha divisoria, que sigam em toda ella as direcções dos montes pelos cumes d'elles ou dos rios onde os houver a proposito; e que as vertentes dos ditos rios e nascentes d'elles sirvam de marcos a um e outro dominio, aonde assim se poder executar, para que os rios, que nascerem em um dominio e para elle correrem, fiquem desde o nascente d'elles para esse dominio; o que melhor se pode executar na linha que correrá desde a Lagoa Merim até o Rio Pepiri-guaçú, e em que não ha rios grandes que atravessem de um terreno a outro; porquanto aonde os houver se não poderá verificar este methodo, como é bem notorio, e se seguirá o que nos seus respectivos casos se especifica em outros Artigos d'este Tratado, para salvar os dominios e possessões principaes de ambas as Corôas. Sua Magestade Catholica em Seu nome e de Seus herdeiros e successores, cede a favor de Sua Magestade Fidelissima, de seus herdeiros e successores, todos e quaesquer direitos, que lhes possam pertencer aos territorios, que, segundo vae explicado n'este Artigo, devem pertencer á Corôa de Portugal.

ARTIGO V

Conforme ao estipulado nos Artigos antecedentes, ficarão reservadas entre os dominios de uma e outra Corôa as Lagoas de Merim e da Mangueira, e as linguas de terra que medeiam entre ellas e a costa do mar, sem que nenhuma das duas Nações as occupe, servindo só de separação; de sorte que nem os Portuguezes passem o Arroio de Tahim, linha recta ao mar até á parte meridional, nem os Hespanhoes o Arroio de Chui e de S. Miguel

até á parte septentrional; cedendo Sua Magestade Fidelissima, em Seu Nome e de Seus herdeiros e successores, a favor da Corôa de Hespanha e d'esta Divisão, qualquer direito que possa ter ás Guardas de Chui e seu districto, á Barra de Castilhos Grandes, ao Forte de S. Miguel e a tudo o mais que n'ella se comprehende".

Comparados êstes com os artigos respectivos do Tratado de 1750, conclui-se que a Espanha levava ganho de causa e ampliava largamente a soberania sôbre os territórios banhados pelo Uruguai. Desta vez a fronteira acompanhava de perto a lagoa Mirim para dirigir-se às fontes do rio Negro e daí, seguindo sempre pelo divisor das águas entre os afluentes do Uruguai e os que vão desembocar na lagoa dos Patos, ia terminar na foz do Pepiri-guaçu.

O artigo VIII do Tratado de Santo Ildefonso correspondia na intenção ao artigo V do Tratado de Madri, mas aproveitava os ensinamentos geográficos colhidos com a obra dos demarcadores em 1759. Rezava assim:

"ARTIGO VIII

Ficando já signalados os dominios dambas as Corôas até á entrada do rio Pepiri-guassú, no Uruguai, convieram os dois altos contratantes em que a linha divisoria seguirá aguas acima do dito Pepiri-guassú até á sua origem principal; e desde esta pelo mais alto do terreno... continuará a encontrar a corrente do rio Santo Antonio, que desemboca no Grande de Curitiba, por outro nome chamado Iguassú, seguindo este aguas abaixo até á sua entrada no Paraná, pela sua margem oriental, e continuando então aguas acima do mesmo Paraná até onde se lhe ajunta o rio Igurei pela sua margem ocidental".

Os artigos seguintes estabeleciam que a linha divisória seguiria dali até às cabeceiras daquele rio e por uma reta se ligaria à nascente do mais vizinho afluente do Paraguai, ou seja do suposto rio Correntes; por êle baixaria até ao Paraguai; remontaria êste último até a lagoa dos Xaraies e daí até a bôca do Jauru; donde em linha reta buscaria a margem austral do Guaporé, defronte da foz do Sararé. Estabelecia-se no entanto que, se os demarcadores, ao reconhecerem a região, deparassem entre o Jauru e o Guaporé melhor divisa para caracterizar a raia, a poderiam adotar, preservando sempre como privativa dos portuguêses a navegação do Jauru e o caminho de Cuiabá a Mato Grosso.

Do ponto assinalado pelos demarcadores à margem do Guaporé, a nova linha divisória baixaria êsse rio até ao Mamoré e

ao Madeira. De um ponto a meio caminho entre a confluência do Mamoré e o Madeira e a desembocadura dêste no Amazonas partiria um paralelo rumo de oeste até encontrar a margem oriental do Javari; por êste seguiria até ao Amazonas e por êste até à barra mais ocidental do Japurá, cujo curso remontaria até um ponto que cobrisse os estabelecimentos portuguêses nesse rio e no Negro, assim como a comunicação ou canal entre os dois rios, de acôrdo com o artigo IX do Tratado de 1750, respeitando as possessões espanholas e as comunicações com o rio Orinoco, e proibindo a passagem dos súditos duma Coroa aos territórios da outra. Daí por diante os limites ajustar-se-iam aos afluentes e lagoas que mais se aproximassem do rumo norte até às montanhas divisórias das águas.

Portugal cedia as Filipinas, as Marianas, e renunciava ao reembôlso do que pagara pelas Molucas. Em compensação, a ilha de Santa Catarina, com as armas e as munições aí encontradas, seria devolvida a Portugal, dentro do prazo de quatro meses após a ratificação do Tratado, prometendo o soberano português que em nenhum tempo de paz ou de guerra, em que Portugal não fôsse parte, consentiria em seu aproveitamento como base naval, o que deixa patente quanto os espanhóis reconheciam o valor estratégico da ilha como ponto de ataque para a navegação do Prata.

Finalmente, Portugal cedia ainda as ilhas de Ano Bom e Fernando Pó, além de que se obrigava a abrir as do Príncipe e São Tomé aos navios espanhóis, que aí poderiam refrescar. A proibição de utilizar a ilha de Santa Catarina pelas naus estrangeiras, de guerra ou de comércio, não se aplicava às de Espanha.

Ao analisar o Tratado, Calógeras remata com justiça: "Salvo a modificação ao sul, entre o Oceano e o Pepiri-Guaçu, os dois Tratados de 1750 e de 1777 não divergiam senão em detalhes mínimos. Pode-se dizer que Florida-Blanca, com vinte e sete anos de intervalo, justificava Alexandre de Gusmão". É justo acrescentar que o nôvo Tratado respirava igualmente bons propósitos de concórdia.

Quatro comissões mistas ficavam encarregadas de demarcar a divisa: a primeira, do Chuí ao Iguaçu; a segunda, do Igureí ao Jauru; a terceira, daí ao Japurá; a quarta, que se ocuparia da parte restante.

De fato, apenas a primeira e a terceira trabalharam conjuntamente. Da primeira, conhece-se o trabalho respectivo e o estudo histórico, magistralmente traçado pelo Barão do Rio-Branco sôbre as suas conclusões e dúvidas na "Questão de Limites brasileira-argentina, Exposição do Brasil ao árbitro". Da terceira, se co-

nhecem vários depoimentos dalguns dos membros das comissões mistas, e os estudos, para citar apenas os mais típicos, de Quijano Otero e de Baena.

Importa muito à história do Tratado e dos seus fundamentos geográficos saber-se que desta vez o govêrno espanhol e os seus assessôres técnicos se guiaram para a respectiva redação pelo célebre mapa de Olmedilla. Dêle existe uma edição em oito fôlhas, gravado em 1771, mas, ao que parece, o govêrno espanhol serviu-se, em 1777, duma outra, de 1775, com o seguinte título:

"MAPA GEOGRÁFICO
DE
AMERICA
MERIDIONAL
DISPUESTO Y GRAVADO
PO D. JUAN DE LA CRUZ CAÑO Y OLMEDILLA,
GEOG.[fo] PENS.[do] DE S.M.

individuo de la Real Academia de S. Fernando, y de la Sociedad Bascongada de los Amigos del Pais;

teniendo presentes varios Mapas y noticias originales con arreglo a observaciones astronomicas, Año de 1775". (*)

Superior à *Carta Geográfica da América Meridional* por Antônio Martins da Silveira Peixoto, de 1768, tão cheia de erros pelo que respeita à bacia amazônica, a carta de Olmedilla, dum valor excepcional na história da cartografia americana, representa, na sua data, o mesmo que a de D'Anville, de 1748, para os conhecimentos geográficos sôbre a América Meridional.

Olmedilla trabalhou muitos anos nesse mapa, para cuja confecção dispôs de todos os documentos então existentes nos Arquivos espanhóis. Em 1767, dirigia-se êle ao Marquês de Grimaldi dizendo-lhe que, não obstante dispor já de 62 preciosos planos, que se haviam tirado da Secretaria de Indias, para traçar o seu mapa da América Meridional, lhe pedia ainda ordenasse ao arquivista dessa Secretaria lhe franqueasse as demais cartas em seu poder. (1)

(1) V. Rio Branco, obra cit., vol. II, pág. 182.
(*) Ver nota no final do capítulo, pág. 363.

Do mesmo exame da carta se conclui que Olmedilla dispôs de vários mapas portuguêses, manuscritos e inéditos, conforme as suas próprias legendas, sôbre mais que uma região do território brasileiro. Nós iremos mais longe. E afirmaremos que o cartógrafo espanhol dispôs dalguns mapas que, segundo as instruções e o espírito do Marquês de Pombal, deveriam ser, àquela data, considerados secretos. É o que sucede, em especial, com o *Mapa hidrográfico*, de José Gonçalves da Fonseca, traçado em 1750, e cujos conhecimentos ilustram, sem a menor dúvida, o mapa de Olmedilla.

Desta vez, por conseqüência, o govêrno espanhol, ao aceitar para a parte mais vasta dos limites o mesmo traçado, concebido por Alexandre de Gusmão, em 1750, já não o fazia na ignorância das grandes vantagens que êle trazia para a soberania portuguêsa. Compreende-se melhor que êle, em 1777, se mostrasse mais exigente em garantir a defesa do Prata por uma extensão maior de soberania sôbre a margem esquerda do Uruguai.

Mais tarde ainda, a carta de Olmedilla veio a ter em mãos do Barão do Rio-Branco um valor primacial, pois representava a concepção geográfica que animara o govêrno de Madri, ao assinalar a fronteira pelo Pepiri-Guaçu e o Sto. Antônio.

As comissões mistas da primeira partida contavam com o seguinte pessoal técnico: os portuguêses, o Primeiro Comissário Brigadeiro e Governador do Rio Grande, Sebastião Xavier da Veiga Cabral, o Segundo Comissário Coronel Francisco João Roscio, engenheiros, Capitão Alexandre Eloi Portelli e ajudante Francisco das Chagas Santos,e astrônomos Capitão Joaquim Félix da Fonseca e Doutor José Saldanha; os espanhóis, o Comissário Capitão-de-Navio D. José Varella y Ulloa, o Segundo Comissário, Tenente-de-Navio, D. Rosendo Rico Negron, o engenheiro, Capitão D. Bernardo Lecocq, e geógrafo D. Joaquim Gundin, e para a segunda subdivisão, o Comissário Tenente-de-Navio D. Diogo de Alvear y Escalera, o engenheiro ajudante D. José Maria Cabrer e o geógrafo e pilôto D. André de Oyarvide.

Pelo que respeita pròpriamente aos trabalhos cartográficos, distinguiram-se, pelo lado dos espanhóis, Alvear, Cabrer e Oyarvide; pelo lado dos portuguêses, Roscio, José Saldanha e Portelli. Em especial os dois primeiros. De Francisco João Roscio se pode dizer que representa para as partidas do sul, no último quartel do século XVIII, o que Sá e Faria representou para a cartografia do Brasil Meridional, durante a execução do Tratado de 1750.

ATLAS E CARTAS DOS DEMARCADORES DAS PARTIDAS DO SUL PARA O TRATADO DE S.to ILDEFONSO

ROSCIO, FRANCISCO JOÃO (OU JOSÉ)

I — Planta do Rio Grande de S. Pedro e seus arredores em que se mostra a Entrada, Bancos, Lagamar e Barra na forma que era no anno de 1774. A parte do Norte ou do Nordeste do Rio e alguns pontos da parte do Sul que se devisavão foi elevada em Março de 1774 por Francisco João Roscio e a parte do Sul ou do Sudueste he feita por informaçoens e reduzida dos milhores Planos daquelle terreno.

0,340 x 0,620 m. Escala de 6.000 braças ou 2 léguas.

Original a aquarela.

Biblioteca Nacional

II — Compendio noticiozo do Continente do Rio Grande de S. Pedro até o Destrito do Governo de Santa Catarina, extrahido dos meus diarios, observaçoens, e noticias, que alcancei nas jurnadas, que fiz ao ditto continente nos annos de 1774 e 1775.

Contém uma descrição detalhada do Rio Grande em 21 fôlhas e 3 cartas.

1.ª carta: Planta do Rio Grande de S. Pedro e seus arredores em que se mostra a Entrada, Bancos, Lagamar e Barras na forma que era no anno de 1774. A parte do norte ou do nordeste do Rio e alguns pontos da parte sul que se devizavão foi elevada em Março de 1774 por Francisco João Roscio e a parte do Sul ou Sudueste he feita por informaçoens e reduzida dos milhores Planos daquelle terreno.

Petipé de 6.000 braças ou 2 legoas.

2ª carta: Mappa Chorographico da costa e terreno que da Barra e entrada do Rio Grande de S. Pedro discorre athe o forte de Sta. Thereza.

Petipé de 5 legoas. Escala grafica.

He copiada e reduzida de huma planta feita pellos Espanhoes no tempo que estavão apoderados destes terrenos.

3ª carta: Planta da lagoa de Merim situada ao Sudueste do Rio Grande de S. Pedro. Fazem as légoas todas do comprimento da Lagoa de 63 de Barra a Barra o que terá pella costa dos tapes com pouca diferença, e de largo em partes terá 4 légoas em partes 5 e, partes 6 e sobem 3 a estampa mostra-se segundo a minha vista.

He reduzida e copiada rigorosamente de huma planta feita por hum piloto que navegava esta lagoa em um Iate chamado Latino Del Rey.

Original a aquarela e manuscrito. Existente na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Encadernado em couro amarelado.

III — Carta esférica de la Confederación Argentina y de las «Republicas del Uruguay y del Paraguay que comprehende los reconocimientos praticados por las Primeras y Segundas Subdivisiones «Españolas y Portuguesas» del mando de los Señores Don José Varela y Ulloa, Don Diego Albear, el tenente General Lusitano Sebastian Xavier da Vega Ca-

bral da Camara y el Coronel Juan Roscio em complimiento del Tratado Preliminar de Limites de... 1777». Construida oficiosamente em 1802 por el segundo Comisario, José Maria Cabral (Paris, 1853).

1.000 x 0,60m.

Litografia. Esc. gráf. em milhas marítimas.

Mapoteca do Itamaraty.

IV — Carta do terreno e costa pertencente ao governo da ilha de Santa Catharina, levantada no anno de 1783 por Francisco João Roscio, Coronel de Infantaria em exercício de engenheiro, em companhia dos engenheiros e astronomos de Sua Magestade, destinados para a demarcação de Limites da primeira devizão da America Meridional. 0,500 x 0,660m.

Obs.: É o nº 193 do Cat. de Ponte Ribeiro, onde ocorre:

N.B. É original, e sem dúvida o melhor mapa antigo e moderno que pode consultar-se para dar exata idéia do território que demonstra.

Original aquarelado. — Mapoteca do Itamaraty.

V — Carta geographica do terreno pertencente ao Governo da Ilha de Sta. Catarina, cujos lemites vão notados com a linha de pontinhos com a cor de carmim, claro, e todo o mais terreno comprehendido para o Continente, he imaginario e não conhecido nesta Carta. Levantada em 1783 por Francisco João Roscio Coronel d'Infantaria com exercício de Engenheiro, em companhia dos Engenheiros e Astronomos de Sua Majestade destinados para a Demarcação de Limites para divizão da America Meridional. Copia tirada em Abril de 1812 por Albino Mariano dos Santos Pereira, Tenente de Granadeiros do primeiro Regimento d'Infantaria da Linha da corte do Rio de Janeiro.

0,490 x 1,660 m. Escala de 5 léguas.

Cópia a aquarela. Outra cópia.

Diretoria do Serviço Geográfico do Exército

VI — Códice original existente na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro na seção de Manuscritos com 11 cartas.

Encadernado em couro vermelho.

0,330 x 0,430m.

Mencionado no Catálogo da Exposição de História do Brasil, 1881, sob nº 3.028, e no Catálogo dos preciosos manuscritos da Biblioteca da casa dos Marqueses de Castelo Melhor — Lisboa 1878, nº 208.

Na primeira fôlha vê-se anotado a lápis o seguinte: «Este volume deve ser considerado como annexo a correspondencia descripta sob o nº 10.495 do CEHB e nº 192 do Catalogo do Castelho Melhor».

Folio 1 recto

Mapas particulares extrahidos da Carta da Capitania do Rio Grande de S. Pedro e suas circunvisinhanças athe o Rio da Prata. Construido por Francisco João Roscio Tenente Coronel de Infan-

taria com exercicio de Engenheiro na forma de suas observaçoens feitas nos annos de 1774 athe 1778 e addicionada nos lugares aonde não chegou na forma dos melhores e mais exactos Planos, e noticias athe agora conhecidas para servir de intelligencia dos jornaes, relaçoens, e commissoens que desde o dito tempo lhe tem sido encarregadas pelo Ill.mo e Ex.mo Snr. Vice Rey e Capitão General de Mar e Terra dos Estados do Brasil. Rio de Janeiro em Janeiro de 1783.

A cor encarnada mostra a Raya da parte dos Estudos de Portugal, marcadas na forma que pareceo mais acorde as circunstancias expressadas no Tratado Preliminar de Limites do Primeiro de Outubro de 1777.

Escala gráfica —

Petipé de 30 legoas de que 20 fazem hum grao.

Petipé de 30 legoas de que 18 fazem hum grao.

Folio 2 e 3 em branco

Folio 4 recto

Advertencia

A graduação de longitudes, e latitudes com que estão formalizados os Planos seguintes, deixão sem a menor duvida a sua intelligencia, mas porque na construção delles houve a precizão de se truncarem alguns objectos, ficando parte nos fins de hum plano, e parte nos principios de outro seo imediato, do que poderia resultar algúa equivocação, respectiva à successiva correspondencia dos mesmos, pareceo, não ser fora de proposito dar húa demonstração mais expedita, e perceptivel, por meyo de alguns caracteres indicados com carmim nos lugares em que melhor convem.

O plano 1º concorre com o 2º por .... A — B
e com o 3º .... por .... M — N
O 2º com o 4º .... por .... C — D
O 3º com o 4º .... por .... O — P
e com o 6º .... por .... Q — R
O 4º com o 5º .... por .... E — F
e com o 7º .... por .... K — Z
O 5º com o 8º .... por .... G — H
O 6º com o 7º .... por .... S — T
e com o 9º .... por .... D — E
O 7º com o 8º .... por .... U — X
e com o 10º .... por .... K — I
O 8º com o 11º .... por .... J — L
O 9º com o 11º .... por .... F — G
O 10º com o 11º .... por .... L — M

Folio 5, 6 e 7 em branco

Folio 8 verso e 9 recto

Mapa que comprehende desde o Rio da Prata até o arroyo Negro. Contornando a carta ha uma pequena moldura com os graos marcados na longitude 319º e 321º na latitude 32º a 35º e os dizeres: «Longitudes Oriental continuada da ilha do Ferro — Latitudes Austral ou Meridional".

Numerado I

Folio 10 e 11 em branco

Folio 12 verso e 13 recto

Carta da costa do Brasil desde o Cabo S. Maria até pouco acima do Arroyo do Marisco. Contornando a carta ha uma moldura com os graos marcados.

Latitudes de 32º a 35º 15'

Longitudes 322º a 326º

Numerado II

Folio 14 e 15 em branco

Folio 16 verso e 17 recto

Carta do Rio Uruguay desde o Rio Gualeguai até um pouco acima do rio Ybicuy.

Latitudes 30º a 32º

Longitudes 320º a 321º

Numerado III

Folio 18 e 19 em branco

Folio 20 verso e 21 recto

Carta do Rio Grande desde a Barra do Rio Grande até a Serra Geral.

Latitudes 30º a 32º

Longitudes 322º a 326º

Numerado IV

Folio 20 e 21 em branco

Folio 22 verso e 23 recto

Carta do litoral do rio Grande desde a lagoa do Estreito até Lagoinhas.

Latitudes 30º a 32º

Longitudes 327º a 329º

Folio 24 e 25 em branco

Folio 26 verso e 27 recto

Carta do Rio Grande desde o afluente do Uruguay rio M. Butui-guaçu até o rio Ibiguari-guaçu.

Latitude 26º a 29º

Longitude 321º

Numerado VI

Folio 28 e 29 em branco

Folio 30 verso e 31 recto

Carta do rio Uruguay, rio Taquary e rio Paraná.

Latitude 26º a 29º

Longitudes 322º a 326º

Numerado VII

Folio 32 e 33 em branco

Folio 34 verso e 35 recto

Carta do Litoral desde o Arroyo do Silva até a ilha de São Francisco e Serra Geral de Ximaroens.

Latitude 26º a 29º

Longitude 327º a 329º

Numerado VIII

Folio 36 e 37 em branco

Folio 38 verso e 39 recto

Carta do rio Paraguay desde o rio Purayú até o rio Ypanéguaçu.

Latitude 23º a 26º

Longitude 320º a 321º

Numerado IX

Folio 40 e 41 em branco

Folio 42 verso e 43 recto

Carta do Paraná desde o rio Aguaray-guaçu até o rio das Aguas Belas.

Latitude 23º a 26º

Longitude 322º a 326º

Numerado X

Folio 44 e 45 em branco

Folio 46 verso e 47 recto

Carta do Paraná desde a vila de S. Francisco até o rio Paraná-panema.

Latitude 23º a 26º

Longitude 327º a 329º

Numerado XI

VII — Plano Topografico e Geographico do Canal, ou Alveo do Rio Paraná, e das Embocaduras dos Rios, e Arroyos que nelle desagoão por huma, e outra margem; desde a Embocadura do Rio Iguaçu ou Grande da Curitiba no mesmo Paraná, até o pé do seu Salto Grande, elevado, e reconhecido em Julho, e Agosto de 1788, pellas Partidas das Segundas Subdivizoens da atual Demarcação de Limites.

0,840 x 0,280 m. Escala de 5 léguas de 20 ao grau....

Original a aquarela. — Biblioteca Nacional.

Traz as assin. autogr. de Francisco João Roscio, e de Diogo de Albear.

Acha-se entre vários documentos que acompanham um ofício de Luiz de Vasconcellos e Souza datado do Rio de Janeiro a 17 de agôsto de 1789 e dirigido a Martinho de Mello e Castro sôbre negócios relativos à demarcação de limites da América do Sul entre Portugal e Espanha.

VIII — Plano da cidade do «Rio de Janeiro», Capital do Estado do Brasil.

a) Projectos para fortificar esta cidade pela parte de terra desde Valonguinho athe a Praya de S. Luzia;

b) Reductos destacados para occupar os Padrastos mais proximos da cidade.

c) para embaraçar a passagem da Praya;

d) Projecto para introduzir a agoa do mar nos foços a lhe dar sahida.

0,475 x 0,685. Escala graf. 350 braças.

Original a aquarela. — Mapoteca do Itamaraty.

IX — Plano da "Cidade do Rio de Janeiro Capital do Estado do Brazil". Projecto para fortificar esta cidade, pela parte de terra, e Faxina desde o Forte de N. Snra. da Conceição athé a Praya de S. Luzia.

0,475 x 0,680 m. Esc. gráf. em braças.

Original a aquarela. — Mapoteca do Itamaraty.

X — Planta da Cerra e cabeçeyras dos Rios Cubatão, Tijucas, e Tajahi na terra firme ao Ueste da Ilha de Santa Catharina. Esta planta hé feita

por estimação do Thenente das Ordenanças Joze Luis Marinho, que por Ordem que teve, entrou pello Rio Cubatão abrindo hua picada a descobrir os Campos que se achão ao pé da Cerra copiado por Francisco João Roscio Sargento Major Engenheiro.

0,516 x 0,715 m.

Cópias (3) a aquarela.

Diret. do Serv. Geog. do Exército

AZARA, FELIX DE

I — «Carta esferica ó reducida de las Provincias del Paraguay y Missiones Guaranis con el Districto de Corrientes por Don Felix de Azara, Gefe de la 3ª Division de Demarcadores de limites. Copiada pelo Capitão de Estado Maior de 1ª classe do Exercito Raymundo Maximo de Sepulv.da Everad.

A.M.S. Roiz

4 fôlhas, 0,600 x 0,370m a maior.

Diret. do Serv. Geog. do Exército

A Bibl. Nac. possui 1 cópia a aquarela.

II — Carta esferica ó reducida de las Provincias del Paraguay y Misiones Guaranis, con el Distrito de Corrientes.

La dirigió, costeó, calculó e hizo voluntariamente el Capitan de Navio Dn. Felix de Azara, Gefe de la 3ª Division de Demarcadores de Limites, quien no queriendo defraudar a algunos que le han ayudado ni a la estimacion que merece el Mapa hace saber: que el rio Uruguay se ha dirigido por el Mapa de los Demarcadores del Tratado de 1750. Lo mismo dice del rio Paraná hasta el Pueblo de Corpus: Desde este a Corrientes se ha puesto por la derrota que de su orden hicieron navegando D. Pedro Cerviño y los demás oficiales de la 3ª Division de Demarcadores. De Corrientes para el Sur se ha dirigido hasta el Parana por la Navegacion que hizo el Capitan de Fragata Dn. Juan Francisco Aguirre Gefe de la 4ª Division de Demarcadores; lo mismo confiesa del Rio Paraguay desde Corrientes a la Asuncion. De aqui para el N. se ha tenido presente el Mapa de los Demarcadores del Tratado de 1750.

El Mapa del Curuguati y parte de Aenuy (?) voluntariamente y a sus expenzas lo hizo dho Cerviño quien de orden de su Gefe situó a Concepcion y Belen, y halló las ruinas de los Pueblos; El mismo buscó los datos para hacer la Carta del Distrito de Corrientes, y con el Capitan de Fragata de la Armada Dn. Martin Bueno navegó e hizo la carta del Rio Tibicuary; tambien han acompañado en algunos viages a dho Azara el Alferez de Navio Dn. Pablo Ziur y los referidos menos Boneo.

(Retificado segun el estado del Paraguay).

0,71 x 1,15 m.

Mapoteca do Itamaraty

A guerra entre a Espanha e a Inglaterra, que decorreu desde o ano de 1779 até final de 1782, demorou e prejudicou por parte da Espanha o cumprimento do Tratado de Sto. Ildefonso, no que respeita à demarcação das fronteiras, muito em especial na Amazônia.

Se a Espanha teve como prólogo e base do Tratado de Sto. Ildefonso uma crise política em Portugal, que a beneficiou largamente, e a excelente informação geográfica do mapa de Cruz Cano y Olmedilla, que lhe permitiu ver os problemas com maior objetividade, é certo que durante o largo período de execução do convênio, a primazia na operosidade, no tino político e na competência técnica cabe aos portuguêses. Êste fato avulta, em particular, pelo que respeita à exploração e cartografia da Amazônia.

Manda a verdade dizer-se que nos trabalhos do Sul nenhum dos comissários ou técnicos portuguêses, nem sequer o Coronel Francisco João Roscio ou o Dr. José Saldanha, malgrado os seus grandes e notáveis méritos, igualou, nos serviços prestados, a D. Felix de Azara, comissário espanhol para a segunda partida. Mas é justo igualmente recordar-se que os trabalhos das partidas do sul, pelo lado espanhol, beneficiaram largamente, como se depreende da obra do próprio Azara, com a presença em Buenos Aires do foragido brigadeiro português, e excelente cartógrafo, José Custódio de Sá e Faria.

Em compensação durante os quatorze anos de trabalhos de demarcação na Amazônia, o desequilíbrio no volume e excelência dos trabalhos geográficos e cartográficos realiza-se absolutamente em favor dos portuguêses.

Ouçamos mais uma vez a opinião magistral de Calógeras. São dêle estas palavras de balanço sôbre os esforços dos espanhóis e portuguêses: "Mas, ao contrário do que se dava com os castelhanos, energia, iniciativa, engenho, haviam emigrado para a América. E enquanto o silêncio de Madri imobilizava os comissários espanhóis e lhes criava a mais constrangida situação de meros bonecos paralisados pela rutura dos fios de ligação à metrópole, a audácia, a ocupação efetiva e ativa e a astúcia dos seus colegas do domínio luso de Ultramar lhes ia firmando e alargando progressivamente a posse da terra americana.

Impressiona ainda ver a maneira diferente por que se constituíram as comissões. A portuguêsa, no quarto trecho, tinha por seu comissário-geral, o General João Pereira Caldas, Governador de Mato Grosso, seu primeiro comissário Teodósio Constantino de Chermont, por segundo, Henrique Wilkens de Matos, dois enge-

nheiros e dois astrônomos, e quase todo o pessoal administrativo complementar, necessário. A espanhola, ao contrário, só tinha um engenheiro, que nem sequer sabia astronomia para determinar co-ordenadas; era o próprio primeiro comissário, D. Francisco de Requena, Governador de Maynas, que tinha de constituir, por si só, todo o elemento técnico da comissão. Dependia, pois, dos portuguêses para todo o trabalho de astronomia, como dependia dêles para se mover e se alimentar, tal a penúria com que se organizara a turma castelhana, e tão bisonhos os auxiliares que nem sequer os soldados sabiam caçar ou atirar.

Foi seu trabalho um longo martírio de onze anos, na selva do Amazonas e de seus afluentes". (1)

Também Joaquim Nabuco, e ninguém como êle, prestou justiça e homenagem ao esfôrço e obra dos portuguêses na conquista da Amazônia. Base fundamental e prova dos direitos do Brasil, na sua Memória sôbre o litígio de fronteiras com a Guiana Inglêsa, são as vastas explorações e trabalhos cartográficos de Ricardo Franco, de Silva Pontes, do Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira, de Vitório da Costa e, principalmente, de Manuel da Gama Lôbo de Almada, os quais se ligam todos com os problemas geográficos levantados pelo Tratado de S.[to] Ildefonso.

A nosso ver, a obra científica de portuguêses e brasileiros na Amazônia, durante o último quartel do século XVIII, suscitada tôda ela em volta daquele convênio, é das que mais honram as duas nações, durante tôda a sua história. A cartografia luso-brasileira dos limites do Brasil, durante aquêle período, ombreia com a melhor cartografia portuguêsa do século XVI. Por certo os cartógrafos quinhentistas tiveram mais espírito inventivo e abarcaram espaços terrestres bem mais vastos. Mas os setecentistas excederam-nos com freqüência, no esfôrço, e sempre na exação científica.

Sucede com certos fatos e figuras do passado como com as cumiadas das montanhas: só vistas na distância ganham perfil e relêvo sôbre a massa caótica dos acontecimentos. O tempo é a perspectiva da história; o reagente onde se dissolvem as paixões que perturbavam a visão dos homens e os não deixavam ver e admirar sua grandeza. Foi necessário que na ampulheta do tempo corresse a areia de dois séculos para que os historiadores portuguêses começassem a compreender a sua própria história no Brasil, e, principalmente, durante o século XVIII. Provàvelmente mais tempo há de passar para que historiadores brasileiros e portuguêses façam inteira justiça às grandes figuras dessa época.

Todos ou quase todos os historiadores portuguêses julgaram

(1) *A política exterior do Império*, vol. I, *As Origens*, Rio de Janeiro, 1927, pág. 238.

o Portugal, que vai desde D. Pedro II e D. João V à sua neta D. Maria, pelos tristes descendentes dos heróis da Índia, que em Lisboa queimavam os brios no assalto aos lugares mais próximos do trono e contemplavam o mundo através das nuvens de incenso que sufocavam o confinado ambiente da metrópole. No entanto, se o historiador quiser contemplar com olhos compreensivos o esfôrço português no Brasil e a alta camaradagem em que aqui viveram pioneiros e sábios brasileiros e portuguêses, encontrará quanto baste para ressarcir a severidade do juízo sôbre a decadência da metrópole.

Em 1780, chegava a Belém do Pará o nôvo Governador José de Nápoles Teles de Menezes, com a carta régia que nomeava o seu ancessor João Pereira Caldas, Governador de Mato Grosso. Plenipotenciário geral e chefe das Comissões de demarcação para o rio Negro e Mato Grosso.

Com José de Nápoles chegavam igualmente os engenheiros, astrônomos e cartógrafos, nomeados para assinalar a linha de demarcação. Poucos meses volvidos, organizava o General Pereira Caldas as duas partidas de demarcação: a terceira, para operar em Mato Grosso, composta dos engenheiros Ricardo Franco de Almeida Serra e Joaquim José Ferreira, e dos astrônomos Drs. Antônio Pires da Silva Pontes Leme e Francisco José de Almeida e Lacerda, os dois últimos brasileiros natos; e a quarta, para trabalhar no rio Negro, formada pelo Primeiro Comissário, Teodósio Constantino de Chermont, Tenente-Coronel de artilharia, do Segundo Comissário A. Henrique Wilkens, Sargento-Mor de engenharia, e dos astrônomos, Drs. José Simões de Carvalho e José Joaquim Vitório da Costa, além dos engenheiros Euzébio Antônio de Ribeiros e Pedro Alexandrino Pinto de Sousa. Faziam parte ainda das duas partidas, médicos, capelães, secretários, provedores, uma fôrça de tropa com os seus comandantes e os respectivos índios para a voga e os trabalhos mecânicos.

Em fevereiro de 1782, chegavam a Vila Bela de Mato Grosso os comissionados portuguêses da 3ª partida, os quais durante a viagem águas acima do Amazonas, do Madeira, do Mamoré e do Guaporé realizaram observações astronômicas e trabalhos cartográficos. Durante anos se empenharam em trabalhos semelhantes, nas bacias do Alto Paraguai e do Madeira, mas sem lograr, por culpa mútua de portuguêses e espanhóis, encontrar-se com êstes últimos.

Ineficaz, sob o ponto-de-vista do trabalho em conjunto, restam da missão dos Drs. Silva Pontes e Francisco de Lacerda e do engenheiro Ricardo Franco admiráveis trabalhos cartográficos, real-

çados pela segurança das coordenadas, em especial das longitudes, determinadas pelos dois sábios astrônomos.

Quanto à quarta partida, os portuguêses defrontaram-se e trabalharam em conjunto durante dez anos com uma reduzida e precaríssima Comissão espanhola, chefiada pelo Primeiro Comissário, D. Francisco de Requena, Governador de Maynas e Capitão de Engenharia, mas desacompanhada de outros engenheiros, geógrafos ou astrônomos, o que fazia recair tôda a responsabilidade e trabalhos técnicos da partida sôbre os ombros de Requena.

Êste, embora bom desenhador, não possuía o conjunto de méritos capazes de suprir aquela carência de auxiliares. Não tinha as noções de astronomia indispensáveis para determinar coordenadas; não confiava em si próprio; e vivia no constante receio, aliás em parte legítimo, de ser ludibriado pelos portuguêses. Êle próprio, no conhecimento das suas insuficiências, buscou furtar-se ao encargo. Em carta de 4 de julho de 1778, ao Vice-Rei do Peru, terminava o pedido de recusa por estas palavras: "Estas razones y la confesion ingénua, bajo palabra de honor, que hago a V.E., de no poder, asi como no tengo salud, con mis fuerzas intelectuales desempeñar el encargo que se sirve darme de que levante el mapa de la linea divisoria que señalarem los Comisarios de limites, espero la justificacion de V.E. a concederme la gracia de libertarme de esta nueva comision... Cometeria el mayor delito si me hiciera cargo, sin esta confesion, de semejante obra que pide otros sugetos de más inteligencia que la mia... El ponerme yo à formar un mapa nuevo, seria hacerme responsable de los prejuicios que podrian resultar por mi ignorancia à los interesses de S.M.". (1)

Não obstante, desde 1764, que trabalhara como engenheiro na América espanhola, onde tivera repetidos ensejos de apurar as suas aptidões de cartógrafo.

A sua obra mais notável em cartografia o

"Mapa Geográfico
de la mayor parte de la America Meridional que contiene
los paises por donde debe trazarse
La Linea Divisoria
que divide los dominios de España y Portugal
construido en virtud de Real Orden por el Teniente General
D. Francisco Requena en el año de 1796", (*)

embora inferior ao mapa de Cruz Cano y Olmedilla e eivado de erros tendenciosos, não desluz a cartografia espanhola.

---

(1) V. Quijano Otero, *Limites de la Republica de los Estados-Unidos de Colombia*, tomo I, Sevilha, 1881, pág. 152.

(*) Ver nota no final do capítulo, pág. 363.

Três graves problemas geográficos se punham aos demarcadores da 4ª partida: a exploração e traçado do Javari, pois, segundo o artigo XI do Tratado, a fronteira deveria partir desde um ponto do Madeira, situado a igual distância do Amazonas e da bôca do Mamoré, "por uma linha leste-oeste, até encontrar com a margem oriental do rio Javari"; as conexões entre o Japurá e o Negro, em obediência ao artigo XII, que mandava seguir a fronteira "subindo águas acima da bôca mais ocidental do Japurá, e pelo meio dêste rio até àquele ponto em que possam ficar cobertos os estabelecimentos portuguêses das margens do dito rio Japurá e do Negro, como também a comunicação ou canal de que se serviam os mesmos portuguêses entre êsses dois rios"; finalmente, e em obediência ainda ao mesmo artigo, a fixação "das lagoas e rios que se juntem ao Japurá e Negro, e se avizinham mais ao rumo do norte", de maneira a proteger os estabelecimentos espanhóis no Orinoco e os portuguêses no Negro, envolvendo, naturalmente, os do rio Branco.

Cronològicamente foi êste o problema geográfico a merecer dos portuguêses, em primeiro lugar, a sua atenção. Em 1781, e antes de partir para Mato Grosso, eram o engenheiro Ricardo Franco e o astrônomo Dr. Silva Pontes encarregados de explorar até às suas origens o rio Branco, o que fizeram deixando dêsse rio uma notável carta que foi publicada por Joaquim Nabuco no 2º volume do seu atlas.

Não contente o govêrno da metrópole com os resultados dessa exploração, em 1878, Pereira Caldas encarregava Lôbo de Almada de continuar aquela exploração. Dava-lhe como auxiliares técnicos: o Sargento-Mor Euzébio Antônio de Ribeiros e o astrônomo Dr. José Simões de Carvalho.

Lôbo de Almada devia, informa Ferreira Reis, "reconhecer as cabeceiras do Rupunuri e do Ananaú, e o curso do Serevini e Caratirimani, e verificar a cordilheira por onde deveriam passar os limites estabelecidos no Tratado de 1777, cordilheira em cuja falda se calculava estivessem as nascentes dos rios Branco, Padauyri e Cauaboris; e, na medida do possível, não esquecer de tomar contato com as "fontes dos rios Urubu e Trombetas".

E o mesmo ilustre historiador da Amazônia acrescenta: "De Portugal mandavam que Almada e companheiros fizessem "todas as observações astronomicas e geometricas, que se julgarem necessarias, como também as indagaçõens locais, assim do mesmo rio, como das entradas dos que comunicão com elle, ou desagoão nas suas margens, de sorte que se forme hum Mappa geral do dito Rio, e hũa relação circonstanciada de tudo o que nelle se vir, observar

e indagar assim pelo que respeita às vantagens que delle se podem tirar, como aos sitios por onde podem vir a elle os Hespanhois, Hollandezes ou Francezes". (1)

Através de grandes perigos e sacrifícios, Lôbo de Almada e seus companheiros cumpriram a difícil missão, da qual nos legou a "Descripção relativa ao Rio Branco e seu territorio", e dos mapas do mesmo rio, uma e outros publicados por Joaquim Nabuco no 1º volume dos *Documentos portuguêses*, anexos à primeira *Memória* sôbre as *Fronteiras do Brasil com a Guiana Inglêsa*, e no 2º volume do Atlas. As cartas aparecem ali como sendo da autoria de Lôbo de Almada, quando seria mais correto atribuí-las ao grande explorador e ao astrônomo e cartógrafo José Simões de Carvalho, que as delineou e assinou.

Quanto ao problema das conexões entre o Japurá e o Negro, também veio a ser resolvido por Lôbo de Almada. Antes dêle no entanto, Henrique Wilkens de Matos, em 1781, fizera as primeiras explorações, continuadas no ano seguinte pelos dois comissários, espanhol e português, que exploraram o rio dos Enganos, reconhecido e cartografado por José Simões de Carvalho.

Mas, só durante os anos de 1785 e 1786, Lôbo de Almada conseguia resolver o problema, encontrando as respectivas passagens entre os dois rios: "A primeira, diz Ferreira Reis, pelo Yucari-Cananari-Apaporis. Entre o Yucari e o Cananari um trecho por terra de apenas doze horas. Do Apaporis, da maloca dos Camacumans, em quinze minutos por terra, estava-se no Japurá.

A segunda, pelo Tiquié-Japuparaná-Piriparaná-Apaporis-Marutiparaná. Do Tiquié ao Japuparaná, por terra, cortando o Tairara, nove dias. Do Apaporis ao Marutiparaná, apenas meio dia.

A terceira pelo Ununhan-Ussaparaná-Apaporis. Do Ununhan ao Ussá, um dia por terra.

Não havia, assim, como verificou segura e minuciosamente, ligação constante fluvial. As comunicações se operavam por terra.

De todos os cursos levantara ótima carta, com indicações precisas e preciosas, acompanhadas de relatórios detalhados, em que descrevera as peripécias das jornadas, sem retórica, sem preocupações de períodos engordados a adjetivos. Não esquecendo de registrar com tôda a simpatia e carinho o esfôrço dos companheiros". (2)

Mas tanto esta como a exploração do rio Branco, se fizeram por mera iniciativa dos portuguêses, e, em grande parte, sem conhecimento dos espanhóis.

---

(1) A. C. Ferreira Reis. *Lôbo d'Almada*, 2ª edição, Manaus, 1940, págs. 17-18.
(2) Obra cit., pág. 13.

O mesmo sucedeu com a exploração do Javari, que foi realizada clandestinamente, durante o ano de 1787. Essa difícil emprêsa foi levada a cabo pelo engenheiro Pedro Alexandrino Pinto de Souza e pelo astrônomo José Joaquim Vitório da Costa, que subiram o rio até 5° 10' de lat. S. e calcularam com grande aproximação que as fontes respectivas ficassem por 6° da mesma latitude. Dessa exploração existe igualmente uma carta que faz honra ao geógrafo e ao astrônomo. Sob a notabilíssima expedição, fêz o ministro Fonseca Hermes uma comunicação ao recente Congresso de Geografia, aproveitando para isso a relação da mesma exploração, documento inédito descoberto recentemente por Ferreira Reis.

Existe igualmente, com a data de 1782, uma interessante carta da foz do Javari, por Euzébio Antônio de Ribeiros.

Damos, em apêndice, uma lista das principais cartas sôbre os trabalhos da 3ª e 4ª partidas. Das principais apenas. A totalidade, por inventariar, formará acervo, que deverá orçar por várias centenas.

Êsse esfôrço representa uma vasta revolução na geografia e cartografia da Amazônia, incluindo os mesmos domínios espanhóis.

Dentre as cartas mais notáveis da 4ª partida, citemos:

> "Carta geográfica das viagens feitas nas Capitanias do rio Negro e Mato Grosso desde o ano de 1780 a 1789, para servirem de base à demarcação dos Limites das ditas Capitanias a respeito dos Domínios espanhóis a elas contíguas, pelo Dr. em Matemática José Joaquim Vitório da Costa". (*)

Esta carta, que foi também publicada por Joaquim Nabuco no II volume do seu Atlas, representa o balanço dos trabalhos das duas partidas demarcadoras do norte, com a respectiva atribuição aos membros dessas Comissões. Com efeito, ao lado da carta lêem-se as seguintes

"Notas"

Viagens do Oriente ao Ocidente e pessoas que as fizerão sobre quem cumpre julgar da exatidão desta carta.

R. das Amazonas

De Santarem a Ega pelos astronomos José Simões de Carvalho e José Joaquim Vitorio.
de Tabatinga para cima por viajante discursivo.

(*) Ver nota no final do capitulo, pág. 363.

R. das Trombetas, Guatumá e Urubu, o primeiro até a primeira cachoeira, o segundo e terceiro até as suas cabeceiras por Viajante Discursivo.

o das Trombetas ha bons fundamentos que nasce na serrania e perto da nascente do R. Rupununini.

R. Madeira e os mais Austrais
pelos Astronomos

Antonio Pires de S. Pontes e Fr.co José de Lacerda

R. Negro e seus confluentes

da boca até Barcelos pelos Astronomos José Joaquim Vitorio, e José Simões de Carvalho.

de Barcellos até ao Serro Cucui pelo Astronomo

Francisco José de Lacerda

o rio Branco e seus confluentes e tudo o que he da Serrania, que fica ao Norte pelo Astronomo

José Simões de Carvalho

de hũa parte os R. Urubaxi, Uaiuná, Uneuixi, Xiuará, Marié, e as passagens para os Marauha, Cumapi, Puapuá;

de outra parte o R. Cauaboris, seus confluentes e suas comunicações com o R. Baximonari e este Rio

pelo habil oficial Militar

Manuel da Gama Lobo;

o R. Uaupés, até o Jucari, e a passagem para o Cananari pelo Astronomo José Simões de Carvalho;

o resto do Uaupés seus confluentes e passages destes para os confluentes do Apaporis;

os R. Issana, Xié, e passage deste para o Pamá, o Pamá até à boca e daqui descendo o R. Negro até o Serro Cucui,

pelo dito Oficial Militar;

R. Japurá e seus confluentes

este e os que com elle sahem da falda da Cordilheira

pelos Astronomos

José Joaquim Vitorio e José Simões de Carvalho;

o Apaporis da boca até ao Cananari, este e a passage para o Jucari pelo

Astronomo José Simões de Carvalho;

o resto do Apaporis, seus confluentes e passages p.a os R. colateraes

pelo dito Oficial Militar;

R. Içá

por Viajante discursivo;

R. Javari

pelo Astronomo José Joaquim Vitorio".

Por forma geral estas cartas, em especial as dos astrônomos, denunciam a influência de Miguel Ciera, de quem foram discípulos, e de Sá e Faria cujo estilo, mais ou menos semelhante, refletem.

LISTA DE CARTAS DAS PARTIDAS DO NORTE

1) RIBEIROS (EUSEBIO ANTÔNIO DE)

I — Mapa geografico da capitania do Rio Negro, onde vão notadas as suas comunicações com o Rio Japurá, pelos Rios Urubaxi, Unuixi, Chiuará, Mariá, e Uaupés, que desagoão no dito Rio Negro, e se comunicão com os Rios Maroti paraná, Amanui-paraná, Pureo, Veya, e Uapuapori, q̃ desagoão no Japurá. Igualmente vão notadas as comunicações do Rio Negro com o Orinoco, pelos Rios Xaxiquari, Hiniuiní, Sumité, Atacaú, Hentridá e Auiari, segundo as noticias d'alguns praticos, q̃ tem navegado os ditos Rios, sem outra inteligencia mais, q̃ o conhecimento d'os navega: dadas em Novbr.º de MDCCLXXX. 0,463 x 0,377 m.

Original. Abaixo lê-se — de Ribeiros — Aquarela.

Diret. do Serv. Geog. do Exérctio

II — Plano, que comprehende a distancia, entre S. F.co Xavier da Tabatinga e a boca do Ryo Javary, situada em 4 graos e 17 1/2 de Latitude Meridional, e na Longitude 71 grs. e 53 1/2 ao Occidente do Meridiano de Paris, com parte do mesmo Ryo tẽ o lugar onde naveguei. Expoem juntamente a distancia entre a fós do dito Rio, e o marco de Limites, colocado na margem Austral, quasi na direção d'Oes, Noroeste, a Leste da boca do Javari. Contem tambem este mapa a Ilha de Javary, Arosseiro, Taxi, e parte d'Aramaça, Ilhas té o presente não lançadas em Cartas. S. F.co Xavier de Tabatinga XXIV de Julho de MDCCLXXXI Eusebio Antonio de Ribeiros, Sargento Mor Engenheiro. 0,45 x 0,76 m.

Biblioteca Nacional

Original, a aquarela. Uma cópia de 1860 (Serv. Geog. do Exército). Há na Mapoteca do Itamaraty um original, com a mesma legenda, colorido, com a data do ano (1781) e com a assinatura de Eusebio Antonio de Ribeiros, Sargento-mor de Engenheiros. Escala de uma légua de 20 em grau. 0,75 x 0,488 m.

III — Delineaçam de hũa parte do rio Solimões situada entre o desagoadoiro do Uatyparaná e a fos do rio Tefé. Erigiu e delineou Eusebio Antonio de Ribeiros, Sargento mor Engenheiro. Antigo Tapy ou Tefé VII de Desembro de MDCCLXXXII. 0,602 x 1,430 m. Original, a aquarela.

Map. do Itamaraty

IV — Plano que compreende a distancia entre S. F.co Xavier da Tabatinga e a boca do Rio Javary, situada em 4 graos 17 minutos e 30' segundos de Latitude Meridional, com parte do mesmo rio. Levantado em 1782 por Eusebio Antonio de Ribeiros nas Demarcações de Limites. Mostra tão bem a linha recta tirada de Tabatinga à foz do Apaporis em conformidade do Tratado de Limites concordando com a Republica do Peru em 23 de Outubro de 1851. Rio de Janeiro Março de 1861. Conselheiro Duarte da Ponte Ribeiro. Izaltino José Mendonça de Carvalho.
0,488 x 0,765 m.
Cópia. Escala de 1 légua de 20 em grau.

Map. do Itamaraty

V — Plano que representa a figura d'uma parte do Rio Solimões comprehendida entre S. F.co Xavier da Tabatinga e o Rio Uauparaná... Mostra os Rios que tem os seus desagoadoiros tanto na margem Septentrional como na Meridional e os lugares onde erigidos foram os Marcos de Limites com todas aquellas Ilhas, que na perigosa Navegaçam deste caudaloso rio se descobriram as quais vam situadas no seu respectivo lugar cujas denominações foram dadas pelos Indios praticos do Pays. Erigio, e delineou Eusebio Antonio de Ribeiros Sargento Mor Engenheiro. Antigo Tapi ou Tefé. 0,459 x 1,590 m. Original, a aquarela.

Map. do Itamaraty

VI — Mapa que mostra o confluente dos Rios Negro, e Solimões, e a direcçam, que toma o Amazonas. Erigio o delineou Eusebio Antonio de Ribeiros, Sargento Mor Engenheiro. 0,343 x 0,520 m.
Original, a aquarela. Uma cópia sem data.

Diret. do Serv. Geog. do Exército

2) PINTO DE SOUZA (PEDRO ALEXANDRINO)

I — Plano de huma pequena parte do rio Amazonas, que mostra a situação da boca do canal Avati-paraná, cujas aguas vão ao rio Yupurá, na qual, por ser a communicação mais Occidental entre estes dois rios, se colocou o Mº de Limites das Coroas de Portugal e Espanha em 16 de setembro de 1781.

Copiado e reduzido pelo Capam Pedro Alexandrino Pinto de Souza. Há à margem direita, uma legenda explicativa: A — Boca do canal

Auaati paraná de 26 varas de largo e de 8 braças de profundidade na veia da agua, cuja profundidade vai diminuindo até ficar em huma, crescendo depois esta proporção que avisinha o rio Yupurá; B — Parte do mesmo canal, que vai encontrar o dito rio Yupurá; C — Marco de limites colocado na ponta occidental da dita boca sobre engradamentos, e pilotagem para elevar as maiores enchentes, em 2° 31' de latitude A. e em 69° 41' de longitude Occidental do Observatorio de Paris.

D. — Roçado para ficar visivel o marco.

E — Lagoa que deixa a vasante do Amazonas. Abaixo desta legenda há a seguinte nota: «São Espanholas as varas ditas». Escala do perfil de 0° a 3° (varas de 4 p.).

Esc. gráf. de légua comum de Espanha de 26 1/2 em grau e de 50 varas cada uma. Original, a aquarela, manuscrito.

Map. do Itamaraty

II — Carta geografica da viagem que se fes da Villa de Ega no rio deste nome à cachoeira grande do rio Japurá, cujo petipé assignado para denottar a vigesima parte do grao he a polegada Parisiense. Mais abaixo há uma nota explicativa:

"Esta carta vai divid[a] em tres folhas a 1[a] comprehende o espasso desta a villa de Ega até o rio Auati, a 2[a] o espasso desde o dito Auati até o rio Apapuris, a 3[a] o espasso desde o dito Apapuris até a foz da 2[a] cachoeira grande".

Esc. gráf. em léguas de vinte em grau.
Longitudes Orientais, à ilha do Ferro — de 311° 43' a 312° 41' e Latitudes Austrais de 1° 5' 3" a 3° 2' (divisões de três em três minutos).

0,66 x 0,90 m.

Original, manuscrito.

Assig. autogr. de Pedro Alexandrino Pinto de Souza, Cap[am] de Infanteria com exercicio de Engenheiro.

Map. do Itamaraty

III — Carta geographica do rio Javari M.DCC.LXXXVII.

0,466 x 0,932 m.

Original com as assig. autogr. do Dr. e Capitão José Joaquim Victorio da Costa e Capitão Pedro Alexandrino Pinto de Souza.

O Itamaraty possui 1 cópia moderna.

Diret. do Serv. Geog. do Exército

IV — Carta de parte do porto de Macapá por ordem do Ill.[mo] e Exm.[o] Sr. D. Francisco de Souza Coutinho (Por Pedro Alexandrino Pinto de Souza).

0,832 x 1,128 m.

Original com a assin. do autor.

Diret. do Serv. Geog. do Exército

V — Carta da bahia de Macapâ feita por ordem do Ex.[mo] Governador e Capitão General do Estado do Pará D. Francisco de Souza Cou-

tinho. Anno 1800. Copiado de P.º Al^ino^ Pinto de Souza T.^e^ Coronel Engenheiro — 2ª via.

Cópia oficial e contemporânea. A traço de pena.

0,350 x 0,490.

B. Nacional

VI — Plano que expoem a delineação dos marcos que hão de ser collocados; hum junto a fos do rio Iavari, outro na boca mais Occidental do rio Yapurá.

0,333 m de alto.

Original, com a respectiva inscrição dos marcos.

Diret. do Serv. Geog. do Exército

VII — Configuração do rio Japurá athe a segunda cachoeira grande. Feita na deligencia do antecipado conhecimento do mesmo rio por ordem régia no anno de M.DCC.LXXXI. Levantada por Pedro Pinto de Souza Capitão Engenheiro e Joze Simoens de Carvalho Doutor em Mathematica e posto em limpo por Joaquim Joze Ferreira e Ricardo Franco de Alm.^da^ Serra, Càp^ans^ Engenheiros.

0,278 x 0,662 m.

Original, a aquarela, e duas cópias uma sem data, outra de 1853.

Diret. do Serv. Geog. do Exército

3) Victorio da Costa (José Joaquim)

I — Carta geographica das viagens feitas nas capitanias do rio Negro e Matto-Grosso desde o anno de 1780 até 1789 para servirem de base a demarcação dos limites das ditas Cap^as^ a respeito dos dominios Hespanhoes a ellas contiguas por José Joaquim Victorio da Costa Dr. em Mathematicas.

0,582 x 0,747 m.

B. Nacional

Cópia, a aquarela. Abaixo lê-se «Izaltino José Mendonça de Carvalho copiou".

Publicado no II vol. do Atlas de Joaquim Nabuco.

II — Plano da viage feita no rio Apaporis em M.DCC.LXXXII. Corregido sôbre as Latitudes, e Longitudes observadas por Dr. José Joaquim Victorio da Costa.

0,45 x 0,58 m.

Há nas margens uma escala gráfica, desenhada: Longitudes orientais à ilha do Ferro.

Map. do Itamaraty

III — Carta geographica do rio Javari. M.DCC.LXXXVII.

0,466 x 0,932 m.

Original com as assig. autog. do Dr. e Capitão José Joaquim Vitorio da Costa Capitão Pedro Alexandrino Pinto de Souza.

Diret. do Serv. Geog. do Exército

IV — Configuraçam Geografica e original das viagens da Tabatinga, athé o rio Vaati-paranã. 1781.

Escala de 12 minutos e 4 léguas.

No centro da carta há uma legenda com a seguinte indicação: «Plano que representa a figura de huma parte do rio Solimoens comprehendida entre S. Francisco Xavier da Tabatinga, e o rio Avati-paranã, este situado em 2° 31' de lat. M. e 39° 41' 30" de long. a Oeste do meridiano de Paris, aquele em 4° 14' de lat. S. e 71' 52" de long. Oeste do mesmo meridiano. Mostra os rios que tem os seus desaguadoiros tanto na margem Sept. como na Mr. e os lugares aonde erigidos foram os marcos de limites com todas aquelas ilhas que na perigosa navegação deste caudaloso rio se descobrirão, as quais vão situadas no seu respectivo lugar, cujas denominaçoens foram dadas pelos Indios praticos do Pais. A variação da agulha he na Tabatinga de 8°3' E.

Pos-se este 2° M.° neste Plano de D.or José Joaq.m Victorio da Costa p.a asimilhallo ao de Eusebio Ant.° de Rib.ros Sarg° Maior de Engenheiros, que ficou p.a os negocios da Demarcação».
0,48 x 1,80m.

Map. do Itamaraty

V — Porção do rio Solimoens entre Avati-paranã e Ega correcta sobre as Longitudes e Latitudes por Jozé Joaquim Victorio da Costa.
0,562 x 1,459 m.

Original, a aquarela.

Diret. do Serv. Geog. do Exército

VI — Idéa graphica grosseira de hua parte do Amazonas pa intelligencia da Carta (alias-á) S. Exa de 25 de Março de 1799. (Pelo sargento-mor engenheiro José Joaquim Victorio da Costa). 0,400 x 0,280 m.

A traço de pena da própria mão do autor.

B. Nacional

VII — Colleção de cartas do Rio das Amazonas desde a foz do R. Tapajós até a foz do R. Negro em grande escalla, com os fundos, baixos e notas para a navegação do Alto bordo; mandadas pelo Ill.mo e Exmo. Sr. Capam G.ral do Pará D. Francisco de Souza Coutinho; levantadas sobre o Loch e a agulha magnetica, e corrigidas sobre observaçoens de longitude, latitude, e declinação da agulha pelo Dr. em Mathematica, e Sargento Mor Engenheiro José Joaquim Victorio da Costa. 1797.

8 fôlhas, 0,576 x 0,901m em cada uma mais ou menos.

Original, a traço de pena. Uma cópia a aquarela feita no Real Jardim Botânico de Lisboa por Manuel Tavares da Fonseca.
Mais duas cópias, uma sem data e outra de 1861.

Diret. do Serv. Geog. do Exército

VIII — II cartas do canal boreal do rio das Amazonas desde a barra boreal de Bailique até à praça de Macapá; mandadas pelo Ilmo e Exmo. Sr. Cap.am Ge.ral do Pará d. Francisco de Souza Coutinho; levantadas sôbre triangulos apertando o canal traçados e medidos pello Dr. em Mathematica, e Tenente-Coronel José Joaquim Victorio da Costa. 1800.

2 fôlhas, 0,878 x 1,782 m.

Original. — Uma cópia de 18... As mesmas cartas reduzidas.

1 fôlha 0,699 x 0,566 m. Cópia — mais quatro cópias, uma sem data e as outras de 1855, 1862, 1870.

Diret. do Serv. Geog. do Exército

IX — Barra Austral do Amazonas e seus canaes até o seu concurso em frente de Chaves levantada pelo Cap.m de Fragata Jozé Joaq.m Vit.o da Costa sobre hua serie de triangulos encadeados sobre duas bazes medidas. Em 1801.

0,491 x 0,902 m.

Original. Escala de 1 légua ou 3 milhas. — Uma cópia de 1872, a aquarela.

Diret. do Serv. Geog. do Exército

X — Planta do Forte de S. Gabriel da Cachoeira. No Rio Negro. (Por José Joaquim Victorio da Costa) 1809.

0,220 x 0,190 m.

Original, a aquarela. Escala de 25 varas.

B. Nacional

XI — Planta e (perfil) do Forte de São José de Maribitanas. No Rio Negro. (Pelo Gov. da Capitania José Joaquim Victorio da Costa) 1809.

0,243 x 0,170 m.

Original com a assin. autog. do autor.

A aquarela. Escala de 25 varas.

Diret. do Serv. Geog. do Exército

XII — Planta do Forte de S. Joaquim do Rio Branco (Por José Joaquim Victorio da Costa) 1809.

0,160 x 0,150 m.

Original, a aquarela, escala de 25 varas.

B. Nacional

XIII — Configuração do rio Japurá até a segunda cachoeira grande feita por ordem regia em 1781.

Todos os Rios, ou Canaes d'agoas, que se observão até a bocca do Rio Japurá, são entre Ilhas do Rio Solimões.

0,305 x 0,690 m.

Cópia a aguada de nanquim e toques de aquarela.

Nos. 74 e 83 do cat. de Ponte Ribeiro. Em o nº 83 ocorre: «Este mappa foi destinado a mostrar a exploração que o Comissario João Pereira Caldas mandou fazer pelo Comissario Chermont segundo Commissario Wilkens, e Victorio da Costa, antes que chegasse a Commissão Hespanhola, afim de ver se havia comunicação do Japurá para o Rio Negro, sobre o canal que no tratado preliminar se estipulou entre aqueles dous rios.»

Há 2 cópias tiradas que estão no Serv. Geog. do Exército.

0,624 x 0,676 m.

Cópia, a aquarela.

Outra cópia de 1844?

Map. do Itamaraty

4) CARVALHO (JOSÉ SIMÕES DE)

I — Plano geographico da Capitania de S. José do Rio Negro no Estado do Gram Pará, segundo as diligencias e exames feitos para as Reaes demarcações na Fronteira da mesma Capitania por ordem do Ill.mo Exmo. Snr. Cap.am G.al P.al Comissario João Pereira Caldas durante o tempo de sua Commissão desde o anno 1780 até o de 1789.

Por ordem do mesmo Sr. Fez o Dr. José Simões de Carvalho. S.L. (Rio) Imprensa Nacional s.d.

Escala de 40 leguas.

0,610 x 0,920 m.

Map. do Itamaraty

II — Configuração do rio Japurá athé a segunda cachoeira Grande Feita na diligência do antecipado conhecimento do mesmo rio por ordem regia no anno MDCCLXXXI. Levantada por Pedro Alexandrino Pinto de Souza e José Simoens de Carvalho, Doutor em Mathematica e posto em limpo por Joaquim Jozé Ferreira e Ricardo Franco de Almeida Serra. Cap.ans Engenheiros.

0,278 x 0,662 m.

Original, a aquarela.

Duas cópias, uma sem data e outra de 1853.

Diret. do Serv. Geog. do Exército

III — Carta do Auati-paranã obtido no ano M.DCC.LXXXI. Por Dr. José Simoins de Carvalho.

0,414 x 0,832 m.

Original a traço de pena.

Map. do Itamaraty

IV — Carta do Rio dos Enganos, e seus confluentes tirada no anno de M.DCC.LXXXII por Dr. José Simoins de Carvalho.

Há uma nota:

«Todo o terreno neste plano se observou montanhoso, mas não notavelmente».

Escala gráfica. Abrange de: 304º 39' a 305º 27'. (Graus e minutos de longitude Orientais contados da Ilha do Ferro); de 0º a 36' de latitude N. e 0º 33' de lat. S.

0,49 x 0,73 m.

Original, manuscrito.

Map. do Itamaraty

V — Planta, Perfil, e Prospecto do Forte de S. Joaquim no Rio Branco tirada no anno 1787 por Cap. Eng. José Simoins de Carvalho.

0,345 x 0,464 m.

Original, a aquarela.

B. Nacional

VI — Carta do Rio Branco e seus confluentes; levantada e construida pelo Dr. em Mathematica e Cap.am Engenheiro José Simoens de Carvalho, na occasião do Exame, que por ordem regia se executou em o anno de 1787.

Trasladada de reducção pelo Mesmo Eng.º.

0,480, x 0,380 m.

Original, a aquarela.

B. Nacional

O Serv. Geog. do Exército possui uma cópia de 1860.

Publicada no Atlas de Joaquim Nabuco II Vol.

VII — Plano Geographico do Rio Branco e seus confluentes, e cabeceiras do Rapunuri, o qual por ordem do Illmo. e Exmo. Sor. Capitam General Joam Pereira Caldas fes levantar o Coronel Manoel da Gama Lobo de Almada em rezulta da pessoal exploraçam de que foi incumbido no anno de M.DCC.LXXXVII. «D.or José Simoens de Carvalho». «Erigio e delineou Eusebio Antonio de Ribeiros, Sargento Mor Engenheiro, Barcellos do Rio Negro XXX de Outubro de M.DCC.LXXXVIII.

1,221 x 0,650 m.

Original, a aquarela, com a assin. autogr. do Dr. José Simões de Carvalho.

Escala de 60 milhas.

B. Nacional

O Serv. Geog. do Exército possui uma cópia de 1843.

Publicado no Atlas de Joaquim Nabuco II Vol.

VIII — Reconhecimento dos Baxos interior e exterior da Tejóca, e do que denominão de S. João; com a curva de caminho que se fez por fóra d'elles, na entrada para o Pará com o Comboi no fim do anno 98. Executado por ordem do... Gov.dor do Pará D. Francisco de Sousa Coutinho, por José Simoins de Carvalho. Ten.te Coronel Engenheiro. 1799.

0,482 x 0,603 m.

Original.

Map. do Itamaraty

IX — Carta que comprehende porção do Rio Negro desde a Villa de Barcelos, até ao posto de Maribatanas fronteiro; o Rio Uaupés desde a sua foz até á sua comunicação, ou trajecto de terra na Yucarí para o Rio Apaporis; desta comunicação, o Apaporis, até à sua foz no Rio Japurá; e a porção deste entre suas grandes cachoeiras, e o ponto onde lhe concorre Auati-paraná, a mais occidental entrada, ou bocca do Japurá no Rio Solimões. Levantada em annos 81, 82 e 91, por motivo das Reaes Demarcações por José Simões de Carvalho Tenente-Coronel Engenheiro empregado nas mesmas.

0,485 x 1,402 m.

Cópia, a aquarela. Villas Boas desenhou, 1841.

B. Nacional

Existem três cópias de 1850, 1875, 1876, na Diret. do Serv. Geog. do Exército.

X — Plano que representa porção do rio Solimoens entre as duas disputadas bocas mais occidentais do rio Japurá para a acordada demarcação de lemites. Cap.am José Simoins de Carvalho.

0,450 x 0,690 m.

Originais (2) a aquarela, com a assin. autogr. de Simões de Carvalho e uma cópia moderna.

Map. do Itamaraty

Diret. do Serv. Geog. do Exército

XI — Plano geografico do Rio Branco e seus confluentes dividido em duas estampas: a primeira comprehende desde sua boca até o parallello de 2.º boreaes, a segunda desde o mesmo paralello até o alto da cordilheira que corre leste oeste entre suas cabeceiras e vertentes para o rio Orinoco, levantado e construido pelo Dr. em mathematica e cap.am engenheiro José Simoens de Carvalho na occasiam do exame que de ordem regia se executou neste anno MDCCLXXXVII.

1,010 x 0,710 m.

Original, a aquarela, com a assin. autogr. do Dr. José Simões de Carvalho, seu autor. Escala de 20 léguas.

B. Nacional

XII — Carta Hidrografica das entradas para o Rio Amazonas no Estado do Grão Pará. Comprehende desde o lugar das Salinas, a costa,

com a posição verdadeira dos Bachos da Tejóca, que decorre athé o ancuradouro no porto do Pará. Adjunto o Rio Capim athé a sua vertente; e a grande parte do R. Mopũ, Egarapé-miri, que pega no R. Tucantins, constante caminho do Pará para o Amazonas, por abrigado. Levantada por Ordem do Illmo. Exmo. Snr. G.^{ov} e Cap.^{am} G.^{al} D. Francisco de Souza Coutinho. Por José Simoins de Carvalho.

0,872 x 1,65 m.

Original com a assin. autogr. do autor.

A Mapoteca do Itamaraty possui duas cópias de 1852, 1872.

Diret. do Serv. Geog. do Exército

XIII — Plano hidrografico da costa entre a Bahia do Sol, e o lugar das Salinas, d'onde se recebe o Pratico da Tejóca; e a posição dos mesmos Bachos. Levantado por José Simoins de Carv.^{o} seg.^{o} as Ordens do Illmo. e Exmo. Snr. G.^{or} e Cap.^{am} Gn.^{l} do Pará D. Francisco de Sousa Coutinho.

0,382 x 0,530 m.

Original a aquarela.

Duas cópias de 1862 e 1870.

Diret. do Serv. Geog. do Exército

XIV — Carta hidrografica das entradas para o Rio Amazonas no Estado do Grão Pará. Comprehende desde o lugar das Salinas, a costa com a posição verdadeira dos Bachos da Tijóca, que decorre athé o ancuradouro no porto do Pará.

Adjunto o rio Capim athé sua vertente; e grande parte do Rio Moju, Egarapé-Merim que pega no rio Tocantins.

Levantada por ordem do Ill.^{mo} e Ex.^{mo} S.^{r} G.^{or} e Cap.^{am} G.^{nal} D. Francisco de Sousa Coutinho. Por José Simois de Carvalho.

0,870 x 0,990 m. Esc. gráf. em milhas.

Original a aquarela, com a ass. autog. do autor. Oferecida ao Conde de Anadia pelo governador.

Diret. do Serv. Geog. do Exército

Duas cópias, de 1852 e 1870, na Map. do Itamaraty.

5) ALMADA (MANOEL DA GAMA LÔBO DE)

I — Plano geografico do rio Branco, seus confluentes e cabeceiras do rio Rupunuri o qual por ordem do... capitão General João Pereira Caldas fez levantar o Coronel Manoel da Gama Lobo de Almada

em resulta (sic) da pessoal exploração do que foi incumbido no anno de M.DCC.LXXXVII.

D.or José Simoens de Carvalho. Erigio e delineou Eusebio Antonio de Ribeiros, Sargento Mor Engenheiro. Barcellos do Rio Negro XXX de Outubro de M.DCC.LXXXVIII.

1,221 x 0,650 m. Esc. gráf. de 60 milhas.

Original a aquarela, com a ass. autog. de José Simões de Carvalho.

B. Nacional

Uma cópia de 1843, na Diret. do Serv. Geog. do Exército, e seis (1843, (2), 1855, 1864, 1887 e 1896) na Map. do Itamaraty.

II — Mappa das comonicaçoens do Rio Negro e Japorá.

0,175 x 0,364 m.

Original, e uma cópia de 1871.

Diret. do Serv. Geog. do Exército

A Bibl. Nacional possui cópia feita por L. A. da Silva Beltrão em 1844 e o Arquivo Histórico do Itamaraty, outra intitulada: "Curva do Rio Negro, conforme o mappa do coronel Manuel Gama Lobo de Almada."

III — Mapa das Comunicaçoens do Rio Negro para o Japurá. As linhas que medeão entre os Rios demostrão os. . .de terra que ha de passar nas suas comunicações.

Original a aquarela, com a ass. autog. de Manoel Lobo d'Almada.

Biblioteca e Arquivo Público do Pará

Publicado na obra de Arthur Cezar Ferreira Reis: "Lobo d'Almada — Um estadista colonial".

IV — Mappa em que se mostrão 3 comunicaçoens do R. Negro pª o Japurá por 3 bocas superiores à do Rio Uaupés: a 1ª pelo rio Xié, a 2ª pelo rio Issana; 3ª pelo R. Thomon.

A linha de pontos pretos denota o caminho q. já fica averiguado e reconhecido: Os pontos encarnados mostrão a direção que pouco mais ou menos averá para sahir ao Japurã.

Original a aquarela com a ass. autog. de Manoel da Gama Lobo d'Almada.

Publicado no livro "Lobo d'Almada — Um estadista colonial" de Arthur Cezar Ferreira Reis.

Biblioteca e Arquivo Público do Pará

V — Comunicação do Rio Uaupés para o Japurá, pelo Rio Iucarí, ou Painaré paraná.

Os riscos que cortão os rios são cachoeiras. Assin. Manoel da Gama Lobo d'Almada.

Original manuscrito. Biblioteca e Arquivo Público do Pará

Publicado no livro «Lobo d'Almada — Um estadista colonial» de Arthur Cezar Ferreira Reis.

VI — Mappa em que se demostrão duas comunicaçõens do Rio Uaupés para o Japurá; pelo Rio Javarí, e pelo Tiquie: Esta segunda se pode tambem fazer, descendo pelo Rio Taraira. Por linha de pontos, vai marcada a direção, que se seguio na Descoberta, e Reconhecimento das sobreditas daus comunicaçoens. Assin. Manoel da Gama Lobo d'Almada.

Original manuscrito. Biblioteca e Arquivo Público do Pará

Publicado no livro «Lobo d'Almada — Um estadista colonial» de Arthur Cezar Ferreira Reis.

VII — Mappa em que se demonstrão como o Rio Cauaboris se comunica para os Dominios de Espanha. Esta comunicação vai marcada por huma linha de pontos que... a margem dos Rios Maturacá e Umarivani as agoas repartem, correndo as do Maturacá para os Dominios de Portugal e as do Umarivani e dahi por diante para os Dominios de Espanha.

Original manuscrito. Biblioteca e Arquivo Público do Pará

Publicado no livro «Lobo d'Almada — Um estadista colonial» de Arthur Cezar Ferreira Reis.

6) SILVA PONTES (ANTÔNIO PIRES DA)

I — Carta limitrofe do Paiz de Matto Grosso e Cuyabá, desde a foz do Rio Mamoré athé o Lago Xerayes, e seus adjacentes; levantada pelos Oficiaes da Demarcação dos Reaes Dominios de Sua Magestade Fidelissima, desde o anno de 1782, athé ao de 1790; correcta com as observações astronomicas em todos os lugares notaveis. Antonio Pires da Silva Leme, Astronomo Geografo a fez.
0,716 x 2,18 m.

Original a aquarela e duas cópias, de 1862 e 1867.
Diret. do Serv. Geog. do Exército

Quatro cópias (1844, 1851, 1866 e não datada), na Map. do Itamaraty.

II — A Sua alteza real o principe do Brazil D. João nosso senhor dedica a carta geografica de projecção espherica orthogonal da Nova Lusitania ou America Portugueza, e Estado do Brasil, Antonio Pires da Silva Pontes Leme, Capitão de Fragata, Astronomo, e Geographo de Sua Magestade nas Demarcaçõens de Limites, que em execução da ordem do Illmo. e Exmo. Ministro, e Secretario de Estado da Repartição da Marinha, Dominios Ultramarinos, o Sr. D. Rodrigo de Souza Coutinho, graduou nos seus verdadeiros pontos de longitude, e latitude pelas Observaçoens astronomicas da costa, e do

Interior: recopiladas nesta, tanto as proprias configuraçoens do continente pelo mesmo Astronomo, como oitenta e seis Chartas do Depozito da Secretaria de Estado da Marinha e Dezenhada no Gabinete do Real Jardim Botanico de Sua Majestade pellos desenhadores Joze Joaquim Freire, e Manoel Tavares da Fonseca. Anno 1798.

1,28 x 1,431 m.

Traz planos da «Barra do Pará» «Bahia de Todos os Santos». "Topografia do Rio Grande de S. Pedro do Sul" e "Rio de Janeiro".

Original. — Uma cópia feita no Arq. Militar do Rio de Janeiro de 1822.

Diret. do Serv. Geog. do Exército

III — Carta geografica do rio Doce e seus confluentes levantada por Antonio Pires da Silva Pontes em 1800.

6,697 x 0,498 m.

Original (?) a aquarela. Duas cópias, sendo uma sem data e outra de 1872.

Diret. do Serv. Geog. do Exército

IV — Charta Geografica do Rio Doce dezde a sua foz the as suas fontes por Antonio Pirez da Silva Pontez Governador da Provincia e por seu sobr.º Manoel J.ᵒʳ da Silva Pontes.

2,71 x 2,47 m.

Rascunhos originais (2) a traço de pena.

Diret. do Serv. Geog. do Exército

V — Nova carta do reconcavo maritimo da Enseada da Bahia de Todos os Santos, e parte da costa do Oceano Brasileiro, desde a Ponta de S. Antonio da Barra, athe ao Porto de Garcia d'Avila para o norte, e athe a Ponta do Mutá e Barra de Camamú para o Sul, com os canaes mediterraneos das Ilhas do Morro, Boupeba, e Topuassú, e os dos mares de Itaparica e seus Portos. Levantada por ordem do G.ᵒʳ e Capitam G.ᵃˡ da mesma capitania D. Fernando Jozé de Portugal, do Conselho de S.A.R. executada pelo Cap.ᵃᵐ de Fragata Antonio Pires da Silva Pontes, G.ᵒʳ da Cap.ᵃ do Espirito Santo, com a longitude de 339º e 22". Oriental da Ilha do Ferro e 13º e 54' de Latitude Austral. Tudo no Forte de S. Antonio da Barra no anno 1800. Copiado por José Pedro Cezar de Menezes.

1,282 x 0,347 m.

Cópia contemporânea e outra de 1855.

Diret. do Serv. Geog. do Exército

VI — Carta Limitrophe do Paiz de Matto-Grosso e Cuyabá, desde a foz do Rio Mamoré athe o lago Xarayes, e seus adjacentes. Levantada

pellos officiaes da Demarcação dos Reais Dominios de Sua Magestade Fidelissima, desde o anno de 1782 athe o 1790. Correta com as Observações Astronomicas em todos os logares notaveis.

0,650 x 1,978 m.

Sem escala. Cópia autenticada, a traço de pena em papel tela. "Arch. Militar, 29 de outubro de 1866".

Esta carta é de Antonio Pires da Silva Pontes Leme. Original em Lisboa, de onde foi tirada esta cópia por interêsse de Antonio de Menezes Vasconcellos Drumond, Ministro Plenipotenciário do Brasil.

Map. do Itamaraty

VII — Carta Limitrophe do Paiz de Matto Grosso e Cuyabá desde a foz do rio Mamoré athé o lago Xarayes, e seus adjacentes: levantada pelos officiaes da demarcação dos Reaes Dominios de Sua Magestade Fidelissima desde o anno de 1782 athe ao de 1790: correcta com as observações astronomicas em todos os lugares notaveis. Antonio Pires da Silva Ponte Leme, astronomo a fez.

0,717 x 2,010 m. Sem escala.

Cópia finíssima, primorosamente aquarelada.

Ocorre abaixo do título, ao centro:

«O... Exmo. Sr. Antonio de Menezes Vasconcellos Drumond, Enviado e Ministro Plenipotenciario de S.M. o Imp. do Brasil em Lisboa obteve este mappa pelas suas reiteradas solicitações e authenticamente o fez copiar».

A' direita: Carlos Raimundo Xavier Diniz Villas Boas copiou. Lisboa 1841.

Map. do Itamaraty

VIII — Carte de Silva Pontes Nova Luzitania. Extrait de la copie de 1804 Nabuco (Joaquim) Trosième Mémoire V. IV. Exposé Final.

Map. do Itamaraty

IX — Plano geografico do Rio Branco e dos Rios Uraricapará, Majarí, Parimé, Tucutú, e Mahú; que nelle desagoão. Levantado por ordem do Illmo. Exmo. Sr. João Pereira Caldas...

Por Antonio Pires da Silva Pontes, Dor. em Mathematica, e Ricardo Franco de Almeida Serra Cap.[am] Engenheiro.

1,147 x 0,771 m.

Originais (2) a aquarela, com as ass. autog. dos autores, e uma cópia de 1868.

Map. do Itamaraty

Outro original na B. Nacional, e duas cópias na Diret. do Serv. Geog. do Exército.

X — Plano Geografico do Rio Branco e dos Rios Uraricapará, Majarí, Parimé, Tacutú, e Mahú; que nelle desagoão.

Aonde vai notada, a grande Cordilheira de Montes, que medêa entre o Orinoco, e Amazonas, de que nascem os mencionados rios. Igualmente vão notadas as comunicaçõens para nascente, com a colonia de Suriname, pelo Rio Repumuni e para Poente, com a caribana Hespanhola, pela Serra Pacarahina, e Rio Parana-musi, athe Sam Vicente.

Levantado por Ordem Dr. Illmo. e Exmo. Senhor João Pereira Caldas Governador e Capitão General nomeado das capitanias de Mato-Grosso, e Cuyabá, e comissario Geral das Demarcaçõens de Limites, da parte do Norte. Por Antonio Pires da Silva Pontes, Dr. em Mathematica, e Ricardo Franco de Alm.[da] Serra Cap.[am] Engenheiro.

Há na carta as seguintes notas:

1) O Varadoiro de Adancá, que fica acima de Sta. Rosa foi o termo a que chegamos, e a configuração, deste até S. Vicente dos Hespanhoes, he feita segundo as noticias que se tem adquirido isto he, de S. Vicente, sobindo pelo Paranámussi dois dias de viagem, athe a Serra Pacarahina, a qual se passa em mais hum dia, athe chegar ao Igarapé Ara-i-cú que no qual se gasta hum quarto de hora athe chegar o Uraricapará, deste lugar a Sta. Roza, dois dias, por agua abaixo, e sempre passando Serras e muitas cachoeiras";

2) "Pelo rio Mocajahí, ou Cahuaná, navegou o Soldado Duarte Jozé Migueis vinte dias; dis que corre de Poente e tem muitas cachoeiras, e em huma povoação de Gentio, a que chegou, soube deste, que este rio se comunicava com o Cauaburis, tambem lhe disserão, terem atacado naquele sitio, huma tropa Hespanhola, de que só dois escaparão com vida. Esta tropa vinha em busca da nação Separá, q̃ das suas Aldeas, dezertado tinha";

3) «As partes em que se dis forão atacados e mortos alguns Hespanhoes pelo Gentio, se deve entender antes da sua aprehensão no anno 1775, tendo-se principiado a introduzir nestas no anno de 1770".

4) "Estas Grandes e extensas Campinas, são formadas de muitas variedades de gramas, as mais proprias para criação de gados de toda a especie, sendo enriquecidas de muitas minas de Sal gema ou Monta num q̃ he singular para a nutrição dos mesmos animais";

5) «O Rio Caratirimani communica-se com o Rio Negro, pelo Rio Uaracá";

6) «Nota do Rio Mahú — Este Rio, do Igarapé Yurará, para cima, corre entre altas serras, a cachoeira Uruebúrú, que foi athe onde chegamos he de dificel acesso, gastão-se tres dias

em passar-la, contenuando o rio a Poente, então se divide em quatro braços, levando o principal o mesmo rumo, gastão-se mais sinco dias montes, athé dar em Campos, em que todos acabão, formando grandes Pantanos»;

7) «O Rio Anao-au, he de grande extensão e se navega condificuldade pelas cachoeiras que tem, acabando em Serras, que formão igualmente as cabeceiras do Rio Repuniuini, segundo as noticias do Gentio que nellas habita";

8) "O rio Tacutú, foi só visto, até onde vai configurado com duas linhas parallelas, e a sua contenuação, he formada pelas noticias conseguidas de Indios praticos, que dizem se gasta da Fort.ª de S. Joaq.ᵐ athe encontrar outra ves o Tacutu dia e meyo; e que em mais tres dias e meyo, se chega ao porto de Repununi caminho sempre a nascente; por aqui dezertou o cabo de Esquadra Miguel Arcangelo";

9) «A linha de carmim nota o caminho que fizemos por terra, até o rio Repuniuini, o signal marca o principio dos pantanos, que para Poente, dezagoão no rio Branco, pelo rio Pirará, e para nascente do Repuniuini, ou Esse quebe pelo Igarapé Tauaricurú».

Há, à margem direita dêste, um acrescentamento (0,25 x 0,37 m) com a seguinte legenda:

10) «Demonstração ou idea do terreno e serras, que formão as cabeceiras dos Rios Repuniuini, e Anao-aii, segundo as noticias, dadas por Indios, que nellas habitão", com a seguinte nota:

11) «Da Serra do Açauy, navegando pelo Cuidaui abaixo se gastão quatro dias, athe confluir no Repuniuini, e da boca do Cuidauí athe o chamado porto cinco dias, do Porto athe o Igarapé Taiiaricuní se gastão dois dias".

0,520 x 0,170 m. Esc. gráf. em léguas francesas, portuguêsas e espanholas.

Originais (2) a aquarela, com a ass. autog. dos autores, e seis cópias (1856 (2), 1868, 1873, 1896 e sem data).

Map. do Itamaraty

Outro original, na B. Nacional, e duas cópias, na Diret. do Serv. Geog. do Exército.

XI — Carta Limitrophe, do Paiz de Mato Grosso e Cuiabá desde a foz do rio Mamoré athé o lago Xarayes, e seus adjacentes; levantada pelos oficiais da demarcação dos Reais Dominios de Sua Magestade Fidelissima desde o anno de 1782, athe do 1790; correcta com as observações astronomicas em todos os lugares notaveis, Antonio Pires da Silva Ponte Leme, astronomo a fez.

0,717 x 2,010 m. Cópia finíssima primorosamente aquarelada. Obs.: Ocorre abaixo do título, ao centro:

«O... Exmo. Sr. Antonio de Menezes Vasconcellos Drummond, enviado e Ministro Plenipotenciario de S.M. o imperador do Brasil em Lisboa obteve este mapa pelas suas reiteradas solicitações e authenticamente o fez copiar».

A Direita: «Carlos Raimundo Xavier Diniz. Vilas Boas copiou. Lisboa 1841".

Outra cópia na Diret. do Serv. Geog. do Exército.

XII — Carta geografica de parte do Rio Doce por Antonio Pires da Silva Pontes Governador da Provincia. Arch. Militar. Antonio Jozé Nunes. Dezenhou em 1833 a. 1,588 x 1,113 m.

Cópia, a aquarela. A mesma carta reduzida. Duas cópias a aquarela de 1853 e 1855. 0,79 x 0,555 m.

Dim.: 0,79 x 0,555 m.

Diret. do Serv. Geog. do Exército

7) LACERDA E ALMEIDA (FRANCISCO JOSÉ DE)

I — Plano Geographico de huma parte do Rio Negro, da Villa de Barcellos athe a Serra de Cucuí; e da Boca do Rio Uaupés athe a primeira cachoeira. Levantado por ordem do Illmo. e Exmo. Sr. João Pereira Caldas Governador e Capitão General nomeado das capitanias de Matto-Grosso, e Cuyabá, e comissario Geral das Demarcações de Limites da parte do Norte, por Francisco José de Lacerda Dor. em Mathematica, e Joaquim José Ferreira, Cap.am Engenheiro, em Fevereiro de 1781.

0,408 x 1,10 m. longitude de Barcellos 314° e 43' contados da Ilha de Ferro, achada depois deste mappa feito. Legoas Francezas de 20 ao grao. Legoas Portuguezas de 18 ao grao. Legoas Hespanholas de 17 e 1/2 ao grao.

3 originais, manuscritos, a aquarela.

Assin. autog. de Francisco José de Lacerda Almeida e Joaquim Teixeira, cap.am Engenheiros.

Há no centro da carta uma nota com a seguinte explicação. «O Rio Canaburis e o Padairry dizem os praticos se comunicão pellas suas cabeceiras com o Orinoco, pellos rios Paraná, e Maturacá».

Map. do Itamaraty

II — Roteiro de uma expedição da foz do Madeira para terras de Matto-Grosso; seguindo o curso do Guaporé. Ano 1782. 7 fôlhas, 0,275 x 0,34 m.

Original, a traço de pena e tinta comum. Incompletissimo: Devia ter pelo menos 25 fôlhas, mas, só existem as de nos. 1 a 3; 5, 20, 22, 25.

Talvez referentes às explorações do Dr. F.co José de Lacerda e Almeida.

Map. do Itamaraty

III — Mappa do Leito dos Rios Taquary, Cuxim, Camapuam, Varador de Camapoam, Pardo, Paranã, Tieté, e Caminho de terra desde a Freguezia de N. Snr.a May dos Homens de Araraytaguaba athe a cidade de S. Paulo, que por Ordem do Illmo. e Exmo. Sr. Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Caceres... levantou no anno de 1788 e 1789 Francisco Jozé de Lacerda e Almeida, Dor. Astronomo.

0,464 x 2,500 m.

Original, a aquarela, com a assin. autog. do autor.

Diret. do Serv. Geog. do Exército

IV — Mapa do leito dos rios Taquari, Coxim, Camapuam, Pardo Paraná, e Caminho de terra desde a freguezia de N. Sra. Mãy dos Homens de Araraytaguaba, athé a cidade de S. Paulo q̃ por ordem do Exmo. Sr. Luis d'Albuquerque d'Mello e Caceres... Gov. e Capitão General das capitanias de Matto-Grosso, e Cuyabá, e Plenipotenciario das Demarcaçõens... levantou no ano de 1788 e 1789 o Dr. F.co José de Lacerda e Almeida astronomo das demarcações determinadas, em virtude do tratado preliminar de limites de 1787 (*sic*).

0,55 x 1,975 m.

Cópia, a traço de pena, em papel tela. Outra cópia a aquarela, de 1857. O mesmo mapa reduzido. 0,267 x 0,985 m.

Diret. do Serv. Geog. do Exército

8) ALMEIDA SERRA (RICARDO FRANCO DE)

I — Mapa geografico das capitanias do Gram Parã, Rio Negro, Maranhão e Piauhy (Por Ricardo Franco de Almeida Serra e Joaquim José Ferreira).

MDCCLXXX.

0,456 x 0,808 m.

Cópia de 1827, a aquarela.

Diret. do Serv. Geog. do Exército

II — Mappa geografico do nascimento e origens principaes dos rios Galera, Sararê, Guaporé, Juruena, principal braço do rio Tapajós e do terreno que medea entre elles; e mais districtos adjacentes a Villa Bella capital do Governo de Matto-Grosso, levantado no anno de 1794 por ordem do Ill.mo e Exmo. Senhor João d'Albuquerque

de Mello Pereira e Caceres Governador e capitão general da mesma cap.[ta] e nella encarregado da demarcação de limites.

Pelo Tenente Coronel Eng.[ro] Ricardo F. de Almeida Serra.

0,582 x 0,898 m.

Original, a aquarela.

Três cópias, uma sem data, e as outras de 1854 e 1866.

Diret. do Serv. Geog. do Exército

III — Mappa do Districto de Matto-Grosso. Pelo Ten.[te] Coronel Engenheiro Ricardo Franco de Almeida Serra.

0,620 x 0,910 m.

Original.

B. Nacional

IV — Plano geografico do Rio Branco e dos Rios Maricapará, Majarí, Parimé, Tuçutú e Mahú; que nelle desagõa.

Levantado por ordem do Illmo. e Exmo. Sr. João Pereira Caldas... Por Antonio Pires da Silva Pontes, D.[or] em Mathematica, e Ricardo Franco de Alm.[da] Serra Cap.[am] Engenheiro.

1,147 x 0,771 m.

Originais (2), a aquarela, com as assin. autogr. dos autores. Uma cópia de 1868.

Map. do Itamaraty

B. Nacional

Duas cópias. (Diret. do Serv. Geog. do Exército).

V — Mappa de parte do Rio Guaporé, e dos rios Sararê, Galera, S. João e Branco seus braços no qual vay lançada a derrota da diligencia que por ordem do... senhor João d'Albuquerque de Mello Per.[a] e Caceres... se fes pelo Alferes de Dragoeñs Francisco Pedro de Mello, no anno de 1795, navegando pelo Rio Branco até perto do seu nascimento; e atravessando delle por terra até o Rio de S. João e Aldea Carlota, e deste lugar pelo mais alto do terreno a sahir pelo Rio Galera no arraial de S. Vicente e ponte do Sararê, da qual continua até os Quilombos do Pindaituba. Igualmente vay configurada a derrota da diligencia que no anno de 1794 se fez por ordem do mesmo Senhor pelos Campos dos Perecis e cabeceiras dos Rios Galera e Jurina, com parte do notavel Rio Juruena, pelo Ten.[te] Coronel Eng.[ro] Ricardo Franco d'Almeida Serra.

4,463 x 0,694 m.

Original, a aquarela.

Uma cópia de 1862.

Diret. do Serv. Geog. do Exército

VI — Mappa de parte do rio Guaporé e dos Rios Sararê: Galera, São João, e Branco seus braços, no qual era lançada a derrota da diligencia que fez o Alferes de Dragões Francisco Pedro de Mello no anno 1795, navegando pelo Rio Branco até perto do seu nascimento; e atravessando delle por terra até o Rio de S. João e Aldêa Carlota, e deste lugar pelo mais alto do terreno a sahir pelo Rio Galera no arraial de S. Vicente e ponto de Sararé, da qual contenua até os Quilombos do Pindaituba, como mostra a linha de carmim A, A: Igualmente vai configurada a derrota da diligencia que no anno de 1794 fez o Tenente Engenheiro Ricardo Franco de Almeida Serra pelos campos e cabeceiras dos Rios Galera, e Juina, como parte do notavel Rio Juruena como mostra a linha a carmim B,B.

0,460 x 0,690 m.

Cópia a aquarela — Escala de 20 léguas.

B. Nacional

Map. do Itamaraty

VII — Carta geografica do Rio Guaporé desde a sua origem principal athe a sua confulência (sic) como no Mamoré e igualmente dos rios Alegre, Barbados, Verde e Paragaũ; com parte do Baures e Itonamas, que nelle desagoão, assim como do rio Jaurú, e do Aguapehî seu braço, como rio Cuiabá, e parte do Paraguay. Em que da mesma forma vai configurado todo o terreno limitrofe entre os estabelecimentos portugueses adjacentes a Villa Bella capital do Matto Grosso, e o forte do Principe da Beira; e as provincias espanholas de Chiquitos e de Moxos. Que á real, prezença de Sua Magestade... faz de prezente subir o governador João de Albuquerque de Mello Pereira e Caceres em consequencia das diligencias, configuração, observaçoens, que desde o anno de 1781 até o de 1790, se tem feito nestes vastos terrenos; pelos Engenheiros, e Astronomos empregados na Demarcação de Limites na mesma capitania. Cuja carta geografica, serve de continuação, à do Rio da Madeira, desde a sua boca no Amazonas, athé a confluencia que nelle faz o Rio Mamoré, e vai marcada de Baixo no n.º 1. Pelos Sargentos Mores Engenheiros Ricardo Franco de Almeida Serra e Joaquim Joze Ferreira.

0,544 x 3,584 m.

Original a aquarela, com a ass. autog. do gov. João de Albuquerque de Mello Pereira e Caceres. Uma cópia de 1866.

Diret. do Serv. Geog. do Exército

Uma cópia, de 1851, na B. Nacional, e duas outras de 1855, sendo uma reduzida (0,78 x 0,119 m), na Map. do Itamaraty.

VIII — Mappa do rio da Madeira desde a sua confluencia no Amazonas até a juncção dos rios Mamoré e Guaporé. Que á real prezença da rainha... faz de prezente subir o Governador... João d'Albuquerque de Mello Pereira e Caceres.

Pelos Sargentos Mores Engenheiros Ricardo Franco de Almeida Serra, e Joaquim José Ferreira.

0,554 x 3,880 m.

Original a aquarela com a ass. autogr. do Gov. J. de Albuquerque de Mello Pereira e Caceres. O rascunho da mesma carta.

Diret. do Serv. Geog. do Exército

Três cópias de 1851, 1866, e sem data, esta em 3 fôlhas, na Mapoteca do Itamaraty.

IX — Mapa geographico da capitania de Matto Grosso formado no anno de 1802 por ordem do illmo. e exmo. Sr. Caetano Pinto de Miranda Monte Negro, governador e capitão general da mesma capitania, no qual mappa vão configurados exactamente os rios Amazonas, Negro, Madeira, parte do Mamoré, Guaporé, Itunamas, Baurés, e os terrenos desde Villa Bella até a do Cuiabá, e a extrema com a Provincia Hespanhola de Chiqiutos (sic) assim como os rios Jaurú, Paraguay, Cuiabá, Taquari, Cochim, Pardo e Tieté. Correctos todos segundo as observações astronomicas que em todos se fizerão. 1802. Arch. Militar, 1853.

0,908 x 0,690 m. B.N. Levantado por R. Franco Almeida Serra, apezar de não trazer o nome do auctor.

B. Nacional

Cópias na Diret. do Serv. Geog. do Exército, Mapoteca do Itamaraty e Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (?).

X — Configuração do Rio Japurá athé a segunda cachoeira grande. Feita na diligencia do antecipado conhecimento do mesmo rio por ordem régia no anno de MDCCLXXXI. Levantado por Pedro Alexandrino Pinto de Souza capitão Engenheiro e Jozé Simõens de Carvalho, Doutor em mathematica e posto em limpo por Joaquim José Pereira e Ricardo Franco de Alm.[da] Serra, Cap.[am] Engenheiros. 0,278 x 0,662 m.

Original, a aquarela e duas cópias uma sem data, outra de 1853.

Diret. do Serv. Geog. do Exército

XI — Mappa suplemento ao do Guaporé que comprehende o resto do rio Cuiabá athe a sua confluencia no Paraguay, e grande parte deste Rio, com as lagoas Gaiba e Uberava, e as serras que as formão e cercão; assim como das salinas do Jaurú, e do resto das serras e rios Aguapehi, e Alegre, campos e vertentes dos rios Barbados e Paragau: com as missõens Espanholas de Chiquitos mais vizinhos a Villa Bella, capital do Governo de Matto Grosso, cujo mappa se deve unir, pelos tres pontos, ou simicirculos notados com as letras, A.B.C. à Carta Geographica do Guaporé: que vai mar-

cado de baixo do n.º 2. Pelos Sargentos mores Engenheiros Ricardo Franco de Almeida Serra de (sic) Joaquim Jozé Ferr.ª.

0,508 x 1,767 m.

Original, a aquarela, com a ass. autogr. de João de Albuquerque de Mello Pereira e Caceres. Uma cópia de 1877.

Diret. do Serv. Geog. do Exército

Cópia aquarelada, na Map. do Itamaraty.

CARTAS VÁRIAS DO SÉCULO XVIII

Reunimos nesta seção uma série de cartas, que não cabiam nas anteriores, mas que estão intimamente ligadas à história geral e principalmente à formação territorial e política do Brasil. Pertencem na sua maioria a arquivos portuguêses, onde as fomos descobrir. Na lista que a seguir publicamos, a descrição de cada uma é, com freqüência, acompanhada das referências, que lhe dão interêsse histórico.

Começamos por duas cartas dum atlas francês do cartógrafo e hidrógrafo Demaine Godalles, que as traçou em 1714, em Saint Malo. Duma longa legenda se conclui que o atlas resultou das expedições marítimas da França, realizadas durante a guerra da Sucessão ao trono de Espanha, contra alguns portos do Brasil e da América espanhola e que devem ter servido de prólogo a outros assaltos do mesmo gênero.

Segue-se uma notabilíssima carta do Amazonas traçada em 1729, por J. B. B. D'Anville, confessadamente traçada com informes portuguêses, e na qual se assinalam as posições das aldeias fundadas por capuchinhos, jesuítas, mercedários e carmelitas, ao longo do vale amazônico. A esta série de cartas francesas pertencem ainda as duas da Colônia do Sacramento (1737) e sul do Brasil (1739) traçadas pelo francês Frei Estevão do Loreto Joassar, monge do mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro.

Dentre as cartas portuguêsas, seguintes, assinalaremos a carta do caminho feito por D. Antônio Rolim de Moura, quando em 1754, tendo partido de Parati e seguindo daí por terra até São Paulo e continuando depois pelo Tietê e demais rios que formavam a chamada estrada das monções, alcançou Cuiabá e daí, por terra, as margens do Guaporé, onde ia fundar a Vila Bela, capital de Mato Grosso.

Não menos interessante, pelo seu significado histórico é o "Prospecto e planta do Salto Grande do Paraná", traçado nesse mesmo ano de 1754, por João Bento Python. Apesar de ligar-se ìntimamente com os trabalhos das partidas demarcadoras do Tratado de Madri, a planta tem um significado de glorificação épica das explorações geográficas que desbravaram, contra os maiores obstáculos, o interior do continente.

De mais amplo interêsse é a carta das capitanias do Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Goiás e Mato Grosso, feita em 1769 por José Matias de Oliveira Rego, e por ordem do Governador de Mato Grosso, Luís Pinto de Sousa Coutinho. Ela representa o esfôrço para renovar a carta do Brasil meridional, conforme as primeiras e importantes observações de longitudes do Paraná e Paraguai.

Entretanto, outros mapas assinalam as operações conjuntas dos exércitos português e castelhano durante as operações contra os índios do Rio Grande do Sul (1759) ou os conflitos de limites entre o govêrno do Rio Grande do Sul e a capitania de São Paulo (1767).

Muito notável é a carta dos sertões do Tibagi e Ivaí, mandada traçar em 1770 pelo Governador de São Paulo, D. Luís Antônio de Sousa Botelho, Morgado de Mateus. O mapa equivale ao gráfico de vários trabalhos de exploração e cartografia, ordenados por aquêle grande governador nos territórios dos atuais Estados de São Paulo e Paraná.

A outra grande figura de governador, Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, Capitão General de Mato Grosso, se refere a carta da sua viagem através das capitanias do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, traçada conforme as observações do próprio governador.

A carta da "Entrada da barra do Rio Grande, vendo-se embarcações portuguêsas e espanholas atracadas", muito notável pelos pormenores topográficos e o desenho dos navios, refere-se a uma fase da reconquista do Rio Grande de São Pedro aos espanhóis, c. de 1775.

Seguem-se várias cartas de capitanias e plantas de cidades, como Cuiabá, Vila Bela e Vila Boa, notáveis algumas como a carta da capitania de Goiás pelos desenhos de índios, ou a de Vila Boa, capital dessa mesma capitania, onde figura a fachada do palácio do governador e o modêlo das fardas dos diferentes corpos militares, que ali serviam, entre os quais os "Henriques", ou sejam os negros,

em memória de Henrique Dias, o cabo da tropa negra durante a guerra da libertação de Pernambuco.

Singularíssima importância assumem as cartas da parte da estrada das monções, que vai desde São Paulo até ao Pantanal, traçada pelo astrônomo, cartógrafo e explorador paulista, Francisco José de Lacerda e Almeida, durante os anos de 1788 e 1789. O grande explorador e cartógrafo, que vinha desde Belém do Pará a serviço das partidas de demarcação dos limites, segundo o Tratado de Santo Ildefonso, ao chegar a Mato Grosso, recebeu ordem do Governador, D. Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, para fazer o levantamento dos rios, por onde navegavam as monções desde Cuiabá a São Paulo. Ao chegar a esta cidade, Francisco de Lacerda perfazia, ainda que mais abreviado e em sentido inverso, o percurso da grande bandeira de Raposo Tavares, de São Paulo a Belém.

Ao mesmo Francisco de Lacerda deve pertencer a planta do Salto de Itapurá, no Tietê, desenhada provàvelmente, em 1789, durante aquela viagem, e que fizemos seguir da planta da cachoeira do segundo salto do rio Madeira. Mais interêsse têm as "Plantas de quatro arraiais do Brasil"; e a "Configuração do istmo que formam os rios Alegre e Aguapeí", o primeiro dêles pertencente à bacia amazônica e o segundo à do Prata. Nêle se assinala o "Varadeiro", com o número de 1520 — 2.400 braças, que medeavam nesse lugar entre os dois rios. Por aquêle pequeno espaço se vararam canoas que passaram da bacia do Prata para a do Amazonas, e vice-versa.

Termina a lista com um atlas, composto de nove cartas corográficas e hidrográficas de tôda a costa e portos da capitania de São Paulo, levantadas, com grande exatidão, pelo notável engenheiro João da Costa Ferreira, em 1790; e uma carta da barra do Rio Grande e arredores por Couto Reis, com os pontos *a quo* dos limites do Brasil com a América espanhola, no seu extremo meridional. Algumas legendas espalhadas pela carta interessam à história do Rio Grande do Sul.

LISTA DAS CARTAS

Carta da Ilha Grande e do Litoral Brasileiro mais próximo, por Demaine Godalles. 1714.

É a fôlha 2 do atlas intitulado: «Discours touchant le pilotage quon doit pratiquer aux voyages quon peut faire des costes d'Europe a celles de la Mer du Sud que de ces dernieres par la mesme voye en Europe. A Santi Malo. Par le Demaine Godalles, Hy-

drographe, et Ingenieur Architecte du Roy dans la Marine, Professeur aux Mathematiques l'an du Seigneur M.DCCXIV». Duma longa legenda desta carta, traçada durante a guerra da sucessão ao trono de Espanha, se conclui que ela resultou das expedições marítimas da França contra alguns portos do Brasil e da América espanhola e que deve ter servido para a preparação e execução doutros assaltos do mesmo gênero. Na referida legenda se assinalam a ilha Grande e a de Santa Catarina como lugares muito cômodos nas costas do Brasil para fazer aguada e refrêsco ou para invernar durante as viagens de longo curso. Esta e as outras cartas das costas brasileiras do mesmo atlas, quando comparadas com as portuguêsas das mesmas regiões, evidencia uma pobreza dos conhecimentos geográficos dos franceses sôbre esta parte da América.

0,52 x 0,41 m.

Original ms. col., na Biblioteca do Exército. Lisboa.

Carta da ponta sul da Ilha de Santa Catarina e de um pôrto situado na costa próxima por 27° 40', por Demaine Godalles. 1714.
0,52 x 0,41 m.

É a fôlha 3 do atlas a que pertence a carta antecedente. Contém esta carta as indicações da ancoragem e na respectiva legenda encarecem-se, como na carta anterior, as bondades do pôrto como lugar de refrêsco e de invernagem nas viagens de longo curso e apontam-se a cortesia dos habitantes e a facilidade com que fornecem aos navios estrangeiros, ainda que em tempo de guerra, todos os produtos do país. Assinala-se a riqueza em gado vacum, e em peixe e em frutos cítricos, excelentes para a cura do escorbuto.

Original ms. col., na Biblioteca do Exército. Lisboa.

Carte Particulière du Cour da la Rivière des Amazones ou de Maragnon depuis l'entrée du Parà en remontan jus qu'au confluent de la rivière Noire. Dressée sur les memoires du P. Ignacio dos Reys, par le Sr. D'Anville, december, 1729.

Carta dum grande valor histórico, pois, assinala a posição, ao longo do vale amazônico, das aldeias fundadas pelas Ordens religiosas dos Capuchinhos, Jesuítas, frades das Mercês e Carmelitas. Acompanham a carta dois planos, da entrada do Pará e da cidade de Belém. Várias legendas dão informes de caráter econômico e geográfico.

Biblioteca Nacional de Paris.

Planta da nova Colônia do Sacramento. Tirada no anno de 1737. Fr. Estevão do Loreto.

Esc. gráf. (100 braças = 0,09 m) 0,425 x 0,635 m.

Original, a nanquim e aquarela, e uma cópia.

À direita: *Explicação* das remissivas A-S.

Esta planta foi reproduzida por D. Clemente Maria da Silva

Nigra em «Construtores e artistas do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro ...» para acompanhar a biografia de F. Estevão do Loreto Joassar, monge beneditino do mosteiro de São Bento.

Diret. do Serviço Geográfico do Exército

Mappa Corografico dos Rios Paraguay, Prata, Uruguay, Negro, Grande, Lago Merin, e Terra da Missão. Feito por Frei Estevão do Loreto em 1739.

0,58 x 0,74 m.

Cópia a aquarela do Arquivo Militar, outra cópia a aquarela de 1859 pelo Capitão A.P. Lecor, no Arquivo Militar, mais uma redução em papel fotográfico.

Diret. do Serviço Geográfico do Exército

Demonstração da cituação das Minas, e dos caminhos que p.ª ellas vão asim da B.ª pellos seus currais, como do Rio de Jan.ro e São Paulo, apontando as villas q̃ por este caminho hâ, e mostrando todos os rios que pelas minas pação, e os principais donde manaõ.
Anônima (1ª metade do séc. XVIII).

0,42 x 0,30 m.

Mapa muito interessante das três grandes vias que conduziam às Minas desde São Paulo, do Rio de Janeiro e da Bahia. Apenas o caminho de São Paulo para as Minas aparece ladeado pelas vilas por onde passava, o que indica a prioridade da penetração e expansão paulista e a influência que teve na formação da capitania de São Paulo o ciclo do ouro.

Bib. da Casa de Palmela — Lisboa

Planta da cerra, e cabiceyras dos Rios Cubatão, Tijucas, e Tajahy na terra firme ao ueste da Ilha de Sta. Catharina.

0,52 x 0,72 m.

Cópia a nanquim e aquarela.

Abaixo do título a seguinte *Explicação*:

«Esta Planta hè feita por estimação do Ten.te das Ordenanças Jozé Luiz Marinho, que por ordem que teve entrou pello Rio Cubataõ abrindo hua picada a descobrir os campos que se achaõ ao pé da Serra.

Do Morro dos Pinhaes para a Serra todo o terreno hè de macegas com alguns Pinheiros, poucas arvores e algua taçuara, e oque he campo limpo hè oque vay marcado com o mesmo nome.

Esta planta naõ tem medida certa, diz o Tenente que terá da barra do Rio Cubatam à Serra dezaseis legoas pella mayor distancia.

Os tres campos marcados com a letra A saõ os que examinou o Ten.e Jozé Luiz Marinho.

Os outros tres campos marcados com a letra B saõ os que se achaõ povoados pellos moradores da Lages e distaõ dos primeiros duas legoas e meya roteiro do Tenente sobredito.

Os campos que vaõ marcados com o mesmo nome saõ os que o Ten.[e] viu de sima do albardaõ C.

Copiada por Francisco João Roscio Sargento mayor Engenheiro».

— Cópia 2: por Francisco João Roscio Sarg.[to] Major Engenh.[o] (É autógrafa).

— Cópia 3: posterior; colorido diferente.

Diret. do Serviço Geográfico do Exército

Carta corográfica ou descripção demonstrativa das terras e rios mais principaes que se tem descoberto desde o limite de S. Paulo até á Divisão da America, no Distrito de Villa Bella (Mato Grosso) cuja observação se deve a D. Antonio Rollim de Moura. (1754).

0,63 x 0,44 m.

Esta carta tem um grande interêsse para a história da cartografia do Brasil pelo seu caráter científico e por ser em parte obra do primeiro governador de Mato Grosso, D. Antônio Rolim de Moura, quando em 1754 chegou a Vila Bela, tendo partido de Parati, seguindo daí por terra até São Paulo e continuando depois pelo Tietê e pelos demais rios que formavam a estrada das monções até o Cuiabá e daí por terra até o Guaporé. Na carta estão assinalados os 114 pousos nas margens dos rios e mais 29, por terra, de Cuiabá até Vila Bela, o que tudo se lê numa legenda que acompanha a carta.

Mas a sua maior importância provém de estar graduada não só em latitudes, mas também em longitudes, conforme as observações feitas pelo próprio governador durante a sua viagem.

Original col., na Bib. da Academia das Ciências de Lisboa.

Prospecto e planta do Salto Grande do Rio Paraná. Na altura de 24°4'27' austral, tomada p.[lo] astronomo de S.M.F. que foy na terceira partida. Elevada geometricamente por mim Joam Bento Python Adjud.[te] de Inf.[a] com exercicio de engenheiro, e geografo da mesma partida. O q.[al] a desenhou, e pos em prospectiva. C. 1754.

0,64 x 0,964 m.

Esta carta liga-se intimamente com a execução do Tratado de Madri e com os trabalhos das partidas demarcadoras, em especial a terceira. O astrônomo da terceira partida, a que se refere o título desta planta, foi o Dr. Miguel Ciera, de cuja mão existe, na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, um atlas do Prata e do Paraguai. É de observar-se como característica notável o enquadramento que envolve a planta pròpriamente dita, espécie de rústico arco abatido, formado de pedras dentre cujas junturas brotam arbustos. De cada um dos lados e na parte superior há uma argola suspensa, duma das quais, a da direita, pendem alguns elos de uma cadeia partida; no chão, à esquerda, vêem-se restos duma cancela ou estacada derrubada. É evidente que o autor atribuiu a essa figura um significado simbólico.

A que fato ou fatos se refere?

Trata-se, é evidente, da expedição ordenada por Gomes Freire de Andrade que, em 1754, partiu de São Paulo, composta de 80 homens, em 14 canoas, sob o comando do mestre de Campo Antônio de Almeida Falcão, e que depois de terem aberto uma picada no Salto Grande para facilitar o trabalho da terceira Comissão demarcadora, se dirigiu ao Passo do Iguatemi e daí a Curuguati, no Paraguai, para o que tiveram de abrir nova picada por uma mata de 14 léguas. Aí se encontraram com Custódio de Sá e Faria e os restantes membros da terceira partida, que vieram de Assunção. A 4 de outubro dêsse ano, juntas, as duas tropas, desceram o Iguatemi até ao Paraná, «depois de procederem sempre se valendo dos nossos sertanistas (os paulistas), ao *reconhecimento do Salto Grande*, regressaram ao Iguatemi (...)» (v. Américo de Moura, «Govêrno do Morgado de Mateus no vice-reinado do Conde da Cunha», São Paulo, 1938, págs. 20-21).

Ora, o autor da carta era um dos cartógrafos da terceira partida, o que põe de manifesto o significado da carta: os homens, neste caso, os paulistas tinham quebrado os obstáculos — *cadeias* e *paliçadas* — que se opunham à sua marcha e ao conhecimento científico do interior do continente. O «Prospecto e planta», tem, pois, um valor de glorificação épica e paulista, tanto mais que os moradores do Paraguai não possuiam àquela data notícia do Salto Grande (ibidem, págs. 13-14). Naquele ano de 1754 Almeida Falcão contava 76 anos (v. A. Taunay, «História Geral das Bandeiras» t. X, 2º p. pág. 315 e seg.).

Original col., na Biblioteca Municipal do Pôrto.

Mappa de hũa parte da America Meridional, pertencente à Divisão, pelo publico Tractado de Limites entre as duas coroas de Portugal, e Castela. Demonstra a demarcação primeyra de Castilhos — Grande até o posto de S. Tecla, e o paiz por onde passou o exercito de El Rey Fidelissimo; tudo configurado pelas ajustadas observações da prancheta, como também o que talou o exercito de Sua Mag. Cath., e o que incluem entre si o Rio Uruguay, e as Missões pertencentes á sobredita demarcação; que se descreveo pelas rectificadas noticias dos practicos, e vaqueanos, assim portuguezes, como castelhanos; aos quaes sendo mostrado, uniformes affirmaram estar conforme com o que elles sabem do refferido paiz, que tem pizado.

Demonstra igualmente o grande e inutil trabalho, q̃ soffreria o Exército de S. Mag. Fid., saindo do Rio-Grande, onde ao presente se acha, e marchando por Xuy, e Serro de Ilhescal, a unir-se ás tropas de S. Mag. Cath. que sahirião de Monte-Vidio, a fim de marcharem junctas a S. Tecla. Ultimamente demonstra ser inconveniente o fazer-se em o passo de chileno a junção dos dous exercitos, para fazerem a ditta marcha do logar destinado.

0,35 x 0,475 m.

Original a nanquim.

A seguir ao título:

«A. — Caminho, que sahe do Rio-Grande, e passa por Xuy, Serros de Nabarro, e Ilhescaes, até Passo de Chileno, q devia fazer o Exercito de S.M.F. até o ditto posto, aonde seria a juncção dos 2 Ex.os, segundo a proposição do Gen.al D. Joseph de Andonaegue.

B. — Caminho, que vem do ditto Passo de Chileno, até o posto de S. Tecla, e continua ate S. Borja tambem proposto pelo ctº gen.[al] no caso de se attacar primeiro, aqull.[a] Aldea; ou para seguir a marcha de S. Tecla às Missões.

C. — Logares propostos pelo Gen.[al] Gomes Freyre de Andrade, para em hum d'elles se juntarem os 2 Exercitos, e para os quaes pode o de S.M.C. marchar mais brevemente e com menos cuidado de ser insultado pelos Indios, e se marchar com mais facilidade às Missões. 1759».

Diret. do Serv. Geog. do Exército

Mapas confrontados para se comparar a «Verdade» portuguêsa com os «Erros» castelhanos na configuração do Brasil. C. 1762.

0,42 x 0,275 m. e 0,42 x 0,26 m.

Acompanham o texto dum códice da Biblioteca Nacional de Lisboa redigido c. 1764. São duas cartas ditadas pelo pensamento de esclarecer a disputa travada entre portuguêses e espanhóis no período compreendido entre o tratado do Pardo (1761), que anulou o de Madri (1750), e o de Santo Ildefonso (1777). Neste caso é evidente a má-fé do geógrafo e cartógrafo português, visível sobretudo no problema da posição da ilha de San Antão, desde a qual, como é sabido, se deviam contar as 370 léguas que fixavam a Oeste a linha de Tordesilhas.

Intitula-se o referido códice «Noticias dos Titulos do Estado do Brazil e de seos limites Austraes e Septentrionaes no temporal» e é seu autor Francisco de Seixas. Tem a seguinte nota a lápis no verso da 1ª fl.: «Está publicado um manuscripto de redacção quase egual a esta na *Revista do Instituto Historico do Brasil,* tom. 24º (1867) pag. 112».

No primeiro dêstes mapas vê-se São Paulo anexado ao Govêrno do Rio de Janeiro (1748-1763), o que fornece o têrmo *ante quem* da data atribuída.

Originais col., na Biblioteca Nacional de Lisboa.

Demonstração do caminho que vai de Viamão the a cidade de S. Paulo. Anônima e s/d.

0,31 x 0,50 m.

O original desta carta foi traçado por José Custódio de Sá e Faria para ilustrar as reivindicações do govêrno do Rio Grande do Sul no conflito de limites com a capitania de São Paulo. É o que se depreende com segurança dos dizeres remissos da carta. Embora sem data, pode, sem dúvida, datar-se de janeiro de 1767. Refere-se-lhe o Vice-rei, Conde da Cunha, na carta ao Secretário de Estado Francisco Xavier de Mendonça Furtado (v. Américo de Moura «Govêrno de Morgado Mateus no vice-reinado do Conde da Cunha», São Paulo, 1938, pág. 77 e seg).

A carta é cópia do sargento João Batista.

Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa.

Mappa do Continente das Capitanias do Rio de Janeiro, Minas Gerais, S. Paulo, Goyaz, Cuyaba, e Mato Grosso, da monarchia lusitana, delineado por N., e composto e ajustado nas suas partes, por calculos e observaçoins de Huns logares, e noticias de outros, tomadas solicita e miudamente, dos certanistas mais conhecidos, e de muitas pessoas praticas. Não se descreveo os nomes de Alguns rios, por se não saberem com certeza. Feito no anno de 1769.

«Mandado desenhar novamente pello Illl.mo e Ex.mo Snr. Luis Pinto de Sousa Coutinho, Governador e Capitão-General das Capitanias de Mato Grosso, e Coyabá, por José Mathias de Oliveira Rego, Sargento-Mor de Infantaria com exercicio de Engenheiro». Anno de 1769.

0,65 x 0,46 m.

Documento dum alto interêsse. Por êle se vê que, apenas obtidas as primeiras e importantes observações de longitudes do Paraná e Paraguai até as terminações do Jauru (1754), os representantes do Estado procuraram renovar a carta do Brasil meridional, nesse caso, mais concretamente, o Brasil médio. Por isso representa notabilissimo progresso em relação à carta de Tosi Colombina.

Manuscrito col., na Casa de Insua, Vizeu, Portugal.

Carta Chorografica dos dous certoens de Tibagy e Ivay novamente descoberto pelas ordens e instruçoens de D. Luiz Antonio de Souza governador e Capitão de Sam Paulo anno de 1770. Anônima.

Colorida. Anônima.

0,30 x 0,40 m.

Estilo de José Custódio de Sá e Faria. Esta carta duma região pretensamente descoberta representa, além de uma parte do atual Estado de São Paulo, a velha província jesuítica do Guairá, hoje incorporada ao Estado do Paraná. De fato, essa parte dêsse Estado, abandonada após a colonização jesuítica, foi redescoberta por ordem do governador de São Paulo D. Luís Antônio de Sousa Mourão, como prólogo à ocupação efetiva e reivindicação do território, no período de insegurança entre o Tratado do Pardo (1761) e o de S. Ildefonso (1777). O mapa equivale, pois, ao gráfico duma das iniciativas mais notáveis daquele grande governador. E reúne num só o resultado de vários trabalhos de exploração e cartografia. É de notar que a exatidão cartográfica decresce na direção norte-sul. Os cursos do Tietê, Paranapanema e Ivaí (a que no mapa se chama rio D. Luís) estão desenhados com relativa exatidão. Já o Piquiri e principalmente o Iguaçu sofrem de grandes erros de traçado. Não obstante, esta carta tem grande importância na evolução cartográfica do Brasil.

Manuscrito col., na Casa da Insua, Vizeu, Portugal e cópia na Diret. do Serv. Geog. do Exército.

Carta Geografica que mostra a viagem do Rio de Janeiro athe Villa Bella da Santíssima Trind.e Cap.al do Mato Groço e mais occidental d'America Portugueza, executada no anno de 1772 pelo Governador e Cap.itam Ge-

neral Luis de Albuquerque de Mello Pereira e Caceres: na qual se vem tambem descriptas as sinco capitanias de S. Paulo, Rio de Janeiro, Minas Geraes, Goyaz, e Mato Groço, com as suas relativas extençoens, e limites, igualm.te que a fronteira do Estado do Brazil com os dominios de Castella desde 23 gr.s e 52 m dela.te austral athe aos 9 gr.s em q̃ termina a mesma fronteira; o que tudo se redigio com bastantes aumentos e correçoens fundados nas proprias noticias, e exames oculares, e nos mapas mais modernos e verdadeiros que poderam adquerirse na mesma viagem pelo sobre dito G.or e Cap.am General.

0,54 x 0,72 m.

Original a nanquim e aquarela, com a assinatura de Luiz d'Albuquerque de Mello Per.a e Caceres. A cartela do título é em estilo D. João V, vendo-se na parte inferior: globo, compassos e instrumentos para calcular as coordenadas.

O título figura no canto superior direito; no espaço inferior vê-se o «Rezumo dos dias de viagem dos lug.s eleg.s» «e a Explicação dos sinaes q̃ sevem na Carta» referentes às capitais, cidades, fortalezas, registros, sítios ou fazendas.

Diret. do Serv. Geog. do Exército

Pequena idêa geografica do cam.o q̃ fez o G.or e Capp.am Gen.al da Cap.ia de Matto Groço Luiz de Albuquerque de Mello Pr.a e Caçeres partindo da V.a do Cuyaba a 12 de outubro de 1772 a examinar as cãpanhas q̃ produzem algua peq.a quantid.e desal e salitre. Villa Bella da Santissima Trindade de Matto Grosso em 20 de dzb.ro de 1772.

Esc. gráf. (8 léguas = 78 mm) 0,19 x 0,31 m. Original a nanquim e aquarela contendo na margem inferior a assinatura autógrafa de Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Caceres.

Na margem esquerda podem ler-se as seguintes observações: «Nº 1 Caza de M.el da Cunha Vargẽ de S.ta Anna. Nº 2 Caza de Luiz Fr.a na Vargẽ. Nº 3 Caza de Luiz Ant.to na Vargẽ Fermoza. Os pontos q̃ se achaõ nas dittas Varges de cor parda he donde se tira a terra que tem em si algum Sal». Êste mapa foi certamente desenhado por Salvador Franco da Motta, capitão de infantaria, com exercício de engenheiro, que acompanhou D. Luís de Albuquerque na sua viagem do Rio de Janeiro para Mato Grosso, em 1772. Em Cuiabá, onde chegaram a 4 de outubro, se demoraram um mês, tendo aquêle engenheiro tirado o «plano da vila» e talvez outros mais, como êste que descrevemos. Em 4 de novembro retomaram o caminho para Vila Bela, a capital, onde D. Luís de Albuquerque tomou posse do govêrno em 13 de dezembro.

Mapoteca do Itamaraty

Entrada da Barra do Rio Grande, vendo-se embarcações portuguesas e espanholas atracadas. C. 1775.

Esc. gráf. (3 léguas = 21 cm.) 0,32 x 0,41 m. Gravura a buril.

Números remissivos identificam as embarcações portuguêsas (1-16) e as espanholas (17-26), em quadros.

A Planta assinala: «Fortaleza da Barra com 7 Peças», «Forte do Mosquito com 4 Peças», «Forte novo com 3 Peças», «Forte da Trindade com 4 Peças», «F. da Mangueira», «Villa do Rio Grande», «Forte do Ladino», «Canastreiro aonde sefas Aguada», «Villa do Norte», «Forte do Patraõ Mór», «Estancia de Joaõ da Cunha», «Barracamentos das Tropas feitos de palha», «Forte dos Dragoens», «Fortaleza da Barra Portugueza», «Lagamar».

Representa uma fase da reconquista do Rio Grande de São Pedro aos espanhóis.

Diret. do Serv. Geog. do Exército

Carta da Capitania de Goiás, Anônima. (3º quartel do séc. XVIII).

1,31 x 0,67 m.

Contém esta carta duas interessantes representações: uma de um índio chavante, outra de um acoroá. Figuram, também, vários povoados, entre os quais Vila Boa, fundação de Bartolomeu Bueno, e o traçado de parte da estrada que de São Paulo seguia para Cuiabá. Tem a divisão dos bispados do Pará, Maranhão, Rio de Janeiro, Pernambuco, Bahia e Mariana (Minas Gerais).

Biblioteca de Évora, Portugal

Planta do Cuyaba.

Esc. gráf. (70 braças = 0,07 m) 0,354 x 0,50 m. Original (?) a aquarela (colorido vivo).

Abaixo do título: *Explicação*

A. Caza do Juis de Fora
B. Armazims (*sic*) Reaes
C. Quartel Militar
D. Capella do Rosario
E. Capel.ª do Bon Despacho
F. Fontes Publicas
G. Ribeiro Singe e a Villa
H. Pontes
I. Ortas
K. Caminho de Goiás
M. Cadea

Cópia (?): a nanquim e aquarela.

Explicação

1. Caza do Juiz de Fora
2. Cadêa
3. Matriz
4. Quartel
5. Armazens Reaes
6. Capella do Rozario.

Diret. do Serv. Geog. do Exército

Plano de Villa Bela Cap.[l] do Gov.[no] e Cap.[ta] Gene.[al] do Mato Grosso situada em 14° 55' de latitude austral e 318° 35' longitude da Ilha do Ferro. Levantado no anno de 1780.

Esc. gráf. (70 braças = 0,098 m) 0,445 x 0,57 m. Cópia (?) a nanquim e aquarela (colorido vivo).

As coordenadas estão corrigidas a tinta diferente.

A seguir ao título há uma nota, pouco legível, referente à correção («... de 82 navegarão os Astronomos e corrigirão os erros»).

Explicação

1. Palácio e Jardins respectivos
2. Quartel Militar e Hospital
3. Armazens Reaes
4. Intendencias e Caza da Fundição
5. Igreja que serve interinamente
6. Capela de S.[to] Ant.[o] levantada no año de 1780
7. Igreja arruinada, com o destino de Matriz
8. Caza da Camara e Cadea
9. Praça geral da Villa
10. Porto geral da Villa
11. Rua da Roza
12. Rua Direita de Palacio
13. Rua das Flores
14. Rua dos Mercados
15. Rua do Fogo
16. Rua de St. Antonio
17. Travessa da Lagoa
18. Travessa do Palacio
19. Travessa nova q̃ mandou abrir o G.[or] e Cap.[m] General Luiz d'Albuquerque de Mello
20. Travessa do Campo
21. Travessa do Rio
22. Pelourinho
23. Forca
24. Olarias e Fornos
25. Caminho para o Cuyabá
26. Caminho para o Rio Sararé.
27. Caminho para varios Citios e Rossas
28. Rua nova q̃ fez abrir o sobre d.[o] Gov.[or] Cap.[m] Gen.[al]

— Cópia 2: colorida (menos vivo) «Feito no Archivo Militar». Título diferente («... situada em 15º 55' de Latitude Austral e 317º 42' Longitude da Ilha do Ferro. Levantado no Anno de 1780»).

Diret. do Serv. Geog. do Exército

Planta da Vila Boa capital da Capitania Geral de Goias, levantada no ano de 1782, pelo Illmo. e Exmo. Snr. Luis da Cunha Menezes, Governador, e Capn. General da mesma Capitania, e copiada pelo soldado Dragão Manuel Ribeiro Guim.[es] na latitude austral de 15 gr e 20 m e 329 gr. e 30

minutos de long. da Ilha do Ferro, na qual demonstra também além das declarações feitas no Ranvoa (Renvoi) q̃ a dita V.ª tem actualmente 554 moradas de cazas habitadas por 5.000 pessoas entrando o N.º da sua guarnição o q.[1] hê 4 Comp.as do 1º Regimento de Cavalaria Auxiliar, hua de Dragoens pagos, outra d'pedrestes pagos, 4 de Infantaria Auxiliar, hua de Henriques, e 3 de Ordenanças.

0,60 x 0,51 m.

Esta planta é acompanhada de tabelas com numerosas letras e números remissivos que permitem minuciosa localização de igrejas, irmandades, capelas, edifícios públicos, praças, ruas, travessas e caminhos, de duas figuras representando a fachada do palácio do governador e a de um dos lados; e além disso dos modelos de farda dos diferentes corpos militares mencionados no título. É digno de observar que os negros são designados por «Henriques» por antonomásia ou título nobilitante, derivado do grande Henrique Dias, negro e cabo da tropa negra, na libertação de Pernambuco do jugo holandês.

Original col., na Casa da Insua, Vizeu, Portugal.

Plano do Rio Paraná desde a Barra do Rio Ygatemy te a Caxoeira que está duas legoas ao sul do Rio Iguariy, pelo Capitão de Granadeiros Cândido Xavier de Almeida e Sousa. (1783)

0,295 x 0,440 m.

O traçado desta carta resultou da exploração realizada pelo autor em busca da verdadeira situação do rio Igureí, o qual servia de limite entre o Brasil e a América espanhola no tratado de 1750. A situação dêste rio, que no «Mapa das Côrtes» figurava ao norte do Salto do Guaíra ou das Sete Quedas, deu lugar a violentos debates entre os comissários espanhóis e portuguêses das demarcações que resultaram, tanto daquele tratado como do de 1777. Para esclarecer êsse grave problema de identificação geográfica e soberania territorial se realizou em 1783 a exploração de que resultou esta carta.

Original col., no Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa e cópia contemporânea, na Biblioteca Nacional (CEHB).

Plano da Ilha Grande e p.te da costa do Brazil da Barreta da Tojuca atê a Ilha dos Porcos, por Jacinto José Paganino. 1784.

0,425 x 0,265 m.

Mapa dum cartógrafo pouco conhecido. Abrange a baía de Sepetiba e a ilha Grande, incluindo o extremo sueste do Estado de São Paulo, com a vila de Ubatuba e a ilha dos Porcos. Junto à costa está marcado o número de braças, especialmente na parte que pertence ao Estado de São Paulo. Aspecto a destacar: a forma singular com que se figura a restinga de Marambaia.

Original na Biblioteca Nacional de Lisboa.

Exemplar gravado, na obra do autor de «Roteiro do Brasil», Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Mapa do leito dos Rios Taquari, Cuxim, Camapoam, Varador de Camapoam, Pardo, Paraná, Tietê, e cam.º de terra desde a freguesia de N.S. May dos Homens de Araraytaguaba athe a cidade de S. Paulo, que por ordem do Illm.º e Exm.º Snr. Luis D'Albuq.e de Mello Per.a e Caceres do Conselho de S. Mag.e Fidelissima, q̃ D.s G.e G.or e Cap.m das Capit.as de Matto Grosso e Cuyabá, e Plenipotenciário das Reaes Demarcaçoens de Limites nas mesmas capitt.as levantou e fes no anno de 1788 e 1789 o Dr. Astronomo Franc.co José de La-Cerda e Alm.a.

1,68 x 0,36 m.

Original manuscrito col.

Esta carta representa a estrada das monções desde São Paulo até o Pantanal e faz parte dum dos diários da viagem do astrônomo e cartógrafo paulista Francisco José de Lacerda e Almeida. É acompanhada de três tabelas com letras remissivas, referidas às cachoeiras ou passos difíceis do Tietê, do Coxim e do Taquari. Em dois N.B. se avisa que «as longitudes são contadas supondo a Ilha do Ferro a 20º para o Occid.e de Paris». «Os logares onde se fizeraõ as observaçoens levão este signal» (uma pequena cruz de Cristo).

Carta notabilissima da parte maior da estrada das monções, percorrida e observada com grande exação pelo astrônomo, explorador e cartógrafo paulista, que trabalhou nas partidas de demarcação dos limites, segundo o Tratado de Santo Ildefonso.

Traz a relação das cachoeiras dos rios Tietê (56), Pardo (32) e Coxim (22).

Pelas *Instruções* de 13 de setembro de 1788, Luís de Albuquerque «determinara a Lacerda e Almeida que faça o levantamento dos rios, pelos quais navegam as monções, de Cuiabá a São Paulo, em cuja cidade poderia demorar-se *dous meses em casa de seus Paes, tempo bastante para algum descanço* e depois de pôr em ordem as suas observações, *regressará para esta Capital pela ordinária estrada de terra*.

Daí se causou o minucioso *Diário da viagem de Villa Bella para S. Paulo,* iniciado a 13 de setembro e terminado a 10 de janeiro de 1789 (impresso em São Paulo, em 1841, juntamente com outros diários do autor), pelo qual o grande paulista integrou na geografia brasileira o trecho percorrido, que pontilhou de estações perfeitamente definidas.

Demorando-se Lacerda e Almeida em São Paulo, por causa da fratura da perna, teve tempo de receber o aviso em que o capitão general de Mato Grosso lhe comunicava a dissolução da Comissão de Limites, e por isso não voltou a Vila Bela.

E a 10 de junho do ano seguinte, restabelecido do acidente... tomou em Santos a embarcação, que velejava para Lisboa...» (Virgílio Corrêa Filho, *As raias de Mato Grosso* .... São Paulo, vol. IV, págs. 112-113).

Como é sabido Francisco de Lacerda veio a morrer mais tarde em pleno sertão da África junto às nascentes do Congo, quando

tentava atravessar o continente negro, da costa oriental à contra-costa.

A carta presente foi um dos títulos apresentados pelo Dr. Lacerda, com o relato da viagem respectiva, para a sua admissão a sócio da Real Academia das Ciências de Lisboa.

Biblioteca Nacional do Pôrto.

Existe outro exemplar, igualmente original manuscrito, com as dimensões de 0,464 x 2,50 m, na Diret. do Serv. Geog. do Exército.

Salto do Itapurá no R. Tietê de 44 palmos de altura.
Anônima, colorida.

0,173 x 0,310 m.

Planta que mostra o grande interêsse que o rio e os seus acidentes mais notáveis mereciam, quando menos no último quartel do século XVIII, em 1789, o que nos leva a crer seja obra de Francisco José de Lacerda, pois naquele ano subiu o rio, em direção a São Paulo.

Original col., no Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa.

Cachoeira do Salto no Rio da Madeira. A segunda que se em contra subindo este grande rio. Latitude austral 8°15'. Longitude 313°39'30".

0,39 x 0,19 m.

Original a nanquim e aquarela.

Diret. do Serv. Geog. do Exército

Plantas de 4 arraiais no Brasil:

1. Arraial de Sn.ta Anna. Latitude Austral 14°45'
2. Arraial do Pilar
3. Arraial de S. Francisco Xavier da Chapada. Latitude 14°43'
4. Arraial de S. Vicente. Latitude Austral 14°30'.

2ª metade do séc. XVIII.

0,488 x 0,643 m.

Plantas típicas e muito interessantes de arraiais mineiros, um dos quais o de São Vicente em plena selva e o de São Francisco Xavier na chapada êrma de Mato Grosso.

Exemplares ms. col., na Biblioteca Municipal do Pôrto e Casa da Insua, Vizeu, Portugal.

Configuração do isthmo que formam os rios Alegre e Aguapehy, talves q̃ o mais memoravel no seu genero de todo o Universo visto q̃ os dous mayores que nele se conhecem quaes são o das Amazonas, e Paraguay, ou da Prata, com q̃ se abraçam e quazi tocam neste logar famozo das suas remotissimas fontes sem embargo de q̃ logo se apartam com tão prolongado curso como se sabe quazi diametralme.te oposto, o 1º deles p.r o norte, o 2º para o sul, fazendo as suas respectivas grandes bocas no oceano brazilico

aperto de 100 legoas de dist.ª a uma da outra. Achasse o d.º isthmo na longt. cont.ª da Ilha do Ferro, de 310°30', e na latitude meridional de 15°49'.

Último Quartel do século XVIII.

0,46 x 0,53 m.

As seguintes razões singularizam esta carta; a individuação e excepcional importância dada ao acidente geográfico mencionado, na verdade singularíssimo no planêta; o perfeito estilo cartográfico; e o escrúpulo científico manifestado na legenda: «As diferentes vertentes que neste lado se observam com as letras P.S. parece que correm para o Sul». Note-se como nomenclatura geográfica muito característica o «Isthmo de Varadeiro», com o número de braças que mediavam nesse lugar entre os 2 rios ou seja de «Braças 1520-2400». Com efeito, mais do que uma vez aqui se vararam as canoas passando da bacia do Prata para a do Amazonas e vice-versa.

Original ms. col., na Casa da Insua, Vizeu, Portugal.

Cópias na Diret. do Serv. Geog. (3) e Mapoteca do Itamaraty (1).

Atlas composto de nove cartas corográficas e hidrográficas de tôda a costa e portos da Capitania de São Paulo, com as plantas topográficas das suas vilas e fortificações respectivas, levantadas e configuradas pelo Coronel graduado do Real Corpo de Engenheiros João da Costa Ferreira. C. 1790.

0,53 x 0,37 m.

1ª Pôrto e vila de Guaratuba;
2ª Pôrto e fortaleza do Paranaguá;
3ª Pôrto e vila de Cananéia;
4ª Barras da vila de Iguape;
5ª Costa do mar desde o rio Suamerim até a barra de Santos e vila da Conceição de Itanhaém;
6ª Vila de Santos;
7ª Pôrto da vila de Santos com suas fortificações;
8ª Costa marítima desde a enseada de Bertioga até a ponta de Arazá, fronteira à ilha de São Sebastião;
9ª Costa marítima desde a ponta de Arazá até a extrema da Capitania de São Paulo.

Como particularidade interessante são de notar as indicações de varadouros terrestres entre um rio e a costa, que podem observar-se em mais do que uma carta.

Exemplares ms. col., na Diret. do Serv. Geog. do Exército e na Biblioteca da Sociedade de Geografia, Lisboa.

Mapa Geografico da Provincia de Mato Grosso.

Anônima, fins do séc. XVIII.

0,88 x 0,445 m e 0,89 x 0,645 m (2 fôlhas).

Malgrado seu título restritivo, esta carta envolve uma grande parte da capitania de São Paulo, o govêrno do Rio Negro, a capi-

tania do Grão Pará e a de Goiás. Observe-se em particular a toponímia abundantíssima que assinala a estrada das monções desde «Araraguara» até Cuiabá. O traçado muito desenvolvido da hidrografia está indicando uma data, não anterior aos fins do séc. XVIII. Embora no título se fale em «provincia», na carta lê-se sempre capitania.

Arquivo de Desenhos da Direção da Arma de Engenharia, Lisboa.

Cópia, na Mapoteca do Itamaraty.

Carta Corographica que compreende a barra ou entrada do Rio Grande de S. Pedro, e o terreno que media (*sic*) entre a Freguezia do Estreito,o Arroyo de Taim e Campos de Piratini nas vizinhanças do Serro Pelado, por Manuel M. do Couto Reis.

Fins do séc. XVIII.

0,92 x 0,58 m.

A elaboração desta carta foi precedida dum trabalho de exploração local com o fim de fixar no terreno os pontos *a quo* da linha dos limites do Brasil com a América espanhola no seu extremo meridional. Segundo uma pequena legenda próxima do título, esta carta foi oferecida ao marechal Lôbo, cavaleiro de Malta, cujas insígnias se vêem na carta sustentadas por uma figura simbólica da América montada num jacaré. Algumas pequenas legendas espalhadas pela carta interessam muito à história do Rio Grande do Sul.

Original ms. col., na Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa.

Duas cópias na Diret. do Serv. Geog. do Exército

NOTAS

(*) P. 309 — Sôbre o mapa de Olmedilla, consultar o excelente trabalho do Professor Thomas R. Smith: *Cruz Cano's map of South America, Madrid,* 1775: *its creation, adversities and rehabilitation,* apresentado ao Simpósio de História da Cartografia, realizado em Londres no ano de 1964, e transcrito na revista *Imago Mundi,* 20, págs. 49-78, 1966.

Existem exemplares do mapa na Mapoteca do Itamaraty e na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

(*) P. 321 — Há cópias do mapa nas Mapotecas do Itamaraty e da Diretoria do Serviço Geográfico.

(*) P. 324 — Exemplares do mapa podem ser consultados na Mapoteca do Itamaraty e na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

I.A.

V

O "ESPÍRITO DE FRONTEIRA" E A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

PRINCIPAIS CARTÓGRAFOS DO SÉCULO XVIII E COMEÇOS DO SEGUINTE

Pode afirmar-se que depois do Tratado de Madri a história da formação territorial do Brasil se limita a problemas de fronteiras.

O "espírito de fronteira" (para empregar a expressão de Vidal de la Blache), que é uma das formas da consciência nacional, foi criado, em relação ao Brasil, por Alexandre de Gusmão, que podemos assim considerar como o primeiro e grande precursor da Independência do Brasil.

Definidor dum nôvo conceito no direito das gentes, e das fronteiras naturais, apregoado e defendido mais tarde por Jean Jacques Rousseau (*Project de paix perpetuelle,* 1760), assim como dos limites lineares, que até aqui se tem suposto ser inovação do Tratado de Campofórmio (1797), Gusmão legava ao Brasil a consciência duma unidade geográfica nacional, envolvendo a necessária complexidade econômica, a defender por um conjunto de fronteiras, ora naturais, como as que separam hoje o Brasil da Venezuela, ora de ordem estratégica, como as que preveniam, contra possíveis ameaças no futuro, o sul-rio-grandense.

Para criar, definir e desenvolver êste "espírito de fronteira", contribuíram, em elevado grau, os trabalhos cartográficos das missões demarcadoras para os Tratados de Madri e de Santo Ildefonso.

Cabe ainda a Alexandre de Gusmão a glória de haver introduzido no Tratado de Madri a parte (art. XI) que se refere à nomeação de Comissários de limites e à tarefa de formar a cartografia das fronteiras, para o que redigiu igualmente as instruções respectivas, que envolviam a obrigação de traçar o mapa de quase

todo o Brasil desconhecido. Dos trabalhos dessas comissões, quer para o Tratado de 1750, quer de 1777, resultou um progresso enorme no conhecimento do sul, oeste e norte do país. Pode afoitamente afirmar-se que os trabalhos sôbre a geografia e a cartografia do Brasil, durante a segunda metade do século XVIII, excederam a soma dos que se haviam realizado nos dois séculos e meio anteriores.

Nesta série de esforços dirigidos pela metrópole, mas inspirados por A. de Gusmão, se formou o espírito coletivo de fronteira, para o qual contribuíram já alguns sábios brasileiros e que culminaram no mapa da Nova Lusitânia de Silva Pontes, e na Corografia Brasílica do Pe. Aires do Casal.

De entre os técnicos da primeira "Expedição geográfica" à América do Sul, demarcadores do Tratado de Madri, se excetuarmos José Custódio de Sá e Faria e o Brigadeiro Fernandes Alpoim, grandes cartógrafos e mestres de cartografia, e em segundo plano, um Pacheco de Cristo ou um Vaz Figueira, todos os mais são estrangeiros.

Todos os astrônomos, que então trabalharam nas comissões de limites, excetuado um, eram estrangeiros; e o mesmo aproximadamente se pode afirmar de engenheiros, acumulando, e por via de regra, a função de cartógrafos. Nas partidas do sul brilharam Miguel Angelo Blasco, Miguel Ciera e João Bento Pithon; nas do norte, João André Schwebel, Henrique Antônio Galluzzi, Gaspar Gronsfeld e Adão Leopoldo de Breuning.

Já com a segunda Expedição de demarcadores e do Tratado de Santo Ildefonso, o caso é diferente. No quarto de século que medeia entre uma e outra, formara-se uma nova escola de cartografia portuguêsa e todos os demarcadores das partidas, quer do sul, quer do norte, são portuguêses. Alguns dêles, como Alexandre Eloy Portelli, Henrique Wilkens de Matos e Teodósio Constantino Chermont, malgrado os nomes indicarem ascendência estrangeira, são igualmente portuguêses. (1)

Entre êles figuram dois astrônomos e cartógrafos, educados em Portugal e pertencentes à escola portuguêsa, mas brasileiros natos: Francisco José de Lacerda e Almeida e Antonio Pires da Silva Pontes Leme. Brasileiro nato era igualmente Alexandre Rodrigues Ferreira, o chefe da Expedição Filosófica, expedição exploradora do vale do Amazonas e do Alto Paraguai, da qual resultou uma carta geográfica das regiões visitadas — dum grande interêsse.

---

(1) V. Sousa Viterbo, *Dicionário histórico documental dos Arquitetos, Engenheiros e Construtores portuguêses*.

Dentre os engenheiros-cartógrafos e astrônomos-cartógrafos que trabalharam no sul, distinguiram-se principalmente Francisco João Roscio e José de Saldanha.

I — *Francisco João Roscio*. Era natural da ilha da Madeira onde nasceu, pelos anos de 1740. Em Lisboa cursou a Academia Militar, cujos estudos concluiu em 1762. Depois de ter servido como ajudante de infantaria com exercício de engenheiro em várias praças portuguêsas, embarcou, em 1767, para o Brasil, no pôsto de capitão-engenheiro, às ordens do Coronel-Engenheiro Jacques Funck, sueco, que aqui veio em comissão para servir nas praças e fortalezas mais expostas às eventualidades da guerra.

Em 1773 passou a dirigir os trabalhos de engenharia no Rio Grande do Sul, e entre essa data e 1779, em que foi a Portugal, planejou, realizou e dirigiu a construção, aumento e reparo das fortificações e outras obras do Rio de Janeiro, havendo sido, sob êsse aspecto, o melhor auxiliar dum dos melhores governadores da época colonial — o Marquês do Lavradio.

Em 1782, regressava ao Brasil, então no pôsto de coronel e como Comissário para as demarcações do Sul. Em 1801, era promovido a brigadeiro e, havendo no fim dêsse ano falecido o Governador do Estado de S. Pedro do Sul, Tenente-General Sebastião da Veiga Cabral da Câmara, foi êle investido interinamente naquele govêrno. Nesse pôsto prestou serviços relevantíssimos, opondo-se com a maior energia ao exército espanhol do Marquês de Sobremonte e reivindicando, feita a paz, a posse do país conquistado pelos portuguêses, contra as pretensões daquele oficial.

Duma carta do Marquês do Lavradio, dirigida em 1776, a Martinho de Melo e Castro, se apura que foi não só cartógrafo exímio, o que se conclui do exame das suas cartas, mas também mestre da cartografia, continuando no Rio de Janeiro a lição de Fernandes Alpoim. (1)

II — *José Saldanha*. Do maior interêsse para a cartografia brasileira são igualmente os trabalhos cartográficos do engenheiro e astrônomo, Dr. José Saldanha. Sôbre a sua vida e obra, além das referências de Sousa Viterbo existe uma breve, mas substanciosa monografia, escrita pelo saudoso escritor rio-grandense, Aurélio Porto, como prólogo ao *Diário resumido da Primeira Divisão da Demarcação da América Meridional*, acompanhada do "Mapa

---

(1) V. a curta biografia de Roscio, escrita pelo general Brito Rebelo e publicada por Sousa Viterbo, obra cit., t. II, pág. 416-418, 477, 489.

corográfico da Capitania de S. Pedro", feito em 1801, por aquêle cartógrafo. (1)

Chegou ao Rio Grande em 1783, como demarcador-astrônomo. Foi geógrafo, escritor, chefe militar e cartógrafo. Constituem ainda hoje precioso documento as suas descrições sôbre o Rio Grande do Sul. Em 1790 era nomeado, por prêmio dos seus grandes serviços, capitão-de-infantaria, com exercício de engenheiro. Conquistado o Território das Missões, em 1801, assumia pouco depois o comando da região, cujos limites defendeu pela pena e pelas armas. Em 1808, falecia em Pôrto Alegre, mas antes tinha elaborado a carta do Rio Grande do Sul, à qual chamou Aurélio Pôrto, com sua magistral autoridade: "Trabalho monumental, fortemente documentado por trabalhos geodésicos, e que constitui a pedra fundamental da cartografia rio-grandense".

Na plêiade dos cartógrafos das partidas do Norte, verdadeira constelação de sábios e heróis, a figura maior, pela soma e a vastidão de serviços e energias, é o Coronel Manuel da Gama Lobo de Almada.

III — *Manoel da Gama Lôbo de Almada.* Joaquim Nabuco, na sua obra monumental sôbre o litígio das fronteiras com a Guiana Inglêsa, já havia publicado vários dos seus mapas e relatórios e a notável descrição do Rio Branco. O ilustre historiador da Amazônia, Arthur Cezar Ferreira Reis, publicou em volume uma rápida biografia de Lôbo de Almada, acompanhada de um grande número de mapas e documentos inéditos, do mais alto valor, que desenterrou do Arquivo de Belém. (2)

Manuel da Gama Lôbo de Almada veio para o Brasil cêrca de 1770, ao mesmo tempo que as 340 famílias portuguêsas que, por ordem da metrópole, foram transferidas da praça de Mazagão, em África, para fundarem a Mazagão, na margem setentrional do estuário amazônico. Distinguira-se na defesa da fortaleza africana; ia continuar os relevantes serviços na brasileira.

Em 1770 já era comandante da fortaleza de Macapá. Volvido ano e meio, encontramo-lo ocupado na direção e organização de Mazagão. Pouco tempo depois assumia o govêrno de todo o distrito militar de Macapá e nos doze anos que aí permaneceu, realizou, na frase de seu recente biógrafo, "uma obra gigantesca", marcada por um dinamismo sem limites.

---

(1) ANAIS DA BIBLIOTECA, vol. 31, 1929, págs. 135/301.

(2) "LOBO DE ALMADA, *um estadista colonial*", 2ª ed., Manaus, 1940.

Dissemos que, tanto o Tratado de Madri como o de Santo Ildefonso, estabeleceram os limites, a partir do Japurá, pelo binário mais setentrional de contravertentes ou de confluentes dêsse e do rio Negro, região essa que, com a do rio Branco, era das menos conhecidas em tôda a América do Sul. De Portugal instavam com o General Pereira Caldas, Alto Comissário português das partidas dos limites, para que buscasse esclarecer êsse problema do mais alto interêsse para a soberania portuguêsa. Os trabalhos de exploração, realizados em 1781 e 1782, não trouxeram a desejada solução. Foi então que de Lisboa veio ordem para se entregar a Lôbo de Almada, com o govêrno militar do alto rio Negro, o trabalho de exploração e cartografia da zona vastíssima que se compreende entre êsse rio e o Japurá.

Durante cêrca de três anos, Lôbo de Almada percorre a dilatada mesopotâmia, até que, no final de 1785, consegue resolver um dos mais intrincados problemas da geografia amazônica no seu tempo: e traça a carta das comunicações entre o Japurá e o Negro.

Nomeado governador da Capitania de S. José do Rio Negro, recebia em 1786, o encargo de reconhecer e fazer, por sua vez, o levantamento do rio Branco. Segue até ao forte de S. Joaquim, para dali irradiar em explorações.

Os excelentes mapas e a excelente "Descrição relativa ao Rio Branco e ao seu Território", que então completou, duma objetividade científica que se diria contemporânea, somados aos trabalhos anteriores, revolucionavam os conhecimentos sôbre a geografia física da Amazônia.

Em 1788, passava a substituir Pereira Caldas como comissário-chefe das partidas dos limites.

À frente da sua Capitania realizou obra admirável de administração. Datam do seu tempo os grandes progressos da povoação da Barra do rio Negro: a futura Manaus, para onde êle transfere a sede do seu govêrno. Por meios suasórios consegue pacificar e incorporar à sociedade colonial os Mundurucus, longo tempo rebeldes; finalmente, foi o primeiro a advogar a autonomia administrativa da Amazônia.

IV — *Ricardo Franco de Almeida Serra*. Como aquelas singulares personalidades do Renascimento, que acumulavam com brilho aptidões e talentos, Ricardo Franco foi notável como escritor científico, geógrafo, cartógrafo-etnógrafo, como engenheiro e chefe militar, finalmente, como estadista, pela sua visão de precursor político.

Ninguém como êle, durante o período colonial, contribuiu para a exploração científica de Mato Grosso. Embora um grande número dos seus escritos permaneça inédito, suas memórias sôbre a geografia, a etnografia e a defesa militar de Mato Grosso, são obras primas no gênero e atestam a grandeza do esfôrço científico dos portuguêses no Brasil, durante a segunda metade do século XVIII.

No ano de 1802 terminava Ricardo Franco o mapa de Mato Grosso, obra grandiosa em que reuniu o fruto das suas e das explorações dos seus companheiros. Justo é dizer que um dos melhores elementos da exatidão dessa carta se deve à determinação das longitudes principais, por Silva Pontes e por Lacerda e Almeida.

Morreu Ricardo Franco em começos de 1809, no fim de quase trinta anos de serviços ao Brasil. A antiga cordilheira do Grão Pará, nas margens do Guaporé, tem hoje o nome de Ricardo Franco.

V — *Francisco José de Lacerda e Almeida*. Uma das maiores figuras de entre os demarcadores das partidas do Norte foi igualmente Francisco José de Lacerda e Almeida. Explorador do Brasil, assim como da África Central, deixou obra muito notável de geógrafo-matemático e cartógrafo.

Sérgio Buarque de Holanda publicou os seus *Diários de Viagem* (1944) precedidos duma breve, mas interessante biografia. São êles o "Diário da Viagem de Lisboa até à Vila de Barcelos" (no Rio Negro); o "Diário da Vila de Barcelos até acima do forte de S. José de Marabitanas e também pelo rio Uaupés"; "Diário da Vila de Barcelos à capital de Mato Grosso" (durante a qual auxiliou a traçar a carta do Madeira e do Guaporé); "Diário ... desta vila Bela pelos rios Jauru e Paraguai até Cuiabá"; "Memórias a respeito dos rios Baurés, Branco e Conceição, de S. Joaquim, Itonamas e Maxupo ..." e o "Diário da viagem de Moçambique para os rios do Sena".

A maior parte das suas aventuras geográficas pertence à história da África portuguêsa. Nomeado governador dos rios de Sena, na Zambézia, acometeu, por ordem oficial, a emprêsa de atravessar a África, de lado a lado, e lá morrer, em 1798, no coração do continente próximo das nascentes dum dos ramos do Congo. Todos os seus trabalhos geográficos e cartográficos respeitantes a esta viagem foram publicados pela Agência geral das Colônias, em Portugal. (1)

---

(1) Dr. Lacerda de Almeida, *Travessia da África*, com uma introdução de Manuel Murias, Lisboa, 1930.

Subscrevemos as palavras que Sérgio Buarque de Holanda escreveu a propósito do notável explorador: "Com Alexandre Rodrigues Ferreira, Silva Pontes, Ricardo Franco, Ribeiro Sampaio e poucos mais, Lacerda e Almeida é um dos iniciadores no Brasil, das grandes expedições de caráter científico. O esfôrço dêsses autênticos pioneiros tem sido relegado geralmente a plano secundário devido, em parte, ao mérito excepcional de alguns dos notáveis viajantes e naturalistas estrangeiros que percorreram o Brasil em princípio do século passado. Mas a significação do trabalho que empreenderam não deve, por isso, ser desmerecida. Cabe às novas gerações, tão empenhadas em melhor conhecer o Brasil e o seu passado, situá-lo em seu legítimo lugar. (1)

Ao findar o século XVIII, tinha-se acumulado nos arquivos do Estado, em Portugal, uma soma enorme de cartas parciais do Brasil, executadas, na sua maioria, pela centena de cartógrafos que haviam trabalhado nas partidas dos limites para dar execução aos Tratados de Madri e de Santo Ildefonso, respectivamente de 1750 e 1777.

Em 1798, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, então Ministro da Marinha e dos Domínios Ultramarinos, deu ordem para se fazer a carta geral do Brasil, aproveitando para isso as melhores cartas parciais dos demarcadores e, em especial, as que eram graduadas "nos seus verdadeiros pontos de Latitude e Longitude". Foi organizador da carta o Dr. Antônio Pires da Silva Pontes Leme e desenhadores José Joaquim Freire e Manuel Tavares da Fonseca. O astrônomo Dr. Miguel Ciera auxiliou ainda a conferir as observações astronômicas.

VI — *Antônio Pires da Silva Pontes Leme*. Nascido em Mariana, trabalhou como astrônomo nas partidas de limites do Norte e, em especial, no Madeira-Guaporé e Alto Paraguai, de cujas regiões deixou algumas excelentes relações geográficas e cartas. Nomeado, em 1791, lente de matemática para a Companhia de Guardas-Marinhas de Lisboa, juntamente com Francisco José de Lacerda e Almeida, de quem fôra companheiro nos trabalhos de demarcação do Brasil, partia, em 1798 para ali, como Capitão-Mor e Governador da Capitania do Espírito Santo, em cujo cargo permaneceu até fins de 1804, tendo morrido no ano seguinte, no Rio de Janeiro.

Foi, pois, antes de partir de Lisboa para o Brasil, que êle dirigiu os trabalhos da carta da "Nova Lusitania" para o que juntou nada menos de oitenta e seis cartas. Um e o principal dos desenhadores, José Joaquim Freire, cujo estilo cartográfico se co-

(1) Obra cit., pág. XVI.

nhece naquele mapa, era oficial da Marinha fôra já o desenhador e muito notável, da "Expedição Filosófica", dirigida pelo Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira.

Na carta da "Nova Lusitania", além duma longa legenda explicativa, figura a lista das autoridades, isto é, dos cartógrafos que abonam o seu traçado. Se acrescentarmos, que entre os sinais convencionais da carta se contam "Marcos", "Fortalezas", "Divisão das Capitanias", "Caminhos", "Minas de Ouro", "Minas de Ferro", "Cachoeiras" e "Sítios abandonados", pode imaginar-se a importância enorme dêste verdadeiro monumento cartográfico. Carta geográfica de latitudes e longitudes observadas; econômica, pois assinala as minas de maior importância então conhecidas; etnográfica, pois indica a distribuição das tribos indígenas; política, no mais amplo sentido da palavra, já que inscreve marcos, limites dos Estados, fortalezas e caminhos; ela fornece ainda elementos para a história do povoamento do Brasil.

Conhecem-se dois exemplares desta carta, um em Lisboa e outro, que se guarda com todos os cuidados e honras, devidos a um monumento histórico nacional, na Diretoria do Serviço Geográfico, Ministério da Guerra, Brasil.

UM PRECURSOR BRASILEIRO DAS CARTAS DE VENTOS E CORRENTES ("PILOTS CHARTS")

Dizem os historiadores da geografia dos Oceanos que as mais antigas cartas de correntes e ventos são as de Atanasius Kircher (1678) e E. Halley (1688), mas que o verdadeiro fundador da meteorologia marítima foi Mateus Fontaine Maury, notabilíssimo hidrógrafo e oficial da marinha americana, nascido em 1806 e falecido em 1873. Datam dos meados do século as suas *Cartas de ventos e correntes* e a sua grande obra sôbre a *Geografia física do mar*.

Ninguém hoje pode contestar essa glória a Maury, mas — e é êste o fato nôvo que desejamos assinalar — o seu verdadeiro precursor foi José Fernandes Portugal. Nascido em 1755, desde muito cedo pilôto e hidrógrafo ao serviço da Marinha de Guerra portuguêsa, e mais tarde sargento-mor de artilharia, exercia êle uma cátedra de pilotagem, quando, em 1817, rebentou a revolução autonomista de Pernambuco, em que tomou parte, tendo sido nomeado Intendente da Marinha. Vencida a revolução, homisiou-se por alguns dias, mas achando-se doente entregou-se às autoridades.

Recolhido prêso a um hospital, diz Varnhagen: "de tal modo se apaixonou, por se ver tão tristemente comprometido, não tendo feito mais que não resistir, que na prisão deixou de comer durante vinte dias, e veio a falecer de inanição aos 17 de dezembro de 1817".

Deve-se-lhe o levantamento de quase tôda a costa do Brasil, da qual deixou pelo menos uma dezena de cartas duma grande correção. Já em 1777, por conseqüência — aos 22 anos de idade, embarcado como pilôto da nau portuguêsa Santo Antônio, traçava os planos do pôsto de Santa Catarina e da Enseada das Garoupas. Deixou, além disso, uma "Descrição hidrográfica e roteiro de cabotagem da costa do Brasil desde o Cabo de Santo Agostinho até a Baía da Traição" (1809), "Sistema econômico sôbre a defesa das marinhas e continente do Brasil" (1808) e um "Discurso sôbre o estado atual da ilha de Fernão de Noronha e parecer a respeito de seu melhoramento" (1808). Ligado ao mesmo tema, mas com anterioridade, escreveu um "Diário náutico de Pernambuco para a Ilha de Fernão de Noronha" (1798).

Em 1881 figuraram umas duas dezenas de trabalhos seus na Exposição de História do Brasil, realizada na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, e no respectivo catálogo, cuja organização pertenceu a Ramiz Galvão. Mas, exposição e catálogo foram obras vastíssimas que não podiam assinalar, e não assinalaram, o caráter original da obra de José Fernandes Portugal. É certo que foi há poucos anos comprada pelo Itamaraty uma preciosa carta dêste hidrógrafo, totalmente desconhecida até então, e a mais completa sob o ponto de vista que nos ocupa, ou seja, o traçado de ventos e correntes. Êsse monumento cartográfico, carta hidrográfica em pergaminho, adquirida por compra em Portugal, acabou por chamar-nos a atenção para a parte verdadeiramente criadora da obra de José Fernandes Portugal.

Os nautas portuguêses conheceram e utilizaram desde o século XV, nas suas viagens de exploração, ou de comércio, os ventos e correntes e em particular os alíseos do nordeste e sueste no Atlântico, a que chamavam os *gerais*, assim como as *monções* do Índico. Desde 1505 que Duarte Pacheco, no *Esmeraldo de situ orbis*, descreve o complicado jôgo das correntes do Gôlfo da Guiné; e Gago Coutinho patenteou que tanto o Gama, em 1497, como Cabral, em 1500, utilizaram os ventos no Atlântico, por modo distinto em cada uma dessas viagens, e com uma precisão científica de quem estivesse seguindo a respectiva derrota por uma *Pilot Chart*.

Mas, sendo certo que José Fernandes Portugal pertence à escola náutica portuguêsa e se formou na sua marinha de guerra, é verdade que os cartógrafos portuguêses nunca, que o saibamos,

tiveram a idéia de aplicar diretamente às suas cartas os vastos conhecimentos que possuíam sôbre o jôgo dos ventos e correntes nos diferentes oceanos. Essa glória pertence a Fernandes Portugal. Quando comparadas com as cartas que mencionamos de Kircher (de correntes) e Halley (de ventos), as daquele hidrógrafo, não há dúvida que são muito mais exatas e perfeitas, e se aproximam notàvelmente das de Maury. No entanto as primeiras "Wind and current charts", acompanhadas das "Explanations and sailing directions to accompany the wind and current charts", de Maury, datam de 1845 e a sua obra geral sôbre "Geografia física do mar", de 1856. (1)

Ora, datam, pelo menos, de 1789, as primeiras cartas em que José Fernandes Portugal assinalou ventos e correntes. A primeira dessas cartas tem por título *"Carta reduzida que contém os dois oceanos Atlântico* e *Oriental* por José Fernandes Portugal na Bahia de Todos os Santos, no ano de 1789". Logo ao primeiro relance impressiona a perfeita correção do traçado, e a preocupação científica que levou o cartógrafo a traçar no mapa os diferentes meridianos, de Paris, Londres, cabo Lizard, Tenerife e ilha do Ferro; as escalas em léguas marinhas de Portugal, de 18 ao grau, e as de França e de Inglaterra, de 20 ao grau. A carta abrange o oceano Atlântico compreendido entre, dum lado os bancos da Terra Nova e o Brasil, do outro, parte da Europa e a África Ocidental; e o Índico desde as costas orientais africanas até às da China e da Austrália. Uma muito longa legenda traçada sôbre tôda a África, ao norte do Equador, enumera e situa, por meio de latitudes e longitudes, as diferentes ilhotas e baixios que povoam o Atlântico, sendo que alguns, embora anotados com o nome dos capitães que os descobriram e a data do achado, são imaginários; e o próprio cartógrafo lhes põe em dúvida a existência.

Trata-se, pois, dum sistemático ensaio científico para fixar na carta tôdas as ilhotas, parceis e baixios, que povoam o Atlântico. Também no Índico, *atolls* ou ilhas coralinas figuram em profusão. Mas êsse trabalho de observação estava realizado pelos pilotos e cartógrafos portuguêses desde os começos do século de Quinhentos; e José Fernandes Portugal mais não teve que utilizar-lhes a lição.

Já o mesmo se não dá com os ventos e correntes dos dois Oceanos. Aí não só o hidrógrafo utilizou para representá-los a convenção hoje comum — as setas, e mais ou menos freqüentes, conforme a fôrça dêsses agentes físicos, mas mostra-se também consciente de que uns e outros formam sistema e se movem na mesma direção.

---

(1) As Cartas de Kircher e Halley podem ver-se em Gerhard Schott, *Geographie des Atlantischen Ozeans*, Hamburg, 1926, págs. 23 e 24).

Lá se vêem apontados, com distinção, no oceano Atlântico, os alíseos do sueste, a corrente equatorial do norte, a de Benguela, a da Guiné e a das Guianas; e estas duas e, em particular a última, com setas muito mais densas, como se faz nas cartas contemporâneas. Ao que supomos, convenção cartográfica e forma de utilizá-la nos diferentes casos, constitui, em conjunto, novidade; e a individuação de ventos e correntes supera de muito as cartas, por demais esquemáticas, do século anterior, atrás citadas.

Por forma igual estão representadas no Índico as *monções* entre o nordeste africano e as costas ocidentais do Indostão ou no gôlfo de Bengala, mas nos dois sentidos opostos, conforme a estação do ano, expressas aliás na carta, num caso, o da ida: "de Abril athé Setembro"; e no regresso: "de Outubro athé Março".

Carta até hoje desconhecida, descobrimo-la há cêrca de 20 anos na Biblioteca Nacional de Paris; mandamos fotografá-la em 1953, e o seu estudo e comparação com a carta do Itamaraty levaram-nos às conclusões que hoje apresentamos.

Esta última, que tem por título "Carta reduzida do Oceano Atlantico. Por Joze Fernandes Portugal, na B.ª de Todos os Santos no anno de 1791", repete a lição específica da primeira, embora restringida ao Atlântico. Com uma diferença: acentuam-se as preocupações de exatidão científica em matéria de geografia matemática, pela mais larga e declarada utilização de longitudes observadas; e acrescentam-se algumas legendas sôbre a declinação conjunta e periódica de ventos e correntes.

Observe-se ainda que numa e noutra carta, a indicação dos ventos e correntes é muito mais freqüente e especificada no Atlântico meridional, mais conhecido e freqüentado por José Fernandes Portugal — o que prova que êsse trabalho é fruto de experiências pessoais.

Haveria Maury conhecido os mapas de correntes do nosso hidrógrafo? É mais que possível; é provável, mas não se pode garantir. O que pode com segurança afirmar-se é que o hidrógrafo fluminense foi um dos criadores do sistema da representação de ventos e correntes à superfície dos mares, que tamanhos benefícios trouxe à navegação à vela e ao comércio intercontinental, nos fins do século XVIII e durante o seguinte.

MAPAS DE JOSÉ FERNANDES PORTUGAL

Carta reduzida que contem os dous oceanos Atlântico e Oriental por José Fernandes Portugal na Bahia de Todos os Santos no ano de 1789.

1,370 x 0,780 m.

Biblioteca Nacional de Paris, Ge. A. 32

Carta reduzida do Oceano Atlantico. Por Joze Fernandes Portugal na B.ª de Todos os Santos no anno de 1791.

0,820 x 0,650 m.

Original mss. sôbre pergaminho.

Ao longo do continente africano lê-se:

«Latitudes Norte, e Longitudes pello Meridiano da Ilha do Ferro. As 5 Tetas e as 3 Fumines tem sido vistas por todos os Nacionaes q̃ navegão aqueles mares». — «A/roxa Capella, e o roxedo do Diabo forão descobertos no anno de 1764, e tem sido vistos muitas vezes» — «A/Ilha Jaquete hé muito incerta» — «O Bx em 42,33 — 353"31 (?) já tem sido visto pelos portugz.ˢ» — A pe/dra 150 lg. ao Oeste da Ilha do Corvo tem sido vista por alguns Portugz.ˢ e faz a fig.ª de hũa Pipa» — «O Bx de S. Anna/de 37"45 hé hua Coroa, ou Ilha de Areya em q̃ se tem perecido muitos Navios» — «O Bx: da Pedra 15 lg. a E4NE da/Ilha de S. Maria, foi visto pellos Holandezes no Anno de 1735» — «Tres Navios Portugz.ˢ q̃ hião de Pernambuco para Lysboa/o virão em 10 de Mayo de 1769 e outros o tem visto depois defron [te]» — «Os 3 Baixos ao N. da Ilha de S. Miguel saõ muito certos./A Ilha de S. Patrício foi vista ao mesmo tempo de hum Navio Por [tugz.] [hum?] Ingles [e] outro Holandes em 17 de M.ˢᵒ de 1776» — «O /Bx em 36" 52 — 357" 59 hé apontado pellos Francezes modernos e já tem sido visto pellos Portug.ˢ — "O Bx de Areya em /35" 35 — 343" 12 foi visto por hum Frances no Anno/de 17 [4?] 6 navegando elle no navio do cap.ᵐ Portug.ˢ Jozé Francisco Campos, e pello Capitão Portug.ˢ Luiz da Cunha em 27 de 7br.º de 1779, el [le] aqui vai pintado [no pon to] em q̃ este o vio cujo defere do Frances q̃/diz estar no Meridiano da Ilha do Fayal» — «As 8 Pedras (descober] tas ao N4NO da I. de P.ᵗ Santo foram vistas pello Capitão Vobone [?/] de Londres e por hum navio Frances q̃ hia de Bordeu para as Antylhas no Anno de 1732, tem sido prox. [man.ᵗᵉ] vista por outros e opé dellas/se achaõ 3 braças de fundo» — «O Bx de Pedras 3 lg.s ao NE da Ilha de Porto Santo tem 2 braças de fundo na preamar e nella se perdeu hum na/vio Holandes» — O Bx xamado pellas Naçoens Steengroond tem sido visto por algusm Portugz.ˢ» — «O Bx Josina foi descoberto no/anno de 1697 e os Franceses modernos o acreditaõ» — «Nas Pedras em 31" 54 — 320" 58 se tem perdido varios Navios hindo das Ilhas/de Oeste para a Europa» — «O Bx do Sargaço he navegavel a sim como as roxas boas e b [an] cos verdes na costa de França» — «O Bx d/Areya em 23" 10 — 345" 16 foi descoberto pellos Franceses no Anno de 1764 e nelle

tocou hum Navio Portug.[s] no Anno de 1784» — «O Bx Bonette q̃ M. Dalrimple dis ter 6 (?) milhas de Diametro tem sido visto/pello Capitão Dantas Portug.[s] hindo da Ilha de Santiago para o Maranhaõ no Anno de 1765, e o Bx em 13"50 — 349"45 foi visto/pello Capitão Jozé Dias Barros hindo da China para Lysboa na Fragata Atalaya no Anno de 1760, elles dizem serem piqn.[o] roxedos/a flor dagoa» — «O Bx de Areya em 4" — 001"30 tem Canal navegavel pello seu meyo, por onde casualm.[e] passou hum Navio Por/tuguez no Anno de 1772, elle tem sido visto varias vezes, e as diferentes Longitudes q̃ trazem os Piltos q̃ o tem visto fez q̃ erradamente suponhaõ algu [u] ms haver Bx. a E e outro O deste» — «A Linha pontiada espiral em 15"55 — 340"30 indica um perpetuo continuo movimen.[to] /do mar q̃ ali ha por sima do.q[l] tem passado varios navios por ser navegavel» — «Os Navegantes do Brasil p.[a] Guiné tem visto va/rias vezes o Bx em 04"00 — 011"00 e o Bx 70 lig. ao O da Ilha do Principe» — «A Ilha de S. Paulo he a muitos annos descoberta nella [an] dou o Cap.[m] Ingles Roberto Barker em 25 de Agosto de 1764. No anno de 1785 foi vista por hum Navio Portug.[s] q̃ hia da B.[a] para Lysboa [e vista?]/por 2 de Lysboa para o Maranhaõ e ha razoens para se supor que ha hua piqn.[a] praia 90 lg[s] ao O. desta Ilha» — «A parte mais Seten/trional do Bx da linha Equinocial em 351" 30 xega a 00"47 aonde faz hua piquena Ilha de Areya, vista e examinada por Jozé Fayer Ingles/em 14 de 8b.[o] de 1776, em Outro Bx. da Linha em 353"00 incalhou o Capitam João Pereira Reis, no Anno de 1740, q̃ dis ser de areya com 1/4 de lg.[s] de comprido» — «Ainda que os Francezes modernos duvidaõ de alguns Baixos q̃ vaõ pintados neste Plano, deve supor-se q̃ a fa[lta] de noticias hé o seu motivo» — «Quaze todas as Ilhas e algums lugares de Terra firme deste Plano vaõ emendados em Latitude segundo/as observaçoens modernas e alguaz em Longitude e descripção»..."/

Notta

Na costa de Malagueta viraõ as Agoas para o SSE, SE,/ou ESE nas conjunçoens e appoziçoens da Lua, mas por/expaço somente de 24 thé 48 horas, e do C. das Palmas para/Leste virão as Agoas para o O nas mesmas occaziones e —/com as trovoadas de E. mas por pouco tempo» — «Do Cabo/das Baixas thé o Cabo das Palmas naõ se deve surgir das 20/braças para a terra, por ser o fundo de Pedra./ »

Próximo às ilhas de Cabo Verde, lê-se: «A Variedade com que os Geografos cituaõ/estas Ilhas he efeito da pouco curiosidade dos Pilotos/que as tem frequentado; ellas aqui vaõ/pintadas/segundo os mais peritos» ...

Próximo à costa brasileira há a seguinte legenda:

«A corrente dagoa ao longo desta Costa/do Brasil para o Norte sucede de Abril/thé setembro e para o sul, de Outubro thé/Março, sempre dirigida pellos ventos»...

Próximo à costa norte do Brasil, lê-se:

«Todo este fundo des-da Costa entre/Para e Maranham the a Ilha Fonseca/he exparcelado, fazendo Canal de mais/fundo, proximo a Costa de Guiana».

Ao longo do território brasileiro lê-se a seguinte legenda:

«Latitudes Sul, e Longitudes pello Meridiano da Ilha do Ferro. O Bx das Pescadas tem sido visto por varias Embarcaçoens do Para» — «O Bx em 01"00/ — 334"30 tem hua legua em roda e hua braça de fundo, nelles se perdeu Manoel Luiz do Cabo e tocaraõ outros» — «O Bx de Pedra ao NO4N de Fernaõ de Noronha hé apontado pellos Francezes que dizem ter 500 braças de Diametro e o Bx 15 lg.^s^ ao O dad.^a^ Ilha deve ser bem respeitado pellos/repetidos naufragios q̃ alli tem havido, de que ha toda a certeza» — «O Bx de pedra em 16"40 — 350"55 tem sido visto por varios Portugz. sendo hum/delles Francisco Antunes em Junho de 1768 hindo da ilha de Fayal para o Rio de Janr.^o^» — «O Bx das Cayadas hé de pedras brancas viziveis debaixo lagoa/nelle se faz muita pesca, e he navegavel» — «A Ilha de S. Helena descoberta por Joaõ da Nova Portug.^s^ no anno de 1502 está como aqui se vé mais a E do q̃ elle/e outros a cituaraõ» — «O Bx de Ant.^o^ Cazado foi todo sondado por hum Piloto Frances que ali seaxou em calma hindo da Europa para Loango no Anno/de 1775 e o menor fundo q̃ elleaxou foraõ 6 braças» — «A Ilha de S. Mateus deq̃ algums duvidaõ he certo existir, mas na Lat.^e^ emq̃ se vê pintada/neste Plano» — «O Bx em 24"9 — 028"50 foi visto à muitos annos por hum Portugz. no anno de 1781 o examinou hum Francez, e em 13 de Agt.^o^/do mesmo Anno foi visto por outro Portugues, hindo da B.^a^ para Angolla» — «A Pedra descoberta 40 lg.^s^ ao SE de Santos, posto q̃ piqn.^a^ tem/ sido vista por muitos Portugz.» — «O Bx em 27"10 — 360"00 foi descoberto no Anno de 1701 por duas Naus Portugz. que hião para a India tem/sido alguas vezes visto depois disso e há razoens para se supor q̃ há outro bx 93 lg.^s^ a E SE deste» — «A pedra descoberta 94/legoas ao SE4S do C. Frio foi vista no Anno de 1692 ella tem sido vista muitas vezes e hé fendada pelo meyo» — «da Ilha/Saxemburgo pode duvidar se porq̃ só foi vista pellos Holandezes em 23 de Agosto de 1670» — «O Piqn.^o^ Parcel ao O. da Angra do/Negro, o menor fundo q̃ tem são 12 braças na Baixamar» — «Dizem q̃ 22 leg.^s^ pouco mais ou menos ao OSO da Ilha de Anno bõ/há hum Bx q̃ naõ vai pintado neste Plano pella incerteza disso» — Em 5 de Fev.^o^ de 1754 em 00"20 — 356"50 se sentio em/o Navio Silicosti Comm.^e^ M.^r^ Pintaal hum aballo grande, q̃ pareceu dar em hum Bx. e em 13 de Mayo de 1761 em/00"23 — 358"30, vio hua piqn.^a^ Ilha de Areya M.^r^ Moievet Comm.^e^ do Nav.^o^ Valente» — «Em 17 de 8br.^o^ de 1754 em/01"35 — 359"50 se sentio hum grd.^e^ aballo como se tivesse tocado em hum Bx o Navio Princeza Command.^o^ por/M.^r^ de Biau-biriant; estes perigos naõ vaõ aqui pintados, por naõ haver delles outra noticia mas deve acautelar-se/quem passar por estes Lugares» — «Os

Holandezes pin'aõ a Ilha de S. Helena nova em 16"00 — 026"00 e a daõ por/certa, pode ser q̃ exista, sem ser vista dos Portugz.[s] q̃ a negaõ porq a Frequente navegaçaõ q estes tem p.[a] a Costa de/Angola e Benguella, nunca lhes permite correrem pelo Paralelo desta Ilha» — «Posto q̃ as pedras ao longo da Costa/do Brazil se vejaõ pintadas como debaixo dagoa em muitas partes são descobertas, fazendo abrigados Portos».

Outra das particularidades da carta é a dupla figuração da costa brasileira; a mais ocidental, de traçado quase imperceptível, traz a seguinte legenda:

«Arrumaçam da costa do Brasil segundo os Francezes Inglezes e o parecer de muitos Portugueses».

Mapoteca do Itamaraty

Plano da Capitania do Rio de Janeiro Capital do Estado do Brasil. Levantado no anno de 1784, e copiado por José Fernandes Portugal, em Pernambuco anno de 1803.

Esc. gráf. 0,54 x 0,755 m.

Cópia a nanquim.

Cartão-de-detalhe: Barra de Cairocu.

Diret. do Serviço Geográfico do Exército

Plano da Ilha de Fernão de Noronha levantado por Joze Fernandes Portugal no anno de 1798 e copiado no ano de 1803. Lith. no Archivo Militar.

Esc. gráf. 0,445 x 0,605 m.

Contém: "Taboa que mostra as horas de preamar todos os dias no Porto desta Ilha"; a «Taboa de Latitudes e Longitudes devarios lugares desta Ilha"; uma nota sôbre a direção das marés; e uma extensa nota com informações sôbre a navegação para entrar no pôrto, etc.

Diret. do Serviço Geográfico do Exército

Carta reduzida da parte meridional do Oceano Atlantico ou Occidental des do Equador athe 38° 20' de latitude dedicada a S.A.R. o Principe Regente Nosso Senhor, por José Fernandes Portugal. 1802.

Impressa.

0,885 x 0,675 m.

Carta muito perfeita, apresenta, mais que as costas do Brasil e as da África que lhe são fronteiras, o espaço atlântico percorrido pelo grande número de navios que desde o século anterior mantinham um tráfico intenso entre os portos brasileiros de Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro e Santos e os portos de Angola, especialmente Luanda.

«Carta de marear e hidrográfica por excelência, apresenta o Equador dividido em graus numerados em relação aos meridianos de Londres, da ilha do Ferro e de Lisboa e o pararelo de 38° 20' de latitude Sul, dividido em graus numerados por sua vez em relação

aos meridianos de Paris, do Pico de Tenerife e de Cádiz. Contém ainda planos dos portos de Luanda, Benguela, da baía de Table-Bay e da de S. Marcos, na entrada do pôrto de S. Luís do Maranhão; e tem além disso várias vistas com aparências de costas junto de portos brasileiros. Na parte esquerda vê-se também uma lista de nove baixios referidos a sinais convencionais.

Arquivo da Junta das Missões Geográficas e de Investigações do Ultramar. (Lisboa, Pasta 44, nº 32).

Carta reduzida da parte meridional da costa do Brasil desde 18 athe 38 gráos de latitude. Pof Jozé Fernandes Portugal. Em Pernambuco no anno de 1803.

Esc. gráf. em milhas mar. 0,64 x 0,57 m.

1.os mer.s de Lisboa e ilha do Ferro.

Cópia a nanquim.

«Copiado em o Archivo Militar no Anno de 1863 por Vicente Marques Lisboa, 1.º Ten.e d'Engenheiros".

A seguir ao título: "Taboa que mostra as horas da Premar todos os dias no Porto do Rio de Janr.º Cap.al do Brasil".

Diret. do Serviço Geográfico do Exército

(1) Plano da I. e Porto de Santa Catharina oferecido ao Snr. Xefe (sic) de Devizaõ Ioaquim Iozé dos Santos Casaõ pello seu sudito Jozé Friz (sic) Portugal.

(2) Plano da enceada das Garopas tirada por José Fernandes Portugal, terceiro piloto da nau de S. Magestade Sto. Ant.º no anno de 1777.

Esc. gráf. em milhas mar. 0,405 x 0,26 m.

Duas cópias, uma a nanquim, outra a aquarela.

Diret. do Serviço Geográfico do Exército

Plano hydrographico da Bahia de Todos os Santos Metropoli (sic) do Estado do Brazil feito por Jozê Fernandes Portugal em Pernambuco, no anno de MDCCCIII.

Escala gráf. em léguas mar. 0,395 x 0,555 m.

"Litografia do Arch. Militar".

No canto superior direito: "Taboa que mostra as horas da Premar todos os dias neste Porto". Uma nota sôbre variações da corrente marinha; outra contendo informações hidrográficas.

Diret. do Serviço Geográfico do Exército

Plano do rio Pará por Jozé Fernandes Portugal. Em Pernambuco no anno de 1803.

Esc. gráf. em milhas. 0,34 x 0,28 m.
«Lith. do Archivo Militar, 1834".
"Higino José Lopes".

Diret. do Serviço Geográfico do Exército

«Plano hydrographico do Rio Grande de S. Pedro ou Lagoa dos Patos e Lagoa Merim na provincia do Paraguay por José Fernandes Portugal em Pernambuco no anno de 1803.

Esc. gráf. (léguas mar. de 20 ao grau) 0,63 x 0,52 m. 1º mer. de Lisboa.

Cópia a traço de pena (nanquim) «M.C. 3.ª nº 6 e Dez. no Arch. Militar".

No canto inferior direito: uma longa nota referente a latitudes de vários pontos; variações da bússola; marés e sondas; navegação para Pôrto Alegre; fertilidades do solo, etc.

Diret. do Serviço Geográfico do Exército

Carta geographica da capitania de Pernambuco comprehendida entre a costa maritima do Brasil, que faz o seu lado oriental; o rio de Sam Francisco, que a divide pelo extremo meridional com a capitania da Bahia des--da sua foz até a confluencia do Carunhãnha, segundo adigresão curva q̃ lhe demarca Robert Vaugondy os limites conhecidos das capi.ªˢ de Minas Geraes e de Goyaz, q̃ aterminão pelo lado occidental, e as comarcas de Piauhi, Ceará, Parahiba pelo septentrion sendo estas últimas divizões determinadas conforme as noticias combinadas dos moradores e viajantes praticos dos lugares que abrange a sua vasta extensão, por Jozé Fernandes Portugal. Anno de 1807.

0,64 x 0,90 m.

Original a aquarela, muito detalhado.

A seguir ao título ocorre: "*Observações*. O contorno da Comarca de Olinda q̃ vai iluminado de vermelho e inclui tambem as Ilhas do Rio S. Francisco, tendo geodesicamente a extensão q̃ se axará nas Escalas de Legoas marcadas nos meridianos graduados; em razão das curvas horizontaes, q̃ precisamente formaõ as estradas, e das verticaes que resultaõ dos altibaixos dos terrenos, contem 212 legoas no seu comprimento, e sendo 40 legoas a quantidade media da sua largura desigual, vem a ser o total da sua Area 8.480 legoas quadradas.

Ve-se q̃ limitando-se esta grande Comarca pela linha iluminada de azul que divide os termos de Cimbres e Garanhuns com o do Julgado de Flores, ela fica, com tudo, mayor que qualquer dos confinantes sendo estas menos povoadas pelas suas locações geograficas e ainda q̃ o espaço occidental contado da mesma linha seja mais longo q̃ o oriental; sendo este/como he/mais povoado, eles ficaõ assim uniformemente regulados".

Diret. do Serviço Geográfico do Exército

O ARQUIVO MILITAR DO RIO DE JANEIRO E A "COROGRAFIA BRASÍLICA"

Quando, em 1808, com a invasão francesa em Portugal, a família real emigrou para o Brasil, um dos primeiros cuidados do Príncipe regente foi a criação, por decreto de 7 de abril daquele ano, do *Arquivo Militar do Rio de Janeiro*, com funções de gabinete de cartografia e de mapoteca. "Instalado em junho de 1808 — escreve o Coronel Paranhos Antunes — para êle foram recolhidos todos os documentos cartográficos dispersos das diversas estações públicas, a fim de serem convenientemente classificados e arquivados, extraindo-se cópias manuscritas das melhores, a fim de serem gravados e litografados e assim vulgarizados", conforme se lê numa preciosa "Introdução do Catálogo dos documentos cartográficos, dos livros, manuscritos, que compõem a biblioteca, e dos instrumentos de Engenharia, que constituem o depósito geográfico do Arquivo Militar do Império do Brasil", infelizmente incompleta. (1)

Apesar da grande atividade cartográfica da oficina do Arquivo Militar, êste só veio a enriquecer-se por forma notável poucos anos depois. Quando, em 1811, chegou ao Rio de Janeiro onde então se estabelecera a Côrte portuguêsa, a notícia da entrada de Masséna em Portugal, à frente das tropas napoleônicas, o Conde de Linhares que era então Ministro dos Negócios da Guerra e Estrangeiros, expediu ordens aos governadores do Reino para remeterem para aqui todos os mapas geográficos, planos topográficos, plantas de fortalezas e respectivas memórias, guardadas nos Arquivos de Lisboa, para evitar que caíssem em poder dos invasores. Em cumprimento desta ordem eram, em 1813, remetidas de Portugal as peças requisitadas, cujo enorme acervo passava depois para o Arquivo Militar. (*)

Se a carta de Silva Pontes revela um Brasil vastamente explorado, delimitado, organizado e defendido, como um corpo imenso, onde se gerava uma alma própria; se a fundação do Arquivo Militar lhe garante o órgão essencial da sua consciência física, é em 1817 que aparece o Tratado escrito, correspondente a êsse intenso esfôrço, "*Corografia Brasílica ou Relação Histórico-Geográfica do Reino do Brasil,* composta e dedicada a Sua Majestade Fidelíssima por um Presbítero secular do Grã Priorado do Crato".

O autor, a quem Capistrano chamou "o fundador da geografia nacional", e a quem Varnhagen prestou igualmente merecidos e

(1) O desenho, a gravura, e a litografia do primitivo Arquivo Militar, em *A Defesa Nacional,* 1943, nº 348, pág. 586.

(*) Ver nota no final do capítulo.

grandes louvores, era o Pe. Aires do Casal, natural de Pedrogão Grande, em Portugal. O próprio geógrafo declara na oferta a D. João VI, que sacrificou a êsse trabalho os melhores anos da sua vida.

A obra, que começa por uma Introdução Histórica sôbre o descobrimento da América e, em especial, do Brasil, em nota à qual apareceu pela primeira vez a célebre Carta de Pero Vaz de Caminha, abrange a descrição da geografia física, econômica, zoológica e política do Brasil, que então incluía, ao norte, a Guiana Francesa, e, ao sul, o Uruguai.

Devemos observar que o Pe. Aires do Casal utilizou para os seus trabalhos um grande número de cartas regionais, que lhe servem a cada passo, para completar as descrições, mas cujos autores infelizmente não cita.

Carta de Silva Pontes e *Corografia Brasílica* eram dois excelentes espelhos da grandeza do Brasil, que davam aos brasileiros, com a consciência geográfica do território, no seu mais amplo sentido, uma das mais fortes razões para proclamar a independência.

NOTA

(*) P. 382 — Na *Exposição de História do Brasil*, realizada em 1881 sob a direção de Ramiz Galvão, o Arquivo Militar figurou como um dos grandes expositores, senão o maior, na seção dedicada à cartografia. O Catálogo que descreve a mostra, feito em vários volumes, registra 2.293 verbetes referentes a mapas, e a maioria dos espécimes expostos pelo Arquivo Militar certamente provinha do acervo remetido de Portugal em 1813.

A Exposição constituiu um esfôrço único no sentido do melhor conhecimento da nossa História. Todavia, pela rapidez com que foi realizada, deve ter ficado muito incompleta. Terminada a mostra, em 1882, nem tôdas as obras e documentos expostos voltaram aos primitivos expositores. Houve doações, transferências entre repartições, trocas entre particulares, vendas de uns e aquisições de outros. Dêste modo, o Catálogo publicado deixou de exprimir a realidade, de vez que pessoas e instituições haviam mudado, sem contar que uma grande parte do material exposto ficou na própria Biblioteca Nacional. Várias peças deixaram de voltar ao Arquivo Militar, pois, e outras novas foram incorporadas ao acervo documental do Exército.

Posteriormente, por sucessivas transferências decorrentes de reorganizações, diferentes repartições militares estiveram na posse dêsse acervo, ora na totalidade de certas coleções, ora na especialidade de sòmente algumas peças. Assim, muitas cartas, mapas, plantas e planos estiveram, por vários anos, espalhados por diferentes locais e serviços, tais como o Arquivo Militar, a 5ª Seção do Grande Estado Maior, o Gabinete Fotocartográfico do Estado Maior do Exército, a Comissão de Tombamento, a Diretoria de Engenharia e outros.

Sòmente em 1934-35, com a extinção da 5ª Seção do Estado Maior do Exército, foi feito pelo chefe da sua 2ª Subseção, um "Catálogo da Mapoteca". Embora com falhas, é o único documento, depois do catálogo da Exposição de 1881, que fornece indicações a respeito das cartas e estampas históricas que se achavam em posse do Exército. Dêle subsistem duas vias dactilografadas, numa das quais foi passado em 19 de janeiro de 1939 um recibo pelo Almoxarifado do Serviço Geográfico do Exército que, desde o ano anterior, se havia transformado em Serviço Histórico e Geográfico do Exército.

Em 1944, mais um grupo de 337 cartas diversas foram incluídas no acervo daquele Serviço. Foram essas duas grandes remessas, a de 1939 e a de 1944, que vieram a constituir o núcleo principal do acervo da mapoteca da atual Diretoria do Serviço Geográfico.

Embora com reservas, pode-se dizer que uma boa parte do acervo do antigo Arquivo Militar (cujo fundo principal veio de Portugal) encontra-se hoje naquela mapoteca. Outra parcela, menor, integrou-se na coleção cartográfica existente na Diretoria de Obras, do Ministério do Exército. (Consultar: *Catálogo das cartas históricas da Mapoteca da Diretoria do Serviço Geográfico do Exército. Primeira Exposição Geral do Exército,* Rio de Janeiro, Imprensa Militar, 1953, p. 5-8).

Do acervo cartográfico transferido de Lisboa para o Rio de Janeiro, em 1813, constavam também inúmeros mapas geográficos, plantas topográficas, cartas esféricas, plantas e perfis de fortalezas, de Portugal e de seus domínios ultramarinos.

Numa das suas estadas no Brasil, em 1841, quando pôde dedicar-se a trabalhos de pesquisa em arquivos nacionais, propôs Duarte da Ponte Ribeiro, diplomata de carreira, que tais peças fôssem remetidas para Portugal em troca de outros documentos cartográficos do território brasileiro, existentes em arquivos lusos. A sugestão foi então aceita, mas sòmente em 1863 foi a proposta submetida à apreciação do Govêrno Português, que a aceitou.

A 9 de dezembro do ano seguinte chegavam a Lisboa, em um navio inglês, os mapas referentes a Portugal, que deviam ser objeto de troca, e finalmente, a 14 de janeiro de 1867 era assinado, em Lisboa, no Instituto Geográfico, o protocolo do acôrdo que ultimava as negociações para a permuta de tão valiosos documentos cartográficos relativos aos dois países.

Assinou-o, em nome do Govêrno Português, o General Filipe Folque, do Conselho de Sua Majestade Fidelíssima, diretor dos Trabalhos Geográficos, Estatísticos e de Pesos e Medidas, e pelo Govêrno Imperial, o Conselheiro Duarte da Ponte Ribeiro, Enviado Extraordinário e Plenipotenciário de Sua Majestade o Imperador do Brasil.

Os pormenores dêsse processo diplomático foram narrados pelo historiador português Luís de Pina Manique, na comunicação que apresentou ao IV Congresso de História Nacional, realizado na Bahia em 1949. Intitula-se: *O convênio luso-brasileiro de 1867 sôbre cartografia portuguêsa.* Essa comunicação foi posteriormente transcrita no 4º volume dos anais do referido congresso.

A parte recebida pelo Brasil, na troca de documentos cartográficos, foi incorporada ao primitivo patrimônio então existente na Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros, núcleo inicial da atual Mapoteca do Itamaraty.

I.A.

V PARTE

O BRASIL INDEPENDENTE E OS PROBLEMAS DE FRONTEIRAS À LUZ DA CARTOGRAFIA ANTIGA

I

OS LEGADOS DO BRASIL-COLÔNIA E OS PRECURSORES DO BARÃO DO RIO-BRANCO

Como o Tratado de Madri, também o de Santo Ildefonso não foi levado a cabo. Dez anos duraram os trabalhos das quatro comissões demarcadoras, que deixaram apenas problemas em aberto.

"Pode afirmar-se, observa o Embaixador Hildebrando Accioly, que ao se tornarem independentes as antigas colônias de Espanha e Portugal na América do Sul, não havia nenhum ato internacional vigente que definisse os limites entre o Brasil e os países vizinhos".

Não obstante, entre o Tratado de Santo Ildefonso e o ano da Independência do Brasil, tinham-se dado alguns fatos de importância na evolução dos problemas dos limites do Brasil e, por forma mais geral, da sua formação territorial.

Antes disso convirá relembrar os principais problemas deixados em aberto pelas Comissões demarcadoras que se esforçaram por dar, sôbre o terreno, realidade às estipulações do Tratado de Santo Ildefonso. Êsse conhecimento é indispensável à compreensão das questões que mais tarde tiveram de resolver os diplomatas do Império e da República com as repúblicas sul-americanas de origem espanhola, e, em particular, a Argentina, a Colômbia e o Paraguai.

Tôdas as velhas disputas entre demarcadores portuguêses e espanhóis reviveram então; e os diários das partidas, os mapas das regiões limítrofes, traçados pelos demarcadores, ou as atas de protesto foram invocadas de parte a parte como outros tantos títulos de soberania. E só por êsse motivo esta história ultrapassa o período do Brasil colonial, com o qual, em verdade, termina a sua cartografia histórica.

De todos os problemas de fronteira e litígios de soberania, levantados pelo Tratado de S.to Ildefonso, é documento gráfico precioso, o mapa de Requena, a que anteriormente aludimos. Ao longo da divisória entre as duas Coroas, espanhola e portuguêsa,

Não foi sem algumas e justificadas razões que D. João VI se resolveu a essa intervenção. Não há dúvida de que, nos primeiros tempos da sua história de nação independente, a República Argentina atravessou um período de graves dissenções civis, alargando-se, por modo tão anárquico, às duas margens do estuário platino, que chegou a constituir séria ameaça e risco para a segurança e a paz das povoações limítrofes, em território brasileiro. Mais que tudo, D. José Artigas manteve sempre ativa a sua pretensão ao território das Sete Missões. Por outro lado, a formação duma nação independente, que ambicionava estender-se aos antigos territórios do Vice-reinado do Prata, com sua capital em Buenos Aires, representava um perigo de desequilíbrio de fôrças e contágio político para o regime monárquico e a situação de equívoco criada com a permanência de D. João VI no Brasil, cuja independência já era implícita e latente, mas não declarada.

São estas as razões que justificam, mas apenas em parte, a intervenção de D. João VI e dos seus ministros no Uruguai, pois ela se explica, da mesma forma, pela velha e cega tendência de estender a fronteira do Brasil até ao estuário do Prata.

De certo modo a formação da Província Cisplatina, embora efêmera ou, por isso mesmo, auxiliou a criar no Uruguai o espírito de diferenciação em relação à República Argentina, e, por conseqüência, da sua independência; o que, sem dúvida, redundou em proveito do Brasil; e, além disso, a fixar as atuais fronteiras do Uruguai com o Rio Grande do Sul.

Mas o maior dos bens, transmitidos pelo Brasil colonial ao Brasil independente, foi o sentido da unidade geográfica, formada pelos antigos Estados do Brasil e do Maranhão-Pará, sob D. João VI, fundidos num só.

Como é sabido, a América do Sul espanhola, que se dividia em três vice-reinados, ao chegar ao histórico *año diez*, fragmentou-se pouco a pouco em nove repúblicas. Ao contrário, o Brasil conservou a sua unidade territorial.

Êsse fato capital comprova tudo o que até aqui dissemos:

I — Que à formação do Brasil presidiu uma razão geográfica de Estado, ou seja, a consciência da sua individualidade física, por oposição à pluralidade regional da América espanhola.

II — Da mesma forma contribuiu uma razão de Estado etnográfica, desde a sua pré-história, ou seja, a existência dum con-

junto de raças aborígenes, de cultura de floresta tropical, em contraste com a pluralidade dos povos aborígenes da América espanhola, na sua maioria de cultura muito diversa e mais evoluída.

III — A própria formação política, unitária, do português o auxiliou a dar expressão estatal àqueles dois fatos.

Apesar das disputas assinaladas pelo mapa de Requena, pode dizer-se que, salvo pequenas modificações de fronteiras, ao proclamar-se a independência do Brasil, a sua formação territorial estava terminada. E, daquelas modificações, apenas a que resultou da incorporação do território do Acre trazia uma diferença bastante visível ao aspecto físico do Brasil.

Faltava, sim, dar à definição territorial de Gusmão a sanção diplomática, interrompida pelo Tratado de Badajoz, de 6 de junho de 1801, que terminava a breve guerra dêsse ano entre Portugal e a Espanha, e no qual não se fazia a menor alusão ao Tratado preliminar de 1777, nem tampouco à reposição das cousas no *statu quo ante bellum*.

Salvo no caso do Uruguai, os diplomatas do Império, e, a seguir os da República, e em especial, o Barão do Rio-Branco, tomavam sempre como ponto de partida êsse verdadeiro Marco Zero, que foi o Tratado de Badajoz, para mais livremente se apoiarem, contra as cláusulas do Tratado de Santo Ildefonso, no princípio do *uti possidetis,* proclamado por Gusmão. Essa tática representava um duplo regresso à origem, proclamando a nulidade dos tratados anteriores, mas arvorando em norma jurídica fundamental aquêle conceito que já então e de nôvo alargava o circuito terrestre das fronteiras do Brasil.

Dessa grande obra de consolidação diplomática e reajustamento das fronteiras, em obediência ao *uti possidetis,* a figura central, para onde convergem todos os esforços anteriores e defluem os restantes, é o Barão do Rio-Branco. Mas seria injusto esquecer que êle teve uma plêiade de precursores, que durante o Império lhe abriram largamente o caminho e, entre êles, mais que todos, o Barão da Ponte Ribeiro, o Visconde do Rio-Branco e Joaquim Caetano da Silva.

O primeiro, a quem já se chamou o *Fronteiro-mor do Império,* preparou pelos seus esforços diplomáticos, e mais que tudo pelos seus estudos de geografia, história e cartografia das fronteiras, tôdas as reivindicações territoriais do seu tempo e ainda as posteriores.

Português de origem, mal conhecido e mal apreciado, bem merecia que se imprimisse a coleção das suas memórias, tantas das quais notabilíssimas.

Nomeado, em 1825, Cônsul geral em Madri, iniciou a sua carreira diplomática em condições dificílimas. Encarregado de obter o reconhecimento do Brasil Independente, viu os seus esforços malogrados pelos erros cometidos no Rio de Janeiro com o representante espanhol. Retirou-se em 1827, sem atingir o objetivo principal da sua missão, tão difícil, que, só em 1835, se alcançou.

Sucessivamente Cônsul geral e Encarregado de Negócios no Peru (1829-32) e logo na mesma qualidade no México, onde representou o Brasil no primeiro Congresso de nações americanas (1833-35); passando a exercer o mesmo cargo no Chile, Bolívia, e Peru (1836-41); Ministro Residente na Confederação Argentina, durante o govêrno de Rosas (1842-43); e mais tarde Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário no Chile, Bolívia, Peru, Equador, Colômbia e Venezuela (1851), com a missão especial de informar os governos dêsses países sôbre os motivos que levaram o Brasil a declarar guerra a Juan Manuel Rosas, o ditador da Argentina, e a Manuel Oribe, que dominava Montevidéu, terminava a sua carreira de diplomata em exercício, negociando e assinando em Lima, a 23 de outubro dêsse ano, o Tratado de Limites com o Peru.

Em todos êsses países, recolheu informações de caráter geográfico, econômico e político e mapas, quer espanhóis, quer portuguêses, que lhe serviram para redigir 45 das suas notáveis memórias sôbre problemas de fronteiras .

Pôsto em disponibilidade ativa, em 1853, ano em que passou a servir como conselheiro dos Ministros de Estado dos Negócios Estrangeiros, teve ainda ocasião de redigir mais 140 memórias e organizar o fundo cartográfico, que serviu de núcleo inicial e valiosíssimo da Mapoteca do Itamaraty.

Foi êle também o principal organizador do mapa do Império de 1875, que marca o maior e mais sério esfôrço da cartografia brasileira desde a Independência até a República. Faleceu em 1878 depois de meio século dos maiores serviços prestados ao Brasil. A êsse mapa, sob o ponto de vista da cartografia antiga, nos referiremos adiante.

Depois do Barão da Ponte Ribeiro, outro estudioso, ainda que em menor escala, prepara a obra posterior do Barão do Rio-Branco. Referimo-nos a Joaquim Caetano da Silva e à sua grande obra

— *L'Oyapoc et l'Amazone question brésilienne et française* — cuja primeira edição foi impressa em Paris em 1861 e a segunda, no Rio de Janeiro em 1883. Finalmente, em 1899, o Barão do Rio-Branco republicava em terceira edição a obra de J. Caetano da Silva, como IV tomo da I Memória do Brasil sôbre o problema das fronteiras com a Guiana Francesa.

Joaquim Caetano da Silva nasceu em 1810 em Jaguarão, no Rio Grande do Sul, e morreu em 1873, em Niterói, no Estado do Rio de Janeiro. Tendo passado vinte e quatro anos de sua vida na Europa, particularmente na França, realizou neste país os seus estudos universitários entre 1826 e 1837, ano em que recebeu o grau de doutor em Medicina.

À maneira de Ponte Ribeiro, a sua paixão pelos estudos históricos e geográficos e muito mais os de fronteiras, desviou-o da medicina, que nunca chegou a exercer. Havendo, em 1838, regressado ao Brasil, foi professor e logo Reitor do Colégio D. Pedro II, época em que apresentou alguns estudos notáveis ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Nomeado, em 1851, Encarregado dos Negócios do Brasil na Haia, ocupou êsse pôsto até 1854, ano em que obteve do Ministério das Relações Exteriores licença para se consagrar inteiramente à preparação do seu livro sôbre a questão das fronteiras entre o Brasil e a Guiana Francesa.

Em 1856, Caetano da Silva lia, em reunião da Sociedade de Geografia de Paris, os seis primeiros capítulos de *L'Oyapoc et l'Amazone*, trabalho que, só volvidos cinco anos, veio a terminar, e só em 1861 se publicou.

Essa obra, de tamanho interêsse para a história da geografia e da cartografia, quer do Brasil, quer das regiões lindantes com o norte do Brasil, mereceu ao autor a amizade de Humboldt e a consideração de todos os estudiosos da história geográfica do Nôvo Mundo.

Em 1863, Caetano da Silva regressava de nôvo ao Brasil, havendo durante os últimos dez anos da sua vida desempenhado o cargo de Inspetor Geral da Instrução Pública e Diretor dos Arquivos Nacionais.

Nada melhor para aquilatar do valor da obra referida, do que as próprias palavras do Barão do Rio-Branco, ao reeditá-la em 1899:

"Près de quarente ans se sont passés, et non seulement *L'Oyapoc et l'Amazone* n'a pas vieilli, mais il reste encore le guide le plus

sûr pour l'étude de la question de frontières qu'un arbitrage va bientôt trancher". (1)

Nada mais justo que o elogio do Barão do Rio-Branco à obra de Joaquim Caetano da Silva. Êle honra os dois.

No livro do segundo, foi mais tarde o Barão buscar os primeiros e principais argumentos para a defesa da soberania brasileira nos territórios da Guiana disputados pela França.

Mas o precursor mais direto do Barão, pelo sangue, na obra e no pensamento, foi seu pai, o Visconde do Rio-Branco, como se vê da sua biografia escrita pelo filho.

Por ela compreendemos como o Barão admirava no Visconde, com preferência, a parte da obra a que êle deu continuidade, e as melhores virtudes paternais, de que fêz apanágio próprio. Sente-se nessa biografia quanto o Barão foi herdeiro opulento do

---

(1) No primeiro volume do exemplar desta obra existente na Biblioteca do Itamaraty, aparece por letra do Barão do Rio-Branco a seguinte cópia de uma carta, que, em 6 de fevereiro de 1859, Caetano da Silva dirigiu de Paris ao Imperador D. Pedro II, e que mostra bem o zêlo patriótico com que se entregava ao seu trabalho:

"Senhor

Hoje mesmo tive a certeza que está nomeado pelo governo francez para ir tratar diplomaticamente no Rio de Janeiro a questão do Oyapoc, e provavelmente partirá pelo vapor de Março, o Major de Engenharia Alfred de Saint-Quentin, autor da Memoria que o Principe Napoleão mandou inserir na *Revue Coloniale* de Agosto e Setembro de 1858, e logo publicar avulsa.

E venho deprecar a Vossa Magestade Imperial, Augusto Defensor Perpetuo do Brazil, que, pelo amor do Brazil, não admitta sobre a pendencia do Oyapoc negociação alguma, enquanto não apparecer o trabalho terminante que estou redigindo.

Falta-me o talento preciosissimo de escrever depressa; mas em assumpto de tanta magnitude, o essencial he escrever com acerto.

O Governo Francez vai vendo que do meu trabalho resultará infallivelmente o triumpho do Brazil; e por isso se empenha em promover hum desfecho antes da minha demonstração, e longe de mim. Se Vossa Magestade Imperial resolve que não pode excusar a projetada negociação, em tal caso deprecarei a Vossa Magestade Imperial se digne de escolher-me para seu negociador.

A amargura que teria com a interrupção do meu trabalho será completamente suavizada pela ineffavel satisfação de ir segurar a causa brazileira.

Conheço pessoalmente o Snr. Saint-Quentin, e com franqueza lhe declarei que na minha XIª leitura (que subirá à presença de Vossa Magestade

pai, a que excedeu apenas na autoridade e prestígio indiscutível, que preparou e conquistou, fora da agitação política em que se debateu o Visconde, com seus profundos estudos de geografia, história e cartografia do Brasil.

Mais diplomata de ação que homem de gabinete, José Maria da Silva Paranhos entrou na diplomacia como Secretário da Missão especial do Marquês do Paraná, nos países do Prata, em 1851. Nesse mesmo ano fôra assinado, a 12 de outubro, entre outros, o Tratado de Limites com a República Oriental. No ano seguinte, e pouco depois da batalha de Caseros, ocupava, em condições muito difíceis, o pôsto de Ministro-Residente na República Oriental do Uruguai, em que permaneceu até aos fins de 1853, dando desde logo provas das maiores qualidades para o bom desempenho das suas funções. Foi êle quem acompanhou e fiscalizou a execução do Tratado de Limites, cabendo-lhe resolver árduas questões, pendentes desde 1784, pelo acôrdo de 22 de abril de 1853, com o govêrno oriental.

Tendo entrado para o Ministério do Marquês do Paraná, como Ministro da Marinha, em fins de 1853, passava, em 1855, para a pasta dos Negócios Estrangeiros, e daí dirigia e ultimava as negociações que culminaram no Tratado de amizade, navegação e comércio, de 6 de abril de 1856, que facultava à Província de Mato Grosso a navegação do Paraguai.

Imperial pelo proximo vapor) aniquilarei as duas bases, historica e geografica, em que elle se firmou.

He muito de presumir que o Governo Francez vá a Vossa Magestade Imperial com alguma concessão. Porém, Augusto Senhor, bem avalia Vossa Magestade Imperial a diferença que ha entre concessões offerecidas ao Brazil como generosidade da França e concessões arrancadas à França pela incontrastavel argumentação do Brazil. Com o mais profundo acatamento beijo a augusta mão de Vossa Magestade Imperial.

Senhor,

De V.M.I.

Ass.) Joaquim Caetano da Silva.

Paris,

6 de Fevereiro de 1859.

Copiado do original, todo do punho de J.[m] Caetano da Silva, hoje, 13 de Julho de 1896.

Rio-Branco".

Mas no ano seguinte o govêrno de Assunção anulava de fato êsse Tratado, e Paranhos foi nomeado Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário em missão especial no Uruguai, Argentina e Paraguai. Conseguiu imediatamente negociar e assinar com o govêrno argentino a Convenção Fluvial de 20 de novembro de 1857, que regulava entre os dois países a navegação dos rios Uruguai e Paraná, e o Tratado de Limites de 14 de dezembro dêsse mesmo ano; e, finalmente, com o Plenipotenciário paraguaio, a Convenção de 12 de fevereiro de 1858, que restabelecia, na sua verdadeira compreensão, o Tratado de 1856.

Tendo acompanhado de perto a guerra com o Paraguai na sua última fase, quando Ministro dos Estrangeiros, em missão especial no Rio da Prata e Paraguai (1869-1871), foi durante a sua gestão como Presidente do Conselho de Ministros, que o Barão de Cotegipe assinou, em 1872, o Tratado de Assunção que regulou os limites do Brasil com o Paraguai.

Nada melhor para ilustrar a obra dos diplomatas do Império do que comparar com o mapa de Francisco Requena de 1796, o mapa do Império (1875) em cuja elaboração teve parte principal o Barão da Ponte Ribeiro. Por êste se vê que:

I — Pelo Tratado de 1851 com a República do Uruguai, esclarecido pelo acôrdo de 22 de abril de 1853, já os limites vinham do Chuí à margem ocidental da lagoa Mirim para seguirem pelo Jaguarão e a Cochilha de Sant'Ana ao Quaraim e ao Uruguai;

II — Pelo Tratado de 23 de outubro de 1851, negociado pelo Barão da Ponte Ribeiro, com o Peru, reconhecia-se como fronteira a povoação de Tabatinga e daí para o norte uma linha reta a encontrar o Japurá, defronte da foz do Apaporis, e de Tabatinga para o sul, o rio Javari, desde a sua confluência com o Amazonas;

III — Pelo Tratado de 27 de março de 1867, com a Bolívia, transferia-se a linha Madeira-Javari para a Javari-Beni;

IV — Pelo Tratado de Caracas de 1859, com a Venezuela, como com o de Assunção, de 1872, com o Paraguai, a fronteira ficava pràticamente definida, conforme a linha que tem sido demarcada em nossos dias.

Em compensação, foi impossível regular o problema de limites, transitòriamente estabelecido com a Argentina, pelo Tratado de 1857, pelo binário atual Pequiri-Santo Antônio; nem com a Colômbia, malgrado as muitas tentativas dos diplomatas do Império.

Sob êste ponto de vista, Argentina e Colômbia denunciam, desde muito longe, um espírito comum.

II

A CARTA GERAL DO IMPÉRIO DO BRASIL DE 1875 E A CONTRIBUIÇÃO DO BARÃO DA PONTE RIBEIRO

Os trabalhos do Barão da Ponte Ribeiro nas suas relações com a cartografia do Brasil merecem ainda menção especial pelo que respeita à chamada Carta do Império, verdadeiro marco na evolução da cartografia nacional.

Planejados em 1864 os trabalhos de organização da Carta do Império, só em 1867 e através dos maiores obstáculos, se lhes deu início, sob a direção do Doutor Antônio Maria de Oliveira Bulhões. A grandeza do país, o seu difícil acesso às explorações científicas e a falta de trabalhos preparatórios que propiciassem o levantamento de uma carta do Brasil, rigorosamente científica no plano geodésico, há mais de século e meio adotado pelos países mais avançados da Europa, retardaram muito os trabalhos. Para obviar essas dificuldades o Dr. Antônio Maria Oliveira de Bulhões resolveu aplicar à organização da carta o método da geodésia expedita, que, embora sumário, poderia permitir uma visão topográfica do Império.

Nunca foi possível realizar plenamente, sequer nesta base, êste plano. Tornou-se necessário recorrer a trabalhos cartográficos do período colonial; e foi sob êste aspecto que a colaboração de Ponte Ribeiro se tornou preciosa. Tendo dedicado muitos anos de sua vida ao estudo dos limites do Brasil e colecionado em Portugal, no Brasil e em vários países da América Espanhola, cartas geográficas do Brasil e das suas regiões lindantes, o Barão da Ponte Ribeiro pôde suprir em larga escala, com os seus conhecimentos e documentação cartográfica, a carência de trabalhos preparatórios expressamente realizados para essa carta.

Dêste modo e graças a sua intervenção se pôde organizar a Carta do Império, que figurou em 1875 na Exposição de Filadélfia, e a que o Marechal Baurepaire Rohan se referiu prestando os maiores elogios ao trabalho de Ponte Ribeiro no seu "Relatório Final da Comissão da Carta Geral do Império do Brasil", apresentado em 1878.

Foi essa carta desenhada por José Martins Penha e José Cupertino do Amaral, tendo como auxiliar, José Ribeiro da Fonseca Silvares.

Já então se tomou como primeiro meridiano o que passava pelo cume do Pão de Açúcar, pois o arrasamento do Morro do Castelo e, por conseqüência, do primitivo Colégio dos Jesuítas, por onde passara o meridiano das cartas de Domingos Capacci e Diogo Soares, já estava decretado pelo Govêrno Imperial.

O Mapa foi, como dissemos, elaborado pela contribuição de trabalhos cartográficos antigos e modernos, coligidos na sua quase totalidade por Ponte Ribeiro, em cuja "Exposição . . ." são enumerados, conforme as respectivas regiões, pela seguinte forma:

— Parte Septentrional:	85 cartas
— Ocidental:	43 cartas
— Meridional:	45 cartas
— Oriental:	116 cartas
— Central:	17 cartas
— Cartas que representam territórios compreendidos em mais do que uma das cinco divisões anteriores:	15 cartas
— Cartas que compreendem todo o Brasil:	9 cartas

Mas foi principalmente no que respeita às vastíssimas regiões das fronteiras que se utilizaram largamente os trabalhos cartográficos das partidas demarcadoras do século XVIII e, em particular, as que trabalharam para realizar no terreno os limites propostos pelo Tratado Preliminar de Santo Ildefonso (1777). É particularmente apreciável essa contribuição para a região do norte, pois das 85 cartas aproveitadas, 32 são da autoria dos demarcadores dessa época, e, mais que todos, Simões de Carvalho e Vitório da Costa.

Para a região oriental, embora se aproveitassem em maior número trabalhos mais modernos, não se prescindiu de mapas antigos como o da "Nova Lusitania", organizado por Silva Pontes e que, só êle, representava a compendiação de muitos trabalhos anteriores, assim como os do Silva Pais, Diogo Soares e José Custódio de Sá Faria.

Para o traçado do litoral brasileiro aproveitaram-se igualmente os trabalhos hidrográficos de José Fernandes Portugal, José Patrício de Souza, do século XVIII e comêço do seguinte, embora os de maior importância tenham sido os do Almirante Mouchez, que constituíram verdadeiramente a base, nesse ponto, da construção da Carta.

Para terminar com a parte da cartografia antiga que serviu a essa carta, lembremos ainda os trabalhos de Antônio Rodrigues Montezinho e de João da Costa Ferreira, que traçaram várias cartas da Capitania de São Paulo; os de Antônio de Souza Coelho, que vão desde os fins do século XVIII aos princípios do seguinte; os de Manoel Vieira Leão e José da Silva Paulet, sôbre o Ceará, e os de João Bloem sôbre Sergipe.

Como à data da confecção da Carta do Império havia já muitos trabalhos realizados sôbre os novos traçados de limites, foram aproveitados os levantamentos feitos pela Comissão Mista Demarcadora dos Limites entre o Brasil e o Uruguai, de 1853 a 1862, cujos chefes brasileiros foram sucessivamente Soares d'Andréa e Pedro D'Alcantara Bellegarde. O mesmo aconteceu para a fronteira com o Peru, pois se aproveitaram os trabalhos cartográficos da Comissão encarregada de executar o Tratado de 23 de outubro de 1851, cujos chefes brasileiros foram sucessivamente Costa Azevedo e o Barão de Tefé.

Da mesma forma, os trabalhos de demarcação da linha divisória entre Mato Grosso e a Bolívia, realizados desde 1851 pela Comissão chefiada por Antônio Cláudio Soído, tal como os trabalhos efetuados pela demarcação do rio Apa até à foz do Iguaçu, pela Comissão chefiada por Rufino Enéas Gustavo Galvão, foram largamente aproveitados.

Para se ter uma idéia mais concreta da variedade de mapas e cartógrafos que contribuíram para a confecção da Carta do Império de 1875, damos a seguir uma lista das principais dessas cartas e os seus autores.

LISTA DE ALGUNS TRABALHOS CARTOGRÁFICOS MAIS IMPORTANTES QUE SERVIRAM DE BASE À CARTA GERAL DO IMPÉRIO EXIBIDA NA EXPOSIÇÃO INTERNACIONAL DE FILADÉLFIA, DE 1875

1 — PARTE SETENTRIONAL

— Planta hidrográfica dos rios e lagos do Amapá, da Ilha Maracá e Cabo do Norte até à foz do rio Araguari, pelo Sr. Capitão Tenente José da Costa Azevedo, em 1860.

Mapoteca do Itamaraty

— Carta da Guiana Francesa construída em conformidade das cartas e planos do Engenheiro Simon Mentelle em 1778, existentes no depósito da colônia, oferecida a João Severiano Maciel da Costa, Intendente Geral de Caiena, pelo Capitão de artilharia José Antônio Nunes, em Abril de 1811.

Diret. do Serv. Geog. do Exército

— Carta geral das Capitanias do Grão-Pará e Maranhão, que compreende pelo Norte as Guianas, mandada organizar pelo Brigadeiro Manuel Marques de Sousa, em Caiena, à vista de mapas e memórias ali existentes, em 1813.

Mapoteca do Itamaraty

— Coleção de plantas extraídas do Arquivo Militar de Caiena, debaixo da direção do Brigadeiro Manoel Marques, pelo Capitão de Artilharia João Antônio da Silva e o Engenheiro J.H. de Mattos que as reduziu ao petipé. Ano de 1817.

Diret. do Serv. Geog. do Exército (?)

— Carta geográfica e geológica da Caiena Francesa e do país contestado, que se estende da margem direita do Oiapoque à margem esquerda do Amazonas, corrigida segundo os trabalhos hidrográficos de Mr. Carpentier, Tenente de Nav., Caiena, 15 de março de 1857.

Mapoteca do Itamaraty

— Mapa da Guiana Inglêsa com os terrenos do Parima (Rio Branco) e do Orinoco, conforme os Planos que se acham no Arquivo do Ministério das Colônias em Londres, levantados nos anos de 1835 a 1844 por Sir Robert Schomburgk. 1846.

Mapoteca do Itamaraty

— Atlas fisico y politico de la República de Venezuela por el Coronel Agustin Coddazzi. 1840.

Mapoteca do Itamaraty

— Carta Geográfica dos terrenos entre o Império do Brasil e a Guiana Inglêsa, levantada em conformidade do Decreto Imperial de 1º de março (*sic*) de 1843, pelo Tenente-Coronel Frederico Carneiro de Campos e os Engenheiros Innocencio Velloso Pederneira e Pedro Toulois.

Diret. do Serv. Geog. do Exército e Mapoteca do Itamaraty

— Carta do rio Amazonas apresentada por Spix e Martius para dar a conhecer o território percorrido pela sua Comissão de História Natural; teve por base os trabalhos dos Engenheiros das demarcações de limites.

Mapoteca do Itamaraty

— Primeiros traços gerais da carta particular do rio Amazonas no curso Brasileiro, levantada pelo Capitão Tenente João Soares Pinto, coadjuvado de Belém a Tefé pelo Sr. Vicente Pereira Dias, 1º Tenente de Engenheiros. Anos de 1862 a 1864.

Mapoteca do Itamaraty

— Planta do rio Javari desde a foz até 6º12' de latitude sul, organizada pelo nôvo comissário Sr. Dr. Epifanio Candido de Souza Pitanga, à vista dos trabalhos anteriormente feitos e em 1866 pelo Capitão Tenente João Soares Pinto e o Dr. D. Manuel Paz-Soldan, coadjuvados pelo 1º Tenente Sr. Geraldo Candido Martins, e o Engenheiro Sr. José Antônio Rodrigues; mandada litografar em quatro fôlhas pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros. 1868.

Mapoteca do Itamaraty

— Planta de uma parte do rio Içá ou Putumayo, organizada pelo mesmo Sr. Pitanga de conformidade com os planos levantados pelo seu antecessor o comissário Sr. Costa Azevedo coadjuvado pelos capitães engenheiros Srs. Joaquim Xavier de Oliveira Pimentel e Joaquim Leovegildo de Souza Coelho em 1868; mandada também litografar pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Mapoteca do Itamaraty

— Carta do rio Japurá até a foz do Apaporis e plano do antecipado assinalamento do lugar em que termina a linha reta tirada de Tabatinga, em que há de colocar-se o marco da fronteira com o Peru; levantada pelo comissário de fragata Sr. José da Costa Azevedo e seus adjuntos em 1868.

Mapoteca do Itamaraty

— Plano topográfico da margem do rio Japurá em frente à bôca do rio Apaporis, levantado em 1872 pela nova comissão mista Brasil-Peruana sendo comissário o Sr. Barão de Tefé e o Dr. D. Manuel Paz-Soldan e da colocação que fizeram do marco divisório no ponto em que termina a fronteira da linha reta tirada de Tabatinga à foz do Apaporis, estipulada no Tratado de Outubro de 1851.

Mapoteca do Itamaraty

— Planta do rio Javari desde a latitude Sul 6°12' até a sua nascente principal em 7°01', onde foi colocado o marco terminal da fronteira Norte-Sul, entre o Império do Brasil e a República Peruana; pela Comissão Mista: Comissários o Sr. Barão de Tefé e o Capitão de Fragata Sr. D. Guilherme Black. 1873.

Mapoteca do Itamaraty

— Mapa hidrográfico do rio Amazonas pelo Capitão Tenente Sr. José da Costa Azevedo e seus ajudantes. 1866.

Depósito Hidrográfico da Marinha

2 — PARTE OCIDENTAL

— Mapa da Capitania de Mato Grosso oferecido ao Ilmo. Exmo. Sr. Caetano Pinto de Miranda Montenegro, Capitão General da mesma capitania por Ricardo Franco de Almeida Serra. 1802.

Diret. do Serv. Geog. do Exército e Mapoteca do Itamaraty

— Mapa militar da fronteira de Mato Grosso com a Bolívia, pelo Brigadeiro Gavião, Governador das Armas, e o Engenheiro Luiz D'Alencourt, em 1827.

Diret. do Serv. Geog. do Exército e Mapoteca do Itamaraty

— Carta do rio Paraguai desde o forte Olimpo até à cidade da Assunção pelo Capitão de Fragata Leverger, em 1843.

Mapoteca do Itamaraty

— Carta hidrográfica do rio Paraguai desde Corumbá até a sua confluência com o rio Paraná, configurada em grande escala, pelo Capitão de Fragata Leverger nos três cadernos do seu diário científico em 1864, e confeccionada pelo Capitão Tenente Antônio Cláudio Soído para ser litografada.

Mapoteca do Itamaraty

— Mapa hidrográfico do rio S. Lourenço até confluir com o rio Cuiabá e dêste até a cidade do mesmo nome. Confeccionado em grande escala dos planos respectivos do Exmo. Sr. Chefe de Esquadra Augusto Leverger. 1860.

Mapoteca do Itamaraty

— Mapa da fronteira do Sul de Mato Grosso, organizado pelo Chefe de Esquadra Sr. Augusto Leverger, em 1856.

Diret. do Serv. Geog. do Exército e Mapoteca do Itamaraty

— Carta corográfica do distrito de Miranda, na Província de Mato Grosso, organizada, segundo as cartas existentes e o reconhecimento feito em 1864, pelo Chefe de Esquadra Sr. Leverger.

Mapoteca do Itamaraty

— Carta da Fronteira do Império do Brasil com a República do Paraguai, desde a foz do rio Apa até a sua nascente principal na cordilheira Amambaí, por esta serra Maracaju até o Salto Grande do Paraná e pelo álveo dêste até a foz do rio Iguaçu; levantada pela comissão mista do Brasil e Paraguai em conformidade do tratado de 9 de janeiro de 1872.

Mapoteca do Itamaraty

3. PARTE MERIDIONAL

— Reconhecimento do rio Uruguai, corrigido desde Buenos-Aires até o Salto e levantado daí até a Cachoeira de Santo Izidro pelo Capitão Tenente da Armada Imperial Francisco Luiz da Gama Rosa. 1847.

Diret. do Serv. Geog. do Exército

— Carta da fronteira do Chuí levantada em 15 de outubro a 31 de dezembro de 1852, para servir à fixação da linha divisória entre o Império do Brasil e o Estado Oriental do Uruguai nesta parte da fronteira comum dos dois Estados, pela comissão da demarcação de limites composta do chefe da comissão o Marechal de Exército reformado Francisco José de Souza Soares d'Andréa, oficiais o Tenente Coronel do corpo de engenheiros José de Vitoria Soares d'Andrea, os 1os Tenentes da Armada Antônio Joaquim Cervello d'Avilla, José Costa Azevedo, e 1os Tenentes Engenheiros Candido Jeronymo

Passos, José Carlos de Carvalho, Antonio Dias da Costa, Dr. Inacio da Cunha Galvão, e Dr. João Ernesto Viriato de Medeiros.

Diret. do Serv. Geog. do Exército
Mapoteca do Itamaraty

— Carta do passo do Centurião até à coxilha de Santa Ana, para servir à demarcação de limites entre o Império do Brasil e o Estado Oriental do Uruguai. Levantada de setembro do ano passado até 11 de março do ano de 1855.

(Assinado) O Marechal de Exército chefe da comissão de limites Barão de Caçapava.

Mapoteca do Itamaraty

— Carta geral da fronteira do Império do Brasil com o Estado Oriental do Uruguai. Levantada pela comissão de limites sob a direção do Marechal de Exército Barão de Caçapava, e de seu sucessor o Brigadeiro Pedro de Alcântara Bellegarde, de 1852 a 1860.
(Assinado) Pedro de Alcantara Bellegarde.

Mapoteca do Itamaraty

— Carta topográfica da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul confecionada segundo os trabalhos oficiais existentes nos Arquivos das Obras Públicas Provinciais, concluída por ordem do Exmo. Senhor Francisco Ignacio Marcondes Homem de Mello, Presidente da Província, sob a direção do Bacharel Antonio Eleuterio de Camargo, Engenheiro da Província; organizada e desenhada pelos desenhadores Manoel Francisco Falcão da Frota, Romualdo de Abreu e Silva, Joaquim Procópio Rodrigues da Silva,1868.

Mapoteca do Itamaraty

4. PARTE ORIENTAL

— Mapa corográfico da província de S. Paulo pelo Marechal Pedro Müller, gravado em Paris. Ano de 1837.

Diret. do Serv. Geog. do Exército

— Mapa do sertão desde S. Paulo até Goiás e Mato Grosso, por João Caetano da Silva em 1817.

Diret. do Serv. Geog. do Exército

— Mapa corográfico das províncias de S. Paulo e Mato Grosso para mostrar a nova via, projetada de comunicação desde a Vila de Antonina até a cidade do Cuiabá. Oferecido ao Ilmo. e Exmo. Sr. Vis-

conde de Monte Alegre por seu amigo Barão de Antonina. Levantada por João Henrique Elliot.

Diret. do Serv. Geog. do Exército

— Coleção hidrográfica de 15 mapas desde o Rio de Janeiro até o Rio da Prata e Buenos-Aires. Redigida nos anos de 1819 a 1821 por ocasião do serviço que fêz no Brasil o Major engenheiro F.P.A. Moreira.

Mapoteca do Itamaraty

— Mapa corográfico da província do Paraná, pelo Sr. João Henrique Elliot em 1855.

Mapoteca do Itamaraty

— Comissão exploradora da estrada para Mato Grosso e Rio e Mapa da província do Paraná, organizado pelo chefe da comissão Antônio Pereira Rebouças, e o 1º ajudante Maurício Schwarz.

Mapoteca do Itamaraty

— Mapa geográfico da província de Santa Catarina, contendo as divisões territoriais e judiciárias, as distâncias das cabeceiras dos municípios à capital da Província, a superfície quadrada de cada um dos municípios, e uma estatística da população. Pelo 1º Tenente engenheiro João de Souza Mello e Alvim. 1847.

Mapoteca do Itamaraty

— Mapa da medição e demarcação das vinte e cinco léguas quadradas das terras concedidas em complemento do dote da Sereníssima Princesa de Joinville, a Senhora D. Francisca. Por Jerônimo Francisco Coelho, Tenente-Coronel do corpo de engenheiro, composta do Capitão Cristiano Pereira de Azevedo Coutinho, 1º Tenente Juvêncio Manoel Cabral de Menezes, e Manoel José Machado da Costa Júnior, e reduzida a menor escala pelo Capitão Lecor.

Diret. do Serv. Geog. do Exército

— Carta hidrográfica da Ilha de Santa Catarina e seu canal, levantada por Henrique Luiz de Niemeyer Bellegarde em 1830.

Diret. do Serv. Geog. do Exército

— Mapa da Província do Rio de Janeiro até a Vila Rica, e a cidade de S. Paulo, que mostra os caminhos e uma mina de ouro na Paraíba do Sul.

Diret. do Serv. Geog. do Exército

— Coleção de plantas da cidade do Rio de Janeiro e subúrbios.

Diret. do Serv. Geog. do Exército

— Carta geográfica da parte oriental da província do Rio de Janeiro, seus têrmos ou limites com as do Espírito Santo, S. Paulo e Minas, indicando-se as subdivisões dos distritos anexos compreendidos na jurisdição particular e econômica de suas vilas, cidades e aldeias.

Diret. do Serv. Geog. do Exército
Mapoteca do Itamaraty

— Coleção de plantas, perfis e planos hidrográficos do pôrto e Fortalezas do Rio de Janeiro e outros pontos da costa até Santa Catarina.

Diret. do Serv. Geog. do Exército

— Planta da Angra dos Reis, levantada pelo 1º Tenente da Armada Henrique Antônio Batista em 1856.

Mapoteca do Itamaraty

— Carta geográfica do Rio Doce e seus afluentes, levantada por Antonio Pires da Silva Pontes no ano de 1800.
(Só existe cópia do original tirada em 1840 por Faria Pardel sem indicar aonde aquêle estava).

Diret. do Serv. Geog. do Exército

— Mapa do Rio Doce, organizado por C. Krauss sôbre os trabalhos de Antônio Pires da Silva Pontes e Arlincourt, por ordem do Exmo. Senhor Paula Souza, Ministro da Agricultura e Obras Públicas em 1866.

— Mapa geral das colônias de Santa Leopoldina, Santa Izabel, e Rio Nôvo na Província do Espírito Santo, publicada por ordem do Excelentíssimo Senhor Ministro Paula Souza em 1866.

— Mapa da província da Bahia dividida em suas comarcas.

Diret. do Serv. Geog. do Exército
Mapoteca do Itamaraty

— Planta do província da Bahia entre o rio S. Francisco e o Paraguaçu, continuação até o rio de Contas e Grande de S. Francisco até a vila de Campo Largo, compilado dos estudos de Miguel Marques de Souza, Tenente Coronel João da Silva Leal Ferreira, e dos Engenheiros civis S. E. Halfeld, H. A. Vivieni, J. Cato, e Hulton, Vignoles; como também dos mapas publicados no Rio de Janeiro, Paris, Londres e Munich.

Diret. do Serv. Geog. do Exército (?)

— Carta corográfica para divisão das comarcas, têrmos e municípios da província de Sergipe de El-Rei. Organizada pelas informações, exames e de várias cartas mais exatas, que existem até hoje. Por

ordem do Ilmº e Exmº Sr. Brigadeiro José de Sá Bethencourt e Câmara, Presidente da mesma província, pelo Tenente Coronel João Bloem no ano de 1844.

Mapoteca do Itamaraty

— Carta corográfica compreendendo o terreno entre o rio de S. Francisco e estrada geral de Vila Nova Para a Missão, e Rio da Japaratuba até a Barra, e desta barra costa abaixo até o rio de S. Francisco, para reforma da carta corográfica da província de Sergipe. Pelo Tenente Coronel do Imperial Corpo de Engenheiros João Bloem. 1846.

Diret. do Serv. Geog. do Exército
Mapoteca do Itamaraty

— Mapa Topografico, e discripção G.^{l} do Rio de S. Fran.^{co} des o Nacim.^{to} té a sua foz: com medição gradual segundo as indagações q. pareceram mais exatas ao R.^{do} Fran.^{co} José Corr.^{a} V.^{or} da Manga e Vigr.^{o} do Porto da Folha q. viajou p.^{r} todos os Lugares descritos. Dezbr.^{o} 24 de 1807. Feito pelo R.^{do} Fran.^{co} Jozé Corr.^{a}

Diret. do Serv. Geog. do Exército
Mapoteca do Itamaraty

— Atlas e relatório concernente à exploração do rio de S. Francisco desde a cachoeira de Pirapora, até ao Oceano Atlântico. Levantado por ordem do Govêrno de Sua Majestade o Senhor D. Pedro II, pelo Engenheiro civil Henrique Guilherme Halfeld em 1852, 1853 e 1854.

— Hidrographie du haut San-Francisco et du Rio das Velhas... par Emm. Liais. 1865.

(Os planos, observações astronômicas, e a descrição científica que o Sr. Liais faz dêstes dous rios e do território que percorreu, nada deixam a desejar; e no mesmo caso se acham os trabalhos praticados pelo Sr. Halfeld na parte oriental do primeiro destes rios).

Todos êstes trabalhos foram publicados.

— Planta de reconhecimento feito nas capitanias de Pernambuco e Alagoas para servir ao projeto da Estrada Militar, defesa da costa, e correspondência telegráfica entre a vila de Santo Antônio do Recife e a cidade de São Salvador na Capitania da Bahia; pelo Capitão do Real Corpo de Engenheiros Conrado Jacob de Niemeyer em 1819.

Diret. do Serv. Geog. do Exército
Mapoteca do Itamaraty

— Carta das principais vias de comunicação da província da Paraíba; levantada por ordem do Exmo. Sr. Tenente Coronel Henrique de Beaurepaire Rohan, digníssimo presidente da mesma província; por Carlos Bless.

— Mapa hidrográfico do Vale do rio Ceará-mirim na província do Rio Grande do Norte, apresentado ao Sr. Dr. Olinto José Meira; pelo engenheiro Gustavo Luís Guilherme Dodt em 1869.

— Mapa topográfico da capitania do Rio Grande do Norte, tirado por ordem do governador da mesma capitania José Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque. Ano de 1811.

Diret. do Serv. Geog. do Exército

— Mapa da costa do Maranhão do fim dos Lenções Grandes até a ilha de S. João... por Antonio Joaquim da Veiga... 1806.

Mapoteca do Itamaraty

— Carta geral da província do Maranhão levantada por Antônio Bernardino Pereira do Lago, Coronel Engenheiro. Reduzida e desenhada por Joaquim Cândido Guillobel, Tenente Engenheiro. 1823.

Diret. do Serv. Geog. do Exército
Mapoteca do Itamaraty

— Carta da capitania do Ceará e costa correspondente. Levantada por ordem do Governador Manoel Inácio de Sampaio, pelo seu ajudante de ordens Antonio José da Silva Paulet em 1813.

Mapoteca do Itamaraty

— Carta da capitania do Ceará. Levantada por ordem do Governador Manoel Inácio de Sampaio por seu ajudante Antônio José da Silva Paulet em 1818.

Mapoteca do Itamaraty

5. PARTE CENTRAL

— Mapa topográfico petrográfico e orográfico da capitania de Minas Gerais; Barão de Eschwege em 1821.

Diret. do Serv. Geog. do Exército (?)

— Nôvo Mapa da capitania de Minas Gerais, levantado por Guilherme, Barão de Eschwege, Tenente Coronel de Engenheiros em 1821.

Diret. do Serv. Geog. do Exército (?)

— Mapa corográfico da província de Minas Gerais, por José Joaquim da Rocha, corrigido e aumentado por C.L. de Miranda Tejuco em 1819.

— Carta corográfica plana da província de Goiás e dos julgados de Araxá e Desemboque, da Província de Minas Gerais, organizada pelo Brigadeiro Raimundo José da Cunha Matos, Governador das Armas

de Goiás, para acompanhar os seus Itinerários escritos em 1826 e publicados em 1836. Lit. do Arq. Militar. 1875.

Diret. do Serv. Geog. do Exército

Biblioteca Nacional

Mapoteca do Itamaraty

6. CARTAS QUE REPRESENTAM TERRITÓRIO COMPREENDIDO EM MAIS DE UMA DAS CINCO PRECEDENTES DIVISÕES

— Carta geográfica da América Meridional, pelo Major Engenheiro Hugo Fournier. Pará, 1831.

Diret. do Serv. Geog. do Exército (?)

— Carta reduzida da costa do Brasil entre o Rio Mossoró e o de São Francisco do Norte, levantada por ordem do Govêrno Imperial por M. A. Vital de Oliveira, 1º Tenente da Armada, coadjuvado, em 1857 a 1859.

Mapoteca do Itamaraty

7. CARTAS QUE COMPREENDEM TODO O BRASIL

— Carta corográfica do Império do Brasil. Dedicada ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, pelo Coronel Engenheiro Sócio efetivo Conrado Jacob de Niemeyer, pelo mesmo organizada sôbre os melhores trabalhos existentes, antigos e modernos, contendo igualmente os Planos que se podem obter das cidades, capitais e outros lugares notáveis. 1846.

— Mapa do Brasil e territórios limítrofes, para acompanhar a História Geral daquele país; deliberada pelo autor dela e gravada sob a direção de A. Lemaitre. 1854. (História Geral do Brasil pelo Sr. Varnhagen, tomo p. 88)

— Nova Carta corográfica do Império do Brasil, confeccionada à vista dos trabalhos existentes, por ordem do Ilmº e Exmº Sr. Tenente General Marquês de Caxias, Presidente do Conselho, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra. Pelo Coronel Engenheiro Conrado Jacob de Niemeyer e seus Ajudantes José Joaquim de Lima e Silva, e o 1º Tenente Antônio Augusto Monteiro de Barros. 1857. (Esta carta construída positivamente para mostrar a fronteira do Império com a República do Paraguai está longe de haver conseguido o seu fim, nem emendou os erros que se tinham notado na de 1846.)

— Atlas do Império do Brasil, compreendendo as respectivas divisões Administrativas, Eclesiásticas, Eleitorais e Judiciárias. Dedicado a sua Majestade o Imperador o Senhor D. Pedro II. Organizado por Candido Mendes de Almeida. Rio de Janeiro, Lit. do Instituto Filomático, 1868.

— Carta do Império do Brasil, reduzida no Arquivo Militar em conformidade da publicada pelo Coronel Conrado Jacob de Niemeyer em 1846, e das especiais das fronteiras com os Estados limítrofes, organizadas ùltimamente pelo Conselheiro Duarte da Ponte Ribeiro. 1873.

— A New Map of Brazil, compiled from the latest Government & other Authentic Surveys, For William Scully. Editor of the Anglo-Brazilian-Times. Rio de Janeiro, 1866. (Êste mapa do Brasil compilado por M. Scully, editor do periódico Anglo-Brazilian Times no Rio de Janeiro, foi gravado em Londres no ano de 1866).

Mapoteca do Itamaraty

8. CARTAS ELABORADAS POR PONTE RIBEIRO

— Mapa geográfico de uma parte do Império do Brasil confinante com as Repúblicas do Peru, Nova Granada, Venezuela, e com as colônias de Inglaterra, Holanda e França. Organizado conforme os trabalhos dos Engenheiros da Comissão de limites de 1777, Silva Pontes, Simões de Carvalho, Victorio da Costa, Eusébio de Ribeiros, Pedro Alexandrino, Gama Lobo, etc., e as cartas, planos e memórias de Humboldt, Codazzi, Schomburgk, Mentelle, Poirson, Montravel, Carpentier, Costa Azevedo, etc., com o adiantamento de quatro planos em grande escala para mostrar os pontos sôbre que tem havido questões de limites. Pelo Conselheiro Duarte da Ponte Ribeiro, e o Major de 1ª classe Izaltino José Mendonça de Carvalho. 1863.

Mapoteca do Itamaraty

(Neste mapa está assinalada aproximadamente a fronteira do Brasil com Cayena, Suriname e Demerara; com a Venezuela, a que se acha estipulada no tratado de 5 de maio de 1859; com Nova Granada, a que foi iniciada no suspenso tratado de 1853; e com o Peru a que se concordou no tratado de 23 de outubro de 1851).

Mapoteca do Itamaraty

— Mapa especial da fronteira do Brasil com as Repúblicas do Peru, Nova Granada e Venezuela; organizada pelo Conselheiro Duarte da Ponte Ribeiro para andar anexo ao Relatório apresentado pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros às Câmaras Legislativas em 1870.

Mapoteca do Itamaraty

— Mapa da fronteira da província de Mato Grosso com as repúblicas de Bolívia e Paraguai, acompanhando uma memória sôbre os respectivos limites e relações políticas e comerciais; por Duarte da Ponte Ribeiro. 1842.

Mapoteca do Itamaraty

— Plano topográfico da fronteira do Brasil com a República da Bolívia desde a bôca da Baía Negra até o Rio Javari, organizado em grande escala na conformidade do tratado de 27 de março de 1867, em seis fôlhas e reduzido a uma, a parte delas desde a Baía Negra até a foz do rio Verde no Guaporé; organizado pelo Conselheiro Duarte da Ponte Ribeiro em 1867 para servir de guia à comissão encarregada das respectivas demarcações de Limites.

Mapoteca do Itamaraty

— Carta de uma parte do Império do Brasil confinante com a Confederação Argentina e a República do Paraguai, para melhor inteligência da discussão sôbre limites, que foi consignada nos protocolos dos ajustes concluídos entre o Império e a mesma República em 6 de abril de 1856; organizada pelo Conselheiro Duarte da Ponte Ribeiro, e o Capitão de Estado Maior de 1ª classe Izaltino José Mendonça de Carvalho. 1856.

Mapoteca do Itamaraty

— Planta dos reconhecimentos da Sanga que os Paraguayos denominão Rio Branco, fronteira ao Forte Bourbon ou Olimpo. Organizada por D. da Ponte Ribeiro e I. J. M. de Carvalho. 1856.

Mapoteca do Itamaraty

— Carta da fronteira do Império do Brasil com a República Paraguaia, organizada pelo Conselheiro Duarte da Ponte Ribeiro. 1872.

Mapoteca do Itamaraty

— Detalhes da linha de limites do Rio Grande do Sul com a República Oriental do Uruguai, e com a Confederação Argentina, coordenados em um só mapa em conformidade dos planos da comissão das demarcações de 1852 a 1859 pelo conselheiro Duarte da Ponte Ribeiro em 1872.

Mapoteca do Itamaraty

— Mapa dos rios Uruguai, Peperi-guaçu, Santo Antônio, Iguaçu e Paraná para mostrar a fronteira da província do Paraná com a Confederação Argentina, baseada nos trabalhos seguintes:

A. Esbôço geográfico, extraído do mapa hidrográfico do rio Uruguai em grande escala, pelo coronel Cabrer.

B. Esbôço geográfico, extraído pelo mesmo coronel Cabrer, das cartas levantadas pelos comissários das demarcações: Ulloa, Alvear, Veiga Cabral, e Roscio, de 1774 a 1789.
C. Esbôço geográfico extraído do mapa corográfico da província do Paraná pelo Sr. Elliot.
D. Esbôço topográfico mandado pelo Sr. Tenente Pedro P. Narde para mostrar que a sua casa está defronte da foz do verdadeiro Peperi-guaçu, distante sete léguas de bom caminho.
Coordenado em quatro quadros pelo Conselheiro Duarte da Ponte Ribeiro e o Major de Estado-Maior de 1ª classe Izaltino José Mendonça de Carvalho, em 1862.

Mapoteca do Itamaraty

— Carta do Império do Brasil, reduzida no Arquivo Militar em conformidade da publicada pelo Coronel Conrado Jacob de Niemeyer em 1846, e das especiais das fronteiras com os Estados limítrofes organizadas ùltimamente pelo Conselheiro Duarte da Ponte Ribeiro. 1873.

Mapoteca do Itamaraty

III

RIO-BRANCO E A QUESTÃO DO TERRITÓRIO DE PALMAS

Depois de, e a par de Alexandre de Gusmão, a grande figura na história da formação territorial do Brasil é o Barão do Rio-Branco.

Dissemos, ao tratarmos daquele, que suas maiores realizações e acertos se devem aos seus estudos de geografia e história do Brasil; mais que tudo, à consciência clara e expressa de que a política dos Estados se deve fundar sôbre a sua geografia; e de que uma nação deve atender, nas suas relações de segurança com os vizinhos, aos problemas de forma, unificação e valorização do espaço próprio. O mesmo poderemos dizer do Barão do Rio-Branco.

Êle recebeu, pelo sangue, a educação e o espírito do seu tempo, o patrimônio dessas elevadas preocupações. Nascido e formado na escola do Império, e, mais que tudo, na de seu pai, o Barão do Rio-Branco afirmou-se como estadista durante a República, estabelecendo assim, entre os dois períodos da história do Brasil, a continuidade tão necessária à realização da obra iniciada por Gusmão.

Se excetuarmos as memórias e exposições de motivos sôbre as questões de limites, seus trabalhos mais notáveis sôbre geografia e história do Brasil são aquêles que redigiu para a "Grande Encyclopédie" de Levasseur (1889) e "Le Brésil (1889)", esta última obra organizada e publicada pelo Comitê Franco-Brasileiro para a Exposição Universal de Paris, realizada naquele ano.

No volume sôbre a geografia do Brasil, daquela Enciclopédia, a sua colaboração equipara-se à do próprio Levasseur, pois, além de artigos próprios, anotou, corrigiu e reviu todo o trabalho. Ao mesmo tempo, êle escrevia para a segunda daquelas obras a "Esquisse de l'histoire du Brésil", verdadeira obra prima que, ainda hoje, completa e corrige, sob muitos aspetos, os trabalhos de Varnhagen e Capistrano.

O que notabiliza, em primeiro lugar, êsse trabalho é a sua profunda compreensão geográfica da história; a forma como situa

os fatos sôbre o terreno; a importância e o relêvo que dá a certos acontecimentos e, em particular, aos que dizem respeito à formação territorial do Brasil. Consideramos o seu breve traçado da história das bandeiras, como o mais luminoso relanceio sôbre êsse fato central na história do Brasil, até hoje publicado.

Acrescente-se a êste acêrto na seleção e relêvo atribuído aos fatos, uma forma lapidar, por assim dizer epigráfica, de os relatar; e teremos dito as qualidades mais notáveis de Rio-Branco como historiador e aquelas que o predestinavam para defensor triunfante dos direitos do Brasil, nos seus litígios de fronteiras.

Afigura-se-nos que não é destituído de significado que Rio-Branco na Enciclopédia Levasseur se tenha ocupado do capítulo das Belas Artes no Brasil e que nesse esfôrço tenha revelado singulares qualidades de sensibilidade e gôsto artístico. Supomos que a sua aguda compreensão do que havia de essencial na história e o sentido do valor plástico de certas expressões gráficas o favorecem singularmente na forma de apresentar e defender os direitos do Brasil.

Nesta última aptidão filiamos a importância enorme que deu à cartografia, não só considerada como gráfico do descobrimento e ocupação, e os mapas como títulos de soberania, mas também como ilustração plástica duma tese.

Mais que tudo o singularisa como fronteiro, ou para empregarmos a expressão de Rui Barbosa, de *Deus Termeiro do Brasil*, a perfeita consciência das suas funções.

Em tôdas as grandes questões de que tratou, como na de Palmas, das duas Guianas, Francesa e Inglêsa, e na do Território do Acre, êle procurou preservar e preservou, como veremos, a forma unitária e a segurança do Brasil contra as ameaças de dois imperialismos em marcha — o britânico e o francês — e dois em potência: o argentino e o norte-americano.

Vejamos agora o ponto mais agudo em relação às questões do Território de Palmas.

Estanislau Zeballos, Enviado Extraordinário e Ministro Plenopotenciário da República Argentina em seu "Alegato de la Republica Argentina sobre la Question de Limites con el Brasil en el Territorio de Missiones", submetida ao Presidente dos Estados Unidos, começa por esta forma o *Resumo dos Argumentos argentinos*:

I — "España descubrió y pobló el territorio sometido al Arbitraje, y sustuvo sus posesiones pacificamente unas veces y con las armas otras veces, contra las agresiones de Portugal, desde el Descubrimento haste 1810.

II — La Republica Argentina ha sucedido a España en sus derechos y posesiones territoriales.

III — Estos derechos estan consignados en el tratado de 1777, que revalidó de un modo expresso el tratado de 1750, en la parte que describe los limites. El Brasil no solamente há aceptado este hecho, sino que lo ha sostenido.

IV — Los limites del tratado de 1750 fueron trazados en un mapa oficial, el Mapa de las Cortes, mandado construir por Portugal en 1749, y aceptado por España em 1751. Este mapa, protocolizado y firmado por los Plenipotenciarios de España y de Portugal, presentado al Arbitro, dibuja el limite discutido en la situación que la Republica Argentina sostiene".

O Barão do Rio-Branco voltou contra os argentinos o argumento do *Mapa das Côrtes*, como é sabido. Apesar das suas incansáveis investigações, o grande brasileiro não conseguiu, todavia, conhecer a peça cartográfica que teria irremediàvelmente confundido o argumento argentino.

Para o provar será necessário estudar o problema do *Mapa das Côrtes*.

Antes disso, lembremos que a história dos descobrimentos destruiu, em larga parte, o primeiro argumento de Zeballos. O rio da Prata foi descoberto e denominado pelos portuguêses em 1513; e antes de Cabeza de Vaca haver atravessado os atuais Estados de Santa Catarina e Paraná — suposto descobrimento espanhol alegado por Zeballos — já o português Aleixo Garcia, vinte anos antes, c. 1523, os havia percorrido, atravessando a América do Sul até os Andes. A um historiador argentino contemporâneo, Enrique de Gandia, se devem alguns dos melhores trabalhos sôbre essa gigantesca viagem de penetração. Aliás, o próprio Cabeza de Vaca foi guiado durante o seu percurso pelo português Gonçalo da Costa, segundo a monografia que a êste último dedicou o historiador chileno Toribio de Medina.

IV

O MAPA DAS CÔRTES COMO BASE DOS DIREITOS BRASILEIROS; A CIÊNCIA GEOGRÁFICA DE D'ANVILLE E DE GUSMÃO

O Barão do Rio-Branco foi o primeiro a ocupar-se detidamente do Mapa das Côrtes, o que fêz na sua "Exposição que os Estados Unidos do Brasil apresentam ao Presidente dos Estados Unidos da América", para a questão dos limites com a República Argentina.

Aí assentou definitivamente a autoria portuguêsa do Mapa, escrevendo a propósito: "Parece que nêle teve parte principal, além de Alexandre de Gusmão o General Silva Pais, que nessa ocasião chegava do Brasil, onde estivera quatorze anos, no Rio de Janeiro, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Colônia do Sacramento". Mas, em face de documentos históricos ignorados pelo Barão do Rio-Branco, a sua hipótese é inadmissível. Em maio de 1749 ainda Silva Pais estava na Bahia para embarcar em direção a Lisboa (1). Ora, a oito de fevereiro dêsse ano, como sabemos pela correspondência das negociações, era o célebre Mapa enviado de Lisboa para Madri.

Delineado em Lisboa, certamente sob a direção de Alexandre de Gusmão, permanece de pé o problema da autoria do cartógrafo que o traçou. Só quando se fizer o inventário das cartas contemporâneas do Mapa das Côrtes, dos vários cartógrafos portuguêses, então existentes, se poderá, por comparação, chegar a alguma conclusão, mais ou menos segura.

Feito em duplicata nos começos do ano de 1749, foi, a 8 de fevereiro, remetido para Madri, onde serviu aos plenipotenciários, como base para as negociações do Tratado. Os mesmos plenipotenciários deram a êsses dois exemplares o nome de "Mapas primitivos", para os distinguir das suas cópias, feitas em 1751, três em Lisboa e três em Madri, a serem trocadas e entregues aos Comissários das respectivas partidas espanholas e portuguêsas, encarregadas de demarcar no terreno a linha estabelecida sôbre a carta.

(1) Rego Monteiro, "A Colônia do Sacramento", 1680-1777, vol. I, 1937, pág. 359.

Mapas primitivos e cópias apresentam variantes, que passaremos a estudar.

Graças aos esforços do Barão do Rio-Branco, descobriu-se no Depósito Geográfico do Ministério dos Negócios Estrangeiros de França um dos exemplares do *Mapa primitivo*, em cujo verso se lê: "C'est une copie conforme à l'original. Elle vient des dépots de Lisbonne". Com razão acrescenta o Barão do Rio-Branco: "O documento que o Ministério dos Negócios Estrangeiros possui não é uma cópia autêntica... mas sim *um dos dois originais* de 1749, como se vê da correspondência do Embaixador Português, Visconde Tomaz da Silva Teles".

A seguir, o Barão do Rio-Branco transcreve largos trechos dum ofício de 24 de junho de 1751, dirigido por Silva Teles ao Marquês de Pombal, que àquela data já se encontrava à frente da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros, e em que se fala das três cópias idas nesse ano de Lisboa e das três feitas em Madri, divergentes das primeiras quanto à linha da fronteira no extremo sul. Eis os trechos:

"Como se achavam em Madri as Cartas Geograficas que D. José de Carvajal tinha mandado copiar pelas primeiras que vieram dessa Corte antes de se fazer o Tratado de Limites e houve alguns dias de demora em vir com elas o homem, que as fez, e depois se gastaram mais outros na conferencia das ditas Cartas com as tres que V. Exª me remeteu ultimamente, nam pode senam agora conhecer-se huma diferença que ainda que se pudera emendar facilmente com huma declaraçam, eu me nam atrevo a faze-lo sem ordem o sem participar a V. Exª a dita declaraçam, para que no cazo que el Rei noso Senhor a aprove se posam asinar todas as Cartas geograficas que se mandaram fazer de parte a parte e sam necessarias para a execuçam do dito Tratado.

"A diferença consiste em que nos dous primeiros Mapas que vieram para o nosso governo, num que tinha D. Jozé de Carvajal com a copia do Plano, está lançada huma linha vermelha que principiando em Castilhos Grandes vae buscar as cabeceiras do Rio Negro, e por ele meter-se no Uruguai asinalando e tocando todos os pontos da demarcaçam. Porem pelo Tratado nam segue a demarcaçam o Rio Negro, senam das suas cabeceiras vai buscar a origem do rio Ibicui, como se vê no Artigo 4º do dito Tratado.

"Nas tres copias que V. Exa. me manda se seguio o original pondo a linha vermelha como estava nele sem atender a alteraçam que tinha havido no Tratado.

"Nas tres copias que este Ministerio mandou fazer vae a mesma linha vermelha, mas lançada conforme a alteraçam que houve no Tratado a respeito do primeiro Mapa.

"Para demonstraçam do que digo remeto a V. Ex. huma das Cartas geograficas que V. Ex. me mandou por este mesmo correio, e outra que D. José de Carvajal me fiou para que eu fose mais de vagar conferindo com as que eu tenho em meo poder....

"As declaraçoens que se ham de por, asim no primeiro Mapa, como nas copias que V. Exa. agora me mandou, verá V. Exa. no papel incluso, conferido já com D. José de Carvajal ..."

A seguir o Barão do Rio-Branco transcreve do nôvo ofício de 12 de julho do mesmo Embaixador:

"... A dúvida que se oferecia era nam poder practicar-se na troca das ditas Cartas o que se costuma practicar na troca dos exemplares de qualquer Tratado. Bem sabe V. Ex. que sempre se fazem dous de cada parte, ou na lingua propria, ou naquela em que he costume fazeremse similhantes actos, mas ainda que todos de parte a parte se asinam, só se troca hum, para que na Corte de cada hum dos Ministros respectivos se guardem, e se posam confrontar, e cotejar a todo o tempo, e tambem para que neles se observe a igualdade na ordem da asinatura, ponto muito importante e delicado.

"Sendo os Mapas *tres de huma parte, e tres de outra,* nam pode observar-se esta regra; acrescia a esta duvida outra de mais delicadeza, qual a de levarem os Comissarios Portuguezes os Mapas feitos em Madrid, e os Castelhanos os Mapas feitos em Lisboa, e nisto considerava eu da nossa parte algumas circunstancias, que para mim eram muito atendiveis. Porém V. Ex. na sua carta diz as palavras: "Porem quanto ao outro ponto da assinatura das ditas Cartas, o que antes se entendeu, e se entende ainda agora, he que todas as tres Cartas, que remeti a V. Ex., devem ser assinadas, e trocadas em forma autentica ficando esta Corte com as Cartas, que V. Ex. receber de D. José de Carvajal, e D. Jozé de Carvajal com as que receber de V. Ex." — nam me fica lugar mais que para obedecer, e executar as ordens que V. Ex. me participa.

"Falei a D. Jozé de Carvajal, e lhe participei o conteudo da carta de V. Ex. e conveio em tudo cedendo da duvida que se lhe oferecia.

"Nesta conformidade asinamos primeiro as duas Cartas geograficas primitivas que nos serviram de governo para ajustar o Tratado de demarcaçam de limites.

"Em ambas mandei por as declarações da Minuta A na lingua portuguesa e asinei eu em melhor lugar: destas entreguei huma a D. Jozé de Carvajal, para se depositar no Archivo de Hespanha, e outra remeto a V. Exa. para mandar guardar aonde for conveniente.

"Asinamos imediatamente as tres que V. Exa. me remeteu ultimamente e as tres que D. Jozé de Carvajal tinha mandado fazer, e eu lhe entreguei as minhas, e ele me entregou as suas: *nas que lhe mandei por na lingua Portugueza a declaraçam B,* e asinei eu em melhor lugar. *Nas que ele me deu mandou por a declaraçam C na lingua Castelhana,* e nestas asinou ele em melhor lugar.

"D'estas remeto a V. Exa. duas e fica na minha mam a terceira, emquanto se nam concluem e ajustam as Instrucçoens, que ham de levar os Comisarios, que devem pasar ao Norte da America Meridional; porem será melhor, que V. Exa. me mande huma copia de que eu posa servirme para mandar guardar esta juntamente com a Carta primitiva, que remeto".

Esta foi a "Declaração A" escrita nos dois mapas originais, segundo o citado ofício de 12 de julho de 1751:

"Esta Carta geografica, que hade ficar no real Archivo de Portugal, como outra similhante que hade ficar no Archivo real de Espanha, he a de que se servio o Ministro Plenipotenciario de S.M.F. para ajustar o Tratado de divisam dos Limites na America Meridional asinado em 13 de janeiro de 1750. E porque na dita Carta se acha huma linha vermelha, que asinala, e pasa pelos lugares por onde se hade fazer a demarcaçam, que por ser anterior ao Tratado dos Limites que se fes depois nam vae conforme com ele em pasar do pé do Monte de Castilhos grandes a buscar as Cabeceiras do Rio Negro, e seguir por ele até entrar no Rio Uruguai devendo buscar a origem principal do rio Ibicui conforme o dito Tratado, se declara que a dita linha só serve em quanto ela se conforma com o Tratado referido; e para que a todo tempo asim conste. Nós abaixo asinados Ministros Plenipotenciários de S.M.F. e S.M.C. lhe puzemos as nosas firmas, e selos de nosas Armas. Madrid, 12 de julho de 1751". Nas três cópias de Lisboa, feitas em 1751, foi escrita a seguinte "Declaração B" apensa ao mesmo ofício do Embaixador:

"Esta Carta geografica, he copia fiel e exacta da primeira sobre que se formou e ajustou o Tratado dos Limites asinado em 13 de janeiro de 1750. E porque na dita carta se acha huma linha vermelha, que asinala e pasa pelos lugares por onde se hade fazer a demarcaçam, que por ser anterior ao Tratado dos Limites que se

fez depois nam vae conforme com ele em pasar do pé do Monte dos Castilhos grandes a buscar as Cabeceiras do rio Negro, e seguir por ele ate entrar no Rio Uruguai, devendo buscar a origem principal do rio Ibicui conforme o dito Tratado: se declara que a dita linha só serve em quanto ela se conforma com o Tratado referido; e para que a todo o tempo assim conste. Nós abaixo assinados Ministro Plenipotenciários de S.M.F. e S.M.C. lhe puzemos as nossas firmas, e selos das nossas Armas. Madrid, 12 de julho de 1751". (*)

A "Declaração C" nas três cópias espanholas de 1751 foi assim redigida:

"Esta carta geografica es copia fiel y exacta de la primera sobre que se formó y ajustó el Tratado de Limites señalado en 13 de Enero de 1750 y porque en la dicha carta se halla una linea encarnada, que señala, y pasa por los lugares por donde se hade hacer la demarcacion se declara que la dicha linea solo sirve enquanto ella se conforme con el Tratado referido, y para que en todo tiempo conste, Nos Ministros plenipotenciarios de Sus Mag.es C.y F. lo firmamos y sellamos con el sello de nuestras Armas. Madrid a 12 de Julio de 1751".

Em vão o Barão do Rio-Branco ordenou buscas em Lisboa para descobrir uma das três cópias espanholas, que ali devia encontrar-se desde 1751. Mas não parece restar dúvida que o Mapa reproduzido por Borges de Castro no III volume da "Coleção de Tratados", seja sôbre a cópia espanhola, que se perdeu. A legenda, que acompanha o mapa e a declaração transcrita no verso, correspondem um à do mapa primitivo, outra, à declaração C, acima aludida.

Por ocasião das disputas em tôrno da questão de fronteiras com a Argentina, chamou-se nesse país, ao mapa publicado por Borges de Castro, "documento depreciable", pondo assim em dúvida quer a sua autenticidade, quer a boa-fé de quem o publicara. Que esta estava acima de tais suspeitas, largamente provou o Barão. E agora, tantos anos volvidos, é o ilustre cartólogo argentino José Torre Revello, quem, em seu Atlas — *Mapas y planos referentes al Virreinato del Plata, conservados en el Archivo de Simancas,* Buenos Aires, 1938, publica êsse mesmo mapa, extraído da obra de Borges de Castro, ao lado dos demais documentos da cartografia antiga do Prata, revalidando assim o conceito da autenticidade a que Rio-Branco o elevara.

As dúvidas, aliás, haviam surgido em face dalgumas divergências de caráter geográfico, existentes entre o Mapa-Borges de

(*) Ver nota no final do capítulo.

Castro (chamemo-lhe assim) dum lado, e, do outro, o primitivo Mapa português de 1749 e as suas cópias de 1751.

Ouçamos ainda Rio-Branco: "na cópia Borges de Castro... a côr amarela que indicava a soberania portuguêsa chega até o Uruguay-Pitã, porque êsse afluente da margem esquerda do Uruguai é representado acima do Salto Grande e do Pepiry, ao passo que no original e nas cópias portuguêsas êle está, como nas antigas cartas dos jesuítas, abaixo dêste Salto. Parece portanto certo que as três cópias espanholas se afastavam do original português, dando como em Borges de Castro... os nomes dos rios Nucorá, S. João e Iriboba, que não estavam naquele original e transferindo mais para leste o Uruguai-Pitã, que em tôdas as cartas antigas aparecia a leste do Pepiry". E Rio-Branco acrescentava:

"Não é possível afirmá-lo com inteira segurança, porque a única prova incontestável seria a apresentação duma das cópias espanholas com as assinaturas e selos dos Plenipotenciários". E mais adiante rematava: "O Brasil, é conveniente dizê-lo desde já — não precisa do Mapa Borges de Castro para provar o seu direito. Êsse mapa é uma cópia espanhola, cujo autor em pontos secundários, que não interessavam à demarcação, julgou dever afastar-se do original português que lhe foi dado para copiar".

Até há poucos anos conheciam-se, pois, o Mapa primitivo de 1749, existente em Paris, uma das cópias portuguêsas feitas em 1751, existente em Madri, e o Mapa Borges de Castro, com tôda a probabilidade de ser reprodução duma das três cópias espanholas feitas em 1751.

Ora, em 1938, Rodolfo Garcia publicava nos *Anais da Biblioteca Nacional,* um nôvo exemplar do Mapa das Côrtes, anos antes adquirido por aquêle estabelecimento, e sôbre êle escrevia:

"Êsse mapa (o primitivo, levantado em 1749), acompanhará o presente volume reproduzido do próprio original pertencente à Biblioteca Nacional, pela primeira vez, por isso que as reproduções anteriores têm sido feitas por uma cópia preservada no Ministério dos Negócios Estrangeiros de França".

Do historiador emérito divergimos, com a devida vênia, da segunda parte. Entendemos que o Barão do Rio-Branco estava na verdade, afirmando que se tratava, não duma cópia mas de um dos originais do Mapa primitivo. A atestá-lo figura no verso dêsse exemplar a Minuta A, referendada com as assinaturas dos dois negociadores plenipotenciários.

Restaria, pois, considerar a hipótese de tratar-se de outro dos mapas primitivos enviados de Lisboa com o Plano.

Analisemos o mapa nos seus caracteres externos e internos. Comparando os dois, sob o ponto de vista do estilo e da caligrafia, constata-se, sem a menor dúvida, que o Mapa do Rio de Janeiro é uma cópia do Mapa de Paris, sendo êste último mais correto de traçado e letra. A legenda é a mesma nos dois, salvando que no do Rio de Janeiro, o cartógrafo desdobrou quase tôdas as abreviaturas do primeiro e, em vez de: "Feito no anno de 1749", escreveu: "No anno de 1749".

Maior divergência é a que se nota na declaração posta no verso. Ei-la: "Esta carta geografica que ha-de ficar no Real Archivo de Espanha como outra semelhante q̃ ha-de ficar no Archivo Real de Portugal he a de que se serviu o Ministro Plenipotenciario de S.M. Catolica para ajustar o Tratado da Divizam dos Limites na America meridional asinado em 13 de janeiro de 1750; e porque na dita carta se acha huma linha vermelha que assinala, e passa pelos lugares por onde se ha de fazer a demarcaçam, se declara que a dita linha só serve enquanto ela se conforma com o Tratado referido e para que a todo o tempo assim conste. Nós abaixo assinados Ministros Plenipotenciarios de S.M.F. e S.M.C. lhe puzemos as nossas firmas e selos de nossas Armas. Madrid, 12 de Julho de 1751".

Cotejando esta declaração com as três correspondentes às Minutas A, B e C, conclui-se que é diferente das três e participa da A, em afirmar que é um dos Mapas, que serviu de base às negociações, e da C, na eliminação de todo o passo que se refere à mudança dos limites, do rio Negro para o Ibicuí.

Ora, como a letra da declaração e das assinaturas apresenta todos os sinais de autenticidade, parece depreender-se que êste e não o original português, enviado de Lisboa, tenha servido de modêlo para as cópias espanholas. A análise dos caracteres internos confirma esta inferência. O Mapa do Rio de Janeiro, além de diferir no estilo e na letra, apresenta, no que diz respeito à bacia do Prata, um grande número de pequenos acrescentos e divergências de traçado, às quais corresponde uma nomenclatura bastante mais abundante. Por forma geral, o Mapa Borges de Castro filia-se neste último, cujos caracteres diferenciais reproduz quase completamente. Assim, a designação dos três afluentes Ñucorá, S. Juan e Iriboba e a situação do Uruguaipitã a montante do Pequiri e, por conseqüência, os dois, e principalmente o último, largamente

a jusante do Salto Grande, com ampla vantagem para a tese Rio-Branco, lá estão assinaladas no Mapa do Rio de Janeiro.

Em compensação, o primitivo mapa português leva-lhe vantagem nalguns pontos, como, por exemplo, na posição do Beni, que deságua corretamente no Madeira, ao contrário do que sucede no Mapa do Rio de Janeiro, onde se vê desaguar no Amazonas.

Ao Barão, assistia, pois, mais razão do que êle pensava. Ao plenipotenciário espanhol repugnava por certo negociar ou rematar as negociações servindo-se do verdadeiro mapa primitivo, enviado de Lisboa, com os limites, seguindo pelo rio Negro, e mandou traçar segundo Mapa, cópia daquele com o limite pelo Ibicuí, mas no qual o cartógrafo espanhol, por alarde ou amor à ciência, fêz certas alterações e acrescentos em harmonia com os seus conhecimentos mais amplos da região. Aliás, a situação defeituosa do Pequiri no Mapa, enviado de Lisboa, resultou, segundo cremos, da influência do Mapa do Pe. Diogo Soares, onde o único afluente, mas inominado, da margem direita do Uruguai, na região considerada, fica a montante do Uruguai-pitã.

Devemos, pois, igualmente concluir que o Visconde Silva Teles, nos seus ofícios para o Marquês de Pombal, omitiu parte da verdade. D. José de Carvajal y Lencaster opôs ao Mapa de Lisboa uma réplica sua, que, aliás, e em parte, favorecia os portuguêses.

Desta sorte, a versão geográfica de Alexandre de Gusmão foi não só aceite, mas referendada pelo Govêrno espanhol, cujo Mapa, que "Servio ao Ministro Plenipotenciario de S.M. Catolica para ajustar o Tratado...", ostentava pequenas divergências e mais copiosa nomenclatura, nas regiões do Prata, mas refletia, em tudo, a estrutura da carta, enviada de Lisboa. Aliás o mesmo Ministro espanhol, pelo tratado de 17 de janeiro de 1751, referendava o próprio mapa (V. Apêndice).

Devemos acrescentar que tanto as cópias portuguêsas, como as espanholas de 1751, a julgar pelo Mapa Borges de Castro, contêm pequenas divergências em relação aos originais respectivos, o que eleva desde já a quatro as variantes do Mapa das Côrtes, que serviram, quer para as negociações do Tratado, quer para a sua execução sôbre o terreno.

Mas existe ainda na Biblioteca Pública Municipal do Pôrto uma outra reprodução manuscrita do Mapa das Côrtes, cujo título mais correto que a da reprodução de Borges de Castro, se relaciona com o exemplar do mapa que tem a declaração C. Todavia, não se trata da "cópia autêntica" utilizada por Borges de Castro, pois não possui no verso aquela ou outra declaração a autenticá-la.

Além disso, outras pequenas divergências os distinguem, como seja, que no exemplar do Pôrto figura inominado o rio que, no exemplar de Borges de Castro, ostenta o topônimo Iriboba, malgrado figurar nos dois como afluentes do Uruguai e na mesma posição.

Não obstante essas pequenas divergências, as duas cartas pertencem ao mesmo tipo e todos os demais caracteres indicam tratar-se duma cópia espanhola e contemporânea do mapa português, com as alterações corográficas introduzidas pelo cartógrafo respectivo.

De tôdas as variantes, a primeira em data, a enviada de Lisboa é a mais perfeita de estilo, mas cheia de erros grosseiros, alguns dos quais não é fácil explicar como, por exemplo, a situação de Goiás, por 10° lat. S. quando devia estar por 16°; e c. 3° de long. em relação ao meridiano de Rio de Janeiro, quando devia orçar pelos 7°. Ora sabemos que o Pe. Diogo Soares havia calculado essas coordenadas com aproximação razoável. Além disso, a carta de D'Anville de 1748 assinala Vila Boa numa posição, cujas coordenadas pecam apenas por erros aproximadamente de um grau.

Quando comparamos a carta da América do Sul dêsse geógrafo e dessa data com o Mapa das Côrtes, uma grande surprêsa nos colhe: a grande perfeição da primeira em relação ao segundo. Não só é infinitamente mais minuciosa, mas o traçado dos rios, como o São Francisco, o Tocantins — Araguaia, o Xingu e o Madeira, muito mais perfeito e bem situado. O mesmo acontece com os rios e as localidades de Minas Gerais e Mato Grosso. Segundo cremos, D'Anville dispôs de cartas portuguêsas, com longitudes observadas. Que êle utilizou elementos de informação portuguêsa se vê, sem a menor dúvida, pela nomenclatura; mas temos dêsse fato plena confirmação por uma série de epístolas de D'Anville, existentes no arquivo do Barão do Rio-Branco, pertencente ao Itamaraty, e, em especial, a sua Memória sôbre a demarcação de Tordesilhas, redigida em 1776, a pedido do ministro francês dos Negócios Estrangeiros, Vergennes (V. Apêndice).

Por êle e por outras cartas suas enviadas àquele Ministro, em agôsto de 1776, se vê que D'Anville se ocupara largamente da geografia do Brasil e dispusera para êsse fim de cartas geográficas fornecidas por D. Luís da Cunha. Nessa carta diz êle: "Il est réel que j'ai fait un travail il y a bien des années à la sollicitacion de Don Louis da Cunha Ambassadeur de Portugal, sur les limites du Brésil, contestées entre les deux Couronnes d'Espagne et de Portugal". Pela sua Memória se conclui que êsse trabalho foi feito em 1741, e que D. Luís da Cunha lhe forneceu entre outras, uma

carta das costas da América Meridional, compreendidas entre a ilha de Sta. Catarina e o Rio da Prata, traçada pelo Brigadeiro José da Silva Pais, que então era governador daquela ilha.

Por essa carta ficamos igualmente sabendo que Silva Pais era cartógrafo de méritos pouco comuns, no conceito do mais notável geógrafo e cartógrafo do seu tempo e talvez de todo o século XVIII.

Não há, pois, dúvida alguma de que a notabilíssima carta de D'Anville de 1748, anterior ao Mapa das Côrtes, foi traçada com elementos cartográficos portuguêses. Tê-la-ia desconhecido Alexandre de Gusmão? A própria diligência de D. Luís da Cunha, que ficamos conhecendo, pode servir de resposta. Não é de forma alguma viável tal ignorância.

A leitura atenta da resposta de Alexandre de Gusmão ao Brigadeiro Antônio de Vasconcelos nos convence disso. Em certo passo dessa resposta, Gusmão informa o antigo governador da Colônia sôbre os verdadeiros ganhos de território, em virtude do Tratado, por parte de Portugal.

Como, na edição comum, onde se publicou essa resposta, — a *Colleção de varios escritos inéditos políticos e literários de Alexandre de Gusmão*, Pôrto, 1841 — êsse texto vem mutilado em muitos pontos e desfigurado pelas erratas noutros tantos, cotejamo-lo com o manuscrito existente na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e com um texto impresso e mais correto (1). Lendo com atenção êsse notável trecho, se depreende que os conhecimentos geográficos de Alexandre de Gusmão não eram inferiores aos de D'Anville e são muito superiores à pobre e desfigurada geografia do Mapa das Côrtes.

Eis os números das suas longitudes:

Na sua resposta, Gusmão calculava a distância entre o Cabo de Santo Agostinho e o Javari em 38° de longitude; no Mapa das Côrtes ela é de 36°; na realidade de 39°,20'. Calculava a distância entre Pôrto Seguro e Mato Grosso em 23° de longitude, quando no Mapa das Côrtes figura como de 17° e na realidade é de 21°,30'. Finalmente, a de Santos até à bôca do Corrientes em 11°, que no Mapa das Côrtes é de 10°,10' e na realidade de 10°,50'. Em qualquer dos casos, mas principalmente no que se refere à situação de Mato Grosso, conhecia ou excedia até a verdade em relação às minguadas proporções do Mapa das Côrtes.

---

(1) Publicado na coleção argentina de documentos sôbre a «Campaña del Brasil», B. Aires, 1931, tomo II, pág. 36.

Em conclusão:

I — O *Mapa das Côrtes* não pode servir de padrão para avaliar os conhecimentos geográficos ou cartográficos dos portuguêses em 1749.

II — O *Mapa das Côrtes* primitivo, enviado de Portugal, colocava erradamente o Pequeri, ou Pepiri, acima do Uruguai-Pitã.

III — O govêrno espanhol fêz modificar êsse mapa e o cartógrafo retificou o êrro colocando o Pequiri abaixo do Uruguai-Pitã, e os dois, por conseqüência, abaixo do Salto Grande do Uruguai.

IV — Nestas condições, o Uruguai-Pitã é o atual rio Turvo, e o Pequiri, o Soberbio ou Mandiy-guassú, conforme as identificações do mapa de José Cândido Guillobel, de 1894, e dos primeiros mapas dos jesuítas; e o seu contravertente, porventura, o São Francisco.

V — À luz da história da geografia e da cartografia, o Brasil teria direito, então, ao trecho de território atualmente argentino, compreendido entre o antigo e o moderno Pepiri e talvez ainda a uma nesga de território entre o São Francisco e o Santo Antônio.

NOTA

(*) P. 421 — As três cópias portuguêsas guardam-se, hoje, na Mapoteca do Itamaraty, que as adquiriu há alguns anos atrás.

I.A.

APÊNDICE DOCUMENTAL

TRATADO PREVENINDO OS COMISSÁRIOS CONTRA AS PROVÁVEIS INEXACTIDÕES DO MAPA QUE SERVIU PARA O TRAÇADO DA LINHA DOS LIMITES

Tratado sobre a inteligencia das cartas geograficas que devem servir de governo aos Comissarios que hão de marcar os limites do Brasil, assignado em 17 de janeiro d'este presente anno de 1751, e ratificado por El-Rey Nosso Senhor em 12 de Fevereiro, e por El-Rey Catholico em 18 de Abril do mesmo anno.

Nós abaixo assignados Ministros Plenipotenciarios de Suas Magestades Fidelissima e Catholica, em virtude dos Plenos Poderes, que nos havemos communicado e reconhecido reciprocamente à nossa satisfação: Declaramos que, porquanto nos havemos governado por huma Carta Geografica manuscripta para formar este Tratado e as Instrucções para a sua execução; por esta razão se ha de entregar copia della a cada Tropa de Comissarios de cada Soberano, para seu governo, firmadas todas por nós, pois por ella, e conforme a ella vão explicadas todas as expressões. Declaramos assim mesmo, que ainda que pelas noticias de ambas as Cortes, temos por mui provaveis todas as cousas, como se notam na dita Carta, convindo tambem em que alguns dos Territórios demarcados não os teem andado pessoas que hoje vivam, e que outros foram tirados de Cartas de pessoas fidedignas, e que os teem corrido, porem talvez com pouca pericia, para fazer a demonstração no debuxo, pelo que pode haver algumas visiveis variações sobre o terreno, assim na situação dos montes como na origem e corrente dos rios, e ainda nos nomes de alguns d'elles, porque lh'os costumam dar differentes cada nação da America, ou por outras casualidades: Querem e teem convindo os Soberanos Contratantes, que qualquer variação que haja não impida o curso da execução, mas sim que prosiga conforme pelo Tratado se manifesta o animo e intenção de Suas Magestades em todo elle, e mais particularmente nos Artigos VII, IX, XI, e XXII, segundo o qual se executará tudo pontualmente. E nós os ditos Ministros Plenipotenciarios o declaramos assim, em nome dos nossos Soberanos, e em virtude das Suas Ordens e Plenos Poderes, e o firmamos. Esta declaração será ratificada no mesmo tempo, e prazo, que a da Prorogação de termo, e as Instruções, e se dará copia della aos Comissarios de ambos os Soberanos. Feita em Madrid, aos dezesete de Janeiro de mil setecentos e cincoenta e hum.

Visconde Thomas da Silva Telles — José de Carvajal y Lancaster

(Da «Exposição que os Estados Unidos do Brasil apresentam ao Presidente dos Estados Unidos da América, New York, 1894, volume IV, págs. 52-53).

CARTA DE MR. BUACHE A MR. DE VERGENNES, SÔBRE UM TRABALHO GEOGRÁFICO QUE D'ANVILLE TERIA FEITO EM TEMPOS PARA A CÔRTE PORTUGUÊSA

Paris, le 28 de août, 1776.

Monseigneur,

En qualité de succésseur de Mr. Delisle, qui est mort em 1726, j'ai pris la liberté d'ouvrir la lettre que vous avez adressée à ce géographe; et ayant reconnu qu'elle ne regardait ni Mr. Delisle ni moi, j'ai fait aussitôt les recherches, nécessaires pour découvrir celui qui avait fait le travail que vous désirez. Je me suis adressé d'abord à Mr. Robert de Vaugondy qui avait dréssé une petite carte pour le mémoire que Monsieur le Conte d'Aranda a fait imprimer chez Boudet au commencement de cette année, relativement aux différents dont il est question; il m'a dit n'avoir fait autre chose que la carte dont Mr. le Conte d'Aranda lui avait donné les canevas. J'ai vu ensuite Mr. D'Anville qui demeure aux galeries du Louvre; celui-ci c'est approprié la lettre de Votre Grandeur, et a dit qu'il avait travaillé en effet sur cet objet, mais que son travail était une liasse de papiers qu'il serait difficile de mettre en ordre, et que tout ce qu'il pourrait faire serait d'en donner un précis. Comme c'est un vieillard de 78 ans qui pourra faire attendre longtemps ce travail, j'ai cru devoir prévenir vos inquiètudes par cette réponse.

Je profite de cette occasion, etc. ...

(Do *Arquivo particular do Barão do Rio Branco, Série Portuguêsa — Diversos Arquivos*, v. 340/1/5 — Arquivo Histórico do Itamaraty).

* * *

CARTA DE D'ANVILLE A MR. DE VERGENNES SÔBRE UM TRABALHO GEOGRÁFICO EM TEMPOS FEITO A PEDIDO DE D. LUÍS DA CUNHA

28 Août 1776

Le sieur D'Anville Premier Géographe du Roi, des Académies royales des Belles-Lettres et des Sciences, reçu hier un paquet contre signé de Vergennes, quoique ce paquet fut à l'adresse de Mr. Delisle. Le Ministre y demande la communication d'un travail, qu'il est réel que j'ai fait il y a bien des années, à sollicitation de Don Louis da Cunha, Ambassadeur de Portugal, sur les limites du Brésil, contestées entre les deux Couronnes d'Espagne et de Portugal. Je crois pouvoir retrouver dans mes papiers les minutes des mémoires que je dressai alors sur cet objet. Je me ferai bien un devoir de donner le précis de ce qu'ils contiennent d'essentiel, ce qui demandera plusieurs jours de travail à un homme dont la vue par soixante ans d'application à l'étude, et à la composition d'un grand nombre d'ouvrages, est extremement affaiblie.

Signé: D'Anville

(Do *Arquivo particular do Barão do Rio Branco, Série Portuguêsa — Diversos Arquivos*, v. 340/1/5 — Arquivo Histórico do Itamaraty).

D'ANVILLE À M. DE VERGENNES

MÉMOIRE SUR LA LIGNE DE DÉMARCATION ENTRE LE BRÉSIL ET LE PARAGUAY

7 Septembre 1776.

Ce qu'il y a d'historique en ce qui concerne l'affaire dont il s'agit, peut être très familier. Les Portugais par leurs navigations sur la côte de l'Afrique dans le quinziéme siècle s'étant frayés une route vers l'Inde, Vasco da Gama y prit terre en 1497 sous le règne de Manuel surnommé le Grand.

D'un autre côté, Christophe Colomb voyant que Ptolomée, après avoir rempli un hemisphère de 180 degrés, laissait l'Inde illimitée, comme pouvant participer à un autre hemisphère, croit pouvoir y arriver par une route contraire. Il fait voile d'un port de l'Andalousie en 1492, sous le règne d'Isabelle en Castelle et de Ferdinand en Aragon.

Cette concurrence à l'égard d'une terre qu'on estime être la même, était bien propre à faire naître une contestation entre les deux Couronnes. Elles convinrent d'un partage de toute la circonférence du Globe; de manière que 180 degrés de longitude orientale appartiendraient aux Portugais, et 180 degrés de longitude occidentale à la Castille, séparément de l'Aragon, parce que l'armement de Colomb avait été fait aux frais d'Isabelle. C'est ce qu'a fait dire en Espagne, por *Castilla y por Leon nuevo Mondo hallo Collon*.

Je me suis rappelé bien précisement, que la ligne de séparation entre les deux Couronnes fut rapportée à un méridien, qui se rencontrerait être distant d'un nombre de lieues qui fut stipulé à l'égard de la plus occidentale des îles de Cap Vert, ou Saint Antoine, nombre rond et par centaines de lieues, comme il convenait de s'en servir dans une détermination prise vaguement sans être susceptible de précision. Ce nombre de lieues était 600.

Les Portugais comptent 18 lieues dans un degré, selon le traité de *l'art de naviguer*, composé par un *Cosmographo Mor* de Portugal, nommé Pimentel. L'usage ordinaire à l'égard de l'Espagne est d'en supposer 17 et demie dans un degré sans autre principe que de prendre un milieu entre la lieue marine de 20 au degré et une lieue Rhinlandique ou Hollandaise de 15. Il conviendrait d'en compter 19 sur des élements de mesure propres à la Castille, comme on peut s'en instruire dans un traité que j'ai composé sur les mesures itinéraires anciennes et modernes.

Le calcul de 600 lieues à 18 au degré est 414 et on conclura 22 degrés. Il faut ensuite reconnaître quelle est la longitude du point des îles du Cap Vert. La construction de la carte de l'Afrique en deux parties d'une feuille et demie chacune m'a conduit à ranger ce point à environ 7 degrés de longitude occidentale du premier méridien, fixé par une déclaration du Roi Louis XIII à la plus occidentale des Canaries, en renfermant les Fortunées dans l'hèmisphère de l'Ancien Monde, et desquelles Ptolémée a compté la longitude dans cet hèmisphère.

Il y a des cartes marines qui vont un peu au délà des dits 7 degrés, et qui peuvent avoir leur autorité. Ainsi la ligne de séparation s'écarterait de 29 degrés, ou quelque chose de plus du méridien auquel il convient de compter la longitude dans un hemisphère occidental.

Or, cette ligne, qui en approchant de l'embouchure de la rivière des Amazones, la séparera du Brésil, rasera de fort prés par son prolongement vers le midi la côte du Brésil, vers le vingtième (1) degré la latitude australe; et j'ai sur ce point la confiance de m'en rapporter à la Mappemonde que j'ai dressé en deux grands hémisphères, et à ma carte de l'Amérique méridionale en trois feuilles.

Cette ligne pour atteindre le Cap de Sainte Marie à l'entrée de la rivière de la Plata, laisse un intervalle d'environs 4 degrés.

Dans la pacification d'Utrecht, l'Espagne accordant au Portugal un établissement vis à vis des petites îles de Saint Gabriel, sur le bord septentrional de Rio de la Plata, et qui fut appelé *Colonia do Sacramento*, n'est en aucune manière convenu que cette concession pût s'étendre a cette côte, comme une suite des possessions Portugaises dans le Brésil. Elle manifesta bien ses intentions sur ce sujet, en occupant un poste sur la baie de Monte Video, trente lieues plus bas que le Sacramento, vers le Cap Saint Antoine. La communication avec le Brésil a été interceptée par les visions des Jesuites Espagnols du Paraguay. J'ai eu il y a trente ans entre les mains deux lettres écrites par un portugais, nommé Antonio Blene qui connaissait le Brésil pour y avoir pénétré jusqu'aux mines d'or et aux mines de diamants, dont il décrivait le local. Elles m'avaient d'une manière particulière été communiquées par un banquier né à Lisbonne mais français de nation. Je me souviens très positivement d'y avoir lu, que la *Cavaleria dos Padrés*, ne permettait pas l'entrée du quartier *dos Patos* où sont des mines d'argent, et adjacent à la mer, par environ de 29 degrés de latitude.

Le vague de ces terres sauvages peut concilier ce fait avec ce qui est constant d'un autre côté, savoir, que les Portugais occupent le rivage de la mer. Ils y avaient il y a trente cinq ans à l'île de S.te Catherine, très voisine, un commandant militaire, nommé Dom Jozé de Silva Paez, dont il est fait mention dans la relation du voyage de l'amiral Anson. Cet homme d'un mérite peu commun, selon que j'en puis juger par une carte qu'il avait dressé de son gouvernement jusque vers le Cap de Sainte Marie (sans aller plus loin) a fourni à ma carte de l'Amérique meridionale un des morceaux particuliers qui la distinguent, cette carte m'ayant été communiquée manuscrite par l'Ambassadeur Dom Louis da Cunha, et j'en conserve une copie.

Quoiqu'il soit assez ordinaire que la ligne de séparation, dans le partage de la circonférence du globe, soit appelée *Demarcion* du pape Alexandre VI, et comme autorisée par une Bulle de ce pontife, *j'ai connu par une des pièces qui m'avaient été remises pour traiter de cette affaire*, que les deux Couronnes avaient contracté entre elles sans l'intervention de la Cour de Rome. Mais c'est que les puissances temporelles ont été dans l'usage, à l'égard des droits de possession qu'ils prétendaient sur les nouvelles terres découvertes, ont admis cette formalité depuis le pontificat de Martin V.

Entre les pièces dont je viens de parler, il y en avait une qui pourra paraître extraordinaire. C'est la vente de 20 degrés que Charles Quint faisait au Portugal, et qui étant ajouté aux 180 d'un hemisphère n'en laissait que 160 à la Castille. Cette affaire avait eté traitée à Badajose, sur la frontière de Castille et très près des limites du Portugal.

---

(1) Aqui há fatalmente insuficiência da cópia.

Voilà les éclaircissements que je puis donner sur ce qui est en litige. Je serai très flatté qu'ils pûssent être de quelque utilité à un Ministre habile.

Signé D'Anville

Premier Geographe du Roi

des Académies des Belles Lettres

et des Sciences

Ce 7 Septembre 1776

(Cópia feita nos Arquivos do Ministério das Relações Exteriores de França, autenticada por Girard de Rialle, Chefe dos Arquivos, e Henry Vignaud, Secretário da Embaixada dos Estados Unidos em Paris. Pertence ao *Arquivo particular do Barão do Rio Branco, Série Portuguêsa — Diversos Arquivos,* v. 340/1/5 — Arquivo Histórico do Itamaraty.

V

RIO-BRANCO, RUI BARBOSA E O TRATADO DE PETRÓPOLIS

Antes de ocupar, a chamado do Presidente Rodrigues Alves, o Ministério das Relações Exteriores, o Barão do Rio-Branco foi nomeado, em 1898, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário em Missão especial junto do govêrno suíço, que fôra escolhido como Árbitro para sentenciar sôbre a questão de limites entre o Brasil e a França, na Guiana Francesa. A primeira Memória justificativa dos direitos brasileiros foi entregue pelo Barão do Rio-Branco a 5 de abril de 1899 e a Réplica (2.ª Memória) a 6 de dezembro do mesmo ano.

Nomeara o govêrno francês, para defender os seus supostos direitos, nada menos que Vidal de la Blache, o geógrafo francês que, durante o seu tempo, deu à geografia diretrizes mais renovadoras. As questões a resolver pelo Árbitro cifravam-se em identificar o *Japoc* ou *Vincente Pinzon* do Tratado de Utrecht, que os portuguêses e brasileiros sempre chamaram Oiapoque, e os franceses pretendiam fôsse o Araguari; e fixar, a seguir, os limites internos, que os franceses pretendiam levar até ao rio Branco e desde o Araguari. Caso vingassem as pretensões francesas, ficariam gravemente comprometidos, quer o princípio das fronteiras naturais — um dos que presidiram a formação territorial do Brasil — quer a soberania brasileira no Amazonas, já que a sua navegação seria largamente partilhada pela França.

Acrescentando novos e abundantes argumentos à obra anterior de Joaquim Caetano da Silva, o Barão do Rio-Branco, malgrado a autoridade e prestígio de Vidal de la Blache, conseguiu que o *Japoc* fôsse identificado como o Oiapoque e que a linha de fronteiras seguisse desde as cabeceiras dêsse rio pela serra de Tumucumaque até à Guiana Holandesa.

Como na questão do Território de Palmas, para a identificação do *Japoc*, o Barão do Rio-Branco usou largamente da ilustração cartográfica, e tão largamente, que pôde com os seus Atlas e estudos, lançar as bases da história da cartografia do Brasil.

Hoje, à luz dos mais recentes estudos sôbre a viagem de Pinzon e a declinação magnética na América equatorial, o Barão poderia dispor de novos argumentos em seu favor. Estudando, por exemplo, os mapas do delta amazônico, traçados por Vicente Cochado, cêrca de 1625, se conclui que as agulhas nordesteavam fortemente naquela região, o que falseava muito a figuração cartográfica das costas. Acrescente-se ainda que a observação da latitude por meios astronômicos era muito mais difícil nas proximidades do equador. Tudo isso concorria para tornar neste caso a prova cartográfica de interpretação duvidosa em extremo.

Se neste caso conseguiu dar o golpe de morte nas pretensões seculares do imperialismos francês, que vinham desde o Conde de Pagan, ao condomínio ou ao domínio do Amazonas, mais grave problema teve de enfrentar o Barão, ao entrar para o Ministério, com o problema extremamente complicado da soberania sôbre o território do Acre, o Alto-Purus e o Alto-Juruá, a resolver com a Bolívia e o Peru, mas que envolvia ainda vastas complicações internacionais, sôbre a navegação dêsses rios e, mais que tudo, os direitos, quase majestáticos, concedidos pela Bolívia naqueles territórios a um Sindicato anglo-americano.

Hoje, com a publicação em volume, pelo Itamaraty, das Exposições de motivos sôbre Questões de Limites, apresentadas pelo Barão do Rio-Branco aos Presidentes da República, sob cujo govêrno serviu, podemos mais clara e fàcilmente dar-nos conta de que o homem que resolveu aquêles graves problemas, dispunha, na verdade, de gênio político.

Lendo as duas exposições de motivos sôbre os Tratados de limites, assinados com a Bolívia e o Peru, o que surpreende mais nesses trabalhos, e, em particular na primeira, é a visão perfeita do conjunto e a ponderação equilibrada que lhe permitiram atender, com igual justeza, a tão variados e conexos aspectos do mesmo e dificílimo problema, complicado xadrez, onde o movimento duma pedra implicava a posição de tôdas as restantes.

Temos para nós que a *Exposição de motivos* sôbre o Tratado de Petrópolis, primeira das suas grandes realizações, como Ministro das Relações Exteriores, constitui a melhor pedra de toque para aferirmos e definirmos as qualidades mestras do estadista. E nada melhor para dar-lhes o devido relêvo que estabelecermos o paralelo, pela ação e nas palavras, entre Rui Barbosa e Rio-Branco, os dois ditaminando, nessa conjuntura, sôbre a mesma questão. Juntem-se àquela Exposição, que acompanha o Tratado, assinado a 17 de novembro de 1903, as duas cartas, trocadas entre Rio-

Branco e Rui Barbosa, a 20 e a 22 de outubro dêsse ano, para podermos plenamente aquilatar a justeza da posição de cada um.

Rio-Branco pretendia evitar como solução da questão do Acre, quer a conquista e posse pela fôrça armada do território disputado, recurso que ficaria pesando sôbre a nação, como um ato brutal e inglório, no consenso dos povos americanos; quer o arbitramento, de resultados mais que duvidosos para o Brasil. Posta de parte a primeira das duas soluções, um meio restava para evitar que a Bolívia se entrincheirasse na segunda: fazer concessões, ainda que pesadas, a trôco dos territórios em litígio. Esta solução, única prudente, tinha ainda a vantagem de arrancar do ânimo do contendor o fermento de nacionalismo ofendido e das reivindicações insatisfeitas, sequiosas de retaliação, a longo prazo.

Era a transação equilibrada, e, ainda quando generosa, a que melhor atendia ao direito do mais fraco, prestigiando na mesma proporção a nação mais forte e o seu regime democrático. Colocado o problema neste pé, e se não conhecessemos de antemão as atitudes de Rio-Branco e Rui Barbosa, prediríamos que a êste último, nobre defensor dos direitos dos pequenos povos, paladino *sans peur et sans reproche* dos ideais de justiça internacional, caberia forçosamente a posição mais ampla e compreensiva, em face do país litigante. Não foi assim.

Rui Barbosa assumiu a atitude do patriotismo intransigente que encarece, regateia e recusa tôdas as concessões que possam esbulhar duma parcela mínima o patrimônio nacional, ainda que a trôco das maiores vantagens.

Três grandes erros de visão cometeu êle: dar preferência, em última análise ao arbitramento, na persuasão de que êste desse inteiro ganho de causa aos brasileiros; desconhecer, nessa hipótese, os perigos da intervenção do Peru, como terceiro litigante; e persuadir-se que a opinião pública rejeitaria o convênio, à conta das concessões territoriais feitas à Bolívia, na verdade minúsculas quando comparadas com a grandeza dos territórios incorporados, e mais que tudo, com o que importavam à perfeita formação do território brasileiro.

Para avaliar das inconveniências de entregar a um arbítrio justo a solução do pleito sobrava ao Barão e, provàvelmente escasseava a Rui, o conhecimento profundo do problema, no seu duplo aspecto histórico e geográfico. À luz do Tratado de 1867, assinado entre o Brasil e a Bolívia; do célebre mapa do Império, de 1875, feito sob a inspiração do Barão da Ponte Ribeiro, que fôra no Império o inspirador da política brasileira em tôdas as questões de fron-

teiras, e onde os limites são assinalados pela linha oblíqua Beni-Javari; e do célebre "mapa da linha verde", cuja importância, a nosso ver, se tem exagerado, não é crível que o laudo arbitral, reconhecesse, contra a Bolívia, as pretensões dos acreanos e do govêrno brasileiro aos vastos territórios ao sul dessa linha. Ou, quando menos, que a sancionasse com a mesma plenitude do Tratado de Petrópolis.

Que o Peru podia complicar, por forma irremediável, um estado de conflito latente, a pedir solução imediata, viu-se logo depois da assinatura do ato de Petrópolis, no recrudescimento dos incidentes com aquêle país e dos esforços para pôr-lhes côbro. Com efeito, o debate só veio a terminar, volvidos seis anos, com o Tratado do Rio de Janeiro de 8 de setembro de 1909, pelo qual o Brasil, fiel ao princípio do *uti possidetis*, teve que ceder àquele país 39.000 quilômetros quadrados dos 191.000 do Alto-Juruá e do Alto-Purus, anteriormente incorporados pelo convênio com a Bolívia.

Êrro mais grave de visão foi exonerar-se do seu lugar de Plenipotenciário, a par de Rio-Branco, na falsa suposição de que a consciência nacional havia de sublevar-se contra as alienações de território, convencionadas no Tratado. "As questões de território, dizia na sua carta ao Barão, como as questões de honra, são as que mais exaltam o melindre nacional. É de acôrdo com o sentimento nacional portanto que os homens de Estado têm de resolvê-las, se as quiserem deixar com efeito resolvidas, e medirem o mal das agitações alimentadas por uma impressão popular de ofensa à integridade do país". Pensava Rui Barbosa que ceder os dois milhões de libras esterlinas e a estrada de ferro do Madeira, em troca de território contestado, seria mau negócio. "Juntar-lhe ainda a cessão de um pôrto (no Paraguai) declarava, já seria talvez, muito. Contudo até aí se poderia ir, suponho eu. Mas somar a tôdas essas verbas 5.973 quilômetros de território brasileiro, é o que me parece uma generosidade, cuja largueza excede, a meu ver, o limite dos nossos podêres". E terminava com sóbrio vaticínio: "a opinião pública receberá muito mal as cessões territoriais propostas e... ousando-as o govêrno cometerá uma temeridade".

O Barão do Rio-Branco teve a coragem de afrontar esta opinião e esta voz — a mais representativa, eloqüente e autorizada, de quantas podiam contestá-lo. A história dá-lhe razão. O pessimismo de Rui Barbosa não tinha fundamento. O Tratado, malgrado a espuma de agitação que se ergueu, para logo se esvair, na imprensa, foi largamente aprovado nas duas casas do Congresso; e hoje a opinião pública no Brasil, sem discrepância — assenta com

autoridade o Embaixador Araújo Jorge — considera aquêle diploma internacional como "a mais luminosa expressão do gênio político de Rio-Branco".

Acertara o homem quase apolítico e que acabava de passar tão longos anos no estrangeiro, contra o velho e experimentado parlamentar, que vivera diuturnamente em contato com a opinião do seu país. Por que?

Antes de mais nada, porque Rio-Branco era então a autoridade máxima sôbre tôdas as questões que pudessem afetar a unidade territorial do Brasil. Possuía a competência específica, exigida pelo caso, de que dera as provas mais cabais e brilhantes. No conceito de seus concidadãos, ninguém o podia exceder, em conhecimento de causa e zêlo patriótico, no estudo e solução de tais problemas. E contra êsse prestígio, até o prestígio de Rui Barbosa, com ser tão grande, tinha de ceder.

Por outro lado, a mesma preparação e visão geopolítica lhe aconselhava a ponderar os problemas, não e apenas dentro das conveniências brasileiras, mas no conspeto mais vasto das necessidades vitais das outras nações e, por conseqüência, dentro duma consciência americana.

Sob êsse aspecto o Barão estava longe de ser um *parvenu*. Quer por inclinação e estudo próprio, quer pelo patrimônio herdado, representava uma tradição genuìnamente brasileira de liberalismo, compreensão interamericana, tolerância e justiça internacional, que já honrara o Império e de que seu pai, o Visconde do Rio-Branco, fôra um dos mais lúcidos e generosos representantes. Pensando e procedendo assim, êle teve, verdadeiro epígono, a coragem de ser mais papista que o Papa: mais Rui Barbosa, que o próprio Rui Barbosa.

É que êste, mais do que um político, era um apóstolo, um pregador e defensor de ideais. Por isso mesmo, punha na conduta a veemência e os excessos da paixão. E tôdas as paixões implicam desmesura: encarecimento por um lado, depreciação pelo outro.

Ao contrário, a razão era a qualidade mestra do espírito do Barão. A razão serena e clara que tudo vê, tudo mede e tudo pesa. Tudo o que é visível e mensurável. Porque ao lado dessa razão, êle possuía a previsão intuitiva, que chega até onde a razão não vai e enxerga as possibilidades da consciência coletiva, permitindo assim julgar da oportunidade de certos atos e decisões.

Rui não logrou alcançar para além do horizonte enevoado do seu nacionalismo. Supôs que os imperativos exaltados da sua

consciência ditavam a conduta de tôda a nação. Não previa que outra luz mais clara pudesse traçar-lhe a rota.

Rio-Branco, ao contrário, consciente da fôrça da sua razão, que era conjuntamente a razão dos outros, e da grandeza nacional do seu prestígio, declarava a Rui Barbosa, e sem um ápice de jactância, que assumiria inteira a responsabilidade do acôrdo.

Esta plena consciência da sua fôrça dava à fisionomia, às palavras e aos atos do Barão, uma serenidade olímpica. Diz-se habitualmente que o estilo é o homem. Esta asserção é verdadeira em relação a Rui Barbosa; mas não a Rio-Branco. Quando se afirma que o estilo é o homem, quer dizer-se que o estilo é essencialmente pessoal. E o estilo de Rui Barbosa, opulento nos vocábulos, veemente no ritmo, original, vivo e arrebatado na expressão das idéias e dos sentimentos, retratava o homem. Escritor e orador, êle era um artista, que tinha, como Vieira, todos os fulgores e excessos do barroco.

De Rio-Branco não pode dizer-se o mesmo. Se admitirmos um estilo impessoal, êsse era o seu. Não há períodos mais escorreitos, sóbrios de vocabulário e isentos de emoção. Poderia chamar-se-lhe de lacônico? Tampouco. Laconismo é insuficiência e aridez. E o estilo de Rio-Branco é quanto basta, sem excesso. Leia-se, por exemplo, a *Exposição de motivos* sôbre a questão do Acre. Não contém uma palavra a mais, nem uma palavra a menos. Não a deslustra nenhuma dessas frases, que denunciam bravata de vencedor e infligem aos contrários a suspeita ou a sensação da derrota. Tampouco lhe faltam as que afirmam a certeza dum direito e a justiça de acôrdo. Podiamos talvez dizer que êle possuía o aticismo estrito dos conceitos, elegância suprema do negociador; a majestade, a serenidade olímpica, que se alimenta de si própria, alheia a todos os artifícios, nua e intrépida, na consciência da razão e do dever cumprido. Numa antologia de textos e estilo diplomáticos, aquela exposição ocuparia lugar de honra. Não há melhor lição para jovens diplomatas.

Competência específica, razão clara e propriedade de estilo diplomático na ação e no verbo, eis, a nosso ver, as qualidades mestras de Rio-Branco.

Com êsses predicados êle conseguiu ratificar, corrigir e ampliar a obra de Gusmão. Em obediência ao princípio das fronteiras naturais, enunciado pelo grande santista, logrou limitar o Brasil com a Argentina, pelo binário fluvial, que deixava ao Brasil, como defesas, os saltos do Uruguai e do Iguaçu; com a Guiana francesa, pelo divisor das águas entre o Amazonas e os pequenos

rios contravertentes; pela Colômbia, por uma linha, quase sempre flı vial e cingindo-se de perto ao marco natural das cachoeiras do Japurá; e com a Bolívia e o Peru, respeitando, quanto possível, a posse plena das bacias do Acre, do Purus e do Juruá, ou seja da margem direita da bacia brasileira do Amazonas.

Se ao Peru cedeu parte do Alto-Purus e do Alto-Juruá; e no debate da Guiana Inglêsa consentiu na perda duma fração da bacia do rio Branco, foi por fidelidade a dois princípios essenciais na diplomacia e na política brasileira — o do *uti possidetis* e o do arbitramento.

Finalmente, como remate à sua obra de estadista, consciente dos interêsses internacionais da política brasileira, firmava com o Uruguai o Tratado de 30 de outubro de 1909, pelo qual o Brasil cedia espontâneamente àquele país uma parcela do seu território, e uma parte dos seus direitos à navegação no Jaguarão e na lagoa Mirim.

rios contravertentes; pela Colômbia, por uma linha, quase sempre fluvial e chegando-se de perto ao marco natural das cabeceiras do Japurá; e com a Bolívia e o Perú, respeitando, quanto possível, a posse plena das bacias do Acre, do Purus e do Juruá, ou seja da margem direita da bacia brasileira do Amazonas.

Se ao Perú cedeu parte do Alto-Purus e do Alto-Juruá; e no debate da Guiana Inglesa consentiu na perda duma fracção da bacia do rio Branco, foi por fidelidade a dois princípios essenciais na diplomacia e na política brasileira — o do uti possidetis e o do arbitramento.

Finalmente, como remate à sua obra de estadista, consciente dos interesses internacionais da política brasileira, firmava com o Uruguai o Tratado de 30 de outubro de 1909, pelo qual o Brasil cedia, espontâneamente àquele país uma parcela do seu território, e uma parte dos seus direitos à navegação no Jaguarão e na lagoa Mirim.